revista Epígrafe



ISSN 2318-8855

V.14 N.2 | 2025

revista Epígrafe

ISSN 2318-8855

V.14 N.2 | 2025

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul
Vice-diretora: Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Chefe: Profa. Dra. Miriam Dolhnikoff
Vice-chefe: Prof. Dr. Júlio César Pimentel Pinto Filho

REVISTA EPÍGRAFE
Representante: Isaac Gabriel Silva
Vice-Representante: Vivian Daniele Rocha Gabriel

CONTATO
revistaepigrafe@usp.br
instagram.com/revistaepigrafe

ENDEREÇO
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
Cidade Universitária - São Paulo - SP
05508-000

Fundada em 2013 e mantida por estudantes de graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), a ***Revista Epígrafe*** é uma publicação eletrônica de caráter científico, que busca promover a produção acadêmica na área de História, oferecendo um espaço de publicação de trabalhos produzidos por graduandos de todo Brasil.

EDITOR-CHEFE
Isaac Gabriel Silva

VICE-EDITORA
Vivian Daniele Rocha Gabriel

COMISSÃO EDITORIAL
Adriano Silvestre Brandão
Arthur Oliveira Louzada
Beatriz Marangoni Vilares Fonseca
Felipe Cintra Nogueira Maciel
Henrique Scareli de Oliveira
Isabela Lopes Caperuto
Jorge Eduardo de Alencar
Julia Maria Bida Goveia
Laianny Regina da Silva
Luana Gregner Pereira
Maiza Victoria de Sousa Alves
Mel Veronezi Frare
Millena Pereira Machado
Nicole Maciel Cadeiras
Renato Luiz de Oliveira Bernardino
Tamires Porfiro Santana

COODENADOR
Mauricio Cardoso

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Salay Oliveira
Alexandre Almeida Marcussi
Camilo de Mello Vasconcellos
Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron
Daniel Gomes de Carvalho
Eduardo Natalino dos Santos
Everaldo de Oliveira Andrade
Francisco Cabral Alambert Junior
Gabriela Pellegrino Soares
Gisele Cristina da Conceição Bracht
Guilherme Bianchi Moreira
Gustavo Velloso
Henrique Soares Carneiro
Íris Kantor
João Paulo Garrido Pimenta
João Rodolfo Munhoz
Júlio Cesar Pimentel Pinto Filho
Marcelo Rede
Marcia Barros da Silva
Marcos Leitão de Almeida
Maria Cristina Correia Leandro Pereira
Marilia Bueno de Araujo Ariza
Miguel Soares Palmeira
Pedro Telles da Silveira
Rafael de Bivar Marquese
Rafael Scopacasa
Rodrigo Goyena da Silveira Soares
Vagner Carvalheiro Porto

PARECERISTAS DA EDIÇÃO

Alana Albuquerque de Castro
Allan Arthur de Souza Camuri
Aléssio Alonso Alves
Amanda de Morais Silva
Anderson Albérico Ferreira
Anderson Alexandre Cruz Vilhena
Andressa Nunes Soilo
Breno Ferraz Leal Ferreira
Bruno de Souza Seto
Carina Gotardelo Ferro da Costa
Carla Rocha Baute
Carlos Augusto Ribeiro Jotta
Carolina Rieger Massetti Schiavon
Caroline Pereira Dias
Dermeval Marins de Freitas
Eduardo Holderle Peruzzo
Elisa Fauth da Motta
Erykles Natanael de Lima Vieira
Estefany Miléo de Couto
Fabrício Reiner de Andrade
Felipe Rodrigues Alfonso
Felipe Yann Cavalcanti Gonçalves
Fernanda Affonso de André Jaber
Flavio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto
Francisco Quartim de Moraes
Gabriel Antonio Butzen
Guilherme Susin Sirtoli
Gustavo Velloso
Henrique Roberto Figueiredo
Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante
Igor Santiago Costa
Jaciara Azevedo Rodrigues
Janaína Martins Bento
Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira
José Antunes de Souza Pomiecinski
Júlia de Moraes Cabral Tordeur
Laiana Pereira da Silveira
Larissa Biato de Azevedo
Lívia de Barros Salgado
Lucas da Costa Mohallem
Lucas Souto Maior Gonçalves de Carvalho
Lucas Vieira de Melo Santos
Luciana Cavalcanti Mendes
Luciano José Vianna
Luis Otávio Silva Pincigher Pacheco Vieira
Maria Eduarda Sampaio Alves
Matheus Della Monica
Nathália Gonçalves Zaparolli
Patrícia Antunes Serieiro Silva
Paula Andrade Coutinho
Paulo Henrique Pereira Mota
Raphael Fernando Amaral
Régis Clemente Quintão
Sara Tatiane de Jesus
Saymon da Silva Siqueira
Solon Natalício Araújo dos Santos
Stéfani Hollmann
Thiago Venicius de Sousa Costa
Thomáz Fortunato
Victor Bertocchi Ferreira
Vítor Mateus Viebrantz

PARECERISTAS AD HOC

Allan do Carmo Silva
Alexandre Moreli
Alexsandro Pizziolo Ribeiro Junior
Ana Paula Nascimento
André Sekkel Cerqueira
Antônio Mário David Siqueira Ferreira
Bruna Fernanda Vieira Silva
Carmen Ferreira Corato Costa
Debora Gomes Pereira Amaral
Éverton Fernando Pimenta
Felipe Cazetta
Felipe Maia Guimarães da Silva
Guilherme de Moraes Andrade
Jane Cunha Pinto
Josué Völz
Luiz Octavio Gracini Ancona
Maria Fernanda Bicalho
Odir Züge Junior
Renato Alencar Dotta
Rosane Kaminski
Sarah Boscov
Thasio Fernandes Sobral
Verônica Calsoni Lima
Victor Sobreira
Vinicius Marino Carvalho
Yun Jung Im Park

sumário

p.15

Editorial: *“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”*

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira

artigos

p. 32

A colonialidade do poder e a invenção da América Latina como periferia do mundo

Alissa Yuri Sasaki
Ana Letícia Vieira
Beatriz Andriotti de Oliveira
Viviane da Silva Xavier

p. 64

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

p. 82

***A Virgem em Lamentação* no Museu de Arte de São Paulo:** uma análise sob a perspectiva da História das Emoções

Ana Vitoria Lopes

p. 110

APOLO XIV:
ensaio sobre a consolidação da imagem de Luís XIV como Rei-Sol

Isadora Honório Almeida

p. 138

Aspectos históricos da construção civil:
um estudo de caso em Itabuna

Filipe França

p. 169

Coronéis entre governos:
uma análise da influência do coronelismo nas eleições do Segundo Reinado e Primeira República

Bruno Gustavo Borel

p. 189

Da marginalização ao mito:
a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

p. 220

Entre o restaurar e o porvir:
o conceito de "Império" no discurso *Responsiva Oratio* de Mercurino de Gattinara (1519)

Renato Luiz de Oliveira Bernardino

p. 246

Introduzindo a *Opinião do Lampião da Esquina* (1978-1982):
contemplações de pesquisa sobre imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização

Beatriz Teixeira

p. 270

Musa dos Impérios:
o museu universal diante das demandas de repatriação de artefatos arqueológicos egípcios

Guilherme Ferreira Bueno

p. 292

No rastro da criança escrava:
os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

p. 314

O "Projeto Resisto!" do Memorial da Resistência (SP):
possibilidade de material pedagógico para a Educação em Direitos Humanos

Milena Gabrielle Silva da Cunha

p. 338

O sigma nas cataratas:
o Integralismo em Foz do Iguaçu (1935-1955)

Diego Monteiro

p. 369

Os conflitos de representação na formação dos Estados Ibéricos modernos (1580 - 1640)

Vítor Borges Rodrigues

p. 398

Os desafios no ensino de História na Escola Jorge Bragança após a ascensão da extrema direita:
impactos e estratégias pedagógicas

Rafael Martins Pereira

p. 429

Patriarcalismo neoconfucionista e gênero na Coreia do Sul: do ideal feminino na dinastia Joseon à sociedade contemporânea

Julia Cariry Costa
Razel Carmo da Silva

p. 465

Testemunhos e narrativas: uma análise dos depoimentos de *Shoah* a partir do Museu do Holocausto de Curitiba

Gabriela de Almeida e Nascimento
Gabrielle Soares de Freitas
Luís Eduardo Nardi Sousa
Laura Luzia Araújo Fiuza
Manoela Faria Costa

ensaios

p. 499

A resistência de Palmares pela perspectiva da História Ambiental

Isabela Martini Pereira

p. 518

Os heróis chegam à glória só depois de degolados: a escrita da História no filme *Os Inconfidentes* (1972), de Joaquim Pedro de Andrade

Manuela Rosa Coura

resenhas

p. 538

A prudência do Santo Tribunal: o proceder da Inquisição Portuguesa revisitado pela História do Direito

resenha de CORBY, Isabela. A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões constitutivas na persecução da feitiçaria (1700-1774). (2024)

Luiz Felipe Mafra de Andrade

p. 548

A teoria marxista: universal e eurocêntrica?

resenha de ROFFINELLI, Gabriela. Marx: La crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo. (2022)

Leticia Dellova

dossiê temático:

HISTÓRIA DE CONCEITOS DE MOVIMENTO

p. 559

Apresentação

João Paulo Pimenta

p. 564

A Carta-testamento de Getúlio Vargas sob análise da História dos Conceitos

Beatriz Splicio

p. 586

A Farroupilha e o "espírito da caudilhagem":
análise do conceito de "caudilho" em *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe (1879-1881)

Carlos Eduardo Sant'Anna da Silva Porto

p. 620

História conceitual das crises de caráter humanitário no século XXI

Gabriel Moreira Clemente

p. 641

Mártires de ontem e de hoje:
uma análise do conceito de "martírio" em uma hagiografia de Santa Radegunda de Poitiers (séculos VI - VII)

Júlia Rovida de Oliveira Ramos

p. 666

O conceito de "história" na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth (século XII)

Beatriz Cristine Honrado

p. 692

O jogo como conceito:
uma investigação do pensamento de Isidoro de Sevilha

Leonardo Dezougos Lourenço

p. 716

The World Turn'd Upside Down:
uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos

p. 747

Uma investigação conceitual do "Sistema de Produção Toyota", de Ohno Taiichi (1988)

Guilherme Luiz Fernandes

entrevista

p. 767

Entrevista com Santiago Colombo Reghin

Arthur Oliveira Louzada
Beatriz Marangoni Vilares Fonseca
Mel Veronezi Frare

editorial

“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira
Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p15-30

> *“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E saiba, também, que visita talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz”.*
>
> (Albert Camus, 1947, p. 212)

O avanço da extrema direita é um fenômeno mundial, impulsionado, sobretudo, pela crise do sistema socioeconômico desde 2008, alavancando-se a partir de 2011. Neste escopo, o Brasil não é exceção nessa “nova ordem mundial”, inserindo-se numa conjuntura delicada, em que os grupos políticos abafam seu flerte com os ideais nazifascistas, mas não deixam de direcionar abertamente seus ataques a grupos e espaços específicos. Um desses focos é, justamente, o espaço das universidades públicas.

“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira

Enquanto uma das maiores instituições públicas do país, a Universidade de São Paulo encontra-se como um dos epicentros de ataques de grupos políticos que, ou já eleitos ou tentando — vergonhosamente — promover-se politicamente, invadem os espaços estudantis na tentativa de ridicularizar esses ambientes e instigar a imagem caricata do estudante enquanto “vagabundo” e responsável pelo “desperdício de dinheiro público”. Embora nessa conjuntura completamente hipócrita e teatral, essas figuras, muitas que, até mesmo, ocupam cargos públicos e, consequentemente, usufruem de recursos públicos, ainda conseguem cooptar um grande apoio e uma midiatização nas plataformas. Portanto, o problema em si não é o orçamento público, afinal muitos desses políticos de mídia fazem suas gravações em seus supostos horários de trabalho, mas a forma como mobiliza-se e constrói-se um discurso em cima disso.

Não coincidentemente, um dos ambientes mais atacados é a própria Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), instituto que frequentemente posicionou-se e segue se posicionando na linha de frente de maneira contrária a essas agendas políticas demasiadamente reacionárias. Sob a justificativa de “espaço públicos”, esses grupos não visam usufruir desses espaços com boas intenções, mas sim procurando comover pelo ridículo e por cortes em seus vídeos, inclusive agredindo e difamando diversos estudantes, que, diferentemente dos “políticos

midiáticos”, estão exercendo seus devidos ofícios. Da mesma forma, esses indivíduos não se apresentam enquanto extremistas de direita, cooptando muitas pessoas que não se identificam com espectros políticos específicos ou às suas intenções. Em um contexto de crise da crítica e política, em paralelo à socioeconômica, a presença e formação de um conjunto de sujeitos amorfo e acrítico, que oferece engajamento passivo, torna-se um risco concreto para o debate público.

O ambiente irrestrito que as redes sociais oferecem transformam o cenário de ataque à universidade em ameaça direta às pessoas que a frequentam. Em um crescente fluxo de produção de conteúdos de “divulgação científica” que endossam narrativas históricas revisionistas e exclusionárias, o ataque àqueles que produzem o conhecimento científico na esfera acadêmica é extremamente revelador. Para além do projeto de descredibilização das humanidades no âmbito escolar e institucional — com a redução das cargas horárias ou reformulações no currículo —, as Ciências Humanas enfrentam a disputa de narrativas colocadas pela internet. Ao passo que percebemos a desvalorização institucional das humanidades, presenciamos a ascensão da criação de conteúdos — sem o menor rigor científico ou ética — que divulgam a “verdadeira” visão ou História acerca do passado. Não é de se espantar que essa versão “correta” esteja alinhada àquilo que os setores do conservadorismo e direita modernos propagam.

“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira

O campo do fundamentalismo religioso também se enquadra nessa mobilização de extrema-direita, sobretudo no que concerne aos chamados “pentecostalismo” e “neopentecostalismo” (FERREIRA, 2020). Recentemente, ainda na Universidade de São Paulo, no final do mês de agosto, ocorreu a realização de um culto evangélico, que proclamava falas como: “a USP não pertence a Karl Marx nem ao comunismo!”. Para além da nítida — e infundada — relação de que a Universidade cultuaria a visão do estudioso Karl Marx — ainda que o fizesse, justificar-se-ia pela contribuição do estudioso nas áreas das Ciências Humanas — esses discursos também revelam uma latente intolerância religiosa, propagada a partir de discursos que reiteram “Jesus Cristo como o único caminho”, ignorando e discriminando quaisquer outros tipos de dogmas religiosos. Uma das falas presentes no ato foi “Nós oramos para que o fogo santo desça sobre a USP e consuma todos os falsos deuses!”, que, segundo o Jornal do Campus, não tem identificação. Sobretudo num país em que as religiões de matriz africana estão sob constante ameaça e violência, esses discursos possuem conotação criminosa, e ameaçam não apenas uma universidade laica, mas um país laico. Embora ainda negue-se essa realidade, conforme um dos indivíduos presentes que teria alegado que ser cristão faria o estudante sofrer mais “violência acadêmica” do que ser de religião de matriz africana - fala completamente infundada e, inclusive, refutada não apenas por estudiosos e pela própria história da sociedade brasileira, mas por

quaisquer registros oficiais de denúncias sob conotação de intolerância religiosa.

Assim, esse comportamento fervoroso e fundamentalista cristão endossa a necessidade da sociedade colocar-se também em favor da laicidade dos espaços, algo que, em tempos tão difíceis e conturbados, é constantemente discutido e ameaçado. A radicalização desses grupos nos vários campos sociais exige também uma radicalização por parte da sociedade engajada e que reconhece esses problemas, combatendo os ideais que ameaçam constantemente a vida de diversos grupos sociais, sobretudo as minorias.

Dessa forma, apela-se cada vez mais para a necessidade de reforçar uma postura antagônica a esses grupos, exigindo um posicionamento coletivo que compreenda a dimensão e sensibilidade da questão. Trata-se não apenas da ameaça à Ciência, como também aos alunos, pessoas, que exercem seu direito e liberdade de estudar, produzir conhecimento e ocupar os espaços da universidade pública. Faz-se necessário, também, compreender este fenômeno enquanto parte de um movimento maior, não se tratando de mera inconveniência para os estudantes. Sejam as acusações verbais, gravações não autorizadas ou atos de depredação e desmoralização de nossa faculdade, são atitudes deliberadas de desrespeito e agressividade contra o direito dos estudantes e do patrimônio público. São ações calculadas, instrumentalizadas e

potencializadas para o ambiente das redes sociais, que visam a produção de discursos de ódio que corroboram com a moral torpe da extrema direita atual.

Sob outra perspectiva, esses ataques ideológicos às instituições públicas refletem a conjuntura atual de desvalorização das Ciências Humanas, em detrimento das Ciências Exatas e Biológicas, prioridade nas instituições de ensino superior e nos órgãos financiadores de pesquisa. Não se trata aqui de responder de maneira simétrica ao discurso tecnocrata, que valoriza o conhecimento científico apenas por sua função utilitária na promoção do progresso social, adjudicando às humanidades o monopólio do saber crítico, sob uma ótica quase que neopositivista.

A ciência do tempo recente submeteu-se à lógica da produtividade acadêmica, na qual o grande volume de publicações nem sempre prezam pela qualidade ou relevância, e, mesmo assim, tais indicadores quantitativos continuam sendo levados em consideração na medição da produtividade universitária em diversos países (COGGIOLA, 2020, pp. 27-28). Nesse contexto, é inevitável não refletir sobre o papel dos periódicos acadêmicos, especialmente aqueles ligados às humanidades. As revistas constituem-se como espaços para circulação e divulgação do trabalho acadêmico, estabelecendo um meio de conexão entre os próprios pesquisadores e a sociedade.

“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira

Diante o exposto, reafirmamos o papel político do periódico acadêmico Epígrafe, como disseminador das recentes pesquisas produzidas no amplo campo da História. A Epígrafe se propõe a ser o primeiro contato de graduandos e recém graduados com o processo editorial de uma revista acadêmica. Nossas atividades visam a valorização do trabalho realizado por autores (graduandos) e pareceristas (pós-graduandos), colocando-os em diálogo e contribuindo com a produção científica ética e responsável dentro do campo das humanidades.

Sob essa ótica, esta segunda edição é composta por 29 trabalhos, sendo estes 25 artigos livres, dos quais 17 são de temática livre e outros 8 pertencem ao Dossiê de História Conceitual. Para além, 2 ensaios e 2 resenhas, provenientes das 139 submissões realizadas no primeiro semestre de 2025. Dentre os artigos, sobrepõe-se a História do Brasil em suas diversas temporalidades. A temática da escravidão atravessou os trabalhos, em **“No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino”**, Mariana de Oliveira Lima investiga o lugar da criança escravizada, grupo costumeiramente negligenciado pela historiografia, dentro da obra de Manolo Florentino. **“A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira”**, de Glaucia Elen Santos Xavier, aborda a construção de uma identidade e

representação, individual e coletiva, para a população negra no contexto pós-abolicionista brasileiro.

Na virada do XIX para o XX, o trabalho de Bruno Gustavo Borel, **“Coronéis entre governos: uma análise da influência do coronelismo nas eleições do Segundo Reinado e na Primeira República”**, busca traçar as permanências e rupturas do coronelismo, sobretudo na esfera eleitoral rural, entre o Segundo Reinado e a Primeira República, compreendendo a violência enquanto principal marca desta política. **“O Sigma nas Cataratas: O Integralismo em Foz do Iguaçu (1935-1955)”**, Diego Monteiro mapeia integrantes e presença de um núcleo da Ação Integralista Brasileira na cidade de Foz do Iguaçu, examinando a atividade política do grupo em aparelhos institucionais e da imprensa.

A partir da segunda metade do século, o artigo “**Aspectos históricos da construção civil: um estudo de caso em Itabuna”**, de Filipe França, investiga o processo de intensa urbanização das cidades brasileiras, centrando-se em Itabuna, na Bahia. Por fim, Beatriz Teixeira em **“Introduzindo a *Opinião do Lampião da Esquina* (1978-1982): contemplações de pesquisa sobre imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização”** explora a concepção de sexualidade, em uma sociedade profundamente marcada pela repressão promovida pela Ditadura Militar, através da coluna de

“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira

Opiniões do periódico “Lampião da Esquina”, compreendendo o papel da imprensa alternativa dentro deste contexto sócio-político.

Aspectos regionais da formação da identidade nacional brasileira são similarmente abordados em **“Da Marginalização ao Mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro”**. No artigo, Higor William da Silva Marcilio Marcolino aborda as construções e contradições presentes na figura dos *gauchos* e malandros, evocados no processo de consolidação de Estados-nacionais em parte porção meridional da América, correspondente ao território de Brasil e Argentina.

Acervos de instituições museológicas foram suscitados em dois artigos nesta edição. Em **“A *Virgem em Lamentação* no Museu de Arte de São Paulo: uma análise sob a perspectiva da História das Emoções”,** Ana Vitoria Lopes destrincha as influências da pintura “A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia” do artista flamengo Hans Memling, datada entre os anos de 1485 a 1490 e que atualmente encontra-se no acervo do MASP. Já o artigo **“Testemunhos e narrativas: uma análise dos depoimentos sobre a *Shoah* a partir do Museu do Holocausto de Curitiba”**, de autoria colaborativa de Laura Luzia Araújo Fiuza, Gabriela de Almeida e Nascimento, Gabrielle Soares de Freitas, Luís Eduardo Nardi Sousa e Manoela Faria Costa, analisa os depoimentos disponibilizados por meio digital pelo memorial e o papel da instituição na construção da memória sobre esse evento traumático.

Projetos educativos de instituições museológicas também foram mobilizados como fontes históricas. No artigo **“O ‘Projeto Resisto!’ do Memorial da Resistência (sp): possibilidade de material pedagógico para a Educação em Direitos Humanos”**, Milena Gabrielle Silva da Cunha analisa as estratégias para formação continuada de professores e os recursos didáticos produzidos pelo memorial.

Nessa mesma ótica, o artigo **“Os desafios no ensino de História na escola Jorge Bragança após a ascensão da extrema direita: impactos e estratégias pedagógicas”**, Rafael Martins Pereira também se volta para a concepção dos impactos da extrema-direita no ensino por parte de dois professores de História da respectiva escola. A partir de uma pesquisa quantitativa, discute-se como as pressões ideológicas e o negacionismo histórico impactam o ensino da disciplina, o que dificulta o pensamento crítico.

O campo da Museologia também é articulado com a História no artigo “**Musa dos Impérios: o museu universal diante das demandas de repatriação de artefatos arqueológicos egípcios**”, na qual Guilherme Ferreira Bueno evidência as apropriações ocidentais da cultura-material egípcia na construção de “museus universais” e a ideologia colonialista que legitima a obtenção desses itens, discutindo a repatriação não somente como alternativa para resgate cultural e identitário, mas também como forma de evidenciar a violência por trás do processo de pilhagem desses

artefatos. No campo da História das Ideias, o artigo intitulado “**A colonialidade do poder e a invenção da América Latina como periferia do mundo**”, escrito conjuntamente por Beatriz Andriotti de Oliveira, Alissa Yuri Sasaki, Ana Letícia Vieira e Viviane da Silva Xavier, aborda-se o conceito de colonialidade do poder, cunhado por Aníbal Quijano, analisando configurações sociais presentes na América Latina contemporânea e a influência do colonialismo na construção dessa realidade. O artigo propõe-se a desconstruir o conceito de “superioridade europeia”, demonstrando como a Europa Ocidental apropriou-se de conhecimentos oriundos do mundo mediterrânico, da Mesopotâmia, bem como de diversas partes da Ásia, para construir sua posição geopolítica ao longo da história.

O artigo **“Patriarcalismo neoconfucionista e gênero na Coreia do Sul: do ideal feminino na dinastia Joseon à sociedade contemporânea”**, de Julia Cariry Costa e Razel Carmo da Silva, volta-se a investigar a formação histórica do patriarcalismo no território da Coreia do Sul, de modo a analisar como o neoconfucionismo da dinastia Joseon estruturou-o no território. A pesquisa, a partir de uma abordagem histórico-analítica, argumenta que as ideias neoconfucionistas de fidelidade e pureza feminina persistem, ainda que transformadas, revelando continuidades entre o patriarcalismo histórico e as desigualdades de gênero na Coreia moderna.

“O bacilo da peste não morre nem desaparece nunca”

Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira

Em temas relativos à Idade Moderna e História da Europa, no artigo “**Entre o restaurar e o porvir: o conceito de “Império” no discurso *Responsiva Oratio* de Mercurino de Gattinara (1519)”**, Renato Luiz de Oliveira Bernardino observa a elaboração de um projeto universalista a partir da análise do discurso do chanceler do, então, recém-eleito Sacro-Imperador Carlos V, Mercúrio de Gattinara. Valendo-se de categorias “koselleckianas”, considera-se os problemas da coesão territorial dos domínios e da situação política do território. Conclui-se, então, a mobilização de Gattinara. Já Vitor Borges Rodrigues, em **“Os conflitos de representação na formação dos Estados Ibéricos modernos (1580 - 1640)”,** debruça-se nas análises das fontes portuguesas *Tratado sobre a precedência do reino de Portugal ao reino de Napoles* (1587), de frei Bernardo de Braga, e do *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias* (1627), de Pedro Barbosa, a fim de entender os conflitos de representação enquanto elementos nas disputas que engendraram a monarquia compósita hispânica, isso a partir da ascensão de Filipe II de Castela e o não cumprimento dos termos das Cortes de Tomar (1581).

Com enfoque na iconografia, em **“APOLO XIV: ensaio sobre a consolidação da imagem de Luís XIV como Rei-Sol”**, Isadora Honório Almeida apresenta um estudo acerca das representações em torno da figura do rei francês Luís XIV, em especial na construção da sua imagem

enquanto o “Rei-Sol”. Para tanto, a autora explora as obras produzidas entre 1653 e 1670, abarcando três telas de diferentes autores e datas.

Para além dos artigos, o Editorial conta com a publicação de dois ensaios. O primeiro, **“A Resistência de Palmares pela perspectiva da História Ambiental”,** por Isabela Martini Pereira, reflete-se acerca da história da resistência dos quilombos dos Palmares. Já em **“Os heróis chegam à glória só depois de degolados: a escrita da História no filme *‘Os Inconfidentes’* (1972), de Joaquim Pedro de Andrade”**, a partir da análise de sua construção técnica, estética e historiográfica, Manuela Rosa Coura insere o filme na tradição do cinema moderno brasileiro e situando sua historicidade na filmografia brasileira.

No campo das resenhas, **“A teoria marxista: universal e eurocêntrica?”**, por Letícia Dellova, debruça-se no artigo *“Marx: la crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo*”, de Gabriela Roffinelli, que tem por objetivo demonstrar a invalidade das críticas decoloniais e pós-desenvolvimentistas que supõem um caráter eurocêntrico das obras de Marx e Engels. Para refutar essa ideia, Roffinelli dispõe da obra central de Marx e de seus trabalhos menos conhecidos. Em **“A Prudência do Santo Tribunal: o proceder da Inquisição Portuguesa revisitado pela história do direito”**, Luiz Felipe Mafra de Andrade desenvolve uma resenha acerca da obra *“A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões*

constitutivas na persecução da feitiçaria (1700-1774)”, de Isabela Corby, em que a advogada investiga a atuação da Inquisição Portuguesa na capitania de Minas Gerais no século XVIII, contestando o senso comum acerca do Santo Ofício e definindo a Inquisição Portuguesa enquanto uma instituição moderna e “de seu tempo”.

A edição também é composta pelo dossiê temático “**História de conceitos de movimento**” organizado em parceria com o Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta. O Dossiê é composto por 8 artigos provenientes dos trabalhos finais elaborados para a disciplina optativa “FLH0835 - História Conceitual”, ministrada durante o segundo semestre de 2024, no departamento de História da Universidade de São Paulo. Os artigos do Dossiê acompanham um texto de apresentação de autoria do Professor, que faz uma reflexão sobre os novos desafios enfrentados no âmbito educacional com o advento das inteligências artificiais.

Por fim, convidamos a pessoa leitora a conferir a **entrevista realizada com o Mestre Santiago Colombo Reghin**, pesquisador na área de História Antiga e doutorando em dupla titulação entre a USP e a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Na entrevista, Santiago revisita sua trajetória, salientando desde as primeiras incertezas na graduação à sua consolidação como pesquisador, revelando os desafios, descobertas e encontros que moldaram seu caminho acadêmico. Ele compartilha experiências marcantes da iniciação científica, do mestrado realizado em

plena pandemia e do processo complexo de construir uma pesquisa internacional, além de refletir sobre sua relação com a USP, a vida na capital paulista e o impacto dos orientadores em sua formação.

A conversa também aproxima o leitor do fascinante universo do Oriente Próximo Antigo, desconstruindo a ideia de que esse campo é distante ou inacessível, e oferecendo indicações valiosas de bibliografia e caminhos para quem deseja iniciar-se na área. Trata-se de uma entrevista fomentadora, generosa e motivadora; um convite a conhecer não apenas um percurso acadêmico singular, mas também as possibilidades, dúvidas e entusiasmos que atravessam a formação de historiadores.

A Comissão Editorial deseja uma excelente leitura!

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. **Obras escolhidas - Vol. 1.** *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1987.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda. Razões e significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CAMUS, Albert. **A peste.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1947.

COGGIOLA, Osvaldo. Ciências humanas: o que são, para que servem. **Intelligere, Revista de História Intelectual, São Paulo**, n.9, 2020, pp. 14-38. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/173539/162955.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder. **Revista Fim do Mundo**, Marília, SP, v. 1, n. 01, p. 46–71, 2020. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10204.

NETO, Odilon Caldeira. **Neo-Fascism and the Far Right in Brazil.** Cambridge University Press, 2025.

‘Que desça o fogo santo sobre a USP’: culto evangélico reacende debate sobre uso do campus. **Jornal do Campus**, 17 out. 2025. Disponível em: https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2025/10/que-desca-o-fogo-santo-sobre-a-usp-culto-evangelico-reacende-debate-sobre-uso-do-campus/.

artigos

ARTIGO

A colonialidade do poder e a invenção da América Latina como periferia do mundo

Alissa Yuri Sasaki
Ana Letícia Vieira
Beatriz Andriotti de Oliveira
Viviane da Silva Xavier*

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p32-62

resumo

Este texto tem como objetivo final utilizar o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano para analisar configurações sociais presentes na América Latina na atualidade referentes ao colonialismo europeu. Para isso, será feito primeiramente uma análise do mundo antes do século XV, abarcando desde as civilizações na Mesopotâmia até o contexto asiático no século XIX. Com o intuito de argumentar que o preceito de superioridade empregado à Europa é ilusório, pois as bases do conhecimento e do sistema econômico moderno não são oriundas da Europa Ocidental, por terem sido usurpadas de outras regiões do mundo. Analisaremos os conceitos de eurocentrismo e novo padrão de poder mundial, relacionando-o com o conceito de modernidade como instrumento de hegemonia europeia para com as nações periféricas, a partir da formação de uma história unilateral que criou uma ideia de evolucionismo entre as nações e internamente nos Estados. Por fim, exploraremos as consequências desses arranjos para os países latino-americanos, como apagamento cultural e políticas de embranquecimento. Este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica, utilizando obras acadêmicas que abordam a colonialidade do poder, a modernidade e o eurocentrismo, a fim de fundamentar a análise proposta.

PALAVRAS-CHAVES: Colonialidade do poder; hegemonia; modernidade.

*Graduandas em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Os e-mails para contato obedecem à ordem de apresentação dos nomes: sasakialissa@gmail.com; analeticiavieria06@hotmail.com; biaandriiotti@gmail.com e vivianexavier182020@gmail.com.

A colonialidade do poder e a invenção da América Latina como periferia do mundo

Alissa Yuri Sasaki
Ana Letícia Vieira
Beatriz Andriotti de Oliveira
Viviane da Silva Xavier

Introdução

O conceito de colonialidade do poder apresentado por Aníbal Quijano na obra "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina" (2005), partindo do legado colonial na América, faz referência a uma mentalidade construída de forma artificial de que um continente teria mais poder econômico e social do que outros, a partir da criação da ideia de raça e perturbando hierarquias que transcende o período colonial. Isso ocorreu e ocorre, especificamente, a partir do século XV e se firma durante o século XIX. Esse pensamento de superioridade se interliga com a chegada da modernidade, que é envolvida pela criação de um evolucionismo das nações e de uma história única para todas as sociedades. A partir disso, será possível fazer uma análise breve sobre suas consequências para a América Latina.

No primeiro tópico, para contextualizar e dar suporte aos argumentos do autor, faremos uma linha do tempo focando em algumas regiões como o Norte da África, Oriente Médio e Leste Asiático. Com a finalidade de mostrar que os conhecimentos, técnicas e recursos naturais que fizeram a Europa[1] se destacar na modernidade, não são dela originados, também ficará implícito que seus atores se apossaram de recursos dessas regiões para benefício próprio. Sustentaremos este ponto, exemplificando a apropriação dos seus conhecimentos matemáticos,

[1] Ao longo do artigo, entende-se ao se referir a "Europa" como a região atualmente conhecida como o continente europeu, apesar de em alguns momentos históricos abordados a região ainda não ter se estabelecido na conjuntura atual.

medicinais, culturais e econômicos. Durante o texto serão abordados em conjunto três movimentos interligados: a pretensão de universalismo europeu, o processo de apagamento das outras culturas e a construção do ideal moderno. O primeiro corresponde à tentativa europeia de impor seus valores, saberes e modos de vida como parâmetros universais de racionalidade e civilização. Em decorrência disso, ocorre o segundo movimento, marcado pelo apagamento e pela subalternização das demais culturas, cujos conhecimentos foram apropriados, desqualificados ou invisibilizados no discurso moderno. A partir dessas dinâmicas, consolida-se o terceiro movimento, no qual se estrutura o ideal moderno, assentado na hierarquização que toma a experiência europeia como centro do progresso humano. Esses três processos, embora distintos, articulam-se na formação da modernidade e podem ser compreendidos à luz do debate sobre a colonialidade do poder e do saber, amplamente discutido no contexto do giro decolonial latino-americano.

No segundo tópico, utilizaremos dessa análise histórica para compreender sobre as teorias de Quijano abordadas no livro supracitado, que argumentam sobre a formação e as consequências da Europa como centro de conhecimento na modernidade. Com isso, é possível aprofundar em elementos que se desdobraram durante esse período, como a hierarquização de raças atrelada a uma ideia de evolucionismo estatal, que apresenta Europa Ocidental como o território mais desenvolvido, enquanto as outras sociedades estariam na linha de um estado primitivo ou abaixo

dela, não sendo civilizadas. Outro instrumento para a superestimação da Europa, foi a criação de uma história mundial centrada no continente europeu, apagando identidades geoculturais[2]. Essa narrativa, se desenvolve a partir do século XV, época em que a Europa começou a ter conquistas relevantes no cenário global. Há diversas consequências de todos esses atos na América Latina, como a não identificação de um povo com a sua nação, políticas de embranquecimento, apagamento cultural, imposição religiosa, dependência econômica e sentimento de inferioridade.

Por fim, iremos concluir que a Europa atual tem uma suposta superioridade, construída às custas de outros povos, se apropriando de seus elementos e explorando o continente americano. Com a teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano, podemos entender o que ocorreu quando a Europa conquistou espaços notórios no sistema global e como se utilizou desses espaços para reconstruir uma história sobre o mundo, alterando a narrativa apresentada no início desse texto, em que a Europa costumava não empenhar um papel marcante internacional e os principais polos de conhecimento não se encontravam na região. Se destaca que o avanço europeu no século XV teve como consequência diversas problemáticas enfrentadas atualmente na América Latina.

[2] Conceito que relaciona traços culturais que um grupo de pessoas compartilha e que estão ligados a um território

Construção da suposta superioridade europeia

É de conhecimento amplo o status de uma potência intelectual, tecnológica, econômica e social que o continente europeu possui, mais especificamente na parte Ocidental. Esse status se associa a um símbolo da modernidade, e por isso, tudo que é produzido nesta região é considerado elementos inovadores e um exemplo a ser seguido por outras populações. Todavia, uma análise mais profunda do mundo antes do século XV, mostra esse cenário de forma divergente; há uma quebra nessa sua superioridade que abrangeria os campos de raça, economia, conhecimento e cultura. Para posteriormente conquistar todos esses elementos, os europeus se apropriaram de diversos conceitos cunhados por outros povos. Para se entender essa afirmação iremos regressar primeiramente à história das civilizações presentes na antiga região chamada de Crescente Fértil, que abarca regiões na Ásia e Norte da África e é considerada o berço da humanidade. A região era habitada por povos que desenvolveram diversas técnicas e conhecimentos, que mais tarde foram replicados pela Europa, configurando em um movimento de apagamento da participação desses povos no desenvolvimento dessas práticas por conta da história europeia frequentemente ser dada como mundial. Um grande exemplo desse argumento é o desenvolvimento matemático e medicinal nesta região.

Um dos marcos cruciais no avanço da Matemática foi a inovação de símbolos. Eles foram usados no Antigo Egito para efetuar marcações do

calendário religioso e agrícola. Assim, desenvolveram uma numeração hieroglífica decimal, na qual cada símbolo representa uma potência de 10 (GAYRO, 2010, p. 20).

O sistema de numeração egípcio repousava sobre sete números-chave: 1, 10, 100, 1.000, 10.000, 100.000 e 1.000.000. Elementos distintos simbolizavam esses números, como um osso de calcanhar invertido representando o 10 (IMENES, 1990, P. 22). Outros povos da Mesopotâmia, como os Sumérios, adotaram tábuas de barro como base para registrar informações e efetuar cálculos. Depois de preenchidas, estas tábuas eram assadas, em fornos ou ao sol, para que os registros permanecessem inalteráveis. As representações se davam na vertical para as unidades e na horizontal para as dezenas (IMENES, 1990, p. 26-27).

Já nas cidades e aldeias da civilização Inca, os *Quipucamayocs* eram encarregados de criar e interpretar os *quipos*[3], um sistema de registro estruturado por cordões e nós. Eles registravam informações como população por classe social, eventos como nascimentos, casamentos e mortes, além de dados sobre colheitas, estoques, abates de animais e materiais para os trabalhadores. Esses registros permitiam o controle do império, a cobrança de tributos e a tomada de decisões militares (GAYO, 2010, p. 8).

[3] Na língua originária quéchua, "nós".

Enquanto a civilização Maia, outra precursora da América pré-colombiana, adotou um sistema de numeração vigesimal. A origem desta base de contagem é o número de dedos somando os das mãos e o dos pés. Os numerais eram representados por símbolos, o número 5 e seus múltiplos sendo representados por barras e os demais números por pontos. Uma exceção notável é o zero, representado por uma concha (GAYO, 2010, p. 14). A contagem vigesimal Maia não apenas se refletiu na numeração, mas também no calendário, onde o fechamento de um ciclo de vinte anos se assemelhava ao encerramento de uma década.

Desse modo, fica perceptível que várias civilizações já possuíam um vasto conhecimento Matemático, portanto, é inaceitável que a concepção de Matemática tenha se desenvolvido apenas na Europa com Pitágoras[4], por exemplo. O mesmo argumento pode ser aplicado na área da Medicina, visto que é nessa mesma região da Mesopotâmia, especificamente no Egito Antigo, que se tem uma das origens da Medicina ocidental.

Acredita-se que a partir da mumificação[5] o povo egípcio adquiriu um grande conhecimento do corpo humano e conseguiu desenvolver diversos tipos de cirurgias e técnicas médicas:

> Entre as doenças identificadas e adequadamente descritas e tratadas pelos médicos egípcios, incluem-se distúrbios gástricos,

[4] Filósofo e matemático. Pitágoras nasceu na Grécia e foi intitulado por muitos como o pai da Matemática.
[5] Prática religiosa que ocorria com o objetivo de preservar ao máximo o corpo do indivíduo que faleceu, pois se acreditava na vida após a morte. Os egípcios tinham diversas etapas para esse processo, incluindo a retirada de alguns órgãos.

> dilatação estomacal, cânceres cutâneos, coriza, laringite, angina do peito, diabetes, constipação, hemorróidas, bronquite, retenção e incontinência da urina, esquistossomose, oftalmias, etc. (EL-NADOURY; VERCOUTTER, 2010, p. 139)

Além desses casos, desenvolvimentos no campo da Medicina também podem ser encontrados no Peru:

> Em 1865, o arqueólogo estadunidense Ephraim George Squier encontrou um crânio, em Cuzco, Peru, com uma perfuração em formato retangular com dimensões de 15 x 17 milímetros, datado de 1.500-1.400 a.C (...) Iniciou-se então uma busca por crânios semelhantes e estudos mostraram que cerca de 65% das pessoas submetidas à trepanação sobreviviam, indicando cuidados pós-cirúrgicos complementares à cirurgia. (FIORINI; MANSO, 2021, p. 2)

Outro fator que indica essa influência no campo da Medicina é o seu símbolo, que remete a uma religião mesopotâmica. Os sumérios acreditavam em um deus denominado Ningishizida, que era como o protetor das plantas e possuía, em sua forma, duas serpentes crescendo em seus ombros. O termo *sachan*, que refere-se a serpente, tem o significado de juventude e saúde, pois estes restauram o epitélio e possui uma proximidade com a deusa das águas e da saúde, denominada Ea. Posteriormente, no reinado de Hammurabi, este símbolo começou a ser reproduzido com a imagem de duas serpentes envolvidas em um cajado, que com o tempo perdeu uma das serpentes do emblema sem um motivo aparente (FIORINI; MANSO, 2021, p. 6).

Com tudo isso posto, se conclui que é inviável dizer que a Medicina teria surgido na Europa e que Hipócrates[6] pode ser intitulado o pai da Medicina, pois já existiam muitas técnicas avançadas neste campo em outras partes do mundo.

Prosseguindo cronologicamente, o escritor Leopold Sédar Senghor[7] aborda a relação entre África, Ásia e o povo greco-romano. Ele acredita que:

> A ciência e a filosofia, se não a religião, gregas, nasceram em contato com os egípcios. Os fundadores da ciência e da filosofia gregas, como Tales, Pitágoras e Platão, foram ao Egito aprender com os sacerdotes. Refiro-me, mais uma vez, à obra de Théophile Obenga, intitulada "Les noirs dans l'Antiquité". Os romanos imitaram os gregos. Eles teriam, mesmo, no importante domínio da mitologia, como acabei de dizer, acentuado a característica negra de alguns deuses e heróis. (SENGHOR, 2018, p. 369)

A primeira similitude apresentada por ele, se dá no campo linguístico, onde apresenta diversas semelhanças entre as línguas africanas e pré-indo-europeias do Mediterrâneo, como as pronúncias de palavras, ausência de diferenciação entre substantivos e verbos, classes nominais e abundância de afixos. Esse mesmo fenômeno ocorreria na religião, em que poderiam ser encontradas representações ou elementos que remetem a deuses e heróis do continente africano.

[6] Nascido na Grécia de uma família de grande prestígio. É considerado o pai da Medicina por ter conseguido relacionar doenças a fatores climáticos, alimentares e ambientais por meio da observação clínica. Escreveu diversas passagens importantes, como o juramento de ética, que é até hoje recitado em formaturas de Medicina no Brasil.
[7] Político, professor e escritor senegalês, tendo sido presidente de Senegal, de 1960 a 1980.

Essas influências, segundo o autor, se dão por conta das trocas culturais e comerciais ocorridas no mediterrâneo entre o norte da África, o norte do Oriente Médio e a população greco-romana. Também discorre sobre a circulação de povos nessas regiões e a maneira pela qual exerciam papéis fundamentais na sociedade greco-romana. Esses papéis podem ser encontrados no exército, em manifestações culturais (como o teatro) e em esportes, especificamente, Segnhor (2018) destaca uma similaridade entre a forma que os esportes foram integrados a festivais, como eram feitos por populações africanas. Desse modo, pode ser apontado, já nesse período, a maneira pela qual a região hoje conhecida como Europa cresce intrinsecamente influenciada pela cultura e características de outros povos, considerando que o Império Romano levará essas características dos povos asiáticos e africanos à frente, integrando-as à cultura europeia.

Outro ponto de entrada para o conhecimento no continente europeu foi a invasão da Península Ibérica[8], organizada pelos mouros[9], mulçumanos e árabes que ficaram no continente pelo que se estima 552 anos, sendo definitivamente expulsos em 1492 (LIMA, 2022, p. 7).

Por praticar o comércio entre o oriente e o ocidente e ter dominado diversos territórios no Norte da África, esses povos já tinham adquirido conhecimentos de outras populações. Nesse sentido, eles levaram a bússola e a pólvora da China para a Europa, bem como conhecimentos

[8] Situada no sudoeste da Europa, composta por Espanha, Portugal, Andorra, Gibraltar e um pedaço da França.
[9] Oriundos de povos árabes e africanos, mestiços.

náuticos e o papel. Também trouxeram a matemática (como o número 0, vindo da Ásia), a Medicina e aperfeiçoaram novos conceitos de álgebra, astronomia e aritmética. Na agricultura eles importaram plantas exóticas como a laranjeira e a oliveira, desenvolveram plantação de grandes pomares, trabalharam no cultivo de arroz e aprimoraram técnicas de captação de água e irrigação. As contribuições na parte de arquitetura e urbanismo são as mais notáveis, pois construíram castelos, mesquitas, bibliotecas, entre outras edificações (LIMA, 2022, p. 14-15).

Pode-se observar também similaridades entre a língua portuguesa e a árabe, como o nome de profissões (xerife), comidas (azeitona) e animais (papagaio). Hoje essa influência diminui por conta da aceitabilidade de outros idiomas estrangeiros (LIMA, 2022, p. 17).

Toda essa herança é central para o desenvolvimento europeu e para suas conquistas no século XV, pois possibilitou que se adquirido o conhecimento que antes era levado pelos mouros, árabes e mulçumanos, já que eram considerados a vanguarda científica do planeta[10].

Seguindo esse pensamento de que a Europa cresceu absorvendo elementos de outros povos, se pode citar a análise do professor Kenneth Pomeranz[11] (2000), em seu livro "*The Great Divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*", a respeito da Ásia e Europa na

[10] Termo utilizado em "A Influência Árabe na Península Ibérica e na Língua Portuguesa" (LIMA, 2022, p. 5).
[11] Kenneth Pomeranz nasceu nos EUA e é professor de história. Seu trabalho é centrado na China e a maior parte de sua pesquisa é em história social, econômica e ambiental.

época da Revolução Industrial. Antes deste período, ambos os países possuíam características semelhantes em termos de expectativa de vida, consumo e comercialização. No entanto, até o século XVIII, a Ásia era considerada como centro da economia mundial, por seus destaques na agricultura, tecelagem, porcelana, barras de ferro e Medicina em diferentes países. Como exemplificado por Pomeranz:

> Em muitas áreas de tecelagem e tinturas, os europeus ainda estavam tentando imitar processos chineses e indianos. O mesmo vale para a manufatura da porcelana. Mesmo em 1827 e 1842, dois observadores britânicos separadamente concluíram que a barra de ferro indiana era tão boa ou melhor que o ferro inglês, e o preço cotado para 1829 era metade que o do ferro na Inglaterra (...) A medicina não era terrivelmente eficiente em parte nenhuma do mundo, mas as cidades do leste (e provavelmente do sudeste) da Ásia estavam bem na frente em termos de assuntos de saúde pública, especialmente cuidados sanitários e provimento de água potável. (POMERANZ, 2000, p. 43-49)

Diante disto, Pomeranz (2000) explica quais foram as razões para que a Europa tenha passado à frente na Revolução Industrial, mesmo a Ásia tendo mais competência. Ambos os países passaram por uma crise, pela falta de recursos naturais, as vantagens da Europa nessa questão foram a localização geográfica do carvão, que era mais favorável do que na China, por exemplo, e a exploração de recursos oriundos da América Latina que proporcionaram um alívio ecológico, tirando a Europa de sua crise.

O papel da América Latina nesse momento é fundamental, pois como destacado, seus recursos naturais foram um fator central para a Revolução Industrial realizada na Europa. No entanto, se faz necessário

ressaltar, que o poderio bélico, a pólvora, somente foi adquirida pelos europeus através da invasão dos povos da Ásia Ocidental na Península Ibérica, sendo esse o principal motivo dos europeus terem desenvolvido armas superiores às armas dos povos originários latino-americanos (POMERANZ, 2000). E é uma das causas que alavancou o avanço da Europa para que se tornasse a potência e influência que é atualmente (SEGRILLO, 2014, p. 66-94)[12].

Com a análise histórica apresentada, torna-se evidente que até o século XVIII a Ásia desempenhou um papel central no panorama mundial, ofuscando o emergente eurocentrismo. Esse período de predominância asiática não apenas moldou dinâmicas globais, mas também estabeleceu as bases para o subsequente desenvolvimento europeu. No entanto, é crucial reconhecer que o eurocentrismo não se consolidou isoladamente, pelo contrário, foi alimentado pela exploração de recursos da América e pela apropriação de conhecimentos provenientes das regiões africanas e asiáticas. O avanço europeu que se seguiu não deve ser dissociado das interações entre os continentes, mas deve ser compreendido como produto de uma rede histórica de interdependências, apropriações e apagamentos.

[12] É pertinente destacar que o elemento militar é apenas um entre muitos outros envolvendo a conquista espanhola na América, esse trecho apenas tem o intuito demonstrar a característica satírica que envolve as conquistas militares de atores europeus a partir de um descobrimento de outro continente.

Essa perspectiva permite problematizar a construção da modernidade como um processo intrinsecamente colonial, no qual o poder europeu se afirma ao mesmo tempo em que subalterniza outros epistemes e modos de vida. Assim, as evidências aqui apresentadas constituem o ponto de partida para compreender o pensamento de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder, especialmente ao evidenciar como a modernidade europeia se ergue sobre a negação das contribuições de outras civilizações.

Colonialidade do poder: hierarquias

Feita a construção da influência europeia com base em fatos históricos, compete neste momento utilizar do campo teórico para melhor compreender como o eurocentrismo foi paulatinamente se firmando no mundo e o alterando por completo. Nesse sentido, Aníbal Quijano desenvolve em sua obra "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina" (2005) o processo para a consolidação do novo poder mundial, agora caracterizado como hegemônico e retido pelos países do Norte Global[13]. Esse novo padrão nasce concomitantemente à colonização do continente americano, pois, como visto, é a partir desse momento que os europeus passam a ter alguma vantagem econômica em relação aos outros povos do mundo.

[13] Termo utilizado primeiramente por Carl Oglesby (1969) e empregado com frequência em estudos pós-coloniais, que se refere a um conjunto de países considerados desenvolvidos.

O novo padrão de poder se baseia no conceito de raça, que de acordo com o autor, passaria a existir a partir da modernidade pela construção da ideia que um grupo de pessoas teria estruturas biológicas diferentes de outro. Sendo assim, essa modernidade não se constrói de forma neutra, mas a partir da criação de uma hierarquia global entre povos, na qual a Europa se posiciona como centro racional e civilizado, enquanto as demais regiões são classificadas como atrasadas ou primitivas. Tal classificação racial — sustentada pela crença em diferenças biológicas entre grupos humanos — passa a legitimar a dominação colonial e a organizar o mundo moderno segundo uma lógica eurocêntrica. A partir desse momento, termos para determinar uma identidade obtiveram conotação racial, como por exemplo, o “espanhol”, o “português” e o “europeu” que antes serviam apenas para caracterizar a procedência geográfica ou o país de um indivíduo (QUIJANO, 2005, p. 117).

Com o aprofundamento dessa lógica, os traços fenotípicos passam a tornar-se marcadores centrais na definição das raças. Enquanto os europeus se autodenominavam “brancos”, criaram-se novas terminologias para designar e inferiorizar os outros povos. A racialização, portanto, consolida-se como um dos principais instrumentos de dominação, estabelecendo o primeiro critério de hierarquização dos papéis de poder na escala global (QUIJANO, 2007, p. 118).

Esse sentido de raça será utilizado pelos europeus para superiorizar seus costumes e conhecimentos, apontando que qualquer um que não

fosse como eles eram selvagens ou primitivos, fato que pode ser percebido no darwinismo social[14]:

> O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, são dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta "natural" pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenham sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder. [...] a teoria científica da seleção natural mostrava que os inferiores, os menos aptos, deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes (BLANC, 1994 *apud* BOLSANELLO, 1996, p. 154)

Desta forma, é possível observar a ideologia contida no pensamento do darwinismo social, e seu uso, na defesa da sociedade capitalista. O termo "eugenia" foi utilizado por Francis Galton, primo de Darwin, em 1883. Galton sugeria que o Estado promovesse a criação de uma elite genética através do controle científico da reprodução humana, com o objetivo, de eliminar ou desencorajar os indivíduos considerados inferiores, os "menos aptos" (negros e indígenas), de procriar[15]. O conceito eugenista serviu para justificar interesses econômicos, uma vez que elites se beneficiavam da exploração de grupos marginalizados, por acreditarem que eram raças superiores. Desse modo, essa teoria se entrelaçou à divisão social do

[14] Importante retomar que o darwinismo social não foi proposto por Charles Darwin, mas surgiu da leitura distorcida de sua teoria da seleção natural, aplicada indevidamente às relações humanas e sociais, embora Darwin tenha se alinhado a certos debates de seu tempo - incluindo a aceitação parcial de ideias eugenistas.

[15] Tanto que, as ideologias de Hitler, como a superioridade de uma raça pura, foram fortemente embasadas pelo darwinismo social, pela eugenia e pelo racismo científico, o que resultou no genocídio ocorrido no Holocausto (THUILLIER, 1984 *apud* BOLSANELLO, 1996, p. 155).

trabalho e às formas de exploração que já estavam presentes no colonialismo. Cada vez mais, a branquitude social se tornou o grupo associado aos cargos de liderança e aos salários mais altos, enquanto as minorias controladas por essa branquitude eram justamente as que possuíam uma raça considerada inferior.

> [...] os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser 118 comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (QUIJANO, 2007, p. 119).

Logo, isso permitiu um maior controle desses grupos, pois eles foram forçados em uma só massa trabalhadora. Essa abordagem representou uma nova forma de dominação e exploração, em que raça e trabalho foram cuidadosamente articulados, criando uma percepção de conexão natural que se mostrou eficaz ao longo da história.

A influência da América no comércio mundial e a ascensão da Europa Ocidental funcionaram como seu centro. Os recursos da América, atráves de superávits de ouro e prata extraídos através do trabalho forçado de indígenas, negros e mestiços, deram aos europeus uma vantagem para o controle do comércio, bem como a localização geográfica favorável da América no Atlântico que facilitou o transporte desses recursos para o mercado global, estimulando a monetarização. Essa vantagem econômica permitiu aos europeus concentrar o controle do capital, do trabalho e dos

recursos de produção em grande escala, e a expansão colonial dos brancos fortaleceu ainda mais essa posição.

Isso resultou na emergência da Europa Ocidental como uma nova identidade geocultural, deslocando a hegemonia das regiões mediterrâneas e ibéricas. No entanto, a ascensão da Europa como centro não explica completamente o porquê ela também se tornou o epicentro da relação capital-salário. A explicação pode ser encontrada no processo que levou as outras regiões e populações sob domínio europeu a permanecerem em relações de trabalho não-salariais. Isso acarretou a uma divisão racial do trabalho, com o trabalho assalariado sendo predominantemente reservado aos brancos que estavam em regiões não-europeias (QUIJANO, 2007, p. 119).

A relação entre a classificação racial e a organização do trabalho no contexto do capitalismo não é uma necessidade essencial do sistema, mas uma consequência histórica entre a raça e as formas específicas de controle do trabalho. Desde a colonização da América, os europeus associaram o trabalho não remunerado com as raças colonizadas, explorando os indígenas como mão de obra descartável. Mesmo após a Independência, muitos indígenas permaneceram em servidão não remunerada, enquanto o trabalho escravo era restrito aos negros. Isso levou os europeus a consolidar a ideia que apenas os brancos mereciam os salários, criando assim essa divisão racial trabalhista.

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica das diferentes formas de controle, concentrando o trabalho assalariado na Europa. A história do capitalismo está ligada à essa classificação racial da população e à organização do trabalho, resultando assim em uma estrutura de controle que é tanto colonial quanto moderna.

Há uma relação de proximidade entre a raça e a divisão de trabalho, já que ambos são estruturados e reforçados mutuamente, mesmo que não dependam um do outro para sua existência. Durante todo o período colonial esteve presente o modelo de divisão e distribuição racial e, com isso, a lógica de classificação por meio da raça se expandiu, criando assim novas identidades sociais. A criação dessas novas identidades sociais também está relacionada com o processo de apagamento histórico gerado sob a ideia do evolucionismo abordado acima. Essa teoria estruturou a sociedade criando estágios de civilização, sendo que a Europa estaria no ponto mais alto de desenvolvimento e os outros Estados ainda teriam que passar por ele. Com isso, se produziu a ideia que a história do povo europeu era a história mundial e todos os conhecimentos desenvolvidos até o dado momento foram atribuídos única e exclusivamente a esse continente. Assim se teve um apagamento identitário, desprezando qualquer costume diferente ao do europeu, através da imposição cultural, reprimindo qualquer forma de desenvolvimento de conhecimento, economia e até sua identidade geocultural. Esse processo culminou na re-identificação

histórica, ao passo que os europeus lhes atribuiam novas identidades, como explicado por Quijano:

> São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, 2007, p. 127).

Com essa nova identidade, foi desapropriado o lugar de todos esses povos na história global, formando uma nova perspectiva temporal e fomentando um processo de apagamento identitário e epistemológico que consolidou a colonialidade como dimensão constitutiva da modernidade, determinando quem seria reconhecido como sujeito histórico e quem seria relegado à condição de objeto do conhecimento europeu. Assim, a história universal passou a ser contada a partir da experiência europeia, convertendo o mundo em uma narrativa única, linear e excludente, que sustenta até hoje as bases do pensamento moderno e das relações globais de poder.

Colonialidade do poder: construção racial da identidade latino-americana

A partir dessa compreensão da formação do sistema-mundo moderno sob uma lógica racial e eurocêntrica, torna-se possível observar como tais estruturas se perpetuaram nas sociedades latino-americanas mesmo após o fim do domínio colonial formal, sendo que essa

independência política não significou o rompimento com o padrão de poder. Essa experiência da história única serviu de base para a homogeneização da criação de uma identidade nacional comum de um determinado território. Na Europa a formação dessa identidade só foi possível por conta do processo de democratização social ocorrido. No entanto, segundo Aníbal Quijano, embora os países latino americanos tenham sua independência das potências coloniais europeias, ainda não é possível alcançarem um estado de plena nacionalização ou identidade comum, pois a estrutura do poder colonial baseada na discriminação racial e desigualdade social, presente até os dias atuais na América Latina, impede a formação de uma identidade nacional comum. A partir disso, é notório que essa criação democrática social funciona em outros países colonizados como Estados Unidos e Austrália, mas não na América Latina, justamente por conta da colonialidade de poder, em que a raça é hierarquizada. Futuramente na Europa ocorre a não identificação de pessoas nascidas no local por conta e seus traços fenotípicos:

> Hoje em dia é fácil observar na França o problema nacional e o debate produzido pela presença de população não branca, originária das ex-colônias francesas. Obviamente não é um assunto de etnicidade nem de crenças religiosas. Novamente basta recordar que há um século o Caso Dreyfus demonstrou a capacidade de discriminação dos franceses, mas seu final também demonstrou que para muitos deles a identidade de origem não era requisito determinante para ser membro da nação francesa, desde que a cor fosse francesa. Os judeus franceses são hoje mais franceses que os filhos de africanos, árabes e latinoamericanos nascidos na França. Isto para não mencionar o sucedido com os imigrantes russos e espanhóis cujos filhos, por terem nascido na França, são franceses (QUIJANO, 2005, p. 136).

Com isso, é evidente que na colonização da região da América Latina houve a imposição de cultura, língua e religião aos povos nativos. Sendo que a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes na América Latina, esses impuseram o modelo europeu na formação de uma identidade, que não levava em conta a diversidade racial da região. Este modelo foi um fator de exclusão e marginalização dos povos indígenas e afro-latino-americanos. Quijano, conclui que a colonialidade do poder ainda é um problema na América Latina e que as estruturas de poder baseadas na desigualdade racial continuam a limitar a construção de uma identidade.

Um exemplo da exclusão e marginalização dos povos indígenas e afro-latino-americanos pode ser percebida após a abolição da escravidão. Nessa época, os países da América Latina estabeleceram leis de imigração restritivas e adotaram políticas imigratórias que tinham o objetivo explícito de branquear a população, proibindo a imigração de ascendentes africanos. Essas ações colocaram os afrodescendentes em uma condição marginalizada, inserindo-os novamente às posições socias que ocupavam antes do fim da escravidão.

Como explicado anteriormente, a eugenia na América Latina foi influenciada pela percepção dos latino-americanos como um povo atrasado e racialmente degenerado. Enquanto as correntes anglo-saxônicas viam a miscigenação como uma deterioração racial, os eugenistas latino-americanos argumentavam a favor dela como um meio

de aprimorar a raça. Isso inclui teorias como o "embranquecimento" no Brasil e a ideia da "raça cósmica" no México (BELUCHE, 2005, p. 190-191).

Na primeira teoria, o Brasil chegou a incentivar e investir na miscigenação de brancos e não-brancos, para que assim, ocorresse uma melhoria racial que resultasse no clareamento da população. Em contrapartida, na segunda teoria, o mexicano José Vasconcelos sugeriu a fusão de todas as raças na "raça cósmica", logo, uma raça mestiça. Entretanto, mesmo que à primeira vista esta proposta pareça uma promoção da diversidade racial, ela tinha seu cunho racista de desvalorizar os indígenas e negros, já que almejava através da fusão das raças, gerar uma raça superior. O filósofo mexicano afirmava que, segundo Vasconcelos (1997, p. 30) "os tipos inferiores da espécie serão absorvidos pelo tipo superior. Dessa maneira, por exemplo, o Negro poderia se redimir, e passo a passo, por extinção voluntária, os grupos mais feios darão caminho para os mais bonitos".

Os países latinoamericanos utilizaram a eugenia, de acordo com a quantidade de suas populações indígenas e conforme o total de imigrações europeias recebidas. Certos Estados, fizeram o uso da teoria de embranquecimento (Argentina, Uruguai e Chile), outros concentraram-se em criar um orgulho mestiço que contemplava a negritude (Colômbia, Cuba e Venezuela), e alguns voltaram-se para a "mestiçagem monocultural", que consistia apenas na miscigenação entre indígenas e brancos, excluíndo os negros em sua totalidade (Equador e México). Todas

essas estratégias acabaram sendo motivadas, em última análise, por um sentimento antinegro (M. RAHIER, 2008, p. 148-182 *apud* HERNÁNDEZ, 2017, p. 34).

O Brasil é um dos países não destacados, mas que também promoveu o branqueamento através da vinda de europeus. Sendo o último país das Américas a abolir a escravidão em 1888, compactuou com a não integração de negros na sociedade e os privou de possuir direitos fundamentais da cidadania. Essa questão gerou apreensão entre as classes dominantes brasileiras, tendo em vista a considerável quantidade de escravizados que foi trazida para o país.

Esse mesmo período, coincidiu com a implementação da imigração europeia como uma política nacional, o Brasil ficando atrás somente da Argentina no número de imigrantes. Uma das vantagens dessa implementação foi a criação de uma legislação que garantisse a naturalização automática de imigrantes europeus, em 1999 (BLETZ, 2003, p. 22-23, 30 *apud* HERNÁNDEZ, 2017, p. 55).

A partir dessa implementação, a quantidade de pessoas que chegaram através da imigração branca em menos de um século superou significativamente o número de negros escravizados traficados ao Brasil ao longo de três séculos. Com base nesse fato, é possível afirmar que a iniciativa brasileira de embranquecimento foi extremamente eficaz (SANTOS; HALLEWELL, 2002, p. 70 *apud* HERNÁNDEZ, 2017, p. 57). Tanto

que, membros da elite e da política brasileira apoiavam abertamente essas operações. Um exemplo disso ocorreu em 1912, quando o intelectual pertencente à elite, João Batista Lacerda, fez uma previsão de que em 2012, não haveria mais negros na composição da população brasileira. Ela seria constituída por 80% de brancos, 17% de indígenas e apenas 3% de mestiços (SKIDMORE, 1974, p. 67 *apud* HERNÁNDEZ, 2017, p. 57).

Como o Brasil, membros da elite e da política argentina compartilhavam da mesma linha de pensamento. O presidente argentino do mandato de 1868 a 1874, Domingo Sarmiento, expressou de forma explícita o interesse do governo em embranquecer a população com a imigração europeia, isto é, declarava que o sangue indígena deveria ser "corrigido" pelo Estado (ANDREWS, 1980, p. 103 *apud* HERNÁNDEZ, 2017, p. 35). Mais recentemente, Carlos Menem, presidente argentino de 1989 a 1999, chegou a responder que: "Não, nós não temos negros. O Brasil tem esse problema" (GABINO, 2007). Podemos ver através da Constituição original de 1853, que mesmo antes destes mandatos, a Argentina já havia incorporado ações afirmativas para apagar sua identidade indígena e negra.

> Estrangeiros gozam no território nacional de todos direitos civis dos cidadãos; podem exercer indústria, comércio e profissão; possuir bens, comprar e vender bens imóveis; navegar nos rios e costas; praticar livremente sua religião; testar e casar conforme as leis. Não são obrigados a aceitar a cidadania, nem a pagar contribuições compulsórias extraordinárias. Podem obter nacionalidade depois de residir dois anos no país; mas, as autoridades podem reduzir o período de tempo para aqueles que assim o solicitarem, alegarem

> e provarem serviços prestados à República (ARGENTINA, 1853, art. 20)

Desse modo, é explícito que os países latino-americanos beneficiavam imigrantes europeus na tentativa de atraí-los e de embranquecer o continente, "purificando-os". Compondo uma política explicada pela colonialidade do poder.

Conclusão

O presente trabalho buscou trazer uma perspectiva histórica do processo de criação da imagem da Europa que se dá atualmente, a fim de mostrar que sua superioridade foi fundada com base em apropriações culturais, de conhecimento, de recursos naturais, entre outros. Em seguida, utilizamos de teorias produzidas por Aníbal Quijano para mostrar que na modernidade foram criados conceitos que levaram a uma hierarquização da sociedade, dividindo o mundo entre inferiores e superiores, primitivos e civilizados, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nessa mesma lógica, fizemos uma análise breve de como a América Latina está posicionada nesse cenário e de algumas problemáticas que repercutiram dessa suposta superioridade.

Iniciamos o texto exemplificando o argumento de conhecimento e cultura. Usamos da área da Matemática e Medicina para mostrar que povos da Mesopotâmia já haviam desenvolvido muitas técnicas nesses campos do conhecimento, e que acreditar que elas teriam sido produzidas única e exclusivamente na Europa é errôneo. Com o intuito de mostrar como os

europeus entraram em contato com o conhecimento de diferentes povos, foi destacado o intercâmbio cultural que existia na região do mar mediterrâneo, em que povos africanos e greco-romanos participavam ativamente entre suas sociedades, interligando conhecimento, idioma e religião. Por esse mesmo motivo, mostramos que pela conquista da Península Ibérica por povos árabes, mouros e mestiços, se teve a entrada de elementos como bússola, pólvora, conhecimento náuticos, além de ter influenciado a língua portuguesa. Por conseguinte, debatemos sobre como até o século XVIII a Ásia era considerada o centro da economia mundial, e os principais motivos pelo qual ela não realizou a Revolução Industrial antes da Europa, foi a colonização da América e o carvão encontrado de forma abundante na Europa.

Depois discutimos sobre as teorias de Aníbal Quijano, argumentando como na modernidade se teve a criação de um novo padrão de poder hegemônico empunhado pela Europa. Com esse novo poder se foi criado o conceito de raça para diferentes pessoas em inferiores e superiores, o que levou a diversas consequências, como na esfera do trabalho o homem branco ganhou espaço no mundo corporativo, sendo associado a cargos de alto escalão. Abarcamos o conceito de história única, mostrando que foi reconstruída a identidade de povos por terem sido apagados os acontecimentos antes do século XV, exatamente por mostrar uma Europa fragilizada. As consequências dessa colonialidade do poder podem ser vistas nas políticas de embranquecimento implantadas e na identificação

nacional comum, quando pessoas não são consideradas como nativas de determinado Estado por conta de seus traços fenotípicos.

Desse modo, esperamos com esse artigo ter demonstrado que o status adquirido pela Europa veio de apropriações de elementos de outros povos. Esses roubos culminaram na colonialidade do poder, que criou o conceito de raça implantando uma hierarquização do trabalho e alterando identidades geoculturais. Todo esse processo fez com que pessoas fossem excluídas de sua nacionalidade e que políticas de embranquecimento fossem adotadas.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. [Constituição (1853)]. Constitución Nacional de la Nación Argentina. Art 20. Disponível em: https://www.infoleg.gob.ar/?page_id=3873. Acesso em: 17 mar. 2025.

BELUCHE, Renato. Resenha de a hora de Eugênia: raça, gênero e nação na américa latina. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 1, n. 47, 2005. Disponível em: https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/50. Acesso em: 17 mar. 2025.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. Curitiba: Educar em Revista, n. 12, 1996. DOI 10.1590/0104-4060.166. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/sNH6RP4vvMk6wtPSZztNDyt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 mar. 2025.

CUNHA, Lázaro. Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal. s.d. Disponível em: <CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS AFRICANOS (salvador.ba.gov.br)>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GABINO, R. ¿Hay negros en Argentina? BBC Mundo, Buenos Aires, 16 mar. 2007. Disponível em: : <BBC Mundo | A fondo | 2007 | Esclavitud | ¿Hay negros en Argentina?>. Acesso em: 04 out. 2023.

GAYO, Jairo. Fundamentos e História da Matemática. Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial, Grupo UNIASSELVI, 2010.

HERNÁNDEZ, Tanya Kateri; SOUZA, Arivaldo Santos de; FONSECA, Luciana Carvalho. Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis. Salvador: EdUFBA, 2017. Disponível em: https://books.scielo.org/id/jr9nm/pdf/hernandez-9788523220150.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

IMENES, Luiz Márcio. Vivendo a Matemática: Os Números na História da Civilização. São Paulo: Scipione, 1999.

LIMA, Laísy Oliveira Costa de. A influência árabe na península ibérica e na língua portuguesa. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MAIA, Bruna; MELO, Vico. A Colonialidade do Poder e suas Subjetividades. Teoria e Cultura: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFJF), v. 15, n. 2, p. 232-242, 2020. DOI: 10.34019/2318-101X.2020.v15.30132, Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132. Acesso em: 17 mar. 2025.

OGLESBY, Carl. Vietname has failed... The revolution can only be mauled, not defeated. *Liberation Magazine*. Nova York: Dellinger/Muste, n.14, p. 5-19, 1969.

EL-NADOURY, Rashid; VERCOUTTER, J. O legado do Egito Faraônico. *In*: MOKHTAR, Gamal. História Geral da África II: África Antiga. 1° Ed. Editora Cortez, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190250. Acesso em: 17 mar. 2025.

POMERANZ, Kenneth. The Great Divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy. Princeton, Princeton University Press, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. p. 117-142, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

FIORINI, L. R.; MANSO, M. E. G. As Origens da Medicina Ocidental: Mesopotâmia e Egito Antigo / The Origins of Western Medicine: Mesopotamia and Ancient Egypt. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 16609–16615, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n4-174. Disponível em:

https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/33997. Acesso em: 17 mar. 2025.

SEGRILLO, Angelo. Ásia e Europa em Comparação Histórica: O Debate entre Eurocentrismo e Asiocentrismo na História Econômica Comparada de Ásia e Europa. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

SENGHOR, Léopold. Os Negros na Antiguidade Mediterrânea. Guarulhos: Heródoto, v. 3, n. 2, p. 348-370, 2018. DOI: 10.31669/herodoto.v3n2.28. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/1242. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, K. I. da. História da Matemática: Os Primeiros Indícios dos Números. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Fundamento da Educação: Práticas Pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

VASCONCELOS, José. The Cosmic Race: A Bilingual Edition. Tradução: Didier T. Jaén, 2. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

ARTIGO

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier*

Universidade Estadual de Feira de Santana

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p64-81

resumo

Com base em pesquisa bibliográfica e em uma abordagem qualitativa, este artigo utiliza autores como Chartier (2002; 2011), Hall (2006; 2016), Munanga (1999; 2005), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Schwarcz (1994) e Domingues (2007) para compreender como se estabelecem as representações e quais as bases que sustentam a posição atribuída à população negra. A qual, na ânsia da formação da identidade nacional brasileira, sofreu com as teorias raciais, a tentativa de embranquecimento e o mito da democracia racial, fatores que influenciaram profundamente sua construção identitária individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVES: identidade nacional; pós-abolição; representação

*Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail para contato: xavierglaucia22@gmail.com

Introdução

Retirado e adaptado de um trabalho monográfico, este artigo tem por objetivo analisar como as representações se constituem e como foram formuladas em relação à população negra durante o processo de formação da identidade nacional brasileira. Busca-se compreender de que modo essas construções impactaram a forma como os negros são vistos e como se veem no período pós-abolicionista, em meio a preconceitos, discriminação e uma falsa aceitação.

Para tanto, este estudo apoia-se na perspectiva da história da cultura, especialmente em Chartier (2002; 2011) e Hall (2006; 2016). O conceito de representação é destrinchado e fornece os caminhos necessários para o desdobramento em outros, como diferença, estereotipagem e identidade. Esses elementos estão interconectados e permitem analisar as bases sobre as quais a classe dominante construiu, no imaginário social brasileiro, a imagem da população negra, uma concepção que persiste até hoje.

A construção da identidade nacional no Brasil buscou, reiteradamente, suprimir questões raciais, recorrendo a teorias raciais, à ideologia do branqueamento e ao mito da democracia racial. Dessa forma, foi imposta às pessoas negras uma representação que precisa ser revista, confrontada e, quando necessário, negada.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico. Foram consultados e analisados textos de referência de autores que problematizam a relação entre os conceitos mencionados. A opção pela pesquisa bibliográfica se

justifica por possibilitar a articulação entre diferentes contribuições teóricas, permitindo identificar como se consolidaram, no campo intelectual brasileiro, representações que buscaram naturalizar a inferioridade da população negra e como tais discursos ainda ecoam no presente. O procedimento metodológico não se restringiu à compilação de obras, mas buscou construir uma leitura crítica e comparativa, evidenciando diálogos, tensões e permanências nos discursos sobre identidade e diferença. Dessa forma, a abordagem adotada se alinha ao objetivo central do artigo.

Representação e identidade

A representação é a categoria de análise principal deste trabalho, pois é através dela que se poderá entender os demais. Hall (2016) a coloca como um conceito e uma prática, sendo a diferença e a estereotipagem instrumentos que permitem observar seu funcionamento.

Chartier (2002; 2011) e Hall (2016) adotam estratégias diferentes para tratar da temática. Chartier (2011), entre os anos de 1982 e 1986, tem como principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler. Ele traz como a representação permite a compreensão das relações entre indivíduos ou grupos e o mundo social:

> Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as

> práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns "representantes" (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, "presentificam" a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (Chartier, 2011, p. 20).

Já Hall (2016), explora duas abordagens construtivistas: a semiótica, posta pelo semiólogo Ferdinand de Saussure, e a discursiva, associada ao filósofo e historiador Michel Foucault. Ele busca compreender como a representação e a linguagem produzem sentido e quais são os seus efeitos e as consequências.

Chartier (2011) apresenta duas definições principais. Na primeira, a representação é posta como uma forma de apresentar um objeto ausente, podendo ser uma coisa ou uma pessoa, daí surge o sentido de representar alguém em um evento. Na segunda, ela se manifesta como exibição de algo, uma demonstração de presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. As duas ainda podem se unir: a representação pode representar algo ao mesmo tempo em que se apresenta representando algo.

Hall (2016, p. 108) complementa:

> [...] processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem [...] para produzir sentido. Desde já, essa definição carrega a importante premissa de que coisas – objetos, pessoas, eventos, no mundo - não possuem, neles mesmos, nenhum sentido fixo, final ou verdadeiro. Somo nós - na sociedade, dentro das culturas humanas – que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos, consequentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro.

Nesse sentido, concede-se significado às coisas, aos signos e símbolos (sonoros, escritos, iconográficos) pela maneira como os representa, as palavras que se usa para se referir a eles, as histórias que se narra a seu respeito, a imagem que deles se criam, as maneiras que são classificados e aos valores que lhes são atribuídos.

A representação necessita expressar a identidade do ser, sua deturpação provoca constrangimento e violenta o outro. Dessa forma, é possível perceber que a representação se constrói em uma arena de lutas, sendo necessário entender por quais meios um grupo impõe, ou tenta impor, suas concepções de mundo, o seu domínio.

As representações, mesmo que fundadas na razão, carregam consigo os interesses do grupo que as criou. Assim, é essencial relacionar o discurso feito e a posição ocupada por quem o profere. O discurso é construído com base em uma posição de autoridade que legitima essa posição de poder e hierarquiza os distintos grupos. Conforme Chartier (2002, p. 17), não existe neutralidade nas percepções do social, logo, as representações não são discursos imparciais, ao contrário,

> [...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

Essa hierarquização legitima um grupo em detrimento de outro: um ocupa posição de poder e dominação, enquanto o outro se encontra em situação de submissão e aceitação. Isso pode afetar a construção da identidade, como a racial, dos negros, por exemplo. Uma representação criada sobre as pessoas negras pode ser aceita por esse grupo ou negada, todavia, de qualquer forma, afeta a sua identidade, pois não foi produzida por eles, foi elaborada e imposta como real, o que pode dificultar a construção ou reconstrução de uma identidade racial positiva.

A representação de um grupo ou indivíduo integra sua realidade social, tanto pela forma como é percebida quanto pelo que representa, como indica Chartier (2011, p. 22):

> As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica.

Compreender como as representações constroem as relações de dominação torna-se essencial, pois estas possuem energia própria e tentam a todo momento convencer que o mundo, a sociedade ou o passado são exatamente como elas se apresentam. Dessa forma, uma representação do povo negro pode ser construída de maneira estereotipada e apresentada como uma verdade absoluta.

Em seu caráter prático, a funcionalidade da representação mostra-se a partir da diferença e da estereotipagem, como traz Hall (2016). A diferença apresenta ambivalência, tendo, ao mesmo tempo, pontos positivos e negativos, o que a torna necessária, mas também perigosa.

Positivamente ela se destaca por dar significado através das oposições binárias, marca a diferença de algo ao colocá-lo como contrário a outro. Assim, só se sabe o significado do preto ao colocá-lo em uma posição de contrariedade ao branco. Ela também se constrói pelo diálogo com o outro, pela troca, e atribui significados às coisas ao estabelecer um sistema classificatório. A relação com o outro é essencial para a constituição dos sujeitos e de sua identidade.

Negativamente as oposições binárias acabam sendo reducionistas e simplificadoras, estabelecem uma relação de poder, nas quais um polo domina o outro. Nesse sentido, o branco seria dominante em relação ao preto. A classificação também apresenta problemas, pode gerar práticas ou julgamentos incorretos, aparecimento de coisas ou pessoas em categorias erradas ou em alguma que não lhe cabe. O autor traz o exemplo dos mulatos e mestiços, que não são “brancos” nem “negros” e, portanto, transitam entre os dois grupos. Essa marcação da diferença pode resultar na exclusão do que é considerado “impuro”, “anormal”, ou pode ser atraente devido à posição de ameaça frente à ordem cultural. Por fim, a subjetividade do sujeito nunca estaria concluída, por ser dependente do outro. A diferença, diz Hall (2016, p. 160):

> [...] pode ser tanto positiva quanto negativa. Por um lado, é necessária para a produção de significados, para a formação da língua e da cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como um sujeito sexuado. Por outro, é, ao mesmo tempo, ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidade e agressão dirigidas ao “Outro”.

Assim, a representação foi e continua a ser utilizada para marcar a diferença racial e significar o outro. Entre as políticas racializadas da

representação, observa-se a naturalização da diferença, estratégia que reduz as culturas do povo negro e pode levar a folclorização. O artifício, como coloca Hall (2016), é reduzir, essencializar e naturalizar as características de uma pessoa ou grupo, fixa-se a diferença, para, posteriormente, exagerar e simplificar esses traços, chegando à estereotipagem.

A estereotipagem implanta uma estratégia de cisão, divide o que é considerado “normal” e “aceitável”, do “anormal” e “inaceitável”, excluindo o que é diferente. Ela classifica pessoas segundo uma norma, definindo os excluídos como o “outro”. Diante desse cenário, pode-se observar que a estereotipagem ocorre, principalmente, onde existem enormes desigualdades de poder, aplica contra o “outro” as normas da própria cultura, um aspecto do etnocentrismo:

> O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação” (Hall, 2016, p. 193).

Portanto, o estereótipo se esforça para fixar o significado, ainda que este possa mudar, abrindo espaço para novas formas de representar, agora de uma maneira positiva.

A maneira que se representa um grupo social tem impacto direto sob a construção e reestruturação da identidade dos indivíduos. Na pós-modernidade, como aponta Hall (2006), a identidade foi marcada pela diferença, atravessada por diferentes divisões e antagonismos sociais, o que contribuiu para a sua fragmentação. Há emergência de sujeitos que

apresentam diferentes posições e subjetividades, as quais podem ser contraditórias e, em distintos momentos, uma pode prevalecer em detrimento de outra.

A identidade pode mudar de acordo com como o sujeito é representado. A concepção de si próprio também é afetada pela identidade nacional, pela maneira como essa constrói sentidos, narra histórias, memórias e conecta passado e presente sobre a nação. Hall (2006) coloca que a narrativa da cultura nacional é contada e recontada em histórias, na literatura, na mídia e na cultura popular, fornece imagens, panoramas, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas e as vitórias, dando ênfase na tradição. Também são incluídas invenções de tradições, com o intuito de incutir certos valores e normas de comportamento através da repetição, além de narrar um mito fundacional, conta a origem da nação e do povo de forma a remeter a um passado muito distante.

Há casos destoantes, como se pode ver no Brasil, culturas separadas que só foram unificadas por um processo de conquista violento, havendo a supressão forçada das diferenças. Nesse caso, a cultura nacional buscará unificar a identidade cultural, apresentando-a como pertencente a uma mesma unidade, o que é dificultado, no caso brasileiro, pela questão racial. A forma de se representar o negro na sociedade brasileira, de se construir sua identidade a partir da elaboração de uma identidade nacional, perpassou desde ideias de inferioridade e superioridade biológica até o mito da democracia racial, em que todas as raças viveriam em harmonia, sem a sombra do racismo, o que, de fato, não corresponde à realidade.

Formação da identidade nacional e seu desdobramento na representação

A inferioridade atribuída à população negra e a ocultação do racismo por meio do mito da democracia racial são marcas da identidade nacional brasileira construída no pós-abolição. Recém-elevados à condição de "cidadão", os ex-escravizados tiveram que lidar com uma limitada liberdade e com um diminuto espaço na narrativa oficial sobre a constituição do país.

Em 13 de maio de 1888, extinguiu-se a escravidão no Brasil. Contudo, a liberdade veio sem qualquer política de reparação para essa população, diferente do que era esperado por eles, como evidencia o trecho abaixo:

> Para os ex-escravos a liberdade significava acesso a terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular pelas cidades sem precisar de autorização dos senhores ou de ser importunado pela polícia, de cultuar deuses africanos ou venerar à sua maneira os santos católicos, de não serem mais tratados como cativos e, sobretudo, direito de cidadania (Albuquerque; Filho, 2006, p. 194).

As esperanças foram frustradas pela total falta de apoio no pós-abolição. Apesar das desilusões, que foram se confirmando ao longo do tempo, a promulgação da Lei Áurea reverberou com grandes comemorações em diversas partes do país, como nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Francisco do Conde. Com a presença dos ex-escravizados e de caráter popular, toda essa comoção demonstra a amplitude do movimento antiescravista no Brasil.

Entretanto, como posto por Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 196), é necessário entender os desdobramentos da abolição da escravidão:

> No dia 13 de maio mais de 90 por cento dos escravos brasileiros já haviam conseguido a liberdade por meio das alforrias e das fugas. Entretanto, a destruição da escravidão foi um evento histórico de grande importância e marco fundamental na história dos negros e de toda a população brasileira. Foi uma notável conquista social e política. Mas é preciso perceber como os ex-escravos buscaram viabilizar suas vidas após a abolição.

Os dias posteriores à abolição foram de testes aos limites da condição de liberdade, com constantes momentos de tensão. Os ex-escravizados buscaram se distanciar do passado de escravidão, rechaçando os antigos ofícios e a trabalhar sem receber pagamento. Grande parte dos libertos optou por permanecer nos locais em que estavam e tentar negociar com os antigos senhores, que, em geral, se mostravam indispostos. A manutenção da hierarquia social era vista como indispensável, queriam assegurar o status quo dessa sociedade, manter a hierarquia como existia durante a escravidão, inclusive na construção da nacionalidade.

Inserir o negro como elemento constituinte da nacionalidade e da identidade brasileira tornou-se, então, um problema, como nos informa Munanga (1999, p. 51):

> O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira.

Entre o final do século XIX e início do XX, a elite brasileira buscou na ciência europeia, tida como desenvolvida, explicações para a situação racial do país, além de analisar caminhos para a construção da nacionalidade, dificultada pela diversidade racial. Schwarcz (1994) coloca que o Brasil era recorrentemente descrito como uma imensa nação mestiça, um caso extremo e singular que atraía a atenção dos naturalistas estrangeiros, os quais visitavam o país e comentavam a mestiçagem duramente, como uma maneira de degeneração da sociedade. Pensamento que passou também a se disseminar internamente.

A consequência da miscigenação era um dos itens mais polêmicos das teorias raciais, inclusive, a faculdade de medicina legal da Bahia adotou-as em seus estudos, utiliza-se de aspectos exteriores e interiores do corpo para evidenciar a degeneração da população causada pela mistura das raças. “Casos de doença mental, epilepsia e alcoolismo, dentre outros males, eram considerados consequências da mistura de raças, a mestiçagem” (Albuquerque, Fraga Filho, 2006, p. 206), assim, se deveria a evitá-la se quisesse uma sociedade segundo os moldes europeu.

A pluralidade racial herdada do período colonial era percebida pela elite brasileira como uma ameaça para a construção da nação, que se pensava branca,

> O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era, fundamentalmente, a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, em uma só nação e em um só povo (Munanga, 2005, p. 132).

Contudo, como traz Schwarcz (1994), os cientistas e intelectuais brasileiros enfrentaram um dilema: a aceitação total das teorias deterministas que vinham de fora significava concordar que a miscigenação levava à degeneração não só do indivíduo como também de toda uma coletividade, portanto, não existiria salvação para o Brasil.

Para contornar o impasse, uma solução proposta foi o branqueamento da população. Acreditava-se que a imigração europeia, em conjunto com o processo de miscigenação, iria, a longo prazo, resultar no embranquecimento da população e no desaparecimento da mácula da cor, assim "remediando" séculos de danos causados pela escravidão. Nas palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 208):

> Havia até quem calculasse que cem anos, no máximo, seriam suficientes para que o sangue, a pele e os costumes dos brasileiros "branqueassem". Em 1911, durante o Congresso Internacional das Raças realizado em Londres, o representante brasileiro, Batista Lacerda, garantiu que no início do século XXI já não haveria negros no país e que o número de mulatos seria insignificante.

Essa inserção do sangue branco por via do processo migratório, as baixas nas taxas de fecundidade e de natalidade da população negra e as altas taxas de mortalidade, como aponta Munanga (1999), ajudaram na diminuição desse grupo. Porém, há indícios de uma resistência às uniões inter-raciais por parte dos negros. Nem todos os mestiços casavam-se com pessoas mais claras para ter filhos branqueados, assim como "Nem todas as negras e negros teriam a chance de encontrar parceiros sexuais mestiços e brancos que lhes dariam filhos mestiços, futuros candidatos ao branqueamento" (Munanga, 1999, p. 113). Além disso, existiam implicações genéticas, que não permitiram a concretização desse projeto político, a

população negra voltou a crescer e esse ideal foi abandonado, abrindo espaço para o desenvolvimento do mito da democracia racial.

A partir da década de 1930, o mito da democracia racial passa a dominar o pensamento intelectual. Gilberto Freyre, como traz Munanga (2005), coloca como ocorreu a diminuição entre a casa grande e a senzala. Devido à falta de mulheres brancas, os portugueses, por sua "flexibilidade natural", se "aproximaram" sexualmente das escravizadas, promovendo dessa forma, uma integração harmoniosa da sociedade brasileira. Ele transformou a mestiçagem em algo positivo, mostrando que negros, indígenas e mestiços tiveram contribuições na cultura brasileira, influenciando o estilo de vida dos senhores em matéria de comida, indumentária e sexo,

> Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triangulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais, paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da idéia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial (Munanga, 2005, p. 135).

Essa estratégia discursiva exalta a ideia falaciosa de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as etnias, o que permite que a classe dominante dissimule as desigualdades e impeça os negros de terem uma consciência dos mecanismos de exclusão dos quais são vítimas:

> Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando que todos se reconheçam como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais, que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas",

> "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 2005, p. 135).

Essas teorias ainda habitam o psicológico da população negra. Mesmo tendo fracassado, o ideal de branqueamento permanece no inconsciente e dificulta a busca por uma identidade baseada na negritude e na mestiçagem. O mito da democracia racial se faz presente na atualidade por dar esperança de um futuro de igualdade para todos e pela dificuldade em falar sobre as desigualdades raciais.

Diante do exposto, nota-se o empenho da classe dominante e dos intelectuais brasileiros em criar uma identidade nacional que fosse capaz de, em determinado momento, suprimir as tensões raciais: primeiro com a tentativa de extinguir a população negra; depois, com a imposição de uma unidade fictícia. Esse processo tem impacto direto sobre a forma que os negros são representados, sua imagem foi construída de fora para dentro, marcada pela estereotipação e pela deturpação, dificultando a construção de uma identidade negra coletiva e individual positiva.

Considerações finais

Ao longo do texto foi possível observar que a formação da identidade nacional brasileira, especialmente no período pós-abolição, esteve atravessada por estratégias de ocultação das desigualdades raciais e pela tentativa de manter o controle social herdado da escravidão. A elite branca, ocupando uma posição hierárquica de poder, construiu representações deturpadas sobre negros e negras, que os estigmatizaram e os reduziram a estereótipos convenientes a seus interesses.

Demonstrou-se que, diante do fracasso do projeto de branqueamento, consolidou-se o mito da democracia racial como estratégia de dissimulação. Essa narrativa passou a sustentar a ideia de convivência harmoniosa entre grupos raciais, encobrindo conflitos e impedindo a tomada de consciência crítica por parte da população negra. Ao mesmo tempo, a cultura e as contribuições desse grupo foram apropriadas e transformadas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes.

Do ponto de vista conceitual, a análise dialoga com Chartier (2002; 2011), ao considerar que as representações não são meros reflexos da realidade, mas construções sociais e políticas que produzem efeitos concretos sobre aqueles que são representados. Nesse sentido, a forma como a elite brasileira passou a descrever e classificar a população negra serviu para organizar e legitimar hierarquias, delimitando espaços de exclusão e subalternidade.

Complementarmente, Hall (2006; 2016) auxilia a compreender como a identidade e a diferença são produzidas dentro de relações de poder. A estereotipagem, nesse caso, opera como mecanismo de fixação de sentidos negativos, naturalizando desigualdades e cristalizando visões reducionistas sobre os negros. Assim, a representação da população negra não foi neutra, mas constituiu um instrumento de poder que, ao mesmo tempo em que marginalizava, moldava subjetividades e interferia na construção das identidades individuais e coletivas.

Conclui-se, portanto, que a representação da população negra no Brasil pós-abolição não apenas influenciou a maneira como negros e negras foram vistos socialmente, mas também afetou profundamente a

forma como passaram a se ver, reforçando sentimentos de inferioridade. A superação desse quadro exige não apenas o reconhecimento das deturpações, mas também a afirmação de narrativas próprias, capazes de ressignificar a presença negra na história do Brasil e de fortalecer identidades positivas, baseadas na valorização da negritude e na crítica aos estereótipos ainda persistentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W; FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de Representação. Fronteiras. v. 13. n. 24, p. 169-183, 2011.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07. Acesso em: 20 jan. 2024.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito da democracia racial: uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, M (org.). A república e a questão do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, L. Espetáculo da miscigenação. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 20, pp. 137–152, 1994. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652. Acesso em: 26 jun. 2024.

ARTIGO

A *Virgem em Lamentação* no Museu de Arte de São Paulo: uma análise sob a perspectiva da História das Emoções*

Ana Vitoria Lopes**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p82-109

resumo

O campo da História das Emoções parte do pressuposto de que estas não são apenas fenômenos individuais ou biológicos, mas também socialmente construídos e historicamente localizados. Nesse sentido, pretendemos investigar como as emoções foram trabalhadas na pintura *A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia* (1485-1490), presente no acervo do Museu de Arte de São Paulo, e como elas atuavam em um contexto de devoção pessoal. Nossa análise sugere que a obra tenha funcionado como modelo para uma resposta emocional adequada à Paixão de Cristo, estimulando no devoto uma performance de imitação das figuras santas, em que comportamentos tradicionalmente associados às mulheres são colocados no centro da experiência de devoção.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero; História das Emoções; imagens devocionais; pintura flamenga; performance.

* Agradeço à Profa. Dra. Maria Cristina Correia Leandro Pereira pela orientação e aos colegas do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM-USP) pelos diálogos que tanto enriqueceram esta pesquisa. A Pedro Vinícius de Castro, um agradecimento especial por todos os momentos de apoio e parceria.

** Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Integrante do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM-USP). Contato: anavitorialopes1201@gmail.com

Introdução: as emoções no horizonte da História

O campo da História das Emoções parte do pressuposto de que estas não são apenas fenômenos individuais ou biológicos, mas também socialmente construídos e historicamente localizados. A necessidade de historicizar as emoções surge da compreensão de que elas variam conforme os contextos culturais, políticos e religiosos de cada época. É pensando nisso que nossa análise será desenvolvida, buscando evidenciar a multiplicidade das formas de sentir e das concepções construídas sobre elas no período e contexto analisados.

De Michelet a Marc Bloch, as sensibilidades sempre despertaram o interesse dos historiadores (CASTANHO, 2019). Porém, foi apenas na virada do século XX para o XXI que a História das Emoções se consolidou como um campo real de estudos acadêmicos. Os trabalhos de Barbara Rosenwein, em especial, têm se destacado na historiografia das últimas décadas, ao desenvolver o conceito de "comunidades emocionais", isto é, diferentes comunidades que são regidas por valores, normas e modos considerados adequados para expressar suas emoções. Segundo a autora, as comunidades emocionais se aproximam da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, ou seja, "normas internalizadas que determinam como nós pensamos e agimos e que pode ser diferente em grupos diferentes"[1] (ROSENWEIN, 2006, p. 25). A noção das emoções como *habitus* foi posteriormente ampliada por Monique Scheer, que introduz o conceito de "práticas emocionais". Nessa perspectiva, as emoções são compreendidas

[1] No original: internalized norms that determine how we think and act and that may be different in different groups.

como algo que praticamos ativamente, envolvendo corpo e mente, a linguagem, os objetos materiais, o ambiente e o meio social, de maneira integrada e relacional (SCHEER, 2012, p. 193).

Até então, a maior parte dos estudos sobre as emoções têm se concentrado no exame semântico do vocabulário e das "expressões emotivas" presentes nas fontes textuais. Afinal, como bem sintetizou Gabriel Castanho,

> o estudo semântico dos termos deve ser prática comum entre os historiadores das emoções a fim de extrair de sua documentação de época aquilo que é coevamente compreendido como sendo uma emoção, impedindo assim toda projeção emotiva do presente sobre o passado. (CASTANHO, 2019, p. 39)

Defendemos, no entanto, a ampliação das fontes para incluir outros tipos de suporte documental, de modo a complementar os estudos semânticos existentes. Autoras como Erin Sullivan já destacaram a importância de incorporar obras de arte a esse campo, enfatizando que elas não apenas representam, mas também têm o poder de criar e provocar respostas sensoriais e afetivas em seus observadores (SULLIVAN, 2018, p. 127). É pensando nisso que pretendemos investigar como as emoções foram trabalhadas na pintura *A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia* (1485-1490), presente no acervo do Museu de Arte de São Paulo, e sobretudo como atuavam num contexto de devoção pessoal. Para tanto, utilizaremos das ideias e conceitos discutidos até aqui, fundamentais para pensar as emoções como parte de determinadas práticas ritualizadas, como veremos adiante.

Antes, vale lembrar que o campo da História das Emoções demanda um procedimento metodológico singular: ao analisar fontes dessa natureza, o historiador das emoções precisa estar sensível diante das camadas de significado que elas encerram, além de permitir-se ser afetado pela própria fonte. Embora em contextos distintos, tal postura é condição necessária para que se busque assimilar o valor afetivo que essas obras tinham para as comunidades emocionais às quais estavam vinculadas.

No caso deste estudo, isso não foi diferente. As horas despendidas na análise iconográfica confundem-se inevitavelmente com uma sensibilização pelo sofrimento. Como nos mantermos neutros diante de tamanha carga emocional? A resposta, talvez, resida justamente no reconhecimento de que a neutralidade não é um fim desejável aqui. Se as emoções são práticas integrantes do meio social, o pesquisador não deve temer a ressonância afetiva gerada pela obra, mas integrá-la como ferramenta analítica. Afinal, como veremos, a pintura em questão não foi concebida para ser observada com distanciamento: seu propósito era mobilizar lágrimas, suscitar identificação e, assim, elevar o espírito. Ao permitir-se atravessar por essa dinâmica, o historiador não trai seu rigor metodológico – antes, aproxima-se das emoções que busca decifrar, ainda que o faça sob parâmetros sensíveis distintos daqueles que orientavam a experiência original.

A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia: um estudo de caso

A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia é uma obra atribuída ao artista flamengo Hans Memling, datada entre os anos de 1485 a 1490 (Imagem 1). Trata-se de uma pintura a óleo sobre madeira, de aproximadamente 54 x 40 cm, sendo a ala direita de um díptico desmembrado. Atualmente, o painel se encontra preservado em acervo público paulista, na reserva técnica do Museu de Arte de São Paulo (MASP) (número de inventário: MASP.00178), tendo sido doado à instituição pelo crítico e colecionador Pietro Maria Bardi, em 1956. A imagem faz referência ao tema da Lamentação de Cristo, tendo por fonte as passagens de Mateus 27:56-66, Marcos 15:40 e Lucas 23:55. Os personagens encontrados na cena são a Virgem Maria, colocada em destaque no primeiro plano, São João Evangelista, à sua direita, e Maria Madalena, à sua esquerda. Atrás deles, em segundo plano, estão as santas mulheres da Galileia, isto é, as mulheres que acompanharam Cristo até sua Deposição: Maria de Cléofas e Maria Salomé. De acordo com o Catálogo do MASP, é possível que a composição seja inspirada em um díptico de Hugo van der Goes (Imagem 2), artista contemporâneo de Hans Memling (MARQUES, 1998).

A Virgem em Lamentação no Museu de Arte de São Paulo: uma análise sob a perspectiva da História das Emoções

Ana Vitoria Lopes



Imagem 1: Hans Memling, A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia, 1485-1490. Óleo sobre madeira, 54 x 40 cm. Fonte: MASP, 2025.



Imagem 2: Hugo van der Goes, Díptico da Deposição, 1480. Têmpera sobre tela, 53 x 38 cm. Fonte: Web Gallery of Art, 2025.

Como mencionado, a obra consistia originalmente na ala direita de um díptico, conhecido como Díptico Lachovsky-Bardi[2]. Um díptico é um objeto articulado por duas tábuas dobradiças que podem ser abertas e fechadas de maneira semelhante a um livro, formando uma continuidade narrativa. A maioria desses objetos tinham uma função litúrgica e devocional, e poderiam ser encontrados em ambientes domésticos, monastérios ou em altares laterais de uma Igreja. Além disso, apresentavam uma grande variedade iconográfica, com a representação de santos, cenas e personagens bíblicos. Se seguirmos a hipótese mais tradicional da bibliografia, é plausível supor que o Díptico Lachovsky-Bardi tenha sido destinado a um altar de devoção privada, dado seu conteúdo pictórico e suas dimensões relativamente pequenas (BELTING, 1990). Porém, devido à completa ausência de informações sobre a fonte, não podemos definir com precisão o contexto exato de sua localização.

O painel esquerdo dessa composição, que provavelmente representava a deposição de Cristo, está perdido. Atualmente, há uma outra versão deste mesmo painel esquerdo no acervo do MASP (Imagem 3), datada de 1496 e adquirida pelo museu em 2013 como doação de Lais Helena Zogbi Porto e Telmo Giolito Porto. A obra é atribuída a um seguidor de Hans Memling, porém, as diferenças de estilo entre ambos são claras, perceptíveis na composição das cores, nas proporções anatômicas e nas técnicas utilizadas.

[2] O apelido é uma junção do nome de dois dos antigos proprietários do díptico: F. Lachovsky e Pietro Maria Bardi.

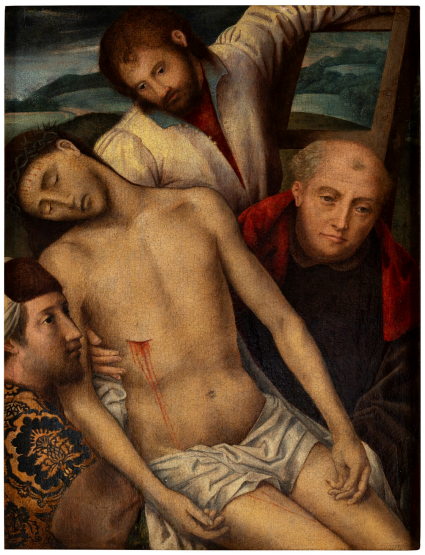


Imagem 3: Artista desconhecido, A Deposição de Cristo, 1496. Óleo sobre madeira, 53 x 37 cm. Fonte: MASP, 2025.

Uma segunda versão do díptico está localizada na Capela Real de Granada, na Espanha, sendo parte da antiga coleção de artefatos da rainha Isabel I de Castela (1451-1504) (Imagem 4). Há divergências entre os autores quanto à sua datação, se seria anterior ou posterior à versão de São Paulo (MARQUES, 1998).



Imagem 4: Hans Memling, Díptico da Deposição, 1475.
Óleo sobre madeira, 53 x 38 cm. Fonte: Web Gallery of Art, 2025.

Contexto, forma e função: algumas considerações

Antes de darmos início à nossa análise, algumas questões relacionadas à obra merecem consideração. A primeira delas diz respeito às divergências entre os pesquisadores quanto à originalidade da pintura. A equipe curatorial do MASP faz uma atribuição direta a Memling; já a historiadora da arte Barbara Lane (2009), em seu catálogo, classifica a obra como uma cópia, posição que está em consonância com as observações de Catheline Périer-D'Ieteren (1993). Esta última, ao analisar os detalhes da pintura, identificou características que não correspondem ao estilo reconhecido de Hans Memling, sugerindo que a obra não teria sido executada pelo pintor, apesar de ser contemporânea a ele.

Se verdadeiras, essas hipóteses nos informam sobre aspectos importantes para a interpretação da fonte dentro de seu contexto. As cópias citadas pela autora, de modo geral, eram vendidas em larga escala

no mercado aberto e representavam uma forma mais acessível de adquirir obras renomadas, oferecendo versões menos custosas de pinturas consagradas (HENDERIKS, 2010). Criava-se assim um mercado consumidor mais diversificado, abrangendo outras esferas sociais além daquelas que geralmente exerciam a patronagem. A existência de cópias sugere, ainda, que a reprodutibilidade dessas imagens possa ter sido um fator importante na construção e socialização de uma comunidade emocional específica. Além disso, segundo Henderiks, a proliferação dessas cópias ao final do século XV desempenhou um papel central na formação do cânone da pintura flamenga, contribuindo para a consolidação do que hoje é considerado o trabalho dos "grandes mestres" da tradição flamenga:

> Os clientes não estavam apenas procurando adquirir pinturas como um meio de piedade privada, mas também para possuir uma obra baseada em um protótipo renomado, mesmo que, em alguns casos, esse último não fosse mais do que um pálido reflexo do modelo original no qual foi inspirado [tradução nossa]. (HENDERIKS, 2010, p. 101)[3]

Um segundo ponto é que a separação entre devoção pública e privada deve ser vista de forma menos rígida no contexto histórico em questão. Primeiro porque as delimitações entre o público e o privado ainda não estavam claramente definidas, o que permitia maior fluidez entre essas esferas. Segundo, embora a devoção privada fosse – por vezes – uma prática individual, ela também constituía um fenômeno coletivo, uma vez que as experiências emocionais eram compartilhadas dentro da sociedade e tinham o culto litúrgico como base (WILLIAMSON, 2004; HENDERIKS,

[3] No original: La clientèle ne cherche pas seulement à acquérir des peintures comme support à la piété privée, mais aussi à posséder une œuvre issue d'un prototype renommé, même si ce dernier n'est plus, dans certains cas, que le pâle reflet du modèle original dont il s'inspire.

2010). Além disso, os dípticos devocionais, muitas vezes de renome artístico em sua época, funcionavam não apenas como objetos de devoção, mas também como elementos de prestígio social, sendo exibidos em contextos que extrapolavam a intimidade (GELFAND, 2000).

Por fim, o último ponto a ser considerado diz respeito à própria materialidade da imagem. Como vimos, a obra analisada é um fragmento – a ala direita de um díptico cujo painel esquerdo se perdeu. A ausência física da imagem de Cristo, epicentro da lamentação, impõe um limite à análise sem, no entanto, inviabilizá-la. Na verdade, essa lacuna no objeto de estudo reflete a própria natureza do trabalho do historiador: a necessidade de reconstruir e interpretar a partir do que está fragmentado. A análise de uma emoção relacional – a dor *pela* morte de Cristo – converte-se, assim, em um exercício de imaginação histórica.

Além disso, a atenção à materialidade conduz diretamente à dimensão prática e ritual da devoção. David Wilkins (2002), em seu estudo sobre os trípticos florentinos[4], explica que o próprio fato desses objetos terem dobradiças diz algo importante de sua função, pois deveriam ser tocados para serem abertos ou fechados. O toque seria um aspecto fundamental de seu funcionamento, representando um momento ritualístico de aproximação entre o devoto e a figura de devoção – uma prática que transformaria a experiência devocional em algo físico, tangível. A pessoa poderia se sentir na presença da figura representada, incluindo a

[4] Embora dê foco aos trípticos florentinos, o autor afirma que muitas das questões trazidas por ele são similares às dos dípticos e podem ser aplicadas em seu estudo.

si mesma no evento místico e transformando momentaneamente aquele ambiente num ambiente sagrado (WILKINS, p. 377).

Compreender os aspectos físicos e materiais do objeto torna-se, portanto, fundamental em nossa análise. Wilkins argumenta que devemos pensar nestas imagens como objetos históricos, situados no tempo e no espaço, evitando abordagens que tratam unicamente de seus aspectos formais e de estilo. Para tanto, o pesquisador deve recorrer a questões e métodos provenientes de campos interdisciplinares, como a Antropologia e a História Social, capazes de levantar perguntas sobre as práticas culturais associadas a estes painéis devocionais:

> Que rituais acompanhavam a abertura e o encerramento do tríptico? Quando um tríptico estava em uso, o devoto estava em pé, sentado, ajoelhado ou prostrado, ou havia uma sequência de posições abrangidas pelo ritual? Havia uma almofada para se ajoelhar ou algum tipo de *prie-dieu* antigo? As orações eram formalizadas ou mais espontâneas? As orações alguma vez foram cantadas ou entoadas? Um livro era consultado, ou um rosário utilizado? Alguma vez foi usado um flagelo? Figuras ou cenas específicas do tríptico eram tocadas ou beijadas? Tocavam-se sinos? Acendia-se velas, ou havia uma lamparina pendurada perto da obra que era acesa em determinadas ocasiões ou em momentos apropriados? Havia incenso? Eram usadas roupas especiais? As mulheres às vezes cobriam a cabeça? O indivíduo alguma vez chorava? O devoto cantava um hino à Virgem? O ritual mudou ao longo das décadas de uso pelos familiares? [tradução nossa]. (WILKINS, 2002, p. 376)[5]

[5] No original: What rituals accompanied the opening and closing of the triptych? When a triptych was in use, was the devotee standing, sitting, kneeling, or prostrate, or was there a sequence of positions encompassed by the ritual? Was there a cushion to kneel on, or some kind of early prie-dieu? Were the prayers formalized or more spontaneous? Were prayers ever sung or chanted? Was a book consulted, or was a rosary in use? Was a scourge ever used? Were specific figures or scenes on the triptych touched or kissed? Were bells rung? Were candles lit, or was a lamp hung near the work that was lit on certain occasions or at appropriate times? Was there incense? Was special clothing worn? Did a woman sometimes cover her head? Did the individual ever weep? Did the devotee

Embora não possam ser respondidas de imediato, as questões propostas pelo autor levantam hipóteses importantes para nosso estudo. Entre elas, destaca-se a possibilidade de que o choro diante de imagens devocionais tenha sido uma prática comum no período e contexto analisado. Essa ideia se alinha à compreensão das emoções no sentido de *habitus*, conforme proposto por Barbara Rosenwein (2006) e Monique Scheer (2012), ou seja, algo que praticamos de forma ativa e que compartilhamos em nosso meio social.

Quando a imagem convida à compaixão: descrição e análise da composição

Segundo Rebecca McNamara em *The Emotional Body in Religious Belief and Practice* (2019), o corpo assumiu um papel central nos estudos mais recentes sobre a história das emoções, especialmente nos que se dedicam às práticas devocionais no mundo cristão medieval, onde o sofrimento do corpo de Cristo emerge como um *lócus* privilegiado das práticas religiosas. Partindo dessa premissa, nossa análise será fundamentada em dois eixos principais: a gestualidade das figuras e suas expressões faciais. Será, portanto, focada no corpo e nas emoções incorporadas. Ao adotar essa perspectiva, buscamos compreender como as emoções foram codificadas culturalmente e o que sugerem sobre os estados emocionais das personagens.

O primeiro elemento a ser identificado são as lágrimas que escorrem pelo rosto dos cinco personagens representados: São João Evangelista, a

sing a hymn to the Virgin? Did the ritual change over the decades of use by family members?

Virgem Maria, Maria Madalena, Maria de Cléofas e Maria Salomé. Seus olhos, especialmente os da Virgem, estão vermelhos e inchados, sugerindo tanto a intensidade quanto a duração prolongada do choro. As sobrancelhas, quando visíveis, estão franzidas, e as bocas de três das mulheres encontram-se semiabertas, como se estivessem suspirando ou se lamentando em voz alta. Um destaque é dado à expressão da Virgem, que, além de denotar pesar, apresenta um aspecto febril; seus olhos estão caídos e seu corpo ligeiramente prostrado para frente, sendo amparado pelas mãos de São João. Há inúmeras representações do período que retratam a Virgem em estado de desmaio (POLÁČKOVÁ, 2023, p. 64), algo que parece iminente nesta pintura. Suas mãos estão cruzadas em sinal de humildade e devoção, porém, elas não se apertam com força, o que indicaria seu estado de fragilidade e fraqueza física (Imagem 5).

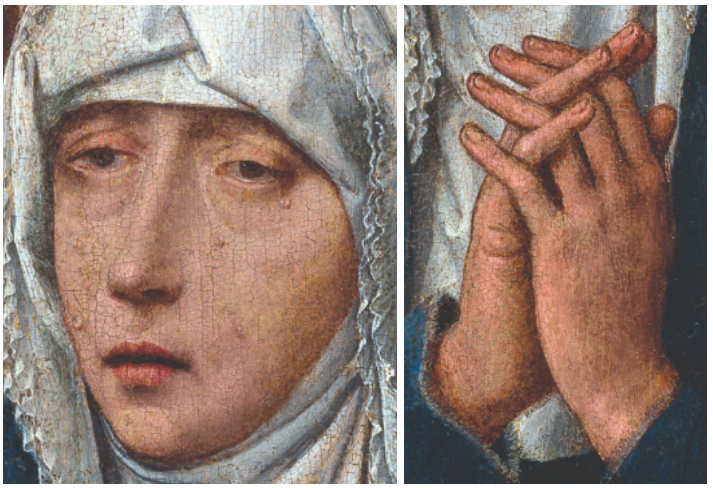


Imagem 5: Rosto e mãos da Virgem (detalhe). Fonte: MASP, 2025.

As santas mulheres, posicionadas ao fundo, acompanham o sofrimento da Virgem e manifestam seu luto através de gestos mais expressivos, com o erguer das mãos ao alto. Maria Madalena, por sua vez,

abaixa a cabeça e enxuga suas lágrimas com as mãos, o que sugere uma dor mais introspectiva (Imagem 6). Embora a pintura apresente uma carga emocional expressiva, evita recorrer a exageros ou gestos violentos, mantendo-se dentro dos padrões considerados apropriados para as manifestações de luto da época. Em contraste com algumas imagens medievais, nas quais as figuras são representadas arrancando os cabelos, arranhando as faces ou rasgando as vestes, esta composição evita tais gestualidades, condenadas por simbolizarem desespero e falta de fé na Ressurreição (MAGUIRE, 2012, p. 6).

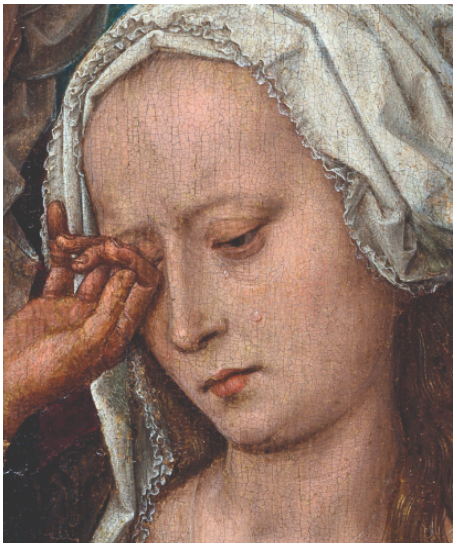


Imagem 6: Rosto de Maria Madalena (detalhe). Fonte: MASP, 2025.

Considerando sua função devocional, este artigo defende que a obra tenha funcionado como modelo para uma resposta emocional adequada à Paixão de Cristo. As figuras representadas parecem convidar o devoto a partilhar de sua dor, orientando-o no exercício correto da devoção e servindo como um exemplo visual do comportamento esperado. Em outras palavras, a imagem teria o propósito de estimular a imitação das

figuras santas (*imitatio*) e promover a prática da compaixão (*compassio* – literalmente, "sofrer com"), permitindo que o devoto compartilhasse da narrativa sagrada e experimentasse o sofrimento junto a essas personagens. A imitação de santos e figuras sagradas é um fenômeno característico da tradição cristã no final do período medieval e tem sido amplamente estudado pela historiografia recente. Como observa McNamara, "corpos performáticos imitavam o corpo divino de Cristo, por exemplo, através da autoflagelação e da lamentação pelo choro"[6] (MCNAMARA, 2019, p. 111), revelando um envolvimento emocional dos fiéis com a narrativa sagrada.

As lágrimas, conforme mencionado anteriormente, desempenham um papel central na composição, comparáveis em importância ao sangue de Cristo. Consideradas como sinais de santidade e compunção, elas eram tanto corretas quanto encorajadas no contexto devocional, uma vez que o próprio Deus encarnado verteu lágrimas[7]:

> A partir de Antônio Abade, no século IV, o choro tornou-se uma forma oficialmente reconhecida de adoração. As pessoas eram incentivadas a chorar com a alegria e a tristeza de Deus. Afinal, escreveu Antônio, os santos choram e suspiram por nós no céu, mesmo estando diante de Deus; quanto mais deveríamos chorar por nossa própria salvação. A doutrina da compunção, como passou a ser chamada, era uma parte essencial da oração. As lágrimas de compunção não eram lágrimas egoístas e não surgiam de algo pessoal; elas eram consideradas um presente de Deus [tradução nossa]. (ELKINS, 2001, p. 125)[8]

[6] No original: Performing bodies imitated Christ's divine body, for example through self-flagellation and tearful lamentation.
[7] João 11:35: "Jesus chorou".
[8] No original: Beginning with Antony Abbott in the fourth century, crying became an officially recognized form of worship. People were urged to weep with the joy and sorrow of God. After all, Antony wrote, the saints weep and sigh for us in heaven, even as they face God; how much more should we cry for our own salvation. The doctrine of compunction,

Portanto, as expressões emocionais observadas na imagem – as lágrimas, as sobrancelhas franzidas, a posição das mãos – não se reduzem a manifestações cotidianas; são, ao contrário, parte de uma experiência mística voltada à elevação e à redenção do espírito. Ao mesmo tempo, a inserção do divino na materialidade do corpo confere ênfase à humanidade das figuras santas, permitindo que o devoto, diante da imagem, estabeleça uma conexão emocional com as personagens e aproxime a narrativa sagrada de suas próprias experiências terrenas:

> Quando a existência humana do Cristo encarnado no mundo é ressaltada, o divino se torna mais tangível e mais próximo da experiência do fiel. Isso permite que o devoto crie um vínculo íntimo com a divindade e, por meio disso, aprofunde sua compreensão das verdades espirituais ensinadas pela Igreja. As emoções funcionam nesse processo como uma ferramenta catequética, facilitando a absorção da doutrina cristã ao estabelecer um paralelo entre as verdades divinas transcendentais e a experiência cotidiana dos devotos. Na imagem de uma mãe que perdeu seu filho por um bem maior, o devoto internaliza o dogma da morte salvífica de Cristo e a redenção dos pecados por meio de um modelo emocional, retirado do catálogo da experiência humana universal, que ele pode abraçar e com o qual pode ter empatia [tradução nossa]. (POLÁČKOVÁ, 2023, p. 7)[9]

Uma segunda estratégia de aproximação emocional com os devotos residia na escolha pictórica do meio-corpo, que, em vez de representar

as it came to be called, was an essential part of prayer. Tears of compunction were not selfish tears, and they didn't stem from anything personal; they were considered a gift from God.

[9] No original: When the human existence of the incarnate Christ in the world is underscored, the divine is rendered more tangible and closer to the experience of the faithful. It allows the devotee to create an intimate bond with the deity and, through this, to deepen their understanding of the spiritual truths taught by the Church. Emotions work in this process as a catechetic tool, facilitating the absorption of Christian doctrine by paralleling transcendental divine truths with the everyday experience of the devotees. In the image of a mother who lost her child for a higher good, the devotee internalizes the dogma of Christ's salvific death and the redemption of sins through an emotional model, taken from the catalogue of universal human experience, which they can embrace and with which they can empathize.

uma cena completa com múltiplos elementos narrativos, destacava de forma seletiva a experiência emocional das personagens, figurados da cintura para cima:

> Em vez de pintar toda a cena da flagelação, com Jesus amarrado a uma coluna, sendo açoitado por soldados romanos e com Pôncio Pilatos observando, eles [os pintores] pintavam Jesus sozinho, suas feridas sangrando, olhando diretamente para nós a partir da imagem. Em vez de pintar o caminho para o Calvário, com o desfile de soldados romanos e espectadores, eles pintavam Jesus sentado, pouco antes de ser colocado na cruz. Em vez de pintar Jesus e todos os doze discípulos na Última Ceia, eles pintavam apenas Jesus e seu discípulo mais devoto, João Evangelista. Os novos pintores escolhiam esses momentos para que os espectadores se concentrassem nas emoções mais íntimas e sinceras [tradução nossa]. (ELKINS, 2001, p. 127)[10]

Tais imagens, portanto, não se orientavam pela continuidade narrativa da cena, mas sim, pelo recorte do estado emocional das personagens em um dado momento, ampliando sentidos que os textos canônicos apenas sugeriam.

A ênfase em emoções individualizadas, para além de seu impacto afetivo, sugere a codificação de determinados gestos que poderiam ser facilmente assimilados pela comunidade. Diante disso, uma perspectiva que ganha força nos estudos da História das Emoções emerge como chave interpretativa. Nela, as emoções são entendidas como *prática performativa*, envolvendo a ação deliberada e consciente de manifestar

[10] No original: Instead of painting the whole scene of the flagellation, with Jesus bound to a column, being whipped by Roman soldiers with Pontius Pilate looking on, they would paint Jesus alone, his wounds bleeding, looking straight out of the picture at us. Instead of painting the way to Calvary, with the parade of Roman soldiers and onlookers, they would paint Jesus sitting down, just before he was put up on the cross. Instead of painting Jesus and all twelve disciples at the Last Supper, they would paint just Jesus and his most devoted disciple, John the Evangelist. The new painters chose such moments so that viewers would concentrate on the most intimate, heartfelt emotions.

sentimentos conforme parâmetros culturalmente pré-estabelecidos. De acordo com Ricardo Cristiani e Barbara Rosenwein (2017), a abordagem performativa das emoções não nega que as pessoas possam sentir as emoções que demonstram, mas coloca sua ênfase nos efeitos externos dessas emoções à medida que se manifestam diante dos outros, preocupando-se principalmente com o corpo. Como explica Gabriel Castanho,

> as emoções passadas já não existem em si e por si no âmago dos indivíduos; existem como performance, uma mostra dramática e ritualizada das sensibilidades cuja única existência se torna cognoscível ao pesquisador por meio do corpo, ao mesmo tempo atuante e sofredor das emoções sociais. (CASTANHO, 2019, p. 42)

Assim, diante da imagem, o fiel é convidado a reproduzir essas emoções de forma deliberada, integrando-se a um contexto ritualizado de compaixão. As lágrimas e os gestos de luto não são meras reações espontâneas, mas atos encenados dentro de um quadro de expectativas sociais e religiosas: são, como proposto por Scheer (2012), práticas emocionais.

Sentir como uma mulher: a performatividade de gênero nas práticas devocionais

Considerando que as lágrimas e os gestos serviam como modelo de *compassio*, chama atenção o fato de que as referências para as formas corretas de devoção sejam compostas predominantemente por mulheres. A centralização da experiência feminina na narrativa sagrada, como exemplificado pela maternidade da Virgem Maria, sugere uma apropriação de aspectos associados ao universo feminino – como a

afetividade, o cuidado e a dor materna – para construir uma linguagem de espiritualidade estruturada na emoção. Assim, a figura de Maria, em seu papel de mãe que chora a morte de Cristo, torna-se um exemplo do que seria a compaixão cristã em sua forma mais elevada. A ênfase no universo feminino, entretanto, não deve ser interpretada como um indicativo de que tais práticas eram direcionadas apenas às mulheres. Pelo contrário: a devoção mariana era transversal a gêneros, classes e hierarquias sociais.

Dessa forma, a reflexão sobre a origem e o desenvolvimento das práticas devocionais no período medieval encontra, em diversas análises, um forte componente de gênero. A maioria desses trabalhos terá como base os estudos de Judith Butler (1988), onde o gênero não deve ser entendido como uma essência fixa ou um dado biológico, mas sim como uma construção social performativa, reiterada por meio de atos, gestos e discursos regulados por normas culturais.

Em *Affective Meditation and the Invention of Medieval Compassion*, Sarah McNamer (2010) apoia-se nessa teoria para explicar como a categoria de gênero opera no contexto devocional de maneira dinâmica e complexa. Segundo a autora, as meditações afetivas teriam origem na experiência de mulheres religiosas que, como esposas de Cristo (*sponsa Christi*), buscavam atender às suas necessidades espirituais. Quando essas práticas foram adotadas e disseminadas pelas ordens mendicantes, elas mantiveram sua lógica de gênero. Consequentemente, sentimentos e comportamentos tradicionalmente associados às mulheres, como o choro e a compaixão, tornaram-se virtudes a serem compartilhadas entre todos

os fiéis, fossem eles leigos ou clérigos, homens ou mulheres, constituindo um modelo para as práticas devocionais.

A mesma ideia será desenvolvida posteriormente em outros trabalhos, como de Eliška Poláčková (2023). Como bem observa a autora,

> as características associadas à feminilidade na cultura medieval e, portanto, vistas como mais ou menos negativas, adquirem um novo significado nas novas formas de devoção, nas quais elas não representam obstáculos à verdadeira fé, mas sim caminhos para ela. A abordagem afetiva e não intelectual do divino, manifestada especialmente no cuidado amoroso e no luto excessivo pelo amado, tornou-se a estrutura física e emocional necessária do *compassio*, um conceito exegético por meio do qual o devoto – homem ou mulher – poderia experimentar uma união perfeita com o salvador, elevado ao nível de Maria, a companheira mais próxima de Cristo como sua *co-redemptrix* e *sponsa* [tradução nossa]. (POLÁČKOVÁ, 2023, p. 183)[11]

Essa ideia é particularmente interessante porque propõe uma lógica de gênero menos enrijecida do que aquela predominante no mundo ocidental moderno. Nesse contexto, os homens podiam adotar e desempenhar práticas associadas ao papel feminino, por exemplo, a expressão da compaixão e do cuidado. Poláčková (2023) ilustra essa perspectiva ao discutir o papel dos abades, que assumiam uma posição de autoridade espiritual semelhante à de uma figura materna dentro de suas comunidades monásticas. Tais abades, ao exercerem um cuidado afetuoso e compassivo, transcendiam as normas rígidas de masculinidade,

[11] No original: the features associated in medieval culture with femininity, and, thus, seen as more or less negative, acquire new significance in the new forms of devotion where they represent not obstacles to true faith, but rather pathways to it. The affective and nonintellectual approach to the divine, manifested especially in loving care and excessive mourning for the beloved, became the necessary physical and emotional framing of the *compassio*, an exegetical concept through which the devotee—male or female—could experience a perfect union with the saviour, elevated to be on a par with Mary, Christ's closest companion as his *co-redemptrix* and *sponsa*.

reforçando a ideia de que o gênero era performativo e moldado pelas exigências espirituais e pelas expectativas religiosas da época.

O mesmo ocorre com a representação de São João Evangelista na pintura da *Virgem em Lamentação*. Em uma breve comparação com outras versões de seu *pendant* esquerdo (Imagens 3 e 4), observa-se que São João diferencia-se das demais figuras masculinas, pois é o único homem a exteriorizar seu lamento por meio das lágrimas (Imagem 7). Essa escolha, já bem consolidada na tradição iconográfica, articula-se a uma vertente teológica que associa o discípulo amado às virtudes da *compassio*, o que, para Poláčková, configura a imagem de São João Evangelista como um santo "feminilizado":

> Nas meditações afetivas sobre a Paixão, o sofrimento de Cristo é apresentado como se fosse observado pelos olhos de uma mulher – a Mãe de Deus, Maria Madalena, ou um homem feminilizado, João Evangelista – e, consequentemente, sua resposta emocional à situação é conceituada pelo público no processo de leitura como uma resposta essencialmente feminina. Permitindo ao leitor *ver* o momento da crucificação "como uma mulher", a tradição da escrita compassiva incentiva o devoto a também *sentir* como uma mulher [tradução nossa]. (POLÁČKOVÁ, 2023, p. 49)[12]

[12] No original: In affective meditations on the Passion, Christ's suffering is presented as if observed through the eyes of a female—the Mother of God, Mary Magdalene, or a feminized man, John the Evangelist—and, consequently, their emotional response to the situation is conceptualized by the audience in the process of reading as a principally feminine response. Enabling the reader to *see* the moment of the Crucifixion "like a woman," the tradition of compassionate writing thus encourages the devotee also to *feel* like a woman.

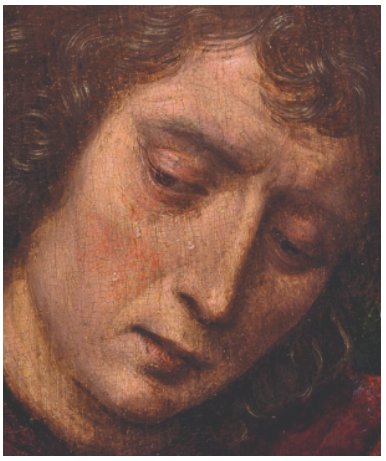


Imagem 7: Rosto de São João Evangelista (detalhe). Fonte: MASP, 2025.

No entanto, a expressão da feminilidade nesta pintura tampouco deve ser tratada como algo homogêneo ou universal. A figura de Maria Madalena, por exemplo, se destaca das demais personagens femininas por suas vestimentas ornamentadas, típicas de uma nobre do século XV. Seu colo desnudo, os cabelos soltos e as ornamentações florais ao redor dos seios, como bem observado por Didier Martens (1992), evocam uma sensualidade que não se encontra nas demais figuras sagradas da composição. Tal escolha sugere a existência de certa flexibilidade no que se considerava o comportamento esperado de uma mulher, sobretudo se interseccionado com outros marcadores sociais, como a idade, a relação conjugal ou a posição social.

Considerações finais

As discussões teóricas abordadas anteriormente são importantes para nossa análise uma vez que permitem a flexibilização de conceitos comumente enrijecidos, como emoções ou gênero. Essas categorias deixam de ser vistas como universais ou pertencentes exclusivamente ao

domínio da biologia ou da psicologia, sendo compreendidas dentro de uma lógica performativa e variável conforme as expectativas sociais de seu tempo. Nesse contexto, encontramos um de nossos principais objetivos, em alinhamento com a tarefa mais ampla das ciências humanas: desnaturalizar os processos sociais e revelar as formas como eles são construídos, negociados e transformados ao longo do tempo.

No caso desta análise, essa tarefa de desnaturalização se concretiza quando entendemos a obra da *Virgem em Lamentação* como uma imagem que pretendia orientar, e não apenas representar, uma experiência emotiva. Como vimos, tratava-se de ensinar o devoto do século XV a *praticar* a dor de uma maneira específica, vinculada a virtudes de natureza "feminina" e que fosse, ao mesmo tempo, visível e controlada. Nessa perspectiva, as emoções deixam de ser apenas manifestações naturais e fisiológicas do corpo para se tornarem práticas sociais performativas.

Tal aspecto se torna ainda mais evidente ao observarmos como o artista utiliza estratégias visuais destinadas a suscitar uma resposta emocional do devoto: seja pelos gestos e expressões faciais, baseados em um repertório codificado, seja pelas lágrimas, que validam e encorajam a prática do choro devocional. Tais recursos enfatizam a dimensão humana das figuras santas, permitindo que o fiel se conecte com elas através de suas próprias experiências emocionais. A busca pela imitação de personagens sagrados é reforçada pelo recurso pictórico do meio-corpo, um recorte deliberado que elimina a distância narrativa e foca a atenção na experiência afetiva das personagens.

A isso se soma a condição material da própria fonte. Trata-se de um

díptico devocional, originalmente articulado por duas tábuas que poderiam ser abertas e fechadas, gesto que implicava o contato direto do devoto com a obra. Isto é, o toque era necessário para o manuseio, fazendo parte da experiência ritualística. Suas dimensões relativamente pequenas indicam essa função de uso privado, permitindo que fosse transportado, colocado em altares domésticos, capelas monásticas ou mesmo em altares laterais de igrejas. Assim, a imagem convocava o corpo do fiel – pelo olhar, pelo gesto e pelo toque – a participar de uma experiência emocional e espiritual encarnada na materialidade da pintura.

Por fim, é preciso ressaltar que as possibilidades de investigação não se encerram com este trabalho. As pinturas destinadas aos altares privados não atuavam de modo isolado; ao contrário, integravam-se a um aparato devocional mais amplo, em diálogo com outras imagens, textos, objetos e práticas rituais. Questões como essas demandam abordagens interdisciplinares, articulando diferentes áreas como a História Social, a Antropologia, os estudos da cultura material e a História da Arte. Fato é que a História das Emoções segue aberta a descobertas, e cada lacuna documental é, também, um convite à reinvenção metodológica.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BELTING, Hans. The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion. Nova York: Aristide D. Caratzas, 1990.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. Theatre Journal, Washington, D.C., v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988.

CRISTIANI, Ricardo; ROSENWEIN, Barbara H. What is the History of Emotions? Cambridge: Polity Press, 2017.

CASTANHO, Gabriel. A construção de uma comunidade sensível: corpo, afeto e emoção no escritos de Guigo I (Grande Cartuxa, 1109-1136). In: Pasado Abierto. Revista del CEHis, nº 9. Mar del Plata, 2019.

ELKINS, James. Pictures and Tears: A History of People Who Have Cried in Front of Paintings. New York; London: Routledge, 2001.

GELFAND, Laura D. Devotion, Imitation, and Social Aspirations: Fifteenth-Century Bruges and a Memling School Madonna and Child. Cleveland Studies in the History of Art, v. 5, 2000, p. 6-19.

HENDERIKS, Valentine. Aura et standardisation des images flamandes de dévotion au tournant du XVº siècle. In: BARTHOLEYNS, Gil; DIERKENS, Alain; GOLSENNE, Thomas. La performance des images. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2010, p. 101-109.

LANE, Barbara G. Hans Memling: Master Painter in Fifteenth-Century Bruges. Turnhout: Harvey Miller, 2009.

MAGUIRE, Henry. Women Mourners in Byzantine Art, Literature, and Society. In: GERTSMAN, Elina. Crying in the Middle Ages: Tears of History. Abingdon; New York: Routledge, 2012, p. 3-15.

MARQUES, Luiz (org.). Catálogo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. São Paulo: MASP, 1998, vol. 3.

MARTENS, Didier. Le Maître Westphalien de 1473: de Soest à Nelahozeves. Bulletin of the National Gallery in Prague, n. 2, 1992.

MCNAMARA, Rebecca F. The Emotional Body in Religious Belief and Practice. In: LYNCH, Andrew; BROOMHALL, Susan. The Routledge History Of Emotions In Europe (1100-1700). Abingdon; Nova York: Routledge, 2019, p. 105-118.

MCNAMER, Sarah. Affective Meditation and the Invention of Medieval Compassion. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

PÉRIER-D'IETEREN, Catheline. L'Auteur du diptyque de la Descente de Croix de Grenade attribué à Memling serait-il espangol? Annales d'histoire de l'art et d'archéologie, n. 15, 1993, p. 39-64.

POLÁČKOVÁ, Eliška Kubartová. Medieval Laments of the Virgin Mary: Text, Music, Performance, and Gender Liminality. Leeds: Arc Humanities Press, 2023. ROSENWEIN, Barbara H. Emotional communities in the early Middle Ages. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

STEVENS, Martin. The Intertextuality of Late Medieval Art and Drama. New Literary History, v. 22, n. 2, p. 317-337, 1991.

SCHEER, Monique. Are emotions a kind of practice (and is that what makes them have a History)? A bourdieusian approach to understanding emotions. History and Theory, v. 51, n. 2, 2012, p. 193-220.

SULLIVAN, Erin. The Role of the Arts in the History of Emotions: Aesthetic Experience and Emotion as Method. In: Emotions: History, Culture, Society, Birmingham, v. 2, p. 113-131, 2018.

WILKINS, David G. Opening the Doors to Devotion: Trecento Triptychs and Suggestions concerning Images and Domestic Practice in Florence. In: Studies in the History of Art, v. 61, Symposium Papers XXXVIII: Italian Panel Painting of the Duecento and Trecento (2002), p. 370-393.

WILLIAMSON, Beth. Altarpieces, Liturgy, and Devotion. Speculum 79/2, 2004, p. 341-406.

Imagens

Imagem 1: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP). A Virgem em Lamentação, São João e as Pias Mulheres da Galileia, atribuído a Hans Memling, 1485–1490. Disponível em: masp.org.br/acervo/obra/virgem-em-lamentacao-sao-joao-e-as-pias-mulheres-da-galileia. Acesso em: 04 abr. 2025.

Imagem 2: WEB GALLERY OF ART. Díptico da Deposição, Hugo van der Goes, 1480. Disponível em: https://www.wga.hu/html/g/goes/1/small1.html; https://www.wga.hu/html/g/goes/1/small2.html. Acesso em: 04 abr. 2025.

Imagem 3: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP). A Deposição de Cristo, seguidor de Hans Memling, 1496. Disponível em: masp.org.br/acervo/obra/a-deposicao-de-cristo. Acesso em: 04 abr. 2025.

Imagem 4: WEB GALLERY OF ART. Díptico da Deposição, Hans Memling. Disponível em: https://www.wga.hu/html/m/memling/5late/39dipty.html. Acesso em: 04 abr. 2025.

Imagem 5: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP). Rosto e mãos da Virgem (detalhe). Disponível em: masp.org.br/acervo/obra/virgem-em-lamentacao-sao-joao-e-as-pias-mulheres-da-galileia. Acesso em: 04 abr. 2025.

Imagem 6: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP). Rosto de Maria Madalena (detalhe). Disponível em: masp.org.br/acervo/obra/virgem-em-lamentacao-sao-joao-e-as-pias-mulheres-da-galileia. Acesso em: 04 abr. 2025.

Imagem 7: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP). Rosto de São João Evangelista (detalhe). Disponível em: masp.org.br/acervo/obra/virgem-em-lamentacao-sao-joao-e-as-pias-mulheres-da-galileia. Acesso em: 04 abr. 2025.

ARTIGO

APOLO XIV: ensaio sobre a consolidação da imagem de Luís XIV como Rei-Sol*

Isadora Honório Almeida**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p110-137

resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre as representações do rei francês Luís XIV, focando na construção de sua imagem como Rei-Sol. Para tal, foram analisadas três telas de diferentes autores e datas, que estão disponíveis online no acervo do Palácio de Versalhes, na Biblioteca Nacional da França e no site do Ministério da Cultura da França. Partindo do princípio de que as iconografias do monarca como o deus Apolo foram ferramentas cruciais na edificação da propaganda real e no alicerce da figura de Luís XIV como rei absolutista, este ensaio buscou explorar as obras produzidas entre 1653 e 1670, momento em que o regime francês empenhou-se em utilizar da Idade Antiga para legitimar o soberano como divindade, o que auxiliou na propagação da simbologia do monarca como Rei-Sol. Com base em pesquisas já realizadas, este artigo relaciona as três pinturas ressaltando suas características, semelhanças e diferenças, e também procurou interpretar os anseios dos membros do governo ao associar a imagem de Luís XIV ao seu reinado.

PALAVRAS-CHAVES: Luís XIV; Rei-sol; Apolo; iconografia.

* Agradeço à professora Luciana Lopes, que auxiliou na elaboração deste trabalho e me acompanhou durante todo percurso. Aos meus extraordinários pais, pelo suporte e apoio. Ao meu companheiro de vida e colega de profissão, Guilherme Stuhr, que compartilha junto a mim as alegrias e inquietações de ser historiador.

** Graduada em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esteve vinculada ao Instituto Pedra para a realização de serviços de levantamento e consolidação de informações históricas para o Projeto Centro de Interpretação Turística - CIT, na cidade de Diamantina, entre os meses de Abril e Julho de 2025. Pesquisa a França Moderna com ênfase na produção iconográfica durante o regime de Luís XIV. E-mail: almeidaisadorahonorio@gmail.com.

Introdução

Ao considerar a presença do absolutismo monárquico na historiografia e evidenciar seu apogeu na França, predominantemente sob a regência do rei Luís XIV, este estudo se centraliza na análise das diferentes perspectivas sobre as representações do monarca absolutista. Aspira compreender de que forma o absolutismo se manifesta no âmbito político e quais consequências acarretam para o âmbito sociocultural, a partir das simbologias que levaram o monarca a ser intitulado como “Rei Sol”. Isso será realizado com ênfase nas telas que o retratam como o deus do sol.

Utiliza-se de iconografias que se encontram disponíveis no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional da França, no Museu do Louvre, no Palácio de Versalhes e no site do Ministério da Cultura. A partir da observação crítica de três iconografias que abrangem o rei francês em momentos diferentes de sua vida, esse ensaio preocupa-se em interpretar as bibliografias antecedentes sobre o retrato do rei, questionando as razões para sua criação, como também esclarecendo as atribuições artísticas em torno do reinado de Luís XIV. Este trabalho também expõe a indispensabilidade da investigação iconográfica para o campo historiográfico e as motivações do antigo regime para a consolidação da imagem real, compreendendo que esse fator se mostra como resposta de uma imposição do poder dominante. Fundamentado na perspectiva analítica de Ciro Flamarion Cardoso (1990, p. 9), que define análise iconográfica com base nas interpretações preexistentes realizadas no

campo historiográfico, levando em consideração a perspectiva do período analisado e a investigação de pesquisas previamente efetuadas.

Diante disso, há a inevitabilidade de entender o estado absolutista como o modo autônomo de governo, tendo o soberano como figura central e incontestável. Sobre seu surgimento, há uma enorme argumentação que levanta possíveis indícios que datam o século XVI/XVII. Para Perry Anderson (1995, p. 18), o Estado Absoluto é a consequência política da crise econômica que se estabeleceu no continente europeu durante os séculos XIV e XV; ele seria um aparelho de dominação feudal modificado para reafirmar o controle sobre as massas camponesas e sua posição social. Por essa razão, a concepção de Anderson se faz coerente, já que ratifica as transformações sociais que levaram ao desdobramento para a consolidação do absolutismo, a modificação de um aparato previamente instaurado no território europeu que ganha proporção para se transfigurar e permanecer por séculos no domínio.

Perante ao exposto, Florenzano (2007, p. 21) sinaliza que "[...] o Estado estava deixando de ser um poder orgânico, tipicamente feudal, para começar a ser um poder-máquina, tipicamente moderno." Marcado ainda por uma forte burocracia e pela estruturação de um exército permanente, o Estado Absoluto fixou-se majoritariamente na Europa Ocidental, tendo como maior exemplar a França.

Considerando os notáveis setenta e dois anos de reinado, Luís XIV promoveu na França o desenvolvimento do âmbito político, acadêmico e artístico. Com a renomada transformação do Palácio de Versalhes, o fomento e difusão das obras de artes e o fortalecimento da ciência através

da constituição da "*Académie des Sciences*", o monarca francês estabeleceu sua soberania. Em função da proximidade do rei com a arte e da característica dos regimes absolutistas em construir as representações ideais de seus monarcas, há durante todo o século XVII uma série de produções teatrais, poéticas e imagéticas que procuram declarar a natureza sacro e inigualável do rei, fato que, segundo Benito de La Fuente, começa a ser idealizado durante o medievo e se concretiza inegavelmente após a Guerra dos Cem Anos (Benito De La Fuente, 2007, p. 3).

Para ressaltar a adaptação do soberano no domínio artístico, inclusive na dança e no teatro, a monarquia utilizou-se de um aparato que enfatizava a grandeza da realeza francesa, visto que a primeira apresentação do monarca para a corte foi realizada por meio do balé, durante o espetáculo *"le ballet royal de la nuit"*, no qual o mesmo aparece para representar Apolo, o deus Sol. Sua vestimenta foi costurada com fios de ouro e ele entra como Sol nascente, aquele quem vai dissipar a escuridão da noite, enfatizando assim, a atuação do soberano como um ser divino. Nos palcos, as performances exemplificam as representações alegóricas e as marcas do tempo na estrutura física do rei. Mark Franko (2000, p. 80) afirma que nas primeiras representações percebe-se um monarca que tenta transmitir seus anseios políticos através da dança, característica que se modifica em produções iconográficas posteriores, nas quais se tornam perceptíveis a necessidade da afirmação de um líder político absoluto. A metáfora do rei como divindade e/ou figura histórica, instituiu-se no decurso do renascimento e se manteve presente nos anos reinados por Luís XIV, como assinala Peter Burke:

> O próprio rei era, por vezes, representado de maneira indireta ou alegórica. A pintura que Jean Nocret fez da família real, por exemplo, é um "retrato mitológico", ou *portrait historié*, na tradição renascentista de identificar indivíduos com determinados deuses ou heróis. As séries de pinturas mitológicas do Louvre, Versailles, Tuileries e outros palácios reais, em que Luís figura no lugar de Apolo, Júpiter, Hércules ou Netuno, também se destinavam a uma leitura alegórica. (Burke, 1994, p. 30)

À princípio, após a morte do cardeal Jules Mazarin[1], o regime absoluto passou a se tornar mais notório, sem a convocação dos estados gerais e com maior domínio sobre as instituições políticas, Luís XIV manteve a autoridade sobre os conselhos, religião e economia até o fim de seu reinado. A partir do desenvolvimento e com a fortificação do segmento administrativo, Carmen Sanz Ayán justifica que:

> La necesidad de mayor efectividad y eficiencia en el gobierno aceleró la formación de un aparato administrativo central dependiente exclusivamente del Monarca. El antiguo Consejo del Rey se había dividido durante 1661 en varios [consejos] especializados. (Ayán, 2015, p. 425)[2]

Com a consolidação dessa estrutura, as modificações no meio artístico se tornam fontes proeminentes de busca para compreensão desse período. Assim sendo, este artigo traz elementos que buscam identificar as particularidades da simbologia ao redor das concepções do soberano como Apolo, a partir da análise dos registros iconográficos.

[1] O cardeal italiano Jules Mazarin foi primeiro-ministro da França de 1642 até a sua morte, seus atos contribuíram para a consolidação do Estado Absoluto e para a preparação do jovem Luís XIV para governar a França.

[2] A necessidade de maior efetividade e eficiência no governo acelerou a formação de um aparato administrativo central dependente exclusivamente do Monarca. O antigo Conselho do Rei havia sido dividido, em 1661, em vários [conselhos] especializados. (AYÁN, 2015, p. 425)

Iconografia e Luís XIV

Ao debater a iconografia como fonte, torna-se fundamental o diálogo em torno da construção da hierarquia por vezes difundida no campo historiográfico. A concepção de que a análise das imagens deveria manter-se como fonte de segundo plano, pois, não apresentaria o ideal de "credibilidade" necessário para a compreensão e composição da narrativa histórica. Todavia, essa perspectiva tornou-se obsoleta e retrógrada à medida que eminentes estudos passaram a abranger o campo historiográfico. Além de fornecer aos pesquisadores um recorte, uma ideia do período em questão, as representações são fundamentais para a elaboração de um entendimento mínimo sobre o referido recorte temporal, elas apontam a percepção de seu autor e o meio social no qual este estava inserido, como bem elenca Rozinaldo Miani:

> Uma obra de arte, entendida como meio de expressão e comunicação de um artista – socialmente constituído –, se apresenta como uma das possibilidades mais representativas da materialização sócio-histórica do conjunto de uma determinada sociedade; ela não é puro símbolo ou manifesto subjetivo, mas verdadeiro objeto necessário à vida e à representação dos grupos sociais. (Miani, 2014, p. 135)

Essa constatação, portanto, evidencia o valor substancial da iconografia para os trabalhos históricos. A esse respeito, é cabível salientar que mesmo com a disposição de recursos imagéticos, faz-se necessário a assimilação da produção como resultado de seu tempo, além da relação dada pela interpretação do pesquisador que também acarreta perspectivas individuais. Embora seja essencial para a construção das narrativas históricas, para o estudo de imagens deve-se considerar a leitura realizada pelo autor e quais interpretações próprias da realidade

apresentada pelo mesmo dentro do estudo proposto (Cardoso, 1990). Isso se exibe também nos fatores que conduziram a criação da obra em questão. Nesse sentido, as observações e explicações em torno dos registros imagéticos tornam-se para os historiadores algo passível de análise cautelosa, visto que é imprescindível se atentar à concepção do quadro em questão e concomitantemente à interpretação do autor. O trabalho do historiador, então, se estende à elaboração de um estudo realizado a partir de sua reflexão e a crítica sobre estudos posteriormente publicados.

Assim sendo, a análise iconográfica apresentada neste estudo concentra-se sob perspectiva de três telas, nas quais Luís XIV é retratado como figuras mitológicas que representam o Sol. A gravura do rei como Apolo no espetáculo *"le ballet royal de la nuit"*, que traz a simbologia do jovem monarca entre os 15/16 anos por volta de 1653, colocando em evidência a escolha do traje e os detalhes que marcaram a apresentação do rei para a corte. Em seguida, aborda-se a reprodução do monarca na pintura de Joseph Werner, "*Louis XIV en Apollon conduisant le char du Soleil",* de 1664, na qual visualiza-se o soberano cercado de luz, no centro do quadro. E enfim, colocando em perspectiva a tela de de Jean Nocret, "*La famille de Louis XIV représentée en travestis mythologiques*", também conhecida como "Assembleia dos deuses", datada em 1670, simboliza a família real como figuras da mitologia, trazendo em cena elementos naturais em combinação com componentes greco-romanos.

O primeiro sol

O cenário alegórico edificado desde os anos de Luís XIII, que eventualmente era representado como imperador romano, ganha força e predominância na figura de Luís XIV, que faz da alegoria parte da difusão de sua imagem. Em virtude dessa aproximação e idealização da Idade Antiga, realizada desde o século XV com o Renascimento, torna-se perceptível o propósito do fomento do meio artístico e a disseminação da arte em todos seus campos. Jean-Marie Apostolidès (1993, p. 70), explica que a propagação da arte clássica no referido período, "tem como função traduzir em imagens o corpo imaginário do rei, através das referências mitológicas[...]".

Considerando o advento do Barroco e seus aspectos se consolidando na época em foco, faz-se indispensável pontuar seu efeito sobre o povo. A arte barroca, dedicou-se a gerar em seus espectadores múltiplas sensações, ao aguçar seu observador com suas especificidades e sua grandiosidade, ambicionando transparecer a emoção através das artes. As representações de Luís XIV carregam as particularidades do barroco ao mesmo tempo em que se associa a arte renascentista, com a valorização da antiguidade clássica. A corte, então, fez do barroco seu mais alto ponto de referência, a imagem do rei e da nobreza construída por meio das apresentações propagandistas tiveram como maior aliada a arte barroca. A realeza francesa utilizou a arte para difundir as propensões do catolicismo e os ideais da monarquia, amparando-se na aplicação do estilo barroco (Amorim, 2019, p. 2), se constituindo pelo imaginário dos indivíduos e suas crendices. Isso ocorre, de acordo com Mariana Costa

Amorim, em virtude da presença da mentalidade do medievo na população moderna:

> A sociedade moderna possuiu muito da mentalidade medieval e estava envolvida pelo medo: medo do mar e suas tempestades e monstros, medo da fome, da peste, do inferno e do Diabo, medo da acusação de heresia, medo da morte. Também era uma sociedade com indivíduos supersticiosos, que acreditavam em magias, má sorte, carmas e outros tipos de maldições [...] (Amorim, 2019, p. 2)

Tudo isso associado à consolidação do imaginário da Antiguidade, presente no século XVII. Houve na monarquia francesa uma combinação direta entre os reis modernos e os monarcas do mundo antigo, combinando-os em uma metáfora com os deuses das mitologias. Em virtude dessa junção, é frequente as imagens de Luís XIV estarem ligadas a uma alegoria romana, encarnando alguns imperadores notáveis, além da intenção de modificar Paris para que se tornasse similar a Roma Antiga (Apostolidès, 1993, p.71). Toda a fundamentação dessa simbologia levou o monarca a encontrar na mitologia o campo ideal para consolidar sua imagem como soberano absoluto. O rei inicia sua jornada como “rei sol”, ao valer-se da mitologia grega e descobrir na mesma a oportunidade de exibir sua glória, fazendo uso da insígnia solar para marcar seu reinado.

A gravura dos trajes utilizados pelo rei durante sua apresentação de balé (Figura 1) já apontava o anseio do novo soberano em exibir a elegância e extravagância de seu reinado. A imagem coloca em evidência o jovem entre os 15/16 anos, mostrando um vestido dourado costurado com fios de ouro, os sapatos e adereços trazem o símbolo do sol, bem como aparece em pontos diversos da vestimenta. Inúmeras jóias rodeiam a saia, com um formato que, ao que parece, tenta representar a flor-de-lis,

símbolo da monarquia francesa. Ao centro da roupa, o sol ganha uma imagem nítida e destacada, nos pulsos é possível visualizar os raios solares que também ficam expostos ao redor do pescoço e nos ombros. Acima da cabeça, uma coroa áurea repleta de esplendor traja o rei de jóias e reafirma seu papel central como sol, as plumas como adereços totalizam a grandiosidade de particularidades dessa ilustração



Figura 1: Luís como Apolo, modelo para fantasia, anônimo.
(Fonte: Bibliothèque Nationale, Paris, 1654)

A peça em questão teve como propósito, a introdução do rei aos seus súditos, o espetáculo foi apresentado no *"Petit-Bourbon"* e contou com a participação de outras personalidades da corte, como o irmão do rei,

Monsieur Philippe. Para a monarquia francesa, os papéis desempenhados por Luís XIV nas peças eram fundamentais para a construção do imaginário de seus súditos, uma vez que durante a realização desses eventos havia uma chance rara: poder contemplar o monarca de perto, algo impensável na maioria das ocasiões (Burke, 1994, p.42). Além disso, as atuações do rei planejavam, através dos palcos, transparecer para a corte, a capacidade de governar e a maturidade do jovem soberano, talvez seja por essa razão que Luís XIV esteve por muito tempo ocupando o protagonismo nos palcos.

Outrossim, os grandes espetáculos realizados com atuação da nobreza francesa, permitiam que a corte pudesse apreciar os luxuosos adornos e a exibição clara de um poder monárquico. Na perspectiva do coreógrafo Mark Franko, essas encenações do rei na dança eram indispensáveis para o crescente prestígio real:

> A apresentação do rei gerava um capital cultural prontamente conversível em poder político. Seu corpo não era realmente um objeto, ainda que raro, mas o objeto, não um exemplo de, mas o "material" subjacente no prestígio – seu ouro ou o seu estuque – e, consequentemente, a fonte de valor em prestígio. (Franko, 1993, p. 92)

Com a postura selecionada para representar o jovem Luís dançarino, na imagem em evidência, nota-se com clareza o anseio de exibir o domínio do balé ao mesmo tempo em que se figura para corte como um monarca absoluto, isso se observa pela posição de suas pernas e braços no desenho. A compostura adotada procura representá-lo com autoridade e controle. Após essa apresentação, Luís XIV consolidou o sol como sua alegoria, atributo que aparece em distintas ocasiões e

monumentos, presente na estrutura do palácio de Versalhes e estampando a face do monarca ao centro do emblema.

Entre o jardim de Versalhes e a pintura de Werner

A mitologia é evocada a serviço da monarquia francesa em distintos momentos de sua história, para estabelecer o caráter propagandista que a mesma visava construir, isso porque, como explica Roger Chartier (1991, p. 15), "a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão". Esse fato demonstra que o controle exercido pelo Estado e seu domínio no campo da arte era peça fundamental para fortalecer a imagem real como divina e inquestionável, com a intenção de ampliar seu controle para sobrevir nos lugares onde a brutalidade não pudesse alcançar (Chartier, 1991, p. 186). E por essa razão, a mitologia atuou como componente fomentador da promoção da alegoria que a monarquia intencionava sustentar.

Como resultado desse apelo à mitologia, dispõe-se de inúmeras obras onde é notável o recurso mitológico em voga. Durante o século XVII, o entendimento da antiguidade clássica e seus usos, tornam-se parte da simbologia do absolutismo, bem como explica Jean-Marie Apostolidès (1993, p. 73):

> Quer sejam deuses, heróis, chefes de Estado ou intelectuais do tempo antigo, todos estão em pé de igualdade: transformam-se em alegorias, e essa mutação dota-os de uma espécie de equivalência abstrata. Hércules, Augusto ou Cícero tornam-se imagens desarraigadas que se utilizam de nova maneira. Formam as figuras de base da linguagem da mitistória.

Dessa maneira, o quadro do artista suíço Joseph Werner, “Luís XIV como Apolo conduzindo a carruagem do Sol” (Figura 2), datado entre 1662-1667, fortalece o ideal da propaganda do governo de Luís XIV ao mesmo tempo em corrobora para consolidação do imaginário da figura do monarca como astro rei. O guache de Werner, atualmente situado no Museu do Louvre, apresenta o soberano ao centro da pintura, em uma alegoria que combina sua representação na modernidade em uma composição mitológica associada à divindade.



Figura 2: Luís como Apolo. Triunfo de Luís XIV.
(Fonte: Château de Versailles, 1664).



Figura 3: Fonte de Apolo.
(Fonte: Château de Versailles, 2024).



Figura 4: Fonte de Apolo.
(Fonte: Château de Versailles, 2024).

A tela retrata uma perfeita encenação do triunfo do rei que surge caracterizado como o deus do sol Hélios, aquele que emana luz para o mundo. Na cabeça nota-se uma auréola de folhas verdes. Nos pontos laterais, é perceptível a presença de quatro figuras femininas que rodeiam o monarca, ao mesmo tempo em que o admiram com os olhos fixados em sua fisionomia.

A pintura de Werner demonstra a impecável forma da campanha régia, pois objetiva construir a imagem de Luís como Rei Sol, que já há algum tempo era propagada na corte, realizando a junção do monarca francês à figura de dois grandes deuses mitológicos. Portanto, fica perceptível a aproximação da figura de Luís XIV a Apolo e concomitantemente ao deus Hélios, esse estabelecimento do soberano como divindade produz a justificativa para a legitimação e a supremacia real. Acima de tudo, expõe um único ser que é apto para coordenar o mundo, aquele que é o centro do cosmos, que traz o alvorecer assim como a estrela central do Sistema Solar. Ademais, o quadro exibe o rei saindo com exuberância de seu templo, enquanto guia quatro grandes cavalos e é seguido por duas figuras angelicais que se encontram na parte superior e na parte inferior da tela. Os animais corroboram para a analogia da carruagem do deus Apolo.

A associação entre o coche do deus grego não apareceu pela primeira vez na pintura de Joseph Werner, a monarquia já havia se apossado dele anteriormente, na idealização do jardim de Versalhes. Aproximadamente no ano de 1661, o rei inicia a estruturação para a construção da área livre do palácio; com o intuito de renovar e ampliar o jardim, Luís XIV designou André Le Nôtre, renomado paisagista francês, para tal função. No centro do jardim é posicionada a obra que foi denominada “Bacia de Apolo” (Figuras 3 e 4), a escultura de Jean-Baptiste Tuby, foi construída baseada da ilustração de Charles Le Brun orientada a partir da lenda do deus Sol.

O monumento abre caminho para três áreas do palácio e apresenta Apolo conduzindo sua carruagem com quatro cavalos emergindo da água, acompanhado por quatro tritões que anunciam sua chegada. Essa estátua retrata o deus solar com grande triunfo e disposto de sua coroa, ela espelha o discurso político utilizado a serviço da monarquia absolutista.

Por essa razão, é incontestável que a obra de Werner relaciona-se diretamente com a escultura de Tuby, em primeiro lugar porque ambas se apropriam da mitologia e buscam narrar a jornada do deus Apolo. Além disso, nota-se que as duas imagens evocam uma figura central como portadora de autoridade, na escultura, o próprio deus e na imagem de Joseph Werner, Luís XIV aparece representando esse papel.

A tela marca o enfoque da monarquia na figura do rei, ponto fundamental dos regimes absolutistas. Desse momento em diante, os artistas se reorientam para retratar, por vezes de forma alegórica, o monarca, sempre intencionando colocá-lo no centro dos quadros, com aspecto divino, como organizador, como detentor de todos os poderes. A centralização na construção da simbologia solar se justifica pela idealização da nobreza francesa em demonstrar a grandeza:

> Dentro do mundo absolutista, Luís XIV aliou o poder político ao poder simbólico. Na sua concepção absolutista, o poder deveria estar entrelaçado à magnificência e ao luxo, que ocasionava a sua veneração por parte dos seus súditos e o respeito 'ao grande monarca' que demonstrava ser. (Rocha, 2013, p. 23)

A simbologia planejada e construída ano após ano, teve seu apogeu a partir dos anos 1660, com a arte servindo de base e visando sempre demonstrar o domínio e a soberania do monarca, como pontuado pelo

historiador Marcos Rocha (2013, p. 23). Em virtude disso, tem-se os olhares focados na Antiguidade Clássica, a partir da construção da imagem idealizada pelos modernos.

O último ato de Apolo

Com a edificação total como rei absoluto (após o falecimento de Mazarin em 1661), Luís XIV realizou uma seleção cautelosa de ministros para ocuparem cargos notáveis em sua corte, pretendendo prolongar o título de esplendor. Seu maior acerto talvez tenha sido Jean-Baptiste Colbert, que já atuava como conselheiro, mas que adquiriu grande notoriedade a partir de 1664, quando se tornou superintendente das obras da realeza. Um dos enormes anseios de Colbert foi a consolidação da propaganda real, o engrandecimento do rei através de sua imagem, com auxílio do meio artístico e científico. O que é salientado por Burke (1994, p. 52) ao mencionar o papel de Jean-Baptiste Colbert: “a importância de Colbert reside em sua visão geral da contribuição de todas as artes para a glória do rei”. Foi com esse plano que o ministro originou a formação acadêmica nas Belas-Artes, que organizava a criação de conteúdos artísticos e as normalizava.

Nesse ínterim, foi fundada a Petite Acadèmie que controlava toda a produção artística da monarquia. Foi com essa premissa que as artes se consolidaram na França do século XVII, com apoio da nobreza e objetivando difundir a imagem do soberano idealizada por Colbert. É nessa conjuntura que se introduz as diversas iconografias de Luís XIV como deuses, imperadores e heróis da antiguidade, principalmente entre os anos

de 1660 e 1670, quando a figura do jovem Luís foi edificada tendo como foco o deus Apolo, que o acarretou o título de Rei Sol.

Entretanto, o uso da alegoria da Idade Antiga teve sua decadência nos fins do século XVII, quando o rei começou a afastar-se lentamente dos usos da mitologia e focar na criação de uma imagem inteiramente sua, tendo como maior exemplar o famoso retrato de Hyacinthe Rigaud de 1701. Sob essa conjuntura que Jean Nocret pinta o célebre quadro da realeza francesa conhecido como Assembleia dos Deuses (Figura 5), que foi finalizado em 1670.

No quadro em questão temos toda a família real presente, inclusive a mãe do rei, sua esposa e filhos, seu irmão Philippe d'Orléans também acompanhado pela esposa e filhos, todos representados cercando o rei e caracterizados como deuses do Olimpo, expressando serenidade e em uma aparente união, se conectando com a natureza que também ganha uma ilustração harmoniosa. Ao centro da pintura nota-se Ana de Áustria, que aparece como elo de interseção entre as famílias dos dois filhos. O rei, quando a tela foi finalizada, já havia abandonado a dança e as apresentações de balé para a corte, visto que já alcançava seus 32 anos de idade, apesar disso, é possível perceber que sua postura ainda reflete o jovem Luís bailarino, pela sobreposição de suas pernas e braços.



Figura 5: A família de Luís XIV.
(Fonte: Château de Versailles, 1670).

Nocret realiza a pintura visando demonstrar a grandiosidade da família real. Esse fato fica perceptível quando observa-se de forma cuidadosa a escolha do cenário que sucede os Bourbons, a paisagem do campo acompanha cortinas vermelhas que aparecem de forma teatral sustentada por figuras desenhadas no estilo greco-romano. Além disso, quando o quadro foi terminado, em 1670, Ana de Áustria e Henrietta Anne (primeira esposa de Monsieur Philipe), já haviam falecido. Benito De La Fuente 2007, p. 7 justifica a escolha de Nocret ao pintá-las quando menciona que:

> En este retrato-representación, el pintor quiso ofrecer la imagen de esa familia, cuanto más extensa tanto más poderosa, que rodea al rey, y que es un símbolo de la victoria del poder frente al paso del

> tiempo: de hecho, cuando el cuadro se termina, varios de los personajes han muerto ya, pero siguen disfrutando de la inmortalidad olímpica en el lienzo[3].

Nesta representação, Luís XIV aparece sentado em seu trono com vestes douradas, segurando um cetro de sol e na cabeça a coroa de louros. Nessa cena, Luís assume um duplo personagem: é Apolo, deus do sol, da música, das artes, e, ao mesmo tempo, Helios o próprio sol, aquele que orienta e ilumina todo o universo. Ao seu lado, temos a infanta Maria Teresa, com veste azul para simbolizar a monarquia e a deusa Juno, esposa de Júpiter e rainha dos deuses. Com ela, seus dois herdeiros, o Delfim Luís com uma pequena coroa de louros indicando que um dia assumirá o trono e Maria Teresa de França a primogênita dos monarcas, que faleceu dois anos após a finalização do retrato. Ao centro temos Ana de Áustria, rainha consorte da França, retratada com as mãos sob um globo, para evidenciar os tempos que esteve como rainha mãe, antes de Luís atingir a idade para assumir o trono francês, aparecendo no quadro como Cibele, a mãe de todos os deuses. para Benito de La Fuente (2007, p. 9), o globo terrestre em suas mãos simboliza a entrega do controle para Luís XIV:

> lleva el orbe terrestre que ella misma personifica, y está acompañada por el león que es uno de sus atributos habituales. Ese orbe que parece va a entregar a su hijo puede entenderse también como el imperio del mundo, que había sido de España (recordemos que antes de que el rey francés fuera le Roi Soleil , Felipe IV era el Rey Planeta) y que Luís XIV se prepara para recibir como heredero legítimo de los monarcas españoles.

[3] “Neste retrato-representação, o pintor quis oferecer a imagem dessa família quanto mais extensa, tanto mais poderosa que rodeia o rei, e que é um símbolo da vitória do poder sobre a passagem do tempo: de fato, quando o quadro é concluído, vários dos personagens já haviam morrido, mas continuam desfrutando da imortalidade olímpica na tela.” (Benito De La Fuente, 2007, p. 7)

A tela apresenta Philippe d'Orléans como estrela do amanhecer que brilha no céu antes da chegada do sol, personagem que representou nos balés da corte ao lado do irmão (Benito de La Fuente, 2007, p.12). Acompanhado por sua filha e sua esposa Henrietta Anne que carrega adornos de flores nos braços e nas mãos, indicando que representa a deusa da primavera, Flora. Atrás da rainha consorte nota-se suas três filhas de Gaston de Orleans, e nas costas do rei sua prima, filha mais velha de Gaston de Orleans. Luís XIV, o Sol-Júpiter, entra em cena para governar, não só essas figuras em questão mas todo domínio francês.

Paralelamente à metáfora solar, bastante explorada nas décadas de 1660/70, destacando-se nas decorações de Versalhes e nas representações do monarca, é também, a partir dos anos 1670 que Luís XIV deixa para segundo plano a expressão como Apolo e começa a expressar sua grandeza, focando inteiramente em sua imagem. As inúmeras facetas do absolutista permitem a construção de momentos distintos de seu regime, primeiro o governo apoiado no Cardeal Mazarin, depois a consolidação do autogoverno e já nos fins do século XVII um monarca consolidado politicamente. Em todos esses momentos a arte serviu como projeto de estabilização da imagem real.

Même Louis, Différent Soleil

As três distintas pinturas citadas neste ensaio exibem momentos diferentes do absolutismo e da própria imagem real, ainda que dialoguem dentro da mesma temática, a utilização dos atributos da

Antiguidade. Na primeira ilustração, observa-se um jovem monarca, ainda sem grandes experiências de reinado mas que se figura para corte já ambicionando demonstrar seus anseios e sua soberania. Essa gravura, anuncia um rei que começa a assumir o trono, ainda que com grande auxílio de Jules Mazarin, mas prontamente preparado para consolidar sua imagem absoluta para a corte e para toda França. No entanto, ao ser retratado por Joseph Werner, em 1662, Luís XIV aparece como organizador e coordenador do mundo, quando controla a carruagem como Apolo, o que expõe a maturidade adquirida nos anos de reinado. A pintura de Werner dialoga com o retrato de Nocret, porque ambos transmitem um rei já adulto e com sua imagem propagandista já consolidada.

Nesse ínterim, a imagem do absolutismo francês se associou a Luís XIV com veemência, o árduo trabalho do governo na edificação da imagem de Luís-Sol, mostrou seu animador resultado, isso em virtude do próprio rei acreditar e colaborar para tal ato:

> Luís, por sua vez, reconhecia claramente seu papel de símbolo do Estado, encarnação do poder, e conferia a cada ato, a cada gesto seu, uma significação sobrê-humana, cercando-se em todas as ocasiões do espetáculo de majestade. (Blitzer, 1971, p. 60)

Com as três imagens posteriormente mencionadas, pode-se notar as razões para tal feito. Ainda que o aparato governamental estivesse por trás da construção da figura do rei, ora feita por Mazarin, ora feita por Colbert, o monarca assumiu a feição do reino e transformou todo o conceito de Estado Absoluto. Por um tempo, a figuração funcionou com excepcionalidade, mas aos poucos as ilustrações realizadas já não

representavam efetivamente o soberano e essa questão passou a desagradar até mesmo os admiradores da monarquia (Burke, 1994, p. 109). E ainda que houvesse o emprego da Antiguidade em seus retratos, por um período, os artistas a efetuaram com relativa tranquilidade, as divergências "complicavam a tarefa de artistas, escritores e outros envolvidos com o que se poderia chamar de a "administração" da imagem real" (Burke, 1994, p. 109).

Por essa razão, caminhando para o fim do século XVII e início do XVIII, o rei começa a focar na construção da autoimagem, onde ele aparecia associado aos símbolos da monarquia e da França (com cetro, flor-de-lis, manto azul), exibindo sua figura mais envelhecida, mas ainda com magnificência. Mesmo assim, a maneira como Luís XIV edificou a simbologia do Sol a seu favor durante a segunda metade do XVII, tornou-se emblemática ao redor do mundo, tomando o título de "rei sol", que anteriormente teria sido de Felipe IV da Espanha.

No entanto, mesmo que essa apologia fosse respeitada e que a designação como sol tenha sido marcada como inteiramente sua, os inimigos de batalha da França se apropriaram dessa referência para satirizar o monarca. O historiador Hendrik Ziegler, exemplifica a utilização crítica pelos inimigos ao mencionar que essas representações carregavam um humor caricato que chegou a circular até mesmo em forma de medalhas (fato ocorrido na Holanda em 1673) e que seus adversários aguardavam momentos especificamente oportunos para realizar tais sátiras (Ziegler, 2022, p.80). Indicando que a propaganda real se fixou de tal forma que era utilizada para atacar o soberano, ainda que já

nos anos 1670 estivesse começando a se dissociar das apologias do mundo antigo.

Tendo em vista as questões que compõem essas imagens, é possível notar em cada uma o papel da arte, o apogeu da utilização da Antiguidade e seu leve declínio, perceptível com mais evidência na tela de Nocret. O ápice dessas representações é claramente nos anos 1660, quando Joseph Werner pinta Luís XIV como Apolo em duas ocasiões distintas, mas em uma referência muito clara ao deus grego, que também é percebida com mais notabilidade na ilustração do figurino do monarca em 1653, cujos elementos escolhidos para tal reprodução carregam todos os atributos para constatar o rei como divindade. Em contrapartida, quando Jean-Nocret ilustra a família real, Luís, aos 32 anos, já aparece com mais sutileza, ainda que seja um monarca absoluto e ainda que em uma apologia ao Apolo, a escolha dos símbolos é menos extravagante.

Por conseguinte, mesmo que em um curto espaço de tempo, as iconografias se transformaram com grande nitidez. Em primeiro lugar, devido ao curso do reinado e em segundo plano pelas questões físicas do rei, como já mencionado por Peter Burke, não seria positivo para a aparência da monarquia o soberano manter seus traços joviais que carregam até certo ponto a ingenuidade do mesmo. Por isso, nota-se que o espaço de tempo que distingue as duas ilustrações, a primeira de 1653 e a segunda de 1664, já fica inequívoco o que a realeza pretendia construir, uma vez que na pintura de Werner (1664), Luís XIV aparece com total autoridade, demonstrando seu domínio sobre a França, em oposição ao desenho do rei dançarino de 15 anos que só deseja constatar sua soberania.

Mesmo que as obras apresentem essas diferenças, todas foram construídas com o mesmo propósito, consolidar a propaganda da monarquia francesa que se figura no século XVII na imagem de Luís XIV e torna-se indubitável o sucesso desse planejamento. O monarca francês se edificou como o maior símbolo do Absolutismo e isso deve-se ao papel que assumiu como promotor das artes, fazendo do domínio artístico o meio substancial para estruturar suas representações. Era dessa forma que Luís XIV demonstrava seu poder político e diplomático pelo continente Europeu, por essa razão o século XVII é tomado pela disseminação das obras de artes que figuram o rei como guerreiro vitorioso (Chastagnol, 2013, p. 66), assim, podia controlá-las da forma como bem desejava.

Considerações finais

Após a análise das pinturas do Rei-Sol posteriormente mencionadas e a interpretação da bibliografia relacionada, pode-se entender que durante todo o século XVII o aparato governamental de Luís XIV atuou para que o monarca tivesse um reinado notório e diretamente associado a si mesmo. A relação dos governos absolutistas com a imagem do soberano esteve presente desde sua edificação, ainda no século XII, mas indubitavelmente a concepção de Estado Absoluto se transformou a partir do regime de Luís XIV. Diante disso, é possível pontuar que a utilização das artes durante esse período foi de suma importância e compreender os motivos que levaram ao intenso estímulo desse âmbito.

Contemplando o papel de Luís XIV como “patrono das artes”, pode-se dizer que esse título foi consolidado com a construção das Academias Reais de Pintura e Escultura, que posteriormente viriam a se

tornar a Academia de Belas Artes. A transformação da arte em cadeira acadêmica oficializou o empenho do rei em construir a sua imagem como bem desejava, esse fato facilitou sua associação com o Sol.

Por essa razão a iconografia fez-se essencial para a construção desse estudo, pois, recorrendo aos referidos quadros, é possível assimilar a relação entre os autores, as pinturas e o meio social com que esses fatores se relacionam. Confirmando assim que o estudo das imagens desempenha um papel irrefutável para o campo historiográfico e para o trabalho do historiador. A investigação iconográfica realizada neste ensaio estabeleceu-se por meio de pesquisas executadas anteriormente e se baseou na essencialidade desse campo para a construção do conhecimento histórico.

Contudo, o desenvolvimento promovido na França no decurso dos séculos XVII e XVIII, marcou a história do país e do mundo, visto que foram produzidas obras renomadas que ainda operam no presente. A intenção da criação de diferentes campos e do visível crescimento na arquitetura, arte e ciência, fez-se pilar do regime absolutista, pois, através dessas áreas Luís XIV demonstrou seu domínio político e expressou suas vitórias em guerras contra outras potências europeias. Nesse sentido, a arte foi a principal aliada do Absolutismo, por meio dela era possível instituir a imagem que o monarca almejava e as formas de representá-lo dialogava diretamente com seus triunfos em batalhas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AMORIM, Mariana Costa. Barroco e Propaganda: Luís XIV e a Representação do Monarca Absolutista. *Anais da Semana de História* (2019).

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV. J. Olympio, 1993.

BARBOSA, Maria Izabel. A contribuição de Bossuet à glória do rei sol. Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 15, n. 1, 2007.

BLITZER, Charles; LIFE (CHICAGO). A era dos reis. J. Olympio, 1971.

BURKE, Peter. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e história. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 1, n. 1, p. 9-18, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos avançados, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHASTAGNOL, Karen; VITTET, Jean. Les portraits peints de Louis XIV au temps de Colbert (1663-1681). Versalia. Revue de la Société des Amis de Versailles, v. 16, n. 1, p. 53-70, 2013.

DE LA FUENTE, Luis Javier Benito. Jupiter, Apolo, Sol-Luis XIV dios olímpico, o metáforas del Poder Absoluto en el cuadro de Jean Nocret La famille de Louis XIV représentée en travestis mythologiques. In: Littérature, langages et arts: rencontres et création. Universidad de Huelva, 2007. p. 46.

DE SOUSA ROCHA, Marcos Maciel. Aparência e Prestígio: a civilidade na corte de Luís XIV (1643–1715). OUTRAS PALAVRAS, v. 9, n. 2, 2013.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 11-39, 2007.

FLORISTÁN, Alfredo et al. Historia moderna universal. 2004, p. 445-467.

FRANKO, Mark. Inversões Figurais do Corpo Dançante de Luís XIV. In:_____. Action on the past: historical performance across the disciplines. Tradução de: Ana Teixeira e Marcelo Fernandes.Salvador, v. 4, n. 1 p. 76-95, jan./jun. 2015.

FRASER, Antonia. O amor e Luís XIV: as mulheres na vida do Rei Sol. Rio de. Janeiro: Record, 2009.

MIANI, Rozinaldo. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. Domínios da Imagem, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014.

ZIEGLER, Hendrik. Régner sous le signe du soleil. Dimensions politiques de la métaphore solaire. 2022.

Imagens

Figura 1: Luís como Apolo. Modelo para fantasia. Paris, 1654. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52502200s. Acesso em: Setembro de 2024.

Figura 2: Luís como Apolo. Triunfo de Luís XIV, Paris, 1664. Disponível em: https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl020108818. Acesso em: Setembro de 2024.

Figura 3: Fonte de Apolo. Palácio de Versalhes, 1668. Disponível em: https://en.chateauversailles.fr/news/life-on-estate/restoration-apollo-fountain#apollos-fountain-a-fountain-inspired-by-the-legend-of-the-sun-god. Acesso em: Outubro de 2024.

Figura 4: Fonte de Apolo. Palácio de Versalhes, 1668. Disponível em: https://en.chateauversailles.fr/news/life-on-estate/restoration-apollo-fountain#apollos-fountain-a-fountain-inspired-by-the-legend-of-the-sun-god. Acesso em: Outubro de 2024.

Figura 5: A família de Luís XIV. Paris, 1670. Disponível em: https://www.chateauversailles.fr/ressources-pedagogiques/rois-reines-versailles/louis-xiv/louis-xiv-famille-royale-jean-nocret#louis-xiv-et-la-famille-royale-par-jean-nocret.

ARTIGO

Aspectos históricos da construção civil: um estudo de caso em Itabuna

Filipe França*

Universidade Estadual de Santa Cruz

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p138-168

resumo

O presente artigo busca abordar aspectos da construção civil na cidade de Itabuna, Bahia, entre as décadas de 1950 e 1980, recorte escolhido por conta da mudança demográfica – aumento da população urbana em relação à rural, – e como isso reverberou no setor habitacional da cidade. O artigo se justifica pelo fato de que entender aspectos da construção civil itabunense é entender a construção civil na região, tendo em vista que essa cidade era exemplo para as demais. As fontes deste trabalho foram obtidas no Centro de Documentação e Memória Regional e no Arquivo Municipal José Dantas de Andrade de Itabuna. Utilizaram-se cartões postais da cidade e listas telefônicas (1987-1992) para análise demográfica e espacial. A pesquisa também faz uso dos jornais Tribuna do Cacau, Agora, A Região e Diário de Itabuna, conforme as metodologias de Barros (2021) e Pádua (2002). Quantitativamente foi aplicada a metodologia de Moura Filho (2008), considerando dados com perspectivas espaciais, temporais e conceituais. A análise das fotografias seguiu os métodos de Joly (1996), observando aspectos históricos, sociais, semióticos e de poder nas imagens. Concluiu-se que a construção civil em Itabuna reflete a evolução arquitetônica e urbanística da cidade, assim como as dinâmicas sociais e econômicas da região cacaueira.

PALAVRAS-CHAVES: Itabuna; Região Cacaueira; Construção Civil; História Urbana; História Econômica.

* Estudante de História, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Foi bolsista Capes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (2023 - 2024). Membro do Grupo de Estudos de História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE). Bolsista do Programa de Iniciação a docência (2024 - atual)

Introdução

O município de Itabuna, localizado no estado da Bahia, foi estabelecido no final do século XIX com forte influência da monocultura cacaueira. Apesar de na região já existirem plantações de cacau desde o final do século XVIII, seu plantio naquele momento era atrelado ao cultivo de outros insumos, não sendo assim o foco principal. A monocultura deu visibilidade ao território da região, que passou a ser visto como uma espécie de Eldorado (Rocha, 2008).

O cacau tem seu aumento de produção e comercialização impulsionado pelo seu crescente consumo em países industrializados — após a segunda revolução industrial — fazendo com que a Bahia e o Brasil ocupassem um lugar de destaque na exportação deste produto (CEPLAC, 1976; Freitas, 1979).

Itabuna e Ilhéus (sua cidade vizinha), como principais centros urbanos da região cacaueira, desempenham um papel fundamental na compreensão da dinâmica social, econômica e estrutural dessa área. Estudar a movimentação de Itabuna é analisar, de forma mais ampla, os processos de urbanização e desenvolvimento da construção civil em toda a região cacaueira, uma vez que essa cidade serviu como modelo e referência para os demais municípios em seu entorno.

A evolução de Itabuna, tanto em termos de infraestrutura quanto no aspecto socioeconômico, reflete as transformações que impactaram diretamente o processo de modernização da região, influenciando o planejamento urbano, a construção de novos espaços, e a adaptação das

cidades ao crescimento demográfico e da economia local, especialmente no setor agrícola, ligado ao cultivo de cacau. Portanto, entender a trajetória de Itabuna é, de certa forma, entender os aspectos mais amplos da construção e consolidação das cidades cacaueiras.

Assim, é no século XX que este artigo foca, em especial a partir de 1953, quando o edifício Comendador Firmino Alves é inaugurado na cidade, marcando uma mudança na paisagem urbana. A partir da década de 1950 há a mudança do perfil estrutural dos imóveis, considerando que anteriormente, a classe dominante construía os seus palacetes de alto padrão nos espaços rurais e não no urbano.

No final dos anos 1980, a região cacaueira é acometida pelo fungo Crinipellis perniciosa, também conhecido como vassoura-de-bruxa, que se instaura nas fazendas e afeta drasticamente a produção cacaueira, conforme Rocha:

> "No ano de 1990 o fungo causador da VB estava instalado em grande parte das lavouras cacaueiras da Bahia e a queda da produção é evidente, numa descida vertiginosa, passando de mais de 300 mil toneladas no período 1990/91 para um pouco mais de 100 mil toneladas em 2002/03 e em torno de 135 mil toneladas em 2003/04, na Bahia" (Rocha, 2008, p. 90).

A crise foi devastadora para a região, como não havia ocorrido antes, e a produção não conseguiu se recuperar em mais de três décadas. Cabe a ressalva que a chegada do vassoura-de-bruxa aconteceu em um momento de crises políticas e econômicas regionais, assim como a questão da não institucionalização da CEPLAC, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Rocha, 2008).

Por conta dessa crise, os tipos de edificações passam por outra mudança em relação à estrutura e forma, assim o recorte final desse artigo se encerrará no final da década de 1980.

As fontes para esse trabalho foram obtidas no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC) e no Arquivo Municipal José Dantas de Andrade de Itabuna, especificamente na estante 17, caixa nº 34, com o título "Grupo Chaves". Além disso, foi utilizada uma série de cartões-postais da cidade, analisados iconograficamente, assim como as listas telefônicas (1987-1992) foram analisadas no que tange ao seu conteúdo, conforme Pádua (2002).

Para os jornais trabalhados foi utilizado o método de análise de conteúdo e de discurso conforme Pádua (2002). A primeira foca na linguagem como suporte do pensamento, usando técnicas de codificação e interpretação de dados; enquanto a segunda considera a linguagem como processo histórico-social e ideológico, analisando as condições de produção do discurso para captar relações de poder e identidades. Ambas utilizam o método da autoria para entender o discurso, com enfoques distintos: a análise de conteúdo avalia estilos e estruturas dos textos, enquanto a de discurso investiga contextos históricos e ideológicos dos autores.

Foram escolhidos os seguintes jornais: Tribuna do Cacau, Agora, A Região e Diário de Itabuna. Foram selecionados esses pelos critérios de publicização, periodização, lugar de produção e conteúdo (Barros, 2021). Para as fontes quantificadas foi aplicada a análise quantitativa conforme Moura Filho (2008), para este autor, um dado sem estar em perspectiva,

com elementos conceituais, espaciais e temporais, não tem valia para o historiador e que a análise quantitativa vai além da simples aplicação de números para descrever fenômenos históricos.

Além de apontar como analisar dados já quantificados em escala temporal, espacial e conceitual, o autor discorre sobre a prática do historiador de gerar suas próprias informações quantificadas a partir de fontes quantificáveis, — o que pode ser feito a partir da coleta de dados de fontes primárias não previamente estruturadas de forma numérica, desenvolvendo categorias analíticas, organizando informações e transformando registros qualitativos em séries ou tabelas.

Já para a análise de fotografias é utilizado o método iconográfico de Joly (1996), que consiste em considerar 5 aspectos principais na análise da imagem, sendo eles: o contexto histórico e social em que a mesma foi produzida; a semiótica para compreensão dos signos e códigos nas representações; a desconstrução da imagem, objetivando identificar a visão de mundo e quem está por trás da construção imagética; a análise multidisciplinar; a observação das relações de poder que podem ser expressas ou reforçadas na imagem, pensando em quem é enfocado, como e quais interesses por trás do foco.

A região cacaueira

Santos (1957) analisou a importância social e econômica que o cacau detinha para os municípios do sul da Bahia. O cacau moldava a forma de vida de uma boa parcela da população destes espaços. Com isso em mente, ele analisa o conceito de zona cacaueira em que se foi levado em

conta os critérios fisiográficos e da posição geográfica, conforme a Figura 1 a seguir.

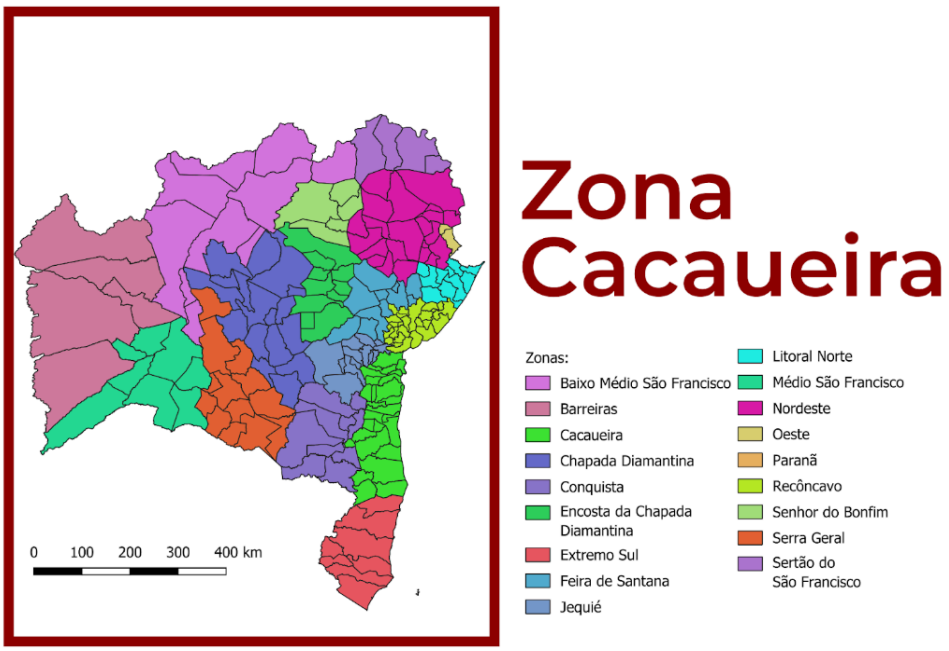


Figura 1: Mapa da Zona Cacaueira
Fonte: Elaboração própria com base em Santos (1957) e Botelho (1954).

Nessa conceituação a Bahia foi dividida em zonas fisiográficas, sendo a cacaueira uma delas contando com 23 cidades, este conceito foi utilizado em 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para Santos (1957, p. 15), esse conceito não levava em conta os aspectos sociais e políticos regionais, assim a melhor conceituação seria a de região cacaueira, surgindo a partir da "zona cacaueira e às suas custas, isto é, às custas das suas necessidades e dos seus capitais, uma verdadeira região, a região cacaueira" (Figura 2).

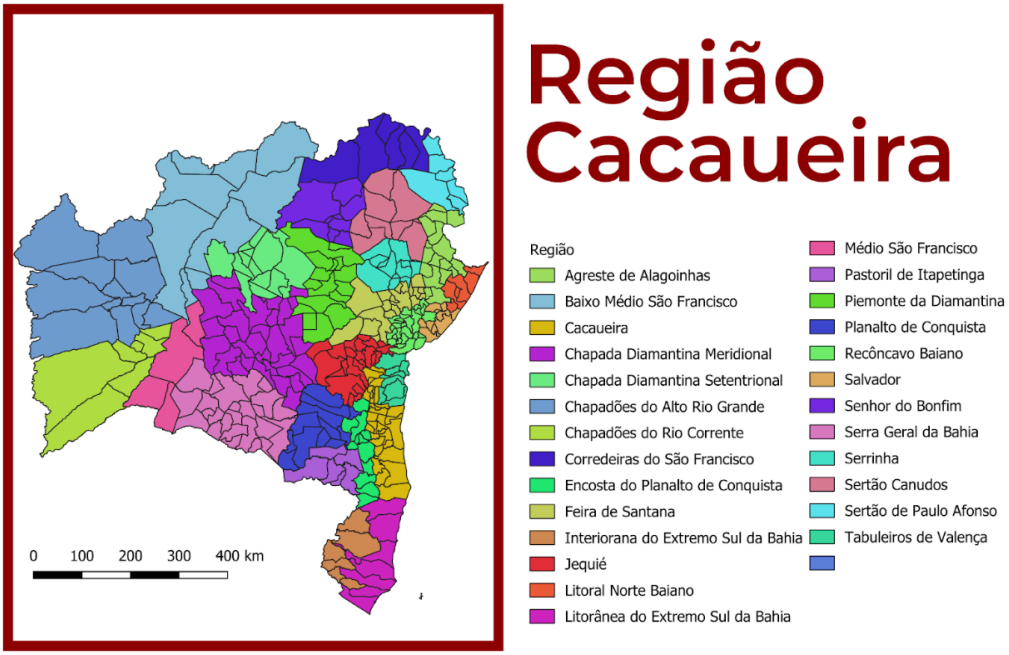


Figura 2: Mapa da Região cacaueira
Fonte: Elaboração própria com base em Santos (1957) e Botelho (1954).

O conceito de região abarcou assim as necessidades materiais e os aspectos fisiográficos, sendo um conceito amplamente utilizado na historiografia regional, a exemplo de Freitas (1979; 2023), Ribeiro (2001; 2005; 2017), Andrade e Rocha (2005) e tantos outros.

Assim, aumentou a quantidade de cidades dentro deste conceito, para 27 municípios. Para este trabalho, será utilizado o conceito de região por ser mais abrangente e considerar os aspectos políticos e sociais que aqui serão discutidos.

Burguesia cacaueira

As atividades exitosas de comercialização do cacau formaram duas frações sociais, os grandes produtores do fruto e os comerciantes-exportadores, a união dessas duas partes formou a burguesia cacaueira. Conforme a cacauicultura se desenvolvia, propiciava também o surgimento deste segmento unificado, que por sua vez representavam simultaneamente os interesses da produção e da comercialização da commodity (Freitas, 1979).

Para Freitas (1979), essa burguesia emergiu da falta de crédito para financiamento de atividades agrícolas, nesse cenário os grandes produtores e casas comerciais serviram como financiadores para os pequenos e médios produtores da região. As frações dominantes formaram, assim, uma base de interesses de produção, comércio e financiadores.

Cabe destacar que essa burguesia não se manteve somente na cadeia do cacau, intensificando suas atividades na área urbana a partir da década de 1930, se fazendo presente, também, com investimentos em setores diversos, propiciando o desenvolvimento urbano regional.

A formação de Itabuna

Uma das principais cidades, que compreende a região cacaueira, é Itabuna que, devido ao seu fator geográfico de estar localizado entre as cidades de Vitória da Conquista e Ilhéus, vem a se tornar um território de forte comércio no século XX.

O vilarejo, antes chamado Tabócas, passou a ser cidade em 28 de julho de 1910, cabe aqui destacar que parte dos lotes de terrenos eram considerados patrimônio municipal. Essa elevação fez com que esse espaço crescesse substancialmente nas próximas décadas.

Ribeiro (2017) descreve a formação do vilarejo de Tabócas (Itabuna) como um local de descanso para os tropeiros que circulavam entre o porto de Ilhéus e a vila de Conquista, afirmando que as primeiras famílias a morar no vilarejo vinham de Sergipe, como os Oliveiras e Alves, cujo descendente é o Coronel Firmino Alves.

Além disso, Ribeiro (2017) também afirma que a partir da década de 1950, Itabuna se tornara o principal centro comercial da região cacaueira e isso acarretava uma forte ampliação da infraestrutura urbana. Juntamente a isso, nas décadas seguintes, Itabuna passa por uma urbanização que objetiva trazer o que seria a modernidade para a cidade, o que se mantém por mais anos. As informações apontadas sobre o município apresentado por Ribeiro se fazem necessárias para a compreensão da relevância regional que o edifício Comendador Firmino Alves tivera para a cidade.

Construção civil na cidade

Cidades passam por transformações ao longo do tempo. O solo urbano é construído, edificado, transformado, demolido e novamente edificado, se adaptando às necessidades que a sua sociedade e o capital impõem.

Carlos (1986) trata o solo urbano como um espaço de produção e reprodução do capital, sendo a produção do espaço na cidade atrelada a necessidades de sua expansão e ao processo especulativo. Assim,

> "A produção do urbano, configura-se assim, num contexto que coloca de um lado a necessidade de expansão da indústria e de outro o processo de "especulação" imobiliária, na qual a terra significa reserva de valor. O investimento na terra acontece em detrimento dos investimentos produtivos em momentos em que tal empreendimento permite maiores lucros em menor tempo". (Carlos, 1986, p. 257)

Carlos põe a especulação da terra como um elemento para a compreensão dos fatores que influenciam a produção do espaço urbano. Já Harvey relaciona a teoria da acumulação com o entendimento da estrutura espacial e com a análise de Marx acerca da localização. Para Marx, o crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. "A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista" (Harvey, 2005, p. 43).

Harvey (2015) trata a renda da terra como um mecanismo a ser analisado dentro da lógica do capital fictício e não como um resquício de modo de produção pré-capitalista tratado por Marx. Para o Harvey, renda vem de um caráter de exclusividade sobre a propriedade imobiliária de uma determinada faixa de terra; assim esse caráter se torna uma prerrogativa para o proprietário exigir pagamento de quem utiliza a sua terra para alguma atividade produtiva.

Considerando que a renda urbana seria determinada pelas características de potencialidades do solo, renda nada mais seria do que um capital a juros com caráter especulativo do espaço urbano. Harvey

(2015) expõe que a renda pode estar caracterizada de três formas: Absoluta, Diferencial e de Monopólio.

A respeito da renda monopolista, Harvey (2015, p. 511) a situa baseada na dependência da capacidade de realizar um preço de monopólio sobre um determinado produto para Harvey “a renda monopolista é uma dedução do valor excedente produzido na sociedade como um todo, uma redistribuição, mediante a troca, do mais-valor agregado”.

Este produto pode aparecer em forma de produções que este espaço produz (vinho, grãos) ou até na própria moradia com privilegiadas localizações, conforme Harvey “as localizações de prestígio e status criam todos os tipos de possibilidades para realizar as rendas monopolistas de outras facções da burguesia". (2015, p. 511)

A renda de monopólio é a principal que irá ser tratada neste trabalho, juntamente ao que Singer expõe como aluguel para tratar do uso do solo na economia capitalista, conforme Singer:

> “O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado, no qual se forma o preço desta mercadoria “sul-generis” que é o acesso à utilização do espaço. Este acesso pode ser ganho mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico”. (Singer, 1980, p. 2)

As edificações que serão tratadas aqui são produtos de uma indústria de transformação e advém da construção, incorporação e comercialização destes prédios em diferentes momentos.

Itabuna na década de 1960 tinha uma população aproximada de 118 mil habitantes (Tabela 1), na qual o Brasil passa a ter maior população

urbana do que rural, isso faz com que a concentração de habitantes na cidade aumente, gerando a necessidade de ampliação de serviços urbanos.

Década	População Urbana	População Rural	População Total	Taxa de Urbanização (%)
1950	45.621	102.109	147.730	30,88
1960	67.687	50.730	118.417[1]	57,15
1970	96.818	17.954	114.772	84,35
1980	133.545	10.738	144.283	92,55

Tabela 1: Demografia da cidade de Itabuna (1960-1980)
Fonte: Recenseamentos dos anos de 1950, 1960, 1970, 1980.

Em Itabuna isso não é diferente. Na década de 1960 a população urbana correspondia a 57,15% da população total. Com isso a cidade passa a ter a necessidade da criação novos espaços comerciais e residenciais para servir à sua população. Destaca-se o centro da cidade nesta pesquisa, pois, conforme afirma Santos (2005) o centro da cidade em países subdesenvolvidos é único e ele monopoliza as funções inerentes a uma cidade, tais como os serviços urbanos.

Nas décadas seguintes, a população concentrada na zona urbana chegou a atingir a marca dos 80%. Isso fez com que as edificações, do

[1] Essa baixa populacional comparada à década anterior acontece por conta do processo de emancipação de Buerarema, Ibicaraí e Itororó. Vilas que contribuiam substancialmente para a população itabunense.

centro da cidade como um todo, aumentassem não só em quantidade predial, mas também em número de habitações por prédios.



Imagem 3: Vista da cidade de Itabuna (1967), fotografia de José Kalkbrenner F. Fonte: Paraná-Cart, 1967.

No centro de Itabuna na década de 1960 é observável a predominância de sobrados com uma proporção vertical concentrada em poucos pavimentos, tendo edifícios de até quatro pavimentos (Imagem 3). Neste período, a maior edificação de proporção vertical era o prédio Comendador Firmino Alves — inaugurado na década de 1950 — que dispunha de quatro andares e um elevador, servindo para funcionamento de serviço bancário.

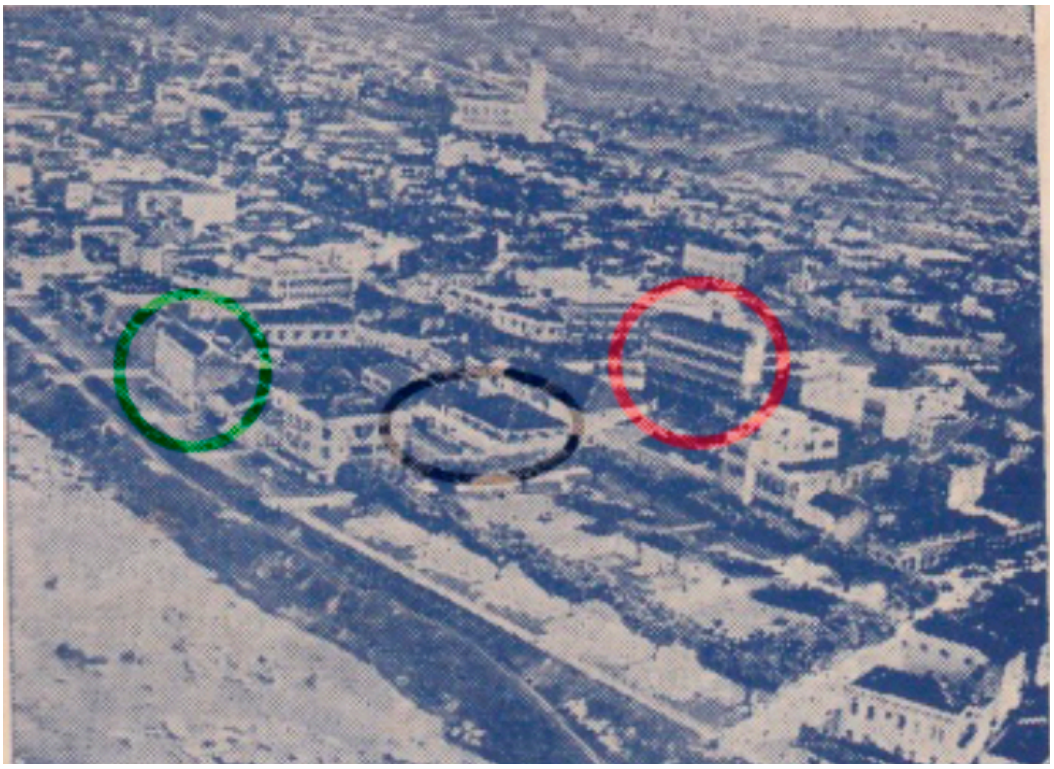


Imagem 4: Vista parcial da cidade de Itabuna. Fotografias, direção e publicidade de Newton Maxwell. Fonte: Álbum Estatístico e Fotográfico da cidade de Itabuna, 1910-1960.

Na imagem 4, da década de 1960, é possível observar, destacado em três cores diferentes, algumas edificações que tinham destaque neste período. De verde está o antigo Hotel Itabuna — espaço que viria a se tornar o Módulo Center —, já em preto o clube que posteriormente viraria uma agência do Banco do Brasil. Em vermelho aparece o edifício Comendador Firmino Alves, construído pelo Banco Econômico da Bahia S.A. para abrigar a unidade do banco. Este prédio foi dividido em um pavimento térreo, uma sobreloja e mais três andares, contendo aproximadamente sete salas por andar, que atualmente tem seu uso para clínicas, escritórios de advocacia e de contadores.



Imagem 5: Edifício Comendador Firmino Alves (aproximadamente década de 1960). Fotógrafo não identificado. Fonte: Biblioteca IBGE, ID 30701.

A fotografia acima (Imagem 5) evidencia o Edifício Comendador Firmino Alves após a sua inauguração, com destaque ao painel criado pelo artista Genaro de Carvalho. O prédio construído durante as celebrações do cinquentenário de Itabuna para ser uma agência administrativa do Banco Econômico foi um marco na estrutura edilícia grapiúna, sendo o maior prédio daquele período e o primeiro a conter um elevador. Compreender

sua função auxilia no processo de conhecimento acerca da centralidade e exclusividade do edifício.

Em 1951 o Banco Econômico da Bahia S.A comprou o edifício que havia anteriormente neste espaço do Sr. Abdalla Themmer Habib, este prédio foi escriturado no 1° Tabelião do 1° Ofício em julho de 1951.

Com o imóvel em sua posse, o banco demoliu o antigo edifício para iniciar suas obras para abrigar sua sede regional. Em 28 de Julho de 1953 lançou-se o edifício sede do Banco Econômico, sendo nomeado Edifício Comendador Firmino Alves. Nessa mesma data, estava acontecendo a comemoração dos 43 anos da cidade e sua inauguração fazia parte das comemorações, visto que Firmino Alves foi o fundador e primeiro prefeito da cidade.

Este edifício foi a principal edificação comercial da cidade entre as décadas de 1950 e 1960 e só perderá espaço para a agência do Banco do Brasil construída no território destacado em preto na Imagem 4 — tendo anteriormente sido sede de um clube social — e posteriormente para a edificação que viria a ser construída no território destacado em verde na Imagem 4 onde era o Hotel Itabuna.



Imagem 6: Vista da cidade de Itabuna. Fotógrafo não identificado.
Fonte: Cartão Postal, 1969.

Na imagem 6, é possível observar o prédio da agência do Banco do Brasil em destaque, com sua arquitetura moderna, e atrás dele não se vê nenhuma edificação de grande porte, podendo ter datação aproximada entre 1966 — ano de abertura desta agência — e 1977, ano em que o Grupo Chaves adquire o Hotel Itabuna e começa a construção de um empreendimento de alto porte, que virá a ser o Módulo Center.

No centro do município havia um edifício voltado para hotelaria que estava situado na avenida Firmino Alves nº 50 e 60 e funcionou na cidade até a metade dos anos 1970. O Hotel Itabuna foi uma empreitada do senhor Manoel Constantino auxiliado pelo Félix Severino do Amor Divino[2]. Este

[2] Fundador do vilarejo de Tabocas (Itabuna).

hotel posteriormente passa a ser chamado de Hotel Costa (Fogueira e Gonçalves, 2016).

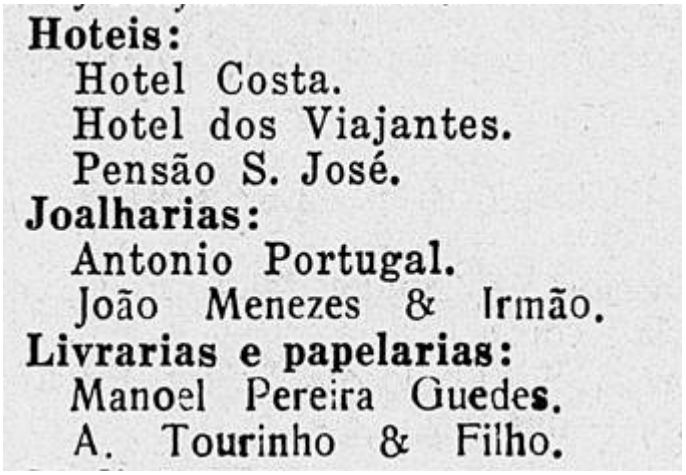

Hoteis:
Hotel Costa.
Hotel dos Viajantes.
Pensão S. José.
Joalharias:
Antonio Portugal.
João Menezes & Irmão.
Livrarias e papelarias:
Manoel Pereira Guedes.
A. Tourinho & Filho.

Imagem 7: Lista de estabelecimentos em Itabuna.
Fonte: Almanak Laemmert (1930).

No Almanak Laemmert na edição C00086, volume 3 (Imagem 7), aparece este hotel na seção Estado Da Bahia - Municípios sendo um dos três empreendimentos de hotelaria do município, podendo aferir — pela quantidade de hotéis — que este era um dos principais hotéis da cidade. Célio Franco[3] o menciona numa entrevista quando trata dos bailes de carnavais de 1930. Conforme Franco "O carnaval de Itabuna tinha os bailes, mas os bailes não tinham clubes, porque, na época, Itabuna não tinha clube. Teve um ano que fizeram onde é o Colégio Lúcio Oliveira. Depois teve no Hotel Itabuna, onde é hoje o Módulo Center" (2007).

Este edifício foi adquirido pelo Grupo Chaves em meados da década de 1970 e eles demolem o Hotel para dar início a um novo empreendimento que viria a ser o maior prédio comercial da década de

[3] Ex diretor de um clube da cidade.

1980 no município. Algo bastante comum na dinâmica urbana moderna conforme Harvey “A destruição e a demolição, a expropriação e as rápidas mudanças do uso como resultado da especulação e da obsolescência são os sinais mais reconhecíveis da dinâmica urbana” (1989, p. 84).



Imagem 8: Edifício Módulo Center Fonte: Google Maps (2022).

Inaugurado na década de 1980, o Módulo Center foi o primeiro edifício comercial de alto porte da cidade contendo 14 andares (Imagem 8). Em sua inauguração já continha 120 salas comerciais, uma infraestrutura

modernista[4], um auditório — no último andar — para congressos, palestras e convenções, um bar executivo, três lojas, dois andares de garagem, três elevadores e gerador próprio (Diário de Itabuna, 1980).

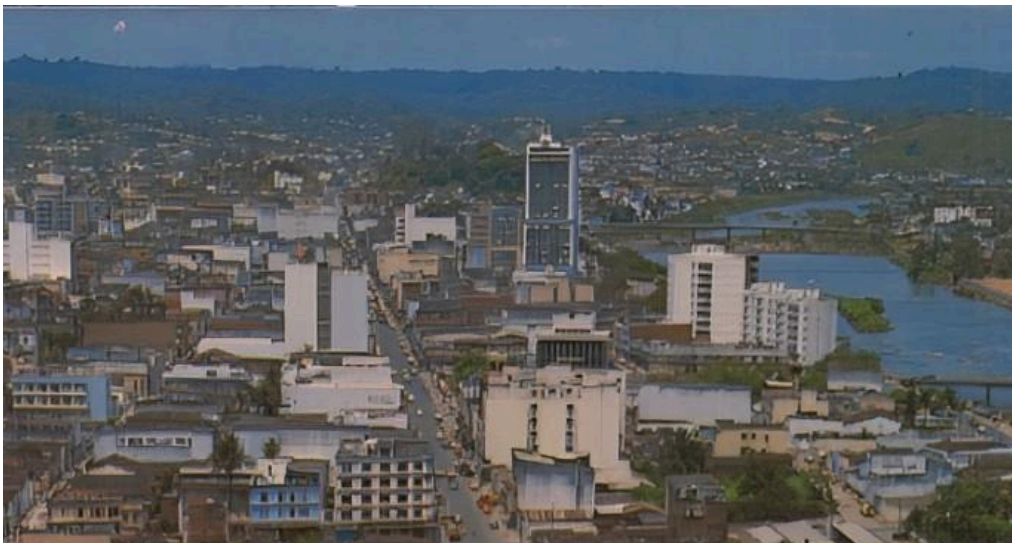


Imagem 9: Vista da cidade de Itabuna. Fotógrafo não identificado.
Fonte: Paraná-Cart nº 24 de 1983.

Na imagem 9, de um cartão-postal da década de 1980, é possível observar um prédio de maior destaque vertical na fotografia, se trata do edifício Módulo Center. A construção data do início de maio de 1978, conforme alvará de licença para construção nº 0123/78. Trata-se de uma construção em uma área de 6.942,90 m² destinados a comércio. O imóvel é construído em um terreno de propriedade da Chaves Empreendimentos Imobiliários LTDA. na rua Firmino Alves com esquina para rua Benigno de Azevedo.

[4] Aqui entende-se como infraestrutura modernista a verticalização do prédio, estrutura atrelada à função, (neste caso específico do Módulo Centre é a comercial), além da ausência da complexidade de detalhes arquitetônicos, principalmente na fachada (Harvey, 1989).

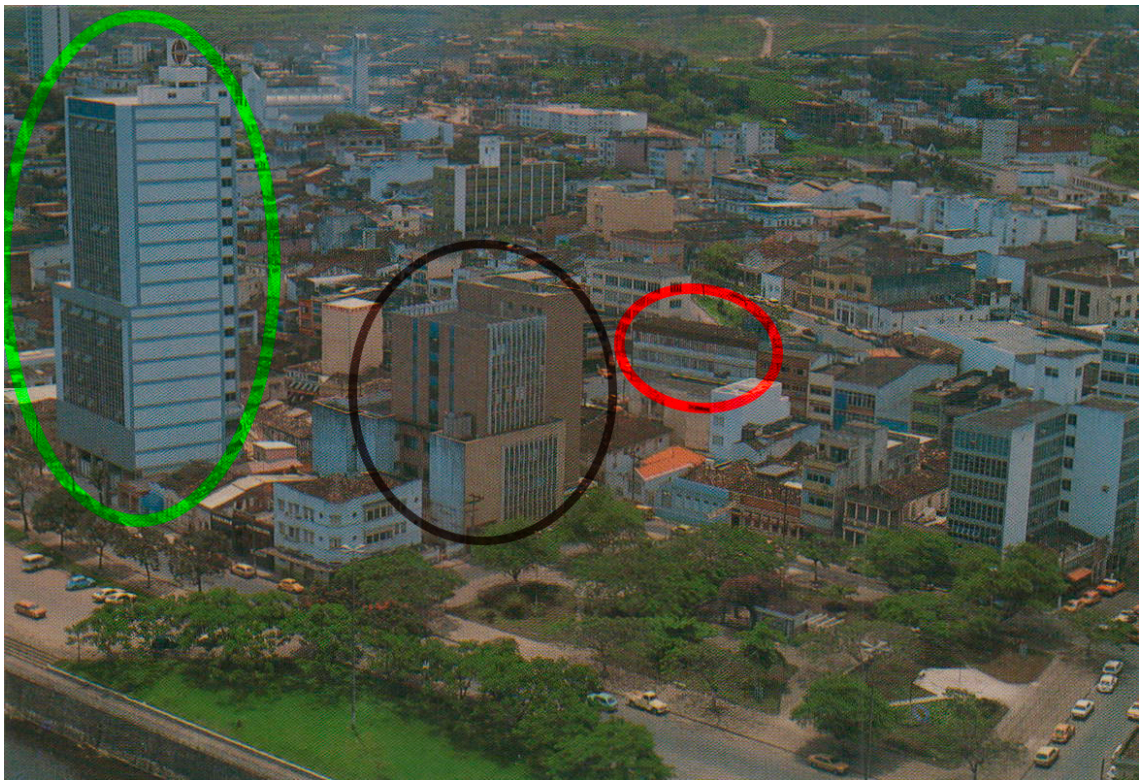


Imagem 10: Vista parcial da Olinto Leone, com edifícios. Fotógrafo não identificado. Fonte: Paraná-Cart nº 23, 1983.

A fotografia acima (Imagem 10) é datada do ano de 1983 e expõe a vista parcial do município de Itabuna. É possível perceber a evolução da verticalização da cidade, através dos três prédios descritos anteriormente — Ed. Firmino Alves em vermelho, Banco do Brasil em preto e Módulo Center em verde —, tendo o prédio dos Chaves atingido uma alta proporção vertical, nunca antes vista no município. É possível notar também que no topo do Módulo Center há uma placa com a logo do Grupo Chaves.

A presença da placa com a logo, juntamente com a proporção vertical monumental e este prédio ter seu uso do espaço atrelado à sede

das empresas do grupo demonstram um símbolo do poder corporativo que os Chaves detinham. Condizendo assim com Harvey:

> "[...] o capital corporativo se apropriava alegremente de todo artifício modernista do livro do arquiteto para dar continuidade à prática da construção de monumentos que se elevavam cada vez mais no horizonte como símbolos do poder corporativo. Monumentos [...] são partes de uma contínua história de celebração do poder de classe supostamente sacrossanto que nos deu, em tempos mais recentes, a Trump Tower ou o monumentalismo pós-moderno do prédio da AT & T de Philip Johnson". (Harvey, 2015, p. 73)

No dia 1° de fevereiro de 1980, o edifício recebe o Habite-se n° 003/80 na qual denomina o edifício como comercial contando com 120 salas comerciais. O prédio foi sede das principais companhias do Grupo nesta década. Nele funcionava a Macro Engenharia, a Companhia Brasileira Exportadora, Masc Representações, Chaves Transportes e Comércio Ltda, etc.

É possível pensar que a localização deste edifício é estratégica por diversos fatores. Levando em conta o que Singer aponta como vantagem de uso do espaço urbano: "cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de proporcionar elenco de vantagens que influem sobre seus custos" (1980, p. 3). Pensando na escolha deste espaço, pode-se levar em conta alguns fatores:

1. A sua proximidade espacial para com as outras empresas comercializadoras de cacau neste período, pensando que "estabelecimentos comerciais precisam localizar-se junto aos competidores, em zonas onde a clientela está habituada a fazer suas compras" (Singer, 1980, p. 3).

2. Considerando que, primeiramente, este edifício foi registrado como um centro médico profissional, sua centralização municipal busca facilitar o deslocamento para a população itabunense.
3. A escolha da visão da paisagem que as salas comerciais têm da cidade, tendo uma vista parcial de uma parte substancial do município.
4. A proximidade com as principais vias de acesso da cidade e de transporte público.

Esses fatores podem ter sido considerados na escolha da localização do empreendimento, principalmente pelo fato desse prédio ter sido planejado para abrigar e concentrar as empresas do grupo em uma mesma edificação administrativa. Módulo é o primeiro edifício comercial que o Grupo edifica e comercializa na região. Entretanto, neste mesmo período, houve outros dois edifícios de caráter residencial dos Chaves.

No mesmo período de construção do Módulo, ocorria a construção de um edifício residencial de alto padrão, o Mansão da Colina, construído pela empresa Ciplan-Promov, o primeiro grande lançamento da empresa na cidade. Um edifício de 15 andares com apartamentos duplex com piscina, anunciado na primeira metade do ano de 1978 e inaugurado em 1980.



Imagem 11: Fotografia da maquete do edifício Mansão da Colina. Fotógrafo não identificado. Fonte: Jornal Diário de Itabuna, 1978.

Este edifício é um marco na cidade no quesito de construção residencial verticalizada. Anteriormente a ele, a cidade só tinha — como edifício residencial verticalizado — o Ed. Barra do Cedro, inaugurado em 1978, iniciou a sua construção no ano de 1977, pela Chaves Empreendimentos Imobiliários Ltda., recebendo sua licença para construção no dia 03 de novembro conforme alvará nº 0155/77. Essa edificação foi planejada em uma área de 2759,32 m² de piso coberto, se localizando em um dos bairros centrais da cidade, o Zildolândia.

Em seu alvará de construção, a prefeitura municipal de Itabuna concede a Chaves Empreendimentos Imobiliários Ltda. — na qualidade de proprietária — a licença para construção deste prédio.



CHAVES: UMA EMPRESA LIDER NO CAMPO E NA CIDADE — Desde quando começou o Grupo de Manoel Souza Chaves, sempre esteve ligado ao campo. Na agricultura, desenvolveu uma sólida estrutura, abrangendo do plantio à exportação do cacau. Paralelamente à agricultura, ingressou com êxito na pecuária, com inseminação artificial e outros métodos novos que lhe permitiram um perfeito desenvolvimento.

Agora, com raizes sólidas na terra, decidiu (e em muito boa hora), sair para uma nova atividade ou seja, assumir a liderança do mercado imobiliário na região cacaueira.

Para concretizar tal empreendimento, acaba de lançar em Itabuna, o primeiro e mais luxuoso edificio de apartamentos jamais lançado em nossa terra: o Edificio Barra do Cedro (foto).

Imagem 12: Manchete de inauguração do Edifício Barra do Cedro. Fotógrafo não identificado. Fonte: Jornal Diário de Itabuna, 1978.

Em 10 de fevereiro de 1978, em matéria do jornal Diário de Itabuna (Imagem 12), é possível observar que o Barra do Cedro era lançado com a proposta de alto padrão em seus seis pavimentos, que neste momento, o Grupo já havia edificado três pavimentos, sendo a sua inauguração realizada em outubro de 1978.



Imagem 13: Edifício Barra do Cedro Fonte: Google Maps (2022).

O Barra do Cedro, assim como o Mansão da Colina, tem padrão de luxo para abrigar a classe dominante urbana, e suas respectivas construções e inaugurações refletem isso. Essa discussão sobre perfil de construção é importante quando se entende que uma edificação residencial é um bem de consumo. A moradia se torna um reflexo de um determinado estilo de vida entrando na conceituação de bem de consumo imóvel (Payeras, 2005).

A transformação de um lote de aproximadamente 714 m² de área total em uma edificação de 2759,32 m² foi resultado da indústria de transformação dos Chaves. Sendo esse processo parte da reprodução de

capital das empresas relacionadas à construção civil e exploração imobiliária do grupo.

O Barra do Cedro, assim como o Módulo, foi o pioneiro em verticalização no seu setor, o residencial. Perdendo notoriedade posteriormente para outras edificações verticais de outras empresas e do próprio grupo.

Considerações finais

Ao longo deste artigo foi possível refletir que a história da verticalização da construção civil em Itabuna reafirma a importância do setor para o desenvolvimento urbano e econômico da região. A análise realizada demonstra que a evolução da construção civil em Itabuna está intimamente ligada às transformações socioeconômicas e políticas que marcaram diferentes períodos da história local.

Observou-se que o crescimento da cidade foi impulsionado por diversos fatores, incluindo a expansão da cultura cacaueira, a chegada de novos investimentos e a modernização da infraestrutura urbana. Esses elementos foram determinantes para o surgimento de novas técnicas e materiais construtivos, refletindo a dinamicidade do setor ao longo do tempo.

Por fim, o estudo evidencia que a construção civil em Itabuna não apenas reflete a evolução arquitetônica e urbanística da cidade, mas também constitui um elemento fundamental na compreensão das dinâmicas sociais e econômicas da região.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol. De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico. EDITUS, Editora da UESC, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. Revista Portuguesa de História. [S. l.], v. 52, p. 145-160, 2021.

BOTELHO, Carlos de Castro. Aspectos geográficos da zona cacaueira da Bahia. Revista Brasileira de Geografia, v. 16, n. 2, p. 161-208, 1954.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia (São Paulo). 1986. Tese de Doutorado. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

CEPLAC. Diagnóstico Sócio-econômico da região cacaueira. Ilhéus: CEPLAC, 1976, v. 11.

FOGUEIRA, Manoel Bomfim. Ensaios históricos de Itabuna: O jequitibá da Taboca, 1849-1960.Ilhéus-BA. Editus, 2016. 356p.

FRANCO, Célio. Ex-diretor do Grapiúna Tênis Clube. Entrevista a Rodrigo Muniz Ferreira Nogueira. Itabuna, 17 de abril de 2007.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Os donos dos frutos de ouro. 1979. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. A Bahia em pedaços. Ilhéus: Editus, 2023.

GRAMSCI, Antônio. Alguns temas da questão Meridional. In: Temas em Ciências Humanas. V. 1. São Paulo: Grijalbo. 1977.

HARVEY, David. Os limites do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola. 1989

HARVEY, David. Paris, Capital da Modernidade. 1° edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005, 252p.

JOLY, M. Introdução a uma análise da imagem. 2 ed. Campinas: Papirus, 1996.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. O uso da informação quantitativa em História – Tópicos para discussão. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 14, n. 1, 2021. DOI: 10.34019/2594-8296. 2008.v14.31574.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões teórico-metodológicas. Revista de Educação PUC-Campinas, n. 13, 2002.

PAYERAS. D. R. Levantamento dos resíduos gerados pela personalização não planejada de apartamentos. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Editus, Editora da UESC, 2001.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950). Ilhéus-BA. Editus. 2005. 208 p.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. In Memoriam: urbanismo, literatura e morte. Ilhéus-BA. Editus. 2017. 267 p.

ROCHA, Lurdes Bertol. O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados. Editus, 2003.

ROCHA, Lurdes Bertol. A região cacaueira da Bahia - Dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus-BA. Editus. 2008.

SANTOS, Milton. Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico. São Paulo-SP. 1957. 130p.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Edusp, São Paulo. 2005.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. Boletim paulista de Geografia, n. 57, p. 77-92, 1980.

Imagens

Imagem 1: Mapa da Zona Cacaueira. Elaboração própria. 2025.

Imagem 2: Mapa da Região Cacaueira. Elaboração própria. 2025.

Imagem 3: KALKBRENNER, José. Vista da cidade de Itabuna em 1967. Paraná-Cart, 1967. Disponível em: https://www.bvcolecionismo.lel.br/peca.asp?ID=6349384. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

Imagem 4: MAXWELL, Newton. Vista parcial da cidade de Itabuna. Album Estatístico e Fotográfico da cidade de Itabuna, 1910-1960, Itabuna, Disponível em: https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=5262024&ctd=9. Acesso em: 22 de fevereiro de 2025.

Imagem 5: IBGE. Edifício Comendador Firmino Alves. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=430701. Acesso em 19 de fevereiro de 2025.

Imagem 6: ED. SOCIEDADE COM. E REP. GRÁFICAS LTDA. Vista da cidade de Itabuna. 1969. Disponível em: https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=17621906. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

Imagem 7: ALMANAK LAEMMERT. Lista de estabelecimentos em Itabuna. Rio de Janeiro. 1930. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20193&pesq=%22Hotel%20Costa%22&pagfis=105570. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

Imagem 8: GOOGLE MAPS. Edifício Módulo Center. 2022. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/r4z5aBVgxpBR1v7i8. Acesso em 23 de fevereiro de 2025.

Imagem 9: PARANÁ-CART. Vista da cidade de Itabuna. 1983. Disponível em: https://www.bvcolecionismo.lel.br/peca.asp?ID=6751356. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

Imagem 10: PARANÁ-CART. Vista parcial da Olinto Leone, com edifícios. 1983. Disponível fisicamente no Centro de Documentação e Memória da UESC.

Imagem 11: DIÁRIO DE ITABUNA Fotografia da Maquete do edifício Mansão da Colina. 1978. Disponível fisicamente no Centro de Documentação e Memória da UESC.

Imagem 12: DIÁRIO DE ITABUNA. Manchete de inauguração do Edifício Barra do Cedro. 1978. Disponível fisicamente no Centro de Documentação e Memória da UESC.

Imagem 13: GOOGLE MAPS. Edifício Barra do Cedro. 2022. Disponível em https://maps.app.goo.gl/zTdGqB9NaeZ5nHeb7. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

ARTIGO

Coronéis entre governos: uma análise da influência do coronelismo nas eleições do Segundo Reinado e Primeira República*

Bruno Gustavo Borel**

Universidade Federal do Paraná

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p169-188

resumo

O presente trabalho visa realizar uma comparação da produção bibliográfica que analisa, socialmente, a influência do coronelismo nas áreas rurais do Brasil entre o Segundo Reinado e a Primeira República, bem como no processo eleitoral deste período. Para tal, em um primeiro momento, conceitua-se coronelismo como um título social adquirido pelo chefe político municipal, pautado na obra de Victor Nunes Leal. Posteriormente, com base na obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco, caracteriza-se a violência das relações sociais entre o coronel e, principalmente, seus dependentes, mas também entre seus adversários políticos nas disputas eleitorais. Por fim, compara-se tais análises com as de Fernando Limongi e Francisco Chagas O. Atanásio explicitando as discordâncias e concordâncias sobre o uso da violência e sua permanência. Conclui-se que a violência, enquanto existiu o coronelismo, serviu como instrumento de dominação por figuras que, com a ausência do poder público, faziam do seu poder privado o dominante.

PALAVRAS-CHAVES: Coronelismo; eleições; Segundo Reinado; Primeira República.

* Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima, por ministrar a disciplina de Tópicos Especiais em História Social no segundo semestre de 2022, para o curso vespertino de História da Universidade Federal do Paraná. Foi a partir da avaliação final desta disciplina que este artigo se originou e suas contribuições e sugestões foram essenciais para a realização do trabalho.

** Licenciando em História pela Universidade Federal do Paraná, desenvolveu pesquisa PIBIC (2024-2025) sobre a Alemanha Socialista e políticas de memória. Foi membro do grupo PET História UFPR de 2021 a 2024, integrando o corpo editorial da revista Cadernos de Clio, publicado pelo grupo, no mesmo período. Tem interesse nas áreas de: Teoria da História, História Política, História dos Conceitos e História das Esquerdas. E-mail para contato: bruno.borel03@gmail.com. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/7268842041733599.

Introdução ao Coronelismo, suas facetas e violência

A escolha dos autores cujos estudos serão apresentados e comparados teoricamente, a saber: Homens livres na ordem escravocrata, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, publicado originalmente em 1969; e Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil, de Victor Nunes Leal, publicado originalmente em 1948, reside no pioneirismo na metodologia de análise acerca do fenômeno do coronelismo. Ambos os autores, a primeira a partir de uma abordagem social e o segundo a partir de uma abordagem institucional, explicam como o fenômeno se desenvolveu e sua maneira de atuação.

O surgimento do termo coronelismo data de meados de 1831, intrinsecamente ligado ao surgimento da Guarda Nacional, criada pela lei do dia 18 de agosto de 1831. Por ela, era atribuído o título de Tenente Coronel Chefe de batalhão a um indivíduo escolhido em uma "Assembleia composto dos Oficiais, Sargentos e Furriéis das companhias do batalhão, e presidida pelo Juiz de Paz do lugar que tiver sido marcado para a parada do batalhão" (Brasil, 1831).

Segundo Basílio de Magalhães[1] (Leal, 2012, p. 241-243), como cada município continha um regimento da Guarda Municipal, a titulação usualmente era concedida ao chefe político local. Os agraciados com o título ficavam dotados de benefícios, entre eles a proibição de permanecerem em custódia nos cárceres comuns e a garantia de maior

[1] A definição do termo coronelismo a ser utilizada no presente trabalho provém da primeira nota de rodapé do Capítulo 1 do livro *Coronelismo, enxada e voto*, escrita por Basílio de Magalhães a pedido do autor.

prestígio entre seus correligionários, além de exercerem o comando-em-chefe da Guarda Nacional. Ou seja, sua autoridade social e política era reafirmada e fortalecida com apoio da violência estatal.

Tal prática, ao perdurar do período monárquico para o republicano, além de se fazer presente na evolução político-social do país, permaneceu no imaginário popular. Esse elemento da memória social e a atuação desses indivíduos são expressos no relato de Felismina Feitosa da Silva, referente à década de 1920, presente no trabalho de Francisco Atanásio, sobre o poder social e econômico dos coronéis, bem como seus artifícios para sê-los: "O coronel era o mais respeitado — só era gente grande e que todo mundo tinha que ter respeito. A gente devia tudo pra eles" (2006 apud Atanásio, 2012, p. 95, grifo nosso).

Para Leal (2012, p. 44) o coronelismo foi um fenômeno que expressava "uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra". Uma análise de tal fenômeno só pode ser concretamente explorada ao levar em consideração a estrutura agrária sobre a qual o país se estabelecia, bem como o poder público o alimentando, explicado pela democracia representativa.

Nas palavras de Leal (2012, p. 74), a "fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; [e a] fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades".

Segundo o censo agrícola de 1940, os grandes e médios proprietários, ainda que representassem apenas 25% dos donos de terras,

possuíam quase 90% da área total de terras rurais (Leal, 2012, p. 50). Já os empregados e parceiros estavam em uma situação econômica quase igual à dos não proprietários, uma vez que a concorrência desleal das grandes propriedades, a improdutividade do solo previamente usado pelo latifúndio e as dificuldades em obter financiamentos os impediam de prosperar economicamente (Leal, 2012, p. 45-47).

Dessa forma, em uma sociedade rural marcada por grandes propriedades de terra e em que os não proprietários (empregados e parceiros) e pequenos proprietários (com propriedades de até 50 hectares) constituíam mais de 90% da população rural (Leal, 2012, p. 52), fica evidente que o papel de destaque alcançado pelo coronel na esfera política é fruto de sua liderança local.

Ao mesmo tempo, se vê que a decadência do poderio privado dos senhores de terra constitui uma das principais fraquezas do coronelismo. Fraqueza esta que se torna uma das grandes causas da decadência do fenômeno ao avançar da república. Contextos atrelados ao desenvolvimento de uma elite urbana e uma maior garantia da autonomia municipal, na década de 1920, (Pires, 1999) foram os responsáveis por minar parte da influência política destes grandes donos de terra.

Na esfera política, ao coronel todos são subordinados, sejam opositores ou não, mesmo os doutores, indivíduos mais cultos que formam o lado intelectual da política. Mesmo que o coronel opte pelo absenteísmo, os lugares-tenentes do interior não passam de tributários do chefe maior (Leal, 2012, p. 44-45).

Já na esfera privada, o coronel exerce grande controle na família, sendo o responsável pela palavra final nas tomadas de decisões. Em conjunto a isso, ele detém funções policiais, com o auxílio de agregados e capangas[2]. Com relação aos roceiros, estes sempre o veem como o indivíduo rico e benfeitor, pelo fato da extrema pobreza em que subsistem. Ainda que não tenha capital financeiro, é ele quem dispõe do acesso ao empréstimo bancário e a condescendência fiscal. Dessa forma, é ao coronel que os roceiros recorrem quando precisam, devendo a ele total subserviência, em seus profundos estados de alienação (Leal, 2012, p. 44-45).

Com relação à democracia representativa, Leal (2012, p. 43) afirma que "devemos notar, desde logo, que concebemos o 'coronelismo' como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada". Limongi (2014, p. 15-16), por sua vez, discorda de tal afirmação, ao dizer que a desconsideração do processo eleitoral pelos participantes deste é uma consequência da convivência entre um governo representativo e a formação de partidos políticos, e consequentemente a disputa por votos entre estes partidos, à época. O autor entende que "partidos políticos e a competição por votos não fazem parte dos princípios do governo [...]. A desqualificação da luta eleitoral por aqueles que participam das mesmas é consequência direta desse desdobramento inesperado" (Limongi, 2014, p.

[2] Posteriormente, na seção secundária intitulada **Segundo Reinado**, será definido e melhor abordado o contexto de surgimento dos agregados e capangas e seus papéis sociais e de violência.

16). Ou seja, a construção do governo naquele momento não era compatível com a disputa por votos operada pelos partidos.

Os coronéis também eram os grandes responsáveis pelo financiamento e desenvolvimento dos municípios em uma era em que o montante de verba municipal era quase inexistente. Segundo Leal (2012, p. 58), as principais melhorias devem ser todas atribuídas aos coronéis, "algumas das quais dependem do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos". Esse uso de capital para fins do município torna o coronel, sob o olhar social, também um indivíduo preocupado com a prosperidade e bem-estar da população local (Atanásio, 2012, p. 97).

A falta de autonomia política dos municípios, desde o período colonial até o Estado Novo, em conjunto com a falta de atuação governamental nos municípios e a reduzida renda tributária municipal — na distribuição de arrecadação de impostos entre os governos, no regime de 1891, os municípios ficavam com cerca de 9-11% da renda apenas (Leal, 2012, p. 289)[3] —, levou ao surgimento de um sistema de compromisso com o governo estadual.

Enquanto o governo estadual detém os meios políticos necessários para atender aos pedidos municipais, o poder local tem o controle dos eleitores, necessários para garantir a eleição. Sendo assim, o governo estadual garante favores privados e públicos aos chefes locais, pois é "a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui,

[3] Estimativas presentes na nota de rodapé número 53, realizadas pelo deputado Cincinato Braga e o trabalho de Rafael Xavier.

relevantemente, para manter o 'coronelismo', na sua expressão governista" (Leal, 2012, p. 65).

Com base nesta exposição inicial, já se evidencia como o coronelismo perpassa por um processo de retroalimentação de sua perpetuação, conquanto a forma de organização política permanecesse a mesma. Leal (2012) mostra que, devido às razões históricas da formação do Estado brasileiro, a supressão da autonomia municipal foi uma forma de tentar conservar uma unidade nacional. Ao mesmo tempo, houve a ausência da atuação governamental estatal para sanar as necessidades do município, principalmente nas áreas rurais. Este conjunto de condições acabaram por criar um terreno fértil para o desenvolvimento do coronelismo no contexto político proposto na presente pesquisa.

A violência cotidiana e eleitoral

O emprego da violência no meio social a ser abordado nas seguintes seções diz respeito, de maneira geral, a dois ambientes: aqueles com relação às disputas eleitorais e seus desdobramentos, com o emprego de capangas e da própria violência estatal para influir no resultado das eleições; e a violência presente no cotidiano entre o grupo dominante e homens livres no contexto do coronelismo. Todavia, é importante lembrar que esses ambientes nem sempre são distintos, a violência realizada em um pode refletir nos objetivos e disputas de outro, bem como, representar o poder garantido em um ambiente que legitima a violência no outro.

Segundo Reinado

Na esfera cotidiana, de relações de trabalho e sociais, a violência que mais se faz presente é a do coronel contra seus dependentes ou outros indivíduos da sociedade que fizessem algo que ele considerasse um ataque à sua pessoa ou ao círculo social em que estava envolto. A forma mais evidente deste tipo de violência é a realizada pelo fazendeiro aos seus agregados.

O agregado é membro constituinte do rompimento do equilíbrio do homem pobre em grupos rurais, pelo avanço do latifúndio. Ele é o morador na terra de um grande fazendeiro, que desenvolve a "agricultura comercial baseada no trabalho escravo" (Franco, 1997, p. 98). Há uma relação de "cordialidade" mútua entre ambos, o fazendeiro se utilizava dos serviços do agregado em suas grandes plantações, principalmente na cultura do café, e em troca lhe concedia parte da terra mais improdutiva para moradia e o desenvolvimento de sua subsistência.

Porém, existe um paradoxo na relação entre o fazendeiro e seus agregados, de afirmação e negação, por parte do fazendeiro, da condição humana dos agregados. Franco (1997), se utilizando de documentos da época, demonstra como ao mesmo tempo em que o fazendeiro faz uso do agregado para sua própria benesse e objetivos individuais — se mostrando alheio à condição humana do agregado — as atividades delegadas ao dependente representam os "predicados humanos dos mais altamente prezados na civilização ocidental" (Franco, 1997, p. 106). Nessa mesma linha

argumentativa, ao referenciar a transcrição de um testemunho de assassinato, por parte do fazendeiro, de um agregado, (Franco, 1997, p. 102) ele ainda informa a condição da vítima a outros indivíduos, para que a amparassem em seus momentos finais e garantissem que fosse enterrado. A autora ainda afirma:

> "novamente se observa, neste contexto, como, através da própria extinção do contendor, se revigora um conjunto de obrigações que a ele sobrevive. Passada a crise, faltar aos deveres de solidariedade seria frontalmente transgredir um imperativo social". (Franco, 1997, p. 102)

Ou seja, por mais que possa parecer contraditório que exista uma relação de cordialidade entre o fazendeiro e o agregado, é importante salientar que no período de análise da autora, a utilização da mão-de-obra escravizada ainda era a forma predominante. Mesmo que os agregados fossem despossuídos de poder financeiro, seu caráter social e jurídico de homem livre o concediam um nível de paridade na condição humana, assim como o fazendeiro.

Ele ser reconhecido como ser humano, e não como propriedade privada atrelada ao seu dono, é o elemento chave para entender esta relação de "humanidade". Esse reconhecimento é o que faz com que o caso citado acima seja um atentado contra a vida, e não uma mera relação entre homem e sua propriedade.

Com relação à violência eleitoral, ela se dava somente quando a tensão relativa à indefinição de qual grupo político seria o vencedor da disputa eleitoral (Leal, 2012, p. 65-66; Limongi, 2014, p. 22-23). A

possibilidade do uso da força policial não costuma ser necessária, mas nem por isso ela deixa de ser uma possibilidade, em último caso. Preza-se pelo apoio através dos meios mais pacíficos possíveis, mas caso não haja outra maneira, a violência é empregada (Leal, p. 65-66). Leal e Limongi (2014, p. 22-23) entram em acordo nessa definição, com o último autor afirmando que o emprego da violência só era necessário caso houvesse uma incerteza sobre o resultado eleitoral. Uma grande expressão desse apoio estadual aos chefes locais é durante o período eleitoral.

Essa violência está presente, principalmente, no período em que as eleições eram realizadas segundo as instruções de 1824. Nesse momento, pode ser empregada a comparação das eleições com uma guerra real, visto que as disputas nem sempre terminavam em violência, caso um dos "exércitos" reconhecessem sua inferioridade e desistissem da disputa antes que ela tivesse início (Limongi, 2014, p. 25).

Todavia, o emprego da violência como vias de fato apenas em casos de indefinição do resultado eleitoral — ou seja, quando o grupo minoritário não desistia da eleição — nos mostra como o violento aparato de repressão em volta dos partidos políticos, em conluio com os coronéis, esteve sempre presente. A forma velada de violência demonstra como a tensão no período eleitoral sempre esteve presente e é o definidor desse processo. Quanto a isso, Leal (2012, p. 61) reafirma que o período de tensão e opressão mais intenso era o prévio da eleição.

É também ainda nesse período, nas eleições de 1840, que ocorre o emprego da violência estatal para a influência no resultado eleitoral a favor dos conservadores. Limongi (2014, p. 28) atribui o uso dessa violência à simplicidade das normas com relação à disputa eleitoral, o que diminuía a necessidade da manipulação dos votos, pois se podia utilizar a violência. Novamente, ambos os autores, Leal e Limongi, corroboram então para a argumentação de que a violência só era empregada em momentos de extrema necessidade, onde recursos menos dispendiosos não apresentavam a eficácia necessária.

Após a Lei de 1846, que tinham como premissas principais o reconhecimento dos "partidos como atores legítimos do processo eleitoral [...] [e] que a qualificação era o momento central da disputa eleitoral" (Limongi, 2014, p. 35), que alterou as bases da luta política, movendo o princípio da luta eleitoral para as eleições locais, e tornou o elemento mais importante para a eleição a qualificação dos eleitores, surgem os chamados "capangas".

Esses indivíduos, contratados pelos coronéis e grandes fazendeiros, eram os responsáveis pela constante intimidação aos adversários políticos que se fazia necessária neste novo modo de disputa eleitoral. É nesse momento que a violência como vias de fato durante a eleição perde força, dando lugar para a manipulação partidária nas qualificações (Limongi, 2014, p. 41-42). Novamente, a violência ainda se faz presente, se metamorfoseando em conjunto com a mudança de pesos no tripé elemental das fraudes eleitorais, a manipulação, a fraude e a violência.

Primeira República

A violência empregada pelo coronel neste período também estava intimamente relacionada à forma como as relações sociais ainda estavam em consonância com o que foi no Segundo Reinado. É importante salientar sua constante presença no modo de agir destes indivíduos detentores do poder, sejam as violências físicas, sejam as violências psicológicas (Atanásio, 2012, p. 103).

O uso da violência nesse período nas áreas rurais foi o principal artifício de dominação dos moradores, sendo o mais presente entre os instrumentos de afirmação de poder utilizados no coronelismo (Atanásio, 2012, p. 103). Esse artifício se faz presente no relato de Silva:

> "[...] onde eles chegava eles queria mandar. O pessoal disse que esse Marrera [o coronel], mandava bater, chicotear, e furar os olhos de quem fizesse raiva a ele. Diz que teve um rapaz daqui, faz muito tempo, que fez raiva a ele. Mandô cortar a língua dele. Esse homem era mau". (Silva, 2006 apud Atanásio, 2012, p. 95)

Ademais, a possibilidade do emprego da violência como forma legítima de dominação é explicitada em seu próprio relato, quando diz "quando eu era menina, eles era os dono de terra aqui, dono disso tudo. [..] A gente devia tudo pra eles. [...] Eles tinha muitas posse aqui e queria ser dono de tudo, onde eles chegava eles queria mandar" (Silva, 2006 apud Atanásio, 2012, p. 95). O relato de alguém que viveu esse período corrobora com a definição de agregado dado por Franco (1997) citado anteriormente.

Ainda que o estudo seja relacionado à ordem escravocrata, o estado de atraso das regiões rurais do país faz com que a sociedade destas áreas se mantivesse em uma lógica de organização social similar. A capacidade de dominação, devido à relação entre fazendeiro e agregado, tornava o segundo dependente do primeiro por todo o seu meio de subsistência e forma de trabalho.

Essa relação remanescente de um período escravocrata nos grandes centros políticos urbanos é também representada na literatura de Jorge Amado. Entendendo que esta literatura não apenas fantasia um mundo alternativo, mas também é uma forma de interpretação das relações sociais da realidade, aliar a análise teórica e bibliográfica com uma produção literária que relata a sociedade da época traz uma interessante ótica.

Exemplo disso é o romance Gabriela, Cravo e Canela ([1958], 2008). A história se passa na região de Ilhéus, Bahia, por volta da década de 1920, em pleno ciclo do cacau. Nesta crônica, Jorge Amado explora o cotidiano da cidade sob a ótica dos conflitos sociais e políticos que marcam a região à época. Ganha destaque, neste contexto, o modo de atuação dos coronéis, com seus capangas e jagunços, na tentativa de manutenção do poder local, que se encontra sob ameaça com a construção de um porto para exportação do cacau e a urbanização da cidade.

Sumera (2022) afirma que o relato literário retrata as tensões presentes em uma sociedade fundada nas relações agrárias que começa a presenciar o processo de modernização:

> "Ilhéus, naqueles anos de 1920, via desabrochar a sua belle époque na paisagem e na arquitetura. Fenômeno este que revela a ambivalência das mudanças que atingem o externo, para usufruto das classes mais privilegiadas, enquanto poucas mudanças sociais são efetivadas. O narrador estabelece as modificações em consonância com modos de viver e noções de valores, subentendidos como "ideais modernos, condensados no que então era visto como associação indissolúvel entre os conceitos de progresso e de civilização". (Neves, 2008, p. 19) (Sumera, 2022, p. 63)

Em meio a essas tensões, a violência se faz presente em ambos os âmbitos separados pela presente pesquisa. Na questão política, o pesquisador traz o episódio da perseguição contra a coluna de jornal adversária:

> "A política feita pelos coronéis na narrativa é indissociável do uso da violência. Jornais em pilhas são queimados, as salas de redação são invadidas e os responsáveis pela imprensa, acuados. É um processo que Jorge Amado classifica de "velhos métodos" (2008, p. 215), atribuindo a estes métodos uma condição de tradição estritamente vinculada ao agir e existir do coronel do cacau, visto que o escritor compõe sua trama identificando na formação da chamada civilização grapiúna um alto teor de violência". (Sumera, 2022, p. 64)

Ao trazer este excerto específico da obra, o que chama a atenção é a violência como vias de fato antes do início do processo eleitoral. Em consonância com o que Limongi (2014) afirma, a utilização da violência como forma de intimidação aos adversários para retirá-los da disputa eleitoral antes mesmo dela se iniciar, era uma forma mais eficaz de dominação política.

A subserviência das autoridades policiais e jurídicas aos coronéis os deixavam em uma situação confortável o suficiente para realizar tais atos de impugnação de adversários a ponto destes, muitas vezes, não concorrerem às eleições. Ainda de acordo com Limongi (2014), essa "guerra" eleitoral travada antes das eleições garantiam que um verdadeiro embate bélico fosse evitado, uma vez que a demonstração de força prévia poderia ser o suficiente para convencer a oposição a desistir.

Por outro lado, a violência também se faz presente no meio social mais amplo. Para além dos relatos trazidos acima acerca da relação do coronel com seus agregados, a relação patriarcal na formação familiar era um ponto extremamente presente. Sumera apresenta um desses exemplos:

> "Um dos pontos fundamentais na narrativa é envolvente ao assassinato de Sinhazinha e de seu amante Osmundo pelo marido dela, coronel Jesuíno. Ao pegá-los na cama, Jesuíno atirara contra ambos. Coronel influente, fora protegido por seus pares e o assassinato da esposa e do amante percorrera a cidade em longas conversas e fofocas. A principal tese de defesa ao coronel era a expressão de que a honra de um marido traído só poderia ser lavada com sangue; [...]. Esta justificativa é acolhida por muitos personagens, que passaram a tratar dona Sinhazinha, até então compreendida como mulher temente a Deus e correta, como devassa e libertina, portanto, merecedora do fim que tivera". (Sumera, 2022, p. 67-68)

São três pontos dignos de nota acerca deste trecho: I. A violência do ato em si; II. O acobertamento do coronel por seus pares; e III. A repercussão entre os demais habitantes da cidade. Interligados entre si, comecemos por analisar o ato:

Considerando o contexto patriarcal da sociedade brasileira no fim do século XIX e início do século XX, em que juridicamente havia espaço para a defesa ao assassinato da mulher que fosse adúltera no casamento[4], o ato é realizado de forma a ser percebido como uma legítima defesa da honra pelo homem que tivesse seu matrimônio traído. A aceitação social do ato pelos habitantes da cidade revela essa visão como compartilhada pela maioria. A maneira "casual" com que se é tratado demonstra como a relação patriarcal estava enraizada e que a mulher poderia ser vítima de uma morte violenta, justificada e naturalizada pelo simples fato de ter sido adúltera.

Por fim, o acobertamento do coronel por seus pares é reflexo de uma conservação dos poderes dos coronéis e do patriarcado, este último já explicitado anteriormente. Quando se é visto como costumeiro o emprego da violência e do assassinato dentre os inimigos do coronel — sejam adversários políticos ou apenas desafetos sociais —, a reação lógica daqueles em sua volta que detinham o mesmo poder é assegurar que o algoz não fosse levado às vias judiciais. Deixar que um de seus pares sofresse qualquer penalidade representaria um perigo para si mesmos, afinal, geraria um precedente para que todos os que cometessem ações semelhantes fossem perseguidos.

[4] Acerca deste tema, ver *Cf*. Ramos (2012) que historiciza a questão a partir da teoria de gênero. No artigo, a autora demonstra como as diversas constituições brasileiras desde a época colonial criavam um ambiente favorável no entendimento de que o adultério feminino era uma ameaça à unidade familiar e à honra do marido. Desta forma, ora o assassinato da esposa era juridicamente assegurado, ora era justificado a partir do excludente de licitude causado pela traição.

Considerações finais

A partir da análise do fenômeno do coronelismo e das relações sociais entre os indivíduos nessa posição de poder e todos à sua volta, entende-se que o artifício da violência como forma de dominação, ao surgir primeiro no espaço privado e carregado da legitimidade jurídica e social em seu princípio, em uma sociedade escravocrata, fez perdurar a instrumentalização da violência no meio.

A construção social brasileira, pautada em instrumentos de dominação que representavam a violência do seio de uma sociedade escravista e agrária, fez perdurar o emprego da violência pelos fazendeiros na área rural, uma vez que nestas localidades, a atuação estatal sempre fora deficitária, e a relação política entre os coronéis e as figuras políticas estaduais geralmente estiveram em comum-acordo, numa relação de benefício mútuo.

O primeiro, em um processo constante atualização e resistência contra a presença, ainda que deficitária, do Estado nessas regiões. E o segundo, se aproveitando da delicada relação local para garantir a manutenção do status quo e a tranquilidade de que, eleição após eleição, teria apoio dos coronéis e, como consequência, a garantia dos votos da população destas regiões que estavam em estado de dominação e submissão a eles.

Por fim, com relação à comparação bibliográfica pretendida no artigo, percebe-se que a grande contribuição de Leal (2012) e de Limongi

(2014) está no fato de ambos usarem uma abordagem institucional para compreender as relações entre os poderes privado e público. O primeiro entende que o coronelismo deriva da fraqueza institucional da administração municipal, ao passo que o segundo entende que a regulação dos mecanismos eleitorais teve um papel visível no aumento ou na diminuição da interferência do poder pessoal das eleições no passado. Isso os diferencia de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que usa uma abordagem eminentemente social para enquadrar o poder privado.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. Gabriela, Cravo e Canela. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ATANÁSIO, Francisco Chagas O. SOBRE AS "TERRAS DO SEM FIM" E AS "TERRAS DE NINGUÉM": as percepções imaginárias do coronelismo a partir da literatura e da memória. Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História, [S. l.], v. 9, n. 13, 2012. DOI: 10.18817/ot.v9i13.36. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/36. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. In: Coleção de Leis do Império do Brasil de 1831. Primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875, p. 49-75.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. Lua Nova, São Paulo, n. 91, p. 13-51, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.cedec.org.br/memoria-e-historia/. Acesso em: 21 dez. 2022.

PIRES, Maria Coeli Simões. Autonomia municipal no estado brasileiro. Revista de informação legislativa, Brasília, v. 36, n. 142, p. 143-165, abr./jun. 1999. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/482/r142-14.PDF?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 4 abr. 2025.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, jan./abr. 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000100004. Acesso em: 5 abr. 2025.

SUMERA, Regno Henrique. A decadência do coronelismo em Ilhéus: Uma análise política, social e de gênero em Gabriela, Cravo e Canela, de Jorge Amado. Ensaios de História, [S.l.], v. 23, n. 1, 2022. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/ensaiosdehistoria/article/view/3879. Acesso em: 10 mar. 2025.

ARTIGO

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro*

Higor William da S. M. Marcolino**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p189-219

resumo

Este trabalho possui como objetivo visualizar a relação entre figuras míticas nacionais e a formação de identidades nacionais e suas contradições. O trabalho, tendo a análise bibliográfica como metodologia, procura entender como as identidades do gaucho (gaúcho, no português) e do malandro, contribuíram para a consolidação nacional brasileira, e como estas imagens míticas foram criadas para além das histórias oficiais. Assim, será visto neste trabalho que as imagens destes personagens, antes considerados completamente fora do que deveria ser um padrão social positivo, são desconectadas do que o ocorrido de fato na época, tendo sua essência reformulada para adequar-se aos padrões sociais. Também será visto que a reformulação das imagens dos gauchos e malandros atendeu a uma classe específica, que hoje procura trazer o mito nacional enquanto consolidação de uma cultura específica. Conclui-se, então, que apesar das contradições expostas historicamente destes personagens na cultura nacional, é necessário aprofundar os estudos deles enquanto elementos da formação cultural de diversas regiões nacionais, trazendo maior clareza de sua existência e vivência para além do que é trazido pelo Estado de forma oficial.

PALAVRAS-CHAVES: Malandro; Gaucho; Formação Nacional; História; Sociedade.

* Agradeço a Matheus Gregório Tupina Silva, jornalista da Folha de S.Paulo, por todo apoio na redação deste texto, sem ele não teria sido possível.

** Atualmente é Analista de Documentação e Acervo do Sindicato Nacional do Aeronautas e bolsista do Museu da Educação e do Brinquedo da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em história cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, brasil império, representações, identidades e processos criminais.

Introdução

O seguinte trabalho visa dialogar, por meio de análise bibliográfica, como a formação de personagens como os *gauchos* e malandros ajudaram a criar as identidades nacionais de seus países ao longo da história. Os *gauchos* são aqueles que cuidavam das atividades pecuárias nas estâncias e fazendas na região do prata, compreendendo a região do Rio Grande do Sul, Uruguai e a Argentina; os malandros são aqueles que moram nas metrópoles e centros urbanos, e que não possuíam um trabalho regular, morando nas periferias e vivendo um estilo de vida "boêmio". O principal objetivo é entender como estes personagens, antes criminalizados e desmoralizados, passaram a se tornar parte do imaginário nacional brasileiro de forma romântica, apagando-se o que de fato eles foram e as resistências que exerceram durante sua existência.

Como esses agentes tão orgânicos de seu tempo, que por diversas ocasiões eram repreendidos por forças governamentais ou supragovernamentais, tiveram sua essência reformulada e sua percepção apurada para se adequar aos padrões de uma sociedade "progressista e ordeira". Ou seja, sua redenção serve não somente para lembrar a origem deste povo ou enaltecer um sujeito da vida social nacional, mas para fantasiar um passado de glória e pompa, criando desse modo vestimenta, culinária e jeito de ser. Com isso, podemos entender como essas figuras tão distintas geograficamente se encontram no panteão dos símbolos latino-americanos. Quando pomos em jogo quem é cada agente vemos mais semelhanças em suas características em que qualquer outro mítico, respeitando sua época de concepção ou reivindicação. Sendo assim, neste

trabalho serão revisadas questões conceituais importantes como a formação do Estado-nação e a importância de narrativas de legitimação politicamente, trabalhando com elementos de teoria do Estado e política para a legitimação de sua existência, seu formato e suas elites. Além disso, o contexto político e econômico brasileiro e argentino será explicado, buscando entender o porquê da necessidade do surgimento de míticos nacionais daquela natureza e as consequências desse surgimento.

Ao analisarmos o surgimento de míticos nacionais, nos deparamos logo de começo dois termos bastante importantes: "literário e real". O caso do *gaucho* e do malandro, duas figuras que andaram sendo personas tão atemporais em suas respectivas sociedades — argentina e brasileira — o *gaucho* como símbolo de liberdade e resistência da sociedade campesina e dos aspectos originário da cultura platina e o malandro como símbolo de resistência das privações e moralidades sociais. Se o *gaucho* é oriundo dos pampas, e o malandro, da cidade, um dos mitos já nasce sobre o véu "cosmopolita", reivindicando uma cultura sem determinada etnia, sobretudo porque a cultura a ser construída é a mestiça, em termos regionais e nacionais.

Estado-nação e identidade nacional no Brasil e na Argentina

Em primeiro lugar, faz-se importante ambientar a ideia do Estado-nação na Teoria do Estado, que insere alguns elementos básicos para a existência de uma unidade político-administrativa centralizadora, e de um território de larga escala em relação a outras formas de organização humana: povo, território e soberania. Os três elementos, em conjunto, são o mínimo para se gerar legitimação e coesão ao Estado, que se apoia em

seus três elementos constitutivos para ganhar espaço de atuação e intervenção na vida individual e em comunidade dos que fazem parte de sua jurisdição e são seus naturais.

Essa naturalidade, porém, não é "natural", afinal o Estado-nação não é parte de um eventual jusnaturalismo existente, por exemplo, em liberdades individuais. A ideia de "povo", um dos elementos constitutivos do Estado, não trata somente da população, enquanto território habitado por seres humanos, mas sim por pessoas que habitam um território e que possuem hábitos, cultura e moralidade comuns em alguns aspectos, a fim de gerar pertencimento a uma instituição ou a um sistema de crenças maior do que sua própria individualidade. É necessário pertencimento para haver naturalidade, e o pertencimento depende de um conjunto de fatores sociológicos, antropológicos e políticos que legitimam um pensamento individual em torno de uma coletividade, capturando também o conceito de nacionalidade e de cidadania para dentro da alçada do Estado-nação (DALLARI, 1985).

Desse modo surge a nacionalidade como um vínculo cultural, político, social e essencial ao Estado-nação, que o absorveu juridicamente em torno da cristalização e organização de sua jurisdição e soberania. Importante falar sobre este último, que também se consolida através do conceito de nacionalidade, possuindo consequências internamente e externamente — a nacionalidade, que gera um elemento comum de identificação social, política e cultural, é utilizada para dar legitimidade política à ação repressora e política do Estado no plano doméstico, tendo este o monopólio da violência e a capacidade de alterar, por meio da

política institucional, a vida daqueles que são nacionais de um determinado Estado. Externamente, a soberania traz a impossibilidade, na visão do Estado-nação, de que haja qualquer outro Estado capaz de ser superior, trazendo, de forma paradoxal, o tratamento igual no regime internacional (todos são soberanos, então há igualdade nos Estados) e ao mesmo tempo desigual - um Estado é soberano e superior a todos os outros em seu ponto de vista interno, e, portanto, trata outros Estados em uma relação de superioridade-inferioridade (MIRANDA, 2004).

A nacionalidade, então, toma papel central na existência do Estado-nação, pois é necessária para a ação política nacional e internacional. Sem nacionalidade, não há legitimidade, e sem legitimidade, não há Estado (GONZÁLEZ, 2013). Para este artigo, então, é importante entender o surgimento da nacionalidade, e como este conceito pode ser moldado para atender à criação de um Estado-nação em surgimento, mesmo com diversas contradições inseridas neste processo. Tal molde nacional pode ser feito por via cultural, política, dentre várias outras formas deliberadas ou não, que vão mudando o senso de coletividade e, por consequência, o sistema de crenças individuais dos que pertencem ao determinado território ou nacionalidade.

> "A identidade nacional é uma criação moderna. Começa a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX. Antes dessa época não se pode falar em nações propriamente ditas, nem na Europa nem em outras partes do mundo. Conta-se, como aprendemos em nossos livros de História do Brasil, que D. João VI, ao deixar o Brasil, despediu-se de seu filho, dizendo: 'Pedro, se o Brasil vier a separar-se de Portugal, põe a Coroa sobre tua cabeça, que hás de me respeitar, antes que algum aventureiro lance mão dela'. Observe-se que D. João, como, aliás, qualquer outro rei europeu, não tinha nenhum sentimento nacional, tinha um sentimento dinástico". (FIORIN, 2009, p. 116)

A construção do Estado-nação na América Latina transcendeu a mera consolidação administrativa ou política, envolvendo a criação de narrativas simbólicas que legitimassem a unidade nacional e reforçassem a autoridade estatal. Nesse processo, o nacionalismo emergiu como instrumento de congruência entre Estado e nação, mas simultaneamente serviu como mecanismo de exclusão e hierarquização social, étnica e cultural, promovendo a marginalização de grupos historicamente subordinados (FIORIN, 2009). Em sociedades plurais, como as latino-americanas, a homogeneização simbólica se tornou estratégica: por meio da idealização e romantização de personagens específicos, buscou-se construir vínculos de pertencimento coletivo, mascarando tensões sociais e desigualdades estruturais. Nesse contexto se insere a romantização de figuras como os *gauchos* e os malandros. O mito do *gaucho*, difundido na região do Prata, transformou trabalhadores rurais, historicamente marginalizados e frequentemente reprimidos, em símbolos de liberdade, coragem e identidade cultural. Da mesma forma, o malandro urbano, oriundo da periferia e de contextos de precariedade, foi reinterpretado como sujeito astuto, criativo e emblemático da vida social brasileira. Essa reconfiguração histórica e cultural não apenas apagou as resistências reais desses grupos, mas também suavizou ou eliminou os conflitos sociais, econômicos e raciais que marcaram sua existência, transformando-os em ícones de um passado idealizado.

A romantização, portanto, cumpre uma função dupla: legitimar o Estado e seus projetos de unificação, enquanto simultaneamente opera como ferramenta de apagamento social e ideológico. Ao incorporar figuras marginalizadas ao imaginário nacional de maneira seletiva, o Estado,

aliados a intelectuais e produtores culturais, construiu uma narrativa que reforçava o heroísmo, a criatividade e a "moralidade" de certos grupos, ao mesmo tempo em que justificava a exclusão de outros. No caso do *gaucho* e do malandro, essa idealização permitiu projetar uma identidade nacional homogênea, mestiça e culturalmente coerente, ainda que fortemente descolada da realidade histórica. Assim, a análise crítica desses personagens evidencia que a formação de mitos nacionais é simultaneamente processo cultural e político. Ao estudar *gauchos* e malandros, percebe-se que a literatura, a arte e os discursos oficiais não apenas celebram virtudes supostas, mas também naturalizam hierarquias sociais, promovem o branqueamento cultural e mascaram contradições estruturais, configurando a romantização como um mecanismo estratégico de legitimação do Estado, de controle ideológico e de construção de um imaginário nacional idealizado e excludente.

No Brasil, o processo de construção da identidade nacional esteve marcado por uma tensão constante entre resistência social e esforços de unificação estatal. As revoltas de Carrancas, Manuel Congo e Malês revelavam não apenas a contestação à escravização da população negra, mas também a fragilidade do Estado frente a demandas locais, configurando ameaças concretas à estabilidade política e social de um país que buscava consolidar-se através de um imaginário cultural profundamente excludente, no qual muitos eram negados como sujeitos plenos (VAINFAS, 2002, p. 643). A violência, a resistência e a recusa à subordinação escravocrata tornavam visível o caráter contraditório do projeto nacional: enquanto se tentava construir unidade e coesão, parte significativa da população permanecia à margem de sua própria nação.

Foi nesse contexto de exclusão e tensão social que se estruturou a narrativa cultural brasileira. A elite política e intelectual buscou criar uma identidade nacional que integrasse elementos regionais e culturais diversos, moldando uma visão idealizada do país — praias e campos exuberantes, línguas adaptadas ao Tupi, indígenas assimilando valores cristãos — e, ao mesmo tempo, promovendo a fusão simbólica entre tradição e modernidade, natureza e cultura. Essa construção cultural não apenas buscava conferir universalidade ao Brasil e ao brasileiro, mas também ocultava as contradições sociais, ao absorver seletivamente elementos do passado e das periferias, marginalizando aqueles que resistiam à ordem vigente (FIORIN, 2009).

Fica clara então a parcialidade adotada pela literatura e pelos anais oficiais brasileiros, pela elite e todos os outros que procuraram consolidar a imagem supracitada. Quando uma ideia se apodera da consciência das massas, ela se torna uma forma material, o que gera uma formação social diferente em todo processo de formação da cultura nacional (MARX, 2001, p. 53). Criar a cultura nacional e torná-la forte e única depende, então, da massificação dela, o que necessariamente deve gerar apagamentos e contradições durante o processo. Os modelos explicativos de autodescrição cultural, então, ficam com um papel essencial na formação de uma identidade nacional, procurando pintar um cenário que consolide elementos comuns.

Claro que a universalidade cultural que o Brasil procurou no seu processo de consolidação nunca foi indiscriminada, tendo um filtro do que deve entrar na cultura ou não, o que deve ser romantizado e o que deve ser

esquecido, tornando o país mais pasteurizado e excluindo alguns do processo de naturalização e nacionalização. Claro que este processo de exclusão ficou para as populações negras, que eram demonizadas e foram esquecidas devido ao processo de escravidão, que era considerada ruim e deveria ser esquecida, como se nunca tivesse ocorrido. Deu-se espaço, então, para a ideia da "mestiçagem", com a miscigenação sendo pintada somente entre nativos e brancos, sem a terceira etnia que era largamente representada no país. Esta marginalização da população negra não parou na construção do imaginário nacional, partindo para a política da eugenia e para o esquecimento da população negra após a escravidão, o que ecoa nas profundas desigualdades brasileiras até hoje (JACINO, 2013).

Este movimento de produção cultural não é imóvel, ocorrendo de forma fluida até os dias de hoje. A ideia do Malandro, que será abordada neste texto, passou a existir no final do século XIX e início do século XX, perpassando a Era Vargas, onde foi consolidada de forma cosmopolitana em torno de músicas como o samba, a capoeira, o candomblé, o batuque, e outras formas de manifestação individual, social e cultural que foram demonizadas em primeiro lugar, para depois serem apagadas e por último tornadas em símbolo, como algo mítico e rarefeito, sem muita referência nem mesmo observação de contradição (Idem, 2013).

Na Argentina, este movimento cultural foi diferente, optando-se menos pela universalização e mais pelo filtro, em múltiplas tentativas: em primeiro lugar, de distanciar-se da Espanha enquanto parte colonizadora, procurando desvencilhar-se da herança colonial e consolidar-se enquanto país independente e capaz de possuir uma identidade nacional própria e

autêntica, sem resquícios da metrópole que dominava a região. Aqui também influenciou a figura do *criollo*, o descendente de espanhol nascido nas colônias, e que agora entrava em um embate com o país em torno de se adaptar a uma nacionalidade argentina. Posteriormente, com o movimento de pan-hispanismo, o país foi lentamente se reaproximando da Espanha, dando passos para a reaproximação cultural.

Também naquele momento um dos fatores que dificultaram a formação do Estado-nação argentino foi o domínio dos interesses locais sobre os interesses da União. Da independência à estruturação do Estado-nação, a Argentina foi localmente governada pelo Caudilho, líder político local. A relação foi baseada em uma aliança entre líderes chamada caudilhismo. Eles reuniram assessores em torno de sua aparência e estabeleceram uma relação de lealdade e troca de favores. O caudilhismo foi organizado como uma rede de relações sociopolíticas que permeou toda a sociedade platina, refletindo a fragmentação entre as forças políticas locais (GUTFREIND E REICHEL, 1996).

Todas essas complexidades levaram a um turbulento processo de pós-independência, com uma quantidade relevante de conflitos civis eclodindo em torno do que deveria ser o formato do Estado argentino: centralista ou federalista. As batalhas em torno desta questão se estenderam até 1859, quando Buenos Aires foi obrigada a voltar para a confederação argentina após perder a Batalha de Cepeda. Após a vitória dos federalistas neste contexto, iniciou-se um processo vigoroso de crescimento e de formação do que de fato seria o Estado argentino, sua identidade cultural e sua forma de ver o mundo.

Porém, a cultura argentina também possuiu seu filtro em relação às camadas que julgava inferiores ou desprezíveis socialmente — os nativos e os negros. Não somente houve um amplo projeto de branqueamento da população nativa argentina, como houve um processo de extinção da população nativa muito maior do que o caso brasileiro, onde havia algum grau de miscigenação existente entre os brancos e os indígenas, inclusive com certa romantização desse processo e de inserção dele no imaginário social. Durante as Campanhas do Deserto, expedição do aparelho repressor argentino para o sul do território conhecido como a Patagônia Ocidental e que dizimou populações indígenas ali existentes (LIMA E NOGUEIRA, 2006). A população negra, por outro lado, foi sendo eliminada do país especialmente com as guerras de Independência, nas guerras civis e na Guerra do Paraguai, para além das epidemias de febre amarela e cólera, que atingia majoritariamente os afro-argentinos, já excluídos de qualquer sistema social no país austral. Em relação ao Brasil, a Argentina realizou um processo de filtragem cultural muito mais bruto — ao invés de marginalizar a população negra e indígena, a dizimou.

Sendo assim, é possível ver que o processo de formação do Estado-nação abarca uns e exclui outros em seu processo de construção de narrativas e identidades, criando aqui a lógica dos heróis versus os vilões, os adorados versus os esquecidos, os que preponderam versus os que são escorraçados, sendo este processo não exclusivo ao Brasil ou à Argentina, mas de qualquer Estado-nação que possua a necessidade de se construir após um conjunto de processos políticos e culturais envolvendo música, etnia, artes, religião, esporte, e vários outros elementos capazes de criar

narrativas de heroísmo em conformidade com o projeto de identidade provocado por aqueles que o delineiam — no caso latino-americano, a elite.

Gaucho: civilização e barbárie

O *gaucho* é aquele que, durante os séculos XVIII e XIX cuidava especificamente das atividades pecuárias na região platina, que compreende o Rio Grande do Sul, no Brasil; o Uruguai e o norte da Argentina como um todo. Sua vivência era a base do setor pecuário, que foi crescendo na região do Prata tanto em Buenos Aires quanto no Uruguai e no Rio Grande, primeiro pela versatilidade do couro em cidades mais pobres, podendo criar roupa com o couro, criar produtos outros e usar a carne para comer e sobreviver. Posteriormente, o gado da região da Prata passou a ser cobiçado pelo seu couro, mais grosso e resistente em relação ao gado *criollo*, mais magro (GUTFREIND E REICHEL, 1996).

A imagem do *gaucho*, que foi se tornando bastante importante nos três países devido ao seu passado econômico pecuarista em comum, trouxe diferenças de cunho nacionalista entre cada Estado para gerar oposições nos imaginários sociais e criar discursos ideológicos que se tornaram mitológico, tamanha a distância entre o conceito de cotidiano estabelecido pelas metrópoles e o que eles representavam enquanto cultura e tradições. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o gaúcho era considerado um “peão de estância” — mais sedentário, menos agressivo, mais focado no trabalho — em decorrência da índole lusitana e do processo de escravização. Já no Uruguai, procura-se relacionar o *gaucho* com o gaudério, um homem livre, que vivia do trabalho ocasional e que percorria os campos em busca de animais para se alimentar e comerciar e

considerado “insolente”, e com o changador, um comerciante clandestino que intermediava o comércio entre o *gaucho* e Montevidéu. Na Argentina, relaciona-se a origem do *gaucho* com os primeiros povoadores de Santa Fé, que constituíram filhos com a população nativa, dando origem aos *criollos*, distanciando-se das origens espanholas matriz por meio dos hábitos indígenas (Idem, 1996).

O *gaucho*, ser errante dos pampas argentino, não pode ser tomado como um agente que distingue “*Las Pampas y Los Porteños*”. Há de se tomá-lo como duas entidades, real e mítico, que se confluem na representação ou tentativa da criação de um símbolo argentino. Segundo Lynch (2001), o *gaucho* real havia habitado os pampas argentinos durante o fim do período colonial até meados da década de 1850. Este poderia ser escravizado e era oriundo da miscigenação entre as etnias originárias da atual argentina — indígena, branco, negro — porém, isso não significa que o gaúcho obrigatoriamente deveria ser mestiço:

> Tradução livre: “Os gaúchos negros e mestiços, ou aqueles descritos como de pele escura ou próximos do mundo indígena, foram muito abundantes do início ao fim do fenômeno. Nesse momento, o criollismo gerou interferência nos discursos oficiais da nação promovidos pelo Estado por meio do sistema escolar e que a maior parte do campo intelectual adotou: aqueles que sustentavam que o povo argentino era etnicamente europeu (e não mestiço, como o resto da América Latina) e de "raça branca"". (ADAMOVSKY, 2018. p. 12)[1]

[1] No original: *Los gauchos negros y mestizos, o descritos como de pieles morenas o próximos al mundo de los indígenas, fueron muy abundantes desde el comienzo hasta el final del fenómeno. En ese punto, el criollismo generaba interferencias en los discursos oficiales de la nación que promovía el Estado a través del sistema escolar, y que la mayor parte del campo intelectual hacía propios: aquellos que sostenían que el pueblo argentino era étnicamente europeo (y no mestizo, como el resto de América Latina) y de “raza blanca”.*

É possível ver como a interpretação literária e real se entrelaçam: a ideia de uma nação historicamente embranquecida traz inevitavelmente um *gaucho* embranquecido, que será distanciado de sua origem assim como de seu contexto — os espanhóis dizimaram os indígenas e os removeram de suas terras, incorporando-os ao conceito de *gauchos* pela inserção permanente na pecuária, e passou a vender as terras oriundas dos indígenas extintos ou removidos como se fossem vazias (IDEM, 2018. p. 12).

A ideia de uma nação europeia nas Américas pode ser um contraponto a outro dois modelos — o segregacionista estadunidense e a democracia racial brasileira. Tendo como base a imigração europeia, a população argentina saltou de 400 mil habitantes no fim do período colonial, para uma população de quase oito milhões de habitantes em 1914 — um aumento populacional de 20 vezes em comparação ao século anterior (ARCHETTI, 2003. p. 11). É importante dizer que, em conjunto com esse embranquecimento populacional, os *gauchos*, apesar de serem embranquecidos em seus mitos, viviam a sua racialidade de forma bastante traumática, sendo desqualificados por seu fenótipo e cor independentemente de quão bem realizavam suas funções, podendo ser até mais qualificados que seus superiores brancos (MAYO, 1997). Também se faz relevante ressaltar a diferença das vidas dos escravizados nas plantações e na economia pastoril, que tinha um conjunto de outras relações entre senhores e escravizados menos baseadas na agressão e mais baseadas nas estruturas de dominação.

> Tradução livre: [..] havia assegurado Patricio a Altolaguirre no primeiro parágrafo de sua carta— “Vossa Graça não vive enganado”. Patricio vivia traumaticamente sua identidade racial; desde que tinha uso de razão, ele havia ensinado que a cor de sua pele era

> descalcificada, que ser negro era ser inferior, que um negro era precisamente isso, "um pobre negro", um pobre homem destituído das aptidões e direitos que os tinha que, como espanhóis, integravam as filas da "gente decente", da "gente de razão"; ser negro, lhe haviam falado, era ser torpe e limitado, vil e destinado a servir. (MAYO, 1997, p. 603)[2]

A análise dos dados evidencia que a relação com a terra no território argentino sofreu transformações estruturais ao longo do século XIX, refletindo mudanças profundas na configuração social e política do país. Se, imediatamente após a independência, os pampas apresentavam-se "quase" desertos, no centenário da independência sua paisagem já não comportava a figura do gaúcho tradicional, dependente de vastos espaços abertos e da ausência de um Estado nacional consolidado. A persistência dessa figura histórica esteve vinculada à hegemonia temporária dos estancieiros, cuja autoridade local se sobrepunha à do governo central; em outras palavras, os *gauchos* constituem vestígios de um passado que coexistia, de maneira tensa, com um presente marcado pela centralização do poder e pela expansão da propriedade privada.

Sarmiento projetava seu ideal nacional à luz de uma hierarquização civilizatória que associava "civilização e progresso" exclusivamente à cidade de Buenos Aires, relegando ao interior e ao litoral a "incivilidade" e a "barbaridade" dos não brancos (DOMÍNGUEZ, 2014). Sua posição reflete a influência da geração de 1820 do Partido Unitário, cuja proposta de Estado

[2] No original: "*había asegurado Patricio a Altolaguirre en el primer párrafo de su carta—"Vuestra Merced no vive engañado". Patricio vivía traumáticamente su identidad racial; desde que tenía uso de razón le habían enseñado que el color de su piel lo descalificaba, que ser negro era ser inferior, que un negro era precisamente eso, "un pobre negro", un pobre hombre destituido de las aptitudes y derechos que tenían los que, como españoles, integraban las filas de la "gente decente", de la "gente de razón"; ser negro, le habían dicho, era ser torpe y limitado, vil y destinado a servir*".

centralizado se fundamentava na importação de instituições liberais europeias e na rejeição sistemática ao federalismo, aos caudilhos e ao provincianismo (LYNCH, 2001). Nesse sentido, a construção do ideal nacional não se limitava a um projeto político-institucional: ela incorporava uma dimensão simbólica, na qual a definição de quem pertencia ou não à "nação civilizada" estava estreitamente ligada à espacialização social do território e à exclusão dos grupos rurais e mestiços.

Essa dicotomia evidencia a coexistência de duas nações dentro do mesmo espaço geográfico. Em Buenos Aires, a elite intelectual liberal, desprovida de contato direto com o campo, julgava a realidade rural mais por estórias e representações literárias do que por análises empíricas, projetando sobre o interior atributos de atraso e selvageria. No campo, por sua vez, encontravam-se os elementos considerados indesejáveis à construção de uma identidade nacional moderna — caudilhos, *gauchos*, *criollos*, campesinos e mestiços — percebidos como entraves à consolidação de uma cultura argentina desvinculada das heranças coloniais e medievais. Essa tensão entre centro e periferia, civilização e barbaridade, não apenas revela as bases de um projeto nacional excludente, como também evidencia a dimensão ideológica da historiografia liberal argentina, na qual a modernização do Estado e da sociedade se legitimava por meio da marginalização e da estigmatização de corpos, práticas e saberes rurais.

> Tradução livre: "Na República Argentina, duas civilizações distintas podem ser vistas simultaneamente no mesmo solo: uma nascente, que, sem saber o que se passa em sua cabeça, vai imitando os esforços ingênuos e populares da Idade Média; outro que, sem se importar com o que está a seus pés, tenta alcançar os últimos

> resultados da civilização europeia. O século XIX e o século XII convivem: um, dentro das cidades; o outro, nas campanhas". (SARMIENTO, 1999. p.51)[3]

O fim do governo de Rosas em 1877 e a consolidação da República Argentina foi um marco para solidificar o poder do porto de Buenos Aires e dos intelectuais, idem Sarmiento, sobre as províncias do interior e litoral que tiveram seu desenvolvimento em parte reduzidos graças ao monopólio de Buenos Aires (LYNCH, 2001), sobretudo nas províncias mais afastadas do litoral atlântico. Deste modo, a criação de duas nações — a cosmopolita e a interiorana — que se entrelaçaram em torno da sua identidade nacional será a chave para entender como os *gauchos*, repugnados anteriormente, acabaram por se tornar símbolo da nova Argentina.

É importante dizer que houve diversas tentativas de resistência à imposição do que seria a nova vida diante da formação dos Estados-nação, tanto na Argentina quanto no Brasil. A transgressão, tanto em relação à demanda das estâncias de trabalhar ininterruptamente e à privação da liberdade de cantar, jogar, e possuir lazer levou à ideia de que os *gauchos* eram folgados e vagabundos — inclusive, grande parte das prisões que existiam à época contra *gauchos* eram sobre estar em festas, beber, participar de jogos de azar, dentre outros delitos (COSTA, 2022). Sabendo-se que o costume é dominado pela cultura, o objetivo destas penalidades, institucionalizadas, era disciplinar os *gauchos,* removendo seu lazer em detrimento de uma vida destinada exclusivamente ao trabalho. Para a elite,

[3] No original: "*En la República Argentina se ven a un tiempo dos civilizaciones distintas en un mismo suelo: una naciente, que, sin conocimiento de lo que tiene sobre su cabeza, está remedando los esfuerzos ingenuos y populares de la Edad Media; otra que, sin cuidarse de lo que tiene a sus pies, intenta realizar los últimos resultados de la civilización europea. El siglo XIX y el siglo XII viven juntos: el uno, dentro de las ciudades; el otro, en las campañas*".

o escravizado (condição de muitos *gauchos*) não deveria trabalhar para viver, mas sim viver para trabalhar, o que lhes foi útil para criar, posteriormente, novos hábitos e o imaginário nacional que debatemos — uma "cultura popular" dissuadida com a "cultura burguesa", enclausurada no mito e no folclore. Essa figura do *gaucho* foi se consolidando ao fim do período colonial — cultura que também se conjugou com as tradições nativas, europeias e africanas em uma menor escala (GUTFREIND E REICHEL, 1996).

Com o fim do governo de Rosas e a consolidação da República Argentina, o ideário de Sarmiento para imigração fora posto como ordem do dia: não bastava acabar com o antigo regime caudilhista e todos os "indesejáveis" para alçar o progresso e a civilização, a imigração deveria ser incentivada a todo custo, e o *gaucho*, extirpado dos pampas. A modernização do campo e a substituição do gado bovino pelo ovino vem no contexto da perda de espaço a cada década do charque para a lã. O pampa teve sua transformação rápida: agora o *gaucho* livre já não mais correspondia às necessidades dos latifundiários, o pastor era o sujeito da vez. Com a chegada de colonos imigrantes para trabalhar junto a criação de ovelhas, seja por assalariamento ou parceria com o proprietário, houve uma redistribuição da terra, fazendo com que em alguns anos esses imigrantes conseguissem comprar seu quinhão de terra ou até mesmo grandes porções.

Malandro: marginais da capital federal

Como escrito acima, esses personagens em determinadas ocasiões não eram bem-vistos pelas classes mais intelectualizadas, e isto não fora diferente com o malandro. O malandro, figura brasileira que passou a surgir nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador e Recife no final do século XIX e início do XX, é fruto direto do processo de pós- abolição da escravização no Brasil. Idolatrado, por uns e odiado por outros, estava presente em cidades que antes da abolição tinham já um alto número de negros, e com o processo de libertação viu seu número aumentar consideravelmente, em decorrência do êxodo de parte da antiga população escravizada do campo em direção à cidade.

No fim do século XIX, o malandro já possui características bem definidas: trapaceiro, dado ao ócio e a jogatina, ou seja, tudo aquilo que não se poderia aceitar naquela situação. O malandro também carregava outro pesado fardo — ser negro — seu fenótipo corporal era motivo de preconceito, sendo esse mais um agravante (GOMES, 1999). Mas quem realmente era esse malandro? Apesar de alguns elementos comuns, não é possível nivelar todos aqueles que eram malandros por diversos motivos: qualquer pessoa que não vivesse dentro do maior rigor da lei poderia ser considerada vadia ou malandra, cabendo aqui os capoeiristas, sambistas, candomblecistas, charlatões, cafetões, dentre outros (BOMFIM, 2013). Como pode-se observar, a palavra malandro não tem uma singularidade e sim uma polissemia, sendo difícil uma definição peremptória.

Arthur Azevedo, um dos grandes escritores sobre a malandragem do final do século XIX, traz em suas revistas anuais, livros e escritos a ociosidade como um mal tão perigoso a sociedade que sua existência

deveria ser combatida não somente pela moral, mas também por coerção estatal, seja através da lei ou por substituição étnica da população negra por imigrantes europeus. Ao trazer o malandro como simples trapaceiro, querendo se dar bem — ora em pessoas de "boa-fé", ora em pessoas deverás ambiciosas — ele tenta retratar não somente uma classe específica, mas faz questão de ilustrar que o Malandro daquele período representa toda uma sociedade, sobretudo a do Rio de Janeiro, onde fora colocado como signatário máximo de todos os aspectos culturais. Segundo Azevedo, o malandro em si não era adepto ao trabalho, o que por si só já o tornava marginal diante da elite.

O trabalho era visto, no pós-abolição, como algo essencial e necessário para todos aqueles validados moralmente e socialmente — aquele que não se curvasse ao novo mantra deveria ter um lugar especial no seio nacional, a detenção ou colônias penais. Não somente uma forma de aumentar drasticamente o lucro das classes econômicas dominantes, o trabalho era visto como uma necessidade moral a ser cumprida, especialmente pelas classes menos favorecidas, que já eram consideradas inferiores e menos dignas de direitos ou cidadania. Tais punições não poderiam ficar de fora do Código Penal dos Estados Unidos do Brazil de 1891:

> "Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:
>
> Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

> § 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.
>
> Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes". (BRASIL, 1891)

Quando Azevedo forma categoricamente as críticas ao malandro, tendo como alvo a população negra, ele o faz visando um Brasil moderno e civilizado, no qual o passado colonial não mais se faça presente nas relações interpessoais espalhadas pela maquinaria pública (GOMES, 1999). Nesse ponto, Sarmiento e Azevedo se unem em torno de um projeto de nação que visa as camadas populares como portadoras da impossibilidade do avanço "civilizatório" de suas respectivas nações. Esses nobres letrados, porém, pregoavam tanto sobre sociedades "avançadas" esquecendo que, em todos os casos, as classes populares foram chaves na construção das nações da Europa Ocidental.

Melo Gomes (1999), ao analisar Arthur Azevedo salienta que ele traz não somente uma visão cientificista, mas também elitista. A disposição contra a escravidão baseava-se na preocupação com a questão do negro na forma do moto-continuo da "degeneração social" da sociedade, a causa humanística nem no discurso pode ser vislumbrada, haja vista que os negros carregavam todos os vícios da escravidão e da inferioridade da genética da raça não sabendo mais trabalhar num regime moderno de trabalho livre, forjado nos ideais de ferro e fogo como signo do progresso (ANDREWS, 2007). Não somente não sabiam trabalhar, como não gostariam de trabalhar, vivendo em numa vida completamente regada de

bebida, lazer, jogo, sexo e tudo o que não era considerado positivo pelas elites brancas brasileiras no período. Neste poema sátiro:

> "Fui ver pretos na cidade Que quisessem se alugar. Falei com esta humildade:
>
> - Negros, querem trabalhar Olharam-me de soslaio,
>
> E um deles, feio, cambaio, Respondeu-me arfando o peito:
>
> - Negro, não há mais, não:
>
> Nós tudo hoje é cidadão.
>
> O branco que vá pro cito." (ANDREWS, 2007, p.117)

Na visão da ex-classe senhorial e de letrados, o negro sem a égide do cativeiro se tornaria uma incongruência fatal para o progresso e desenvolvimento da nação, o que corresponde à ideia de que o malandro é uma erva daninha danosa a um Brasil ordeiro e pacífico. Não é à toa que o a narrativa de embranquecimento paulatinamente será substituída pela do Brasil mestiço e alegre, tendo no seu antigo algoz e inimigo público seu representante. Porém, as contradições não ficam expostas nesta narrativa, que basicamente demonstra a interpretação negativa da resistência das populações negras brasileiras nas grandes cidades, agora livres, que basicamente não tinham o mínimo de oportunidades para o trabalho ou qualquer tipo de ascensão ou mobilidade social.

Em relação à educação, que já era alijada aos negros durante o período da escravização, a abolição e a Primeira República a transplantou para o novo espaço de poder que diferenciasse a população branca da negra em termos sociais, já que o signo do status de cidadania desigual não mais existia. O acesso à educação no período podia ser entendido

como uma das fontes de poder que fundamentou a superioridade dos brancos perante os negros, sendo um dos novos mecanismos para continuar deflagrando a desigualdade racial, até então vista sem problemas pela elite. Diante de um contexto de criação do imaginário nacional e da consolidação de uma eventual elite brasileira, o acesso à escola era o elemento de coesão e manutenção do poder vigente entre a camada branca. Apesar de não ser proibida aos negros, sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação ocorridas no processo de integração. Em um contexto de políticas eugenistas e profunda discriminação, o acesso à educação, por exemplo, era uma forma de inserir os brancos como superiores e os negros como aqueles que deveriam aceitar a superioridade dos brancos (BARROS, 2005, p. 149).

A marginalização dos descendentes de africanos escravizados ou dos próprios ex-escravizados já era patente no período pós-abolição, justamente pelas políticas de eugenia trazidas pelos governos e pelas elites brasileiras, que preferiam uma mão de obra branca visando maior produtividade de trabalho, e dispensando aqueles que, apesar de já possuírem experiência no trabalho a ser realizado, eram negros. Este movimento, que alterou a relação de trabalho na transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista no Brasil, era uma deliberação pragmática da política social de “limpeza racial” da época, sendo opção ideológica que desqualificou a produção nacional, e em especial a população negra, como trabalhadores e construtores de uma nação que, segundo seus formuladores, deveria ser branca como condição para a suposta “civilização” (JACINO, 2013).

Sem emprego, educação ou qualquer outro tipo de política que os incluíssem enquanto população brasileira, estes ficaram completamente ao largo de qualquer possibilidade de ascensão social, restando a necessidade de correrem por si mesmos em prol de uma vida melhor. Também sobrou a resistência às políticas de extermínio e limpeza étnica que foram pensadas pelos idealizadores da "grande nação", tanto em sentido biológico quanto em sentido social, sendo o malandro em sua excelência o símbolo de resistência da população negra, que ocupava as cidades em busca de uma vida melhor, e sem pretensão de abandonar suas tradições, costumes e cultura em detrimento daqueles que antes os dominavam, e agora os renegavam.

Nos anos 1920, porém, o malandro reaparece na produção e massificação da cultura popular brasileira, agora com novos traços:

> "[...] o malandro é representado de maneira diversa no teatro de revista. Agora o malandro claramente aparece como típico representante de uma cidade e de uma nação que se orgulham de seu caráter mestiço. Os malandros neste momento aparecem mais claramente vinculados às classes baixas da sociedade, de onde viria a legitimidade para esta noção exaltadora de tudo o que seria "tipicamente nacional". (GOMES, 1999, p. 66)

As razões para essa mudança de paradigma entre a interpretação do malandro durante o início do século XX e os anos 1920 e 1930 podem ser vistas no contexto sociocultural mais amplo e na própria dinâmica interna do país, com a conjuntura do pós-guerra favorecendo uma maior valorização das "raízes populares" da nação em oposição ao período anterior, que se procurava uma "civilidade" e uma moralidade "à francesa", com o objetivo de chegar aos europeus como sociedade idealizada.

Essa ideia do malandro no campo da política ganhou força com Getúlio Vargas, que procurou, durante os anos 1930 e 1940, especialmente durante o Estado Novo, apagar o malandro enquanto elemento social existente no Brasil, mas retirando-lhe algumas partes de cultura que lhe interessavam para inserção no imaginário nacional. No processo de massificação da cultura popular de Vargas, houve uma redução da riqueza do meio cultural brasileiro, diminuindo-o ao samba e ignorando outros estilos regionais não considerados positivos.

O malandro que outrora era tido como um párea nacional, sendo alçado para ti diversos significados — negro, capoeirista, jagunço, sertanejo e etc. — agora passava por um rearranjo na sua forma e estilo (PARANHOS, 2019). Já não mais caberia toda a polissemia que o dava nivelamento entre interior e a cidade, a partir de então não será mais a belle époque a ditadora de ideais e ritos a serem tomados como modelo máximo de civilização, o nacionalismo e a identidade nacional tomará forma e corpo nesse início do século XX, a cidade luz não brilha mais como antes.

A malandragem representa, mais que a característica de um personagem específico, a própria especificidade da Nação. Neste sentido, o malandro seria a personificação deste "caráter nacional", embora claramente sem monopolizá-lo. É um símbolo do caráter nacional em toda a sua plenitude.

A ideia se confirma em várias formas nas quais a figura do malandro é utilizada, inclusive internacionalmente em prol de iniciativas políticas, como é o caso do papagaio "Zé Carioca", personagem criado pela Walt Disney Studios no ano de 1943, retratando a América Latina e procurando

gerar conexões amigáveis entre os Estados Unidos da América e os países latino-americanos no contexto da Segunda Guerra Mundial, o que conhecemos como a tentativa de "panamericanismo". Zé Carioca, inclusive, é um personagem considerado bastante superficial, não podendo expressar a formalização estética da sociedade brasileira e do seu ritmo geral cotidiano (FERREIRA, 2006, p. 166). Também o malandro aparece em religiões afro-brasileiras, como no caso da Umbanda e do Catimbó, em que há uma falange espiritual de "malandros" como Zé Pelintra, que aparece como uma entidade importante para a resolução dos problemas dos filhos de santo, dando a esperteza e a destreza. Sendo assim, é possível notar que o malandro, negro e marginalizado, tornou-se folclore e base para uso político de sua imagem no imaginário nacional e até mesmo no imaginário internacional do que é o Brasil e a América Latina.

Conclusão

Este trabalho, portanto, versou sobre a relação entre os *gauchos* e os malandros, personagens existentes na vida social do Brasil, no caso deste, e da região do Prata, no caso daquele, e as relações entre a vivência que levavam e o mito que foi criado em torno deles para ajustar tais imagens ao imaginário nacional, folclórico e massificado. É possível ver que tais figuras, antes esquecidas e condenadas à demonização e à simbolização de tudo o que é imoral, antiético e até mesmo criminal, foram temporariamente apagadas e, posteriormente, reutilizadas para compor a identidade nacional, já adaptadas ao que se pensava por ideal de nação — com suas raças mudadas, com caráter, costumes e vivência diferentes da que de fato viveram.

O trabalho também procura demonstrar a principal contradição destas imagens para a construção de nacionalismos — a transformação destes personagens, racializados, em base para uma identidade nacional de países que investiam em políticas altamente eugenistas, procurando marginalizar e esvaziar a existência da pessoa negra na população nacional, tornando-a criminalizada. Tanto os *gauchos* quanto os malandros viveram em uma estrutura de perpetuação da lógica do trabalho ininterrupto, não somente nas sociedades escravocratas, mas também na transição entre estas e as sociedades capitalistas.

Sendo assim, o trabalho pretendeu mostrar que a estrutura de dominação a partir do trabalho continuava, e que suas resistências ao modo de vida que a elite procurava impor — viver para trabalhar, e não trabalhar para viver — baseavam-se no simples exercer de suas culturas, tradições, festas, jogos e bebidas, o que era considerado altamente transgressor. Apesar da estrutura de perpetuação da dominação propor pequenos ganhos que tornariam a vida menos miserável e, portanto, com menor potencial de revolta ou subversão, estes personagens procuraram lutar contra seu apagamento cultural.

Tanto os *gauchos* quanto os malandros eram populações como outras, com seus costumes básicos, e que sentiram exatamente tudo o que as antigas populações negras e nativas sentiram — a repressão e a barbárie colonial ao remover suas terras e seu prazer; e ao dar-lhe trabalho que, apesar de seus costumes, tornara-se extremamente opressivo; não era mais forma de vida, era agora aprisionador político e social. Tudo isso para, posteriormente, tornarem-se folclore de um Estado que primeiro decidiu

por oprimir e aniquilar sua existência; e depois, decidiu referendá-la como um folclore de heroísmo nacional para fortalecer a legitimidade política nacional.

REFERÊNCIAS

ADAMOVSKY, Ezequiel. Criollismo, experiencia popular y política: el gaucho como emblema subversivo. La Plata – AR-B, Anuario del Instituto de Historia Argentina, v.18, nº1, 2018.

ANDREWS, George Reid. AMÉRICA AFRO-LATINA: 1800-200. São Carlos -SP: Edufscar, 2007.

ARCHETTI, Eduardo. P. O "gaucho", o tango, primitivismo e poder na formação da identidade nacional argentina. Rio de Janeiro – RJ, Mana, v.9, nº 1, 2003. p. 9-29.

BEIRED, José LB. Hispanismo, intelectuais e identidade nacional na Argentina. Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008.

BOMFIM, Delmar Cruz. Que malandro sou eu? Para uma cartografia do malandro brasileiro. Alagoinha – BA, Anais Seminário Interlinhas, v.1, nº3, 2013, p. 25-36.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1891. Código Penal dos Estados Unidos Do Brazil, Rio de Janeiro - DF: Imprensa Nacional, 11 out. 1891.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Estado. Lua Nova: Revista de cultura e política, n. 81, p. 117-146, 2010.

COSTA, Ian Anderson Maximiano. Borges anacrônico, um escritor do século XIX no XX: diálogos com Domingo Faustino Sarmiento a partir da figura dos gauchos. Belo Horizonte, Dissertação, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. Saraiva, 1985. BARROS, Surya Aaronovich Pombo De. Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). São Paulo, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

DOMÍNGUEZ, Daniel Arrieta. La identidad nacional de los estados brasileño y argentino como construcción literaria a través de las figuras del bandeirante y del gaucho. Franca -SP, Revista História e Cultura, v.3, nº1, 2014, p. 105-119.

FERREIRA, C. M. Zé Carioca: um papagaio na periferia do capitalismo. Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 49, n. 1, 2022.

FERRERAS, Norberto o. A formação da sociedade Argentina contemporânea. Sociedade e trabalho entre 1880 e 1920. FRANCA – SP, História, v.25, nº1, 2006, p. 170-181.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso, n. 1, 2009.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Luzes e sombras na construção da nação argentina. Os manuais de História nacional (1868-1912). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a um viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GONZÁLEZ, Francisco Colom. A nação como relato: a estrutura narrativa da imaginação nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, p. 107-118, 2013.

GOMES, Tiago Melo. Formas e sentidos da identidade nacional: o malandro na cultura de massas (1884-1929). São Paulo – SP, Revista De História, 141, 1999, p. 62-63.

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, H. J. A região platina nos séculos XVII e XVIII: A cultura popular. In: As raízes históricas do Mercosul. A Região Platina Colonial. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996, p. 167-201.

JACINO, Ramatis. O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920. São Paulo, Tese, Universidade de São Paulo 2013.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos. Estado nacional e narrativa da nação (1776- 1900). São Paulo: EDUSP, 2018.

LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional. Fortaleza, Revista Ameríndia - História, cultura e combates, v.1, n.1, 2006.

LYNCH, Jonh. As repúblicas do prata da independência a guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org). História da América Latina, v. III, Da independência até 1870. São Paulo – SP, Edusp, 2001. p. 625-692.

MAYO, Carlos Alberto. Patricio de Belén: nada menos que un capataz. Hispanic American Historical Review, v. 77, n. 4, p. 597-617, 1997.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 45-59.

PARANHOS, Adalberto. Capoeiras e malandros: barões da ralé. Uberlândia – MG, Artcultura, v.21, n°38, 2019, p.181-187.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo. Editora Elaleph, 1999.

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas), 2010, p. 177-214.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil imperial, 1822- 1889. Objetiva, 2002, p. 635-645.

YOLIS, MÁXIMO. Del gaucho literario al gaucho “real”: un aporte a su construcción en Argentina (1845-1913). Ouro Preto – MG, História da Historiografia, v.7, n°16, 2014, p.15- 36.

ARTIGO

Entre o restaurar e o porvir: o conceito de "Império" no discurso *Responsiva Oratio* de Mercurino de Gattinara (1519)*

Renato Luiz de Oliveira Bernardino**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p220-245

resumo

O começo da Idade Moderna na Europa é uma época de diversas mudanças no campo da política, lar de nascimento de variados projetos políticos. O presente trabalho pretende por meio de uma análise do discurso Responsiva Oratio pronunciado pelo chanceler do recém-eleito Sacro-Imperador Carlos V, Mercurino de Gattinara (1465-1530), observar como é elaborado um projeto político universalista frente a dois problemas: a coesão territorial dos seus domínios e sua situação política dentro da corte do soberano. Para isto, a metodologia se vale das categorias "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" elaboradas pelo teórico alemão Reinhart Koselleck dentro do campo da História dos Conceitos. Conclui-se então, que ao mobilizar diversas acepções do conceito de Império, principalmente oriundas da literatura político-jurídico medieval, estabelecendo um horizonte futuro otimista, Mercurino de Gattinara realiza um movimento duplo de conferir uma coesão ideológica para os variados territórios de Carlos V e apresentar-se como detentor de um pensamento articulado e coerente frente a corte de seu soberano.

PALAVRAS-CHAVES: História dos conceitos, Império, Idade Moderna, política.

* Agradeço à Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani (DH-FFLCH-USP).

** Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), membro do Grupo de Estudos em História Ibérica Moderna (GEHIM). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto intitulado "Novissima orbis monarchia: Pensamento e conceitos na obra Oratio Supplicatoria de Mercurino de Gattinara (1516)" Contato: renatoluizobernardino@usp.br

Entre o restaurar e o porvir: o conceito de “Império” no discurso *Responsiva Oratio* de Mercurino de Gattinara (1519)

Renato Luiz de Oliveira Bernardino

Introdução

Na introdução do primeiro volume da coleção *New Cambridge Modern History* de 1957, Denys Hay aponta que a historiografia política do século XIX via o final da Idade Média e começo da Idade Moderna como o momento de emergência de características modernas, como o Estado-Nação (HAY, 1957, p. 1). A noção deste período como um momento crucial para a história dos Estados-Nações estaria inscrita em um processo tido como linear e teleológico, direcionado para a formação destes. Como aponta Juan Carlos d’Amico, entretanto, tal processo estaria longe de se concretizar, uma vez que o início do século XVI ainda é palco de diversas mudanças no campo da política, ética, religião e moral (AMICO, 2012) . Assim, atores históricos elaboraram no começo da modernidade projetos políticos de natureza que se diferiam um dos outros quase que radicalmente: os escritos de Maquiavel, caracterizados pelo realismo político, eram contemporâneos ao projeto político universalista do chanceler do Imperador Carlos V, Mercurino de Gattinara.

Segundo John Headley, Gattinara estaria identificado com a tradição política medieval gibelina ao formular seu projeto político, uma vez que era norteado pelas noções de renovação do Império, um senhor (ou soberano) único para o mundo e a instituição de uma era de justiça e paz (HEADLEY, 2016, p. 47). Nesse sentido, a noção de uma monarquia universal conduzida pelo Imperador se opunha às tentativas de constituição de Estados soberanos, ou seja, que detinham independência política em relação uns aos outros. Quentin Jouanville diagnosticando uma ausência de trabalhos historiográficos acerca deste ator histórico durante o século XIX, então traz

a hipótese que Gattinara, traçando seu projeto político universalista, suscitou pouco interesse na historiografia durante "a época de ouro das nações e imperialismo"[1] (JOUANVILLE, 2018, p. 15). O interesse por Mercúrio de Gattinara surge apenas no começo do século XX, com a compilação de diferentes documentos pelo erudito piemontês Carlo Bornate, ainda que o identificando como um patriota italiano (Ibidem). A partir da década de 1940 é possível ver um aumento do interesse acerca de suas ideias e seu papel na corte do Imperador Carlos V, tanto sua identificação pelo historiador alemão Karl Brandi como um ator omnipresente quando pelo espanhol Ramón Menéndez Pidal que o coloca como um agente histórico de pouca relevância (JOUANVILLE, 2018, p. 15; GERBIER, 2009, p.94).

Nascido em 1465 em uma família da baixa nobreza piemontesa na comuna de Gattinara, Mercurino Arbóreo recebeu durante sua juventude uma forte educação jurídica, tendo concluído seu doutorado em direito na Universidade de Turim. Sua atuação jurídica rapidamente o levou para a corte Habsburgo de Margarita de Áustria, filha do Imperador Maximiliano I. Lá, foi indicado como presidente do Parlamento de Dole no ducado da Burgúndia, onde atuou até 1515. Após um período de reclusão no mosteiro de Nossa Senhora de Scheut, Gattinara é escolhido como chanceler do jovem rei Carlos I em 1518, após a morte do último de seu antecessor no cargo, Jean de Sauvage, ocupando este até sua morte em julho de 1530.

A intrusão de Gattinara enquanto chanceler nessa época implicava em uma série de problemas dentro da corte. O piemontês era visto pelos conselheiros mais próximos do rei Carlos como uma escolha arbitrária

[1] Publicada na revista *Erytheis* em 2008.

externa, e que, portanto, fazia de Gattinara uma figura com pouco prestígio dentro daquele círculo, muito mais próximo do chanceler anterior, Jean le Sauvage (RODRIGUEZ, 2024, p. 20). Além disso, Carlos havia recém-herdado de Fernando I os domínios submetidos às coroas de Aragão e Castela, o que inclui territórios não só na península ibérica como também na Itália. A situação patrimonial, no entanto, era vista por Jean le Sauvage e outros membros da corte como um contexto político extremamente delicado e que a sucessão de Maximiliano na dignidade sacro-imperial poderia comprometer a integridade de seus domínios (RIVERO RODRIGUEZ, 2024, p. 21). Portanto, a chancelaria anterior a Gattinara mantinha uma posição resistente à pressão do restante da Casa de Habsburgo em se comprometer com a sucessão do Sacro Império.

Por outro lado, desde 1516, o interesse pela dignidade imperial era manifestado pelo soberano da França, Francisco I. A candidatura de um soberano externo à Casa de Áustria e o envelhecimento de Maximiliano colocava mais pressão acerca da sucessão imperial por Carlos I. Além disso, a corte de Carlos sofre um revés em 1518 com a morte de Sauvage, e necessitam recorrer a Maximiliano para garantir sua permanência política, que exige que Carlos aceite o título de rei dos Romanos e que o falecido chanceler seja sucedido por um homem de sua confiança, Mercurino de Gattinara (RIVERO RODRIGUEZ, 2024, p. 21). Portanto, a partir de 1518, são costurados uma série de acordos financeiros e patrimoniais com objetivo de garantir a sucessão imperial para o jovem Habsburgo. Com o triunfo de Carlos I em relação a Francisco I da França, uma delegação dos príncipes-eleitores do Sacro-Império é enviada em novembro de 1519, que é

recebida em Molins del Rey, aos arredores de Barcelona, para apresentação do decreto oficial de sua eleição. Após o discurso de Bernardo de Worms em nome da delegação de eleitores, Mercurino de Gattinara, chanceler do Imperador recém-eleito, realiza seu discurso *Responsiva Oratio* acerca da escolha do Imperador (GERBIER, 2008, p. 96).

Ambos os discursos são registrados por Maximilianus Transylvanus na *Delegação ao sagradíssimo e invicto César o bem-aventurado Carlos sempre Augusto (Legatio ad sacratissimum ac invictum Caesarem Divum Carolum Semprer Augustum)*, publicado no fim de 1519 em Anvers por Johannes Thibault. O presente trabalho se utiliza da tradução francesa da *Responsiva Oratio* feita pelo filósofo Laurent Gerbier[2]. A tradução se baseia na segunda edição da *Legatio* (publicada em 1520 em Augsburg por Sigismund Grimm e Max Wirsung) e na *Rerum Germonorum Scriptres aliquot insignes* (publicada por Marquard Freher em Estrasburgo em 1717).

Disputas do conceito de Império durante a Alta Idade Moderna

Tanto as condições de enunciação do discurso quanto seu conteúdo mostram então que o principal tema abordado por Gattinara é sobre a ideia de Império, o que o Império seria antes da escolha imperial e o que passaria a ser. No entanto, é evidente que a noção de Império tem raízes profundas no vocabulário político da época, remontando à Antiguidade Clássica. De origem latina, a palavra Império (*imperium*) designava no período clássico não uma forma particular de poder, mas sim era definido

[2] "Gattinara reste cependant profondément ignoré. Peut-être parce que, en cet âge d'or des nations et de l'impérialisme européen, son discours sur la monarchie universelle de Charles Quint qui offrait une destinée commune aux peuples chrétiens ne suscitait que peu d'intérêt." (JOUANVILLE, 2018, p. 15)

como a autoridade ou o exercício dela (Oxford Latin Dictionary, 1968). Sua identificação com uma forma de governo ou entidade política se dá então no período medieval, em que "império" se torna sinônimo do Império Romano, evidenciado na obra Etimologias de Isidoro de Sevilha, onde imperador é associado com a ideia de romanidade (ISIDORO, 2010 p. 200).

Em outro caso, no natal de 800, ocorre o renascimento do título de Imperador na Europa Ocidental com a coroação de Carlos Magno pelo papa Leão III após a derrota dos lombardos. Entretanto, segundo o historiador James Muldoon, a coroação provoca uma clivagem de interpretações acerca do significado do título imperial. Para Carlos Magno, a coroação como cabeça do Império seria apenas um título que refletia sua posição de hegemonia naquele momento, associada à extensão territorial do reino Franco, de modo que o entendimento carolíngio do império implicava que qualquer um poderia reclamar o título de imperador. Já Leão III parecia encontrar uma outra acepção para o Império profundamente associado com a romanidade, de tal forma, que o Império Romano estaria renascido na figura de Carlos Magno (MULDOON, 1998, pp. 24-26).

Em períodos medievais posteriores, o "Império" se torna uma referência para a entidade política do Sacro Império Romano, que se via como herdeira do título conferido a Carlos Magno e que carrega em seu seio as pretensões de universalidade, romanidade e de ser uma instituição sacra-paralela a Igreja. Frente a decadência política do Sacro-Império aos finais da Idade Média, sua pretensão universal e de liderança secular da cristandade paralela ao Papado vai gradualmente desaparecendo, com sua

autoridade política se confinando aos domínios germânicos (MULDOON, 1998, p. 42). No alvorecer da Idade Moderna, entretanto, a palavra "Império" não deixa de ser presente no vocabulário político europeu.

Assim, os diferentes significados que o Império passou a adquirir no começo da Idade Moderna são objeto de estudo do historiador francês Romain Descendre. Para ele, a oposição dos conceitos de Estado e Império criados pela historiografia política recente não se refletiria no momento de fundação da política moderna, a Itália dos séculos XVI e XVII (DESCENDRE, 2015, p. 58). Para ele, durante esse período, não haveria oposição entre "Estado" e "Império", uma vez que o conceito de Império seria base e atravessaria o pensamento político da península acerca da ideia de Estado. Assim, Estado e Império passam a fazer parte do mesmo campo semântico (DESCENDRE, 2015, p. 58). Um caso da mobilização conjunta dos dois conceitos seria o pensador florentino Maquiavel. Ele teria então atribuído ao Império uma recuperação do seu sentido latino de "autoridade", ou seja um poder de comando juridicamente estabelecido, colocado como uma estrutura dentro de uma definição de Estado:

> "Assim, o Império designa o poder supremo de comando, qualquer que seja sua forma, e assim ele faz parte da definição de Estado, mas a própria temática imperial - a aquisição de novos territórios políticos, 'como membros acrescidos ao Estado' - não se distingue da reflexão sobre o Estado". (DESCENDRE, 2015, p. 59)

Assim, o império para Maquiavel é uma entidade política que não se diferencia do Estado, sendo esta noção política definição complementar a este, no sentido que todo o Estado pode ser nomeado como um Império no momento em que sua autoridade é exercida sobre territórios novos ao Estado que não o pertenciam originalmente (DESCENDRE, 2015, p. 59).

Logo, o conceito de Império que encontra-se nos escritos políticos de Maquiavel só pode ser pensado a partir da ideia de Estado, de maneira que há uma complementaridade entre as duas noções.

Descendre então realiza um contraste entre essa complementaridade entre Império e Estado pensado por Maquiavel com o conceito de Império formulado pelo seu contemporâneo Mercúrio de Gattinara. Enquanto o florentino pensava o Império atrelando seu sentido ao território e a autoridade sobre este, o piemontês retomava concepções jurídicas medievais, de maneira que não seria possível uma reflexão política que concebesse Estado e Império como um par conceitual complementar (DESCENDRE, 2015, pp. 66-67), como veremos a seguir na análise do discurso pronunciado frente a comitiva dos Príncipes-eleitores a partir do conceito de "Império".

O conceito enquanto objeto de trabalho aqui se vale das contribuições do teórico alemão Reinhart Koselleck para o campo da História Conceitual (ou História dos Conceitos). Para ele, o conceito, para além de uma palavra, carrega em si um sentido polissêmico possível de agregar circunstâncias políticas-sociais, contendo assim, uma exigência de generalização, como por exemplo as palavras "Estado", "Democracia" (KOSELLECK, 2020, p. 109). Concentrando então uma pluralidade de significados que remetem a um plano extra-linguístico, como sistemas filosóficos, estruturas sociais, um conceito se torna controverso, sendo incapaz de se estabelecer um monopólio interpretativo acerca dele. Deste modo, a história dos conceitos investiga "como, quando, onde, por quem, para quem são conceitualizadas intenções e estado das coisas"

(KOSELLECK, 2020, p. 108). Dessa maneira, a história conceitual enfatiza a sincronia, ou seja na interpretação diversa dos conceitos em um mesmo plano temporal, mas também a diacronia, o seu uso escalonado no tempo (Ibidem). Assim, ela trabalha com a permanência e alteração dos significados associados a um conceito, de modo que o conceito apresenta uma temporalização interna e uma profundidade histórica.

Considerando a profundidade histórica dos conceitos, é possível uma articulação com duas categorias meta-históricas esboçadas por Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa. A primeira se relacionaria com a "experiência", ou seja, um passado atual, na qual os acontecimentos do passado se acumulam e são revividos no presente (KOSELLECK, 2006, p. 309). Nesse sentido, sua forma de aglomeração se daria de uma forma espacial, formando uma estratificação temporal, onde "tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois" (KOSELLECK, 2006, p. 311). Portanto, não seria uma forma de acumulação aditiva, mas sim uma sobreposição de camadas de experiências que se relacionam entre si (KOSELLECK, 2006, p. 313).

Retomando a dimensão linguística, o conceito, enquanto dotado de uma temporalidade interna, também então teria em si um espaço de experiência. Nesse sentido, cada conceito teria em si um conjunto de experiências, que podem ser os diferentes significados atribuídos a seu significante (ou seja, o signo vocálico). Assim, o conceito articularia um espaço de experiência e portanto, um conjunto de camadas (ou estratos) de significado que se sobrepõem e se encontram de forma vivas, de

maneira que ao ser utilizado, essas experiências ou significados são lembrados.

No texto de Descendre, podemos ver que tanto Mercurino de Gattinara quanto Maquiavel tem em seus diferentes usos do conceito de Império diferentes estratos de significado dentro do espaço de experiência revividos, ou seja, diferentes acepções são resgatadas e transformadas .Enquanto Maquiavel articula um sentido original latino da palavra “Império” em uma defesa da necessidade de alargamento das unidades políticas territoriais, Gattinara retoma o seu sentido de Império com base na literatura jurídica medieval (DESCENDRE, 2015, p. 66). Portanto, o conceito de Império se torna então um “saturado de presentes” de seus usos e significados da palavra original: O Império para o florentino retoma para si parcialmente a semântica da palavra na antiguidade romana, enquanto aquele elaborado pelo piemontês resgata em suas variadas camadas de significado da literatura jurídica medieval.

Entretanto, em razão de um sentido polissêmico do conceito de Império na Modernidade, é também preciso se atentar que sua utilização é sujeita a mutações até mesmo dentro do projeto político de Gattinara. Segundo Joinville, o *imperium* de Gattinara constitui base de um programa que não é fixo, mas uma expressão de concepções plurais em constante redefinição (JOUANVILLE, pp. 11-12). Então, o procedimento metodológico na análise conceitual não pode se valer de uma investigação acerca dos diferentes estratos de significação concatenados dentro da mobilização do conceito de Império. É necessário portanto, considerando a temporalização interna da unidade linguística categorizada como

"conceito", uma avaliação não só do passado semântico mobilizado por ela, mas também o projeto de futuro que ela carrega consigo, categoria que Koselleck denomina como o Horizonte de Expectativa, ou seja, uma esperança que se realiza no presente, um "futuro presente, voltado para o ainda-não" (KOSELLECK, 2006, p. 310). Ainda que esse projeto de futuro se mantenha semelhante conforme os usos da palavra pelo mesmo enunciador, seus efeitos retóricos imediatos variam, de tal maneira que sua mensagem se modifica perante a antecipação da sua recepção, o que Pierre Bourdieu chamou de "antecipação dos lucros" (BOURDIEU, 2022, pp. 64-65).

Na pronúncia do discurso *Responsiva Oratio*, Gattinara utiliza desses "passados" e "projetos de futuro" inscritas dentro do conceito de Império (*Imperium*) na disputa política frente à eleição imperial de Carlos V. No início do discurso, vemos ser evocado o símbolo imperial da águia bicéfala, que o chanceler articula com o sol nascente e poente: enquanto uma cabeça da águia estaria versada ao ocidente, assistindo o crepúsculo, a outra visava a aurora ao oriente. Continuando, Gattinara demonstra que o sol seria uma alusão ao título imperial, tendo em vista o recente falecimento do Imperador Maximiliano I e a eleição de seu neto Carlos, concluindo então, que ao perfazer o seu ciclo, o título imperial nunca morre, de tal forma que o sol na passagem também sempre se encontra no céu. Na interpretação de Laurent Gerbier, esta passagem teria em seu eixo uma referência a territorialidade ou pelo menos a dimensão geográfica do império .Este propõe que tanto o sol a oriente quanto o sol a ocidente poderiam se relacionar com a nova extensão territorial sobre o

título imperial, de tal forma que tanto os territórios do Novo Mundo, ao oeste, como a Germânia, ao leste, estariam sob o mesmo soberano (GERBIER, 2008, p. 106). Então, se tomarmos esta interpretação, poderíamos encontrar aspectos semelhantes entre os conceitos de Império de Gattinara e Maquiavel.

Para além do aspecto de extensão territorial, a passagem da águia bicéfala parece evocar a ideia de perpetuidade da instituição imperial, de tal forma que ela se encontra conservada desde o Império Romano histórico, de maneira que Carlos V nada se difere de Augusto. Isto se evidencia pela forma que Gattinara se dirige a figura do imperador, se referindo a ele diversas vezes como César (*Caesar*) ou como cesáreo (*Caesarea*), mas também quando o chanceler o compara com os imperadores romanos ao falar que "nosso César, mais bem aventurado que Augusto, melhor que Trajano" (*noster Caesar. felicior Augusto, Traiano melior)*. Portanto, Gattinara parece enxergar o Império como uma instituição sempiterna, ou perpétua, de maneira que o Império Romano continua a existir.

Assim, se encontra dentro do pensamento de Gattinara uma influência do direito medieval através da máxima *Imperium semper est* ("o Império sempre é). Isto é, o Império enquanto instituição fundada por Deus (conforme se encontra no direito justiniano), se mantém perpétuo assim como a Igreja, ambos destinados a durar até o fim dos tempos, de maneira que podemos encontrar uma fusão do Império de Cristo e o Império Romano (KANTOROWICZ, 1998, pp. 181-182; BOSBACH, 2016, p. 83). Essa relação se encontra no discurso de Gattinara com a retomada do

argumento de Dante acerca da aprovação do Império por Deus através do nascimento e morte de Cristo sobre a legislação romana (ALIGHIERI, p. 90-91), mas também com a alusão a uma instituição estabelecida unicamente por Deus: "Império por deus só instituído (...) pelo Salvador Cristo, nascendo e morrendo, aprovado" (*Imperium a solo deo institutum (...) a salvatore christo nascente & moriente approbatum*).

O caráter divino do Império se mescla com o modo procedido na escolha do novo Imperador pelos príncipes-eleitores. Segundo Gattinara, os eleitores eram "divinamente inspirados" (*electoribus ad id divinitus inspiratis*), que em um prudentissimo concílio (*prudessissimum consilium)*, votaram em consenso unânime (*unanimi consensu*) acerca do novo Imperador. A unanimidade seria motivada por uma sabedoria e prudência dos príncipes eleitores nas considerações das coisas passadas, presentes e futuras, uma consideração não só pela História da instituição imperial, mas também com a missão divina do Império, que ao compreender os erros do passado, os problemas do presente e as necessidades do futuro, escolhem o candidato mais apto, aquele que seria capaz de "restaurar o Império" (*Imperium restaurare potest*).

Não só por uma inspiração divina, mas a unanimidade evocada por Gattinara como um aspecto positivo na escolha do sucessor de Maximilia encontra um paralelo na unidade divina e imperial. Tendo em vista um Deus uno, sua vontade seria manifestada de maneira a não conceder uma multiplicidade de opiniões, e portanto, a unidade da opinião é um reforço da própria divindade do Império. A própria instituição imperial seria reflexo da unicidade divina, tendo em vista sua autoridade perpétua e universal,

que não coexiste com nenhuma outra, como será abordado mais adiante. Portanto, a escolha prudente e divinamente inspirada para o candidato mais apto a restauração é paralela a própria condição divina e imperial: una e indivisível.

O tema da restauração encontra aqui uma dupla consideração, uma vez que condensa em si três níveis de temporalidade, ela é tanto o retorno quanto o advir. Restaurar para Gattinara é pensar na história do Império Romano, dividido por Carlos Magno, e que portanto perdeu sua unidade, mas que então, demanda um diagnóstico e uma ação no presente. Nesse sentido, o Império "passado" e "presente" não podem ser também diferenciados, tendo em vista que não se trata de uma nova construção política que busca resgatar aquela historicamente já perdida, mas sim de "re-emplumar a águia", isto é, reconstruir uma instituição perpétua e divina que se encontra em estado avariado. Portanto, essa recuperação do Império, antes de uma re-fundação deste, é conduzida pelos príncipes-eleitores visando o cumprimento de um futuro, tendo em vista sua articulação em três temporalidades.

Para a tarefa de restauração (*restauratio*), a unanimidade dos eleitores, como já dito, teria escolhido um meio para o cumprimento dela, que seria a figura do Imperador, aquele que portava o título Imperial. Entretanto, é importante considerar que Gattinara parece realizar uma distinção entre o soberano antes e depois da eleição. O imperador antes de sua eleição não tem seus direitos garantidos por sua linhagem, ainda que seja reforçado no discurso um caráter positivo acerca dela, de maneira que o imperador não havia sido destinado a escolha de portar o título. Antes

disso, Gattinara parece dar maior ênfase para o caráter de avaliação dentro da escolha dos príncipes-eleitores, ainda que transponha para o plano divino uma inspiração para a virtude deles da prudência. Isto se deve em razão de após elogiar a unanimidade dos príncipes-eleitores, Gattinara apontar para as virtudes (*virtutes)* do Imperador recém-eleito, ou seja, suas características físicas, como sua jovialidade, e morais como a justiça , clemência e liberalidade, sendo estranho a degradação dos vícios. Dentre essas virtudes, Gattinara elogia a capacidade do Imperador não desejar nada "ardentemente", podendo assim dar satisfação aos eleitores, pois então seria possível o imperador cumprir suas obrigações. Portanto, para Gattinara, são nessas características, que ele adjetiva como virtudes, que reside no Imperador a adequação para o cumprimento dessa restauração do Império, e assim, é no soberano virtuoso, bem percebido pelos eleitores, que encontra a força do cumprimento dessa missão.

Como dito anteriormente, a própria restauração evoca dentro de si as três temporalidades (passado, presente e futuro), tendo em vista o reconhecimento da historicidade da instituição, mas também como seus problemas contemporâneos e sua missão ou deveres a cumprir. Gattinara enumera os encargos sujeitos ao Império, como o desenvolvimento da fé cristã, a perpetuação da Sé Apostólica e a exterminação dos infiéis. Tais deveres e tarefas teriam como resultado a concretização da passagem do livro de João "que se faça uma ovelha e um pastor" (*ut fiet unum ovile et unus pastor*) (João 10:16). O conceito de Império aqui então estaria imbricado em uma lógica universalista, tendo em vista sua tarefa de manutenção da Igreja Católica, de maneira que parece evocar a concepção

medieval do Império como uma instituição acima da Igreja nos assuntos seculares (BOSBACH, 2016, p. 83), mas também como o exercício de sua autoridade sobre toda a república cristã (*reipublica*).

Nesse sentido, é possível retomar a noção da unicidade paralela ao divino. O Império possuía uma autoridade temporal universal sobre toda a cristandade, e ela sendo não só instituída divinamente, como também aprovada pelo nascimento e morte de Cristo. Nessa lógica, o não reconhecimento do Império como possuindo essa autoridade acarreta então em um desvio na interpretação no que aquilo que Gattinara considera expresso pelo cânone bíblico, ou seja, uma heresia. Essa implicação parece estar em sintonia com as elaborações do jurista tardo-medieval Bartolo de Sassoferrato (MONATERI, 2018, p. 48), da qual certamente é sabido que Gattinara tinha conhecimento (HEADLEY, 2016, p. 64). Portanto, a justificação do Império enquanto instituição divina aqui tem um efeito retórico de contra-argumentação à contestação de sua legitimidade.

Não só o Imperador deve preservar e atender os interesses dessa república, mas Gattinara também comenta sobre o Imperador dever "poder governar corretamente" (*recte possit gubernare*), para que se concretize uma época de paz e justiça (*iustitia & pax*). As relações entre a universalidade da autoridade do Império assim como as noções de paz sob esta parecem evocar o argumento presente no tratado *Da Monarquia* de Dante Alighieri. Ao colocar em evidência o gênero humano (*humanitas),* o florentino se vale de um embasamento aristotélico na formulação de seu conceito de Império: Se tudo o que existe está direcionado para alguma

finalidade, portanto convém que uma coisa governe e regule as outras e que as ordene para que cumpram essa finalidade. Logo, se o fim último é a felicidade, então é necessário que haja alguém que regule e ordene as ações para que ela seja atingida:

> "Agora, ainda: É certo que todo o gênero humano está ordenado a um fim, como já foi demonstrado; por conseguinte, convém que haja um que mande, ou reine: e este deve ser chamado Monarca ou Imperador. E assim, torna-se evidente que, para o bem do mundo, é necessária a monarquia, ou seja o Império." (ALIGHIERI. p. 34)

Sendo para o florentino a humanidade uma só, portanto, ela estaria ordenada a um único fim, de maneira que seria necessário um único condutor, tendo em vista que "o que pode ser feito por um, melhor por um do que por muitos" (ALIGHIERI, p. 49). Assim, o conceito de Império implicado na obra de Dante é o entendimento de um Império universal, que seria conduzida por um único soberano (monarca ou imperador) que teria por função guiar a humanidade para a tranquilidade da paz, para que nela seja atingida a beatitude temporal, o bem último da humanidade em geral (*humanitas*). (Ibid, pp. 32-24).

Ainda que Gattinara reformule o pensamento de Dante no discurso, retirando as dimensões mais seculares e extra-cristãs implicadas na lógica do florentino (KANTOROWICZ, 1998, p. 281), o chanceler mantém em evidência uma a função do Império enquanto entidade política universal e para-eclesiástica para a concretização de um período de paz. Essas relações no discurso do chanceler parece implicar em uma recuperação da tradição milenarista medieval do Imperador do Fim dos Tempos, ou seja, aquele soberano que unificando a cristandade e inaugurando uma era de

beatitude temporal, antecede o início do fim da História (REEVES, 1993, pp. 298-302). Entretanto, esta missão histórico-divina do Império foi transposta para além da figura de Carlos V, em razão da menção de que ao governar corretamente, ele, além da restauração do Império, iria garantir a sucessão e perpetuação do Império. Portanto, o conceito de Império aqui implica em uma tarefa que une as esferas temporais e espirituais do poder, tendo em vista o encargo de desenvolvimento da fé, mas deixa também implicado essa tarefa divino-histórica de realização de um tempo de paz e justiça.

Conclusão

Mercúrio de Gattinara então retoma alguns elementos do pensamento medieval dentro de seu conceito de Império, ainda que esteja consciente de transformações que ocorrem em sua contemporaneidade. Isto, por exemplo, mas em menor grau, se torna claro ao falar da manutenção da Sé Apostólica como uma tarefa do Império, principalmente no ano em que dentro do reduto germanico dos domínios dos Habsburgos, Martinho Lutero inicia seu movimento de contestação do papado. Ao mesmo tempo, a utilização do termo Império em seu sentido mais universal parece expandir a autoridade de Carlos V para além da entidade política do Sacro-Império. A utilização de um conceito de Império amplo e universal então poderia ter seus efeitos mais imediatos, apontado por Gerbier, enquanto a mobilização deste ocorre dentro de uma retórica de legitimação e de fornecimento de uma coesão ideológica no acúmulo de reinos e territórios pelo Imperador Carlos V (GERBIER, 2008, p. 95). Além disso, ao pensar o Império enquanto um poder instituído

divinamente, Gattinara fornece um sustento teórico para essa coesão que caso não se reconheça sua autoridade e legitimidade, implica no acometimento na negação do cânon bíblico.

Entretanto, o discurso pronunciado e o conceito de Império mobilizado por Gattinara encontra um movimento duplo. Ao mesmo tempo que ele é usado para justificar em um âmbito amplo a diversidade de domínio de Carlos, Gattinara utiliza seu discurso enquanto uma plataforma para se afirmar dentro da corte de Carlos V. Como foi dito anteriormente, o círculo mais próximo ao soberano era identificado ideologicamente com o chanceler antecessor, e via Gattinara enquanto uma intrusão externa alinhado aos interesses de Maximiliano. Por conseguinte, não só por uma diferença ideológica, mas também por ter sido empossado recentemente ao cargo de chanceler, sua situação política dentro dos quadros da corte eram instáveis. Portanto, no ato de enunciação do discurso, o piemontês, procura não só justificar a autoridade de Carlos enquanto Imperador, mas também sua própria autoridade dentro da chancelaria ao apresentar um pensamento coerente e legitimador daquele ordenamento patrimonial conseguido.

Assim, o "Império" enquanto conceito mobilizado pelo chanceler, principalmente a partir das inúmeras camadas de significado que ele possui, cuja a semântica é herdeira parcialmente das elaborações medievais, parece apontar para um futuro, um horizonte de expectativa dentro dessa tensão no alargamento dos domínios. Seu conceito de Império, para além de sua função retórica imediata, teria em seu horizonte o estabelecimento de uma era de paz e justiça, de união da cristandade

sob um só soberano, inspirado por esperanças milenaristas, e que inscreve todos aqueles submetidos a Carlos V enquanto participantes de um drama histórico-divino.

Referências bibliográficas

ALIGHIERI, Dante. *Da monarquia*; tradução e estudo introdutório de João Penteado E. Stevenson. São Paulo: Ediouro, [s.d.].

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas:* o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2022.

BOSBACH, Franz, The European debate on Universal Monarchy. In: ARMITAGE, David (Org). *Theories of empire, 1450-1800.* Londres: Routledge, 2016.

DESCENDRE, Romain. *A politização do mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

D'AMICO, Juan Carlos. Gattinara et la « monarchie impériale » de Charles Quint. Entre millénarisme, translatio imperii et droits du Saint-Empire. *Asterion*, t.10, 2012.

GERBIER, Laurent. Les raisons de l'empire et la diversité des temps. Présentation, traduction et commentaire de la "responsiva oratio" de Mercurino Gattinara prononcée devant la légation des princes-électeurs le 30 novembre 1519. *Erytheis* , n. 3, p. n.p., 2008.

HEADLEY, John M. The Habsburg World Empire and the revival of ghibelinism. In: ARMITAGE, David (Org). *Theories of empire, 1450-1800.* Londres: Routledge, 2016.

HAY, Denis. Introduction. In: *New Cambridge Modern History:* Volume 1 The Renaissance (1493-1520). Cambridge: Cambridge Press, 1957.

ISIDORO. *The etymologies of Isidore of Seville*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JOUANVILLE, Quentin. *Jardin de l'Empire et clef de la monarchie universelle : l'Italie au cœur du projet de Mercurino Gattinara*. 2018. 721 f. Doutorado em História. Université de Lorraine; Université de Liège, 2018.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei:* um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

_____. Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

MONATERI, Pier Giuseppe. *Dominus mundi:* political sublime and the world order. Oxford ; New York: Hart, 2018.

MULDOON, James. *Empire and order:* the concept of empire, 800-1800. Houndmills: Macmillan Press, 1999.

REEVES, Marjorie. *The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages:* A Study in Joachimism. Notre-Dame: University of Notre Dame Press, 1993.

RIVERO RODRÍGUEZ, M. *Felipe II, la tercera vía y la monarquía universal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2024.

Imperium. In: *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

ANEXO A - Tradução do discurso *Responsiva Oratio* a partir da versão editada em francês por Laurent Gerbier[3]

"Majestade Católica, Cesárea e mais sagrada: nessas coisas que vieram a ser propostas verbalmente ou manifestadas por escrito, nós podemos discernir a imagem da águia imperial. Do mesmo efeito que a águia é representada com duas cabeças, uma versando ao oriente, a outra ao ocidente; de mesmo esse discurso pronunciado pelo nome dos príncipes eleitores no estilo o mais elegante, também o decreto da eleição fixado por escrito, parecem as suas maneiras possuir duas cabeças na concepção e na distinção de suas ideias mais fundamentais. Certamente, uma toca as sombras do sol poente, que lembra e comemora a dolorosa morte do divino Cesar Maximiliano; no entanto, a outra indica os raios do sol nascente, quando por decreto de eleição, ela anuncia e promulga a restauração do Sacro Império Romano. Portanto, nós abraçados com a primeira cabeça, do sol nascendo, nos relembrando a perda pública assim como privada, nós tendemos a chorar ainda esta mesma morte do Cesar Maximiliano, e nos parecemos reviver uma ferida quase que fechada. E este verso de Virgílio nos retorna: "*ante diam clauso componet vesper olimpo*". pois assim também a morte ela mesmo não saberia ser reparada pelas lágrimas, pelos suspiros e pelos soluços. A ele permanecerá a consolação de uma vida de boas ações, em tanto que a considerará como a retirada das tribulações deste século e elevado a via perene: de sorte que nós dizemos que Maximiliano não está morto, mais sempre vivo, e que consigo o sol não está posto, mas percorreu todo seu trajeto para vir a uma nova e verdadeira luz. Mas a segunda cabeça, aquela do sol nascente, é evidentemente esse acordo unânime dos príncipes eleitores sobre a pessoa de vossa Majestade, acordo que não reuniu a ambição, mas algum comando divino, e que pode ser consignado por vossos oradores, vossos procuradores e vossos embaixadores. Todavia, vossa Majestade é conduzida, para o receber e o abraçar, como o divino Cesar Augusto ele mesmo, o primeiro a ser elevado ao Império por acordo do senado e do povo de Roma. Como Valério Messala, enviado pelo senado, o saudava por suas palavras: "que a alegria e prosperidade sejam sobre ti e sobre tua casa,

[3] Tanto a versão editada em latim quanto a versão traduzida para o francês estão disponíveis em seu artigo "*Les raisons de l'empire et la diversité des temps. Présentation, traduction et commentaire de la "responsiva oratio" de Mercurino Gattinara prononcée devant la légation des princes-électeurs le 30 novembre 1519*" publicado na revista *Erytheis*

Augusto, pois o senado, em acordo com o povo de Romano, te designou o nome de pai da pátria", ele dizia; Augusto, longe de receber com orgulho uma saudação tão gloriosa, respondeu por sua parte ao senado, vertendo suas lágrimas de piedade e gratidão: "tendo obtido a realização de meus desejo, Pais Conscritos, que tenho de mais a perguntar ao deus imortal senão que ele me seja dado de ver durar até o fim de meus dias o acordo entre vocês sobre a saúde e tranquilidade da república?". E de mesmo seguramente, vosso muito sagrada Majestade, fazendo graça ao muito bom e muito grande Deus assim como aos eleitores (eles mesmos divinamente inspirados) para ter reunido sobre ela tanto de bem-feitios, para não dizer tanto de encargos, considere que nós não devemos solicitar e rezar (falta tradução) que o Altíssimo ele mesmo, que somente ele atribui todas as graças. Então, devemos se conformar ao decreto dos eleitores, e ao encargo imposto ele mesmo, de uma maneira que satisfaça a obediência a Deus: é necessário velar pelos interesses da república; restaurar o santo império, aumentar o desenvolvimento da religião cristã; sustentar a Sé Apostólica; e de mesmo, levar ao porto, são e salvo, o navio de Pedro, por muito tempo jogado pelas ondas; e também buscar a exterminação dos perfídios do nome dos cristãos; e enfim completar a palavra do Salvador ele mesmo "ut fiat unum ovilie et unus pastor". Pois ele nos é prescrito não somente de rettribuir aos eleitores do Santo Império as graças que a eles são devidas para si grandes coisas, mas ainda a eles conceder os louvores que eles tem merecidos, nos retornamos então os traços, quase como uma estátua de pedra, ou um obstáculo impenetrável. De feito, comprometer a pronunciar esse elogio aos eleitores e buscar mostrar que tem dentro deles um conselho muito prudente o conhecimento e o exame cuidadoso das coisas passadas, assim como a medida das coisas presentes, sem se esquecer da consideração muto perspicaz das coisas futuras. é verdadeiramente se esforçar de retornar contra esses eleitores a força de seus próprios elogios, colocando mesmo essa força em valor por esses louvores o mais grandes. Que poderíamos conceder de imediato aos eleitores que seja mais digno de ser celebrado, que o mais prudente conselho por aquel que eles julgaram dever escolher um César, conselho que no universo inteiro nada se vê superar nada, eu insisto, nem pelos dons da alma e do corpo, nem pela origem e o sangue, nem pelos amigos e aliados, nem pelos reis e senhores, nem pelo poder e pelas riquezas, nem pelos soldados ou outras gentes de guerras, treinados a server de todas as armas que nós desejamos; nem pelos cavalos ou armas, ou máquinas de guerras cujo sem elas não saberíamos fazer as

guerras? Que poderíamos ainda ajuntar que seja mais louvável de suas partes que o esforço de espírito que das coisas passadas, presentes e futuras, sabia a escolha deste futuro Imperador, aquele que poderá restaurar o Império diminuído e quase desaparecido; aquele que re-emplumará a águia; aquele que remediará os erros passados de seus predecessores, que preservará os restos intactos do estado presente, que velará aos interesses de seus sucessores a vir? Que poderíamos enfim a eles concordar que seja digno de um mais grande louvor, que de ter merecido de ser disposto pelo espírito divino ele mesmo, de uma só voz, de um comum acordo, e por um voto unânime, de ter elevado ao governo do Império, este homem, cujo nos temos renhorescidos como apropriado por sua origem e seus modos: nascido na Alemanha, gerado de pais alemães, e de uma linhagem imperial; na flor de sua idade, em pleno vigor de seu corpo, e perfeitamente capaz de gerir qualquer gênero de arma que deseja; ágil, robusto, forte, magnânimo, justo clemente e liberal; impregnado de boas maneiras, todo pleno de todas as outras virtudes, e inteiramente estranho a decadência de todos os vícios, que nele resiste a força de uma grande alma; em que nos vemos se manifestar os modos da idade madura, mas nela mesmo colocadas dentro do corpo juvenil de sorte que então seu ministério, em tempos de guerra como em tempos de paz, pode corretamente governar, e que seja realizado o salmo de Davi: "*iustitia et pax deosculatae sunt*". Embora nós consideramos a grandeza desse sujeito,nos faltam forças para o louvar, como se nós o julgamos que era obra não humana, mas divina, pois todos os direitos testemunham que o Império foi instituído por Deus só, e que nós lemos ter sido também bem revelado pelos profetas, que aprovado pelo nascimento e morte de Cristo Salvador, pregado pelos apóstolos, e consagrado pelos próprios sagrados cânones. Faça então muito bom e muito grande Deus que desta maneira o Império, dividido por Carlos Magno e várias vezes invadido pelos inimigos da religião Cristã, encontre sob Carlos o Grande, a força de se refundar e de retornar a obediência ao verdadeiro e vivo pastor; e que seja eleito nosso César ele mesmo, mais feliz que Augusto e melhor que Trajano, ele que já não cobiça nada de outro, não deseja nem quer nada ardemente, que de dar satisfação ao voto desses mesmos eleitores na medida de suas forças; de a eles em responder pessoalmente segundo seus méritos; de visitar as outras partes do Império para favorecer sua presença; e de cumprir e observar assim que possível as solenidades instituídas quanto os costumes, daqueles ele espera verdadeiramente, em respeito a eles, uma vinda grande e toda próxima. Agora me resta, Frederico, príncipe palatino do

Reno e Duque da Baviera, a te retornar um discurso, assim como a teus companheiros aqui presentes conosco, e eu direi somente isto: nada mais de agradável que vossa vinda não tenha sido capaz de tocar nosso César, seja que nós o consideramos a qualidade deste que enviou esta delegação, seja que nós o observamos a excelência do assunto que trouxe, seja que ele (sem tradução ainda) da íntima gentileza e do comércio familiar em sua direção, Ilustre Príncipe, sua Majestade é conhecida por ter nutrido, desde sua jovem idade e seus macios anos ; é por que ele te cercou de sua gentileza, tinha respeito a sua fidelidade a ele, e sua diferença desde tanto tempo confirmada, e às tuas outras inumeráveis virtudes, tu que fosse o mesmo mais ilustre na memória sagrada de seu pai Felipe e de seu avô Maximiliano. Esse privilégio de familiaridade cujo tu tinhas ontem o hábito, tu poderás ainda amanhã ter com sua Majestade. Quando quiseres tratar de outros assuntos do Império mais secretos que a ti tenha sido confiados, sua majestade te concederá uma orelha muito favorável, e te dará boas vindas como agradável e recomendado, segundo esta gentileza e está clemência cujo tem hábito. Eu disse."

ARTIGO

Introduzindo a *Opinião do Lampião da Esquina* (1978-1982): contemplações de pesquisa sobre imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização*

Beatriz Teixeira**

Universidade Federal de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p246-269

resumo

O periódico *Lampião da Esquina* é reconhecido como um dos principais jornais de publicação mensal destinado a pessoas sexo-gênero-dissidentes. Este periódico circulava em vários estados brasileiros, assim como em países estrangeiros, nos anos de 1978 a 1981, período em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar. Os seus principais objetivos eram informar seu público-alvo, esboçar as tendências da época, divulgar encontros, publicações de livros e filmes, assim como expor a realidade do momento. Em sua estrutura ele contava com seções fixas e outras alternadas, sendo a seção intitulada *Opinião* recorrente em 16 das 41 edições publicadas. Nela observamos uma variedade de autores, assim como temas diferentes. Portanto, este artigo nasce a partir da pesquisa com o título "A *Opinião do Lampião da Esquina* (1978-1981): imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização", analisando a seção *Opinião*, como ela se inseria no contexto geral do periódico, qual sua relevância para o público da época, quem eram as pessoas que publicavam nesse espaço e, em vista disso, utilizar a imprensa como fonte e objeto para se compreender a sociedade da época, bem como as concepções de sexualidade vigentes naquele momento. Pretende-se, neste artigo apresentar algumas contemplações e análises sobre a pesquisa em andamento, assim como compreender-se melhor sobre a fonte em destaque, ampliando o olhar sobre o periódico.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidade LGBTI+; Ditadura militar; Homossexualidade; imprensa alternativa; *Lampião da Esquina.*

*Esse artigo e a pesquisa só existem por conta daqueles que acreditam e andam comigo. Agradeço à minha rede de apoio, sobretudo dedico à Sarah Bauer Hannes. Agradeço à minha comunidade. Nós por nós.

**Graduação em História em andamento pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com finalização prevista para 2026. Possui interesse nas áreas de Educação, História Social, História e Imprensa e História LGBTQIAPN+. Atualmente é pesquisadora PIBIC-CNPQ, com o tema: A Opinião do Lampião da Esquina (1978-1981): imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização.

Introduzindo a *Opinião do Lampião da Esquina* (1978-1981): contemplações de pesquisa sobre imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização

Beatriz Teixeira

Imprensa como fonte: uma breve introdução

Segundo Raymond Williams, os meios de comunicação, "estão diretamente subordinados ao desenvolvimento histórico". Isto acontece, primeiramente, porque os meios de comunicação "têm uma produção histórica específica, que é sempre mais ou menos diretamente relacionada às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica" (Williams, 2011, p. 69). Não há, dessa forma, "como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país" (Martins; De Luca, 2013, p. 8). No caso da fonte em análise, o periódico *Lampião da Esquina,* sua produção histórica específica está ligada ao momento político de suas publicações, entre os anos de 1978 a 1981 e a ditadura militar brasileira.

De tal maneira que, analisar um periódico exige considerar tanto seu conteúdo interno, quanto o contexto histórico e social em que foi produzido. Como aponta Maria Helena Capelato,

> A análise interna pressupõe a compreensão do conteúdo (textos opinativos e informações) e da forma (diagramação, imagens, anúncios). No que se refere ao estudo da ideologia que orienta as opiniões expressas no jornal, cabe privilegiar a análise dos editoriais, espaço destinado à exposição das ideias e causas defendidas pelos donos dos periódicos. Mas elas também são expostas em artigos publicados por jornalistas "da casa" ou colaboradores externos. A análise do conteúdo pressupõe análise externa relacionada ao conhecimento do contexto histórico ao qual se refere a periodização estabelecida para a pesquisa e também às mudanças ocorridas ao longo desse período. (Capelato, 2015, p. 131)

É relevante reafirmar a pertinência de se fazer uma história social da imprensa, colocando no centro de nossas preocupações as práticas sociais

que movem e produzem a imprensa. A base sobre a qual esse tipo de análise é essencialmente materialista e o que se pretende aquilatar é o que Edward Palmer Thompson denomina por "experiência" humana – nesse caso, a experiência envolvida no fazer jornalístico e na dinâmica e funcionamento da imprensa.

De modo geral, o jornal não é o lugar onde a informação pode ser veiculada de forma imparcial e isenta. É antes um campo de lutas e embates entre diferentes versões sobre a realidade, versões essas inegavelmente comprometidas com alguma perspectiva ideológica. Nas sociedades em que se consolidou o Estado liberal-democrático, surgiram múltiplas organizações e sujeitos coletivos em luta ou em aliança entre si. "Essa esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da luta pelo consenso, pela direção política-ideológica" (Coutinho, 2005, p. 18). Outra contribuição teórica importante, que é indispensável para analisar o papel da imprensa na história, pode ser encontrada na obra de Antonio Gramsci. Ao propor o conceito de "aparelho privado de hegemonia", com o qual denomina os organismos que compõem a "sociedade civil", cabe aplicá-lo à imprensa também (Gramsci, 1968).

Portanto, aplicar os princípios básicos da história social significa tratar as escolhas que são feitas no contexto das redações e das empresas jornalísticas, bem como o próprio desenvolvimento de sua produção e o que se esperava com ela. Compreender, dessa forma, a história contida nos jornais e jornalistas, inseri-los no movimento da sociedade, investigar as

suas redes de interlocução social e a forma como constroem a sua relação com a realidade social. A imprensa fornece um valioso testemunho histórico que deve ser submetido aos procedimentos habituais de investigação que empregamos no contexto de um historiador. Conforme Roger Chartier (1988), toda representação é também um campo de disputa simbólica, e o mesmo acontece dentro da imprensa, onde as disputas são colocadas entre seus agentes e seus consumidores, e o discurso também não se isenta.

Apesar de o periódico *Lampião da Esquina* ter finalizado suas atividades no início dos anos 80, destaca-se sua relevância em seu contexto histórico e para uma compreensão sobre a atualidade, ao analisar e expor as violências sofridas pela comunidade LGBTI+, tanto no período ditatorial quanto no século XXI. Assim, utilizá-lo como fonte para compreensão das práticas de seu período de escrita, auxilia a reconhecermos camadas atuais da sociedade.

A historiografia já existente sobre o tema é extremamente importante para traçarmos uma discussão em relação a como a sexualidade é impactada diretamente pelo contexto histórico em análise. Exemplo disso temos a produção de Sandro José da Silva, com o título "Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade de Recife na década de 1970", onde o autor debate as construções sociais e violências sofridas por essa camada da sociedade em período ditatorial. Renan Quinalha, outro exemplo para se compreender a bibliografia do tema, em sua tese de doutorado com o título "*Lampião da*

Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964" analisa as diferentes formas de repressão da ditadura civil militar brasileira, que recaíram sobre a comunidade homossexual da época.

Thasio Fernandes Sobral, em "Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)" investiga o periódico e as suas seções, o que dá boa margem para compreensão da formação estrutural e do conteúdo do jornal. O autor se atém a apenas sete das dezesseis edições que a seção Opinião aparece e também apresenta os debates e as posições políticas do jornal em seus anos de publicação. Outro autor que contribui para a compreensão do tema é Victor Gomes Mariusso, em "Lampião da Esquina: Homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)." ao recorrer ao uso do jornal *Lampião da Esquina* para analisar a violência, a imprensa e a própria homossexualidade da época. Vale ressaltar, assim, a ampla presença de trabalhos que buscam elucidar e compreender a necessidade de discutirmos aspectos sobre imprensa e sexualidade, dentro e fora da historiografia.

Imprensa alternativa e o *Lampião da Esquina*

É importante compreender, segundo Tânia de Luca (2015), que na história da imprensa nacional, "os veículos alternativos são aqueles que se opõem às pretensões hegemônicas de uma imprensa de cunho liberal ou neoliberal" independentemente do tempo histórico em análise. Contudo, é na ditadura militar que este tipo de comunicação ganha força, principalmente diante de uma posição contrária ao regime. Consoante a isso, Bernardo Kucinski (2003, p. 5) relata que entre os anos de ditadura no

Brasil, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos, opositores do regime. Esses periódicos ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica,

> A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (Kucisnki, 2003, p. 5)

Assim, o surgimento de periódicos "alternativos" à grande imprensa, está inegavelmente ligado às insatisfações com o período político em questão e com a linguagem estabelecida por essa grande mídia. Em oposição ao aprazimento da grande imprensa com a ditadura militar, Kucinski revela que os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos, fazendo crítica do modelo econômico e social. Revelando, desse modo, descontentamento com o "discurso triunfalista" do governo ecoado pela grande imprensa.

Em seu momento de escrita, o *Lampião da Esquina*, criado por homens homossexuais, trouxe consigo o descontentamento com a política da ditadura vigente, mesmo que tenha surgido já em um momento de abertura política, em 1978, e reivindicava um tipo de liberdade irrestrita: liberdade sexual e relacional. Para aqueles que faziam o jornal, a ditadura

militar só deu destaque à repressão sexual e de gênero, já vivida desde a colonização brasileira.

> O machismo brasileiro pode ser uma forma exuberante de buscar a homossexualidade, mais do que uma maneira de declinar dela ou simplesmente rechaçar os viados. Nosso machão veste essa couraça para se defender de algo que o fascina - mais ou menos como o refrão "Ordem e Progresso" esconde nossa propensão interior ao caos, à desordem. Tanto quanto paradoxal do machão nacional, pode-se dizer que o anseio brasileiro pela ordem e pelo caos é uma mistura quase inextricável, como parte de um mesmo movimento transbordante. (Trevisan, 2018, p. 55)

Importante deliberar, assim, que a ditadura colocou de forma latente, anos de preconceito e de controle contra relações que não seguem a "norma", através de encontrar o caminho para a "moral" dessa ordem e progresso. Desse modo, enquanto o regime ditatorial endureceu suas medidas nos anos 60,

> as polícias estatais continuavam a aderir a um esquema no qual sexo entre homens pertencia a um submundo obviamente estigmatizado e degenerado povoado por 'pederastas', alcoólatras, prostitutas, deficientes mentais e vários desviantes e inconformados. No contexto da Guerra Fria e do anticomunismo esmagador, pertencer a esta comunidade de delinquentes parecia uma ameaça à segurança nacional. (Cowan, 2021, p. 32)

Ameaça à segurança nacional essa, de tal maneira, onde representantes da Polícia Federal incluíam acusações de homossexualidade em seus informes sobre suspeitos de "subversão". Com uma análise geral, através da instauração do Ato Institucional de nº5 em dezembro de 1968, é possível compreender que todas as manifestações de estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e de quem fosse contra ao governo foram proibidas e a liberdade sexual colocada, mais uma vez, em jogo. Os preconceitos já existentes, enraizados em uma sociedade

patriarcal e capitalista, foram endossados por meio de políticas ditatoriais e de controle de corpos dissidentes.

A censura institucionalizada da ditadura militar atuou de maneira autoritária e policial, além de técnica e com respaldo legal. Não apenas a censura de músicas, livros, filmes e outras produções, mas a censura de se viver a vida cotidiana, daqueles que de certa forma não agradavam a sociedade, se fez vigente. Os atos institucionais, mesmo que não sejam por si só um marco "regulatório" da censura, auxiliam a compreender a ação censória, pois regulavam de todo marco legislativo brasileiro, sendo normas de natureza constitucionais expedidas entre 1964 a 1969. No total foram 17 atos institucionais com mais de 100 regulamentos complementares (Vieira, 2010, p. 40)

Conforme dito, o *Lampião da Esquina* começou suas publicações já em um momento de abertura política e viu um breve suspiro do que seria a redemocratização brasileira, ainda sob o olhar recriminatório de uma sociedade voltada ao "moral e bons costumes". Entretanto, também foi alvo da ação censória do período, tendo em vista seu contexto e o emprego dos Atos Institucionais. Ressalta-se, assim, como o periódico era posto como um risco, ao trazer discussões sobre as minorias políticas e sociais da época:

> A espionagem oficial esteve atenta para o risco que ele [o *Lampião da Esquina]* representava, sobretudo à moral e aos costumes, desde a primeira hora de seu funcionamento.
>
> O documento produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), em 6 de abril de 1978, anunciava a preocupação com o lançamento do jornal, materializada já no assunto do comunicado:

Introduzindo a *Opinião do Lampião da Esquina* (1978-1981): contemplações de pesquisa sobre imprensa alternativa e sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização

Beatriz Teixeira

> "Imprensa gay – 'Lampião'". Endereçado a outras agências de vigilância – mais especificamente Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI); Centro de Informações da Aeronáutica (CISA); Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); e Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) – o documento apontava que as notícias do iminente lançamento do jornal "permite antever a circulação dirigida de mais uma publicação que abrangerá temas atentatórios à moral e contestatórios à ordem e ao regime" por defender "homossexuais como atividade normal" além de outros "setores marginalizados da sociedade". (Quinalha, 2020, p. 4-5)

Convém ressaltar, então, que sua publicação instaurou uma investigação, como forma de revelar o desvio da "moral" do regime ditatorial em que se verificava o *Lampião da Esquina*. Importante salientar que a trajetória do mensário é marcada não apenas pela censura e repressão causada por mecanismos do estado e pelos anos de ditadura, mas também por sua própria formação editorial e os diversos discursos que ele atingia (Quinalha, 2020, p. 15). De tal forma, que a sua trajetória é marcada por seus agentes internos e externos e compreender a história social contida no periódico, é também problematizar seu rumo. Além da perseguição sofrida por parte do regime político, o periódico também colocou em perspectiva seus próprios discursos dentro dos mais de 3 anos de sua existência. Através da leitura das suas edições, verifica-se uma mudança latente no discurso do jornal ao tentar atingir uma linguagem menos politizada com relação à abertura política iniciada nos anos 80, no regime ditatorial. Além dessa mudança, a troca de colaboradores e editores também fez com que o periódico sofresse mais ao final de sua existência.

Em suma, a historiografia dedicada aos estudos sobre a ditadura iniciada em 1964 no Brasil já consolidou um entendimento efetivo: a

imprensa alternativa cumpriu um papel decisivo no processo de resistência ao regime militar e na redemocratização do Brasil nos anos 80 (Araújo, 2008, p. 484). Conforme discutido, neste período, alguns jornais contribuíram para esse processo, sendo um deles aqui destacado, o *Lampião da Esquina*. Periódico mensal, que circulou em diferentes estados brasileiros e até fora do país entre 1978 a 1981, *Lampião*, assim como outros impressos alternativos, tinha como principal objetivo produzir conteúdos vinculados aos movimentos sociais das minorias. O periódico utilizava de uma linguagem mais ampla, mas tocava em assuntos diversos e buscava chegar em diferentes camadas da sociedade, tratando de assuntos como machismo e patriarcado, racismo e violência contra minorias

A partir da iniciativa de homens homossexuais, o seu Conselho Editorial, que buscava dar voz àquelas pessoas que estavam numa espécie de "gueto", assinou a primeira publicação da seção *Opinião,* em abril de 1978, na edição zero. No texto, os autores anunciavam principal motivação:

> [...] o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. (SAINDO do Gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, 1 abr. 1978. Opinião, p. 2)

A princípio convém descrever a composição e a estrutura desse tabloide. As pessoas que inicialmente integravam o Conselho Editorial eram: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude

Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry[1]. Aguinaldo Silva era também o coordenador e editor principal de todas as edições. Esse conselho era responsável por prover a principal fonte de recursos para custear as primeiras publicações. E foi possível constatar, a partir de uma análise preliminar, que nem todos escreviam de forma regular para as colunas do jornal.

O periódico também contava com um número variado de colaboradores (fixos ou não). Os nomes que mais aparecem e escrevem no *Lampião da Esquina* além de seu Conselho Editorial são: Agildo Guimarães - fundador do jornal *O Snob* (também de imprensa alternativa), Frederico Jorge Dantas, Alceste Pinheiro, Paulo Sérgio Pestana, José Fernando Bastos, Henrique Neiva, Leila Miccolis, Mirna Grzich, João Carneiro, João Carlos Rodrigues e Aristóteles Rodrigues (Rio); José Pires Barroso Filho, Carlos Alberto Miranda (Niterói); Mariza, entre outros.

É importante ressaltar que o jornal também possuía colaboradores de fora do Brasil, uma vez que sua circulação ficou conhecida em países dos continentes americano e europeu. Esses colaboradores correspondentes eram: Fran Tornabene (San Francisco); Allen Young (Nova Iorque); Armando de Fulvia (Barcelona); Ricardo e Hector (Madrid); Addy (Londres); Celestino (Paris); Anton Leicht e Nestor Perkal (Frankfurt).

Através da pesquisa feita no jornal, é possível compreender que o *Lampião da Esquina* teve uma ampla circulação nos estados brasileiros e

[1] Não é objetivo deste artigo apresentar individualmente quem eram os componentes do jornal, mas a pesquisa em desenvolvimento se propõe a debater quais as relações dessas pessoas com a política de época e como isto impactou no periódico.

fora do país durante seus anos de distribuição, o que foi valioso para que o periódico atingisse seus objetivos e os mais diversos públicos[2].

Nos seus quatro anos de existência, o jornal passou por mudanças. Em sua estrutura, as primeiras edições do periódico apresentavam as seções fixas: *Opinião, Ensaio, Esquina, Reportagem, Literatura, Tendências e Cartas na mesa*. Em 1979, na edição de número 8, surge a seção *Ensaios Populares*, dedicada à publicação de textos enviados pelos próprios leitores[3]. Importante salientar que as mudanças sofridas em sua estrutura foram observadas no momento de execução da pesquisa que origina o artigo.

Nas edições posteriores, novas seções foram adicionadas, como por exemplo as seções *Violência* e *Ativismo* que surgem a partir da edição nº 20, em janeiro de 1980. Embora não tenham sido adicionadas desde o princípio, as duas seções assumiram um papel importante, pois era nelas que as principais denúncias e a resistência direta às ações ditatoriais aconteciam. A ausência das duas seções nas primeiras publicações aponta para uma mudança nas questões que o tabloide abordava. Por exemplo, com a crescente frequência e criação das seções *Verão, Badalo* e *Ecos do*

[2] Segundo a última edição do jornal, eram os seguintes estados brasileiros que recebiam as publicações: Rio: Distribuidora de Jornais e Revistas Presidente Ltda. (Rua da Constituição, 65/67); São Paulo: Paulino Carcanheti; Salvador: Livraria Literarte; Recife: Diplomata, Distribuidora de Publicações e Representações Ltda.Florianópolis e Joinville: Amo Representações e Distribuição de Livros Periódicos Ltda; Belo Horizonte: Distribuidora Riccio de Jornais e Revistas Ltda; Porto Alegre: Coojornal; Vitória: Angelo V. Zurlo; Curitiba: J. Ghignone & Cia. Ltda; Campos: R. S. Santana; Jundiaí: Distribuidora Paulista de Livros, Jornais e Revistas Ltda.; Juiz de Fora: Ercole Caruso & Cia. Ltda. Maceió: Gesivan R. de Gouveia; João Pessoa: Henrique Paiva de Magalhães; Aracaju: Wellington Gomes Andrade; Goiânia: Agrício Braga e Cia Ltda.

[3] Essa seção permaneceu nas publicações por apenas duas edições.

Carnaval nota-se também que as seções *Reportagem* e *Entrevista* adquirem maior importância durante o ano 1981, além de sempre aparecerem em todas as edições, elas começam a ocupar um número crescente de páginas.

O que o *Lampião* tem para oferecer de *Opinião*

Através da análise na estrutura do Lampião, duas seções fixas que chamam a atenção em sua composição: *Opinião* e *Cartas na Mesa*. A seção *Cartas na Mesa*, presente em todas as edições, era pensada para ser um espaço de comentários dos leitores, suas posições (positivas e negativas) quanto ao que era escrito no periódico e suas próprias experiências pessoais. Já *Opinião* esteve em 16 edições diferentes, de 1978 a 1980[4] e parou de ser publicada antes do encerramento das atividades do jornal. Algumas das publicações na seção recebem mais de um texto, sendo ao todo, 27 textos com diferentes autores que faziam parte do Conselho Editorial ou do quadro de colaboradores.

Em vista disso, a pesquisa que originou este artigo, iniciada em outubro de 2024, tem como objetivo desenvolver de forma mais concisa uma análise e problematização da história do periódico *Lampião da Esquina*, a história social nele contida e suas especificidades. Para isso, são observados especialmente os 27 textos publicados na seção *Opinião,* considerando a importância destes para a compreensão do papel histórico exercido por estas publicações. No presente artigo, serão apresentados 5 dos primeiros textos da seção em destaque.

[4] Sendo: 7 edições em 1978, 1 edição em 1979 e 9 edições em 1980.

Com esta pesquisa, então, pretende-se "desconstruir" o periódico para que algumas questões sejam respondidas[5]. A ideia inicial desta pesquisa surgiu a partir do entendimento de como é necessária e relevante a compreensão da imprensa como agente relevante no processo histórico e como sua análise pode auxiliar no entendimento da realidade brasileira em determinado período.

No início da sua trajetória de publicação o *Lampião* estava, segundo Carlos Ferreira, mais preocupado em "retirar o gay da margem social, abrindo também o discurso às minorias" (Ferreira, 2010, p.5). Com o passar dos anos de publicação, o jornal se mostrou um importante meio de representação e construção de uma identidade nacional mais plural e dedicada às minorias. Para Renan Quinalha,

> O *Lampião* tocava em temas delicados, merecendo uma preocupação constante por parte dos órgãos de informação que faziam o monitoramento da imprensa. [...] para além de criticar politicamente o regime, o jornal trazia uma proposta nova de integrar-se às lutas democráticas com uma agenda de minorias marginalizadas, até então, dentro do próprio campo oposicionista. (Quinalha, 2020, p. 5)[6]

Em sua publicação inaugural, de número zero, o Conselho Editorial surge de forma a se apresentar e definir, de forma experimental, para o que

[5] Para viabilizar uma investigação que permita compreensão aprofundada na trajetória do *Lampião da Esquina*, estão sendo avaliadas tais questões dentro da pesquisa: como a seção *Opinião* pode ajudar a compreender o *Lampião da Esquina,* desde seus anos iniciais até a sua decadência? Qual era a "opinião" expressa neste espaço? Quem escrevia nessa seção? Ela englobaria, de certo modo, as reivindicações do jornal e do seu público alvo? E, por fim, o que esta seção pode revelar sobre o jornal e sua súbita decadência em meados do ano de 1981?

[6] QUINALHA, Renan. *Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964*. Cadernos Pagu, São Paulo, p. 1-17, 16 jun. 2020.

veio. Com o título “Saindo do Gueto” os conselheiros determinam a proposta do jornal:

> [...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que se desejaria ter. (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ed. 0, ano 1, 1978, p. 2)

Em meio ao seu contexto de criação e desenvolvimento, podemos compreender que desde o início o periódico já buscava discutir sobre liberdade, sexualidade e desigualdades presentes no contexto da época. No mesmo texto, os autores escrevem:

> Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor -- que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ed. 0, ano 1, 1978, p. 2)

O outro título da seção *Opinião* nesta mesma edição, “Senhores do Conselho”, apresenta quem são os autores do conselho editorial do jornal. Sendo os nomes já citados: Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gaspariano Damata, Jean-CLaude Bernardet, João Antonio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. O texto também descreve as ocupações dos conselheiros no momento de criação do jornal.

No decorrer da edição zero é possível notar o que liga a seção *Opinião* com outros textos publicados de diferentes autores. Assim, o “sair do gueto” reivindicado pelos senhores do conselho se torna evidente nos textos da publicação experimental. Como em "Qual é a da nossa imprensa?", assinado por Frederico Jorge Dantas, um dos colaboradores do jornal. Dantas escreve sobre o conceito de "imprensa homossexual" e como encontrou "barreiras praticamente intransponíveis" em seu boletim *Eros,* posteriormente publicado. Federico Dantas também informa sobre suas pesquisas sobre comportamentos sexuais e procura abrir espaços destinados a pessoas que se "irmanem". Fala sobre a “BICHA ATUAL”, e como corresponder um esboço para o futuro dos que virão.

Em destaque, também, para a seção *Cartas na Mesa* da edição zero e as respostas “calorosas” dadas pelos conselheiros do jornal. Como na carta “Homens Nus”, onde o Conselho diz não concordar com a publicação de nudez em um jornal que busca reivindicar a luta política pela liberdade sexual. Nota-se, portanto, conforme Sobral (2019, p.110) que havia uma recorrência na opinião do *Lampião da Esquina* sobre a necessidade da autonomia política dos homossexuais.

Na edição de maio de 1978, primeira edição com ampla circulação, o título *Opinião* é escrito por Mariza, sem o sobrenome. Com o texto “Nossas Gaiolas Comuns”, Mariza justifica a existência do jornal e apresenta a luta das pessoas silenciadas e das minorias. A autora defende o “olhar para si” e sugere uma ação direta contra a repressão de forma coletiva, feita por toda comunidade ressaltando o projeto político do recém-criado periódico. Para

tanto, Mariza afirmava que as lutas de resistência das camadas sociais "historicamente silenciadas" eram uma maneira de libertação dessa "prisão moral":

> Se somos peixes apanhados nessa rede de definições pré estabelecidas, nossa única chance de escapar dela é visualizá-la constantemente perguntando a que propósito ela serve, qual é a malha específica em que nos encontramos (nesta rede maior) e lembrar que ela pode ser desfeita como foi tecida. (*Lampião da Esquina,* Rio de Janeiro, ed.1, ano 1, 1978, p. 2)

> [...] Uma metalúrgica que luta pelos seus direitos salariais no sindicato, mas aceita as imposições ditadas pela moral sexual dominante nas relações com seu companheiro, ou um bancário que se engaja no movimento de liberação dos homossexuais, mas ignora a luta pelos direitos sindicais, estão alheios, um quanto o outro, da luta mais ampla. (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ed.1, ano 1, 1978, p. 2)

A partir disso fica perceptível que as categorias que extrapolam a ampla classe trabalhadora estão trilhando um caminho no fim dos anos 70 que coloca a eles e suas lutas em maior evidência, além de estarem tomando o lugar que lhes é cabível de sujeitos sociais e históricos. Fica claro também que o processo de surgimento de questionamentos sobre a necessidade ou não de unir as lutas sociais. Além de desenvolverem o entendimento de que a maior parte dos homossexuais não são oprimidos apenas pela sua orientação sexual, mas também pela sua classe social. Essa condição se estende para outros grupos sociais como mulheres, negros e indígenas, cada um com mecanismos de opressão próprios de cada grupo.

Em meio a isso, a edição de número 1, apresenta outros textos voltados à luta feminista e também em busca de seu próprio discurso. Vale destacar a resposta dada a uma das cartas enviadas a redação,

> Meu caro Guilherme Império, vamos ver se a gente se entende. LAMPIÃO não disse até agora que as pessoas devem "assumir" a própria sexualidade e se fechar dentro dela, nem pretende dizê-lo. Nós saímos às ruas exatamente para pregar outra coisa que transar (qualquer que seja a forma de transação) é gostoso, é saudável, combate a cárie, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não dá câncer! E queremos dizer isso não apenas aos homos, mas também aos héteros, pois estes também são prisioneiros do próprio sexo. Entendeu? A gente não está nessa de achar que os homos são o povo eleito de Deus. Agora, também tem uma coisa: é preciso ter cuidado com a maneira como se coloca essas coisas. Muita gente usa esse argumento seu, de que o homossexual não deve se fechar num gueto, exatamente para justificar a discriminação: "se você não falar do seu problema, o seu problema não existe". Sem essa: o problema existe, sim; apenas ele não é privilégio dos homos. Veja as mulheres, veia os machões. Está todo o mundo junto, embarcando nessa canoa furada de achar que o sexo tem limites precisos são dois pra lá, dois pra cá. (*Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ed.1, ano 1, 1978, p. 14)

A resposta acima revela a preocupação do jornal em compreender o direito a sexualidade, mas sobretudo a discutirem sobre as desigualdades e violências sofridas pelas minorias por eles destacadas, retomando, assim, o texto de Mariza. Sair das “gaiolas comuns” era, antes de tudo, discutir o que fez com que existissem daquela maneira e como a sociedade da época reconhecia essas gaiolas.

Na edição número 2, de junho de 1978, existe a separação da seção em dois textos. Darcy Penteado assina o título “Homossexualismo: Que coisa é essa?”. Penteado debate sobre argumentos da ciência quanto a homossexualidade e discorre sobre teorias que podem até fazer sentido

para o autor, mas que não correspondem às pluralidades da comunidade. O "Homosseuxalismo" seria um mal à sociedade.

> Mais do que um fato, o homossexualismo é condição humana. E como tal, mesmo sendo atributo de uma minoria, está exigindo seu lugar atuante numa sociedade, com o direito a uma existência não mistificada, limpa, confiante, de cabeça levantadas. Porque só a tolerância como foi dada até agora, não obrigado. É muito pouco! (*Lampião da Esquina,* Rio de Janeiro, n.2, ano 1, 1978, p. 2)

Neste caso, além de reivindicar o lugar atuante na sociedade, Darcy Penteado coloca que apenas a tolerância não é o suficiente, deixando em perspectiva o que a própria comunidade tem feito em favor de suas lutas. A liberdade sexual é apenas mais uma das camadas de luta e sobrevivência. Em consoante, João Antônio Mascarenhas divide o espaço da seção com Darcy Penteado, no título “Assumir-se? Por quê?”, abordando os motivos que levariam alguém a se assumir publicamente como homossexual. Entre os 12 motivos, enumerados por Mascarenhas, chamam a atenção:

> 10- Aumento de segurança, por nos vermos livres de tensões e angústias.
>
> 11- Melhor relacionamento com nossos parentes e amigos, pela maior franqueza.
>
> 12- Possibilidade de plena realização pessoal e profissional, pelo conjunto de condições acima. (ASSUMIR-SE? Por quê? *Lampião da Esquina,* Rio de Janeiro, n.2, ano 1, 1978, p. 2)

Segundo o autor, existiam essas (e outras) vantagens em se assumir de maneira pública, mas também as suas consequências:

> Os opressores machistas não se resignam de bom grado à perda de um triunfo. Em várias situações, a fúria punitiva é tal que somente cada um de nós, individualmente, acha-se habilitado a

> decidir quando e como poderá arcar com as consequências de uma ostensiva rejeição dos preconceitos dominantes. (*Lampião da Esquina,* Rio de Janeiro, n.2, ano 1, 1978, p. 2)

Aqui, nota-se, a preocupação evidente quanto à possibilidade de violência - a "fúria punitiva". O texto foi escrito em 1978 e mais de 4 décadas separam o tempo de escrita deste trecho com a escrita da pesquisa, mas a violência contra essa camada da sociedade ainda é reconhecidamente alta. O trecho, que faz parte da seção em análise, assim como outros que são destaque na pesquisa, revela, acima de tudo, o início politizado do periódico e suas preocupações com a luta contra a violência - não apenas contra pessoas homossexuais, mas sim todas as minorias que eram alvo do regime ditatorial. Chama atenção, no decorrer da edição de número 2, textos que questionem o papel do homossexual no mundo do trabalho e quais as demandas da classe trabalhadora para esta camada da sociedade. Como em "Estão querendo convergir. Para onde?" de João Trevisan. O autor coloca que durante a semana de Convergência Socialista, em São Paulo, a palavra "homossexual" só foi pronunciada uma única vez: "o presidente da Mesa apenas sussurrou-a e quase se engasgou como se dissesse um palavrão" (1978, p.9), Trevisan questiona quem são essas pessoas pela luta operária

Considerações Finais

Convém destacar que ainda não é completamente possível concluir devidamente todos os pontos principais da seção em destaque, bem como a sua trajetória de forma mais detalhada, uma vez que a pesquisa "A *Opinião* do *Lampião da Esquina* (1978-1981): imprensa alternativa e

sexualidade em tempos de abertura política e redemocratização", financiada pela CNPq, segue em andamento.

De todo modo, busca-se aqui compreender como a análise histórica de um periódico é extremamente relevante para assimilar a realidade dos grupos por ele reivindicados no momento da ditadura militar do Brasil - desde o Golpe de 1964 até o período da redemocratização. Compreende-se que a *Opinião* do *Lampião da Esquina* está integralmente ligada com a história social nele inserida e transformada a partir daqueles que escreviam na seção e de seus interesses pessoais e, por muitas vezes, políticos. O objetivo concreto de investigação é compreendermos até onde essa "opinião" (seja o título da seção ou o sentido substantivo da palavra) é viável para o jornal e como ela pode ter sido alterada nos três anos de sua existência, através dos diferentes discursos que o jornal recebeu. Ressaltamos, por exemplo, a defesa na edição zero de não existirem fotografias de pessoas nuas no jornal, já que essa não era a pretensão do periódico. No entanto, avançando nas publicações, a edição de número 24, publicada em maio de 1980, traz em suas manchetes de destaque: "O homem Nu está na página 9". Além de outras edições que recorrem a ensaios fotográficos com nudez. Vale assim, questionarmos a trajetória do jornal e os discursos por ele defendido, através de seus agentes e do seu contexto histórico, sem excluirmos a relevância da fonte. O *Lampião da Esquina* foi, de fato, um intrigante meio de publicação de minorias, em uma época como a ditadura militar brasileira. A história social da imprensa é extremamente necessária para concebermos estes tantos discursos e reivindicações reveladas pelo mensário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A imprensa alternativa no Brasil dos anos 70* in LUSTOSA, Isabel (Org.). Imprensa, história e literatura. Rio de Janeiro: Edições Casade Rui Barbosa, 2008, pp. 483-492.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador* in VILLAÇA, Mariana Martins e PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.).História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas ;CAPES, 2015, p. 114-136.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, Ideologia e "subversão" no regime militar. In: QUINALHA, Renan; GREEN, James N. (org.). *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFScar, 2021.

FERREIRA, Carlos. *Imprensa Homossexual*: Surge o Lampião da Esquina. ALTERJOR, São Paulo, p. 2-13, 1 out. 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195. Acesso em:22 fev. 2024.

GARCIA, Gabriela Mesquita; SCHULTZ, Leonardo. *O Lampião da Esquina: Discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970.* III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011, Londrina, p. 1362-1375, 3 maio 2011. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Gabriela%20Mesquita,%20Leonardo%20Schultz.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GREEN, J. N. *Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão*: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. Acervo, *[S. l.]*, v. 27, n. 1, p. 53–82, 2014. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460. Acesso em: 22 fev. 2024.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: http://marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf. Disponível em:22 fev. 2024.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes:* A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Mestrado (Ciências) - Universidade de São Paulo, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/en.php Acesso em: 6 fev. 2024.

QUINALHA, Renan; GREEN, James N. *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. [*S. l.*]: EdUFScar, 2021. 330 p.

QUINALHA, Renan. *Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964*. Cadernos Pagu, São Paulo, p. 1-17, 16 jun. 2020. Disponível em:https://www.scielo.br/j/cpa/a/SHVG63XcvL7Tz4Rp3FDBNMB/. Acesso em: 22 fev. 2024.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e HERSCHMANN, Micael. "História da comunicação no Brasil: um campo em construção" in _____ (orgs.). Comunicação e história: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

SOBRAL, Thasio Fernandes. *Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina (1978-1981).* Salvador, 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33878/1/2019%20Thasio%20Fernandes%20Sobral%20M.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. [*S. l.*]: Objetiva, 2018. 552 p.

VIEIRA, Nayara da Silva. *Entre o imoral e o subversivo*: a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979). Dissertação

(Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: /http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/7002/1/2010_NayaradaSilvaVieira.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ARTIGO

Musa dos Impérios: o museu universal diante das demandas de repatriação de artefatos arqueológicos egípcios

Guilherme Ferreira Bueno*

Universidade Estadual de Campinas

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p270-291

resumo

Desde as expedições napoleônicas, no final do século XVIII, até sua independência, no século XX, o Egito sofreu saques pelos colonizadores franceses e britânicos e muito de seu patrimônio arqueológico foi retirado do país de modo ilegal ou clandestino. O imperialismo europeu foi responsável por realocar artefatos de relevância histórico-cultural ao povo egípcio para grandes museus ocidentais, onde a proveniência dessas coleções (por vezes violenta) é dissimulada. Há décadas, com as lutas anticoloniais por independência, diversos países passaram a reclamar a devolução de seu patrimônio pilhado no contexto colonial – e o Egito é um exemplo notório. Em seu contexto africano, o país se insere numa miríade de expatriações indevidas. Sua situação se destaca, entretanto, pela forma com que o passado faraônico é apropriado pelo discurso colonial europeu. Ademais, as questões concernentes ao patrimônio egípcio explicitam a continuidade da herança colonial nas práticas museológicas do Ocidente e dos assim chamados "museus universais".

PALAVRAS-CHAVES: Arqueologia egípcia; Imperialismo; museu universal; repatriação.

*Graduando de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Financiamento PIBIC/CNPq. Contato: guilherme.fbueno@hotmail.com.

Musa dos Impérios: o museu universal diante das demandas de repatriação de artefatos arqueológicos egípcios

Guilherme Ferreira Bueno

Introdução

A presença de artefatos arqueológicos egípcios nos grandes museus europeus é um dos resultados mais visíveis da expansão imperialista que marcou os séculos XIX e XX. Ela envolveu práticas de coleta, circulação, exibição e apropriação simbólica que remodelaram o patrimônio arqueológico do Egito antigo a partir de interesses ocidentais. Museus que se anunciam "universais" receberam objetos deslocados de seu contexto original e os depositaram em vitrines de suposta universalidade, progresso e autoridade científica. Frequentemente, oculta-se a assimetria de poderes que sustentou sua proveniência. O presente artigo analisa esse processo partindo dos debates sobre o patrimônio arqueológico egípcio musealizado no Ocidente, examinando a forma como esse patrimônio foi instrumentalizado pelo imperialismo europeu e como essas coleções se tornaram espaços de disputa sobre memória, soberania cultural e legitimidade histórica. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica de caráter ensaístico, fundamentada em referências da Arqueologia, da História e dos estudos museológicos, sem que se busque a análise de um caso em particular. Esta produção é derivada de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas. Aqui, o objetivo central é compreender como o passado egípcio foi apropriado e reinterpretado no Ocidente e de que maneira, nos tempos atuais, emergem as reivindicações de repatriação que tensionam a narrativa eurocêntrica de universalidade.

O museu, essa vitrine imperial

Musa dos Impérios: o museu universal diante das demandas de repatriação de artefatos arqueológicos egípcios

Guilherme Ferreira Bueno

No longo século XIX, o neocolonialismo europeu avançou, insaciável, sobre o mundo. Segundo Eric Hobsbawm (2005, pp.89-91), "entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados" sendo que "duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico". Para definir o imperialismo, Cain e Hopkins (2016, p. 59) sublinham que sua característica fundamental é a violação da soberania de um Estado por outro:

> A característica distintiva do imperialismo não reside no fato de assumir uma forma econômica, cultural ou política específica, mas sim na incursão, ou tentativa de incursão, na soberania de outro Estado. Se esse impulso é resistido ou acolhido, e se produz custos ou benefícios, são questões importantes, porém distintas. O que importa para fins de definição é que uma potência tenha a vontade, e, para que tenha sucesso, a capacidade de moldar os assuntos de outra por meio da imposição de poderes. As relações estabelecidas pelo imperialismo baseiam-se, portanto, na desigualdade e não em compromissos mútuos, como os que caracterizam os Estados de interdependência.[1]

Considerando esse fenômeno, o Egito não escapou do imperialismo europeu: como apontado por Lanver Mak (2012, p. 1), entre 1882 e 1922 o país esteve oficialmente sob o jugo colonial britânico. No entanto, somente a Revolução de 1952 estabeleceu a independência egípcia *de facto*, derrubando o regime fantoche do rei Faruk I. A independência política, apesar de um grande salto para as libertações anticoloniais do século XX,

[1] **Tradução nossa**. No original: *The distinguishing feature of imperialism is not that it takes a specific economic, cultural or political form, but that it involves an incursion, or an attempted incursion, into the sovereignty of another state. Whether this impulse is resisted or welcomed and whether it produces costs or benefits are important but, separate questions. What matters for purposes of definition is that one power has the will, and, if it is to succeed, the capacity to shape the affairs of another by imposing upon it. The relations established by imperialism are therefore based upon inequality and not upon mutual compromises of the kind which characterise states of interdependence.*

não implica na dissolução do colonialismo. Cain e Hopkins (2016, p. 33) apontam: "Num mundo descolonizado, o império já não contra-ataca, mas existe um sentido em que ele continua a existir após o seu fim".[2] Ferreira (2008, p. 39), ademais, observa que "Há uma imensa literatura a discutir como as grandes estruturas coloniais, desmanteladas após a Segunda Guerra Mundial, continuam a exercer, de uma maneira ou de outra, influência cultural e política considerável no presente." Portanto, a herança neocolonial segue viva nas relações globais de poder marcadas pela colonialidade, definida por Mignolo (2017, p. 2) da seguinte maneira:

> A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias.

Esse processo constitui a fabricação discursiva do europeu enquanto o "portador exclusivo de tal modernidade" (Quijano, 2005, p. 212), como racional, científico, avançado – se opondo ao não-europeu bárbaro, incivilizado e atrasado. Desse modo, no contraste posto, o Ocidente se identificou enquanto a civilização moderna por excelência (Said, 1996, *passim*). E o patrimônio, materialização do ideário, foi imprescindível nessa urdidura da modernidade. Choay (2000, pp. 17-18) disserta:

> É verdade que os revolucionários de 1789 não pararam de sonhar com os monumentos e de construir no papel os edifícios através dos quais desejavam afirmar a nova identidade da França. (...)

[2] **Tradução nossa**. No original: *In a decolonised world the empire no longer strikes back, but there is a sense in which it lives on after its demise.*

> Hoje em dia, o sentido de "monumento" progrediu. Ao prazer dispensado pela beleza do edifício, sucedeu a admiração ou o espanto que provoca, a maestria e a técnica e uma versão moderna do colossal, na qual Hegel tinha visto o começo da arte nos povos da Alta Antiguidade oriental.

Porém, o domínio colonial sobre o Egito não se limita à atuação direta de ingleses e franceses. A origem do maior acervo de arte egípcia antiga fora do Egito está vinculada à dinastia italiana de Saboia, que fundou o Museu Egípcio de Turim em 1824. De acordo com Keith (2022), a família real fundou o museu a partir de um curioso equívoco do século XVI, quando foi desenterrada na cidade uma inscrição romana que apontava a presença de um antigo templo à deusa Ísis naquela região. Ísis fora uma das deusas mais importantes do antigo panteão egípcio. Com as conquistas de Alexandre, o Grande, os emaranhamentos culturais na Antiguidade se intensificaram. Partindo de Delos, o culto de Ísis chegou à cidade de Roma pela Campania (Turcan, 2000, p. 120). Devido a esse processo de difusão, evidências do culto isíaco podem ser encontradas por vasto território geográfico, desde o território que hoje corresponde ao Iraque até a Grã-Bretanha (Wilkinson, 2003, p. 149). Diante da inscrição epigráfica encontrada, a família Saboia interpretou (ou fabricou com intencionalidade política a interpretação) de que possuía vínculos ancestrais com os faraós egípcios, e essa narrativa de origem sustentou a formação de um acervo arqueológico destinado a reafirmar prestígio, legitimidade política e continuidade histórica. O *Museo Egizio Torino* surgiu, assim, de um movimento que combinou colecionismo, diplomacia e poder, situando o Egito antigo como componente de uma identidade nobiliárquica que se pretendia grandiosa. Como observa Meskell (1998, p. 3), o passado é sujeito à mobilização por autoridades intelectuais do

Ocidente para construir a alteridade: “O passado tem sido utilizado por arqueólogos ocidentais para construir o não-Ocidente, para forjar uma linhagem cultural e para esculpir identidades opostas”.[3] No caso de Turim, esse mecanismo resultou em um vasto deslocamento de patrimônio egípcio e em uma releitura do Egito antigo segundo parâmetros europeus, o que impactou tanto a memória cultural quanto a percepção histórica do próprio Egito.

Em outro cenário, mais recorrente, diversas autoridades de grandes museus europeus defendem de modo incansável a suposta natureza ideologicamente neutra dos espaços museológicos que se pretendem “universais” (Curtis, 2006, p. 118). O termo *museu universal* designa instituições que se propõem a reunir, preservar e expor objetos culturais oriundos de múltiplas civilizações, buscando construir narrativas amplas sobre a história humana, em geral com acervos formados durante períodos de expansão imperial e circulação assimétrica, violenta, de bens materiais. A concepção universalista desses grandes museus pode ser criticada por pressupor a neutralidade de coleções obtidas em contextos coloniais, por naturalizar a concentração de bens culturais no Norte global e por minimizar reivindicações de repatriação advindas de comunidades de origem, que afirmam o direito à memória, ao patrimônio e à autodeterminação. Tais críticas destacam que o universalismo museológico frequentemente oculta relações de poder, funcionando mais como discurso de autoridade cultural do que como princípio equitativo de

[3] **Tradução nossa**. No original: *The past has been deployed by Western archaeologists to construct the non-West, to forge ourselves a cultural lineage and to carve out opposing identities.*

acesso e representação. No contexto iluminista, museus com grandes coleções internacionais foram frequentemente descritos como universais, termo que, mais tarde, seria retomado por diretores de importantes instituições europeias e estadunidenses ao assinarem, em 2003, uma declaração conjunta em defesa do chamado *museu universal*. O documento respondia às crescentes demandas de repatriação de peças adquiridas em períodos históricos distantes, mencionando casos como o dos mármores do Partenon, e defendia que coleções amplas deveriam ser preservadas em benefício de um público global. Paralelamente à declaração, Neil MacGregor, então diretor do British Museum, reforçou publicamente que a redução desses acervos representaria perda significativa para o patrimônio cultural mundial (Cuno, 2008, p. 204).

Diante desses embates, Jenkins (2016, p. 322) faz considerações peculiares: "Uma crise na autoridade fundamental do museu – principalmente, o questionamento da busca pelo conhecimento – cruzou-se com a politização da cultura. (...) O museu não é mais visto como um espaço neutro, mas sim como um espaço ameaçador".[4] Peculiares, pois parecem ignorar a própria história do museu enquanto instituição colonial. Destarte, prega-se uma suposta neutralidade ideológica, que mascara a instrumentalização dos museus pelas forças coloniais e sua origem e herança imperialista. Na sua obra seminal *Decolonizar o museu*, Françoise Vergès (2023, pp. 83-84) explicita:

[4] **Tradução nossa**. No original: *A crisis in the foundational authority of the museum - primarily, the questioning of the pursuit of knowledge - has intersected with the politicization of culture. (...) The museum is no longer seen as a neutral space, but one that is threatening.*

> Por trás da aparente neutralidade, o museu tem participação nos processos de dominação e na representação do Estado-nação sobre si mesmo. (...) O museu universal serve como um símbolo para todos os Estados, liberais e autoritários, da sua contribuição para a educação da humanidade. O conteúdo propalado de sua missão - ser depositário dos tesouros, objetos de valor de todos os tempos e lugares - levou o público a acreditar que indo ao museu ele verá a arte "como se fosse arte". Objetos que foram saqueados, que cumpriam funções diferentes em suas comunidades, depois que são limpos dessa marca, depois que são neutralizados e depositados em pedestais ou vitrines tornam-se arte. (...) Ocultando o fato de que sua criação data da época da expansão colonial, o museu universal preserva sua inocência.

É por meio da compreensão desse contexto de produção do museu universal enquanto um órgão vital do colonialismo que é possível entender que "A identidade da Europa se construiu pelas armas, pela conquista, pela colonização e pela coleta de objetos. O museu Europeu é a prova disso." (Vergès, 2023, p. 87). Ou seja, a identidade europeia contemporânea se constitui com o imperialismo, que lhe permite fazer um uso do passado que justifique a própria prática colonial, pois, como refletiu Néstor García Canclini (2001, p. 67), "Será necessário explorar as necessidades culturais para dar um significado mais denso ao presente e as necessidades políticas para legitimar a hegemonia atual através do prestígio do patrimônio histórico."[5]

Para fazer sentido desse processo, o conceito saidiano de Orientalismo é fundamental. Visto como um Outro antigo e bárbaro, o Egito era, simultaneamente, um meio para para os colonizadores ingleses e franceses construírem sua própria identidade enquanto impérios modernos, civilizatórios e avançados, constituindo uma "colonização de

[5] **Tradução nossa.** No original: *Habrá que explorar las necesidades culturales de conferir un significado más denso al presente y las necesidades políticas de legitimar mediante el prestigio del patrimonio histórico la hegemonía actual.*

artefatos" e legitimando o domínio imperial (Ferreira, 2008, pp. 40-41). Nas palavras de Edward Said (1996, pp. 13-14):

> Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos (...) tiveram uma longa tradição daquilo que deverei chamar de orientalismo, um modo de resolver o Oriente que está baseado no lugar especial ocupado pelo Oriente na experiência ocidental europeia. O Oriente não está apenas adjacente à Europa; é também onde estão localizadas as maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural e uma das suas mais profundas e recorrentes imagens do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste. Contudo, nada desse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa. O Oriente expressa e representa esse papel, cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais.

Portanto, a pilhagem colonial (especialmente no cenário do Egito) foi um instrumento para a justificação ideológica da expansão imperialista. Não apenas o saque de objetos, mas o sequestro da memória dos povos colonizados, sujeitos à brutalidade dos impérios. Como teorizou Walter Benjamin (1991, Tese VII, p. 157):

> Quem quer que seja até aqui vitorioso fará parte do grande cortejo triunfal que marcha sobre aqueles que jazem no chão. O saque desse cortejo, apresentado como justo, terá o nome de herança cultural da humanidade. (...) Tudo isso não testemunha a cultura sem testemunhar ao mesmo tempo a barbárie. Essa barbárie pode ser detectada até mesmo no modo como, ao longo dos séculos, essa herança irá passar das mãos de um vencedor para as de um outro. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico dela se afasta ao máximo. Ele considera que a sua tarefa é escovar a história a contrapelo.

Seria grave engano, no entanto, considerar que a visão europeia sobre o imperialismo era homogênea e unânime. Deveras interessante é a

carta do famoso escritor francês Victor Hugo ao capitão Butler sobre o saque ao Palácio de Verão, no bojo da Guerra do Ópio (Hugo, 1861): "Nós, europeus, somos os civilizados, e para nós os chineses são os bárbaros. Eis o que a civilização fez com a barbárie. Perante a história, um dos dois bandidos será chamado França; o outro, Inglaterra."[6] Logo, já havia aqueles que enxergavam a violência colonial como elemento constituinte do discurso que estabelece o Outro bárbaro como um meio para a Europa se afirmar enquanto bastião civilizatório da humanidade, por mais contraditório que isso seja.

Porém, também seria ingênuo entender o tráfico de antiguidades como circunscrito à época colonial. Mesmo hoje, Salima Ikram (2013, p. 367) identifica a continuidade de dois principais tipos de saqueadores: profissionais e oportunistas. Isso se reflete no passado nas duas frentes de pilhagem: a institucional, *e.g.* praticada pelos exércitos – como ao Palácio de Verão, e aquela individual e desordenada, praticada por turistas e colecionadores clandestinos desde o princípio do séc. XIX até hoje (Wood, 1998, p. 189). Em ambos os cenários, opõem-se as demandas de repatriação – ou seja, de devolução formal do patrimônio roubado.

O Egito reclama seu patrimônio

A figura mais exponencial na reclamação dos artefatos egípcios pilhados e hoje expostos em grandes museus ocidentais é o arqueólogo e ex-ministro de Antiguidades do Egito, Dr. Zahi Hawass. Desde 2002, ele se

[6] **Tradução nossa**. No original: *We Europeans are the civilized ones, and for us the Chinese are the barbarians. This is what civilization has done to barbarism. Before history, one of the two bandits will be called France; the other will be called England.*

dedica aos pedidos de restituição (Costa, 2018, pp. 258-259) e almeja o retorno de "todas as antiguidades roubadas do Egito" (Salem, 2005, p. 190).

Os três principais alvos dos esforços de Hawass são, de fato, expoentes da arte egípcia. O Busto de Nefertiti, reclamado pelo Egito desde a década de 1920, foi retirado do país pela equipe arqueológica alemã que o descobriu por meios supostamente antiéticos, enganando as autoridades locais – o que é negado pelo Museu de Berlim (Cuno, 2014, pp. 124-126). Antes disso, a Pedra de Rosetta, fundamental para a decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion, foi tomada pelos britânicos dos franceses em 1801, no contexto das expedições napoleônicas (Reid, 1985, p. 233-234), tendo seu destino no Museu Britânico. O Zodíaco de Dendera, por sua vez, é um pedaço do teto da capela de Osíris no templo de Hathor e foi removido em 1822 pelos franceses, chegando ao Louvre em 1919.

As dificuldades, no entanto, não são poucas. As leis locais e internacionais são complexas e contraditórias, criando zonas cinzas e muita confusão (Roodt, 2013, p. 289). Tendo sido retirados do Egito anteriormente a todo e qualquer acordo internacional de proteção ao patrimônio – como Haia 1954, UNESCO 1970 e UNIDROIT 1995, que não são retroativas e, portanto, pouco úteis para as demandas de repatriação (Salem, 2005, p. 184) – as peças supracitadas não estão no horizonte de devoluções. Esses casos difíceis refletem um largo debate sobre o direito à propriedade de bens culturais, opondo um argumento nacionalista e outro, internacionalista. O primeiro reclama o direito à repatriação por razões de orgulho, identidade e pertencimento nacional aos países de origem. Já o

segundo enfatiza a preservação dos artefatos diante de perigos no transporte e salvaguarda (devido a conflitos armados, instabilidade política etc.) e as noções de patrimônio cultural da humanidade e museus universais (Salem, 2005, pp. 175-176; Cuno, 2014, p. 127).

Porém, conforme questiona Karine Costa (2018, p. 259): "A noção internacionalista de 'patrimônio cultural da humanidade' sugere que, independente da origem dos artefatos, o seu interesse de preservação e estudo é comum a todos. Mas a quem, de fato, interessa essa preservação e estudo?" Ignora-se, desse modo, que os países proprietários também podem sofrer dos mesmos problemas e não necessariamente direcionam recursos para preservar tais patrimônios – mesmo quando são países desenvolvidos, pois talvez não seja de seu interesse prioritário preservá-los. Além disso, o argumento de que os museus universais demandam um acervo diversificado em sua composição devido a sua mesma natureza "universal" esbarra em questões éticas de proveniência. Decerto é do interesse dos povos colonizados a constituição de ambientes museais diversos, pois, como afirmam Rocha, Silva e Romagnoli (2024, p. 83):

> Nesse sentido, surge a necessidade de uma montagem polifônica no espaço museal, visando apresentar a relevância das lutas dos povos marginalizados na História oficial que, portanto, possuem grande demanda por uma memória justa, que reconheça os seus saberes e culturas devidamente. Assim, essa construção narrativa viabiliza a ampliação do papel social e político dos museus, possibilitando uma aproximação que torna o patrimônio público mais democrático. A partir disso, pode-se intensificar a construção de processos de curadoria compartilhada com movimentos sociais e culturais, mobilizando os acervos e as expografias museológicas de modo a alcançar uma representação mais plural da história no espaço museal.

Contudo, a formação de diversificados acervos não deve servir de escusa para a manutenção da posse de artefatos expatriados ilegalmente. As demandas de repatriação, diferente do que se pode imaginar, não são recentes. Bénédicte Savoy (2022), por exemplo, desenvolveu um profundo estudo sobre a devolução da arte africana pilhada. A autora analisou registros arquivísticos que apontam debates restitutivos desde a década de 1970, no limiar das lutas anticoloniais por independência em África. Isso evidencia que o debate sobre proveniência, legitimidade e legalidade da presença de artefatos pilhados ou subtraídos clandestinamente no período colonial se estende, no mínimo, há meio século.

A relevância política e cultural das restituições de artefatos repousa no fato de que o cânone cultural do patrimônio "incute nas memórias coletivas o que deve ser excluído e incluído, o que deve ser lembrado e cultuado, esquecido e silenciado" e, portanto, "o governo de si implica governar o patrimônio" (Ferreira, 2018, pp. 40-42). A arqueologia, portanto, possui um dever histórico para com os povos indígenas face ao legado do colonialismo e às políticas de salvaguarda de patrimônio arqueológico. Desse modo, ela se insere nesse campo de debate sobre a herança de práticas coloniais no trato com o patrimônio cultural. Como expôs Pedro Paulo Funari (2001, pp. 239-240):

> Existem várias questões relacionadas com o interesse e a arqueologia, mas uma das mais importantes diz respeito à posição dos direitos humanos na arqueologia e, em particular, ao direito das populações indígenas de participar ou, pelo menos, de partilhar as decisões sobre a gestão dos seus sítios e patrimônio material. (...) A sua exclusão é também ideológica, na procura dos

> Estados-nação de os "civilizar", ou seja, de os assimilar, destruindo a sua identidade própria.[7]

As políticas de repatriação carregam, desse modo, o poder de restituir não apenas a cultura material de povos subalternizados, mas seu orgulho e identidade cultural (Ferreira, 2008, p. 43). A História antiga, notoriamente, inspirou a consolidação de identidades nacionais ao serem mobilizadas ascendências originárias (Wood, 1998, p. 179) – sejam elas verídicas ou não, como no caso dos Saboia. Michael Wood (*op. cit.*, p. 191) enfatiza, ademais, o aspecto preconceituoso embutido na defesa internacionalista dos museus universais: "(...) Parece suspeito que esse 'patrimônio mundial' seja considerado importante demais para ser deixado nas mãos de nações não europeias."[8] De maneira simultânea, deve-se pautar a acessibilidade desses museus, como ressaltado criticamente por Curtis (2006, p. 121): "Quem é o 'público internacional' para quem essas coleções de museus estão disponíveis? Se forem os descendentes dos membros da República das Letras do século XVIII, para quem o Museu Britânico foi criado, eles podem de fato estar espalhados pelo mundo todo (...)."[9]

---

[7] **Tradução nossa.** No original: *There are several issues relating to interest and archaeology, but one of the most important is relating to the position of human rights in archaeology and particularly the rights of indigenous populations to take part or at least share in decisions on the management of their sites and material heritage. (...) Their exclusion is also ideological, in the quest by nation states to "civilise", that is, to assimilate them, destroying their self identity.*

[8] **Tradução nossa.** No original: *It does seem suspicious that this 'world heritage' is deemed too important to be left in the hands of non-European nations.*

[9] **Tradução nossa.** No original: *Who is the 'international public' for whom these museum collections are available? If they are the descendents of the members of the 18th century Republic of Letters for whom the British Museum was established, they may indeed now be worldwide (...).*

Conclui-se, dessa maneira, a urgência em refletir sobre o legado do colonialismo presente nas dinâmicas de propriedade do patrimônio cultural: "A competição colonial de invasões e escavações pode ter chegado ao fim, mas o legado brutal permanece, e os espólios desses capítulos da história são reverenciados muito além de seus locais de origem"[10] (Keith, 2022). As práticas arqueológica e museológica não são neutras e devem ser analisadas a partir dos direitos indígenas e considerando os pedidos de reparação histórica. O repensar da estrutura dos acervos expositivos pode partir da reflexão proposta por Meneguello (2021, p. 4):

> Os acervos serão sempre fruto de explicações e narrativas a respeito deles (...) e a decisão curatorial sobre quais coleções abarcar e quais descartar é, em si, um ato de colecionismo informado. As narrativas assumidas sobre o passado - se gloriosas, se traumáticas, se contestadoras dos cânones da historiografia - têm a potencialidade de democratizar as vozes e as representações de sujeitos históricos.

Conclusão

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aqui, pretendeu-se articular uma breve análise da contínua colonialidade presente nas práticas museológicas ocidentais. A construção das grandes coleções arqueológicas egípcias musealizadas se deu no cenário da violência colonial:

[10] **Tradução nossa.** No original: *The colonial one-upmanship of invasions and excavations may be over, but the brutal legacy remains, and the spoils from these chapters of history are revered far outside their places of origin.*

Musa dos Impérios: o museu universal diante das demandas de repatriação de artefatos arqueológicos egípcios

Guilherme Ferreira Bueno

> [A arqueologia] teve grandioso alargamento a partir da Campanha ao Egito, comandada por Napoleão Bonaparte (1769-1821) em 1798, iniciando o processo de colonização do Oriente e colocando-o sob o jugo e a interferência europeias. Com as invasões, a cultura material do Antigo Egito passou a ser espoliada e circulou por todo o globo durante o século XIX, compondo coleções nacionais das recém-formadas nações europeias. Não apenas a Arqueologia foi fruto interligado com a prática, mas também outras disciplinas do conhecimento, tal qual a própria Egiptologia (...). (Paschoal, 2024, p. 333)

A arqueologia, destacando-se entre as demais áreas das ciências humanas, teve um papel fundamental para o neocolonialismo e na construção de uma identidade ocidental supremacista e racialista, resultando em ser, por exemplo, uma das profissões mais nazificadas da Alemanha sob o Terceiro Reich, que instrumentalizou sua História Antiga para propaganda e legitimação, assim como a Itália fascista (Demetriou e Roche, 2018, pp. 289-290). O patrimônio arqueológico em museus ocidentais se tornou, desse modo, instrumento das ideologias totalitárias que emergiram no século XX. Como desenvolve Silva (2006, pp. 2-3):

> Estudos multidisciplinares têm procurado compreender as apropriações do passado histórico e arqueológico por diferentes países europeus, propondo compreensões do papel preponderante desempenhado pela História e pela Arqueologia nas elaborações identitárias nacionais durante os regimes totalitários que assolaram a Europa ao longo da primeira metade do século XX. Alemanha nazista, Itália fascista, França de Vichy e Espanha franquista podem ser alguns dos principais exemplos sobre os usos e abusos dessas disciplinas. Saberes e práticas políticas, a Arqueologia e a História não se desvinculam de seus contextos de produção. Nessa perspectiva e muitas vezes por ela é que o discurso histórico-arqueológico sobre a nação repousa – um discurso datado e notoriamente identificável.

Arqueólogos e "exploradores" permearam o imaginário contemporâneo europeu e americano, insuflando um olhar exotizante e orientalista a serviço da colonização do mundo não ocidental. Ao tomar o

Egito como foco da análise, é possível entender como uma civilização do assim chamado Oriente antigo pôde ser vista como um "Outro" estereotipado. Ao mesmo tempo, fora apropriada como parte de um discurso colonial que via em uma grandiosidade do passado egípcio as raízes de sua própria glória, como o Ocidente acostumou-se a projetar sobre a cultura greco-romana. Logo, entende-se a necessidade colonial de se embranquecer o Egito antigo e deslocá-lo de seu contexto africano ou afro-asiático.

Dessa maneira, a apropriação dos artefatos arqueológicos egípcios pilhados e expostos nos museus universais se insere em um cenário ideológico mais amplo, onde a Antiguidade egípcia investe o Ocidente de um sentimento de legitimidade em colonizar, ao mesmo tempo em que inspira um senso de exotizante deslumbre sobre os povos colonizados – um processo contraditório, confuso e politicamente intencionado. Os grandes museus ocidentais se apresentam, portanto, como espaços de conflito de identidades, de disputa por narrativas e de luta por soberania e memória dos povos colonizados, onde o colonizador normaliza suas violências (Vergès, 2023, p. 24). Devido ao limite temporal no alcance dos acordos internacionais já exposto, não se pretende aqui debater sobre a disponibilidade de certos artefatos à repatriação ou não. O debate aqui proposto gira em torno do papel que essas peças exercem em seu contexto museológico e como são apresentadas. Partindo-se da crítica de Hans Belting (2012, p. 106): "A cultura ocidental, que pôde reservar para si o valor ideal da liberdade e o valor material do capital, parece tornar-se hoje a herdeira universal da história que simplesmente engole a outra cultura, a

qual se encontra prejudicada de muitas maneiras." Logo, os artefatos arqueológicos egípcios cuja devolução é negada servem, nas mãos do colonizador, a um discurso próprio que silencia o colonizado e perpetua a violência do imperialismo ocidental ao definir quem pode contar a História.

Diante do exposto, torna-se necessário repensar o lugar dos museus ocidentais nas políticas contemporâneas de patrimônio, reconhecendo as raízes coloniais que estruturaram seus acervos e suas narrativas públicas. A repatriação de peças egípcias, mais do que um gesto reparador, coloca em debate a legitimidade da posse, a autoridade interpretativa e o direito à memória. Considerar a materialidade desses objetos, seu percurso de circulação, sua função simbólica e sua dimensão política permite compreender que a disputa não é apenas patrimonial, mas ontológica, histórica e identitária. Se as coleções europeias se constituíram pela extração e exibição de culturas alheias, pensar seu futuro implica confrontar essa origem e construir espaços de diálogo e devolução, nos quais o Egito não seja apenas objeto, mas agente de sua própria história.

Referências bibliográficas

BELTING, Hans. **O fim da História da Arte**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a Filosofia da História**. São Paulo: Ática, 1991.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. **British Imperialism, 1688–2015**. Londres: Routledge, 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

COSTA, Karine Lima da. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 256-271, julho-dezembro, 2018 ISSN – 1808–1967. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/876. Acesso em 28 abril 2024.

CUNO, James. **Who owns antiquity, museums and the battle over our ancient heritage**. Princeton, Princeton University Press, 2008.

CUNO, James. Culture War: The Case Against Repatriating Museum Artifacts. **Foreign Affairs**, v. 93, n. 6, 2014, pp. 119-129. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/24483927. Acesso em: 28 mar. 2025.

CURTIS, Neil G.W. Universal museums, museum objects and repatriation - The tangled stories of things. **Museum Management and Curatorship**. Peterborough, v. 21, pp. 117–127, 2006. Disponível em: www.elsevier.com/locate/musmancur. Acesso em: 22 abril 2024.

DEMETRIOU, Kyriakos N.; ROCHE, Helen. **Brill's companion to the classics, fascist Italy and nazi Germany**. 12. ed. Leiden: Brill, 2018.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio, Pós-Colonialismo e Repatriação Arqueológica. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 1, n. 2, abr.-out. 2008. Disponível em: https://www.sumarios.org/artigo/patrim%C3%B4nio-p%C3%B3s-colonialismo-e-repatria%C3%A7%C3%A3o-arqueol%C3%B3gica. Acesso em: 24 abril 2024.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Public archaeology from a Latin American perspective. In: **Public Archaeology**, American Anthropological Association. 1, 4, 2001, pp. 239-243. Disponível em: https://doi.org/10.1179/pua.2001.1.4.239. Acesso em: 24 abril 2024.

GONÇALVES, Ana Carolyna. **O Manto Tupinambá**. Blog do Espaço do conhecimento UFMG, 08 agosto 2023. Disponível em: https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-manto-tupinamba/#:~:text=O%20Assojaba%20Tupinamb%C3%A1%20. Acesso em 11 maio 2024.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios - 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUGO, Victor. [Correspondência]. Destinatário: capitão Butler. “The Sack of the Summer Palace”, Hauteville House, 25 nov. 1861. in **The UNESCO Courier: a window open on the world**, XXXVIII, 11, p. 14-15. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000066926.

IKRAM, Salima. “Cultural Heritage in Times of Crisis - The View from Egypt.” **Journal of Eastern Mediterranean Archaeology & Heritage Studies**, Filadélfia, v. 1, n. 4, pp. 366–71, 2013. Disponível em: : https://www.jstor.org/stable/10.5325/jeasmedarcherstu.1.4.0366. Acesso em: 29 abril 2024.

JENKINS, Tiffany. **Keeping Their Marbles: How the Treasures of the Past Ended Up in Museums - And Why They Should Stay Ther**e. Oxford: Oxford University Press, 2016.

KEITH, Lauren. Who Gets to Tell the Story of Ancient Egypt - Why Are Egypt's Treasures Housed Overseas. **Smithsonian Magazine**. 13 dez 2022. Disponível em: https://www.smithsonianmag.com/history/who-gets-to-tell-the-story-of-ancient-egypt-180981263/. Acesso em: 24 abril 2024.

MAK, Lanver. **The British in Egypt: Community, Crime and Crises 1882 (1882 a 1922)**. Londres: I.B. Tauris, 2012.

MENEGUELLO, Cristina. “Comentário I: Menos certezas, mais vozes: o gesto curatorial frente a novas demandas sociais”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 29, e45, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e45. Acesso em: 11 maio 2024.

MESKELL, Lynn (ed.). **Archaeology under Fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East**. London: Routledge, 1998.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017, e329402. Disponível em: https://doi.org/10.17666/329402/2017. Acesso em: 2 abr. 2025.

PASCHOAL, Nina Ingrid Caputo. A egiptomania e o orientalismo de D. Pedro II por seu retrato e diários egípcios. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 324–365, 2024. DOI: 10.11606/va.i1.198342. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/198342. Acesso em: 1 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661. Acesso em: 24 abril 2024.

REID, Donald M. "Indigenous Egyptology - The Decolonization of a Profession". **Journal of the American Oriental Society**. New Haven, 105, no. 2, 1985, 233–46. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/601703. Acesso em: 30 abril 2024.

ROCHA, Ana Conrado Ferreira; SILVA, Luana Brunely da; ROMAGNOLI, Maria Celeste Bitarães. Decolonizar e (re)pensar as narrativas históricas: novas abordagens no Museu da Inconfidência. **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 80–96, 2024. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v13i2p80-96. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/222125. Acesso em: 1 abr. 2025.

ROODT, Christa. "Restitution of Art and Cultural Objects and Its Limits." **The Comparative and International Law Journal of Southern Africa**. 46, no. 3, 2013, 286–307. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23644806. Acesso em: 30 abril 2024.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALEM, Aisha Y. "Finders Keepers? The Repatriation of Egyptian Art". **Journal of Technology Law & Policy**, vol. 10, ed. 1, artigo 6, jun 2005. Disponível em: https://scholarship.law.ufl.edu/jtlp/vol10/iss1/6/. Acesso em: 27 abril 2024.

SAVOY, Bénédicte. **Luta da África por sua arte: a história de um malogro pós-colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SHARPE, Emily Sharpe ; SILVA, José da. "Ai Weiwei is world's most popular artist". **The Art Newspaper**. Londres, n. 322, abril 2020. p. 3.

SILVA, Glaydson José da. Construções e desconstruções da memória Notas acerca dos usos da antiguidade clássica pela história e pela arqueologia

fascistas. **Revista História Hoje** (São Paulo), v. 4, p. 10, 2006. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/usosdopassado/publicacoes-e-artigos/glaydson-jose-da-silva/. Acesso em 01 fev 2025.

TURCAN, Robert. **The Gods of Ancient Rome. Religion in Everyday Life from Archaic to Imperial Times**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: Programa de desordem absoluta**. Editora Ubu, 2023.

WILKINSON, Richard H. **The Complete Gods and Goddesses of Ancient Egypt**. vol 5. [s.l.]: Thames & Hudson, 2003.

WOOD, Michael. "The Use of the Pharaonic Past in Modern Egyptian Nationalism". **Journal of the American Research Center in Egypt**, 1998, Vol. 35, pp. 179-196. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40000469. Acesso em: 27 abril 2024.

ARTIGO

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino*

Mariana de Oliveira Lima**

Universidade Estadual Paulista

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p292-313

resumo

O artigo explora uma das lacunas nos estudos da escravidão, a presença e o problema da criança escrava, a partir de um estudo historiográfico que por meio de divisões temáticas entre tráfico transatlântico, sociabilidade escrava e comércio interno, discute a partir dos escritos de Manolo Garcia Florentino, as contribuições feitas pelo autor, como também os caminhos de metodologia e fontes possíveis para um estudo aprofundado dos infantes cativos no período que compreende o século XIX.

PALAVRAS-CHAVES: Escravidão; Florentino; Manolo; Historiografia; Infância.

*Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Alexandre de Ferreira e a Prof. Dra. Larissa Biato de Azevedo pelas orientações e ajuda na conclusão deste trabalho, fruto de uma Iniciação Científica financiada pela CNPq. Por fim agradeço a meus familiares pelo apoio incondicional e aos meus colegas de pesquisa do grupo "Leviatã e o Cativeiro", em tempos de isolamento e afastamento, são pontos de refúgio e acolhimento.

**Bacharela e licenciada pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita - Câmpus Franca (UNESP), membro do grupo de pesquisa "Leviatã e o Cativeiro". Contato: mariana.o.lima@unesp.br

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

Introdução

De 1550 a aproximadamente 1850, os portos brasileiros, especialmente aqueles localizados em Salvador e no Rio de Janeiro, foram o cenário de um intenso comércio de almas negras. Milhões de homens e mulheres africanos, entre adultos, idosos e crianças, tiveram suas vidas transformadas pelo tráfico transatlântico, que no Brasil perdurou até o século XIX.

Os horrores da escravidão, do tráfico e as configurações tomadas pela sociedade brasileira durante o período em que vigorou a escravidão foram e ainda são temas essenciais para a História. No que diz respeito aos fatores internos e externos[1] referentes a longevidade e configurações do comércio de almas, os estudos em muito avançaram. Entretanto, os historiadores têm se voltado ao perfil dos traficantes[2], às trajetórias dos africanos desembarcados ilegalmente nos portos do Império e florescem atualmente as investigações historiográficas sobre o crime de "redução à escravidão" previsto no Código Criminal do Império, aprovado em 1830.

O esforço em relação ao aprofundamento da compreensão desse delito, em que crianças e mulheres livres de cor foram as mais frequentes vítimas, recoloca o foco sobre grupos minoritários inseridos no regime

[1] Os seguintes trabalhos articularam fatores internos aos externos ao analisar o contrabando: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; Id. Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985; CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

[2] A título de exemplificação, ver o estudo de: SARAIVA, Luiz Fernando; SANTOS, Silvana Andrade dos; PESSOA, Thiago Campos. Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850). São Paulo: Hucitec, 2021.

escravista através do tráfico. Todavia, o enfoque nestes grupos como necessidade historiográfica já havia sido apontado anteriormente. Há cerca de uma década o historiador Rafael Domingos de Oliveira, a partir da publicação "A criança negra escravizada no Brasil: aproximações teóricas, tramas historiográficas", apontava a falta de estudos relacionados à criança escrava no Brasil. Na mesma época, alguns nomes da historiografia começaram a se dedicar justamente a essa problemática.

Entre os inúmeros historiadores responsáveis pela construção da trama histórica que tange o tema da escravidão e do tráfico transatlântico, o nome Manolo Garcia Florentino (1958-2021) deixou marcas indeléveis na escrita da História.

O presente artigo, busca, entendendo o pioneirismo e/ou inovações da leitura de Manolo Florentino apresentar um mapeamento da presença da criança[3] escrava na produção historiográfica do autor. Identificando e analisando os usos escolhidos para o corpus documental utilizados por Florentino, bem como as abordagens e interlocutores presentes nos textos do historiador ao se debruçar no estudo das crianças, africanas e descendentes. É também intuito deste texto demonstrar as especificidades, semelhanças e diferenças no trato entre crianças e adultos no tráfico de africanos para o Brasil

A motivação inerente à produção deste trabalho está intrinsecamente ligada ao silenciamento da criança escrava como objeto

[3] A baliza aqui e por Florentino determinada como criança considera o indivíduo do nascimento até cerca de 14 anos de idade, tendo em vista a carga de trabalho imposta a estes. O assunto será abordado com mais aprofundamento à frente.

possível de pesquisa. Em sua última obra publicada em conjunto com Carlos Eduardo Valencia Villa: "As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834)", algumas problemáticas e descalabros historiográficos são levantados (alguns são respondidos) pelos autores e ressurgem neste artigo; Quais as particularidades do tráfico interno dentro do território brasileiro pré-1850? Qual era a extensão da dinâmica de funcionamento e lógica empresarial do tráfico marítimo e terrestre? Tratando especificamente da demografia daqueles traficados, qual foi o papel desempenhado por crianças escravas em um cenário de constante pressão para o fim do comércio negreiro internacional? Questões essas a serem aprofundadas futuramente, tratando ainda das lacunas historiográficas existentes entre os grupos minoritários inseridos no regime escravista através do tráfico, em particular aqueles aqui descritos como crianças.

Explicitada a conjuntura do 'estado da arte' referente a presença das crianças cativas dentro da historiografia brasileira, o presente artigo busca apontar a presença ou ausência desta figura dentro da obra de Florentino. Observar este 'novo' sujeito histórico, a partir dos estudos do historiador fluminense, no que é hoje ainda um campo pouco explorado pode oferecer, a partir das leituras a seguir, um possível norte aqueles que buscam se dedicar ou que se dedicam ao estudo da criança escrava no Brasil a partir dos escritos de Manolo Garcia Florentino.

As crianças do Atlântico

A partir desta seção trataremos sobre a presença ou ausência das crianças nos escritos referentes ao tráfico transatlântico. O primeiro

trabalho essencial a essa análise é “Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro” publicado pela primeira vez em 1995 como tese para obtenção do título de doutoramento de Manolo Florentino. O trabalho se firmou como um dos clássicos da historiografia sobre a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos, e sendo assim, será trabalhado de forma mais aprofundada nesta análise.

Esta que é considerada a obra mais extensa de Florentino: contou com um corpus documental centrado nos anúncios de jornais de época[4], complementar a isto, podemos listar o uso de inventários post-mortem de moradores que viviam em meios rurais e urbanos; as escrituras públicas de compra e venda, registro substancial das operações mercantis ocorridas no período entre 1798 e 1835, e por fim registro de saída de tropas com escravos do mercado carioca para regiões interioranas entre 1822-1833. (Florentino, 1995, p. 14-17)

Entre os objetivos da tese, vale destacar o intento do autor em desvendar a lógica empresarial para, a partir dela, entender os nexos entre os traficantes com a sociedade, a economia e o Estado (Ibid, 1995, p.10). O texto de Florentino se destaca por oferecer uma forma alternativa aos três grandes eixos historiográficos no qual o tráfico costumava ser abordado. (Ibid, 1995, p. 22-24)

[4] Especificamente os volumes dos seguintes títulos: Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Commércio, Gazeta do Rio de Janeiro, Espelho, Volantim, Diário do Governo, Diário do Rio de Janeiro, e Diário Fluminense.

Passando a tratar mais especificamente do objeto de estudo desta pesquisa, a primeira menção aos infantes[5], entre 0 e 14 anos, aparece em uma tabela de flutuações das taxas dessas crianças entre escravos adultos no Rio de Janeiro de 1790-1835 (Ibid, 1995, p. 30). Nesta primeira menção, Florentino, tinha o objetivo de destacar o predomínio de escravos adultos entre os cativos. Esta nota a respeito dos infantes na obra Em Costas Negras, marca o tom utilizado de forma geral em toda a tese sobre as crianças.

As próximas menções a respeito desse grupo demográfico aparecem para demarcar as diferenças de gênero e idade entre os africanos cativos. Dessa forma, em relação aos africanos recém-desembarcados, os infantes eram cerca de 4% do total, porém, os africanos entre 10 e 14 anos figuraram como o terceiro maior contingente etário (Ibid, 1995, p. 59-60). Os dados apresentados por Florentino ressaltam o cenário de uma demografia escrava estruturalmente desequilibrada (maioria homens adultos, com alta mortalidade), baixa presença e interesse comercial de crianças escravas.

No que diz respeito às duas primeiras divisões textuais feitas por Manolo em sua tese - *Parte I: Do tráfico de almas para o Brasil, Parte II: Da demanda e oferta*, dimensões e dinâmica interna, todas as menções a infantes foram apresentadas. A *Parte III: Da lógica do traficante* - poucas informações ele forneceu sobre a questão do infante, os dados eram

[5] A flutuação entre o uso da palavra infante e criança é empregado considerando-se que durante a escrita de “Em Costas Negras” o uso da expressão ‘criança’ não foi encontrado, entretanto é um termo a ser utilizado posteriormente em outros escritos de Florentino a serem analisados.

esparsos e se concentraram a pequenos números, por exemplo, de "crias de pé", no espaço de um navio negreiro. A quarta divisão da tese: *Das relações do tráfico com a sociedade e a economia do Rio de Janeiro*, apresentou resultados semelhantes às anteriormente mencionadas.

Para além disso, ainda que a criança, ou infante, não apareça como destaque, e de forma geral seja brevemente mencionada no decorrer do texto, os apêndices produzidos durante a pesquisa e produção de *Em costas negras* trazem diversos dados e análises possíveis. Entre eles o apêndice 6[15], intitulado "Distribuição, por idade e sexo, dos escravos africanos exportados por via terrestre e marítima a partir do Valongo e do porto da cidade do Rio de Janeiro, 1822-1833" apresenta, a partir do Códice 425 do Arquivo Nacional, o número de infantes e a porcentagem destes dentro da lógica do tráfico negreiro. Os dados demonstram que a presença dos infantes perfaz 20,4% dos escravos, dos quais 57 eram meninos e 23 meninas. Este primeiro dado traz à luz e desmistifica a ideia de que a presença de crianças no tráfico de escravos era nula ou quantitativamente inexpressiva.

O segundo artigo de Florentino que se propõe a correlacionar o tráfico transatlântico e os infantes possui um hiato de 23 anos entre a produção anterior, entretanto os dados apresentados ampliam as percepções iniciadas na tese de doutorado de Manolo e constroem novas conexões entre as costas e o oceano. Intitulado "Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil. 1810-1850", publicado pela primeira vez em 2016, traz um aprofundamento na questão da criança escrava. É o segundo texto com a autoria de Florentino que compreende

esse assunto de forma específica e o segundo também elaborado em parceria com outro pesquisador especialista em escravidão. Em colaboração com Carlos Valencia Villa, o trabalho produz um novo panorama a respeito da Lei Feijó[6] e insere uma conexão entre uma crítica historiográfica e a presença de crianças africanas no tráfico negreiro.

As fontes utilizadas para a produção da pesquisa foram novamente os inventários *post-mortem* de donos de fazenda do século XIX, correspondências ambos documentos disponibilizados pelo Arquivo Nacional[7], há para a produção do texto também dados do The Atlantic Slave Trade Database: Voyages (TASTD).

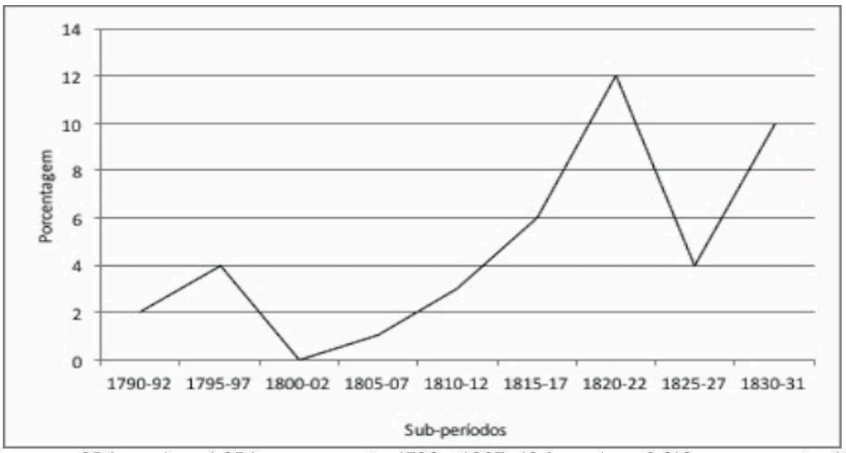
No que diz respeito à abordagem metodológica, o texto traz à tona as dificuldades da análise de dados sobre a criança escrava[8], a principal delas sendo a falta desses dados, não há uma sistematização das fontes disponíveis. Nas palavras dos autores:

> Embora forneça a quantidade de africanos desembarcados no Brasil para todo o período 1791-1850, apenas até o primeiro decênio do século XIX o TASTD registra de modo sistemático as porcentagens de infantes entre eles. Daí em diante esse tipo de informação praticamente desaparece da documentação luso-brasileira. (Villa, 2016, p. 4)

Das contribuições deste artigo, podem-se destacar as seguintes: a possibilidade de que as pressões exercidas a partir do paulatino estrangulamento do tráfico atlântico pelos ingleses, tenham funcionado, e a resposta do mercado interno brasileiro se voltou ao aumento da

[6] Promulgada em 7 de novembro de 1831, pelo então Imperador Dom Pedro I, esta lei é comumente conhecida na historiografia brasileira como “lei para inglês ver”.
[7] ARQUIVO NACIONAL, Real Junta do Comércio, caixa 449, pacote 1.
[8] A partir dos estudos mais recentes de Florentino, o termo criança se torna comum.

presença de crianças e mulheres, numa tentativa de "maximizar os potenciais reprodutivos" (Ibid, 2016, p. 11) como representado no gráfico abaixo:



Obs: Amostragem – 25 fazendas e 1.054 escravos entre 1790 e 1807; 49 fazendas e 2.618 escravos entre 1810 e 1826; 17 fazendas e 839 escravos entre 1826 e 1831.

Gráfico 1 - Participação (%) de crianças de ambos os sexos entre os escravos africanos das fazendas de 20 ou mais, Rio de Janeiro, 1790-1831. Fonte: Valencia Florentino, 2016.

Da interpolação dos dados cruzados com os navios que tinham destino ao Brasil e foram reconduzidos a Serra Leoa os resultados mostram um cenário que, apesar da manutenção e contínua preferência por cativos adultos do sexo masculino, a presença daquilo que os autores traduziram de muleques para criança[9], se torna cada vez mais proeminente:

[9] A discussão pode ser melhor aprofundada em (Ibid, 2016, p. 6).

	1790-1807		1810-1825		1826-1830	
FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL	**1-9**	**+20**	**1-9**	**+20**	**1-9**	**+20**
% DE ESCRAVOS DETIDOS	19,8	50,7	9,5	75,4	11,6	74,3
TAXA GERAL DE AFRICANIDADE	**58,1**	**42,3**	**59,9**	**65,0**	**64,7**	**48,1**
TAXA DE MASCULINIDADE ENTRE OS AFRICANOS	64,2	63,1	56,8	73,8	65,8	67,2
TAXA DE MASCULINIDADE ENTRE OS CRIOULOS	59,0	50,5	54,4	54,8	57,1	51,9
TAXA GERAL DE MASCULINIDADE	**61,6**	**54,4**	**55,2**	**67,5**	**61,6**	**59,5**
% DE INFANTES (0-14 ANOS)	27,1	30,8	25,2	22,0	26,1	30,2
% DE ADULTOS (15-40 ANOS)	51,1	51,8	50,8	57,7	60,4	55,5
% DE IDOSOS (+ 41 ANOS)	21,8	17,4	24,0	20,3	13,5	14,3
TAXA DE DEPENDÊNCIA	**0,96**	**0,93**	**0,97**	**0,73**	**0,66**	**0,80**
CRESCIMENTO ANUAL DO TRÁFICO	0,35		2,40		4,50	

Tabela 1 - Variação das taxas (%) de crescimento médio anual do tráfico, da africanidade, da masculinidade, da participação dos grandes grupos etários, e da posse de cativos (por faixas de tamanho de plantéis de escravos), agro fluminense, 1790-1830. Fonte: Valencia, Florentino, 2016.

Famílias e sociabilidades escravas

A exposição a seguir se concentra em dois eixos temáticos essenciais, de que forma Florentino abordou o que poderia ser a criança como indivíduo e os espaços de sociabilidade escrava. O próximo texto essencial a este tear é a publicação feita em conjunto com o Dr. José Roberto Pinto de Góes, frequente colaborador nos textos de Florentino.

Publicado pela primeira vez no livro organizado por Mary Del Priore, *História das Crianças no Brasil*. Este foi um dos primeiros trabalhos de Manolo, ainda que em coautoria, a tratar especificamente da criança escrava como possibilidade de objeto historiográfico. Não por acaso o ensaio foi frequentemente citado em trabalhos focados na presença do infante na história da escravidão.

O enfoque deste ensaio é a criança escrava observada na realidade agrária do Rio de Janeiro, de acordo com os autores "as que viveram e morreram" (FLORENTINO, 2007, p. 178). A partir desse recorte, Florentino e Góes trazem novas perspectivas sobre a demografia dos infantes utilizando como fonte inventários *post-mortem* datados de 1789 a 1830 e os livros de batismo do mesmo período.

Entre esses dados devemos ressaltar que, em média, as crianças representavam duas a cada dez cativos e que os números variam entre fazendas mais ou menos afastadas do mercado de escravos. Na leitura realizada pelos autores, o aspecto mais fundamental ao estudo de infantes não era o comércio ou participação destas dentro do sistema escravista, mas sim os dados de fecundidade das cativas e a mortalidade infantil.

Um aspecto que é levantado por Florentino e por Góes, mas que possui ampla possibilidade de estudo, é a existência de propriedades cujas escravarias eram unicamente formadas por crianças ou possuíam estas como maioria. A percepção de que os infantes teriam pouco valor ou participação dentro da escravidão, mas, ao mesmo tempo, a constatação da existência de fazendas que só possuíam crianças escravas,

parece algo contraditório.

Outro ponto essencial no processo de formação das crianças escravas era a catequização. Somados à entrega à comiseração de Deus, o adestramento delas era também realizado pelo trabalho: o objetivo era a formação de um escravo e o aprendizado de um ofício. (Ibid, 2007, p. 184)

Questão anteriormente levantada por este artigo, Florentino e Góes encontraram uma possível solução para enfim determinar o que constituiria uma criança escrava:

> Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorava as habilidades que aos poucos se afirmavam. Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho que levava o melhor e o mais do tempo, diria Machado de Assis. Aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial. Assim é que, comparativamente ao que valia aos quatro anos de idade, por volta dos sete um escravo era cerca de 60% mais caro, e por volta dos 11, chegava a valer até duas vezes mais. Aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos. (Ibid, 2007, p. 185)

Refletir sobre a baliza de idade para definir o que é ou não uma criança na história está intrinsecamente ligado às percepções do que a sociedade e o tempo entendiam como infante. Entre as interpretações possíveis, o parâmetro de perda da infantilidade para um cativo utilizado foi a mensuração da capacidade de trabalho. Somadas às cargas laborais, outro ponto que caberia um estudo mais aprofundado, mas ainda não se encontra na historiografia, diz respeito às “pequenas humilhações e

grandes agravos" (Ibid, 2007, p. 186) as quais estavam submetidas as crianças escravas.

De forma conclusiva, Florentino e Góes, assim como em outros trabalhos, se voltam à questão monetária, focalizando o discurso e sua análise histórica na quantificação e estudo pecuniário das crianças escravas. De todo modo, abrem espaço, nesse ensaio, para a seguinte discussão historiográfica: "Todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma infância escravizada produzia um adulto peculiar. Eles estavam certos: também pelo adulto se pode conhecer a criança que não é mais" (Ibid, 2007, p. 188).

O próximo trabalho a ser abordado é outro considerado célebre na produção historiográfica de Florentino, *A paz nas senzalas*, publicado pela primeira vez em 1997, senzalas soma os esforços e dados recolhidos por Florentino e José Roberto Góes para um estudo sobre o papel da família escrava no Brasil. Interseccionando a família escrava com os dados sobre o tráfico atlântico de escravos no período de 1790 a 1850, o estudo tem como pano de fundo o mundo rural fluminense.

As fontes utilizadas para esse trabalho foram variadas. Entre as principais destacam-se os inventários post-mortem[10]. De forma secundária, podemos listar o uso de testamentos, processos-crimes, registros de batismo, correspondências, crônicas e relatos de viagem.

[10] Inventários presentes no Arquivo Nacional, especialmente aqueles com os anos terminados zero, um, cinco, dois, seis e sete, e um exemplar de 1789, no período que compreende de 1790 a 1830, somando os registros de cerca de 6.620 cativos. A seleção dos inventários foi baseada, especialmente naqueles que continham informações simultâneas sobre sexo, idade, naturalidade, preço e condições de saúde.

Os principais conceitos discutidos ao longo desta obra giram em torno de dois eixos: apresentar a possibilidade da existência da família escrava e relacionar este objeto ao tráfico atlântico e às flutuações da população africana no Brasil. A partir destas duas premissas, Florentino e Góes ofereceram uma contribuição historiográfica inovadora, por construir a seguinte argumentação:

> [...] a família escrava não era de modo algum mero epifenômeno, nem estava diluída no escopo patriarcal dos proprietários. Tampouco sucumbia à violência nem era, primariamente, um veículo de controle senhorial. Pelo contrário, ao caracterizar-se enquanto meio de organização e pacificação dos cativos, ela lhes fornecia sólidos pilares para a construção reconstrução de padrões mentais e de comportamento próprios de uma cultura afro-brasileira. (Florentino, 1997, p. 37)

A primeira parte do estudo foca no debate historiográfico, nas fontes e justificativas para a existência e formulação do trabalho; a segunda parte busca expor os dados levantados, os quais interessam ao presente artigo, uma vez que tais dados apontam para a presença dos infantes e suas correlações com o tamanho das fazendas e escravarias as quais estes eram cativos; a concepção do que seria o sentimento de uma família entre escravos; e para os perfis possíveis destas famílias e o mantimento da integridade desta família escrava. Na terceira parte da obra, que encerra o estudo, é uma soma das análises sociais feitas durante o decorrer do livro e os dados levantados pelos historiadores.

Tratando especificamente da criança, os resultados desta primeira fase de produção, que incluem o objeto em questão, são escusos, escassos e trazidos à tona em pequenas citações ou de forma tímida entre as páginas. Todavia, ao somá-los a investigação e conjuntura formada por

Florentino e Góes, é possível traçar o que pode ter sido a realidade enfrentada pelos infantes[11].

A título de exemplo, a seguinte tabela é pertinente ao cômputo dos dados elaborado pelos autores, ferramentas que podem gerar pontos de partida para a análise da criança escrava, sendo os principais pontos a serem destacados, a presença constante dos escravos de 0-14 anos no decorrer do tráfico transatlântico, em especial quando correlacionado ao crescimento das taxas de adultos e ao crescimento do tráfico:

[11] É interessante observar, que ao contrário do livro "Em Costas Negras", o termo criança aparece no decorrer do texto, há ainda uma clara predileção para o termo infante, entretanto no decorrer da escrita, há a presença corriqueira da expressão 'criança'.

Faixa de tamanho de plantel	1790-1807		1810-25		1826-30	
	1-9	+20	1-9	+20	1-9	+20
Escravos detidos	19,8	50,7	9,5	75,4	11,6	74,3
Taxa geral de africanidade	59,0	48,1	59,9	61,7	61,7	48,1
Taxa de masculinidade						
entre os africanos	64,2	63,1	56,8	73,8	65,8	67,2
entre os crioulos	59,0	50,5	54,4	54,8	57,1	51,9
Taxa geral de masculinidade	61,6	56,6	55,2	65,7	62,6	59,8
Infantes (0-14 anos)	27,1	30,8	25,2	22,0	26,1	30,2
Adultos (15-40 anos)	51,1	51,8	50,8	57,7	60,4	55,5
Idosos (+ de 41 anos)	21,8	17,4	24,0	20,3	13,5	14,3
Taxa de dependência	0,96	0,93	0,97	0,73	0,66	0,80
Crescimento do tráfico	0,35		2,40		4,50	

Tabela 2 - Variação das taxas de crescimento médio anual do tráfico, da africanidade, da masculinidade, da participação dos grandes grupos etários e da posse de cativos por faixa de tamanho de plantel de escravos (1790-1830) (em %). Fonte: Florentino, 1997.

Apesar das altas taxas de mortalidade, a presença dos infantes sempre se mantém em porcentagens estáveis de 20 a 30% no crescimento médio anual. As taxas de africanidade são trazidas com frequência no decorrer do estudo, pois, de acordo com Florentino e Góes, havia constantemente um sentimento de inimizade entre os escravos, seja por cor ou origem étnica.

Daquilo que pode ser inferido, como o "sentimento de ser membro de uma família entre escravos" (Ibid, 1997, p. 61) há complicações metodológicas: o cruzamento de famílias não pode ser feito a partir dos nomes devido à falta de informações nas fontes; os registros de batismo

pouco discriminam as relações entre os pais e filhos[12]. Fato é, para Florentino e Góes, a partir dos registro acima mencionados:

> A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes aos outros senhores, e em casos eventuais, com alguns proprietários. (Ibid, 1997, p. 76)

O foco no texto são essencialmente as relações matrimoniais. Contudo, ainda que não tenha sido possível captar especificamente em alguns inventários, como o de José Cardoso dos Santos e Cosme dos Reis, ambos inventários expostos na Tabela 3, os pais que viviam com seus filhos em plantéis, é possível resgatar "além dos casais com filhos e mães solteiras e/ou viúvas, os pais viúvos, os irmãos órfãos e os parentes que extrapolaram os núcleos primários formados por esposos ou pais e filhos". (Ibid, 1997, p. 87)

O que surpreende são as demonstrações apenas dos 'rebentos' sobreviventes. Em especial, há uma rica análise do cruzamento de dados da mortalidade infantil e as relações destas crianças. Vale destacar: sete em cada dez crianças, do nascimento até os 4 anos, conviviam com pai e/ou mãe; entre 5 e 9 anos, a proporção chegava a oito em cada dez[13].

[12] A depender da configuração da família, era comum nomear as crianças a partir do nome dos padrinhos.
[13] Não importando o critério adotado, o índice na análise dos dados sempre aponta para uma menor taxa de crianças de até 4 anos.

José Cardoso dos Santos									
Faixa etária	*Número de escravos*	*Número de infantes ligados aos irmãos ou pais e/ou mães*	*Número de infantes ligados a qualquer parente*	*A*	*B*	*C*	*D*	*E*	*F*
0-4	25	18	22	3	13	8	0	1	0
5-9	38	29	37	1	23	9	1	4	1
10-14	25	16	21	4	13	4	0	0	3
Total	88	60	80	8	39	21	1	5	4
Pascoal Cosme dos Reis									
Faixa etária	*Número de escravos*	*Número de infantes ligados aos irmãos ou pais e/ou mães*	*Número de infantes ligados a qualquer parente*	*A*	*B*	*C*	*D*	*E*	*F*
0-4	51	51	51	0	17	3	31	0	0
5-9	34	34	34	0	6	1	21	6	0
10-14	44	44	44	1	8	1	28	6	0
Total	129	129	129	1	31	5	80	12	0

Tabela 3 - Variação dos tipos de família a que pertenciam os infantes dos plantéis de José Cardoso dos Santos (1815) e Pascoal Cosme dos Reis (1852). Fonte: Florentino, 1997.

Das entranhas, do tráfico interno, das conclusões

Encerro esta análise com aquele que foi o primeiro artigo ao qual obtive contato do tema da criança escrava como fonte histórica e o qual me motivou a produção do presente trabalho. O texto, no entanto, foi a última produção de Florentino sobre infantes cativos. Publicado em conjunto com Valência Villa, este ensaio dos pesquisadores referidos anteriormente apresenta um levantamento de dados sobre o tráfico interno e pouco disserta sobre uma efetiva explicitação da lógica do tráfico interno de escravos e o papel das crianças escravizadas dentro desse cenário.

O foco desta publicação, acredito que tenha sido sinalizar possíveis caminhos para ao suscitar um debate que ainda possui diversas lacunas, a questão do comércio interno de escravos, que por si só é um tema recente dentro da historiografia sobre a escravidão. De produção mais tímida ainda, ou quase inexistente, estão as crianças. O grande diferencial

deste trabalho, é a nova possibilidade de fonte, os Passaportes produzidos pela Intendência Geral da Corte. Disponíveis a partir do Arquivo Nacional, o recorte temporal possível, pelas fontes circunda os anos de 1809-1834.

Fato é que a proposição de se voltar ao tráfico interno de escravas no momento inerente a proibição do tráfico transatlântico, abre um novo leque de possibilidades para pesquisa, destaco especialmente a necessidade de que a historiografia se amplie a respeito da microeconomia da escravidão.

A historiografia da escravidão no Brasil, está em constante expansão e aprofundamento, analisar as contribuições de Manolo Garcia Florentino, promovem um ponto de partida essencial para debates contemporâneos da História. Ao longo de sua trajetória acadêmica Florentino, propôs inovações e perspectivas antes pouco exploradas pelos historiadores que tratam do tráfico atlântico. As obras aqui abordadas, Em Costas Negras, A Paz das senzalas e os artigos produzidos em co-autoria, introduzem dados e reflexões fundamentais, ainda que o foco nas crianças em um primeiro plano pareça secundário, o esforço apresentado ressalta a necessidade de investigações melhor direcionadas.

Compreender o papel da criança escrava, tanto no contexto demográfico quanto no econômico, emerge como um dos aspectos da complexidade na obra de Florentino. Considerando os dados e análises apresentados, as obras de Florentino representam não apenas um marco historiográfico, mas um convite à ampliação no campo de pesquisa, nas palavras do próprio autor, “o conhecimento histórico é por natureza e inteligência, uma empresa coletiva.” (FLORENTINO,1997, p. 39). A lacuna

existente sobre a criança como objeto de atenção da História, reforça a urgência de investigações que aprofundem a relação entre escravidão, infância e a estrutura social no Brasil, compreender a criança como tema historiográfico é destrinchar o adulto em gestação, conhecendo a infância, abre-se espaço para compreender aquele que será.

Florentino, nos deixa assim, um importante legado: a demonstração de que, mesmo em áreas amplamente estudadas, ainda há espaço para inovações que desafiem silêncios e construam novas perspectivas para melhor compreender o passado escravista.

REFERÊNCIAS

Fontes

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-1850. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 1ª Edição: 1997.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. de. Crianças Escravas, Crianças dos Escravos. *In*: DEL PRIORE, Mary. (org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 177-191, 2007, 1ºedição 1999.

Bibliografia

BOSCARO, Ana Paula Dutra. Sociedade traficante: o comércio interno de escravos no centro-sul brasileiro e suas conexões na primeira metade do século XIX. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2021.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo. Recife, 1822-1850. 2a. ed. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2010

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978;

CONRAD, Robert. Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. Mundos do Trabalho, v. 13, p. 1-21, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1984 9222.2021.e79922. Acesso em: jun. 2024.

OLIVEIRA, R. D. A criança negra escravizada no Brasil: aproximações

teóricas, tramas historiográficas. Revista Outras Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 4–24, 2014. Disponível em:https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/artic le/view/110. Acesso em: 29 out. 2024.

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed.UNICAMP//CECULT, 2000.

SARAIVA, Luiz Fernando; SANTOS, Silvana Andrade dos; PESSOA, Thiago Campos. Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850). São Paulo: Hucitec, 2021

VALENCIA VILLA, C. E; FLORENTINO, M. As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834). Afro-Ásia, n. 61, 2020, p. 7-36. Disponível em: https://doi.org/10.9771/aa.v0i61.36846.

VALENCIA VILLA, C.; FLORENTINO, M.. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo), v. 35, p. 78, 2016.

Gráficos

Gráfico 1: VALENCIA VILLA, C. E. FLORENTINO, M. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo), v.35, n. 78, 2016, p. 9.

Tabelas

Tabela 1: VALENCIA VILLA, C. E. FLORENTINO, M. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo), v.35, n. 78, 2016, p. 12.

Tabela 2: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-1850. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 1ª Edição: 1997, p. 56.

Tabela 3: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-1850. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 1ª Edição: 1997, p. 187.

ARTIGO

O “Projeto Resisto!” do Memorial da Resistência (SP): possibilidade de material pedagógico para a Educação em Direitos Humanos

Milena Gabrielle da Cunha*

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p314-337

resumo

Este artigo analisa os materiais produzidos no "Projeto Resisto!" do Memorial da Resistência, com o objetivo de investigar a viabilidade de sua utilização em sala de aula no contexto da educação para "nunca mais", no âmbito da Educação em Direitos Humanos. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa de caráter documental e bibliográfico, analisando os vídeos e roteiros do projeto à luz de referenciais teóricos sobre memória e justiça de transição. O exame da fonte revela seu enorme potencial enquanto material pedagógico, mostrando-se como uma excelente resposta para dois dos desafios da Educação em Direitos Humanos apontados por Sacavino e Candau (2013): a formação continuada de educadores — através das oficinas oferecidas pela equipe de ação educativa do Memorial — e a produção de materiais de apoio para a utilização em salas de aula. Conclui-se que, embora o material não seja suficiente, por si só, para preencher essa lacuna educacional, ele se configura como um modelo a ser seguido por outras instituições de memória e centros de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em direitos humanos; Memorial da Resistência; Projeto Resisto!.

* Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. Contato: milena.cunha@usp.br. Este artigo é fruto da minha pesquisa de Iniciação Científica, realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, orientada pelo Prof.Dr. Camilo de Mello Vasconcellos e financiada pelo CNPq.

O “Projeto Resisto!” do Memorial da Resistência (SP): possibilidade de material pedagógico para a Educação em Direitos Humanos

Milena Gabrielle Silva da Cunha

Introdução

A noção de “lugares de memória” foi formulada pelo historiador francês Pierre Nora em sua obra Les *lieux de mémoire*, publicada entre 1984 e 1992. Seu objetivo era fazer uma “história da França pela memória” (Gonçalves, 2012, p. 33). Em outras palavras, seu trabalho visava construir uma história da França ancorada para além dos documentos oficiais, incorporando o simbólico e o memorialístico. Nora (2012) os caracteriza como lugares que são simultaneamente materiais – pois demarcam um espaço físico –, funcionais – ao transmitirem uma memória – e simbólicos – ao envolverem, através da escala simbólica, até mesmo os indivíduos que não estavam presentes em sua constituição. Dessa forma, não tratam apenas de espaços dignos de lembrança, mas locais que carregam um componente político, evidenciando a impossibilidade de serem reduzidos à sua materialidade. Como sintetiza o autor:

> [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (NORA, 2012, p. 88)

Neste estudo, mobiliza-se esse conceito para referir-se a lugares que foram cenários de episódios de violências sociais e políticas na história contemporânea e que, posteriormente, passaram por processos de musealização e patrimonialização, tornando-se suportes externos à memória.

Pertinente ao ofício do historiador, a discussão sobre as aproximações e distanciamentos entre os conceitos de *memória* e *história*

torna-se especialmente relevante ao discutir temas relacionados a períodos de violência. Para Napolitano (2019), essa questão deve ser abordada sob uma perspectiva múltipla e não dicotômica pelos historiadores do tempo presente, compreendendo a complexidade que se condiciona a categoria *memória* a partir de experiências de grandes violências perpetradas por regimes totalitários no século XX – como o nazismo e as ditaduras latino–americanas –. Esses eventos concederam um papel importante à vítima e ao testemunho, além de tornarem o *trauma* um elemento recorrente na construção da memória. Para Seligman-Silva (2008, p. 69) “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”.

Ainda de acordo com Napolitano, o trauma implicaria em uma dificuldade de se elaborar um testemunho, ou seja, de tornar o fato traumático em uma “experiência dizível da história”. O autor discute como, a partir de um movimento mais amplo de enfrentamento dessa questão dentro da sociedade, é possível uma escuta institucional voltada para a busca por reparações materiais ou simbólicas. Nesse sentido, as políticas de memória restauradoras não devem ser vistas apenas como formas de ação do Estado nesse processo de revisão do passado, mas também como fruto de mobilizações comunitárias e populares, organizadas tanto por indivíduos envolvidos diretamente quanto por aqueles que não foram vítimas do processo de violência. O Memorial da Resistência, em São Paulo, é um exemplo deste tipo de iniciativa: sua criação é fruto da mobilização do Fórum Permanente de Ex-presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, cujos membros foram vítimas diretas do aparato repressivo.

Segundo Valle e Cury (2012, p. 50), a musealização deste antigo espaço de cárcere atua na elaboração do trauma coletivo, cumprindo uma função pedagógica essencial: conscientizar as novas gerações para garantir a não repetição de rupturas democráticas.

O Brasil se encontra em uma posição delicada na elaboração de suas políticas de memória e justiça transicional. A promulgação da Lei de Anistia em 1979 – durante o processo de redemocratização – atuou como um obstáculo para a responsabilização daqueles que haviam cometido crimes políticos durante o período da Ditadura militar, instaurada no país entre 1964 e 1985. A partir desse contexto, houve tentativas, por parte do Estado, de promover um esquecimento coletivo do conturbado período vivido anteriormente pela sociedade brasileira. Tal cenário pode ser exemplificado pelo recente apoio de significativa parcela da população a discursos promovidos pelo então presidente Jair Bolsonaro (2018–2022), que exaltaram o período ditatorial e buscaram silenciar as memórias das vítimas e sobreviventes. Diante desse quadro, a musealização de um espaço de violência – como o antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), responsável pela prisão e tortura de inúmeras pessoas durante o referido período – emerge como um marco importante na construção de uma nova perspectiva sobre o direito à memória e justiça no Brasil, com potencial para impactar positivamente a sociedade por meio de ações que promovem valores como democracia e cidadania.

O “Projeto Resisto!” do Memorial da Resistência (SP): possibilidade de material pedagógico para a Educação em Direitos Humanos

Milena Gabrielle Silva da Cunha

O Memorial da Resistência é um dos museus vinculados à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do estado de São Paulo e à Pinacoteca do Estado. Está localizado no prédio que, entre os anos de 1940 e 1983, abrigou a sede do DEOPS/SP. Esse organismo foi parte integrante do aparato policial repressivo do governo, atuando desde o período autoritário de Getúlio Vargas, iniciado em 1937, até o regime militar. Durante esse intervalo, o DEOPS/SP esteve envolvido com prisões ilegais, censura, torturas e execuções, sendo oficialmente fechado em 1983. Em 1999 o prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT/SP), iniciando-se, a partir de então, discussões sobre sua nova destinação. Entretanto, foi apenas no ano de 2008 que a instituição recebeu a denominação de “Memorial da Resistência” e, no ano seguinte, em 2009, foi inaugurada com a exposição intitulada Direito à memória e a verdade. A ditadura no Brasil 1964–1985. Assim, mobilizando os pensamentos de Nora (2012), este local pode ser caracterizado como um lugar de memória, que serve de apoio externo à memória social e atua através das esferas simbólica, material e política.

O Memorial possui um plano museológico estruturado em seis linhas de ação: Coleta Regular de Testemunhos, Lugares de Memória no âmbito da Pesquisa, Programa de Exposição, Ação Cultural, Centro de Referência e Ação Educativa (Bruno, 2010). No âmbito do Programa de Ação Educativa, destaca-se a elaboração de materiais de apoio à prática educativa, que representam ricas contribuições ao processo de aprendizagem do público, principalmente o infantojuvenil. Um desses

materiais é o objeto de estudo da presente pesquisa de Iniciação Científica: o “Projeto Resisto!”, um conjunto de materiais elaborados pelo núcleo de ação educativa do museu. O material se estrutura a partir de quatro eixos temáticos – Repressão, Resistência, Patrimônio e Direitos Humanos – e cada um é composto por um vídeo em formato de telejornal, pranchas de apoio ao professor com questões para debate e um roteiro de pesquisa ao acervo de Testemunhos e Lugares de Memória, todos disponibilizados ao público no repositório digital da instituição.

A etapa analítica da pesquisa consistiu no exame detalhado dos vídeos e das bibliografias indicadas nos materiais de apoio, buscando compreender as bases teóricas que fundamentam a proposta pedagógica do Memorial. Complementarmente, recorreu-se a um referencial teórico ampliado que abordasse os temas centrais da investigação, com ênfase na 'Educação em Direitos Humanos' e suas especificidades no contexto brasileiro. Esse percurso permitiu não apenas identificar os conceitos subjacentes ao “Projeto Resisto!”, mas também situá-lo criticamente dentro dos debates contemporâneos da área."

Educação em Direitos Humanos: contextos e conceitualizações

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) promulgada em 1948, marcou o início de um movimento internacional voltado à elaboração de mecanismos jurídicos e sociais destinados à proteção dos direitos humanos. A partir desse momento, intensificaram-se os debates sobre a formulação de medidas capazes de assegurar esses direitos a todos os cidadãos nos Estados que

ratificaram a Declaração No Brasil, essa discussão esteve presente na Constituição em 1988, que, em resposta ao contexto de violações sistemáticas dos direitos humanos durante o período da Ditadura Militar, estabeleceu um conjunto de leis voltadas à promoção e garantia desses direitos por meio de políticas públicas.

A construção de uma cultura dos Direitos Humanos – entendida como um processo de sensibilização e de luta coletiva pela efetivação desses direitos – é inconcebível de forma dissociada da educação. Em 2012, a ONU publicou o documento “Plano de ação: Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos”, que apresenta a seguinte definição:

> “A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana.” (UNESCO, 2012, p. 12)

O objetivo central desse plano é estabelecer diretrizes para a aplicação da Educação em Direitos Humanos em diferentes níveis de ensino. Sua primeira etapa, elaborada em 2012, teve como foco as escolas de educação primária e secundária. Para o êxito dessa implementação, o documento sugere cinco componentes essenciais. Estes incluem o estabelecimento de políticas educativas, como leis e planos de ação, seguidas de sua efetiva aplicação através de estratégias de cumprimento. Além disso, destaca-se a necessidade de um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitoso, bem como a integração transversal dos conceitos

de direitos humanos no ensino. Por fim, prevê-se a formação continuada do corpo docente, capacitando-o para difundir os valores da Educação em Direitos Humanos.

No país, a educação em direitos humanos tem se fortalecido progressivamente, tanto nas políticas públicas quanto nas iniciativas da sociedade civil. Esse avanço tornou-se mais expressivo com a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, lançado em 2003 e revisado em 2006, desenvolvido pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Plano estabeleceu cinco áreas de ação prioritária: Educação Básica, Educação não–Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Segurança e Justiça, e Educação e Mídia.

Neste trabalho, parte-se da definição de Sacavino e Candau (2013, p. 62), que propõem alguns elementos fundamentais para a Educação em Direitos Humanos, sendo eles: uma visão integral dos direitos dos indivíduos, a promoção do empoderamento – principalmente, dos grupos subalternizados na sociedade – e a “educação para nunca mais”. De acordo com as autoras, o primeiro aspecto refere-se à compreensão global e interdependente dos direitos nas dimensões social, econômica e cultural. O segundo, é a promoção de uma formação libertadora, que permita o desenvolvimento da cidadania e do direito à igualdade. Já o terceiro elemento – central para a presente discussão – é a “educação para nunca mais”, definida como:

> “[...] educar para nunca mais é ação pedagógica que resulta da experiência educativa vinculada a um passado que não é só memória congelada, mas experiência que ainda permanece urgente no nosso universo sócio/ político e cultural e é o principal canal de acesso à cidadania.” (VIOLA, ALBUQUERQUE, 2021, p. 393)

Ou seja, educar para nunca mais consiste na promoção do sentido histórico e da valorização da memória, rompendo com a cultura do esquecimento que é ainda muito presente não apenas no Brasil, mas em outros países latino-americanos que não tiveram políticas de reparação efetivas após os períodos ditatoriais vivenciados no continente. Essa perspectiva dialoga diretamente com a análise de Rodino (2012), para quem os conceitos de democracia e direitos humanos são indissociáveis. A autora ressalta que a experiência histórica comprova que o reconhecimento e respeito a esses direitos só são possíveis em um Estado Democrático de Direito — um alerta necessário para países como o Brasil e seus vizinhos latino-americanos, cujas democracias, construídas sobre o legado de longas ditaduras, ainda se mostram frágeis na garantia plena de direitos.

Como ferramenta de uma educação em direitos humanos, o “educar para nunca mais” tem como princípio a formação de indivíduos críticos, politicamente engajados e atentos, que trabalhem valores como a democracia e a participação social e contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária. Essa abordagem contrapõe-se diretamente à cultura do esquecimento, que historicamente privilegiou a perspectiva dos grupos dominantes e proporcionou uma educação que objetivava a obediência e a reprodução de discursos hegemônicos (Sacavino, Candau, 2013, p. 61).

Observa-se que a pedagogia do esquecimento foi extremamente eficiente na empreitada de suprimir os momentos obscuros de nossa história, tendo em vista, por exemplo, os diversos discursos equivocados a respeito do período ditatorial, e até mesmo, o negacionismo científico evidenciado durante a pandemia de Covid – 19.

A educação em direitos humanos não consiste apenas na transmissão de conhecimentos sobre a temática, mas deve partir de uma concepção pedagógica que esteja em consonância com uma visão histórico-crítica que propicie a formação de indivíduos engajados, o empoderamento dos grupos vulneráveis e o resgate da memória da luta pelos Direitos Humanos na nossa sociedade (Sacavino, Candau, 2013, p. 65). Entre os principais desafios do campo, destacam-se: a incorporação da educação em Direitos Humanos nos currículos escolares – com um consenso entre pesquisadores que não se deve criar uma disciplina isolada, mas integrar a temática nos eixos norteadores dos projetos políticos–pedagógicos das unidades escolares, ainda que seja um movimento desafiador –, a formação continuada de educadores e a produção de materiais de apoio para a utilização em salas de aula (Sacavino, Candau, 2013, p. 63).

É precisamente na superação destes últimos desafios que esta pesquisa busca oferecer uma contribuição significativa, ao analisar e difundir os materiais didáticos produzidos no âmbito do *"Projeto Resisto!"*, desenvolvido pela equipe educativa do Memorial da Resistência. Este acervo revela-se como uma ferramenta pedagógica particularmente

relevante para os ensinos fundamental e médio, não apenas por sua qualidade técnica e fundamentação teórica, mas especialmente por sua capacidade de estabelecer conexões entre o passado autoritário e os desafios contemporâneos da democracia. Ao articular memória histórica, reflexão crítica e propostas de ação cidadã, o projeto apresenta-se como uma resposta concreta à lacuna existente na educação em direitos humanos, oferecendo aos educadores recursos que contribuem significativamente para o campo da educação.

O “Projeto Resisto!”: análise e potencialidades

Compreende-se que, no campo museológico, a pauta da Educação em Direitos Humanos entrou em debate a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), no contexto da criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946 e da elaboração da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948. O Memorial da Resistência surge como uma das principais referências latino-americanas no que diz respeito à educação não formal em museus relacionados a essa temática. Faz parte de um movimento que ocorre no Brasil – mais especificamente em São Paulo, na primeira década do século XXI – de reorganização e criação de instituições museológicas que atuam com grupos historicamente privados de seus direitos (Alcântara, 2021, p. 451).

A Educação em Direitos Humanos ganhou notoriedade no debate público brasileiro a partir da década de 1990 quando, após a II Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, o Brasil aprovou um Programa Nacional específico para essa temática (Brasil, 2006) e, em 1997, foi criada a

Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Considerando o papel educativo dos museus – que, no Brasil, elaboram materiais didáticos desde o início do século XX – e sua relevância na construção da memória social, evidencia-se a grande contribuição que os trabalhos dessas instituições podem trazer no âmbito da Educação para nunca mais dentro de uma abordagem da Educação em Direitos Humanos.

O “Projeto Resisto!” foi elaborado pelos educadores do Memorial da Resistência durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, como uma alternativa virtual de atuação do museu. Entretanto, o material revelou-se como uma excelente alternativa para o desenvolvimento de atividades pedagógicas relacionadas à educação para nunca mais. Seu conteúdo aborda conceitos relacionados ao período ditatorial vivido no Brasil, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento da memória histórica dos estudantes.

A elaboração destes materiais pedagógicos não deve ser compreendida apenas como um registro histórico, mas sim, de acordo com Elizabeth Jelin (2002, p. 49), como um exercício efetivo dos “trabalhos da memória”. Para a autora, a memória não é um receptáculo passivo, mas uma construção ativa realizada por sujeitos no presente. Ao transformar o arquivo e o testemunho em material didático, o 'Projeto Resisto!' retira a memória do campo da repetição traumática e a insere no campo da transmissão e do aprendizado.

Como mencionado anteriormente, o material organiza-se em quatro eixos temáticos relacionados à exposição de longa duração do Memorial:

Repressão, Resistência, Patrimônio e Direitos Humanos. Cada eixo conta com um vídeo, um material de apoio ao professor – contendo informações sobre a elaboração dos vídeos e suas potencialidades pedagógicas –, além de versões acessíveis com janela de Libras, legendas em português, inglês e espanhol e audiodescrição. Há também um roteiro de pesquisa que propõe caminhos de pesquisa aos acervos dos programas Coleta Regular de Testemunhos e Lugares da Memória, ambos disponíveis no Repositório Digital do Memorial da Resistência.

O primeiro eixo trabalha com a temática de Repressão. O vídeo com aproximadamente 11 minutos, apresenta o Memorial e a história do edifício, anteriormente ocupado pelo DEOPS/SP. Ao longo do curta, são exibidas esquetes que conceituam o tema central do eixo, seguidas de uma apresentação de parte da exposição de longa duração e da história de Olavo Hansen, preso político que foi morto nas dependências do DEOPS/SP em 1º de maio de 1970. O material de apoio ao professor oferece uma contextualização histórica, sugestões bibliográficas e questões para debate, incluindo dados presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, instaurada pela lei 12.528 de 2011, durante o governo Dilma Rousseff (2010–2014).

Para melhor compreensão das fontes, é necessário também analisar as bases teóricas que fundamentam os materiais e as referências bibliográficas que são indicadas como material complementar para os professores em sala de aula. Uma leitura mais detalhada das fontes levou ao estudo de textos complementares sugeridos, como o “Terrorismo de

Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964–1988)” de Bauer (2005, p. 3), que trabalha o conceito de terrorismo de Estado – abordado no vídeo elaborado pela equipe educativa – definindo-o como o uso combinado de várias estratégias coercitivas – em múltiplas áreas da sociedade, sustentado por um aparato repressivo organizado e incentivado pela estrutura de poder estatal. A publicação do Memorial também conta com sugestões de questões disparadoras para o debate em sala de aula, destacando as potencialidades pedagógicas do material ao promover reflexões importantes que podem ser geradas a partir da construção coletiva de paralelos entre o passado e o presente.

O segundo eixo temático, Resistência política, apresenta o vídeo mais longo entre os materiais analisados, com cerca de 14 minutos de duração. Nele, as principais temáticas são abordadas por meio de esquetes com a participação dos personagens da série, mobilizando, por exemplo, a noção de “minorias sociológicas” para discutir questões como representatividade no poder público. O material de apoio ao professor traz sugestões bibliográficas para aprofundamento e destaca as potencialidades pedagógicas do conteúdo. O roteiro de pesquisa indica lugares de memória como o Estádio do Pacaembu e o Sítio de Ibiúna, palco, em 1968, da prisão de centenas de estudantes durante o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para aprofundamento teórico nesse eixo, são sugeridos dois textos fundamentais que dialogam com o material audiovisual. “A UNE na

resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil–militar” de Sanfelice (2015, p. 68) apresenta uma síntese do envolvimento da UNE com base em documentos e publicações da própria entidade; “Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro” de Santana (2008, p. 287) oferece uma análise das ações de resistência protagonizadas pelos trabalhadores durante a ditadura, destacando o movimento sindical como um dos grandes focos de resistência ao regime. Esses textos indicados dialogam diretamente com os locais indicados no roteiro de pesquisa e com os materiais do Programa de Coleta Regular de Testemunho, como de Djalma de Souza Bom, perseguido e preso no DEOPS/SP por sua atuação sindical.

O terceiro eixo temático trata de “Direitos Humanos”. O vídeo, com cerca de 12 minutos, inicia-se com a leitura do art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo o marco conceitual para a discussão. Em seguida, são apresentadas algumas gravuras da exposição “Canto geral: a luta por direitos humanos” que esteve em cartaz no Memorial entre junho de 2017 e abril de 2022. O material de apoio ao professor oferece uma bibliografia abrangente, cobrindo diferentes momentos históricos sobre o tema. O roteiro de pesquisa sugere como lugar de memória a Rua Maria Antônia, cenário de um conflito emblemático ocorrido em 2 de outubro de 1968 entre estudantes da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, que possuíam perfis ideológicos opostos durante a ditadura.

Como leitura de aprofundamento, é sugerido o texto “Direitos Humanos no Brasil: abrindo portas sob a neblina” de Viola (2007, p. 26), que apresenta um breve panorama acerca dos desafios enfrentados pelo país na elaboração de uma discussão mais ampla sobre os direitos humanos. O autor destaca a necessidade de incluir nessa discussão o questionamento das estruturas históricas de desigualdade social, herança direta do passado colonial e monárquico brasileiro. O texto integra uma coletânea reconhecida na área, oferecendo base sólida para o trabalho docente em sala de aula.

O quarto e último eixo aborda o tema do Patrimônio, em um vídeo de 13 minutos de duração. O curta foca nas questões relacionadas ao prédio que abriga o Memorial, mobilizando sua história para desencadear a discussão. O material de apoio ao professor apresenta o conceito de patrimônio estabelecido pela Constituição Federal de 1988, além de sugerir bibliografia para aprofundamento e questões para o debate em sala de aula. O roteiro de pesquisa sugere como lugar de memória o Parque Ibirapuera, que abriga o “Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos”, inaugurado em 2014. A bibliografia sugerida amplia a discussão sobre patrimônio, permitindo que os professores explorem o tema além dos conteúdos abordados no vídeo. Um dos maiores acertos desse material pedagógico é a indicação de fontes históricas e testemunhais disponíveis no acervo digital da instituição. Ao trabalhar com relatos de vítimas da ditadura militar, o projeto valoriza grupos subalternizados e politicamente perseguidos naquele período.

A análise detalhada do material revelou não apenas sua adequação pedagógica aos Ensinos Fundamental e Médio, mas também sua sólida fundamentação teórica, fornecendo materiais de formação e aprimoramento docente. Essa qualidade ganha destaque ao analisarmos documentos de referência da educação básica – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – onde percebe-se que a Educação em Direitos Humanos ainda é uma lacuna. De acordo com Dering e Gandra (2022), embora o documento possua um caráter normativo e unificador do currículo, ele falha ao não abordar a importância de se conhecer o que são, de fato, os “direitos humanos”. Os autores apontam que a temática aparece no texto de forma fracionada e genérica, figurando apenas como finalidade para outras competências, sem que haja um espaço dedicado a conceituar e discutir a Educação em Direitos Humanos em si. Essa problemática demonstra que, apesar dos avanços significativos nos últimos anos, ainda não há uma efetiva institucionalização da EDH no contexto brasileiro.

Além de contribuir com a produção de materiais de apoio, o projeto avança sobre outra lacuna fundamental do campo. A equipe educativa do Memorial promove formações abertas e gratuitas sobre o uso desse material, detalhando seu processo de concepção e suas potencialidades em sala de aula. Essas formações permitem que os educadores interessados discutam coletivamente suas perspectivas, opiniões e dúvidas sobre o trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Dessa forma, a iniciativa constitui-se também como uma alternativa concreta de

capacitação, respondendo diretamente ao desafio da formação continuada de educadores indicado por Sacavino e Candau (2013).

Dessa forma, os materiais que compõem o “Projeto Resisto!” inserem-se em um contexto mais amplo, abarcando tanto o campo da educação museal quanto a formulação de políticas de memória no Brasil. Considerando os museus como locais essenciais para a promoção dos direitos humanos e para a prevenção de novas violações à dignidade humana por meio da disseminação do conhecimento, entende-se esses materiais como ferramentas fundamentais na luta contra o esquecimento dessas perpetrações e pela afirmação dos Direitos Humanos. Entretanto, uma análise crítica do material aponta para limitações no que tange ao acompanhamento de sua recepção. Nota-se a ausência de um canal institucionalizado para que os professores possam oferecer devolutivas sobre a aplicação prática do material em sala de aula. Da mesma forma, não se identificam mecanismos claros para mensurar o alcance efetivo e o impacto pedagógico do projeto nas escolas. Apontar tais aspectos não diminui a relevância da iniciativa, mas indica a necessidade de implementação de instrumentos de avaliação contínua, fundamentais para o aprimoramento desta ação educativa.

Conclusão

O presente artigo analisou as potencialidades pedagógicas do “Projeto Resisto!”, do Memorial da Resistência de São Paulo, situando-o como um recurso de destaque no campo da Educação em Direitos Humanos. A análise evidenciou que a iniciativa responde de forma efetiva

aos desafios centrais apontados por Sacavino e Candau (2013): a produção de materiais de apoio qualificados para o uso em sala de aula e a promoção da formação continuada de educadores. Ao articular vídeos, roteiros de pesquisa e oficinas, o projeto não apenas disponibiliza conteúdo, mas cria espaços de reflexão docente essenciais para a prática educativa. A pertinência desta iniciativa vai além da resposta a essas demandas pedagógicas imediatas. Conforme aponta Elizabeth Jelin (2002), a memória possui uma temporalidade complexa: é evocada no presente, com raízes na experiência passada, mas orientada por um horizonte de expectativas futuras. Nesse sentido, materiais como o 'Projeto Resisto!' são importantes para sustentar, através da transmissão geracional, o compromisso ético do “nunca mais".

Essa perspectiva adquire maior peso no contexto latino-americano. Em uma região com heranças de regimes autoritários e disputas políticas sobre o passado, a educação para a memória é um campo central para a consolidação democrática. O projeto do Memorial dialoga, assim, com um esforço continental de justiça de transição que compreende a sala de aula como espaço de construção de cidadania.

Conclui-se que, embora o material represente uma contribuição técnica qualificada para a superação dos desafios da área, ele não supre isoladamente as demandas da educação em direitos humanos. Faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas que articulem museus e escolas, bem como a criação de instrumentos para avaliar a recepção e o uso específico dos recursos do “Projeto Resisto!” nas salas de aula. Apenas

com esse acompanhamento será possível dimensionar seu impacto efetivo na prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

Fontes

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Direitos Humanos. Youtube, 8 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n5WIUdedIlw

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Patrimônio. Youtube, 15 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QJABEUnym6w

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Repressão. Youtube, 25 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K9RRWX2DEHU

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Resistência. Youtube, 1 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IsbtkYoCnZI

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Direitos Humanos. Material de apoio ao professor, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Direitos–Humano s–Material–de–Apoio–ao–professor.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Patrimônio. Material de apoio ao professor, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Patrimonio–Mater ial–de–Apoio–ao–professor.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Repressão. Material de apoio ao professor, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Repressao–Material–de–Apoio–ao–professor.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Resistência. Material de apoio ao professor, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Resistencia–Mater ial–de–Apoio–ao–professor.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Direitos Humanos. Roteiro de Pesquisa: Acervo Memorial, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Direitos–Humano s–Roteiro–de–pesquisa–Acervo–Memorial.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Patrimônio. Roteiro de Pesquisa: Acervo Memorial, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Patrimonio–Roteir o–de–Pesquisa–Acervo–Memorial.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Repressão. Roteiro de Pesquisa: Acervo Memorial, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Repressao–Roteir o–de–Pesquisa–Acervo–Memorial.pdf

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Projeto RESISTO! – eixo Repressão. Roteiro de Pesquisa: Acervo Memorial, 2022. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp–content/uploads/2022/05/Resisto–Repressao–Roteir o–de–Pesquisa–Acervo–Memorial.pdf

Bibliografia

ALCÂNTARA, Aureli Alves de. As possibilidades e desafios para a educação em Direitos Humanos no Memorial da Resistência de São Paulo. In: 40 anos de Anistia no Brasil. 2021. Lumem Juris.

BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico–militar de segurança nacional brasileira (1964–1988). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 23, 2005.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério de Educação/Ministério de Justiça/UNESCO, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Plano museológico do Memorial da Resistência de São Paulo. Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC, São Paulo. 2010.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e formação de educadores. Educação. Porto Alegre, p. 59-66, 2013.

DERING, Renato de Oliveira; GANDRA, Gustavo Henrique. Análise da concepção de Direitos Humanos na BNCC em uma perspectiva decolonial. Revista Leia Escola, v. 22, n. 1, p. 58-69, 2022.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. Historiae, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27–46, 2012.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 68, n. 1, p. 18–56, 2019.

NORA, Pierre, e Tradução: Yara Aun Khoury. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós–Graduados de História. v.10, 2012.

RODINO, Ana Maria. Educación em Derechos Humanos para una ciudadania democrática e inclusiva: trabajar en la escuela y desde Educación Fisica. Revista Ensaio: avaliação, política pública, educação. Rio de Janeiro, v.20, 2012.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil–militar. In: Violência e Sociedade em Ditaduras Ibero–Americanas no

Século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EdiPUCRS, p.61–78, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Política & Sociedade, v. 7, n. 13, 2008.

SELIGMANN–SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2008, p. 69.

UNESCO. Plano de ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Brasília: Setor de Ciências Humanas e Sociais da Representação da UNESCO no Brasil, 2012. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147853_por.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos Humanos no Brasil: abrindo as portas sob neblina. In: Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos–metodológicos. João Pessoa, Editora da UFPB, 2007.

_____; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Educação para nunca mais! In: 40 anos de Anistia no Brasil. São Paulo, Lumem Juris, 2021.

VALLE, Carlos Beltrão do; CURY, Marília Xavier. Museu de consciência x memória traumática – O Memorial da Resistência (São Paulo, Brasil). In: Nuevos museos, nuevas sensibilidades. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 43–51, 2012.

ARTIGO

O sigma nas cataratas: o Integralismo em Foz do Iguaçu (1935-1955)*

Diego Monteiro**

Universidade Federal de Integração Latino-Americana

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p338-368

resumo

O presente artigo busca apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a presença e a atividade política de um núcleo da Ação Integralista Brasileira na cidade de Foz do Iguaçu/PR, entre 1935 e 1937. A metodologia utilizada neste trabalho, para a análise e interpretação das fontes encontradas, buscou incorporar estratégias específicas para a análise de fontes periódicas e de documentações produzidas por aparelhos de repressão. Os registros encontrados permitiram situar, também, algumas trajetórias e atuações de ex-membros e supostos simpatizantes da AIB na região, no período entre 1935 e 1955. Com o auxílio das fontes acessadas, foi possível constatar a existência de um núcleo integralista em Foz do Iguaçu nos anos 1930; a presença de alguns de seus membros na câmara de vereadores da cidade; e as ligações do núcleo com órgãos de imprensa integralistas e figuras de destaque do integralismo no Paraná.

PALAVRAS-CHAVES: Integralismo; História política; Repressão.

* Agradeço de forma especial à Profa. Dra. Endrica Geraldo, minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pelas valiosas contribuições fornecidas a esta pesquisa em suas orientações.

** Graduando no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Introdução

Baseada em ideais nacionalistas, espiritualistas, anticomunistas e corporativistas, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi a experiência de um movimento político com inspiração fascista mais bem-sucedida na América Latina, exercendo influência política como um dos maiores partidos da década de 1930, no Brasil republicano (TRINDADE, 1979, p. 11).

Em outubro de 1932, o escritor brasileiro Plínio Salgado comandou a fundação da AIB, associação civil de escala nacional, que se transformou em partido em 1934. Com a instalação do Estado Novo no Brasil, em novembro de 1937, ocorreu a extinção dos partidos e da democracia; mas os "camisas-verdes" continuaram como presença constante na política e na sociedade brasileira nesse período (TRINDADE, 1979, p. 163).

A realização deste trabalho se deu por meio de uma pesquisa em diferentes acervos das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Como fontes locais, foram consultados os livros-ata do arquivo da Câmara Legislativa Municipal de Foz do Iguaçu. Foram analisadas, também, fontes jornalísticas e policiais digitalizadas. Trata-se de materiais do Fundo Plínio Salgado, parte do Arquivo Público e Histórico da cidade de Rio Claro/SP, e do Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), de Porto Alegre, além de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR), através de dossiês temáticos pertencentes ao Arquivo Público do Paraná (APP).

Considerando os jornais como um dos tipos de fontes estudadas, foi

necessário entender, primeiramente, qual era o papel desse tipo de publicação na sociedade do início do século XX. Barros (2021) argumenta que um jornal possui, por trás do conteúdo de suas páginas, pessoas que possuem diferentes intenções e objetivos com sua publicação. Para o autor, todo jornal possui uma intencionalidade, comunicando ideias e valores que refletem no tipo de material que é publicado e que, consequentemente, buscam influenciar, de diferentes formas, a sociedade na qual está inserido (BARROS, 2021, p. 425-426).

Entender que os jornais, enquanto meios de comunicação, não são neutros é importante para compreender como esse tipo de publicação exercia, muitas vezes, uma posição política no contexto em que estava inserido. Como ressalta Barros, devido à grande penetração dos jornais nas camadas sociais da sociedade contemporânea, estes se transformaram em "poderosos atores políticos" (BARROS, 2021, p. 428).

Trabalhar com fontes periódicas implica, ainda, em levar outras questões em consideração. Para De Luca (2005), o historiador dos periódicos lida com o que se tornou notícia, o que faz com que seja preciso identificar as motivações que levaram aquilo a ser noticiado pelo jornal. Mais do que isso, segundo a autora, é preciso atentar-se ao lugar onde o conteúdo foi publicado dentro da estrutura do periódico, à frequência das publicações, aos temas abordados (e como são abordados), à linguagem utilizada e ao público que se desejava atingir (DE LUCA, 2005, p. 140).

O manejo de fontes policiais, por outro lado, requer outros tipos de atenção. Segundo Arlette Farge (2009), os impressos têm como

característica essencial o fato de serem destinados intencionalmente ao público; ou seja, são produzidos e estruturados com a intenção de serem lidos e entendidos por um número grande de pessoas. A documentação de arquivo, entretanto, constitui uma série de vestígios brutos do passado de pessoas que um dia se depararam com a repressão do Estado. São materiais que não foram produzidos a fim de servir de fonte para se contar uma história ou para vir a público, mas para permanecerem guardados nos fundos das gavetas dos arquivos (FARGE, 2009, p. 13).

Em sua análise acerca da repressão ao partido nazista em São Paulo, Ana Maria Dietrich (2007) aponta para a variedade tipológica que pode existir nos materiais presentes em arquivos da repressão. Segundo a autora, "existem relatórios de investigação, ofícios, inquéritos, comunicados, ordens de serviço, mandados de prisão e liberdade, fichas de qualificação, fotografias de identificação, entre outros", além de materiais que não foram produzidos pelos órgãos de repressão, mas que foram apreendidos e anexados aos prontuários como "provas do crime", tais como "panfletos, jornais, fotografias, bilhetes, livros e cadernetas" (DIETRICH, 2007, p. 30).

Em meio a essa pluralidade documental, outro tipo de documento que merece especial atenção são as declarações dos suspeitos. Conforme Dietrich, elas são "apenas parcialmente fiéis, pois foram submetidas à interpretação das autoridades responsáveis pelo registro e passaram pelo crivo policial" (DIETRICH, 2007, p. 30). Logo, ao se estudar esse tipo de fonte, precisamos ponderar a respeito das armadilhas que os arquivos de repressão reservam ao historiador, como bem destaca Pereira (2014), ao

afirmar que

> Cabe ao observador atento desnaturalizar os arquivos policiais que "escondem tanto quanto revelam" e questionar o processo dinâmico de constituição do corpus, os princípios de classificação e catalogação adotados, as escolhas dos indexadores utilizados e as atribuições hierárquicas de valor dadas a cada série de documentos pelos arquivistas e pesquisadores que organizaram os fundos. (PEREIRA, 2014, p. 258)

Quanto à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do governo Getúlio Vargas, esta possuía, de acordo com Angelo Priori (2013), a função de resguardar e garantir os interesses da nação brasileira, em tudo que se referisse à "estabilidade do regime" e à "preservação da estrutura político-social e moral da nação" (PRIORI, 2013, p. 7). De acordo com o autor, qualquer ação ou manifestação que fosse contrária ao poder constituído e ao governo vigente poderia ser entendida como uma perturbação à "ordem política e social", justificando, para a polícia repressiva, a prisão de determinados indivíduos (PRIORI, 2013, p. 10).

Com base nessas orientações a respeito do uso de jornais e de documentação policial como fontes históricas, buscou-se neste trabalho, encontrar, organizar e analisar criticamente menções à presença do integralismo em Foz do Iguaçu e, sobretudo, indícios de militância e/ou atividade política de partidários do movimento na cidade nesses materiais. Isto inclui, por exemplo, buscar notícias nas páginas de jornais integralistas sobre a fundação ou atividades de um núcleo em Foz e por ligações de integralistas fichados pela DOPS com o núcleo da cidade em prontuários policiais.

A motivação para a produção desta pesquisa, por sua vez, surgiu de

uma característica da sociedade iguaçuense contemporânea. Nas últimas eleições para presidente, em 2018 e 2022, e, em especial, na última eleição municipal, em 2024, a cidade de Foz do Iguaçu, embora em um contexto multinacional e multiétnico, caracterizado por uma tríplice fronteira (com a Argentina e o Paraguai), composta de uma notável diversidade cultural e linguística e de distintos e constantes fluxos migratórios, apresentou, por parte de seu eleitorado, aderência a personagens e propagandas políticas caracterizadas por elementos e discursos nacionalistas, autoritários e de direita.

Esta pesquisa não busca remontar as origens de um aparente atual nacionalismo iguaçuense à Era Vargas e ao Integralismo, senão mostrar que o discurso patriótico estava fortemente ligado à política do município já nas suas primeiras décadas enquanto emancipado.

Além disso, nos parece importante trazer à tona a(s) história(s) dos agentes que espalhavam e militavam esse discurso no território da fronteira trinacional e mostrar seus diferentes caminhos trilhados após o golpe do Estado Novo, em 1937. Não obstante, não é de interesse deste artigo defender uma continuidade direta e linear entre os períodos e processos históricos distintos aqui citados, mas recuperar a existência de outras experiências relacionadas a essas questões.

A ideologia integralista e a própria Ação Integralista Brasileira foram abordadas por pesquisadores brasileiros em diferentes momentos de produção historiográfica. Edgar Bruno Franke Serratto (2007) observa que durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, o tema do Integralismo não foi de interesse dos historiadores nacionais (SERRATTO, 2007, p. 1-2). Foi

apenas na década de 1970 que surgiram os primeiros trabalhos que tinham a AIB como principal objeto de pesquisa. A obra de Hélgio Trindade (1979), publicada pela primeira vez em 1974, Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930, é, segundo Serratto, a principal obra daquele novo momento, pois analisa a AIB dentro dos contextos socioeconômicos, político e cultural do Brasil naquele período, ao mesmo tempo que faz comparações com os fascismos europeus e produz retratos sociológicos dos líderes e militantes do Sigma (SERRATTO, 2007, p. 4).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os estudos acerca do movimento integralista deixaram de tratar dos aspectos autoritários e fascistas e passaram a focar em suas especificidades, como a participação de imigrantes alemães e italianos, negros e militares no movimento; aspectos regionais, práticas ritualísticas e simbologia; além do antissemitismo presente em obras de autores integralistas (SERRATTO, 2007, p. 6). Os estudos sobre o Integralismo no Paraná, no entanto, são recentes. Rafael Athaides é o historiador que apresenta o maior número de publicações sobre o assunto, todas a partir da década de 2010, trabalhando principalmente com fontes jornalísticas, como os periódicos integralistas A Razão, A Offensiva e O Monitor Integralista. É de importância também reconhecer trabalhos como o de Luciana Athaides (2015), que aborda uma vasta documentação da DOPS-PR. Carmencita de Holleben Mello Ditzel (2004) e Eliziane Gava (2016 e 2023) estudam a difusão das ideias integralistas, seu respectivo movimento e suas relações com a política, nas cidades de Ponta Grossa e Guarapuava,

respectivamente. Por fim, as demais produções historiográficas sobre o tema têm como objeto de estudo os integralistas da pequena Teixeira Soares, chamada de "cidade integralista" à época da militância do Sigma, como o trabalho fundamentado por Luiz Gustavo de Oliveira e Cláudia Monteiro Gomes da Silva (2012). Ademais, há uma carência na produção historiográfica sobre a região de Foz do Iguaçu, no intervalo que vai do final da passagem da Coluna Miguel Costa-Prestes pela cidade, em 1925, até o início da construção da Ponte Internacional da Amizade, em 1956, um recorte temporal em que, justamente, se encaixa o período de análise deste artigo. Como exemplo dos poucos trabalhos que se encaixam neste recorte, é importante citar os estudos de Micael Alvino da Silva sobre os conflitos entre a DOPS-PR e os "súditos do eixo" da região, que se tratavam, em suma, de imigrantes e descendentes de alemães e italianos perseguidos pelas forças de repressão do Estado Novo (SILVA, 2021). Há, portanto, uma Foz do Iguaçu "pouco desbravada" pelos historiadores nesse período.

A fundação do núcleo de Foz do Iguaçu e seu(s) chefe(s)

A Ação Integralista Brasileira se fortaleceu no Paraná ao longo do ano de 1935. De acordo com Rafael Athaides (2011), além da capital do estado, Curitiba, mais regiões iniciaram a instalação e subsequente consolidação de seus próprios núcleos, sendo elas: o Litoral, o Sul, o Centro, o Norte e o extremo Oeste paranaenses (ATHAIDES, 2011, p. 16).

A região Oeste, vista pelos integralistas da província paranaense como um lugar selvagem e isolado, era considerada de suma importância para que o movimento estivesse presente desde o Atlântico até a extrema

fronteira do estado com os países vizinhos (ATHAIDES, 2012, p. 129-130). A ideia de um extremo-oeste remoto e "vazio" não era exclusiva aos camisas-verdes, visto que, de acordo com Liliane da Costa Freitag (2007), o Estado brasileiro também considerava essa região como um "vazio demográfico":

> Muito embora fosse apresentado, ainda no início do século XX, como um território vazio e inóspito, aparentemente sem civilização, muitos estrangeiros e migrantes lá se mantinham vivendo de seu trabalho e de sua produção em sua maioria no interior de grandes propriedades denominadas de obrage. Esse termo, retirado do castelhano, passou a designar extensas unidades extrativistas de erva-mate e madeira instaladas em regiões de clima subtropical, na Argentina e no Paraguai. (FREITAG, 2007, p. 23-24)

O próprio Plínio Salgado já havia pensado o Oeste, em sua obra A Voz do Oeste, um romance ambientado no período colonial brasileiro, como um espaço desabitado, que, por meio da marcha dos bandeirantes paulistas, deveria ser civilizado através da ocupação e da conquista (MELLO; TREVISAN, 2023, p. 141). Esse discurso é semelhante ao utilizado pelos integralistas para sua expansão ao oeste paranaense, mas, desta vez, os "bandeirantes" eram os próprios camisas-verdes.

Como Athaides também já havia assinalado, a proximidade com as Cataratas do Iguaçu era um fator carregado de simbolismo para os adeptos do Sigma. Jorge Lacerda, um dos principais líderes da AIB no Paraná e diretor do periódico integralista "A Razão", com sede em Curitiba, chegou a comentar nas páginas do jornal que seus companheiros integralistas de Foz do Iguaçu poderiam até "sentir a propria voz do Brasil, espumando desesperadamente na garganta incomensurável de seus abismos, como num grito de dôr e de desespero, dirigido ao céo, que

parecia, já nos havia abandonado" (A Razão, 27/09/1935)[1]. A fundação de um núcleo na Tríplice Fronteira era, portanto, uma questão simbólica, política e ideologicamente importante para os principais nomes do movimento no Paraná.

A imprensa, por sua vez, constituía um instrumento fundamental para a expansão do integralismo pelo país, como demonstra Rodrigo Santos de Oliveira (2009), que afirma que sua extensa rede de jornais e revistas doutrinárias, que chegou a somar mais de cem periódicos, foi a principal forma de inserção social do movimento no Brasil dos anos 1930 (OLIVEIRA, 2009, p. 14). Além disso, a Ação Integralista Brasileira foi o primeiro partido ou movimento brasileiro a se utilizar de forma radical e sistemática da imprensa como um meio fundamental de propaganda (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

Conforme Oliveira, para Salgado, os impressos teriam a função de construir uma concepção e uma identidade nacionais, por meio de seu caráter pedagógico entre a população e do controle da opinião pública (OLIVEIRA, 2017, p. 32). Nas palavras do chefe dos integralistas, à imprensa caberia a tarefa de "teorizar e doutrinar" para que fosse possível "orientar e conduzir" (OLIVEIRA, 2017, p. 32).

Assim como comentado anteriormente por Athaides (2012), foi também no A Razão que, em 1935, mais precisamente em agosto, apareceram as primeiras informações sobre os adeptos do Sigma em Foz do Iguaçu. De acordo com o jornal, havia, naquela ocasião, 36 filiados à AIB

[1] Optou-se, ao longo deste trabalho, em todas as citações diretas de documentos, pela exata transcrição dos textos.

na cidade, que ainda não possuía seu núcleo formado oficialmente. Este seria formalmente oficializado entre o final de outubro e o início de novembro do mesmo ano, liderado pelo professor Carlos Zewe Coimbra (A Razão, 07/10/1935).

A notícia não chegou por acaso. Carlos Zewe se correspondia com o periódico de Curitiba, sendo responsável por enviar as informações do núcleo da fronteira até a capital, angariando, inclusive, novas assinaturas para o jornal. Entre elas, destaca-se a de Frederico Eschmann, um colono de Villa San Pedro, no Paraguai, que teria se interessado pelo conteúdo do jornal-propaganda do Sigma. Ao final de outubro de 1935, A Razão noticiava que o núcleo iguaçuense já contava com 58 membros, um crescimento expressivo em poucos meses de existência (A Razão, 07/10/1935).

Em novembro daquele ano, informações sobre o braço da AIB em Foz do Iguaçu apareceriam novamente nas páginas de um jornal do Sigma, desta vez no A Offensiva:

> Um dos ultimos que teve seu nucleo installado foi o longinquo e fronteiriço municipio de Foz do Iguassú, limitrophe com o Paraguay e a Argentina. Entregues os seus destinos ao enthusiasmo e ao ardor jovem do bravo companheiro Zeve Coimbra, o recem-fundado nucleo da Foz do Iguassú se apresenta desde já como um dos mais futurosos da provincia paranaense, sendo extraordinario o numero de Inscriptos até esta data. (A Offensiva, 16/11/1935, p. 10)

Como é possível observar, há uma ênfase do jornal ao quão distante é o município de Foz do Iguaçu, levando em consideração, é claro, que A Offensiva era publicado no Rio de Janeiro, à época capital da República. Uma interpretação possível é que, ao mostrar que o integralismo havia

chegado até os limites do país, o periódico realiza uma exaltação do alcance da ideologia e do partido (AIB), com o intuito de provocar uma sensação de que o Sigma estava no auge de sua popularidade.

Além disso, pode-se perceber, neste trecho, uma manifestação do caráter nacional da Ação Integralista Brasileira. Em contraposição aos partidos estaduais que dominavam a política no Brasil dos primeiros anos da República até a década de 1930, a AIB se mostrava como o primeiro partido de mobilização nacional no país, que estaria presente em todos os cantos da nação. É interessante comentar também que apesar de mencionar que havia um "extraordinário numero de inscriptos", a matéria em questão não fornece os números exatos de membros do núcleo iguaçuense. O "bravo companheiro com ardor jovem" era natural da cidade da Lapa, também no Paraná. Carlos Zewe Coimbra foi professor, vereador de Foz do Iguaçu e, posteriormente, por um pequeno período, chegou a presidir a câmara municipal local, no período entre 1936 e 1937.

De acordo com os registros das Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Coimbra assumiu, pela primeira vez, uma cadeira na casa em 1932, ainda como membro do Partido Social Democrático (PSD), e retornou em setembro de 1936 como suplente. Essa filiação seria o assunto inicial de que trataria em um discurso seu, transcrito na ata da sessão ordinária de 30 de setembro de 1936, atribuído, porém, à sessão do dia 28 de setembro do mesmo ano, de cunho bem acalorado, que se inicia com uma explicação inicial, em tom de prestação de contas, do então vereador aos demais companheiros de legislatura.

Ao discursar, Carlos Zewe se apresentava como fundador do núcleo

integralista de Foz do Iguaçu, pelo qual, segundo ele, se tornou chefe. Sua migração partidária teria ocorrido após um desentendimento doutrinário e ideológico com seu ex-partido, o PSD, principalmente porque, segundo Coimbra, o partido não havia apresentado "programma algum" ao município. A troca, ainda de acordo com o vereador, teria ocorrido pouco tempo após as eleições municipais de 1935, nas quais foi eleito como suplente pelo PSD. Porquanto, dizia-se livre para tomar qualquer posição política que desejasse dentro da câmara.

Entretanto, alegava que, desde que se declarou integralista, "não teve mais sossego" e passou a ser perseguido dentro e fora do meio político, citando suas exonerações dos cargos de inspetor escolar do município e, principalmente, dos postos de professor e de diretor do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, o qual ocupava desde 1931, considerando, além disso, seus afastamentos como ilegais.

Nas suas palavras, sentia-se, no entanto, realizado: "Os meus inimigos gratuitos estão contentes, porém eu rio-me delles e sinto-me feliz de ter cumprido com o meu dever" (Ata da Sessão Ordinária do dia 30/09/1936). Consta em documentação disponibilizada pelo antigo Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, atualmente 5º Colégio da Polícia Militar do Paraná, que Carlos Zewe Coimbra, de fato, deixou a direção da instituição, a qual passou a ter uma nova diretora apenas em 1937.

Citando o lema do movimento: "Deus, Pátria e Família", Coimbra continuou o discurso, se declarando como "integralista convicto" e se designando como representante do integralismo naquela câmara, ao lado

de seu “prezado chefe” e dos demais “companheiros de ideal"[2] lá presentes. O então vereador explica, ainda, que, ao contrário de seu ex-partido, o PSD, a AIB possuía um programa a ser defendido, o qual, nas suas palavras:

> É muito simples: 1º Não fazer opposição systematica; 2º Não combater nem apoiar o situacionismo; 3º Apoiar e prestigiar as auctoridades de qualquer côr política, porque ellas encarnam a lei, a disciplina e a ordem; 4º Apoiar e defender todos os projetos, quer da situação, quer da opposição, com tanto que visem o bem público e combater os de que sentido contrario; 5º - Trabalhar, trabalhar e trabalhar, deixando os interesses pessoaes e politiquês nefastos de lado, visando unicamente o engrandecimento da Pátria comum, com toda a elevação de sentimentos. (Ata da Sessão Ordinária de 30/09/1936)

O discurso prossegue com um protesto do chefe do Sigma iguaçuense contra o fechamento de núcleos e escolas integralistas no Paraná e na Bahia, se manifestando contrário

> às violências, perseguições e arbitrariedades de que são víctimas os meus companheiros de todo o Brasil, victimas desses attentados só pelo facto de quererem um Brasil unido, grande e forte, culto, progressista e respeitado. Só pelo facto de quererem ver respeitada e garantida a sublime e sacrosanta trilogia de Deus, Pátria e Família. (Ata da Sessão Ordinária de 30/09/1936)

Coimbra provavelmente se referia ao estado de repressão em que a Ação Integralista se encontrava em 1936, no Paraná. Em maio daquele ano, o governador do estado, Manoel Ribas, havia ordenado o fechamento de todos os núcleos integralistas em todo o território paranaense, com a justificativa de que a AIB realizava “atividades subversivas” (ATHAIDES, 2012, p. 205-206).

[2] Não foi possível identificar quem seriam esses “demais companheiros de ideal” citados por Coimbra. Entretanto, sua menção a esses indivíduos denota a presença de mais membros do núcleo integralista de Foz do Iguaçu na câmara legislativa municipal, composta pelo pequeno número de seis mandatários naquela legislatura.

Conforme Athaides, durante o período de proibição de reuniões oficiais, os integralistas paranaenses buscaram alternativas para continuar com suas atividades de militância, como encontros cívicos, passeatas, missas e aniversários (ATHAIDES, 2012, p. 208). Entretanto, não sabemos se a mesma estratégia se deu no núcleo de Foz do Iguaçu, mas é visível que os integralistas do município utilizaram seus cargos políticos no legislativo para se defenderem e se posicionarem contra as atitudes repressivas de Ribas.

Nestes dois últimos trechos do discurso, Coimbra apresenta o integralismo como uma alternativa à política considerada tradicional, e que o movimento teria como foco o desenvolvimento e o bem da nação brasileira. Pode-se perceber também um desdém em suas palavras quanto à classe política local da época, algo que é reforçado posteriormente em uma crítica do vereador aos servidores que aceitavam cargos públicos e os abandonavam, como pode ser visto em:

> [..] protesto contra a attitude de alguns fatricios eleitos para esta Camara, que não comparecem ás sessões, obrigando a convocação dos suplentes, attestando assim, falta de patriotismo, entravando os trabalhos desta Camara, prejudicando inadiaveis e sagrados interesses quer do povo que representam, quer do municipio, sacrificado de mil e uma maneiras differentes. Sou desta opinião: uma pessoa aceitando um cargo qualquer, deve cumpri-lo, do contrario, não deve aceitar, e deixar assim de prejudicar os seus semelhantes, cedendo o lugar para os que querem trabalhar [..]. (Ata da Sessão Ordinária de 30/09/1936)

Quanto ao “prezado chefe” ao qual Carlos Zewe Coimbra se refere em seu discurso, trata-se do ex-prefeito e, à época, vereador de Foz do Iguaçu, Heleno Schimmelpfeng. Membro de destaque da política local naquele contexto, Heleno era filho de Jorge Schimmelpfeng, primeiro

prefeito do município. Seguindo os passos de seu pai, foi nomeado prefeito em 1928, sucedido em 1930 por Júlio Pasa (SILVA, 2014).

Continuou na política municipal como vereador e, com a criação do núcleo integralista da cidade em 1935, se filiou ao partido de Plínio Salgado. De acordo com uma ficha individual de Carlos Zewe Coimbra produzida pela DOPS, por volta de 1936, Schimmelpfeng assumiu a chefia do núcleo de Foz do Iguaçu, após uma renúncia de Coimbra, possivelmente motivada pelas exonerações que o professor sofreu por sua opção partidária (DOPS/PR, Ficha Individual 09.313).

Em novembro de 1936, Coimbra foi eleito para a presidência da câmara, cargo que ocupou até o fechamento da casa após o golpe do Estado Novo em 1937. A eleição chegou a repercutir, mesmo que de forma muito modesta, fora dos limites do pequeno município: segundo a ata do dia 7 de dezembro de 1936, foi lido, neste dia, um ofício da "Associação Integralista Brasileira"[3] agradecendo a comunicação da posse de Coimbra como presidente da câmara.

Carlos Zewe Coimbra, Heleno Schimmelpfeng e os "demais companheiros de ideal" permaneceram por pouco tempo, cerca de alguns meses a um ano, como vereadores e militantes integralistas na cidade. Entretanto, um episódio legislativo se destaca: em 4 de junho de 1937, Heleno Schimmelpfeng pediu que a câmara nomeasse um representante em Curitiba para que este "agisse junto aos poderes públicos". Para isso,

[3] O termo que se refere ao partido de Coimbra é acompanhado no registro da ata pela sigla "A.I.B", o que denota um provável erro da escrivã ao transcrever o acontecimento na correspondente ata, trocando "Ação" por "Associação".

indicou o chefe da província paranaense da AIB, o advogado Manoel Vieira Barreto de Alencar, para ocupar o cargo, sugestão que, de acordo com a ata do mesmo dia, foi aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão[4].

Ao final de 1937, com o fechamento da câmara, Coimbra foi remanejado pelo interventor do Paraná, Manoel Ribas, para a cidade de Cornélio Procópio, ao norte do estado, onde, de acordo com a documentação da DOPS, continuou a exercer suas atividades como militante integralista.

A trajetória dos ex-chefes no pós-fechamento da AIB

De acordo com Gonçalves e Caldeira Neto (2020), Getúlio Vargas teria prometido o cargo de ministro da Educação à Plínio Salgado em troca do apoio ao golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, mas entregou aos camisas-verdes nada mais do que o fechamento da AIB.

Guilherme Costa Pimentel (2021) aponta que o fato do golpe ter sido apresentado como uma reação a uma ameaça comunista e como o fim da "ordem política então vigente" agradou aos integralistas, o que gerou uma série de elogios ao presidente Vargas e outras simpatias (PIMENTEL, 2021, p. 333). Entretanto, segundo Gilberto Calil (2005), com o rompimento com o novo regime, os camisas-verdes tornaram-se isolados, derrotados e com sua imprensa e atividades proibidas, o que levou a um levante armado em maio de 1938 (CALIL, 2005, p. 176-177).

[4] Não foi possível constatar, até o presente momento, se Alencar de fato ocupou a dita posição.

No dia 11 daquele mês, grupos de integralistas organizaram uma série de ações coordenadas ao redor do país contra o governo. A principal das ofensivas foi uma tentativa de assassinato e de golpe de Estado contra o presidente Vargas, liderada pelo militar e integralista Severo Fournier, que resultou em uma troca de tiros e quatro mortos nos jardins do Palácio Guanabara, residência do presidente da República no Rio de Janeiro (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 61-66).

Conforme Calil, a execução da chamada "Intentona Integralista" "foi completamente desastrosa para os revoltosos, nas várias frentes previstas em seu plano" e resultou na prisão de cerca de 1.500 pessoas. Entre os camisas-verdes, o saldo foi de cerca de 300 condenados (CALIL, 2005, p. 179-182). As condenações, entretanto, segundo Calil, foram seletivas, visto que a repressão atingiu sumariamente os baixos escalões da AIB (CALIL, 2005, p. 182).

Em meio a esse cenário de repressão aos integralistas, no período após o levante de maio de 1938, o ex-chefe do núcleo da AIB em Foz do Iguaçu, Carlos Zewe Coimbra, se deparou com a polícia política em junho daquele ano. Como Luciana Athaides (2015) já havia atestado, naquela ocasião, ele voltava de Curitiba, de onde provavelmente teria se encontrado com lideranças da AIB no estado.

Fazendo uso de três nomes falsos, ao tentar visitar Lauro Montenegro, ex-Chefe Integralista da Lapa, na prisão da mesma cidade, Coimbra foi preso pela delegacia de polícia local (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312). Com ele foram apreendidos uma fotografia dos membros do núcleo da Tríplice Fronteira, uma relação sobre a criação de um

sub-núcleo, material de propaganda integralista (uma espécie de hino datilografado) e um pedaço de uma carta que provavelmente seria da esposa de Coimbra (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312).

O documento apreendido com ele seria de um pedido para a nomeação de Manoel Laurindo para o cargo de Chefe Integralista de um núcleo que seria fundado em Cornélio Procópio, assim como ordens para que fossem fornecidos materiais integralistas ao mesmo. Já o pedaço de carta em sua posse fornecia avisos de cuidados que Coimbra deveria tomar em sua visita a Procópio, destacando a rua da delegacia da cidade e seus riscos.



Imagem 1: Fotografia dos membros do núcleo integralista de Foz do Iguaçu apreendida junto a Carlos Zewe Coimbra. Fonte: DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312.

A fotografia acima foi atribuída pelas autoridades do DOPS como um registro dos membros do núcleo do Sigma em Foz do Iguaçu e é, até o presente momento deste estudo, a única imagem encontrada (DOPS/PR,

Pront. 0695, Top. 312). Na imagem, em primeiro plano, podemos identificar um grupo de 17 pessoas, todas fardadas com o uniforme integralista, com o característico sigma bordado nas mangas das camisas verdes.

Em um segundo plano, há duas mulheres que observam a cena, sendo razoável supor que fossem esposas de membros do núcleo. Já ao fundo, há uma cerca e uma construção de madeira, possivelmente a sede do núcleo, com duas bandeiras alçadas, que, apesar de estarem cortadas na fotografia, é possível inferir, de acordo com registros de outras localidades e seus núcleos, que fossem as bandeiras do Brasil e do Integralismo. Um desses registros disponíveis é o seguinte:



Imagem 2: Fotografia dos membros do núcleo integralista de Ponta Grossa-PR, 1937.
Fonte: DOPS/PR, Pront. 1172, Top. 140.

Há uma série de diferenças entre as duas imagens. A fotografia acima é um registro de um espaço cerimonial fechado, enquanto a

primeira se trata de uma captura em espaço aberto. O registro de Ponta Grossa conta com uma adição de elementos, como adereços decorativos, uma bandeira do Sigma à frente dos integrantes e um retrato de Plínio Salgado ao fundo. Entretanto, a ideia de os membros do núcleo posarem para o fotógrafo, junto aos símbolos da AIB, acompanhados pelas duas bandeiras, está presente nas duas imagens.

Isto não ocorre por acaso. Como bem aponta Ana Maria Mauad (1996), a fotografia não se trata de uma "cópia fiel da realidade", mas de um instrumento que

> para além da sua gênese automática, ultrapassando a idéia de analogon da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica. (MAUAD, 1996, p. 75)

Ainda conforme Mauad, a fotografia é o produto de um trabalho social que busca a produção de sentidos baseados em convenções, tradições e outros códigos culturais, mas que "assumem funções sígnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem" (MAUAD, 1996, p. 78).

Portanto, nem o lugar de captura, nem a posição dos fotografados, e muito menos quem aparece na fotografia são elementos aleatórios, mas que possuem intencionalidades e finalidades bem definidas. No caso dos registros fotográficos dos núcleos integralistas acima, provavelmente a ideia era registrar suas composições em determinadas cerimônias, encontros ou ritos doutrinários.

Ademais, em uma relação de “extremistas políticos” feita pela DOPS durante o Estado Novo, Coimbra é listado como suspeito de ter participado do levante integralista de 1938, e sua prisão na Lapa é justificada pela tentativa de visitar seu pai, Jorge Zewe Coimbra, que também seria integralista, na prisão. Jorge também é citado na mesma relação, descrito como austríaco, com 60 anos de idade, e como morador de uma colônia de imigrantes europeus na Lapa. Sua prisão, assim como a de seu filho, teria sido motivada por suspeitas de participação na intentona integralista (DOPS-PR/Prot. 1172, Top. 140).

Além disso, conforme o prontuário, Carlos Zewe Coimbra era irmão de Estevam Zewe Coimbra, uma das principais figuras do integralismo em Ponta Grossa-PR (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312). Estevam chegou a ocupar o cargo de Chefe do núcleo da cidade, que em 1935, era um dos mais relevantes e numerosos polos integralistas na província paranaense, contando com mais de 400 filiados no dito ano (ATHAIDES, 2015, p. 54). Parece, portanto, ser razoável dizer que a ideologia do movimento estava muito ligada à vida da família Coimbra, que estava presente de forma ativa em mais de um núcleo da AIB no estado do Paraná.

Ainda que a participação de Jorge Zewe Coimbra, um homem do campo, colono, já de idade avançada, no levante de 1938 não seja atestada pelos documentos acessados até a realização deste trabalho, pode-se dizer que a atividade de Estevam Coimbra como líder em Ponta Grossa justificou, para as autoridades de repressão, a prisão de seu irmão na Lapa no mesmo ano. Da mesma forma, a militância dos irmãos Zewe na AIB pode indicar também uma adesão parecida do pai ao integralismo. No

entanto, é possível que houvesse um exagero das autoridades em relacionar o colono da Lapa à intentona dos integralistas.

Quanto a Schimmelpfeng, há poucas informações sobre sua atuação no recorte temporal que corresponde à interrupção do legislativo em Foz do Iguaçu, em 1937, até sua reabertura em 1947. Um depoimento que prestou à polícia local, no caso de uma apreensão de uma carga de cafeína em 1943, disponível nos arquivos do DOPS, sugere que o ex-chefe integralista teria passado a trabalhar como despachante aduaneiro no aeroporto da cidade (DOPS/PR, Pront. 0499, Top. 55). De acordo com seu auto de declarações, Schimmelpfeng atuava como representante da Pan American Airways (companhia aérea estadunidense) e, portanto, foi incumbido de responder pela irregularidade da dita carga.

No que diz respeito a outros possíveis integralistas que residiriam no município no período de atividade do núcleo (1935-1937) e nos anos pós-fechamento da AIB, não encontramos mais nomes ou informações, exceto um incidente. Trata-se de um ofício de abril de 1944, endereçado de um informante em Foz do Iguaçu ao Comando da 5ª Região Militar do Exército, em Curitiba, em que é listada uma série de nomes de "subversivos" residentes na Tríplice Fronteira que seriam ameaças à segurança nacional.

Nessa listagem, temos uma série de nomes associados ao nazismo, além de duas menções a supostos integralistas iguaçuenses. De acordo com o documento, o primeiro, Henrique Alves de Souza, além de partidário do Sigma, também seria dono de um armazém. Já Emílio Matte é descrito como brasileiro, esposo da tabeliã da cidade, integralista e "favorável à

vitória do Eixo" (DOPS/PR, Pront. 1333, Top. 156).

Esses dois nomes, entretanto, devem ser lidos com um pouco de cautela. Levando em consideração que a relação foi produzida em um contexto de "caça às bruxas", a investigação parece relacionar pessoas com sobrenomes alemães e italianos com o Eixo; entretanto, não somente não apresenta quaisquer fundamentos para a acusação, como as relaciona também com o integralismo. Conforme Micael Alvino da Silva (2021), esse documento diz muito mais sobre quem o escreveu do que, necessariamente, sobre as pessoas citadas (SILVA, 2021, p. 101).

É importante ter em mente que, de acordo com Dietrich (2007), quando lidamos com documentos dos órgãos de repressão na história, entre eles o DOPS, nos deparamos com o discurso oficial vigente em seus contextos de produção, assim como com os julgamentos pessoais de cada policial (DIETRICH, 2007, p. 28). Do mesmo modo, é preciso levar em conta que, diversas vezes, a "Polícia Política criava e (re)criava os suspeitos de crimes políticos" (DIETRICH, 2007, p. 28). Porquanto, é plenamente possível que isso tenha ocorrido no caso de Henrique Alves de Souza e Emílio Matte.

É relevante e interessante observar que, embora citado na ficha de Carlos Coimbra, aparentemente, o nome de Heleno Schimmelpfeng, enquanto militante do Sigma, foi ignorado pelas autoridades, mesmo com o ex-chefe integralista permanecendo na região ao longo da Segunda Guerra Mundial. Isso levanta questionamentos acerca das possíveis razões para a ausência de outras menções à sua atuação como integralista.

De acordo com Silva (2014), seu pai, Jorge Schimmelpfeng, primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, era chamado de “coronel” pela população e detinha grande poder na região no início do século XX. Faleceu em 1929, um ano após Heleno assumir a prefeitura do município. Pode-se supor que Heleno tenha herdado parte da influência e do prestígio do pai, o que explicaria a continuidade de sua atuação em cargos públicos e, aparentemente, não ter se deparado com a repressão enfrentada por outros militantes integralistas.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu foi reaberta no ano de 1947 e, com as eleições municipais de junho de 1951, Heleno Schimmelpfeng retornou à Câmara, dessa vez como suplente. Em dezembro de 1951, assumiu o cargo e passou a atuar politicamente pelo Partido Republicano (PR). Isso evidencia a relevância de sua figura na política local, mesmo após 14 anos longe de um assento como vereador.

Renunciou ao cargo de vereador em 21 de novembro de 1955. Nessa ocasião, recebeu um voto de louvor de Sady Vidal, presidente da câmara, e dos demais vereadores por seus serviços prestados ao município.

Considerações finais

Para encerrar, é interessante que recapitulemos os resultados da pesquisa que resultou neste artigo. Em primeiro lugar, atestamos que há indícios históricos suficientes para afirmar que existiu um núcleo integralista na cidade de Foz do Iguaçu no período entre 1935 e 1937. Este não somente mantinha contato com a imprensa do movimento na capital do estado, mais precisamente com o jornal “A Razão”, mas também

possuía ligações com outras figuras integralistas do Paraná. Além disso, foi possível verificar que alguns membros desse núcleo, em especial dois de seus líderes, tiveram passagens pela política local, atuando como vereadores e, no caso de Carlos Zewe Coimbra, até como presidente da câmara legislativa municipal.

Em segundo lugar, em um momento posterior ao fechamento da AIB no país, observa-se que Coimbra, já afastado da região da Tríplice Fronteira, foi alvo da polícia repressiva, assim como alguns de seus familiares, enquanto Heleno Schimmelpfeng, ex-chefe integralista, prefeito e vereador em Foz do Iguaçu, não apenas continuou a residir na cidade, mas também retornou à política nos anos 1950.

Ademais, entende-se que as menções ao integralismo na cidade de Foz não se encontram todas em um único local, preservadas e organizadas, mas que se tratam de vestígios espalhados em fontes periódicas, policiais e administrativas. Há ainda uma fonte que não pôde ser trabalhada neste artigo, mas que merece especial atenção.

Trata-se de uma entrevista de Sady Vidal, político que foi presidente da câmara municipal nos anos 1950, ao jornal iguaçuense Nosso Tempo, no ano de 1980. Durante a entrevista, Vidal menciona alguns “integralistas do seu tempo” e afirma que eles se tratavam de “uma minoria sem significância” (Nosso Tempo, n° 2, 10/12/1980, p. 6). Por abarcar a questão da memória, essa menção requer um estudo mais aprofundado e focalizado, que não foi possível de ser incluído neste trabalho.

Compreendemos ainda que estudar como o movimento integralista

se manifestou e como se deu a atuação de seu núcleo em uma região de Tríplice Fronteira é importante para entendermos melhor a expansão de ideologias de extrema direita no Brasil na primeira metade do século XX.

O resgate de narrativas e símbolos do integralismo e do fascismo, como a trindade "Deus, Pátria e Família", por exemplo, é um elemento que se faz presente na atual conjuntura política nacional. Isso pode contribuir para os debates a respeito do recente fortalecimento dessas ideologias que, quase cem anos depois, de forma ainda mais acentuada, nas décadas de 2010 e 2020, alcançaram grande projeção, não só no cenário brasileiro, como também no âmbito internacional.

Por fim, reafirmamos que, embora Foz do Iguaçu se tratasse de uma pequena cidade no início do século XX, com pouca presença do Estado brasileiro, distante das capitais e demais centros populosos do país, esta pesquisa logrou encontrar evidências significativas sobre a expansão e circulação de ideias e militância integralista na região. Este trabalho pode, portanto, contribuir para uma melhor compreensão não somente das ações da AIB no estado do Paraná, mas, em contexto nacional, ao trazer mais elementos sobre as redes de contato e trajetórias desses militantes.

REFERÊNCIAS

Fontes periódicas

A Razão. Curitiba, Ano I, N° 18, 22, 23 e 26. Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural/Instituto de Cultura, PUCRS - Porto Alegre, RS.

A Offensiva. Rio de Janeiro, Ano II, N° 79, 16 de novembro de 1935. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público Histórico de Rio Claro/SP.

Nosso Tempo, Foz do Iguaçu, Ano I, N° 2, 10 de dezembro de 1980. Nosso Tempo Digital. Disponível em https://www.nossotempodigital.com.br. Acesso em 27/11/2024, às 14:09.

Fontes policiais

Carlos Zewe Coimbra: Relação de extremistas presos e fichados. Prontuário 1172, Topografia 140. Dossiê Fotos Integralistas. Dops-PR, Arquivo Público do Paraná.

Carlos Zewe Coimbra: Prontuário Individual. Prontuário 0695, Topografia 312. Dops-PR, Arquivo Público do Paraná.

Jorge Zewe Coimbra: Relação de extremistas presos e fichados. Prontuário 1172, Topografia 140. **Dossiê Fotos Integralistas**. Dops-PR, Arquivo Público do Paraná.

Heleno Schimmelpfeng: Auto de apreensão e auto de declarações, 02/10/1943. Prontuário 499b, Topografia 55. **Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu"**, Dops-PR, Arquivo Público do Paraná.

Fontes administrativas

Livros-ata das Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu: Períodos de 1914-1933, 1936-1947 e 1947-1956. **Arquivo da Câmara Legislativa Municipal de Foz do Iguaçu**.

Outros

Acervo digital "Museu do Bartolomeu". 5° Colégio da Polícia Militar do Paraná. Disponível em https://www.cpmfoz.com.br/documentos-historicos. Acesso em 05/02/2025, às 15:30.

Bibliografia

ATHAIDES, Luciana. **A Dops paranaense frente à ação integralista brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do "atentado contra o regime" à "associação nazi-integralista". Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2015.

ATHAIDES, Rafael. **A instalação da província paranaense da AIB**: do "início esquecido" à fundação oficial (1932-1934). IN: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

_____. **As paixões pelo sigma**: afetividades políticas e fascismos. 2012. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica**. Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 52, p. 397-419, 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no processo político brasileiro** – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2005.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às Suásticas.** O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações Autoritárias**: O Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2007.

GAVA, Eliziane. **O Fenômeno fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Oeste Paranaense**: Conflitos políticos na região de Guarapuava/PR (1935-1938). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

_____. **O Fascismo integralista e as disputas pelo poder**: onde se caçam os guarás (1935-1938). Guarapuava: Unicentro, 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O Fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. 1° ed. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos**.** IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 3° ed. São Paulo. Editora Contexto, 2005, p. 112-156.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996, pp. 73-98.

MELLO, Alan Daniel de Brito; TREVISAN, Natália Peixoto. A "geografia fantástica" e a polêmica identidade paulista: A Voz do Oeste de Plínio Salgado (1895-1975). **Boletim Paulista de Geografia**, 1(109), 2023, pp. 132–145.

OLIVEIRA. Luiz Gustavo; MONTEIRO, Claudia. Práticas coronelísticas e integralismo em Teixeira Soares - PR (1930-1937). **Revista Tempo, Espaço, Linguagem.** Irati, v. 03, n. 01, 2012, p. 98-119.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937).** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. IN: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org). **Entre tipos e recortes: memórias da imprensa integralista.** Vol. 1, 2° ed. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2017.

PIMENTEL, Guilherme Costa. **A "ameaça verde" sobre Minas: organização, desenvolvimento e extinção da AIB (1932-1938).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2021.

PRIORI, Angelo. **Polícia Política e sociedade**: funcionamento e métodos de Ação do DOPS/PR no primeiro período do Governo Vargas (1930-1945). IN: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. **Estudos sobre o Integralismo e seus momentos.** IN: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2007.

SILVA, Micael Alvino da. **A Segunda Guerra Mundial e a Tríplice Fronteira**: a vigilância aos "súditos do Eixo" alemães e italianos. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

_____. **Breve História de Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** 2º ed. São Paulo: Difel, 19.

Imagens

Imagem 1: Fotografia dos membros do núcleo integralista de Foz do Iguaçu apreendida junto a Carlos Zewe Coimbra. Fonte: DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312.

Imagem 2: Fotografia dos membros do núcleo integralista de Ponta Grossa-PR, 1937. Fonte: DOPS/PR, Pront. 1172, Top. 140.

ARTIGO

Os conflitos de representação na formação dos Estados Ibéricos modernos (1580 - 1640)*

Vítor Borges Rodrigues**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p369-397

resumo

No ano de 1578, o desaparecimento de D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir produziu uma crise sucessória no trono português, comprometendo a autonomia lusitana garantida por Afonso Henriques após a Batalha de Ourique em 1139. A ascensão de Filipe II de Castela ao trono de Portugal foi condicionada por exigências portuguesas, sendo a principal a possibilidade de representação da monarquia a partir da transferência da corte para Lisboa. O não cumprimento dos termos estabelecidos nas Cortes de Tomar (1581) inaugurou uma sequência de textos – tanto literários, como políticos – a respeito da honra e dignidade do reino de Portugal. Nos interessamos pelos defensores da precedência portuguesa na representação da monarquia, e como a proximidade à figura do monarca revela o caráter compósito dos Estados modernos ibéricos. A partir da análise do *Tratado sobre a precedência do reino de Portugal ao reino de Napoles* (1597), do frei beneditino Bernardo de Braga, e do *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias* (1627), de Pedro Barbosa, é possível o entendimento dos conflitos de representação como um dos elementos nas disputas que construíram a monarquia compósita hispânica, caracterizada pelo posicionamento do rei como árbitro último e maior intermediador das querelas políticas.

PALAVRAS-CHAVES: Estados modernos; Precedência; Representação.

* Agradeço à Profª. Dra. Ana Paula Torres Megiani pela orientação e parceria na iniciação à vida acadêmica. À Priscila Borges Rodrigues, maior incentivadora e revisora dos textos dessa pesquisa. À Marina Belisário, referência ímpar na amizade e nos caminhos da educação popular. E aos colegas do Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna, por transformarem a iniciação científica em uma prática de companheirismo.

** Graduando em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e membro do Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna (Gehim). Esse artigo é resultados da pesquisa intitulada A questão da precedência: os conflitos de representação dos reinos na Monarquia Hispânica (1580 - 1640), financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Introdução

Os conflitos de representação na Península Ibérica na Época Moderna reacenderam-se de maneira recorrente por aqueles que se sentiam prejudicados nas disputas hierárquicas na estrutura da monarquia. A convergência dos interesses – entre nobres ou entre reinos – nos assuntos de ordenação embaraçavam as tentativas da coroa pela garantia da justiça devida a cada uma das exigências. Para além do lugar ocupado nos Conselhos e na corte, as disputas pela precedência ocupam o espaço dos litígios por privilégios, favorecimento pelo rei e reconhecimento da honra; é a busca por um poder simbólico que se traduz na conquista ou preservação de poderes políticos (CUNHA, 2015).

Este artigo busca o entendimento dos conflitos de precedência e a sua inserção nas dinâmicas entre os poderes locais e o poder central no tempo de união entre as coroas de Portugal e Castela, a partir da análise de dois documentos, o *Tratado sobre a precedencia do reino de Portugal ao reino de Napoles*[1] (1597), do frei beneditino Bernardo de Braga, e o *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias (1627),* produzido por Pedro Barbosa e publicado por Miguel de Vasconcelos e Brito. Ambos os textos defendem a primazia do reino de Portugal aos reinos de Aragão e das duas Sicílias, na ordem de nomeação dos títulos da Monarquia Hispânica.

O primeiro documento é um manuscrito produzido no ano anterior à

[1] Códice composto por 81 documentos de variados assuntos, entre eles: correspondências, poemas e documentos de ordem política. Encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em: 1112 Miscelânea 1500/1700 MSLIV Manuscritos da Livraria 1280/1900. Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4724057.

morte de Filipe II[2], , momento de solidez da união das coroas apesar do afastamento de 14 anos entre a cidade de Lisboa e o rei com sua corte, em razão do estabelecimento do Pacto de Tomar (1581) como resultado da concórdia entre rei e reino. O segundo documento, impresso publicado por Miguel de Vasconcelos e Brito no ano de 1627, está em outro momento da União das Coroas Peninsulares, caracterizado pela hostilidade e ruptura a partir das políticas de tendência centralizadora de Filipe IV e seu valido, o Conde-Duque de Olivares. Entretanto, *Memorial de la preferencia*... foi produzido por Pedro Barbosa de Luna, morto no dia 23 de outubro de 1621, localizando parte significativa da produção de suas obras – e potencialmente esta também – ao longo do reinado de Filipe III, caracterizado pela indiferença e afastamento em relação ao reino de Portugal. É importante destacar essas classificações dos reinados filipinos em Portugal e do estudo dos 60 anos de união a partir dessas divisões cronológicas como uma tendência historiográfica tradicional e artificial (SCHAUB, 2001, p. 9-10).

A distância de 30 anos entre a produção do *Tratado sobre a precedência*... e o *Memorial de la preferencia*... indica, não apenas a continuidade das queixas portuguesas em relação aos termos firmados em Tomar em 1581, mas também a persistência das disputas entre os reinos, direcionando as respectivas exigências para o intermediário central do poder político, o monarca dos Áustria da Espanha. A posição central do rei nas tentativas de resolução dos conflitos dos seus vassalos exige uma reflexão a respeito do fortalecimento monárquico. Enquanto a coroa atua como centro das decisões, a estrutura política da Monarquia Hispânica possibilita a negociação entre os reinos e as disputas pela representação

[2] Para a nomeação dos reis do Portugal filipino, optamos por manter a tradição espanhola, com referência a Filipe II de Espanha e I de Portugal apenas como Filipe II; a Filipe III de Espanha e II de Portugal como Filipe III; e a Filipe IV de Espanha e III de Portugal, como Filipe IV. Isso, com o intuito de evitar confusões na nomeação dessas figuras.

nas hierarquias, forjando discursos com argumentações históricas e sobre a natureza dos reinos. Os litígios pela precedência são um dos aspectos de disputa entre as instituições na construção do Estado Moderno (CURTO, 2011, p. 317).

A análise dos dois documentos em questão permite, pois, a compreensão da posição simbólica e política ocupada pelo reino de Portugal na Monarquia Hispânica, as relações entre os reinos submetidos a Castela – tanto entre si quanto com a coroa – e do processo de construção das estruturas formadoras do Estado na Época Moderna, em específico na Península Ibérica ao longo dos séculos XVI e XVII. Dessa forma, interessa-nos a condução deste texto em três eixos: 1) o anseio português pelo protagonismo europeu; 2) os conceitos de precedência e representação no século XVI e XVII; 3) a inserção dos conflitos de representação na discussão sobre a formação dos Estados modernos.

Dentre os desejos portugueses decorrentes do processo de negociação entre Filipe II e os estados e corporações da sociedade portuguesa, destacamos a intenção pela centralidade política como sede do poder régio, central para a discussão em relação aos conflitos de representação, em específico as disputas por precedência. Importa-nos, neste texto, definir os conceitos de *representação* e *precedência* circunscritos na lógica das dinâmicas políticas do Antigo Regime. Enquanto o primeiro enquadra-se em uma solução encontrada na Idade Moderna para a impossibilidade de onipresença física do rei em todos os reinos sob seu domínio, o segundo configura uma tradição medieval de ordenação – seja dos indivíduos, casas nobres, reinos – que na Idade

Moderna, nesse caso específico, ganha contornos mais complexos em razão da multiplicação de instituições representativas, em disputa para a ocupação de uma lugar mais proeminente na ordem de apresentações.

Buscamos entender as possibilidades do processo formativo do Estados Modernos na Península Ibérica a partir dos conflitos por precedência na ordenação das hierarquias da Monarquia Hispânica, mobilizando categorias como a *monarquia compósita*, termo criado por Helmut Georg Koenigsberger e defendido por John Elliott, explicitando a coexistência de vários reinos sob o domínio de uma coroa a partir da manutenção das especificidades – tradições, costumes, leis –, como a jurisdicionalidade no governo político do reino português.

Os litígios por precedência contribuem para a compreensão da coexistência das formas políticas reinóis e das aspirações executivas da coroa.

O projeto imperial português

Os perigos de vacância nos tronos dos reinos da Península Ibérica induziram os sucessivos casamentos entre as casas dinásticas, produzindo uma intenção ambígua, enquanto os casamentos aproximavam as linhas sucessórias, os esforços para a manutenção da autonomia de cada reino mantinham-se constantes. Desde a garantia da independência de Portugal por D. Afonso Henriques, em 1139, as crises no trono português resultaram na ascensão de reis portugueses, indicando uma resistência lusitana à união com Castela. A chegada de Carlos, filho de Filipe I de Habsburgo e D. Joana (herdeira dos Reis Católicos, Fernando de Aragão e

Isabel de Castela), ao trono e a transformação da Espanha na sede do Sacro-Império Romano Germânico atribuíram um novo significado à possível união entre as coroas: a integração em um Império, à pretensa Monarquia Universal de Carlos V (MEGIANI, 2019).

O desaparecimento de D. Sebastião, o "Desejado", na Batalha de Alcácer Quibir (1578) forneceu as conjunturas para a divisão portuguesa na resolução da crise política, ainda mais após o curto reinado do Cardeal D. Henrique. Apesar da garantia de continuidade da dinastia de Avis por um curto período de tempo, a morte do já idoso rei reforçou as dificuldades de manutenção da linhagem, possibilitando o surgimento de outras vias. Na busca pela continuação da casa de Avis, D. António Prior do Crato, neto ilegítimo de D. Manuel I e filho de uma suposta cristã-nova, e seus partidários posicionaram-se em oposição à união portuguesa à coroa de Filipe II de Castela. Os numerosos casamentos entre as duas coroas ao longo do século XVI aproximaram as linhas sucessórias, possibilitando a reivindicação do trono português por Filipe II, como neto de D. Manuel pela linhagem materna – de Isabel de Portugal, esposa de Carlos V.

Em 1579, como consequência da sinalização negativa do Papa Gregório XIII ao pedido de cancelamento dos votos eclesiásticos do Cardeal D. Henrique – na busca por assegurar o nascimento de um herdeiro legítimo –, convocaram-se as cortes portuguesas para a resolução da potencial crise sucessória, já no ano de 1578. Nesse momento crítico da dinastia de Avis, a política de incorporação filipina já se apresentava no âmbito das negociações a partir da presença de D. Cristóvão de Moura, "preparando o terreno diplomático e institucional" (SCHAUB, 2001, p. 15). À

morte do cardeal, sem a definição de um sucessor, seguiu-se a invasão do território português pelos exércitos de Filipe II, comandado pelo terceiro Duque de Alba, D. Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, por terra e pelo primeiro marquês de Santa Cruz, D. Álvaro de Bazán y Guzmán, por mar (MEGIANI, 2019). A invasão castelhana ocorreu de maneira ambígua, ora pautada em negociações com as vilas e cidades ocupadas, ora a partir de imposições violentas da presença das tropas. A ascensão ao trono por Filipe II materializou-se no Tratado de Tomar (1581), estabelecendo a união de Portugal à Monarquia Hispânica e expressando as importantes exigências portuguesas. Em acordo com Jean-Frédéric Schaub (2001), a união dispôs dos esforços filipinos em quatro âmbitos: 1) diplomático, no convencimento do Cardeal-rei D. Henrique e da junta dos governadores após o falecimento do rei; 2) jurídico, no convencimento e reconhecimento por toda a Europa da legitimidade da herança de Filipe II; 3) militar, pela mobilização das forças contra a resistência do autoproclamado D. Antonio, Prior do Crato; e 4) contratual, a partir da reunião dos três estados do reino com Filipe II e reconhecimento deste da autonomia jurisdicional portuguesa e separação simbólica das coroas, em troca da aclamação como Filipe I de Portugal.

Em abril de 1581, os três corpos do reino foram convocados às cortes no Convento da Ordem de Cristo, em Tomar, para esta materialização da união por meio de um pacto entre o rei e o reino. As cortes compostas pelos estados – ou corpos – do reino, expressão da sociedade corporativa baseada em uma pluralidade de polos administrativos e judicativos cada vez mais especializados (CARDIM, 2005), apresentava-se como uma

composição natural da ordem política, legitimada pela tradição e antiguidade e que impunha limitações de atuação à figura régia (CARDIM, 1998). As Cortes de Tomar, reunião do rei com o seu reino – os estados que compunham o corpo político português –, formalizaram a barganha preparada por D. Cristóvão de Moura desde o surgimento da possibilidade de ascensão filipina ao trono. A incorporação castelhana de Portugal, por um pacto político, produz o efeito de legitimidade de composição conjunta com a sociedade portuguesa, estabelecendo termos de favorecimento – em cumprimento às promessas feitas por Cristóvão de Moura aos apoiadores da causa de Filipe II.

O pacto estabelecido entre rei e reino produziu uma série de garantias e privilégios. Em questão de governo político, a criação do Conselho de Portugal e seu funcionamento no mesmo local onde o monarca estiver marca a influência dos Áustria no reino lusitano, órgão administrativo presente em outros reinos da Monarquia Hispânica, que possui caráter deliberativo e consultivo ao monarca, produzindo pareceres para a resolução de questões específicas. A ocupação dos cargos – do Conselho ou de outras instituições representativas da coroa – estava reservada aos naturais de Portugal, excluindo todos os estrangeiros de funções e cargos da casa e capela reais, o comando militar das tropas e frotas lusitanas, do padroado eclesiástico, das ordens militares. Entre os privilégios, destaca-se a não tributação aplicada ao clero português – como se fazia em Castela –, a manutenção das jurisdições locais da nobreza portuguesa e a concessão de privilégios às oligarquias locais e aos comerciantes (SCHAUB, 2001, p. 21-22). A incorporação de Portugal à coroa

dos Habsburgo espanhóis, conservando as tradições, leis e costumes do reino incorporado, garantindo uma certa autonomia política para os seus naturais e reforçando a jurisdicionalidade portuguesa, enquadra-se na maneira destacada por John Elliott (1992), evocando Juan de Solórzano Pereira, que é característica das monarquias compósitas europeias da Idade Moderna, o modo *aeque principaliter*, em que os reinos que compõem essa monarquia são igualmente importantes, conservando as tradições, leis e costumes do reino incorporado, garantindo uma certa autonomia política para os seus naturais.

A União das Coroas Peninsulares não se limita à sobreposição de um conquistador ao conquistado – o resultado das cortes foi, como destacado, de igual importância dos reinos –, mas apresenta-se como a convergência do "ideal de reunificação da cristandade no grande projeto metafísico e político e união universal na igreja de Cristo" (SCHAUB, 2001, p. 11), com a situação crítica do reino português, caótica pelo desaparecimento do casto D. Sebastião e pela morte do celibatário Cardeal D. Henrique, proporcionando ao reino português a possibilidade de saída de uma crise sem precedentes. Além do reconhecimento do equilíbrio entre os reinos decorrente do pacto entre rei e reino na reunião das corporações no convento de Tomar, outro relevante desejo português – não tão bem sucedido como os outros – foi a fixação da corte na cidade de Lisboa, assegurando a posição de sede do Império católico na capital lusitana, findando o caráter periférico de Portugal na Europa no fim do século XVI (MEGIANI, 2004).

Em oposição ao caráter itinerante da sede do poder real castelhano (MEGIANI, 2004, p. 61-62), a cidade de Lisboa foi parte da constituição do poder da coroa desde D. João II, tornando-se os olhos do império nas alegorias do reino como um corpo (BUESCU, 1996). Desde D. Sebastião, a escolha pela itinerância do Desejado rompeu a solidez da posição lisboeta. A partida de Filipe II, dois anos após sua entrada na cidade, ampliou na cidade de Lisboa, a saudade do seu monarca, ausente de forma consistente desde a morte de D. João III. A literatura expressou os desejos imperiais portugueses a partir das constantes exaltações à cidade de Lisboa, prática comum de uma Europa imersa em uma história comunal, de louvor a uma cidade em oposição a outras (BOUZA ÁLVAREZ, 1994, p. 73).

A expressão das demandas portuguesas por maior poder simbólico traduz-se, pois, na elevação da cidade de Lisboa em relação a Madri, por exemplo. As produções literárias que exaltam a capital lusitana em detrimento de outros núcleos urbanos são numerosas e reivindicam a posição imperial para Portugal, tradição que, segundo Jean Delumeau, nasce como projeto político em D. Manuel, fracassa com a União das Coroas e renasce com a Restauração em 1640 (DELUMEAU, 1997, *apud* MEGIANI, 2004). Em acréscimo às obras literárias, identificamos os anseios portugueses pelo poder simbólico em documentos arbitristas, produzidos como um conselho e um pedido ao monarca. Dentre os conflitos elementares que caracterizaram a construção do Estado Moderno, destacam-se os litígios de representação (CURTO, 2011).

Os documentos analisado por nós – *Tratado sobre a precedência do reino de Portugal ao reino de Nápoles* (1597) e *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias* (1627) – ilustram a inserção portuguesa nessas disputas por representação. Ambos os documentos se encaixam nas demandas do Conselho de Portugal à coroa; o primeiro, encomendado pelo Conselho e produzido pelo frei Bernardo de Braga, e o segundo, publicado por Miguel de Vasconcelos e Brito – como editor no sentido moderno do termo (CURTO, 2011, p. 318).

Interessa-nos, portanto, o entendimento dos conceitos de *precedência* e *representação* nos séculos XVI e XVII para, em seguida, analisar de que forma esses conflitos de representação iluminam a discussão a respeito do processo de formação dos Estados modernos ibéricos, isto é, de que forma as disputas por um poder simbólico atuam na estrutura política da Monarquia Hispânica entre 1597 e 1627.

Precedência e representação na Época Moderna

A vasta amplitude dos territórios do reino impossibilitava a presença do monarca em cada uma das regiões sob seu domínio, exigindo a criação de aparatos institucionais capazes de suprir essa ausência física. Esses cargos de representação, ramificações locais do poder da coroa, apresentavam-se de maneira ambígua: enquanto reforçavam a presença política da coroa nos núcleos urbanos e rurais locais, também atuavam com certa autonomia nos espaços sob sua jurisdição. O conceito de representação atravessa as dinâmicas políticas do Estado Moderno, desde

a relação do rei com os vassalos que o representam localmente, até a interação entre os indivíduos membros das cortes e conselhos.

Importa-nos, pois, o entendimento do uso do conceito de *representação* no século XVI e XVII, fator central para a compreensão das estruturas políticas da Época Moderna ibérica. O termo possui uma natureza ambígua: a necessidade de mimese de um elemento por um outro pressupõe a ausência do primeiro, ao mesmo tempo que a existência dessa reprodução induz à presença daquele. Sendo assim, o preenchimento do espaço vazio por um elemento de natureza diferente, mas que se apresenta como o ausente, nos leva à definição de Carlo Ginzburg (2001): representar é fazer presente aquilo que não está.

Em Raphael Bluteau, encontra-se uma definição aproximada: "representar huma cousa tão perfeitamente, que pareça, que se está vendo" (BLUTEAU, 1720, *apud*, CARDIM, 1998, p. 31). O termo *representação* conforma-se, nesse caso, à perspectiva aristotélica de *mímēsis* (ARISTÓTELES, 2017, p.8) em oposição à visão platônica. Enquanto o segundo a classifica como uma imitação insuficiente daquilo que é real, o primeiro a define como (re)apresentação do elemento. A incapacidade física de correspondência à onipotência política do corpo do rei exigia, assim, a introdução de elementos de reapresentação do monarca nas estruturas burocráticas.

Esses componentes representativos foram incorporados às alegorias do reino como um corpo. O rei, cabeça do corpo social que é o reino, demandaria do equilíbrio e coexistência das outras partes deste corpo. Daí surgem as interpretações da representação do reino como um todo pela

convergência de todos os corpos políticos, atribuindo às Cortes esse valor de materialização do reino. A possibilidade de representação do reino constituía, portanto, uma honra para aqueles que dele participavam, o reconhecimento simbólico da dignidade, além da concretização da influência política.

No contexto da Monarquia Hispânica, os conflitos de precedência do Conselho de Portugal em oposição ao de Aragão e das duas Sicílias encaixam-se nas disputas por esses dois elementos basilares da política no Estado Moderno: a conquista ou preservação de um poder simbólico associado à honra e dignidade, que se reverte em termos práticos na conquista ou preservação de privilégios, mercês, títulos. Precisamos, antes, compreender o que o termo *precedência* significa, especialmente nos documentos analisados por nós.

No *Tratado sobre a precedência do reino de Portugal ao reino de Napoles* (1597), o frei Bernardo de Braga defende a nomeação anterior de Portugal na ordem de apresentação da monarquia, em relação a Nápoles. Para a definição da precedência, o autor evoca o Evangelho de São Lucas (22:27)[3], explicitando a existência de uma hierarquia natural entre todas as criaturas – as angelicais, os seres humanos, a própria estrutura da Igreja – e

[3] Neste trecho, o autor do documento cita o Evangelho de São Lucas (22:27) com a afirmação "Qui recumbit major est quam qui ministrat" – "Aquele que se senta é maior do que aquele que serve" (tradução própria). Entretanto, o trecho mencionado refere-se a um questionamento feito por Jesus Cristo aos seus apóstolos. O trecho referido diz "Nam quis maior est: qui recumbit, an qui ministrat? Nonne qui recumbit? Ego autem in medio vestrum sum, sicut qui ministrat", que na tradução da língua portuguesa significa "Pois quem é maior: o que está à mesa, ou quem serve? Não é o que está à mesa? Mas eu estou entre vós como quem serve". Diferente da afirmação apresentada por Bernardo de Braga, o texto das Escrituras Sagradas não fornece a resposta, mas a reflexão a respeito do papel exercido por Cristo apesar de sua precedência sobre seus apóstolos.

ainda como todas elas são precedidas por Cristo. O uso da analogia bíblica serve ao propósito da conferência de naturalidade às hierarquias entre indivíduos e, nesse caso, entre os reinos que compõem a monarquia dos Habsburgo da Espanha.

A precedência do reino de Portugal ao reino de Nápoles é defendida no texto do beneditino, a partir de argumentos históricos: 1) a data de fundação do reino; 2) a data de confirmação da autoridade do rei sobre o território pela Igreja Católica; 3) a data de união à coroa de Castela. Inserido na década de 1590, num momento de "interesse do público e dos escritores pelas histórias nacionais" (CURTO, 2011, p. 312), o autor produz uma narrativa a respeito da longa antiguidade portuguesa de maneira insistente, estabelecendo a conexão direta entre o mais antigo com o mais digno e, portanto, que deve ter precedência sobre os outros.

A construção de Bernardo de Braga ilumina como o conflito pela precedência na nomeação das hierarquias da Monarquia Hispânica partem de um pressuposto simbólico: o primeiro nomeado deve ser o mais antigo, honrado e excelente. O ponto de partida simbólico é seguido da concretização dos objetivos políticos e materiais, aquele que precede na nomeação possui a honra de representar as grandezas do poder político do monarca, assim como receber privilégios, mercês e, no caso português, almejar a posição de sede de um império católico.

A antiguidade portuguesa é traçada a partir da chegada dos primeiros Alanos e Suevos na Península Ibérica, no início do século V, definindo o espaço geográfico ocupado e estabelecendo uma continuidade direta entre esses reinos e o que se tornaria Portugal e

Espanha séculos depois. A continuidade do legado dos reis Suevos, até os reis contemporâneos a Bernardo de Braga, perpassa o duplo caráter do corpo do monarca, o físico e efêmero do indivíduo, e o eterno, associado à instituição política do reino. Apesar da individualidade dos soberanos, cada rei é a reapresentação do corpo político do Estado, estabelecendo a continuação – interrompida apenas pela presença árabe-muçulmana – desde os primeiros reis, até Filipe II.

Além da antiguidade política, o autor destaca a antiguidade da confirmação da autonomia do reino pela Igreja romana e da pregação da fé católica na Península Ibérica. As fontes evocadas para o embasamento dos argumentos são confusas, mas enquadram-se nas expectativas dos leitores da Idade Moderna, o conhecimento dos textos e autores, e a adequação da construção do discurso com o intuito de convencimento. A defesa da precedência a partir da suposta primazia da pregação, do reconhecimento da Igreja, da fundação do reino e da união ao reino de Castela, exemplifica muito bem os conflitos de representação que tendiam, segundo Mafalda Soares da Cunha, "a ser longos e a reacender-se periodicamente, pois a intransigência era o único mote de quem se sentia agravado" (2015, p. 76).

Apesar do objetivo compartilhado, o documento de Pedro Barbosa – *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias*[4] *(1627)* – apresenta-se de maneira

[4] O *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias* foi escrito pelo doutor Pedro Barbosa. O ano da produção não foi localizado, mas a publicação ocorreu após a morte de Barbosa, pelo seu filho Miguel de Vasconcelos e Brito. O impresso foi dedicado ao Arcebispo de Braga, D. Alonso Hurtado de Mendoça, e apresenta as licenças para impressão e publicação, a primeira de 1620 e a

diametralmente oposta em razão da ausência de uma narrativa histórica que coloque os acontecimentos portugueses em momento anterior aos aragoneses ou sicilianos, negando a relação entre precedência e antiguidade. De forma igualmente intransigente e repetitiva, Barbosa utiliza argumentos da ordem da natureza do governo com o intuito do convencimento da nomeação de Portugal anterior à do reino de Aragão e das duas Sicílias.

Neste documento, escrito em castelhano, as palavras utilizadas pelo autor – preeminência, prelação e preferência – possuem o mesmo significado de precedência. Assim como Bernardo de Braga, o jurista Pedro Barbosa constrói os seus argumentos com o intuito de defender a honra lusitana nas hierarquias da Monarquia Hispânica. Os elementos exaltados como definidores de quem possui a precedência são relativos à maneira como os reinos são governados e como se relacionam com aquele que o incorporou.

Segundo Barbosa, o reino livre, próprio e sem dominantes superiores teria maior dignidade e nobreza em relação a um reino feudatário que possuía outros senhores na terra. Enquanto o rei livre, detentor de um domínio direto, total e útil do território, recebeu o poder de Deus, o rei feudatário, governo limitado a um domínio útil administrativo e submetido a outra força, recebeu o poder de outro homem. O rei de Portugal seria, nesse caso, *rey por gracia de Dios,* o das duas Sicílias, *por gracia de la Sede Apostolica;* enquanto o primeiro estaria acima das leis, capaz de

última no ano da publicação, 1627. Disponível em: https://purl.pt/22616/1/index.html#/1/html.

fazê-las ou revogá-las, o segundo não possui superioridade às instituições dos poderes locais, como o Senado e a Cúria no caso aragonês.

A desqualificação da antiguidade no *Memorial de la preferencia*... revela um importante aspecto dos efeitos práticos da precedência na representação. Por meio de uma comparação com o funcionamento de concílios e tribunais, Pedro Barbosa afirma que a chegada tardia de um elemento de maior dignidade pressupõe o rebaixamento dos outros, cedendo o melhor lugar e ficando abaixo. A precedência não dependeria, portanto, da antiguidade, apenas da classificação a partir da maior excelência, honra e dignidade. Aqui fica claro como os litígios pela preeminência na ordenação dos reinos na Monarquia Hispânica conectam-se diretamente com o aspecto simbólico da representação. Ao fim do documento, Barbosa garante a ausência de injúria aos reinos que perderiam seus lugares e afirma a necessidade do cumprimento da maior responsabilidade do monarca, administrar seus vassalos com justiça.

No cerne do conceito de precedência encontramos, portanto, os valores simbólicos de dignidade e honra, que caracterizariam uma coisa como algo tão perfeito como aquilo que ela deseja representar. A argumentação a favor da maior precedência de Portugal em relação aos reinos de Aragão e das duas Sicílias, seja a partir da antiguidade ou da natureza mais nobre do governo, fortaleceria os pedidos pela elevação lusitana na hierarquia de representação da Monarquia Hispânica, e ainda em vista à possibilidade de tornar-se o centro político, com sede na cidade de Lisboa.

Resta entendermos como esses conflitos de representação nos inserem na discussão a respeito da construção dos Estados Modernos na Península Ibérica, considerando algumas interpretações sobre a formação desse corpo político na Idade Moderna e de que maneira esses litígios contribuem para a discussão.

Os conflitos de precedência na formação dos Estados modernos Ibéricos

Segundo Diogo Ramada Curto, essa "disputa de representação que envolve o Conselho de Portugal junto do rei pertence também ao contexto geral dos conflitos que caracterizam a prática das instituições políticas envolvidas no processo de construção do Estado Moderno" (2011, p. 317). Interessa-nos como a existência desses choques entre corpos políticos da Monarquia Hispânica se insere nas dinâmicas estruturantes da formação do Estado Moderno no fim do século XVI e início do século XVII. Para isso precisamos situar algumas das interpretações desse fenômeno histórico, mais especificamente no confronto da "monarquia compósita" com o "Estado jurisdicional polissinodal".

O termo Estado compósito foi usado por Helmut Georg Koenigsberger na sua aula inaugural de 1975 no King's College de Londres, para definir os corpos políticos na Idade Moderna. Segundo o britânico, a maior parte dos Estados da Europa ocidental incluíam mais de uma nação[5] sob a autoridade de um único governante. A reunião de um

[5] Em *A Europe of Composite Monarchies* (1992), Elliott apresenta uma citação direta de H. G. Koenigsberger; "most states in the early modern period were composite states, including more than one country under the sovereignty of one ruler" (1992, p. 50). Destacamos o uso da palavra "country" que traduzimos como "nação" em razão do uso

conglomerado de reinos sob a mesma coroa, em oposição a uma possível unidade política e cultural, foi resultado das ambições dinásticas e do forte senso familiar e patrimonial das regiões. Apesar da incapacidade unificadora na Idade Moderna, as unidades políticas criadas na Europa medieval construíram um aparato administrativo relativamente sólido, capaz da criação de uma identificação coletiva – mas ainda menor que a força das tradições e das identidades compartilhadas nas localidades específicas.

A construção territorial de largas unidades políticas, como Castela, foi incapaz de produzir uma unificação definitiva entre os subordinados, mas edificou um forte pólo administrativo que forneceu as condições para a existência de várias jurisdições com suas especificidades – com suas leis, costumes e línguas – sob uma só coroa. A impossibilidade da presença do monarca em cada um de seus territórios, às vezes separados pelo mar como no caso de Castela e Nápoles, ampliava os perigos no cenário de disputas territoriais entre os reinos.

Uma das sugestões de Maquiavel para este problema foi permitir a cada região viver de acordo com as próprias leis, exigir tributos e estabelecer um governo favorável ao soberano. Essa configuração cria a dinâmica contínua de negociações entre os poderes locais e o central,

---

por Bernardo de Braga, autor do *Tratado sobre a precedencia*..., ao mencionar os primeiros Alanos e Suevos na Península Ibérica como "Alanos e Suevos de nação". Escolhemos essa tradução como referência a uma população que compartilha aspectos sociais e culturais, submetida a uma liderança, em território delimitado – mesmo que de maneira elástica. O uso da palavra "nação" aqui não deve ser confundido com a sua aplicação no século XIX, no momento de imaginação de uma comunidade nacional fundada a partir da soberania do cidadão. Sobre a produção do nacionalismo e seu uso no século XIX – e não antes disso – cf. Anderson, 2008.

entre os vários reinos e a corte. O processo de formação do Estado Moderno não se encerra, portanto, no absolutismo monárquico centralizador, mas flutua nas querelas entre as instituições cortesãs e as demandas dos reinos vassalos, o que fundamenta o caráter compósito da Europa na Época Moderna.

A monarquia compósita caracteriza-se, portanto, pela existência de um centro que atua como o "árbitro último de todas estas querelas" (CUNHA, 2015, p. 76), mobilizando suas instituições de representação – fazendo-se presente onde não está – na busca por maior autoridade nas negociações. Por outro lado, essa dinâmica, ainda dicotômica, entre centro e local é confrontada pela interpretação de Antonio Manuel Hespanha, que caracteriza o Estado Moderno a partir da existência de mais de um pólo na tomada de decisões, não se limitando a um Estado centralizado sujeitado à negociação com os poderes locais.

Segundo Pedro Cardim, a definição do conceito de Estado não seria tão pertinente para o estudo da sociedade europeia entre os séculos XV ao XVII, e que a divisão dicotômica entre coroa e sociedade seria substituível pela

> imagem do Antigo Regime caracterizado por um aglomerado heterogêneo de corporações, de 'estados', ou seja, por vários pólos de poder autónomos e auto-regulados, cada um deles dotados de uma identidade e de um campo de ação próprio, o qual era definido pela jurisdição privativa de cada um. (CARDIM, 1998, p. 14)

Para a interpretação polissinodal do Estado Moderno, seria impossível identificar uma única entidade detentora do poder político, e as distinções entre corpo político e corpo civil seriam inadequadas, em razão

da presença difusa das decisões políticas em mais de um núcleo, para além da coroa (HESPANHA, 1984, p. 35).

É evidente o caráter de colaboração entre as partes do corpo político na Europa Moderna, e que as tendências centralizadoras não passavam de ambições não concretizadas da coroa. Entretanto, o poder absoluto dos reis não precisa ser contraposto a uma autonomia absoluta de cada um dos núcleos de poder. Acreditamos em uma interpretação com maior flexibilidade, considerando a porosidade das fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas do poder político na Península Ibérica na passagem dos quinhentos para os seiscentos.

Os conflitos de representação, apesar de serem apenas um dos elementos que compõem as dinâmicas de negociação e choque entre as instituições da monarquia, iluminam essa interpretação de um Estado que atua como centro, não de decisão e imposição, mas de intermédio e referência. A questão da precedência encaixa-se nas disputas entre os reinos subordinados por um espaço de honra e privilégio nessa estrutura compósita. Em Bernardo de Braga, a explicitação da excelência do governo lusitano – por cunhar a própria moeda, realizar os julgamentos e sentenças sem interferência da coroa e por ser governado por naturais – exemplifica a distinção administrativa entre os reinos na Monarquia Hispânica. A conservação da autoridade lusitana no governo português, mesmo em estado de subordinação aos Habsburgo espanhóis, reforça o conceito de monarquia compósita.

Em Pedro Barbosa, está evidente não apenas essa possibilidade de manutenção das leis do reino de Portugal, mas as suas diferenças com o

reino de Aragão e das duas Sicílias. A conservação das especificidades de cada reino define o conceito, evocado pelo autor do *Memorial de la preferencia*..., de união *aeque principaliter*, uma das categorias mencionadas por Elliott em referência a Juan de Solórzano Pereira, na definição da monarquia compósita (ELLIOTT, 1992. p. 52-53). Por outro lado, para a solidificação do domínio desse centro, em oposição às exigências locais e à ausência do rei, a solução dos Habsburgo foi a criação de uma instituição de governo – intermédio do choque entre subordinado e corte –, o Conselho de Estado, composto por naturais do reino, com o intuito de diminuição do anseio pela separação.

Por outro lado, essas disputas pelo monopólio da representação na monarquia dos Habsburgo espanhóis também indicam a existência de um denominador comum na resolução desses conflitos: a coroa. Os conflitos por precedência traduzem as disputas entre os vassalos do rei por um espaço mais próximo à sua figura, não só intermediadora dos litígios, mas também responsável pela justiça, distribuição de privilégios e a referência principal da honra, excelência e nobreza. Estar mais perto do rei possui um valor simbólico que se reverte em valor prático, uma vez que o mais nobre possui mais privilégios.

A simples possibilidade de os súditos apresentarem suas exigências e demandas já indica a fragilidade de uma interpretação do monarca como centro definitivo e absoluto das decisões políticas, evidenciando a negociação como uma dinâmica política primordial na relação entre as instituições desse Estado Moderno em formação. Em contrapartida, a posição de intermediação de todos os conflitos entre os reinos que

compõem a Monarquia Hispânica reforça a centralidade do monarca nas questões políticas do reino. Essa é a dinâmica flutuante dos Estados modernos, uma constante disputa dos poderes locais entre si próprios – por maior proximidade com o centro intermediador – e das forças políticas locais com o aspirante a poder centralizador; enquanto os primeiros buscam a conservação das tradições, leis e costumes, o segundo procura o fortalecimento dos seus anseios unificadores.

O tema da precedência nos textos da época da União das Coroas Ibéricas, constrói uma ideia clara de participação de cada parcela, com especificidades cada vez mais acentuadas, em um conjunto político plural, mas com uma referência de arbítrio central, ressaltando o caráter compósito dos reinos que circundam o soberano. Todos querem estar mais perto do monarca em razão da sua capacidade de distribuição de privilégios políticos. Os textos de defesa da precedência comumente destacavam os momentos do passado – característica evidente em Bernardo de Braga –, sejam eles verídicos ou apoiados em um mito originário da comunidade política. Reais ou mitológicos, essas histórias criavam uma "referência simbólica partilhada sobre o início da trajetória, da 'vida' de um território (...) dando origem a uma narrativa que servia de fundamento à sua personalidade como sujeito político" (CARDIM; MÜNCH, 2014, p. 63-64). O tema da precedência, além de explicitar a intenção de ocupar o lugar mais preeminente, também intenta ressaltar a dignidade para evitar a perda de direitos por uma sobreposição da parte incorporadora – realidade possível pelo dinamismo das relações e mutabilidade dos estatutos políticos.

Conclusão

As disputas por precedência reanimaram-se com frequência no período da União das Coroas Peninsulares, ocupando uma posição pivotal na compreensão das relações políticas entre os reinos na Monarquia Hispânica. A exemplo dos conflitos de representação, analisamos dois documentos, o *Tratado sobre a precedência do reino de Portugal ao reino de Napoles* (1597), do frei beneditino Bernardo de Braga, e o *Memorial de la preferencia, que haze el reyno de Portugal, y su consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias* (1627), buscando, em cada um, informações que contribuíssem para o entendimento da importância do termo *representação* na Época Moderna, assim como do processo de construção da estrutura política entre os séculos XVI e XVII.

Com relação à União das Coroas, entendemos que a sucessão de casamentos que aproximava as linhas sucessórias produziu um propósito ambíguo. Ao mesmo tempo que havia esforços para a manutenção da autonomia entre os reinos, principalmente por parte dos portugueses, os recorrentes vínculos matrimoniais entre as duas casas dinásticas impediriam os perigos de vacância dos tronos. A união de Portugal a Castela não foi, pois, fruto do acaso, mas da convergência das políticas matrimoniais em acréscimo às intenções expansionistas dos Habsburgo espanhóis. A invasão do território português pelas tropas de Filipe II foi marcada por muita violência e muita negociação. A resolução desse conflito pelo juramento do rei nas Cortes de Tomar (1581) foi condicionada pelas exigências portuguesas: a conservação da autonomia nas matérias administrativas, a ocupação dos cargos exclusivamente por portugueses e

a transferência da corte para a cidade de Lisboa, essa última essencialmente um desejo pelo monopólio da representação da monarquia católica.

O pedido pela presença de Filipe II e da corte em Lisboa perpassa um aspecto frequente do amplo território político dos Estados Modernos, a impossibilidade de presença do monarca em cada região sob seu domínio. A resolução desse problema, inexistente na Idade Média pela proximidade dos senhores aos seus súditos, baseou-se na criação de aparatos de representação, com o intuito de se fazer presente aquilo que não está, de maneira tão perfeita que pareça que se está vendo. A representação do monarca, responsabilidade que confere honra ao representante e materializa sua força política, relaciona-se diretamente com a ordem na nomeação dos reinos: aqueles que precedem aos outros na ordenação estariam mais próximos do monarca, tanto na perfeição da representação como no recebimento de privilégios. Esse poder simbólico reverte-se, em termos práticos, na conservação ou ampliação dos seus benefícios políticos nas estruturas hierárquicas do Estado Moderno ibérico.

Tópico central do funcionamento desse Estado na Época Moderna, o tema da representação, em específico nas disputas pela precedência, contribui para as leituras a respeito da produção do corpo político. As interpretações tradicionais do absolutismo monárquico são confrontadas diretamente pela dinâmica de negociações entre as várias entidades políticas. Apesar da força administrativa das unidades políticas, a incapacidade de produção de uma unificação definitiva condicionou a

coexistência de vários reinos – com suas leis, costumes e línguas – sob uma só coroa.

Uma outra possibilidade seria diametralmente oposta à tradicional visão do absolutismo monárquico: a inexistência de uma única entidade detentora do poder político, concebendo o Antigo Regime como um aglomerado de "Estados" com autonomia para se regularem e com uma identidade específica. A diversidade de culturas, línguas e a possibilidade de conservação das leis e costumes no modo de união habsburgo– *aeque principaliter* – reforça a interpretação da presença de mais de um núcleo político. Por outro lado, os conflitos de precedência indicam a existência de um denominador comum em todas essas querelas, a figura intermediadora da coroa.

A busca pela precedência na representação da monarquia entre os reinos da Península Ibérica localiza a figura do rei como referência nas matérias de honra, excelência, dignidade, nobreza e, como consequência, distribuidor dos privilégios, mercês, títulos e territórios. A monarquia não atua como centro de decisão e imposição, nem como apenas mais uma entidade política, mas como uma referência para o comportamento dos súditos e para o intermédio dos conflitos. A busca constante por um local mais próximo do rei reflete a centralidade dessa figura na mentalidade política moderna, revelando o seu papel central, apesar da existência de outras entidades políticas também relevantes na composição do corpo político.

O termo usado por Koenigsberger e defendido por John Elliott encaixa-se nessa leitura a respeito dos reinos ibéricos. O caráter compósito

da monarquia considera a agência política desses vários núcleos locais de poder, mas reconhece o papel central da coroa na organização administrativa e como referência simbólica na construção do aparato estatal. A existência dos conflitos de representação nos séculos XVI e XVII indica a flutuabilidade da dinâmica política do Estado Moderno, uma contínua disputa dos poderes locais entre si próprios pela ocupação dos espaços na hierarquia política, e das forças locais com a tendência unificadora da coroa.

REFERÊNCIAS

Fontes

ANTT. Manuscritos da Livraria, n.º 1112 (10). Frei Bernardo de Braga. *Que cousa é precedencia e como a há na Igreja Católica*. fl. 91-136. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4725262

ANTT, *Livraria*, ms. 1112, fls. 44-65v, publicado por Albano Antero da Silveira Pinto, *Tratado sobre a precedencia do Reino de Portugal ao Reino de Napoles*. Porto: Tipografia da Revista, 1843. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Tratado_sobre_a_precedencia_do_Reino_de.html?i d=Sn9XAAAAcAAJ&redir_esc=y

BARBOSA, Pedro, Memorial de la preferencia, que haze el Reyno de Portugal, y su Consejo, al de Aragon, y de las dos Sicilias / por el doctor Pedro Barbosa... ; dedicado a... Don Alonso Hurtado de Mendoça... por Miguel de Vasconcelos, y Brito... - En Lisboa: por Geraldo de Vinha, 1627. Disponível em: https://purl.pt/22616/1/index.html#/1/html

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARISTÓTELES. Poética. Edição bilíngue: tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2ª ed., 2017.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança de corte no Portugal dos Filipes. In: Penélope: Fazer e Desfazer a história. Lisboa, n. 13, p. 71-93, 1994.

BUESCU, Ana Isabel. Imagens do Príncipe: Discurso normativo e representação. 1ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CARDIM, Pedro. Corte e cultura política no Portugal do Antigo Regime. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARDIM, Pedro. 'Administração', 'Governo' e 'Política'. Uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime". In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera

L. do Amaral. Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.

CARDIM, Pedro, MIRANDA, Susana Münch. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, João (org.), GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil Colonial 1580-1720. Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CUNHA, Mafalda Soares da. 'La Grandeza de la Casa De Bragança'. Disputas de Primazia e Precedências nos séculos XVI e XVII. Callipole. Revista de Cultura n.º 22 – 2015, pp. 73-82.

CURTO, Diogo Ramada. Cultura Política no tempo dos Filipes (1580 - 1640). Lisboa: Edições 70, 2011.

ELLIOTT, John. A Europa Dividida (1559 - 1598). Lisboa: Editorial Presença, 1985. ELLIOTT, John. A Europe of Composite Monarchies. Past & Present, No. 137, The Cultural and Political Construction of Europe (Nov., 1992), pp. 48-71.

ELLIOTT, John. La España Imperial (1469 - 1716). Barcelona : Vicens Vives, 2005. GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MEGIANI, Ana Paula Torres. 1580. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2019 (Coleção Portugal em Retrospectiva).

MEGIANI, Ana Paula Torres. O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619). São Paulo: Alameda, 2004.

SCHAUB, Jean-Frédéric. Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640). Lisboa: Livros Horizonte, 2001. (Coleção Temas de História de Portugal).

ARTIGO

Os desafios no ensino de História na Escola Jorge Bragança após a ascensão da extrema direita: impactos e estratégias pedagógicas

Rafael Martins Pereira*

Universidade Federal do Espírito Santo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p398-428

resumo

A pesquisa na EEEM Jorge Bragança, em Nova Venécia (ES), investigou o impacto da ascensão da extrema direita no ambiente escolar, com foco na educação e polarização política. A escola enfrenta desafios socioeconômicos e um contexto conservador que dificulta práticas inclusivas. A pesquisa qualitativa utilizou entrevistas com dois professores que lecionam a disciplina de História na escola, aplicadas via Google Forms, para captar percepções sobre os impactos da extrema direita no ensino, analisando o contexto por meio de uma abordagem holística. A propagação de fake news gerou autocensura e limitações curriculares, prejudicando o debate. A pesquisa destaca a importância de um ensino plural e crítico para a formação cidadã e o fortalecimento da democracia, além do papel do professor de História como mediador. O problema investigado foi como as pressões ideológicas e o negacionismo histórico impactam o ensino de História, dificultando o desenvolvimento do pensamento crítico.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Ensino de História; Extrema direita.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Introdução

O papel do professor de História nesse cenário vai além de transmitir conteúdo, estimulando o pensamento crítico e a reflexão sobre o passado e o presente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe uma abordagem ampla da História, enfatizando a análise das dinâmicas de poder e a pluralidade de perspectivas. No entanto, os professores enfrentam desafios em um ambiente polarizado, com tentativas de censura e distorção de fatos históricos, como a ditadura militar e a escravidão, o que dificulta a formação cidadã e crítica. A autonomia pedagógica e o apoio institucional são essenciais para um ensino plural e reflexivo (Silva, 2020).

O ensino de História é central em disputas ideológicas, pois a forma como o passado é interpretado influencia a identidade cultural e política. A manipulação dos eventos históricos enfraquece a compreensão de valores democráticos e compromete a reflexão crítica. Mudanças curriculares recentes têm favorecido uma visão conservadora, limitando a diversidade de perspectivas e prejudicando a formação de cidadãos críticos, o que empobrece a educação e dificulta a construção de uma sociedade democrática (Duarte, 2020).

A polarização política e o negacionismo histórico têm impactado negativamente o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. A desinformação, amplificada pelas redes sociais, limita a capacidade dos alunos de analisar de forma crítica temas relevantes, como direitos sociais e autoritarismo (Pereira, 2021).

Isso porque, de 1930 a 2004, o Brasil alternou entre regimes autoritários e democráticos, com destaque para a centralização de poder durante o Estado Novo e a repressão da Ditadura Militar. A redemocratização, com a Constituição de 1988, enfrentou desafios econômicos, mas também avanços como o Plano Real. Nos anos 2000, o governo Lula focou na inclusão social, apesar dos escândalos políticos. A ascensão da extrema direita a partir de 2018 trouxe um conservadorismo que afetou a educação, limitando debates plurais e enfraquecendo os princípios democráticos. A disseminação de fake news agravou a desinformação na sociedade e nas escolas (Fausto, 2014).

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que a escola adote abordagens pedagógicas que estimulem a reflexão e a análise criteriosa das informações, especialmente sobre episódios históricos como a ditadura militar (Cunha, 2019).

Os alunos de classe média baixa em Nova Venécia, local onde foi realizada a pesquisa, enfrentam desafios que vão além da escola, impactando diretamente seu desempenho acadêmico. A necessidade de conciliar trabalho e estudos compromete o tempo disponível para a aprendizagem, e a falta de recursos, como materiais didáticos e tecnologias, limita seu acompanhamento das demandas educacionais atuais. Além disso, a influência de um perfil sociocultural conservador na região gera obstáculos para a implementação de políticas inclusivas e diversificadas. Assim, estratégias educacionais devem considerar as dificuldades financeiras e as especificidades sociais e culturais para garantir a permanência e o sucesso desses estudantes (Ribeiro, 2021).

A Escola Jorge Bragança (nome fictício) enfrenta desafios como a vigilância constante e a redução da carga horária de Ciências Humanas, o que limita a liberdade pedagógica e prejudica o desenvolvimento crítico dos alunos. A resistência dos estudantes a temas sociais, influenciada por fatores externos, e a polarização ideológica dificultam o debate aberto. Para superar esses obstáculos, é essencial adotar metodologias inovadoras, como estudos de caso, protagonismo estudantil e aprendizagem colaborativa, que promovam o pensamento crítico, a reflexão e o respeito à diversidade de perspectivas (Cunha, 2019).

O ensino de História no Brasil enfrenta desafios devido a pressões políticas que buscam simplificar e promover visões conservadoras, prejudicando a reflexão crítica dos alunos. A capacitação dos professores e o uso de metodologias inclusivas são essenciais para garantir uma educação plural, que fortaleça a cidadania e promova valores democráticos. Em tempos de conservadorismo, a História deve ser ensinada de forma a resistir à opressão e alertar para os riscos à democracia (Silva, 2020).

Dessa maneira o problema da pesquisa a seguir foi: como as pressões ideológicas e o negacionismo histórico, impulsionados pela ascensão da extrema direita e pela disseminação de desinformação, impactam o ensino de História na Escola Jorge Bragança, dificultando a formação de um pensamento crítico entre os estudantes e a implementação de uma educação plural e democrática?.

A pesquisa na EEEM Jorge Bragança tem relevância pois analisa os

impactos da extrema direita no ambiente escolar, evidenciando censura, revisionismo e restrição ao pensamento crítico. Destaca a polarização ideológica, a influência da desinformação e o papel do professor de História na promoção da reflexão e da cidadania. Reforça, assim, a necessidade de estratégias pedagógicas que preservem a escola como espaço democrático e plural (Duarte, 2020).

Sendo que o objetivo geral foi analisar o impacto da ascensão da extrema direita no ambiente escolar, destacando seus reflexos na educação, a polarização política e os desafios enfrentados pelos docentes. Já os objetivos específicos: verificar as mudanças curriculares e seus impactos na formação crítica, investigar os desafios docentes diante da polarização política e identificar estratégias para fortalecer o pensamento crítico.

A pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, visa compreender fenômenos complexos e subjetivos, explorando as experiências e significados atribuídos pelos indivíduos em seus contextos específicos. No caso desta pesquisa, o foco está nas percepções e desafios enfrentados pelos professores de História diante da ascensão da extrema direita e seus impactos no ensino. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas entrevistas com dois docentes da Escola Estadual de Ensino Médio Jorge Bragança, em Nova Venécia, Espírito Santo. O uso de entrevistas como método de coleta de dados foi essencial para captar as experiências e vivências dos professores de História, de maneira profunda e detalhada. Para facilitar a organização e análise das respostas, foi utilizado o Google Forms (Quadro 1), uma ferramenta que proporcionou flexibilidade

e acessibilidade aos participantes, sem comprometer a qualidade das informações obtidas. Essa abordagem permitiu que as respostas abertas favorecessem uma análise holística, alinhada aos princípios da pesquisa qualitativa, que busca entender o fenômeno em sua totalidade, considerando o contexto e as perspectivas individuais dos participantes (Gil, 2019).

Seção 1: Caracterização da Pesquisa, Trajetória e Características da Escola Jorge Bragança

1.1. Caracterização da Pesquisa e o Contexto da Escola Jorge Bragança

A caracterização do lócus da pesquisa é essencial para contextualizar o estudo, permitindo uma compreensão mais aprofundada do ambiente investigado. Neste caso, a escola selecionada foi a EEEM “Jorge Bragança” (nome fictício), situada no município de Nova Venécia, no estado do Espírito Santo. A escolha da instituição se deu por seu potencial de representar os impactos dos ideais da extrema direita no contexto escolar, foco central da pesquisa. No ano de 2024, a escola atendeu um total de 1.010 estudantes, distribuídos entre os turnos matutino e intermediário (tarde), com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h30. A instituição ofertava diferentes itinerários formativos, conforme previsto no Novo Ensino Médio. Entre eles, destacavam-se o "Itinerário entre Áreas", que englobava o esporte, a ciência, suas linguagens e as narrativas socioliterárias o "Itinerário de Matemática e suas Tecnologias", com ênfase em educação financeira e fiscal; e, no caso da oferta em Tempo Integral, o itinerário intitulado “Narrativas socioliterárias: literatura, arte e ciências humanas escrevem o mundo e o esporte, a ciência e suas linguagens”.

Essas propostas curriculares buscavam diversificar a formação dos estudantes, articulando saberes de diferentes áreas do conhecimento, embora estivessem inseridas em um contexto educacional marcado por desafios socioeconômicos e tensões políticas e ideológicas, que constituem o objeto central da pesquisa (SRE Nova Venécia, 2024).

A instituição está situada em uma região urbana do interior do estado, distante dos grandes centros metropolitanos, o que confere ao espaço escolar um perfil mais homogêneo em termos socioeconômicos e culturais. Diferentemente de escolas localizadas em áreas periféricas ou em regiões com alto índice de vulnerabilidade social, a EEEM “Jorge Bragança” atende predominantemente a estudantes de classe média, cujas famílias possuem certo grau de estabilidade econômica. Essa condição reflete-se tanto na infraestrutura da escola, relativamente bem equipada e com acesso a recursos tecnológicos, quanto nas expectativas da comunidade escolar em relação ao desempenho acadêmico e à formação cidadã dos alunos (SRE Nova Venécia, 2024).

O perfil do alunado é composto, em sua maioria, por adolescentes e jovens que apresentam certo nível de acesso à informação, seja por meio da internet, redes sociais ou outras mídias. No entanto, essa exposição nem sempre se traduz em uma leitura crítica do conteúdo consumido, o que pode tornar o ambiente escolar suscetível a influências externas, incluindo discursos ideológicos polarizados. A escola, portanto, torna-se um espaço estratégico para observar como essas influências se manifestam nas relações cotidianas, nas atitudes dos estudantes e, até mesmo, nas falas e

posturas de alguns profissionais da educação, o que reforça a relevância do estudo em questão (SRE Nova Venécia, 2024).

1.2. A Trajetória e as Características da Escola Jorge Bragança

Os alunos de classe média baixa em Nova Venécia enfrentam desafios que impactam diretamente seu desempenho escolar, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, dificultando o entrosamento nas atividades acadêmicas. A falta de acesso a materiais e tecnologias adequadas limita suas oportunidades de aprendizado, enquanto o perfil sociocultural conservador da região pode dificultar a implementação de políticas educacionais inclusivas. Assim, o sucesso desses estudantes depende de estratégias que considerem suas dificuldades financeiras e as particularidades sociais e culturais locais (SRE Nova Venécia, 2024).

A formulação das perguntas apresentadas no Quadro 1 foi essencial para identificar, com maior precisão, os desafios enfrentados pela escola diante da ascensão de discursos ideológicos extremistas no ambiente educacional. Cada questão foi pensada para mapear diferentes dimensões da realidade escolar, desde a presença, ou ausência, de politização crítica entre os estudantes até os efeitos concretos da desinformação e do negacionismo histórico em sala de aula.

1 - Você percebe nos estudantes algum nível de politização?
2 - Na sua percepção, os estudantes trazem para a sala de aula os resultados de pesquisas na Internet envolvendo fatos e eventos históricos?
3 - Em algum momento durante suas aulas você já se sentiu intimidado (a),

confrontado ou desrespeitado por algum aluno ou aluna?
4 - Que tipo de reação você percebe nos estudantes quando você precisa abordar temas considerados sensíveis?
5 - Nos últimos anos, houve uma redução no espaço dos currículos escolares para o ensino de História bem como de outras ciências humanas?
6 - Durante as aulas de História, os estudantes demonstram sinais de negacionismo histórico ou até mesmo desinformação?
7 - Quais foram os aspectos mais sentidos por vocês após a ascensão e crescimento dos movimentos de extrema direita?
8 - Os pais exercem um papel direto na politização desses estudantes? E como isso se reflete na sala de aula?
9 - Vocês se sentem vigiados, perseguidos ou censurados no espaço escolar?
10 - Durante uma aula sobre ditadura militar, escravidão ou racismo, vocês percebem que há uma tentativa de negação histórica ou "certezas absolutas" por parte dos estudantes?
11 - Consegue descrever alguma experiência pessoal que aconteceu com você nesse sentido?
12 - Na sua opinião, quais são as formas de enfrentamento frente à crescente onda de negacionismo e revisionismo histórico desonesto propagado por movimentos de extrema direita, além do próprio desrespeito e desvalorização ao trabalho dos professores de História?

Quadro 1: Formulário de perguntas utilizadas na entrevista.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 1 apresenta questões aplicadas a dois professores, abordando a politização dos estudantes, a influência dos pais, o impacto de movimentos extremistas e os desafios no ensino de História. As perguntas exploram desde a desinformação até possíveis casos de censura ou intimidação vivenciados pelos docentes. Esse formulário foi essencial para compreender a dinâmica escolar em um contexto de polarização e revisionismo histórico, permitindo uma análise mais aprofundada das dificuldades enfrentadas pelos entrevistados.

Seção 2: Ensino de História e Polarização: Desafios no Contexto da Extrema Direita

2.1. Educação em Disputa: Polarização Política, *Fake News* e o Cenário Contemporâneo

O crescimento da extrema direita no Brasil, especialmente a partir de 2018, tem provocado transformações profundas no cenário político e social. Impulsionado por discursos conservadores e nacionalistas, esse movimento reflete a insatisfação de parte da população com os partidos tradicionais, mas seus efeitos vão além da crítica institucional: observa-se a negação de direitos, a rejeição de pautas sociais progressistas e o avanço de um revisionismo histórico que compromete o compromisso democrático e reforça desigualdades já existentes (Melucci, 2020). Tais características revelam que não se trata apenas de uma mudança política, mas de uma reconfiguração ideológica que busca impor uma nova

narrativa sobre o passado, o presente e o papel das instituições sociais.

No campo educacional, os efeitos dessa guinada ideológica são intensamente sentidos. A influência conservadora tem afetado diretamente a liberdade de ensino, criando barreiras à abordagem crítica, científica e pluralista. A tentativa de impor uma visão única da história, como no caso do movimento "Escola sem Partido", tem limitado o pensamento reflexivo dos estudantes e suprimido debates fundamentais sobre temas como democracia, direitos humanos, justiça social, ditadura militar e diversidade. Essa ofensiva compromete a formação cidadã e enfraquece a capacidade dos jovens de atuarem de forma consciente e crítica na sociedade (Cunha, 2019). A imposição de um ensino censurado e a ocultação de temas considerados controversos impedem que a escola cumpra sua função social de formar indivíduos capazes de compreender e transformar a realidade à sua volta. Como destaca Lima (2021), restringir o acesso ao conhecimento crítico não apenas compromete a valorização da diversidade, mas também enfraquece os princípios democráticos no Brasil.

Embora o bolsonarismo seja o marco mais evidente dessa radicalização, sua ascensão não ocorreu de forma isolada. De acordo com Rocha (2021),

> A ascensão da direita é anterior à emergência do bolsonarismo e favoreceu sua possibilidade de êxito. Em boa parte dos estudos acerca do fenômeno, o efeito é tomado como causa. O bolsonarismo não possibilitou o triunfo eleitoral da direita, mas, pelo contrário, a ascensão paulatina da direita, articulada desde meados da década de 1980, preparou a vitória do Messias Bolsonaro. (Rocha, p. 32, 2021)

A emergência da extrema direita já vinha sendo articulada desde

meados da década de 1980. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, nesse sentido, foi consequência, e não causa, desse processo de reorganização da direita brasileira, que soube explorar os sentimentos de insegurança, desconfiança e instabilidade para construir um discurso de ordem e moralidade. Esse contexto político foi decisivo para que o ambiente educacional se tornasse um campo de disputa ideológica cada vez mais acirrado.

Com a polarização política intensificada, os impactos nas instituições de ensino tornaram-se mais evidentes. Mudanças nos currículos, silenciamento de temas sensíveis e interferência direta na prática docente passaram a fazer parte do cotidiano escolar. Temas como diversidade, desigualdade social, direitos humanos e democracia, tradicionalmente discutidos de maneira crítica no ambiente educacional, começaram a ser evitados por medo de retaliações. Professores passaram a relatar episódios de censura, vigilância e intimidação, tanto por parte de administrações conservadoras quanto de setores da própria comunidade escolar (Duarte, 2020; Soares, 2019). Esses episódios geram um clima de autocensura e insegurança, que afeta diretamente a autonomia pedagógica e a qualidade do ensino.

Além disso, a tensão ideológica reverbera nas relações entre estudantes, professores e gestores. A escola, que deveria ser espaço de diálogo e construção coletiva, torna-se palco de disputas políticas e conflitos, comprometendo o ambiente democrático. Educadores enfrentam não apenas a pressão de setores externos, mas também o desafio de lidar com estudantes que, muitas vezes, reproduzem discursos

autoritários e preconceituosos sem qualquer base crítica. Isso revela o quanto o ambiente escolar tem sido afetado por narrativas que reforçam divisões, preconceitos e "certezas absolutas" incompatíveis com o espírito democrático (Gonçalves, 2020).

A interferência ideológica na educação prejudica habilidades essenciais como argumentação, escuta, empatia e análise crítica. Quando o espaço da escola é limitado ao reforço de visões homogêneas e excludentes, a formação intelectual dos jovens fica comprometida. O que se observa é uma tentativa de transformar o ensino em ferramenta de doutrinação, justamente o que esses movimentos dizem combater. Silenciar temas, restringir a liberdade dos professores e negar a pluralidade de ideias desfigura a missão educativa da escola e impede a formação de sujeitos autônomos e críticos (Ribeiro, 2021; Soares, 2019).

Dentro desse cenário de tensões, destaca-se também o impacto das *fake news* na formação dos estudantes. A disseminação de notícias falsas se consolidou como um dos principais desafios da era digital, especialmente no campo político. Estratégias de desinformação são amplamente utilizadas para reforçar discursos extremistas e distorcer fatos históricos, muitas vezes alimentando ódio, desconfiança e rejeição a instituições democráticas (Pereira, 2021). A escola, mais uma vez, é diretamente afetada: os estudantes, especialmente os mais jovens, tornam-se alvos fáceis para conteúdos enganosos que circulam sem checagem nas redes sociais.

A presença das *fake news* no ambiente escolar exige uma resposta urgente por parte dos educadores e da gestão pedagógica. É fundamental

promover práticas que desenvolvam a alfabetização midiática, estimulando os estudantes a questionarem as informações que consomem, a analisarem criticamente as fontes e a reconhecerem conteúdos manipulativos. Estratégias como debates éticos, oficinas de checagem de fatos e análise de discurso são indispensáveis para que os jovens possam exercer sua cidadania com responsabilidade e discernimento (Fernandes, 2020).

Diante desse quadro, foi essencial ouvir diretamente os professores de História sobre como enfrentam esses desafios no cotidiano escolar. As perguntas apresentadas no formulário de entrevistas (Quadro 1) foram elaboradas justamente com o objetivo de identificar percepções, experiências e estratégias utilizadas pelos docentes que ministram a disciplina de História para lidar com a politização do ambiente escolar, o negacionismo histórico e a censura. As respostas permitiram não apenas compreender os impactos dessas mudanças no processo de ensino-aprendizagem, mas também evidenciar a importância de defender a escola como espaço de liberdade, pluralidade e construção democrática.

Seção 3: **Desafios ao ensino de história na atualidade**

O papel do professor de História, no cenário atual, ultrapassa a mera transmissão de conteúdos. Em um contexto marcado por polarizações políticas, revisionismos e ataques à educação crítica, esse profissional assume uma função social de extrema relevância: a de mediador do conhecimento, formador de cidadãos e defensor da pluralidade de ideias. Seu trabalho consiste em organizar experiências educativas que despertem a curiosidade, incentivem o pensamento crítico e

contextualizem o conhecimento histórico com base em múltiplas perspectivas. Ao criar um ambiente de respeito, escuta e diálogo, o professor também contribui para a formação ética dos estudantes, estimulando-os a refletirem sobre o presente à luz das complexidades do passado (Freire, 2017).

Mais do que ensinar datas e eventos, o professor de História ajuda os alunos a compreenderem as estruturas de poder que moldaram, e continuam moldando, a sociedade. A disciplina deve promover o acesso a fontes diversas e à análise crítica de narrativas históricas, evidenciando disputas, lutas por direitos e processos de exclusão. Isso exige uma abordagem que vá além da neutralidade aparente, pois interpretar a história é, em si, um ato político e pedagógico. Em tempos de crescente negacionismo, seu papel torna-se ainda mais crucial: oferecer aos estudantes instrumentos para resistirem às simplificações ideológicas e atuarem de forma crítica e responsável na sociedade (Cury, 2018).

Nesse processo, o currículo escolar exerce grande influência. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, estabelece diretrizes que buscam garantir uma formação ampla, crítica e cidadã no ensino de História. No Ensino Fundamental, enfatiza-se o desenvolvimento do pensamento histórico e a compreensão das sociedades antigas, medievais e modernas, passando pela colonização, a escravidão e os movimentos sociais. No Ensino Médio, os temas tornam-se mais complexos, incluindo a Revolução Industrial, a globalização, os regimes autoritários e os conflitos contemporâneos, sempre com foco na análise das conexões entre passado e presente (Brasil, 2017).

A BNCC propõe uma abordagem que valoriza a pluralidade de perspectivas, a interdisciplinaridade e a cidadania, integrando o ensino de História com disciplinas como Geografia, Filosofia e Sociologia. Com isso, pretende-se formar estudantes capazes de interpretar os processos históricos de forma ética, crítica e reflexiva. No entanto, apesar das intenções expressas no documento, sua aplicação nas escolas enfrenta diversos desafios, especialmente em um cenário político que tensiona a autonomia docente e tenta controlar os conteúdos ensinados.

Professores de História, muitas vezes, são pressionados a adaptar suas práticas às expectativas ideológicas de determinados grupos. Temas fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, como escravidão, autoritarismo, desigualdades sociais, racismo e direitos humanos, enfrentam tentativas de censura ou distorção. A exigência de uma suposta “neutralidade” frequentemente funciona como mecanismo para silenciar perspectivas críticas e impedir debates sobre questões que envolvem justiça social, memória e democracia (Silva, 2020). Essa pressão compromete a qualidade do ensino e dificulta o exercício da autonomia pedagógica.

A tentativa de controlar o currículo, por meio de propostas que revisam ou apagam eventos históricos relevantes, ameaça diretamente a formação crítica dos estudantes. A imposição de um ensino padronizado e ideologicamente enviesado reduz a disciplina de História a uma cronologia descontextualizada, esvaziada de conflitos, resistências e vozes subalternizadas. Narrativas revisionistas sobre a ditadura militar, a escravidão e o colonialismo, por exemplo, não apenas distorcem os fatos,

mas também fragilizam a consciência histórica necessária à construção de uma sociedade democrática (Costa, 2018).

A manipulação do passado não é um fenômeno novo. A História sempre esteve no centro de disputas ideológicas, pois controla-se o futuro a partir do que se ensina sobre o passado. A forma como eventos históricos são lembrados, esquecidos ou reinterpretados define identidades coletivas, legitima poderes e molda comportamentos sociais. Quando certos grupos tentam monopolizar a narrativa histórica, impõem uma memória seletiva que naturaliza desigualdades e legitima injustiças. Negar ou relativizar episódios de autoritarismo, por exemplo, compromete a formação de uma consciência crítica e enfraquece os valores democráticos (Hobsbawm, 1997).

A reescrita seletiva da história compromete não apenas a formação individual dos estudantes, mas também a construção coletiva de uma sociedade mais justa e plural. Para combater essas tendências, o ensino de História precisa estar ancorado em pesquisas, debates acadêmicos e na valorização de múltiplas vozes históricas. A disciplina deve estimular a análise crítica das fontes, permitindo que os estudantes questionem verdades absolutas e compreendam os conflitos que estruturam a realidade social. Quando bem conduzido, o ensino histórico se transforma em instrumento de emancipação, cidadania ativa e resistência às tentativas de homogeneização cultural (Santos, 2016).

Nesse cenário, as mudanças curriculares implementadas entre 2014 e 2024 assumem um papel central no debate educacional. Alterações na carga horária e nos conteúdos, impulsionadas por uma agenda

conservadora, têm reconfigurado a forma como a História é ensinada nas escolas. Essas mudanças priorizam uma visão tradicional da sociedade, exaltando figuras e eventos nacionais sem o devido questionamento crítico. Ao omitir temas como movimentos sociais, ditaduras e desigualdades estruturais, o currículo reforça uma narrativa que valoriza a ordem e a autoridade, em detrimento da reflexão sobre os conflitos e rupturas que moldaram a história brasileira (Lowy, 2012).

A imposição de diretrizes rígidas, com enfoque nacionalista e moralista, compromete a diversidade de abordagens e enfraquece a liberdade de cátedra. Ao adotar uma narrativa oficial e excludente, o currículo transforma o ensino de História em ferramenta de doutrinação, contradizendo a própria essência da disciplina. O resultado é um processo educativo empobrecido, centrado em repetições mecânicas, que não prepara os alunos para entender e transformar a realidade em que vivem (Paulo, 2016).

Frente a esse panorama, torna-se evidente que o professor de História não é apenas um transmissor de saberes, mas um agente político e pedagógico que enfrenta, diariamente, o desafio de ensinar em tempos de crise democrática. Seu papel é resistir às pressões, defender a autonomia do conhecimento e garantir que a escola continue sendo um espaço de formação crítica, plural e comprometida com os valores da cidadania e da justiça social (Martins, 2007).

Nesse cenário de disputas ideológicas, o professor de História se encontra na linha de frente da resistência intelectual e ética dentro do espaço escolar. Ele é um dos principais agentes responsáveis por garantir

que o ensino se mantenha comprometido com a verdade histórica, com o respeito à diversidade e com a democracia. Isso exige não apenas domínio de conteúdo, mas também coragem pedagógica para enfrentar pressões externas que tentam silenciar ou distorcer determinados temas. Em meio a censuras veladas, vigilância ideológica e ameaças à liberdade de cátedra, o professor precisa adotar estratégias de ensino que promovam o diálogo, o respeito à pluralidade e o enfrentamento crítico ao negacionismo (Ricci, 1998).

A prática pedagógica, nesse contexto, deve ser construída com base em metodologias ativas e reflexivas, que rompam com o ensino tradicional centrado apenas na memorização. Ao propor debates, análises de fontes históricas, uso de materiais interdisciplinares e projetos de pesquisa, o professor oferece aos alunos uma experiência de aprendizagem que estimula a autonomia intelectual. A História, então, deixa de ser um simples acúmulo de dados e passa a ser compreendida como um campo de interpretação e disputa de sentidos. Essa abordagem favorece a formação de sujeitos capazes de identificar injustiças, questionar narrativas dominantes e participar ativamente da vida pública (Silva & Arcanjo, 2021).

As mudanças curriculares observadas na última década, especialmente com a consolidação da BNCC, também impactaram diretamente o ensino de História. Embora o documento proponha uma valorização da diversidade e da cidadania, na prática, sua aplicação tem sido moldada por pressões políticas e interesses conservadores. A redução da carga horária das disciplinas das ciências humanas em alguns estados e a priorização de áreas como empreendedorismo e educação financeira

refletem uma visão tecnocrática da educação, voltada para o mercado, e não para a formação crítica do cidadão. Esse reposicionamento do currículo tende a marginalizar conteúdos que abordam conflitos sociais, lutas populares e violações de direitos humanos (Silva & Arcanjo, 2021).

Há uma tentativa recorrente de minimizar a relevância de temas considerados "sensíveis", como racismo, ditadura militar, feminismo, cultura indígena e desigualdades sociais. Esses assuntos, essenciais para a compreensão da sociedade brasileira, muitas vezes são retirados dos planos de ensino ou tratados de forma superficial, para evitar confrontos com setores conservadores. Nesse processo, o professor de História se vê diante do dilema entre seguir diretrizes institucionais ou manter seu compromisso ético com a formação de cidadãos conscientes. Tal situação reforça a necessidade de uma formação docente sólida, crítica e contínua, que ofereça subsídios para enfrentar essas tensões (Martins, 2007).

Outro ponto relevante é a precarização das condições de trabalho dos professores, que também interfere na qualidade do ensino de História. Sobrecarga de turmas, falta de recursos didáticos, ausência de apoio pedagógico e desvalorização salarial são fatores que limitam a atuação docente. Quando somadas à pressão política e ideológica, essas condições criam um ambiente escolar desfavorável à liberdade de ensino. Ainda assim, muitos professores resistem, individual e coletivamente, por meio de práticas inovadoras, uso de tecnologias, articulação com movimentos sociais e produção de materiais críticos. Essa resistência cotidiana é um ato político e pedagógico que reafirma o papel transformador do ensino de História (Martins, 2007).

Seção 4: **Desafios e Perspectivas para o Ensino de História no Brasil**

A abordagem de temas controversos em sala de aula tem gerado tensões significativas, especialmente no contexto atual, em que discursos conservadores e polarizados se reproduzem com facilidade entre os estudantes. Esses discursos, muitas vezes assimilados por meio das redes sociais, disseminam narrativas simplificadas e reducionistas sobre questões como direitos humanos, feminismo, racismo e justiça social. Conforme argumenta Maria da Glória Gohn (2013), o fortalecimento de movimentos conservadores, impulsionado pelas novas formas de comunicação digital, tem ampliado a presença de ideias extremistas no espaço público, comprometendo a construção de uma educação crítica, plural e democrática.

A sala de aula reflete diretamente essas disputas ideológicas mais amplas, transformando-se em um ambiente de embate entre visões progressistas e conservadoras. Depoimentos de professores revelam que temas como a ditadura militar e a igualdade de gênero provocam reações extremas por parte dos estudantes, muitas vezes fundamentadas em interpretações equivocadas de cunho religioso, político ou moral. Esse cenário dificulta o desenvolvimento de análises mais profundas e reflexivas, uma vez que muitos alunos adotam posturas rígidas, resistentes ao diálogo e à escuta. Nesse sentido, José Carlos Libâneo (2013) defende que a escola deve ser compreendida como um espaço de mediação, que acolha diferentes perspectivas e promova o debate construtivo, evitando que a polarização comprometa a formação crítica dos estudantes.

Além das influências digitais e familiares, observa-se um fenômeno crescente de distorção histórica, que favorece a emergência de discursos extremistas. O revisionismo histórico, ao minimizar os impactos de regimes autoritários ou silenciar lutas por direitos, enfraquece a capacidade crítica dos estudantes e legitima visões autoritárias do presente. Segundo Nogueira (2018), reescrever a história sob uma ótica conservadora contribui para a naturalização de desigualdades e violações de direitos, exigindo da escola um papel ativo na desconstrução dessas narrativas e na valorização de fontes históricas confiáveis, múltiplas e contextualizadas.

Para enfrentar essas barreiras ideológicas no ambiente escolar, torna-se essencial que os professores desenvolvam estratégias pedagógicas voltadas à análise crítica e ao debate fundamentado. O uso de fontes históricas variadas, a leitura comparativa de eventos e a promoção de discussões que desafiem visões pré-concebidas são caminhos eficazes para ampliar a compreensão dos estudantes sobre a complexidade dos fenômenos sociais. Como destaca Lara (2020), a educação deve ir além da simples transmissão de conteúdos e promover uma cultura de diálogo e respeito, na qual os alunos sejam incentivados a revisar suas crenças à luz de novos dados, argumentos e experiências históricas.

Diante da crescente polarização e da tendência à simplificação das narrativas históricas, metodologias que incentivem o pensamento investigativo tornam-se ainda mais relevantes no ensino de História. Essas abordagens possibilitam que os alunos questionem as versões oficiais, explorem diferentes pontos de vista e desenvolvam uma postura

autônoma frente aos acontecimentos do passado e às suas implicações no presente. Paulo Freire (2016) já alertava para a necessidade de um ensino que emancipasse, e não apenas informasse, reforçando o papel do educador como mediador do conhecimento, e não como transmissor de verdades prontas.

Uma prática pedagógica eficaz nesse sentido é o uso de estudos de caso históricos, que favorecem a análise aprofundada de eventos por meio de diferentes fontes e interpretações. Essa metodologia permite que os estudantes compreendam a História como um campo de disputa, construção e revisão, e não como uma narrativa linear e fechada. Além disso, possibilita o desenvolvimento de competências analíticas ao colocar os alunos em contato com múltiplas visões e realidades sociais, contribuindo para uma formação mais ampla e crítica, como propõe Libâneo (2013).

O protagonismo estudantil também é uma estratégia pedagógica eficaz para desenvolver o pensamento crítico no ensino de História. Projetos em que os alunos produzem podcasts, documentários, reportagens ou artigos sobre eventos históricos promovem o engajamento, a pesquisa e a argumentação. Tais iniciativas estimulam a organização do conhecimento, a responsabilidade intelectual e a habilidade de confrontar informações divergentes. Como observa Silva (2019), ao se envolverem ativamente na produção do saber, os estudantes tornam-se mais conscientes da complexidade da História e menos vulneráveis a discursos manipuladores.

Outro caminho relevante para o fortalecimento do ensino crítico é a

criação de ambientes de aprendizagem colaborativa, em que os alunos possam debater ideias em grupos e construir juntos o conhecimento. A convivência com perspectivas distintas favorece o respeito mútuo, o exercício da escuta e o aprimoramento da argumentação com base em evidências. Essa prática contribui diretamente para a formação de cidadãos mais preparados para a vida democrática, onde o dissenso e a negociação de ideias são elementos fundamentais. Como enfatiza Freire (2017), ensinar exige diálogo, abertura e compromisso com a humanização dos sujeitos, e isso só é possível em contextos que valorizem a diversidade e o pensamento crítico.

Em síntese, os desafios enfrentados no ensino de História hoje estão diretamente relacionados à intensificação das disputas ideológicas, à presença crescente de discursos extremistas e à tentativa de controle sobre os currículos escolares. Cabe aos professores, com o apoio das instituições, desenvolverem estratégias que resistam à simplificação da História e que promovam a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com os valores democráticos. A escola, como espaço de formação cidadã, deve garantir a pluralidade de vozes e a liberdade pedagógica, assegurando que o passado seja estudado de forma rigorosa, contextualizada e ética.

Considerações Finais

O ensino de História no Brasil enfrenta desafios cada vez mais complexos diante das pressões ideológicas que tentam restringir o pensamento crítico e impor uma visão única do passado. A simplificação das narrativas históricas, aliada à valorização de perspectivas

conservadoras e à omissão de temas sensíveis, limita a reflexão dos estudantes sobre as raízes das desigualdades sociais, os conflitos políticos e os avanços democráticos. Essa homogeneização do conteúdo compromete não apenas a pluralidade de interpretações históricas, mas também a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com os direitos humanos.

Diante desse cenário, a resistência às tentativas de distorção ou silenciamento histórico depende da valorização e do fortalecimento da atuação docente. É essencial garantir que os professores tenham acesso contínuo à formação e a recursos pedagógicos que favoreçam o uso de fontes diversas, metodologias críticas e estratégias que promovam a análise contextualizada dos acontecimentos. Ao ensinar uma História plural e inclusiva, os educadores ajudam os estudantes a compreender que o passado é construído a partir de múltiplas vozes e experiências, estimulando uma postura investigativa e ética frente à realidade.

Mais do que ensinar datas e fatos, o ensino de História é uma ferramenta vital para o fortalecimento da democracia, especialmente em tempos marcados pela ascensão de discursos autoritários. Ao abordar os conflitos sociais, as lutas por direitos e os regimes opressores, os professores ajudam os alunos a compreender a importância de proteger as conquistas sociais e políticas. A História, nesse sentido, se torna uma forma de resistência, pois permite identificar ameaças à liberdade e à justiça, além de fomentar a consciência crítica e o engajamento dos estudantes com a transformação da sociedade.

A pesquisa desenvolvida no contexto da Escola Jorge Bragança evidenciou com clareza esses desafios e confirmou a centralidade do professor como mediador no processo educativo. A análise revelou que a crescente polarização política, alimentada pela desinformação nas redes sociais e pela tentativa de controle sobre os currículos escolares, tem dificultado o ensino de temas fundamentais, como ditadura militar, racismo e direitos humanos. Professores relataram episódios de resistência por parte dos alunos, fortemente influenciados por discursos conservadores, o que torna ainda mais urgente o fortalecimento da autonomia pedagógica e a adoção de estratégias inovadoras para preservar a qualidade do ensino de História.

Apesar das adversidades, o estudo também mostrou que muitos docentes têm se reinventado pedagogicamente. Metodologias como estudos de caso, debates orientados, uso de mídias alternativas e produção de conteúdo autoral pelos estudantes (como podcasts e documentários) são algumas das iniciativas destacadas que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual. Tais estratégias não apenas ampliam o repertório dos alunos, mas também os colocam em contato com diferentes formas de interpretar o passado, promovendo uma aprendizagem ativa e significativa.

Assim, os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados. O impacto da ascensão da extrema direita na escola foi identificado com clareza, revelando os reflexos diretos dessa conjuntura na educação. As mudanças curriculares e os seus efeitos sobre a formação crítica dos alunos foram analisados, destacando-se as limitações impostas por uma

visão conservadora e excludente da História. Além disso, foram identificadas e discutidas as estratégias adotadas por professores para enfrentar esses obstáculos e manter o compromisso com uma educação democrática, reflexiva e plural.

Para superar os desafios que limitam o ensino crítico de História no Brasil, é fundamental adotar uma abordagem pedagógica comprometida com a pluralidade de vozes e com a contextualização histórica rigorosa. A implementação de metodologias ativas e diversificadas, que envolvam o uso de documentos históricos, debates, recursos digitais e projetos colaborativos, permite aos estudantes perceber as múltiplas camadas que compõem a realidade social. Ao mesmo tempo, é indispensável garantir formação continuada e apoio institucional aos professores, para que tenham segurança e respaldo ao abordar temas sensíveis e controversos.

O ensino de História precisa ser reconhecido como um espaço de resistência, onde os alunos são incentivados a questionar, analisar e agir com responsabilidade social. Inserir temas como democracia, direitos humanos, desigualdades estruturais e movimentos sociais no currículo é mais do que uma escolha pedagógica: é uma necessidade para formar sujeitos críticos e engajados. A formação de uma consciência histórica ampla permite que os estudantes compreendam os riscos da repetição de erros do passado e se tornem agentes ativos na defesa de valores democráticos.

Dessa forma, ao investir em práticas pedagógicas inovadoras, na formação contínua dos educadores e na defesa de uma educação histórica plural e crítica, será possível enfrentar os desafios impostos pelo atual

contexto político e ideológico. Somente assim a escola poderá cumprir plenamente seu papel como espaço de emancipação, cidadania e construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/bncc. Acesso em: 9 nov. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO NOVA VENÉCIA. Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Daniel Comboni. 2024. Documento não publicado. Escola Estadual Dom Daniel Comboni, Espírito Santo

Bibliografia

COSTA, João Paulo. História, censura e ensino: a distorção de narrativas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

CUNHA, Maria Teresa. A escola sem partido e o risco de censura no ensino brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Pagu, 2019.

CURY, José Manuel. Pedagogia da história: um novo olhar para o ensino de História. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

DUARTE, Carla. Currículo, censura e autoritarismo: o impacto da extrema direita na educação brasileira. Campinas: Editora Papirus, 2020.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERNANDES, Clara. Educação digital e o combate às *fake news*: formando cidadãos críticos para a era da desinformação. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e suas representações: para uma sociologia do conflito. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

GONÇALVES, Laura. Educação, polarização e cidadania: os efeitos da ideologia no processo educacional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LARA, Fernanda A. Educação, diversidade e história: abordagens inclusivas no ensino de História. São Paulo: Editora Formação, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática e formação de professores: o ensino como práxis pedagógica. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

LIMA, Patrícia. Educação, censura e democracia: os desafios contemporâneos no Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

LOWY, Michael. O Pensamento de Direita. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo e formação de professores de História: uma alegoria. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45, p. 145–158, jun. 2007.

MELUCCI, Alberto. A ascensão da extrema direita no Brasil: desafios à democracia. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O Brasil e a política do esquecimento: uma análise do revisionismo histórico. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PAULO, Sérgio. Educação e Cidadania: O Papel da Escola na Formação Crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

PEREIRA, João. *Fake news* e democracia: os impactos da desinformação nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

PEREIRA, João Batista. História e democracia: desafios para o ensino crítico e a formação cidadã. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Educar, 2020.

RIBEIRO, Sandra. A educação em tempos de polarização: desafios à liberdade pedagógica no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

RICCI, Claudia Sapag. Quando os discursos não se encontram: imaginário do professor de história e a reforma curricular dos anos 80 em São Paulo. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200004. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

ROCHA, João Cezar de Castro. A câmara de eco e a dissonância cognitiva coletiva: o impacto das narrativas digitais na História. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Ana Clara. Ensino de História e formação docente: desafios para uma prática crítica e inclusiva. São Paulo: Editora Educação e Cultura, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Edson Pereira; ARCANJO, Fernanda Gonçalves. História da ciência, epistemologia e dialética. Trans/Form/Ação, Marília, v. 44, n. 2, p. 149–174, abr./jun. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n2.11.p149. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

SILVA, João. A revisão do ensino de História no Brasil: pressões ideológicas e seus impactos. 2. ed. São Paulo: Editora X, 2020.

SILVA, João F. Desinformação e ensino de História: desafios contemporâneos no ambiente escolar. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

SOARES, Maria Aparecida. Educação e polarização política no Brasil: desafios e implicações para o ensino. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

Tabelas

Tabela 1: Formulário de perguntas utilizadas na entrevista.

ARTIGO

Patriarcalismo neoconfucionista e gênero na Coreia do Sul: do ideal feminino na dinastia Joseon à sociedade contemporânea*

Julia Cariry Costa**
Universidade de São Paulo

Razel Carmo da Silva**
Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p429-464

resumo

O estudo investiga a formação histórica do patriarcalismo na Coreia do Sul, articulando o neoconfucionismo da dinastia Joseon (1392-1897) às estruturas de gênero do período. O objetivo é compreender como os princípios filosóficos foram traduzidos em instituições, leis e práticas sociais que consolidaram hierarquias familiares, segregação de papéis e modelos de virtude feminina. A pesquisa adota uma metodologia histórico-analítica, combinando a leitura de textos clássicos, como os Analectos e os comentários de Yi Heang e Yi Yi, legislação da dinastia Joseon e estudos recentes de história social e de gênero. As fontes incluem códigos leais, diários pessoais e narrativas culturais, como o pansori "Chunhyangga". A abordagem historiográfica dialoga com autores como Martina Deuchler, Hyaeweol Choi e Michael Seth, questionando a linearidade entre tradição e modernidade e discutindo a persistência de valores confucionistas na política, na linguagem e na vida cotidiana contemporânea. O artigo pretende demonstrar que o ideal de fidelidade e pureza feminina, central no neoconfucionismo, permanece reconfigurado em práticas e discursos atuais, revelando uma continuidade estrutural entre o patriarcalismo histórico e as desigualdades de gênero na Coreia moderna.

PALAVRAS-CHAVES: Coreia do Sul; Joseon; Neoconfucionismo; Patriarcalismo

*Este trabalho resulta da atividade final da disciplina de Práticas de Leitura e Escrita Historiográfica ministrada pela Profª, Dra. Antônia Terra de Calazans Fernandes, a quem agradecemos pela orientação inicial. Agradecemos também ao Prof. Dr. Fabiano Bracht pela valiosa contribuição na revisão final.
**Graduandos em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mails para contato: julia.cariry@gmail.com e razelcarmo@usp.br

Patriarcalismo neoconfucionista e gênero na Coreia do Sul: do ideal feminino na dinastia Joseon à sociedade contemporânea

Julia Cariry Costa
Razel Carmo da Silva

Introdução

Em 1392, Yi Seong-gye depôs Goryeo (918-1392) e fundou a dinastia Joseon (1392-1897), tornando-se o rei Taejo[1] de Joseon (1392-1398). Foi em contexto de crise do reino anterior que permitiu as ideias de Jeong Do-jeon, adepto do neoconfucionismo e intelectual da classe *sadaebu*, como eram chamados os estudiosos confucionistas, elaborar novos planos políticos para o processo de transição que se iniciava. O neoconfucionismo, que enfatizava a moralidade e o respeito às hierarquias, tinha como pilares fundamentais a lealdade ao seu rei (chung 충), a devoção piedade filial (hyo 효) e a fidelidade conjugal feminina (yeol 열)[2].

Na dinastia Joseon, a posição e o papel social das mulheres foram profundamente moldados pelos ideais de fidelidade do neoconfucionismo, especialmente a partir no que é compreendido como Período Tardio[3]. Essas convicções mostraram-se tão duradouras que influenciaram decisivamente a formação da sociedade sul-coreana contemporânea, que ainda preserva resquícios substanciais do último período dinástico. Contudo, os estudos que investigam a fundo a relação entre o neoconfucionismo e a formação da sociedade patriarcal sul-coreana no Brasil ainda são escassos. Para preencher essa lacuna, este artigo adota um

[1] Os reis das dinastias coreanas adotavam um nome regencial de acordo com a ordem da ascensão ao trono. Os primeiros reis, tanto de Goryeo quanto de Joseon, são chamados de Taejo.
[2] O acesso ao discurso de Yi Seong-gye que menciona algumas das ideias de moralidade está disponível no volume 1, em julho do primeiro ano do reinado do rei Taejo em: COREIA DO SUL. NATIONAL INSTITUTE OF KOREAN HISTORY. (org.). **The Veritable of the Joseon Dinasty**. Disponível em: https://sillok.history.go.kr/main/main.do. Acesso em: 14 nov. 2024.
[3] O período Joseon Tardio iniciou-se no começo do século XVII, entre 1600 e 1610 e se estendeu até o final da dinastia Joseon, em 1910.

recorte diacrônico, analisando a doutrina desde o Período Inicial ao Tardio de Joseon (séculos XV-XIX) e estabelecendo um diálogo entre com a Coreia do Sul dos séculos XX-XIX. Essa abordagem permite relacionar as continuidades e descontinuidades nas instituições e práticas patriarcais, o que é crucial para compreender não apenas as doutrinas que sustentam uma ideologia estatal, mas também a forma como elas se articulam com a agência humana na consolidação de uma cultura.

Dessa forma, o presente artigo visa investigar a formação da sociedade patriarcal sul-coreana através da dinastia Joseon. Seu objetivo central é compreender o modo pelo qual a institucionalização de princípios neoconfucionistas durante esse período estruturou hierarquias de gênero que permanecem em operação, ainda que reconfiguradas, na Coreia do Sul contemporânea. Para tanto, parte-se do entendimento de que o neoconfucionismo, filosofia oficialmente institucionalizada, exerceu uma influência profunda nos ideais de gênero por meio da implementação de leis que reforçavam a clara divisão entre os sexos e a subordinação das mulheres. Busca-se, assim, compreender de que maneira esse legado, ainda enraizado nos pilares sociais, molda as relações e as funções sociais dos indivíduos na sociedade atual.

Para cumprir a proposta apresentada, esta pesquisa busca, a princípio, compreender as bases filosóficas neoconfucionistas, seus principais pensadores, como Zhu Xi, Yi Hwang e Yi Yi, e as mudanças significativas ocorridas na sociedade sul-coreana a partir deles, mediante a análise de seus comentários canônicos. Em seguida, apresenta exemplos de disparidade de gênero durante a dinastia Joseon com base em

bibliografia especializada e na análise de fontes primárias por meio dos Anais da Dinastia Joseon (Joseon Wangjo Sillok), afim de investigar a relação entre a norma doutrinária e a prática social. Por fim, o último ponto a ser abordado é a desigualdade de gênero na contemporaneidade, enfocando lutas feministas sul-coreanas e como elas têm trazido resultados relevantes para a transformação de ideias enraizadas no corpo social, relacionando os dados históricos com estudos recentes de história social, gênero e educação para analisar as permanências e reconfigurações dessa memória cultural. Dessa forma, portanto, o tratamento metodológico privilegia a relação entre norma, prática e memória cultural.

Bases teóricas do neoconfucionismo e o uso do seu debate na sociedade de Joseon

É difícil determinar exatamente quando o confucionismo, filosofia de pensamento chinesa, chegou à Coreia. No entanto, estudos mais recentes sugerem que sua influência começou durante as primeiras interações culturais entre Coreia e China, no período dos Três Reinos Coreanos — Baekje, Silla e Goguryeo (57 AEC-668 EC). Esse sistema de pensamento consolidou-se de forma mais evidente nos anos finais do século XIV, durante o Período Inicial da dinastia Joseon (1392–1550). Assim, essa filosofia não era novidade para a população quando foi oficialmente estabelecida como base ideológica do Estado: além de a elite coreana já contar com disciplinas universitárias dedicadas ao confucionismo, a troca política, comercial e cultural, incluindo aspectos religiosos, era comum (SETH, 2020, p. 27–31).

Contudo, a novidade surgiu com a introdução de uma nova interpretação do confucionismo, na dinastia Song Chinesa (960–1279): o neoconfucionismo, um termo abrangente para o renascimento de vários eixos da escola de pensamento já existente.[4] Esta corrente chegou às principais universidades coreanas entre os séculos XI e XII, e teve no filósofo chinês Zhu Xi (1130–1200)[5] seu teórico mais conhecido, após o próprio Confúcio (LEE, 2016, p. 166–167). Ele introduziu os conceitos fundamentais, com base metafísica, como a Teoria do Princípio e da Força Material, que se tornou o alicerce teórico da visão neoconfucionista sobre a ordem natural, o comportamento humano e a estruturação da sociedade. Esta teoria auxilia a compreender as bases das mudanças políticas e sociais da dinastia Joseon.

A fundamentação teórica do neoconfucionismo possui duas vertentes principais. A primeira delas é a cosmológica, que aborda o conhecimento do universo através da relação entre o Princípio (Ri 理) e a Força Material (Gi 氣). A segunda é a Teoria da Mente e da Natureza, que aplica esse conceito aos seres humano, definindo a moralidade racional (Ri 理) como oposição ao desejo humano incontrolável, ou seja, a Força

[4] Sendo assim, as principais diferenças entre o confucionismo e o neoconfucionismo estão no uso da metafísica para explicar alguns pontos da teoria de Confúcio. Além disso, o neoconfucionismo enfoca-se no próprio Confúcio e sua importância como filósofo, ocorrendo, também, a mudança de livros-guia como de *The Five Classics*, de Mêncio, para *The Four Books*, de Zhu Xi.
[5] Zhu Xi foi um funcionário público e filósofo chinês adepto ao neoconfucionismo. Além de seus próprios escritos pessoais arquivados, ele compilou e comentou quatro textos de temas que considerava essenciais para essa escola de pensamento segundo sua interpretação. Esse livro é chamado de "*The Four Books*".

Material (Gi 氣)[6]. Esta teoria, que definia basicamente a racionalidade contra o desejo humano incontrolável, se tornou um debate para entender qual seria a melhor maneira de compreender a mente humana e o controle de seus desejos (LEE, 2016, p. 165-169). Segundo essa visão, uma mente harmônica segue sua natureza intrínseca, agindo de acordo com ela. Dessa forma, pode-se dividir o ser humano em duas partes: corpo e mente. Quando a natureza psicofísica se torna perfeita, atinge-se o ideal de humanidade. Entretanto, o debate para entender as diferenças entre razão e sentimento logo se tornaram normas generificadas para que homens e mulheres não aos seus desejos e atingissem seu ideal virtuoso de masculinidade, alinhada a razão, e feminilidade, relacionada ao sentimento, estas normas vieram via outras teorias criadas.

Algumas ideias-chave criadas a partir da Teoria da Mente e da Natureza foram a teoria do autocultivo, a arte de governar, a fidelidade e as formalidades ritualísticas. Elas funcionavam como um alicerce teórico do neoconfucionismo e de sua visão sobre a ordem natural, o comportamento humano e a estruturação da sociedade. Compreendê-la auxilia a explicar as mudanças políticas e sociais da era Joseon, dado a inegável influência pelo neoconfucionista na Coreia. Zhu Xi também destacou a existência de dois tipos de natureza nas emoções humanas: os “Quatro Inícios” (Sadan 四端) e as “Sete Emoções” (Chiljeong 七情). As Sete Emoções englobam

[6] Este artigo adota o uso dos ideogramas chineses com pronúncia coreana, chamado de *hanja*. O *hanja* é composto de ideogramas chineses com pronúncia coreana ou ressignificado para os coreanos. No período das fontes utilizadas no artigo, este era o sistema de escrita utilizado, sendo, então, optado pelos autores. O hanja foi usado até a invenção do *hangul*, em 1444, sistema de escrita atualmente utilizado na Coreia do Sul.

alegria, raiva, tristeza, medo, amor, ódio e desejo, sendo particularmente impactante na vida das mulheres durante esse período (LEE, 2016, p. 166–167). Elas deviam controlar os desejos, esses, muitas vezes, vindo das sete emoções, pois as virtudes femininas eram aquelas ligadas aos Quatro Inícios, que consistiam em: benevolência, rituais, sabedoria e lealdade (MOLONY; THEISS; CHOI, 2016, p. 64–65). Esse predomínio religioso gerou até mesmo cinco monumentos, construídos em Seul, inspirados nos Quatro Inícios (LEE, 2016, p. 165-169).

A Teoria da Mente e da Natureza deu origem à chamada Teoria do Autocultivo (Suyangron 修養論), que, por sua vez, gerou a Teoria dos Ideais Políticos (Gyeongseron 經世論). Nesse contexto, a meta seria tornar-se um sábio virtuoso. O autocultivo concentra-se na reflexão interna, promovendo a supressão de desejos e a disciplina mental, resultando em uma pessoa admirável e estável. Já no âmbito estadista, o foco recaiu sobre a lealdade e as formas adequadas de resolução de problemas de Estado (LEE, 2016, p. 168–173). Isso gerou um amplo debate entre os servidores do rei, sendo um tema recorrente em obras confucionistas e neoconfucionistas, que buscavam orientar os governantes. Para teóricos como Zhu Xi, Yi Hwang e Yi Yi, o rei ideal deveria governar com benevolência e seus súditos, servi-lo de forma leal, juntos, trilhando os caminhos para o céu. Muitos deles defendiam reformas tanto agrárias como tributárias para criar uma sociedade mais justa. Contudo, ao longo dos anos, esses ideais foram abandonados e, posteriormente, sufocados pelos interesses das elites (LEE, 2016, p. 170-174).

Complementando essas teorias, destacam-se também as Teorias da Formalidade dos Rituais (Yeseol 禮說) e da Fidelidade (Yiriron 義理論), que atuaram conjuntamente no controle da vida das mulheres da época. A fidelidade, já mencionada nos *Anais da Primavera e Outono*, de Confúcio, não tinha seu significado plenamente compreendido pelos estudiosos, incentivando uma série de estudos hermenêuticos ao longo do tempo. Paralelamente, a "ritualidade" (Yeseol 禮說), frequentemente traduzida como "a forma correta de agir" ou "boas maneiras", tornou-se outro aspecto central do confucionismo. Diversos textos clássicos elucidaram esses preceitos, sendo os principais: *Os Ritos de Zhou* (Zhouli 周禮), concentrando-se na organização burocrática da época; o *Clássico dos Ritos* (Liji 禮記), descrevendo práticas relacionadas a casamentos, funerais, períodos de luto, comemorações, entre outros; e o *Livro de Etiqueta e Cerimônias* (Yili 儀禮), detalhando maneirismos sociais, rituais e comportamentos externos abrangentemente (LEE, 2016, p. 168–173). Esse revivalismo ritualístico do confucionismo clássico tornou-se um dos pilares da sociedade Joseon.[7] No início do século XV, as mulheres da elite *yangban*[8] assumiram um papel essencial durante a aplicação institucional e demonstração pública dessas regras. As responsabilidades domésticas passaram a ser vistas como uma extensão das virtudes confucionistas, e

[7] Todos os textos citados foram escritos por volta do século I a.C. No entanto, não possuem autores atribuídos, pois, com exceção de *O Clássico dos Ritos,* de Confúcio, um compilado dos ritos clássicos mais praticados na época, possuem vários autores e em momentos diferentes, cada um com sua respectiva contribuição.

[8] Os *yangban* eram parte da alta classe durante a dinastia Joseon. Compostos principalmente por militares e funcionários públicos, além da administração econômica, civil e militar, esta parcela da população era responsável por seguir e exemplificar os princípios neoconfucionistas para o restante da população.

recaiu sobre elas a tarefa de demonstrar uma conduta exemplar. Para serem consideradas mulheres virtuosas, deveriam cumprir rigorosamente suas obrigações domésticas, mostrar devoção às três pessoas mais importantes de suas vidas: ao seu pai, ao seu marido e ao seu filho (HAN, 2004, p. 118).

Tinwald (2017, p. 172–174) argumenta que a virtude era o ponto central tanto do confucionismo quanto do neoconfucionismo, com destaque especial para a virtude da sinceridade. Contudo, surge uma questão essencial: o que ocorre quando os critérios para definir um bom ou mau governante não são previamente estabelecidos? Embora não caiba a este artigo explorar em profundidade essas questões filosóficas, julgamos apropriado esclarecer as consequências da ausência de respostas claras. Para os neoconfucionistas, esse era o maior desafio da teoria, pois acreditavam que os conceitos de Ri (理) e Gi (氣) precisavam ser amplamente debatidos para explicar o que significava ser um ser humano verdadeiramente virtuoso. Essa discussão se tornou ainda mais relevante porque, na visão desses pensadores, a mente humana tendia a relativizar comportamentos imorais. Devido a isso, a sabedoria era considerada indispensável para alcançar a virtude, funcionando como guia para as ações, conforme os traços de personalidade previamente discutidos (TIWALD, 2017, p. 172-174).

Uma das características responsáveis por fazer o neoconfucionismo ter tamanha influência na Coreia era o vigoroso debate acadêmico em torno de suas ideias, incluindo aspectos religiosos e filosóficos. A

complexidade conceitual deixada por pensadores como Zhu Xi e Cheng Yi criou uma sensação de mistério, levando os adeptos a acreditar que a filosofia jamais poderia ser plenamente compreendida (SEOK, 2018, p. 3). Essa percepção gerou uma série de questionamentos, especialmente a partir do século XVI, estimulando a produção de inúmeros livros e teorias para responder a essas dúvidas. O próprio Zhu Xi teve como objetivo estabelecer distinções entre suas ideias e as de Mêncio[9], marcando um avanço significativo no pensamento neoconfucionista. Ele afirmava que *R*i (理) era intrinsecamente bom, enquanto Gi (氣), embora pudesse ser benigno, possuía aspectos neutros ou até negativos. Essa ambiguidade moral nunca foi inteiramente resolvida em seus escritos, tornando-se o eixo de debates filosóficos na Coreia ao longo dos cinco séculos subsequentes.

Yi Hwang, estudioso do período Joseon, é um exemplo notável desses debates: ele definiu Ri (理) como o verdadeiro "Caminho para o Céu" e Gi (氣) como o aspecto imperfeito do ser humano. Segundo ele, todas as emoções negativas, que afastam o indivíduo do estado ideal, derivam de Gi (氣) (SEOK, 2018, p. 6-7). Seong Hon também aderiu a essa visão (LEE, 2016, 175–176). Outro pensador, conhecido como Toegye, argumentava que a relação entre Ri (理) e Gi (氣) dependia de sua especificidade moral: Ri (理) era moralmente específico, enquanto Gi (氣) não, o que explicaria sua

[9] Mêncio, ou Mengzi, foi um dos principais seguidores do confucionismo. Sua mãe é mencionada no livro *Exemplary Women of Early China*, também conhecido como *Biographies of Exemplary Women*, de Liu Xang. Entre os seguidores clássicos do confucionismo, é possível afirmar que suas filosofias tenham sido as mais influentes na formação da visão da mulher ideal para os neoconfucionistas. No entanto, reconhecemos a necessidade de um artigo exclusivo para aprofundar essa questão. Para os interessados, há traduções confiáveis deste livro para o inglês, como a feita pela Universidade de Cambridge.

imperfeição (SEOK, 2018, p. 7-8). Para ele, quanto mais próximo algo estivesse da natureza perfeita humana, como era o caso de Ri (理), mais aprimorado se tornava. No entanto, havia interpretações alternativas. Por exemplo, para Yi Yi, Ri (理) era apenas um princípio que se subdividia em inúmeras partes — dezenas, centenas e, eventualmente, milhares (LEE, 2016, p. 176-178). Nesse sentido, ele defendia que o que realmente existia no ser humano e o constituía era Gi (氣). Por isso, na visão de Yi Yi, não havia razão para considerar Gi (氣) inerentemente mau, uma vez que ele era, na verdade, a base da existência e da ação humana.

A falta de uma moralidade bem-estabelecida, fez, também, com que controlar as elites fosse mais fácil. Sendo assim, a posição de um cavalheiro, seguidor de todas as virtudes ambíguas corretas, se tornou a meta dos estudiosos neoconfucionistas (LEE, 2016, p. 187). Para as mulheres, entretanto, a meta era se tornar uma esposa obediente dedicada, além de uma mãe carinhosa (MOLONY; THEISS; CHOI, 2016, p. 64).

Mudanças institucionais com o estabelecimento do neoconfucionismo na Coreia começaram com a criação do Censorato coreano, inspirado na instituição chinesa de mesmo nome. Essa instituição era composta por acadêmicos, e sua função era examinar e avaliar possíveis candidatos para servir ao rei, bem como suas famílias. Qualquer falha de conduta ou delito cometido por membros da família de um candidato, resultava em sua desclassificação imediata. Além disso, o Censorato também excluía seguidores de outras religiões, refletindo a intolerância religiosa do neoconfucionismo em relação ao budismo, o

xamanismo, elementos taoístas presentes naquela sociedade, e até mesmo vertentes do próprio confucionismo. Os estudiosos neoconfucionistas consideravam estarem restabelecendo os princípios originais ensinados por Confúcio. Por essa razão, era fundamental preservar a linhagem de governo vigente, revelando outra função do Censorato: fiscalizar tanto o rei quanto os candidatos a governadores do país. No entanto, vale notar que, enquanto o confucionismo original enfatizava a meritocracia, afirmando que qualquer pessoa poderia governar desde que seguisse os princípios de bondade, o neoconfucionismo priorizava uma visão mais hierárquica, hereditária, e, logo, excludente (SETH, 2020, p. 30-31).

Durante a dinastia Goryeo, ambos os gêneros possuíam o mesmo tipo de educação dada pelos pais. Entretanto, não demorou para que os princípios estabelecidos pelo Censorato afetassem drasticamente a liberdade das mulheres da elite coreana e elas perderem sua autonomia em um curto espaço de tempo. O neoconfucionismo previa uma separação súpera, senão total, entre os gêneros: as mulheres *yangban* deveriam permanecer em casa, cuidar dos rituais, dos filhos e demonstrar virtude ao servir, primeiramente, ao pai antes do casamento, ao marido durante o matrimônio e, após a morte deste, ao filho mais velho. A separação se tornou tão rigorosa que homens e mulheres não podiam mais usar a mesma entrada da casa, dormir no mesmo quarto ou dividir o guarda-roupa (KWON, 2015, p. 189-191). Até mesmo a educação foi segregada: as meninas aprendiam desde cedo a lavar, passar, realizar os rituais prescritos e a cuidar do marido e dos filhos, além de uma educação

sexual específica para poderem saber qual seria o período ideal para engravidar de um filho homem. Já os meninos eram instruídos para atividades externas ao lar, como as de batalha, relações políticas, cálculo, escrita e outros conhecimentos necessários para uma vida pública de sucesso (KWON, 2015, p. 191-193).

Mudanças legislativas também restringiram os direitos das mulheres. Elas perderam o direito à guarda dos filhos após o divórcio, sob o argumento de que sua educação, voltada para tarefas domésticas, as tornavam incapazes de criarem as crianças adequadamente sem o auxílio de um homem, especialmente os meninos, considerados futuros membros prolíficos e valorosos da sociedade. Além disso, as leis de divórcio eram profundamente desiguais: enquanto os homens poderiam solicitar a separação sem provas concretas de traição, desrespeito aos pais, violência por parte da esposa ou perturbar a imagem familiar, as mulheres só poderiam pedir divórcio em casos extremos, como assassinato dos próprios pais cometido pelo marido (KWON, 2015, p. 195). No caso de violência doméstica, apenas agressões graves, como fraturas, poderiam justificar o fim do casamento.[10]

Essa desigualdade, que será detalhada posteriormente, mostra como a academia e o aparato legal foram usados como ferramentas iniciais para suprimir os direitos das mulheres pertencentes à elite coreana. Para além

[10] Nota-se que apesar disso, o divórcio (principalmente quando requisitado pela mulher) continua sendo uma exceção durante a dinastia Joseon, pois a separação do casal era vista com maus olhos. Na maior parte dos casos, as mulheres preferiam fugir, sabendo que seriam punidas caso fossem encontradas ou, em casos mais graves, o suicídio.

das leis de divórcio, as mulheres se tornaram proibidas por lei de praticarem esportes ou qualquer coisa relacionada ao masculino (SETH, 2020, p 32): a fim de preservar sua imagem e delicadeza, elas deveriam parar de andar a cavalos e jogar polo. Isso, é claro, incluía também o resto da esfera masculina: cuidar dos assuntos administrativos como o casamento — com exceção em casos da morte do marido —, ou sair de casa. Contudo, não há evidências concretas de concordância integral por parte das mulheres *yangban* com os ideais neoconfucionistas. Um exemplo notável é Im Yoonjidang (任允摯堂), a primeira mulher coreana acadêmica neoconfucionista, que viveu entre 1721 e 1793. Apesar de diversos registros elogiosos enviados a ela, por sua adesão aos preceitos neoconfucionistas, assim como seu irmão[11], seus escritos pessoais em diários contradizem a visão pública e revelam uma visão de feminilidade que se distanciava da dos homens de sua época. Enquanto os valores tradicionais enfatizavam delicadeza, obediência e brandura, Im Yoonjidang priorizava a coragem e a força, destacando e elogiando mulheres com o mesmo espírito vigoroso atribuído aos homens de seu tempo (KIM, 2016, p. 131-152).

Esse padrão não se limitava às filósofas mulheres. Muitos acadêmicos homens, ao refletirem sobre sua posição social durante os estudos, além de princípios sociais do confucionismo clássico já ditos anteriormente (como a reforma tributária e agrária, meritocracia governamental e a promessa de uma sociedade mais justa para os menos abastados)

[11] Durante este período, era comum uma mesma família possuir a mesma linha de pensamento acadêmico, como avós, pais, filhos e irmãos. Por isso, Yoonjindang compartilhava da mesma forma de interpretar o neoconfucionismo de seu irmão.

frequentemente enfrentavam crises emocionais e existenciais, declaradas em textos pessoais, como diários. Essa situação revela uma contradição entre os debates filosóficos no âmbito do neoconfucionismo e os dilemas internos vividos pelos estudiosos do Período Joseon (KIM, 2016, p. 131-152).

Embora o neoconfucionismo ainda não estivesse plenamente consolidado entre as famílias de classes mais baixas, isso não significa que seus ideais fossem desconhecidos. No entanto, para essas pessoas, a necessidade de sobrevivência perpassou, durante séculos, a imprescindibilidade desse modo de vida (SETH, 2020, p. 30-32.). Essa situação gerou um problema evidente: as mulheres eram consideradas o pilar da família coreana e, para que essa estrutura funcionasse conforme os preceitos neoconfucionistas, era indispensável viverem consoante as virtudes prescritas. Entretanto, a realidade era diferente para as classes mais baixas. Os ideais neoconfucionistas de separação de gênero não puderam ser plenamente aplicados, já que as mulheres camponesas eram indispensáveis para o sustento familiar, trabalhando junto aos maridos. Assim, esses ideais demoraram séculos para se consolidar entre as classes mais baixas, atingindo essa parcela da sociedade apenas no final do século XVII (SETH, 2020, p. 146-149).

Uma das principais mudanças foi o enfraquecimento da matrilinearidade. Antes disso, mulheres e homens — exceto o primogênito, encarregado dos rituais familiares — tinham direitos iguais à herança. Contudo, com a disseminação dos ideais neoconfucionistas entre os

menos abastados, as mulheres passaram a receber parcelas insignificantes ou, em muitos casos, foram excluídas completamente da divisão de bens.

Outro fator relevante foi a popularização das genealogias. Inicialmente, apenas famílias da elite as possuíam, e quanto mais antiga fosse a genealogia, maior o prestígio da família, pois isso indicava acesso privilegiado e especializado à informação sobre seu passado e aos recursos necessários para rastreá-lo. No início do Período Joseon, observa-se que as mulheres eram incluídas nesses registros. Com o tempo, famílias de classes mais baixas também começaram a elaborar genealogias. (JUNG, 2015, p. 164-167). Sem recursos para pesquisar sua ancestralidade, muitos adotaram sobrenomes de famílias *yangban* por dois motivos principais: o primeiro era evitar o alistamento militar, já que uma posição social mais elevada os eximia dessa obrigação; o segundo era usar o sobrenome como um passaporte para ascender socialmente. No entanto, enquanto os homens se beneficiavam dessa nova prática, o sobrenome das mulheres foi gradualmente negligenciado. Elas deixaram de ser incluídas nas genealogias, refletindo os valores morais da época (JUNG, 2015, p. 166). Como consequência, se uma mulher não fosse registrada nos documentos do pai ou do marido, isso significava que, legalmente, ela sequer existia (JUNG, 2015, p. 137-140).

Durante Joseon, a existência restrita aos homens, principalmente fora do ambiente peridoméstico, foi o fator determinante da vida das mulheres. As leis impostas restringiam severamente sua autonomia: mulheres não podiam se casar novamente, se divorciar, ficar com a guarda

dos próprios filhos, e, em casos extremos, tinham seu registro modificado postumamente para parecerem casadas com um homem também falecido jovem, caso falecessem solteiras, evitando assim "envergonhar" a família. Havia, ainda, o suicídio como uma alternativa apresentada às mulheres vítimas de abuso sexual, para que "preservassem" sua virtude, ou às que tivessem cometido atos considerados vergonhosos para a família. Para aquelas que gostariam de ser consideradas mulheres virtuosas (yeollyeo 烈女), havia a necessidade de tirar sua própria vida após a morte do marido e juntar-se a ele. Enquanto a obrigação de gerar um filho homem permeava sua educação sexual, seu desaparecimento gradual nos registros civis reforçava sua invisibilidade para o resto da sociedade (KWON, 2015, 192–195).

Apesar de manterem controle sobre a esfera doméstica, limitada por barreiras generificadas rigidamente estabelecidas, as mulheres coreanas passaram de uma das populações mais livres da Ásia para se tornarem uma das mais reprimidas (SETH, 2020, p. 21). Durante a dinastia Joseon, o percurso dos direitos femininos foi marcado por um processo brutal de repressão, que não apenas lhes roubou direitos e autonomia, mas também apagou sua essência como seres humanos. As marcas desse processo ainda ecoam na sociedade contemporânea da Coreia do Sul, pois a mudança de regras para seguir as virtudes femininas ocorreu em poucos séculos. Na dinastia Goryeo as mulheres usufruem de certa liberdade e, mesmo durante o Período Joseon Inicial, as integrantes das elites *yangban* possuíam a liberdade de visitar templos budistas e de fazer rituais dedicados a outras religiões, essa liberdade, entretanto, logo foi removida,

assim como a de demonstrar não apenas suas religiões, mas os rostos ao saírem de casa. A pressão para seguir as virtudes neoconfucianas e reprimir (Ri 理), a partir desta mesma teoria, a Coreia começou a separação entre espaço público como majoritariamente masculino e o privado como feminino (MOLONY; THEISS; CHOI, 2016, p. 62).

Exemplos de disparidades de gênero na sociedade coreana durante a dinastia Joseon.

A dinastia Goryeo também era patriarcal, contudo, sua legislação estava longe de ser tão rígida no que diz respeito à restrição do direito das mulheres. As viúvas podiam casar-se novamente após a morte do marido e a herança não era prioritariamente atribuída aos filhos homens mais velhos: era dividida igualmente, com as mulheres, que possuíam liberdade para administrar seus bens conforme desejassem. A inclusão das mulheres nos inventários durante o período de Goryeo proporcionou-lhes um grau de autonomia financeira (HAN, 2004, p. 113).

A corrupção moral foi um dos fatores que contribuíram para o declínio de Goryeo. O budismo, que há muito vinha sendo deturpado, passou a ser utilizado pela nobreza como um meio de assegurar a proteção pessoal, enquanto os templos o empregavam como instrumento de acumular riquezas, recorrendo à exploração e ao engano da população. No entanto, para os *sadaebu,* que eram favoráveis à revolução contra Goryeo*,* não bastava reprimir o budismo em prol da moralidade, conforme

Jeong Do-Jeon pontuava em seu livro.[12] Era necessário também restabelecer a ordem social, baseada nas ideias morais neoconfucionistas, o que incluía a implementação de leis sobre as relações de gênero. Para esses reformadores, as mulheres gozavam de uma liberdade excessiva em Goryeo e isso era visto como um fator que corrompia a ordem pública. A visão da mulher como destruidora da nação é uma característica que permanece até os dias atuais (MANEK, 2023, p. 58).

Com o fim de Goryeo e a implementação de Joseon, Yi Seong-gye ascendeu ao trono com um discurso que apresentava uma série de princípios nos quais o novo modelo de governo deveria se fundamentar. Nele, o rei Taejo dizia que súditos leais, filhos obedientes, maridos fiéis e esposas leais, eram costumes que deveriam ser encorajados.[13] Tal encorajamento baseava-se em sólidas leis morais confucionistas, diferentemente do que ocorria no Ocidente, onde as normas eram pautadas nos mandamentos bíblicos. Assim, caso uma esposa não desempenhasse seu papel de lealdade ao marido ou um súdito ao rei, essas transgressões seriam passíveis de punição.

As leis morais básicas da sociedade estabelecidas por Yi Seong-gye em seu discurso de ascensão ao trono, ganharam decretos derivados e mais rígidos ao longo dos quinhentos anos de Joseon. No caso do divórcio,

[12] Como adepto do neo-confucionismo, Jeong Do-Jeon formula diversas críticas ao budismo com o intuito de refutá-lo na obra intitulada *Bulssi Japbyeon*, ou, em inglês, *An Array of Critiques of Buddhism*.
[13] O acesso ao discurso de Yi Seong-gye está disponível no volume 1, em julho do primeiro ano do reinado do rei Taejo em: COREIA DO SUL. NATIONAL INSTITUTE OF KOREAN HISTORY. (org.). **The Veritable of the Joseon Dinasty**. Disponível em: https://sillok.history.go.kr/main/main.do. Acesso em: 14 nov. 2024.

por exemplo, o direito era restrito ao estado e aos maridos, e, na maioria das vezes, a mulher era responsabilizada pela separação. Havia três situações em que o divórcio não podia ser concedido: quando a esposa não tinha um lar para retornar, quando ela havia suportado o período de três anos de luto junto ao marido em razão dos sogros falecidos, que implicava na abstenção de participar de festas, cerimônias públicas e algumas atividades cotidianas, além de cumprir outras normas comportamentais, quando o homem saía da pobreza para a riqueza depois de ter casado com a esposa. Apesar dessas regras, houve casos em que o divórcio foi negado e o homem punido para a defesa do status da esposa principal (HAN, 2004, p. 123-125).

Durante a dinastia Joseon, era comum que um homem tivesse quantas esposas desejasse. No entanto, o mesmo não acontecia com as mulheres. Existia a teoria da legitimidade, que defendia a ideia de que, assim como no céu só poderia haver um Sol ou um súdito só poderia servir a dois reis, a mulher também deveria servir apenas a um homem. O homem comum de Joseon tinha uma esposa principal e concubinas, que em ambos os casos, estavam restritas somente ao marido. As esposas principais possuíam mandamentos a serem cumpridos, sendo eles: não desobedecer ao sogro, produzir herdeiro homem, não cometer adultério, não ter ciúme excessivo, não adoecer gravemente, não roubar e não falar excessivamente (HAN, 2004, p. 124). O descumprimento desses mandamentos poderia resultar em punições severas, conforme ocorria em casos de adultério por parte da esposa. Enquanto a ausência de um herdeiro homem da esposa principal poderia ser facilmente resolvida por

uma das concubinas (HAN, 2004, p. 153), visto que Joseon tinha o histórico da existência de reis filhos de mulheres que não eram esposas legítimas, o não cumprimento de seus deveres principais representava uma mancha na reputação dessas mulheres.

Outra característica que podia ser considerada uma mancha na reputação das mulheres era a relação com um homem que não fosse seu marido. Até o reinado do rei Sejo (1455-1468), o segundo casamento de uma mulher não era considerado um problema, desde que não houvesse um terceiro. Somente durante o reinado de SeongJong (1470-1495), quando os ideais confucionistas já estavam enraizados, uma discussão foi realizada no oitavo ano de seu governo, com o intuito de abordar a proibição do segundo casamento das mulheres. A maioria dos homens leais que participavam da discussão foram contra a proibição, enquanto apenas quatro concordaram. O rei SeongJong, por sua vez, ficou ao lado dos quatro homens, alegando que a perda da castidade de uma mulher, que não era somente uma questão física relacionada ao sexo, mas também espiritual, não era algo trivial.[14] Dessa forma, os filhos de viúvas que se casaram pela segunda vez, eram punidos através do impedimento de ascenderem socialmente por meio do concurso público.

Um segundo caso que abrange o tópico anterior é o estupro. O caso das mulheres *hwanyang-nyeon* (화냥년), que pode ser traduzido como

[14] Disponível no volume 82, em julho do oitavo ano do reinado do rei SeongJong em: COREIA DO SUL. NATIONAL INSTITUTE OF KOREAN HISTORY. (org.). **The Veritable of the Joseon Dinasty**. Disponível em: https://sillok.history.go.kr/main/main.do. Acesso em: 14 nov. 2024.

"vadias que retornaram[15], refere-se àquelas que foram enviadas como escravas ou capturadas em períodos conflituosos, sendo o principal deles o *Byeongja Horan* (1636-1637)[16], invasão da dinastia Qing em Joseon, com o objetivo de enfraquecer a relação Joseon-Ming. No entanto, com a necessidade de uma rendição incondicional por parte do rei Injo (1595-1649) de Joseon, um acordo foi feito: o envio de cerca de 10 mil escravos para Qing, dentre eles, mulheres. As mulheres eram levadas para realizar trabalhos braçais pós-colheita e era comum que estupros ocorressem quando uma mulher negasse sexo ao homem a quem servia. Quando se via nessa situação, a mulher, por sua vez, tinha a opção de defender sua honra, normalmente por meio do suicídio antes do ato sexual acontecer. Quando retornavam às suas casas, seja por meio de fuga ou compra, eram denominadas automaticamente como *hwanyang-nyeon,* termo apelativo para referir-se às mulheres que retornavam para a casa após um período de servidão fora de Joseon (LEE, 2022, p. 41). O termo é considerado pejorativo porque quem recebia esse nome, independente de ter sido ou não estuprada, era considerada impura, justamente por não conseguir provar a ausência do ato. Essas mulheres eram colocadas de lado pelos seus maridos e pela sociedade.

As questões sociais eram também definidas pelas leis morais confucionistas. O direito feminino de realizar rituais para os antepassados,

[15] O verbete da Wikipedia coreana Namu coloca o termo *hwanyang-nyeon* como um palavrão, também utilizado pelos mais velhos no mundo contemporâneo para se referir às prostitutas. Ver em: 화냅년. 2024. Namu Wiki. Disponível em: https://namu.wiki/w/%ED%99%94%EB%83%A5%EB%85%84. Acesso em: 19 nov. 2024.
[16] Os anos em coreano possuem nomes. *Byeongja* se refere ao ano de 1636, no qual, se iniciou o período de invasão. Enquanto *Horan* significa guerra.

parte importante dos costumes confucionistas, variava de reino para reino. Entretanto, de forma geral, o papel da mulher como principal responsável pelos ritos ancestrais era bastante restrito. Quando casada com o primogênito, quem geralmente assumia essa função, a mulher tinha como principal responsabilidade cozinhar os alimentos que seriam servidos durante o ritual (HAN, 2004, p. 128). Após sua própria morte, ela era excluída da família e não recebia oferendas durante os ritos. Além disso, as roupas desempenhavam um papel importante na definição do status social feminino. Para as mulheres das classes mais pobres, a vestimenta também indicava se já haviam tido um filho homem (HAN, 2004, p. 116).

As leis que regiam as mulheres das classes nobres e *yangban* eram aplicadas de forma mais rigorosa. Sua posição elevada na sociedade exigia que, ao pertencerem a essas classes sociais, servissem de modelo para as demais mulheres de Joseon. O principal dever de uma mulher *yangban* era garantir o nascimento de um filho homem para o mantimento da linhagem paterna, garantir a preparação de alimentos dos ritos ancestrais e zelar pela herança da família (HAN, 2004, p. 117). A rainha, considerada a mãe da nação, tinha como responsabilidade primordial a garantia de um herdeiro masculino; caso isso não fosse possível, seu papel era criar o filho de uma concubina como seu (HAN, 2004, p. 134). As mulheres da plebe, maioria da população, estavam envolvidas em atividades como agricultura, trabalho doméstico e tecelagem. Embora houvesse uma clara divisão de trabalho baseada no gênero, a função das mulheres no processo de tecelagem era crucial para a economia da península coreana, uma vez que

os tecidos eram utilizados como moeda no pagamento de impostos (HAN, 2004, p. 142).

As escravas desempenhavam inúmeras funções para garantir o desenvolvimento da nobreza. Dentre essas, as *gisaeng* ocupavam um espaço de prestígio. As *gisaeng* eram escravas letradas de propriedade dos oficiais do governo, cuja principal função era entreter os nobres durante festas e cerimônias, utilizando seus talentos artísticos e beleza ao servir os convidados oficiais do rei. Essas mulheres também estavam sujeitas à prostituição, e, embora possuíssem habilidades como escrever e pintar, semelhantes às de um nobre ou um *yangban*, não eram reconhecidas como tal. O sistema de castas da sociedade coreana dificultava a ascensão social, pois a posição de um indivíduo era determinada pela hereditariedade, em outras palavras, o sujeito herdava a casta que seus pais pertenciam, tornando a mobilidade social praticamente impossível.

Embora casada com o filho do prefeito de Namwon, Chunhyang, protagonista de um canto popular tradicional — o *pansori* —, não teve seu status social reconhecido. Por ser filha de uma *gisaeng*, ela continuou a ser vista e tratada como tal, o que evidenciava a rigidez hierárquica em Joseon. As mulheres que não sabiam ler ou escrever *hangul*[17] encontravam no *pansori* seu principal entretenimento. Esta forma de música narrativa, que

[17] Criado em 1446 pelo Rei Sejong, o hangul é o atual sistema de escrita das Coreias. Foi desprezado pelas elites locais que preferiam manter a tradição da escrita chinesa. Pela facilidade de aprendizado, o hangul foi rapidamente adotado entre as classes mais baixas, inclusive mulheres. Ver mais em: TEACHERS, The Association Of Korean History. **A Korean History for International Readers:**: what do koreans talk about their own history and culture?. Seul: Seoul Selection, 2011. p. 144-146.

mistura canto e fala, tinha como objetivo transmitir valores morais confucionistas, semelhantes às fábulas ocidentais que ensinam lições para as crianças. A história de Chunhyang ilustra o princípio da fidelidade conjugal: após casar-se com Mong-Ryong, filho do prefeito, ela é abandonada enquanto ele vai à capital para prestar concurso público. Quando um novo prefeito chega à cidade e exige que Chunhyang se entregue a ele, ela se recusa, sendo por isso condenada à morte. Mong-Ryong, já aprovado no exame real, retorna disfarçado de mendigo para investigar a corrupção local e, no final, salva tanto a população quanto sua esposa.

Exemplos de disparidades de gênero na sociedade coreana contemporânea.

Assim como o *pansori*, a história de Chunhyang não foi relegada ao esquecimento ao longo do tempo. Em Namwon, cidade onde Chunhyang teria nascido, conforme relatado na história cantada, é celebrado um festival em sua homenagem desde 1931 (JOO, 2023, parágrafo 17-18). Além do festival, a cidade abriga uma estátua em homenagem à personagem. Tais iniciativas evidenciam que, embora na contemporaneidade o neoconfucionismo tenha perdido a influência que exercia durante a dinastia Joseon, os ideais da mulher fiel ao seu único homem, assim como o céu é fiel ao seu único sol, continuam presentes na memória cultural, refletindo-se na organização social de gênero por meio dos valores tradicionais que ainda são reverenciados em diversas esferas da sociedade.

Curiosamente, bem como a imagem da fidelidade de Chunhyang é presente no imaginário popular sul-coreano, o sistema *hoju*, abolido em 2008, também é um reflexo dos ideais confucionistas que controlavam a mulher. Introduzido em 1953, o sistema de registro *hoju* exigia que todos os membros de uma família fossem registrados sob o chefe da família, que por lei, era um homem. As mulheres solteiras ou aquelas que exerciam o papel de mãe solo, deveriam se incluir no registro familiar de um homem da família, seja o pai ou o irmão. A mulher só era chefe de família, quando não havia nenhum homem sobrevivente para incluí-la em um registro. O sistema *hoju* chegou ao fim em 2008, apoiado por vários grupos religiosos, dentre eles católicos, budistas, evangélicos e xamanistas. O único grupo que não concordou com a abolição do sistema de registro patriarcal foram os confucionistas, alegando que a prática era essencial para o mantimento das tradições e da cultura coreana (KOH, 2008, p. 346).

Além disso, o ideal de mulher virtuosa, baseado nas éticas neoconfucionistas, influenciou diretamente a visão das mulheres coreanas contemporâneas. Seus direitos começaram a ter mudanças legais mínimas durante a institucionalização das eleições indiretas de 1980. O KWDI (Korean Women's Development Institute, ou Instituto de Desenvolvimento das Mulheres Coreanas) foi criado em 1982, embora as organizações de movimentos femininos tenham surgido oficialmente na década de 1970, para ligar as lutas destes movimentos a instituições governamentais. Essas organizações ganharam força com o aumento da participação das mulheres na educação, entre 1970 e 1990, embora essa ainda seguissem muitos dos princípios estabelecidos pelas leis da dinastia Joseon. Apesar

de a constituição garantir direitos às mulheres, havia uma série de artigos justificando o tratamento desigual em relação a elas (LEE, CHIN, 2007, p. 1205-1226).

Mulheres sul-coreanas passaram a se inserir no mercado de trabalho com o aumento da indústria de exportações. Após a libertação da Coreia da colonização japonesa em 1945, a Constituição coreana de 1948 e o início do processo de industrialização, que ocorreu entre 1960 e 1970, juntamente com a implementação do ensino obrigatório na década de 1950, as mulheres conseguiram mais oportunidades de estudo e trabalho. No entanto, isso não se traduziu necessariamente em uma educação de melhor qualidade ou em uma redução do preconceito de gêneros. Mulheres com um nível mais avançado de educação apresentavam uma menor disparidade salarial em relação aos homens, mas ela ainda estava presente: na década de 90, mulheres graduadas recebiam 71,3% do salário dos homens, mas a média total era de cerca de 55%, chegando, em alguns casos, até a um terço. (CHUNG, 1994, p. 487-505). Os homens ainda possuíam a vantagem do acesso a um número significativamente maior de oportunidades de emprego. Ademais, a representação feminina nos materiais didáticos era muito limitada e, quando existia, reforçava os ideais neoconfucionistas da “mulher virtuosa”, retratando-a sempre como dona de casa e mãe responsável, dedicada aos cuidados com os filhos. Essa representação em materiais didáticos constituem o primeiro contato que muitas meninas têm com modelos de comportamentos e o significado de ser uma mulher sul-coreana. A falta de visibilidade de mulheres em outras áreas dificultava, inclusive, a consideração dessas possibilidades em suas

aspirações futuras. Além disso, quanto menor o nível de educação, menor o salário. Como as mulheres já partiam de uma base salarial inferior, durante o período de industrialização e substituição de importações no país, elas passaram a ser vistas como uma mão de obra barata e facilmente explorável (CHUNG, 1994, p. 51).

Com maior acesso à educação e ao mercado de trabalho na década de 1970, as mulheres sul-coreanas começaram a se organizar para lutar por seus direitos. Apesar da baixíssima representação política e policial — algo que permanece um problema até hoje —, uma de suas principais reivindicações era a revisão da lei familiar sul-coreana. Assim, é possível perceber como o avanço na educação e na inserção trabalhista auxiliou as mulheres a desenvolverem um pensamento mais crítico sobre seu país.

Até os anos 1990, a lei familiar sul-coreana dava preferência ao pai na custódia dos filhos, refletindo os princípios neoconfucionistas mencionados anteriormente. Além disso, mesmo quando a mãe conseguia a guarda das crianças, ela não tinha direito a pensão alimentícia. Em 2004, a legislação voltou a ser discutida, e o tema da pensão alimentícia ganhou destaque. Na época, mães que criavam os filhos sozinhas frequentemente precisavam assumir mais de um emprego ou contar com o apoio financeiro da família. Contudo, se a mulher conquistasse o direito à pensão e o juiz acreditasse que ela havia causado o divórcio, ou que ela estivesse criando o filho contra a vontade do marido, o benefício podia ser imediatamente retirado. Muitas mulheres preferiam não exigir a pensão, temerosas do prolongamento do processo de divórcio e da falta de

cumplicidade do companheiro com o pagamento. Com o apoio de movimentos populares coreanos, em 2007 o pagamento da pensão alimentícia tornou-se obrigatório nos acordos entre casais divorciados, exigindo a assinatura mútua. No entanto, como muitos pais ainda se recusavam a pagar a pensão sem justificativa, a lei foi reformulada em 2009, e novamente em 2012 (KIM; CHUNG, 2020, p. 2-8). Essas mudanças buscaram investigar casos de inadimplência, exigindo declaração de renda dos homens e uma justificativa para a falta de pagamento. Apesar desses avanços, o problema persiste na Coreia do Sul, e, principalmente, quando a mulher possui uma condição financeira menos abastada do que seu ex-marido, a guarda dos filhos permanece com os homens até segunda ordem, mesmo em casos de violência doméstica.

Sendo assim, é possível perceber como os ideais hierarquizados de Joseon permanecem. A ideia de que a mulher seria insuficiente para criar um bom cidadão para a sociedade sul-coreana sozinha, ou de que seu trabalho, mesmo com a jornada dupla — assalariada e doméstica — é de menor validade. Ao observar como essa lei funciona, é possível concluir como, mesmo contemporaneamente, o aparato legal ainda é usado para controlar as mulheres e, de maneira implícita, desencorajá-las a se divorciarem, reforçando as ideias assimétricas entre gêneros, entre a razão de criar os filhos e sua condição de poder fazê-lo. Muitas evitavam a separação, pois sabiam que, mesmo em casos de violência do pai contra os filhos, a guarda frequentemente continuava sendo concedida ao homem. Ou seja, mesmo quando conseguiam se divorciar, criar os filhos de forma independente era — e continua sendo — um grande desafio. Muitas mães

precisavam contar com o apoio dos pais, amigos ou outros parentes próximos. Além disso, apesar de as mulheres representarem a maioria entre os frequentadores do ensino superior, a Coreia do Sul já chegou a registrar a maior disparidade salarial entre os gêneros no mundo. Em 2023, o país apresentou a diferença salarial mais exorbitante entre os países analisados pela OCDE, com 31,1% (OECD, 2023, p. 12), em parte sustentada por estruturas legais e sociais que perpetuam essas diferenças. Estruturas formadas com base nas filosofias de pensamento público influenciaram estas leis, que continuam a destacar a assimetria entre gêneros na sociedade sul-coreana.

Conclusão

Ao analisar a posição das mulheres sul-coreanas ao longo da história, percebe-se como o neoconfucionismo influenciou profundamente a construção social feminina, moldando tanto a visão sobre elas quanto os comportamentos nas relações em que estavam inseridas. Essa influência ainda deixa marcas evidentes na construção de gênero no tempo presente, projetando-se sobre como as mulheres sul-coreanas são vistas pela lei, costumes, festivais e linguagem.

Durante a transição do período Joseon Inicial para o Tardio, as mulheres possuíam direitos como herdar bens e construir um patrimônio próprio. Após a morte do marido, muitas mantinham autonomia financeira, a fim de evitar um novo casamento. No entanto, no período Joseon Tardio, essa autonomia foi gradualmente eliminada, e o reflexo disso permanece: a disparidade salarial extrema dificulta seu sustento.

Excluídas de posições sociais relevantes, a marginalização feminina ainda persiste. A Coreia do Sul apresenta uma baixa participação de mulheres em cargos elevados, especialmente no setor público. Além disso, sua educação foi restringida por séculos, sendo retomada com mais acesso apenas na década de 1980. A guarda dos filhos tornou-se um direito nos anos 1990, e a entrada no mercado de trabalho ocorreu sob o estigma de mão de obra barata e inferior. Embora resistam, a agência feminina permanece fortemente limitada desde sua infância. Os ideais neoconfucionistas de Joseon rastejaram e se adaptaram à sociedade sul-coreana ao longo do tempo, reforçando uma visão da subordinação das mulheres, impactando sua imagem e papel na sociedade contemporânea

Marcas da lealdade e da submissão continuam profundamente enraizadas entre setores mais conservadores da população coreana. A lealdade levava mulheres a preferirem a morte a retornar para casa após sofrerem abusos sexuais a ser estigmatizadas como vítimas de estupro, e a submissão as obrigava a servirem seus maridos (MOLONY; THEISS; CHOI, 2016, p. 70–71). Até hoje, homens sul-coreanos comparam coreanas às *sushi-nyeo* — termo misógino usado para se referir a mulheres japonesas (MANEK, 2023, p. 57). Essa comparação envolve corpos, rostos, comportamentos, lealdade e, inevitavelmente, submissão, colocando as coreanas em constante contraste com um ideal imaginado. Além disso, existe o termo *kimchi-nyeo*, utilizado pejorativamente para se referir às mulheres coreanas modernas (MANEK, 2023, p. 56). Essas mulheres são descritas como fúteis, interessadas em moda e acostumadas a esperar que os homens arquem tanto com os custos dos encontros quanto com as

despesas do casamento. Elas são frequentemente criticadas por sua "falta de *joseonidade*" e acusadas de explorar financeiramente seus parceiros (MANEK, 2023, p. 57). Essas expressões funcionam como dispositivos de policiamento moral e comparação hierárquica de condutas femininas, ecoando a pedagogia confucionista de virtude e submissão que, em Joseon, legitimava reputações familiares e posições sociais.

Apesar de oprimidas durante séculos, as mulheres sul-coreanas lutaram bravamente e continuam resistindo com os recursos disponíveis. Fugir de casa, mesmo sob o risco de punição ao serem encontradas, era um ato de coragem e um desafio ao patriarcado local. Nos primeiros anos de educação, meninas e meninos recebiam ensino das mulheres, com objetivos distintos para cada gênero. Ainda assim, acadêmicas desenvolviam visões próprias sobre a conduta ideal feminina e as registravam, mesmo compartilhando a mesma formação acadêmica dos irmãos. Embora não tivessem permissão para interferir nos assuntos públicos dos maridos, dominavam completamente a esfera doméstica, um espaço onde os homens não exerciam autoridade alguma. Mesmo marginalizadas pela sociedade, elas desempenhavam papéis fundamentais, responsáveis pela sua manutenção, criando cidadãos respeitáveis, cuidando da passagem espiritual das pessoas e assumindo os assuntos administrativos da casa em caso de viuvez, eram, também, responsáveis pela manutenção da própria imagem da mulher sul-coreana. A falta de análise sobre a agência destas mulheres, mesmo com fontes como os anais de Joseon e os processos de divórcio disponíveis, ainda perduram na língua portuguesa, impossibilitando reconhecer as suas

formas de resistência. Portanto, tornando esta parte da história desconhecida mesmo na área dos estudos de história das mulheres, de gênero e dos feminismos. Faz-se, então, a necessidade de novas análises sobre as formas de construção, opressão, agência e resistência das mulheres no leste asiático, evidenciando construções de forma de pensar o patriarcado fora do ocidente.

Referências Bibliográficas

CHUNG, Ji Sun. Women's Unequal Access to Education in South Korea. Comparative Education Review, v. 38, p. 487-505, 1994.

COREIA DO SUL. NATIONAL INSTITUTE OF KOREAN HISTORY. (org.). The Veritable of the Joseon Dinasty. Disponível em: https://sillok.history.go.kr/main/main.do. Acesso em: 14 nov. 2024.

HAN, Hee-Sook. Women's Life during the Chosŏn Dinasty. International Journal Of Korean History, Seul, v. 6, p. 113-160, dez. 2004.

JOO, Su Young. Namwon, la ville de tous les possibles dans l'histoire de Chunhyang ? Impressions D'extrême-Orient, [S.L.], n. 15,10 jul. 2023. OpenEdition. http://dx.doi.org/10.4000/ideo.3254.

JUNG, Jin Young. Did Fake Genealogies Exist?. In: PETTID, Michael J.; KO, E. Young (Org.). Everyday Life in Joseon-Era Korea: Economy and Society. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 163-173.

KIM, Heisook. Toward Critical Confucianism: Woman as a Method. Korean Feminist Philosophy, v. 26, p. 131-152. Ewha Womans University, 2016.

KIM, Yeongmin; CHUNG, Yiyoon. Child support receipt among divorced mothers in Korea: Changes after the 2007 policy reform. Children and Youth Services Review, v. 119, 2020. p. 1-14.

KOH, Eunkang. Gender Issues and Confucian Scriptures: is confucianism incompatible with gender equality in south korea. Bulletin Of The School Of Oriental And African Studies, Londres, v. 71, n. 2, p. 345-362, 2008.

KWON, Soon-Hyung. Did People Divorce in the Joseon Period?. In: PETTID, Michael J.; KO, E. Young (Org.). Everyday Life in Joseon-Era Korea: Economy and Society. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 189-197.

LEE, Aie-Rie; CHIN, Mikyung. The Women's Movement in South Korea. Social Science Quarterly, v. 88, n. 5, Special Issue on Women in Global Society, p. 1205-1226, dez. 2007.

LEE, Haesung. Neo-Confucianism of Joseon dynasty: its theoretical foundation and main issues. Asian Studies, Ljubljana, SI, v. 4, n. 1, p.165-194, 2016.

LEE, Kuhn-Mook. CHOSEN, TAKEN, AND RETURNED: korean “comfort women” and the struggle against japanese colonial and post-colonial legacies. 2022. 11 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, History Department Honours Programme, Royal Military College Of Canada, Kingston, p. 61-77, 2022. Disponível em: https://hdl.handle.net/11264/566. Acesso em: 18 nov. 2024. p. 41

MANEK, Bernadine Grace Alvania. Confucian Historical Narratives and Misogynic Culture in South Korea. Journal Of Asian Social Science Research, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 49-62, 18 ago. 2023. Sunan Gunung Djati State Islamic University of Bandung. http://dx.doi.org/10.15575/jassr.v5i1.73.

MOLONY, Barbara; THEISS, Janet M.; CHOI, Hyaeweol. Gender in modern East Asia: China, Korea, Japan. An integrated history. 1. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2016.

OECD. Reporting Gender Pay Gaps in OECD Countries: Guidance for Pay Transparency Implementation, Monitoring and Reform, OECD Publishing, Paris. 2023. Acesso em 01 de dezembro de 2024. p. 1-206. Disponivel em: https://doi.org/10.1787/ea13aa68-en.

SEOK, Bongrae. The Four–Seven Debate of Korean Neo-Confucianism and the Moral Psychological and Theistic Turn in Korean Philosophy Religions, 2018. p. 1-15.

Seth, Michael J., Korea: A Very Short Introduction, Very Short Introductions (Oxford, 2020; online edn, Oxford Academic, 23 Jan. 2020), p. 1-139.

TEACHERS, The Association Of Korean History. A Korean History for International Readers: what do koreans talk about their own history and culture?. Seul: Seoul Selection, p. 328, 2011.

TIWALD, Justin. Confucianism and Neo-Confucianism. In: SNOW, Nancy E. (ed.). The Oxford Handbook of Virtue. Oxford: Oxford Academic, 2018. Online edition, 6 dez. 2017. p. 171-188.

화냅년 (Hwanyangnyeon). 2024. Namu Wiki. Disponível em: https://namu.wiki/w/%ED%99%94%EB%83%A5%EB%85%84. Acesso em: 19 nov. 2024.

ARTIGO

Testemunhos e narrativas: uma análise dos depoimentos de *Shoah* a partir do Museu do Holocausto de Curitiba

Gabriela de Almeida e Nascimento
Gabrielle Soares de Freitas
Laura Luzia Araújo Fiuza
Luís Eduardo Nardi Sousa
Manoela Faria Costa*

Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p465-497

resumo

O presente artigo pretende discutir como a memória do Holocausto foi organizada e construída pela comunidade judaica de Curitiba a partir do canal do Youtube do Museu do Holocausto de Curitiba. Para esse objetivo, investigaremos uma coletânea de vídeos de depoimentos protagonizados por pessoas que foram afetadas pelo Nazismo Alemão na Segunda Guerra Mundial. A partir de uma análise qualitativa das fontes orais disponibilizadas pela instituição, discutiremos o papel dos testemunhos para a produção do memorial sobre esse evento traumático e as suas implicações para a narrativa desenvolvida pelo museu no meio digital.

PALAVRAS-CHAVES: memória; Museu do Holocausto; Nazismo; testemunho.

*Graduandos de Licenciatura em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os e-mails para contato obedecem à ordem de apresentação dos nomes: gabinascimento67@gmail.com; gabriellesoaresdefreitas64@gmail.com; laurinha13ufmg@gmail.com; luiselucas960@gmail.com; manoelafaria4@gmail.com.

Testemunhos e narrativas: uma análise dos depoimentos de *Shoah* a partir do Museu do Holocausto de Curitiba

Gabriela de Almeida e Nascimento
Gabrielle Soares de Freitas
Luís Eduardo Nardi Sousa
Laura Luzia Araújo Fiuza
Manoela Faria Costa

Introdução

Em janeiro de 1933, Adolf Hitler e o seu partido nazista ascenderam ao poder na Alemanha, onde permaneceram até a derrota pelas Potências Aliadas em maio de 1945. Durante o intervalo de doze anos, uma das políticas de Estado adotadas pelo governo nazista alemão consistiu em uma conduta de extermínio e trabalho forçado em massa pautada na limpeza étnica. Esse processo recebeu ampla legitimação social. Tais práticas governamentais ocasionaram a morte de mais de 20 milhões de pessoas em campos de concentração, dentre elas, cerca de seis milhões de judeus. A conjuntura descrita ficou conhecida como Holocausto (BAUMAN, 1989, p. 10).

Para caracterizar esse episódio dramático, foram escolhidas diferentes estratégias de descrição dos eventos. De um lado, encontram-se os diversos depoimentos e testemunhos de sobreviventes, que buscam trazer uma descrição "literária", capaz de representar adequadamente o sofrimento da experiência vivida e auxiliar as vítimas a processar o seu passado traumático. Do outro lado, historiadores, teólogos, filósofos e cientistas sociais procuraram, a partir de uma produção acadêmica especializada, entender o que esse fato realizado por uma comunidade, supostamente racional, indica sobre o modelo de sociedade construído e tão romanticamente defendido na modernidade (BAUMAN, 1989, p. 10).

Recorrendo a esses estudos, pode-se compreender que é importante analisar o problema histórico do Holocausto evitando interpretá-lo como uma exceção da conduta humana. Na realidade, devemos entendê-lo como uma indicação do modo como a sociedade moderna se relaciona com as questões da diversidade étnica, racial, religiosa, de gênero, em um contexto político estatal organizado. Dessa forma, analisaremos esse evento à maneira como Bauman o caracteriza, isto é, como "um choque único de fatores em si mesmo bastante comuns e ordinários; (...) resultado do desmantelamento passo a passo de todas as fontes não políticas de poder e todas as instituições de autogestão social." (BAUMAN, 1989, p. 12).

Investigar as formas como a contemporaneidade constrói a narrativa histórica e a memória do Holocausto é fundamental para que possamos compreendê-lo como uma experiência que afetou todo o mundo. Para problematizar essa questão, escolhemos analisar criticamente como as comunidades judaicas organizam a memória desse genocídio, a partir da construção de museus sobre o Holocausto e da presença de depoimentos em vídeos nos acervos.

O museu, como a instituição que atualmente conhecemos, foi desenvolvido entre o final do século XVIII e o início do século XIX, na Europa (MARZIALE, 2021, p. 26). Ele passou por diversas fases, planos de ação e modelos de interação entre cultura e sociedade. O final do século XX foi um momento crucial para esse processo, pois por conta das lutas sociais e

culturais ao redor do planeta, novas ideias sobre a proposta de inserção dos museus na cultura surgiram. Esse momento resultou na constituição do movimento chamado Nova Museologia (MARZIALE, 2021, p. 27). Atualmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), considera que os museus são:

> espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis. (UNESCO, 2017, p. 6)

Segundo essa definição da UNESCO, o museu é um espaço com um papel social cuja relevância ultrapassa a função de construção de uma narrativa por meio de suas exposições. Ele também assume um papel ativo na formação cívica e cultural dos indivíduos. Com base nessa concepção sobre museus, pode-se questionar se a atuação do Museu do Holocausto de Curitiba, objeto dessa análise, cumpre esses requisitos através da disponibilização de uma série de depoimentos em vídeo no meio digital. Deve-se ressaltar que a musealização de testemunhos do Holocausto nesse formato ocorre desde os anos 1980, não somente com a intenção de dar voz a esses sobreviventes desse evento traumático, mas também de preservar a cultura memorial da atualidade, ou seja, preservar a forma

como a memória é operada no presente para as próximas gerações (DE JONG, 2017, p. 88-89). Imbricadas nessas intencionalidades, os acervos de depoimentos produzem narrativas explícitas e implícitas em suas exibições.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender as narrativas construídas pelos depoimentos orais disponibilizados pelo Museu do Holocausto de Curitiba. A análise feita discutirá os seis vídeos que compõem uma *playlist* no Youtube chamada "Depoimentos", descritos como relatos de sobreviventes do Holocausto que vieram para o Brasil.

A escolha desses materiais justifica-se pelo fato de serem os arquivos que estão disponibilizados para livre acesso na internet. Uma vez que não é possível realizar uma consulta completa do acervo do Museu à distância, a intenção deste artigo restringe-se a uma tentativa de investigar as narrativas transmitidas ao público digital. Ademais, é importante a análise desse material, pois além de integrarem a exposição presencial, eles contribuem para a imagem construída sobre o Holocautso nos canais de comunicação do museu. Considerando esses aspectos, observamos apenas os recortes e detalhes disponibilizados pela própria instituição.

Para realizar a análise dos vídeos, adotaremos uma metodologia qualitativa influenciada por algumas práticas da História Oral e fundamentada nos autores Pierre Nora, Dora Schwarzstein e Michael Pollack. Ao longo do trabalho identificamos os sujeitos entrevistados a

partir de duas questões principais que nos são oferecidas: o ano de nascimento e o local de origem. Para compreender qual o sentido produzido pela coletânea, alguns pontos essenciais serão observados, sendo eles: o assunto mais recorrente no relato, os adjetivos ou características mais destacados por cada entrevistado, as emoções demonstradas pelos sujeitos e o que o conjunto das análises feitas por eles revela sobre a relação entre passado e presente.

Assim, este artigo será dividido em quatro seções. Num primeiro momento, contextualizamos a comunidade judaica e a Shoah em Curitiba, procurando compreender também a criação do museu do holocausto na cidade. A seguir, discutiremos o nosso objeto de estudo: os relatos orais. Serão apresentados e analisados os seis depoimentos selecionados. Neste momento, problematizaremos os desafios e as limitações das narrativas construídas por cada um, a forma como estas são organizadas e suas intencionalidades. Finalmente, na conclusão, discutiremos a importância da memória, recapitulando os principais temas apresentados no artigo.

A comunidade Judaica em Curitiba e a criação de um museu do Holocausto na cidade

De acordo com Holm et al, os primeiros judeus chegaram em Curitiba no ano de 1889, poucos anos após sua elevação à cidade. Ela não era um dos destinos principais das levas migratórias de judeus. Isso porque Curitiba ainda permanecia muito voltada para a agricultura e esses sujeitos

preferiram se dirigir para os centros urbanos. Estes pioneiros chegaram unidos a uma comunidade austríaca e, ao se estabelecerem na nova capital do estado do Paraná, deram incentivo para, em 1890, atrair mais imigrantes judeus (HOLM et al, 2022, p. 326).

Nesse cenário, a maioria desses judeus imigrantes, segundo Ehrlich, vieram para o Brasil fugindo de perseguições como *pogroms* e a própria Shoah, já que a Constituição Brasileira de 1824 instituiu a liberdade religiosa (EHRLICH, 2016, p. 4). Dessa forma, é a partir do período entreguerras, que a comunidade vai se instituir na cidade, com o aumento de imigrantes e de instituições judaicas, como o Centro Israelita do Paraná (EHRLICH, 2016, p. 11). Em princípio, os imigrantes se relacionavam apenas dentro de sua comunidade, mas isso foi se alterando com as próximas gerações (EHRLICH, 2016, p. 11). A partir de 2012, o território das congregações e instituições judaicas foi demarcado como um recorte espacial chamado Kehilá, que passou a ser ponto de referência da comunidade judaica em Curitiba (HOLM et al, 2022, p. 328).

A vida comunitária judaica se centrou em torno do eixo da memória do antissemitismo, principal motivo de sua imigração, e do sionismo ligado a criação de Israel, vista por muitos Judeus como a redenção após a Shoah (EHRLICH, 2016, p. 11-12). Segundo Ehrlich, o afastamento temporal das perseguições sofridas apenas aumentou ainda mais a relevância dessas memórias para a comunidade. A partir desse momento, a memória da

Shoah foi integrada à narrativa do Estado de Israel. Isso permitiu que a memória pessoal se tornasse coletiva e contribuiu para a legitimação dessa memória do antissemitismo (o qual também era vivido no Brasil) e da emigração forçada, que já era transmitida às gerações que não a viveram e ressignificadas por estas (EHRLICH, 2016, p. 16-17). Esses elementos também podem ser percebidos na constituição do Museu do Holocausto de Curitiba. Antes de investigá-los, porém, é necessário compreender um pouco mais sobre o contexto de surgimento desses espaços de memória.

Ao falar de museus e suas representações históricas, é necessário entender que o debate sobre a memória passou a ser um objeto de análise para as ciências sociais após a Primeira Guerra, com Maurice Halbwachs. Para este, a memória e a história eram conceitos separados. Enquanto a segunda seria imparcial e exterior à pessoa, a primeira seria viva e múltipla (FIORUCCI, 2010, p. 3-5). Essa visão começou a mudar com as novas discussões epistemológicas da história nos anos 1970 e, de acordo com Ribeiro, este momento foi marcado por uma crise nos paradigmas científicos e, principalmente no caso da História, nas bases epistemológicas (RIBEIRO, 2011, p. 109). Dessa forma, novos objetos, novos métodos e novas interdisciplinaridades surgiram no campo historiográfico, como a história oral e o retorno do foco no indivíduo (FIORUCCI, 2010, p. 5-6).

Testemunhos e narrativas: uma análise dos depoimentos de *Shoah* a partir do Museu do Holocausto de Curitiba

Gabriela de Almeida e Nascimento
Gabrielle Soares de Freitas
Luís Eduardo Nardi Sousa
Laura Luzia Araújo Fiuza
Manoela Faria Costa

Com a mudança na sociedade e o aumento da globalização, a forma de transmissão da memória foi alterada resultando em uma desestruturação das memórias tradicionais. Devido tanto a esse fato quanto à incorporação da memória pela história, cada vez mais surgiram instituições responsáveis por guardar essas lembranças (FIORUCCI, 2010, p. 8-9). Uma destas são os museus memoriais, que apareceram a partir da segunda metade do século XX, em resposta às demandas por reparação pelos conflitos e violências e com o objetivo de que essas memórias não fossem apagadas ou silenciadas (SODARO et al, 2019, p. 208-209).

Segundo Sodaro et al, após o Holocausto e os julgamentos de Nuremberg, se formou a ideia de uma memória imperativa que define como as sociedades devem enfrentar o seu passado violento e o de outros. A partir disso, espera-se que os museus memoriais sejam uma forma de impedir que os conflitos ocorram novamente e, por isso, relembrar o evento se torna uma obrigação ética e moral. Essa memória e as normas para rememorar os conflitos e violências passados se deslocam globalmente para além das nações e das culturas, instituindo as políticas nacionais e internacionais (SODARO et al, 2019, p. 215).

Os museus memoriais na maioria das vezes buscam ser espaços universais em que os impactos do passado podem ser explorados, embora ainda se fundamentem em sua legitimação como um museu e, consequentemente, como fonte da história daquele passado (SODARO et

al, 2019, p. 220-221). Para além de exibições de objetos, esses lugares procuram despertar a empatia e o afeto dos visitantes através de várias ferramentas e técnicas. Assim, eles procuram destacar as experiências das vítimas e dos sobreviventes de forma pessoal, como no caso da exposição de depoimentos (SODARO et al, 2019, p. 222-223).

Após compreender o contexto de disseminação dos memoriais, é hora de conhecer a história do Museu do Holocausto de Curitiba. A notícia que pautou a criação da instituição foi veiculada em 2004, pelo Jornal Visão Judaica. Naquela ocasião, o conflito israelo-palestino havia se intensificado, pois a Corte Internacional de Justiça não aprovou a medida israelense que visava a construção de um muro entre os dois países. Indignado com as “retaliações” sofridas por Israel e com a construção da imagem do povo judeu na midia, Sergio Feldman, doutor em história pela Universidade Federal do Paraná (2004), escreveu um artigo intitulado “Assassinos da Memória”.

Em seu artigo, Feldman apontava que os acontecimentos do Oriente Médio deveriam despertar o sentimento de dever de memória entre judeus de todo mundo. O historiador dirigia-se à comunidade judaica presente em Curitiba, fazendo um apelo contra o esquecimento das violências sofridas no século XX. Para ele, essa missão deveria envolver a participação da própria comunidade na rememoração dos eventos

traumáticos. Desta forma, o escritor convidava todos a participarem na iniciativa pela preservação da memória do Holocausto.

Ao discutir as "memórias subterrâneas", o sociólogo Michael Pollak destaca o desenvolvimento de crises como um fator essencial para a emergência de lembranças clandestinas. Nesse processo, diferentes apropriações sobre o passado podem ser construídas. (POLLAK, 1989, p. 4). Por tratar-se de uma operação coletiva, a memória permite o fortalecimento de grupos e instituições. Simultaneamente, as lembranças podem influenciar na criação de fronteiras e oposições. (POLLACK, 1989, p. 9) Nesse sentido, destaca-se que Feldman parecia encontrar nas referências ao passado um caminho pelo qual a identidade do grupo judáico poderia se manter coesa e potente frente à crise no Oriente Médio. O silêncio é encarado pelo autor como uma forma de cumplicidade com o negacionismo. (BEIERSDORF, 2015, p. 23-25).

Feldman revela que anteriormente tentou recolher relatos de sobreviventes do Holocausto, mas que não conseguiu muito sucesso em sua iniciativa. Apesar da situação, alguns membros da comunidade judaica se mostraram favoráveis e dispostos a criar lugares destinados ao tema. Nesse momento, ele começa a discorrer sobre a ideia de criar um museu do Holocausto em Curitiba. (BEIERSDORF, 2015, p. 26-27). Em 2009, é fundada a Associação Casa de Cultura Beit Yaacov. A entidade privada ficaria encarregada de construir o museu e ampará-lo juridicamente. O

presidente da instituição era Miguel Krigsner, fundador do Grupo O Boticário. (BEIERSDORF, 2015, p. 28-30). Ele era apontado por Feldman como o maior investidor e idealizador do projeto.

O museu seria construído em homenagem à memória dos pais de Krigsner e de seu sogro, Marian Grynbaum Burstein (que inclusive terá seu relato analisado neste trabalho). Como originou-se de uma iniciativa privada, a instituição diferenciava-se de outras ao redor do mundo por não ser pautada por um discurso do poder público e possuir um certo tom de "empreendimento familiar" (BEIERSDORF, 2015, p. 30-32).

O trabalho desenvolvido na instituição esperava orientar-se por um ideal de responsabilidade social e política relacionada à educação e à preservação da memória. Relembrando as reivindicações de Feldman, o museu possuía o objetivo principal de promover um fortalecimento da identidade e do elo entre as diversas comunidades judaicas. Isso seria feito por meio da construção de um espaço que instigasse as discussões e o aprofundamento no estudo do Holocausto (BEIERSDORF, 2015, p. 33-34). Tinha-se ainda a pretensão de conservar fontes que pudessem ser utilizadas para pesquisa e para propósitos educacionais. Assim, a proposta da instituição acaba vinculando-se à movimentação de saberes.

Por meio da construção de uma relação entre passado, presente e futuro, os organizadores esperavam que a rememoração do trauma do Holocausto pudesse servir, para as novas gerações, como um incentivo à

tolerância as diferenças (BEIERSDORF, 2015, p. 35-36). É válido salientar ainda que a inauguração do museu aparece na mídia como um importante passo para o fortalecimento da democracia. Dentro desse jogo de ideias, o Brasil é constantemente descrito como uma referência no respeito às diferenças etnico religiosas. (BEIERSDORF, 2015, p. 37-38). Para manter uma narrativa coesa, os envolvidos não parecem reconhecer os próprios conflitos existentes no país e nem relembrar o discurso anti-palestina no texto fundador de Feldman. (BEIERSDORF, 2015, p. 27).

A partir dessas informações, é possível observar que a proposta de Feldman possuía como recorte a construção de uma memória que se pode chamar “enquadrada”, pois opera numa reinterpretação do passado orientada pelos combates do presente e futuro e voltada para construção de uma imagem coerente de um grupo (POLLAK, 1989, p. 9-10). Neste momento, não podemos nos esquecer que a fundação do museu é perpassada pelo conflito entre Israel e Palestina. Além disso, na discussão sobre os relatos, será possível observar como o projeto em muitos momentos privilegia as experiências familiares de Miguel Krigsner e a composição de uma equipe profissional muito vinculada a instituições israelenses e a comunidade judaica de Curitiba.

O museu foi fundado em 20 de novembro de 2011. Sua inauguração foi antecipada com a intenção de garantir a presença do máximo de representantes judaicos. A construção da instituição foi realizada num

terreno próximo ao Centro Israelita do Paraná, e contou com os serviços da empresa contratada "Base 7 Empreendimentos Cultural", a mesma responsável por construir o museu do perfume O Boticário. (BEIERSDORF, 2015, p. 48) Naquele contexto, organizou-se uma equipe multidisciplinar composta por arquitetos, engenheiros, museólogos e cientistas da computação.

Para Pollak, as tentativas de controlar as memórias podem ser expressas não só na escolha de testemunhos "autorizados", mas também no envolvimento de profissionais "da casa", que corroboram com a narrativa empregada pelas instituições (POLLAK, 1989, p. 10) Este fenômeno também pode ser observado na organização do Museu de Curitiba. Segundo Beiersdorf, o processo de criação e instalação do museu contou com uma forte participação de profissionais da escola e da comunidade judaica de Curitiba. Alguns deles acabaram inclusive assumindo atividades no museu. O processo também envolveu o trabalho de muitos profissionais provenientes de Israel e/ou formados lá (BEIERSDORF, 2015, p. 49).

Dentre os envolvidos no projeto, pode-se citar Denise Hasbani (Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade Hebraica de Jerusalém e Professora de História e Cultura Judaica no Brasil), e Avraham Milgram (historiador curador do Museu Yad Vashem, em Jerusalém). Ambos atuaram como consultores históricos. Participaram também Carlos Reis

(formado em relações internacionais pela Universidade Hebraica de Jerusalém) e Denise Weishof. Os dois eram profissionais da Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann, a qual junto com o museu, uma sinagoga e a já mencionada casa de cultura Beit Yaacov formam um complexo. Em conjunto com profissionais do Museu de Washington, eles foram responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia pedagógica (BEIERSDORF, 2015, p. 42-44).

A proposta era a de que a instituição se diferenciasse das demais, não por possuir uma exposição grande, mas por abarcar objetos representativos que causassem "gatilhos" para contar histórias. Assim, esperava-se transformar objetos que normalmente seriam considerados banais em itens simbólicos. Para isso, foram utilizados recursos diversos, como vídeos, trilhas sonoras, aplicativos multimídia, e técnicas de iluminação (BEIERSDORF, 2015, p. 42).

O acervo do museu foi formado por meio de comodatos, cessões e doações. Em sua composição podem ser encontrados relatos, fotografias, documentos e outros itens de uso pessoal. As ações de cessão e comodato estão mais vinculadas às colaborações feitas por institutos de memória do Holocausto. Nesse sentido, o principal parceiro da instituição foi o Museu Yad Vashem. Dele provém a maioria das fotografias e o curso de especialização a respeito do Holocausto disponibilizado para todos os funcionários da insituição de Curitiba (BEIERSDORF, 2015, p. 45).

Outras contribuições foram feitas pela Fundação Shoah. Esta foi quem cedeu os depoimentos a serem analisados que compõem a exposição. Embora não seja um museu, essa fundação tem atuado na construção de um grande acervo coletivo de testemunhos em áudios e vídeos (DE JONG, 2017, 76-77), assim como outras instituições como o Museu Imperial da Guerra na Inglaterra e o Memorial Bergen-Belsen na Alemanha.

O Museu de Washington forneceu alguns objetos e imagens. Como destacado anteriormente, a maior contribuição da entidade estadunidense aparece em termos de metodologia educacional. É válido apontar ainda que o museu de Curitiba aceita doações de pessoas da comunidade. Isso se justifica pelo desejo de construir uma memória que abarque personagens judeus brasileiros. A maior parte desses itens, porém, permanece em fase de catalogação. (BEIERSDORF, 2015, p. 45)

Desde 2017, o museu conta também com uma série de projetos audiovisuais. Esses trabalhos são produzidos pelo departamento de comunicação e redes sociais, e são compartilhados num canal do *YouTube* gerido pela instituição. A iniciativa surge vinculada às propostas educativas, memorialísticas e científicas do museu. É a partir dessa medida que foi disponibilizada na internet uma *playlist* de depoimentos de sobreviventes do Holocausto. Os seis vídeos fazem parte do acervo do

museu e contam com os relatos de Szlama Kac, Grynbaum Burstein, Hinda Klein, Moises Bergerson, Bunia Finkiel e Sara Goldstein.

Narrativas Históricas no Museu

Os seis depoimentos analisados estão disponíveis em uma playlist na plataforma do YouTube, no canal "Museu do Holocausto de Curitiba". Todos eles foram postados no dia 15 de setembro de 2021, coincidentemente, mesma data em que, no ano de 1935, as Leis de Nuremberg passaram a privar a cidadania dos judeus na Alemanha. Não pode-se afirmar com certeza a intencionalidade dessa escolha, mas certamente ressalta o objetivo de difundir a memória do Holocausto. É possível chegar a essa *playlist* através do site oficial do museu, que conta com uma série de projetos referente ao Holocauto disponibilizados virtualmente.[1] Para além dos depoimentos curtos, a instituição já disponibilizou outros 233 conteúdos em seu canal. Os testemunhos escolhidos para debate são de pessoas que viveram a realidade da Segunda Guerra Mundial e conviveram com o pesadelo do holocausto de modos variados.

Antes de nos determos à análise propriamente dita dos vídeos é necessário compreender que uma análise histórica de relatos orais sempre deve ser feita com cautela, já que a história está em constante desconfiança em relação à recordação (NORA, 1993, p.9). Em um evento

[1] Os materiais podem ser acessados através da sequência de abas "Educação","Projetos Audiovisuais" e "Youtube" disponível na *homepage* do site oficial da instituição: https://www.museudoholocausto.org.br

traumático como o Holocausto, a memória é um processo ainda mais complexo, pois em um instinto de sobrevivencia, o corpo humano procura maneiras se adaptar à extremidade dessa situação. Desta forma, compreende-se que o ato de relatar, assim como todos os outros, não é isento de intenções, sendo elas conscientes ou não. Além disso, vai além da individualidade do ser: ele implica uma troca com o meio em que o indivíduo está inserido e, principalmente, implica um diálogo interno. Tendo isso em vista, para o historiador, lembrar não é contar o passado exatamente como ele foi, mas reelaborá-lo em sintonia com o presente.

Isso não significa dizer que não existam potencialidades no estudo desse tipo de fonte. Como adverte a historiadora Dora Schwarzstein em diálogo com Pierre Vidal-Naquet "[...]uma história do crime nazista que não integrasse a memória – ou melhor, as memórias –, que não desse conta das transformações da memória, seria uma história muito pobre, desprovida da fonte principal" (SCWARTEIN, 2009, p. 78, tradução nossa).[2] Ademais, é preciso lembrar que, os testemunhos possuem diversas potencialidades que não terminam na simples composição de arquivos e portanto as análises devem respeitar esse aspecto inerente a esse tipo de fonte (RICOEUR, 2007, p. 170). As memórias são, portanto, fontes essenciais para contar a história do holocausto como um advertimento moral e ético para

[2] No original: "[...]una historia del crimen nazi que no integrase la memoria – o, mejor dicho, las memorias –, que no rindiese cuenta de las transformaciones de la memoria, sería una historia muy pobre, a la que la faltaría la fuente principal".

o futuro. Neste cenário, o museu faz um trabalho essencial para a preservação dessas lembranças.

Contudo, é preciso considerar que assim como outras instituições, o museu não é um lugar neutro. Ele possui uma narrativa própria, delimita atores principais e com quais regimes de "verdade" quer trabalhar. Seus objetivos nem sempre estão em consonância com a história, uma vez que, um lugar de memória faz dos relatos sua própria narrativa, construindo um ponto de vista escolhido. Nesse sentido, é preciso analisar os depoimentos como se eles constituíssem uma teia, onde todos os pontos se ligam para construir uma mensagem. Tendo isso em vista, é necessário olhar de modo mais cuidadoso as complexidades dos relatos de Szlama Kac, Grynbaum Burstein, Hinda Klein, Moisés Bergerson, Bunia Finkiel e Sara Goldstein. As análises a seguir respeitarão a ordem dos vídeos já preestabelecida na *playlist* estipulada pelo museu.

Ao longo dos vídeos, não é possível identificar como se deu a seleção dos entrevistados. Apesar disso, é pertinente observar que a maioria deles possuía, em média, 77 anos de idade e, segundo Beiersdorf, conectam-se aos fundadores do museu quase sempre por vínculos de parentesco direto ou indireto (sogro do fundador, neto, tia, tio). (BEIERSDORF, 2015, p. 159). Segundo Pollak, o envelhecimento e o medo de ser esquecido parecem ter impulsionado em algumas vítimas o desejo de, ao final da vida, transmitir suas lembranças às próximas gerações (POLLACK, 1989, p. 6-7.). Em muitos

casos, a quebra do silêncio também relaciona-se à vontade dos familiares de compreenderem o que foi vivenciado por seus antepassados. Essa, alguma medida, parece ser também a situação dos depoimentos Museu do Holocausto de Curitiba.

O primeiro vídeo da playlist contém o relato de Szlama Kac, polonês nascido em Wlodzimierz no ano de 1930. Seu depoimento foi colhido no ano de 2003. Segundo o vídeo disponibilizado, no início da guerra, Szlama possuía apenas 11 anos quando ele e sua família foram obrigados a viver em um gueto. Em 1943, ao saber que o lugar seria demolido, ele conseguiu fugir com a ajuda de um polonês que o escondeu. Com a voz um pouco embargada, ele conta as dificuldades dentro do esconderijo, onde as pessoas dormiam no chão e tinham pouca comida. Nesse local ele permaneceu de outubro de 1943 até janeiro de 1944, quando se aproximava o fim do inverno.

Além de contar sua história, o vídeo de Szlama carrega uma característica que aparece em todos os outros relatos: as falas dos entrevistados não são disponibilizadas na íntegra e são interrompidas por textos que orientam a compreensão do que é dito. Essas práticas revelam algo sobre a intencionalidade de controlar o ritmo das entrevistas. É curioso notar também que as perguntas feitas aos entrevistados raramente são expostas nos vídeos. Quando presentes, as questões tendem a orientar uma resposta. No caso de Szlama o único questionamento feito foi “O

senhor se sentia abandonado?". Esse tipo de questão direciona as memórias do entrevistado para um certo fim. Nesse caso, o objetivo parecia ser fazer com que o convidado concordasse com o que foi evocado pelo entrevistador e legitimar sua fala por meio da experiência de abandono.

Para Pollak, essas tentativas de controle da memória podem estar associadas a um medo de que, por serem diversas, as falas das vítimas sejam consideradas falsas. Por outro lado, provocam um enquadramento das lembranças, já que não abrem espaços para que narrativas consideradas dissidentes possam aparecer. Esse processo acaba por hierarquizar as vítimas do holocausto e priorizar a escuta daquelas que sofreram por motivos considerados verdadeiramente "políticos" (POLLAK, 1989, p. 10) Ao discutir o tema, o sociólogo exemplifica a situação relatando a dificuldade para colher o relato de uma mulher que, por ter sido condenada por "vergonha racial" (delito que, segundo a legislação de 1935, proibia as relações sexuais entre "arianos" e "judeus") manteve-se em silêncio por muito tempo. A situação se repete em relação às vítimas presas por serem homossexuais, onde o silêncio é adotado como uma estratégia para evitar novas retaliações no pós-guerra (POLLAK, 1989, p. 12).

O segundo vídeo da *playlist* é destinado aos relatos de Marian Grynbaum Burstein, polonês nascido em Krasnik Lubelskie no ano de 1922. Seu depoimento foi colhido no ano de 2004. Segundo o vídeo

disponibilizado, no início da guerra Marian fugiu da prisão e do trabalho forçado e juntou-se a um grupo de guerrilheiros. Diferente de Szlama, ele consegue traduzir mais leveza por meio das palavras, contando como conseguia comida e explicando a dinâmica do grupo dos Partisans em meio à guerra. Segundo o entrevistado, a organização desses guerrilheiros respondia a ordens estritas e uma disciplina militar. Ademais, ele conta como conseguiam suas armas, que eram russas e entregues por um elaborado sistema de sinais.

O vídeo do sogro de Miguel Krigsner é o maior da playlist e possui duração de 3 minutos. No decorrer do relato, Marian parece expressar um certo orgulho da sua atuação durante a guerra. É curioso como, neste caso, os entrevistadores não se preocupam em investigar a experiência de encarceramento e trabalho forçado. Essa orientação fica clara quando a entrevistadora interrompe a fala do idoso para fazer com que ele retome o assunto da experiência na guerrilha. Nas demais entrevistas (em especial as de Hinda e Sarah), as perguntas parecem direcionar para uma narrativa de sofrimento e desumanização, sem mostrar as pequenas resistências diárias, que não necessariamente envolviam o conflito armado. Pode-se perceber, assim, uma tentativa de construir um relato heroicizado, que também é muito apropriado na exposição presencial, já que, para escapar das narrativas que possam provocar apenas uma "vitimização" dos sujeitos, o museu dedica momentos inteiros da visita guiada à uma reflexão sobre a força e a atuação vitoriosa de Marian. (BEIERSDORF, 2015, p. 159).

A entrevista concedida pelo presidente do museu à BBC *News Brasil* também é um dado interessante para pensarmos sobre o depoimento de Marian. Nesta reportagem, Krigsner exalta a figura do sogro a todo momento, dizendo como a história dele foi de suma importância para pensar a criação da instituição. Ao falar sobre a resistência judaica, o fundador da O Boticário parece se esquecer dos demais testemunhos que compõem o acervo do museu. Imagina-se que por isso a entrevista de Marian é a única que constrói um personagem resistente, já que, segundo Krigsner, o sogro “é símbolo de todos aqueles judeus que não se entregaram e lutaram pelo nosso povo". (LARANJEIRA, 2017, p. 1) Esse fator reforça a percepção de que o museu possuiria um caráter de empreendimento familiar e produziria uma memória enquadrada.

O terceiro vídeo da *playlist* contém o depoimento de Hinda Klein, húngara, nascida em Reghin em 1927. Ele foi colhido no ano de 2004. Segundo o vídeo, os judeus de Reghin foram obrigados a viver no gueto, porém, seis semanas depois foram enviados de trem para Auschwitz. Hinda conta que houve uma separação ao descer do trem: por um lado desciam os que tinham condições de trabalhar, enquanto do outro os que não iriam conseguir. A senhora gagueja ao dizer que essa separação se dava devido a incapacidade de “eliminar todos de uma vez”, logo ela deveria trabalhar.

Suas irmãs conseguiram fugir, mas ela estava doente e não conseguiu. Extremamente comovida, a idosa comenta a ajuda de uma amiga cozinheira para a obtenção de um prato de sopa. Nesse momento, a emoção é latente em suas palavras, expressões e olhos. Ademais, o vídeo relata que ela ainda trabalhou em outros dois campos, o que propiciou a Hinda um contato constante com "pilhas de cadáveres". A testemunha tem dificuldades de entender como conseguiu sobreviver.

O quarto vídeo da *playlist* contém o depoimento de Moisés Bergson, polonês nascido em Hrubieszów em 1933, depoimento colhido em 2008. Segundo o vídeo, em 1939 Moisés e sua família tentaram escapar da ocupação alemã. Em 1942, foram presos num pequeno gueto na cidade de Wlodzimierz. Com a notícia de que a Alemanha iria deportar as crianças do gueto, seu pai construiu um esconderijo em uma casa de campo e, em 2 de abril de 1942, levou os filhos para lá. Moisés relata com detalhes como era o esconderijo dentro do estábulo, que era bastante baixo e com baixa luminosidade. Ali ficaram ele, seu pai e seu irmão por nove meses até a chegada dos russos.

Nesse relato, podemos observar a força com que algumas memórias se impõem no presente. Sendo o mais novo dos entrevistados, Moisés revela se recordar do barulho do confronto. Ele diz que sua rotina era ficar deitado escutando os tiros de canhões provenientes do fronte. Assim como discutido por Pollack, nesse momento pode-se perceber a relevância das

experiências sensoriais para a memória. De maneira similar à experiência de Moisés, aqueles que se encontravam em locais decisivos para a Segunda Guerra mundial, como os moradores de Caen e Saint-Lo, recordam-se com mais clareza dos barulhos dos aviões, explosões, vidros quebrados, gritos e choros do que do fim do conflito. (POLLAK, 1989, p. 11).

A sensorialidade também é um aspecto presente no quinto vídeo da *playlist*. Nele, Bunia Kulish Finkiel, polonesa nascida em Walkowicz em 1922, relata que em junho de 1941, os alemães bombardearam sua cidade natal. Para sobreviver, ela e sua família passaram 495 dias escondidos em um celeiro na casa de uma senhora tcheca. A senhora não possuía rendimentos suficientes para provê-los, pois eram doze pessoas. A entrevistada descreve com bastante pesar a textura rala da sopa que eles tomavam e a dificuldade de conseguir comida. Além disso, ao falar de uma "sujeira enorme", relembra as péssimas condições de higiene em que o local se encontrava e descreve a prática de escovar os dentes ou lavar o rosto como "inimagináveis". É visível o peso dessa memória em seu depoimento.

O sexto vídeo da *playlist* contém o depoimento de Sara Goldstein, polonesa nascida em Wadowice em 1923. A data em que o depoimento foi colhido não é mencionada. Segundo o vídeo, as memórias de Sara são permeadas pelo medo, já que em 1939 os alemães invadiram a cidade de Wadowice. Sara relata com detalhes o princípio da guerra e o medo gerado

por ela. Em maio de 1943, ela foi levada para o campo de trabalhos forçados em Gabersdorf, na Tchecoslováquia. Ela relata as dificuldades do campo e a importância da ajuda que recebeu da cozinheira Hania Tafe, em um momento de doença física.

De maneira resumida, pode-se observar que os depoimentos trazem a vivência da realidade judaica durante a Segunda Guerra Mundial, priorizando a experiência encontrada em campos de trabalho, esconderijos e na guerrilha. Em seu interior, eles carregam o forte peso da memória daqueles que resistiram ao Holocausto. Por meio dos depoimentos, é perceptível o embargo na voz dos sobreviventes. Eles lembram pesarosos e agradecem a todos que os ajudaram na difícil missão de sobreviver. Os relatos são de grande valia para aqueles que procuram por um olhar mais concreto sobre a crueldade imposta por meio da Shoah. Adentrar no campo da memória é um desafio complexo, que foge ao conforto de análises simplistas. Entretanto, esse exercício é fundamental para a formação de uma visão mais ampla e aprofundada sobre essa dura realidade que ainda hoje machuca milhares de pessoas pelo mundo inteiro.

É curioso observar, no entanto, que embora no canal do *YouTube* do museu existam vídeos sobre outros grupos que sofreram com Holocausto, o foco da narrativa que compõe a playlist são apenas os judeus. Sob essa perspectiva, vale destacar ainda que os entrevistados são peças encaixadas

em uma história que não é apenas deles, mas de todo um grupo. A individualidade de cada um não parece ter destaque na trama: não sabemos quem essas pessoas foram antes do Holocausto, como vieram para o Brasil e como as suas histórias se diferem do que é comumente falado. Desta forma, ao consumir os vídeos, precisamos estar atentos ao fato de que a teia composta por eles carrega exclusões.

O fato que mais chama atenção em relação aos depoimentos, é que eles não constituem em si o fator de destaque dos vídeos. As gravações possuem curta duração, como exemplificado acima, e a maior parte é composta por trechos escritos sobre os relatos. Dessa forma, a fala do entrevistado serve apenas para dar legitimidade à história que os textos contam. São vídeos editados pelo museu e que tiram a subjetividade que normalmente é encontrada em um relato oral. Isto é, é evidente que o museu recortou um trecho específico da entrevista oral, com o intuito de criar uma narrativa própria.

Não se trata aqui de invalidar os depoimentos apresentados, mas sim de questionar o modo como o museu cria sentido entre os depoimentos. Em muitos momentos, a narrativa constrói uma noção de que, primeiramente, apenas os judeus foram vítimas do holocausto e que a violência perpretada contra eles é localizada apenas na sua vivência em combate direto na Europa, desconsiderando o sofrimento e trauma advindos da migração dos depoentes para o Brasil. Esse ponto de análise

deveria ser relevante, ao considerarmos que o objetivo inicial da instituição era trabalhar com especificidades da experiência da comunidade brasileira-curitibana.

A escolha em retratar como as seis pessoas vivenciaram os dias de luta em seus diferentes contextos é importante para demonstrar a violência pela qual os indivíduos passaram. Contudo, é necessário pensar também sobre qual o papel de intervenção e crítica social esses depoimentos demonstram, visto que a vida coletiva dessa comunidade judaíca em Curitiba vai além da sua vida na Europa e, o Holocausto, fez parte de um contexto de guerra total, que resultou em violências em todo o globo.

Conclusão

Após essa exposição, é possível constatar que o Holocausto foi um evento que mudou o curso da história do século XX. A partir de seu acontecimento, sociedades de todo o mundo se viram obrigadas a repensar a aplicação dos Direitos Humanos e a organização de lugares onde a memória do evento pudesse se cristalizar. Além disso, difundiu-se globalmente o "dever" de relembrar tal episódio com o objetivo de impedir que algo similar voltasse a acontecer. É válido destacar ainda, que a rememoração da *Shoah* constitui uma parte importante da identidade judaica. A partir dela, essa comunidade pôde estabelecer novos símbolos, significados e tradições. Todos esses fatores permearam a fundação do

museu em Curitiba e são fundamentais para o entendimento dos espaços que pretendem resguardar as lembranças dos sobreviventes contra o negacionismo.

Com a análise dos relatos que integram o acervo, foi possível perceber como a narrativa é construída através da playlist disponibilizada pelo Museu do Holocausto de Curitiba. A perspectiva produzida pelos vídeos apresenta uma leitura condicionada dos acontecimentos, inserindo os relatos como justificativa para a história contada pelo museu. Como já exposto, a carência de informações sobre as vivências dos sobreviventes após a Segunda Guerra parece também contribuir para o apagamento de importantes particularidades dos sujeitos. Além disso, é preciso destacar que os relatos da exposição se restringem a violência sofrida pelos judeus. Muitas vezes, eles não incluem a experiência de outras comunidades que também foram marginalizadas durante a Segunda Guerra Mundial. Esse aspecto contribui para o cenário denunciado por Pollak, onde evita-se discutir nas "memórias enquadradas" e na própria historiografia as violências sofridas por "criminosos, prostitutas 'associais', vagabundos, ciganos e homossexuais" (POLLAK, 1989, p. 12). Apesar de encontrar contradições, a presença online do museu auxilia no cumprimento do papel social desta instituição. Ao garantir um espaço para que os depoimentos sejam ouvidos, ela promove a rememoração das histórias das vítimas.

REFERÊNCIAS

Fontes

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA, Museu do Holocausto de Curitiba, 2023. Página inicial. Disponível em: https://www.museudoholocausto.org.br/ Acesso em: 09 dez. 2023.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. Depoimento da sobrevivente Bunia Kulish Finkiel. Youtube, 15 set. 2021. 2min.07s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JJd9pxZXwtk&list=PLCr6ulqI0EqiNB_lcKLExaW5qgWWtKpRA&index=5. Acesso em: 13 dez. 2023.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. Depoimento da sobrevivente Hinda Klein. Youtube, 15 set. 2021. 1min.49s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4cxMEIIGicE&list=PLCr6ulqI0EqiNB_lcKLExaW5qgWWtKpRA . Acesso em: 13 dez. 2023.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. Depoimento da sobrevivente Sara Goldstein. Youtube, 15 set. 2021. 1min.52s. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=HTrazrF_qDs&list=PLCr6ulqI0EqiNB_lcKLExaW5qgWWtKpRA&index=6. Acesso em: 13 dez. 2023.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. Depoimento do sobrevivente Marian Grynbaum Burstein. Youtube, 15 set. 2021. 3min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1v4Klz8xPvo&list=PLCr6ulqI0EqiNB_lcKLExaW5qgWWtKpRA&index=2. Acesso em: 13 dez. 2023.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. Depoimento do sobrevivente Moises Bergerson. Youtube, 15 set. 2021. 2min.29s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ga9axtx-rT0&list=PLCr6ulqI0EqiNB_lcKLExaW5qgWWtKpRA&index=4. Acesso em: 13 dez. 2023.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. Depoimento do sobrevivente Szlama Kac. Youtube, 15 set. 2021. 1min.36s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4cxMEIIGicE&list=PLCr6ulqI0EqiNB_lcKLExaW5qgWWtKpRA&index=1. Acesso em: 13 dez. 2023.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. Introdução: a sociologia depois do holocausto. In: BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Cap. 1. p. 9-19.

BEIERSDORF, Danielle da Silva Maçaneiro. O Museu do Holocausto de Curitiba: globalização da memória e ensino de história. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

DE JONG, Steffi. The witness as object: Video testimonies in Holocaust museums. New York: Berghahn Books, 2018.

EHRLICH, Michel. Memórias de emigração forçada transmitidas às gerações seguintes – O caso de imigrantes judeus e seus filhos em Curitiba através da revista de circulação interna "O Macabeu" (1954-1970). in: Seminário sobre direitos fundamentais e democracia, i., 2016, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: UNIBRASIL, 2016.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, memória, história. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/952. Acesso em: 27 nov. 2025.

HOLM, C. C.; BRUMES, K. R.; SILVA, M. da. Comunidade judaica de Curitiba/PR: contribuições às dinâmicas locais resultantes da imigração. Boletim de Geografia, v. 39, p. 320-332, 24 fev. 2022.

LARANJEIRA, Lucas. O fugitivo de campo de concentração que lutou nos bosques contra os nazistas e inspirou único Museu do Holocausto no Brasil. BBC News Brasil, Curitiba, 23 set. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41310817. Acesso em: 26 nov. 2025.

MARZIALE, Nicole Palucci. A importância da reafirmação da função social dos museus: antes, durante e depois da pandemia. O Público e o Privado, v. 19, n. 38 jan/abr, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/download/4119/4218. Acessado em: 20 nov. 2023.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História 10. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

PINTO, S. L. de A. Museu e arquivo como lugares de memória. Museologia & Interdisciplinaridade, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 89, 2013. DOI: 10.26512/museologia.v2i3.16689. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16689. Acesso em: 10 dez. 2023.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

SODARO, Amy et al. Tradução" Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu". PerCursos, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207–231, 2020. DOI: 10.5965/1984724620442019207. Disponível em: https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019207. Acesso em: 10 dez. 2023.

SCHWARZSTEIN, D. História Oral, memória e histórias traumáticas. História Oral, *[S. l.]*, v. 4, 2009. DOI: 10.51880/ho.v4i0.36. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/36. Acesso em: 10 dez. 2023.

RIBEIRO, Antonio Marcos de Almeida. HISTÓRIA ORAL BRASILEIRA: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 108–121, 2014. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28979. Acesso em: 21 nov. 2023.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

THOMPSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 15, 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/11216/8224. Acesso em: 25 nov. 2025.

UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152. Acesso em 26 nov. 2025.

ens*ai*os

ENSAIO

A resistência de Palmares pela perspectiva da História Ambiental*

Isabela Martini Pereira* *

Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p499-517

resumo

Este ensaio tem como objetivo geral refletir acerca da história da resistência dos mocambos dos Palmares a partir da metodologia da História Ambiental. Seus objetivos específicos foram: refletir sobre a dificuldade que existe em encontrar a localização dos mocambos de Palmares e sobre a importância do estudo da espacialidade e da cartografia dos mocambos; investigar se o vasto reconhecimento dos espaços e localidades pelos palmaristas permitiu uma maior resistência; e se o vasto conhecimento de práticas de subsistência permitiram a resistência dos palmaristas ao facilitar as fugas e a permanência nas matas. Para isso, os principais autores utilizados para o debate foram Damasceno (2018), Gomes (2005), Lara (2021) e Worster (1991). Diante disso, o ensaio chegou a algumas considerações: 1. há um grande debate em torno da espacialidade de Palmares e sua cartografia; 2. é preciso ter cuidado com possíveis distorções históricas acerca das cartografias já elaboradas e problematizar as cartografias que são vistas como verdades históricas; 3. pode-se dizer que as práticas de subsistência foram cruciais para os palmaristas resistirem e que as experiências africanas e os aprendizados dos palmaristas com os povos indígenas também contribuíram com sua resistência; 4. por fim, a região habitada pelos palmaristas rodeada de fechados arvoredos possibilitou um melhor esconderijo e fuga.

PALAVRAS-CHAVES: História Ambiental; Mocambos dos Palmares; Resistência.

*Gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de publicar na Revista Epígrafe, também aos comentários pertinentes dos pareceristas e a todas as pessoas envolvidas no processo editorial.
**Graduanda em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), isa.martinipereira@gmail.com.

Introdução

A ideia de escrever esse ensaio se iniciou devido ao próprio interesse pela temática, mas também por conta do Laboratório de Ensino: Meio Ambiente e História e a disciplina de Movimentos Sociais Rurais na História Brasileira, ofertadas pelo curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no segundo semestre de 2024. Desse modo, esse estudo sobre Palmares será relevante para efetivarmos a visualização da resistência palmarista[1] como um movimento social rural relevante para a História do Brasil.

Antes de tudo, é preciso apresentar o que é um quilombo ou mocambo[2]. O historiador Flávio Gomes, na introdução de seu livro "Palmares: Escravidão e Liberdade no Atlântico Sul" pondera que em várias sociedades escravistas modernas surgiram essas comunidades de fugitivos. Nesse contexto, muitos escravizados fugiram do domínio senhorial e formaram comunidades em florestas, afastadas ou distantes das unidades produtivas, nos subúrbios das áreas urbanas ainda improvisadas e mesmo em regiões de fronteiras internacionais.

Essa experiência de fuga de escravizados e formação de comunidades aconteceu em várias regiões das Américas. Na Colômbia e Venezuela, eram respectivamente *palenques* e *cumbes*. No Caribe inglês e

[1] A denominação dos habitantes de Palmares como palmaristas está presente na documentação da época, especialmente no documento "Relação das Guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador Dom Pedro de Almeida (1675 a 1678)", como constatou o historiador Luiz Felipe de Alencastro. A definição "quilombola" não era comumente utilizada na documentação, por isso ao longo do trabalho optou-se em utilizar a definição "palmaristas" e em últimos casos "quilombolas".
[2] Na documentação do século XVII, Palmares sempre é reconhecida como um mocambo, como constatou o historiador Stuart Schwartz. Somente no século XVIII e XIX a palavra quilombo vira sinônimo de mocambo e passa a ser utilizada na documentação.

nos Estados Unidos, foram denominadas *maroons societies*. Em Cuba e parte da América espanhola, acabaram conhecidas por *cimarrones*. E no Caribe francês, o referido fenômeno recebeu o nome de *maronage*. Essas comunidades apareceram do norte ao sul das Américas: "no México, sul dos Estados Unidos e Uruguai. Foram dezenas na Jamaica, São Domingos, Cuba, Colômbia, Porto Rico, Panamá, Suriname, Honduras, Equador, Guianas, Peru, Venezuela, etc" (Gomes, 2005, p. 9).

Na América Portuguesa não foi diferente, também se formaram comunidades de fugitivos. A maior e mais conhecida delas surgiu no final do século XVI e permaneceu até o século XVIII: os mocambos de Palmares. Importante ressaltar que o mocambo de Palmares não estava concentrado em um só lugar. Os mocambos de Palmares consistiam em várias comunidades interdependentes e articuladas no nordeste açucareiro de Pernambuco e Alagoas.

O objetivo geral deste ensaio é refletir sobre a história dos mocambos de Palmares a partir da História Ambiental, especificamente a resistência de praticamente 100 anos ante aos ataques das forças coloniais. Os objetivos específicos seriam: refletir sobre a dificuldade que existe em encontrar a localização dos mocambos de Palmares; a importância do estudo da espacialidade e da cartografia dos mocambos; investigar se o vasto reconhecimento dos espaços e localidades pelos palmaristas como as matas, as serras, os rios, os brejos e a sazonalidade da região permitiram uma maior resistência; e investigar se o vasto conhecimento de práticas de subsistência, como a agricultura, o cultivo e o reconhecimento de plantas comestíveis, permitiram a resistência dos palmaristas ao facilitar as fugas e a permanência nas matas.

Tendo em vista que, de acordo com Flávio Gomes (2005), o fracasso das tropas a combater Palmares é atribuído a dificuldades como: a falta de água, desconforto dos soldados com a geografia do local, ou seja, por conta da presença de serras, árvores infecundas, matas espessas, ladeiras, etc, o que gerava um alto esforço físico para o carregamento de mantimentos e armamentos e fazia com que muitos ficassem doentes.

Metodologia

A pesquisa do ensaio é qualitativa, utiliza procedimentos bibliográficos e documentais e os elementos da metodologia da História Ambiental para o debate acerca das práticas de resistência de Palmares.

O principal referencial teórico escolhido para o debate foi a bibliografia da própria disciplina de Movimentos Sociais Rurais na História Brasileira. Levo em conta, ainda, a bibliografia da disciplina do Laboratório de Ensino: Meio Ambiente e História. Sendo os principais autores e autoras debatidos: Damasceno (2018), Gomes (2005), Lara (2021) e Worster (1991). Desse modo, considero relevante apresentar sobre o campo de estudos da História Ambiental, seus objetivos e preocupações metodológicas.

Segundo Donald Worster, em seu artigo “Para fazer História Ambiental” de 1991, a História Ambiental é parte de um esforço revisionista para tornar a ciência histórica mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tradicionalmente tem sido. A ideia de se fazer uma História Ambiental inicia na década de 1970 com as conferências sobre a crise global e com o crescimento dos movimentos ambientalistas em vários países. Por isso, entende-se que a História Ambiental nasceu de um objetivo moral e de compromissos políticos. Em suma, o principal objetivo deste campo de

estudos seria aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, ao longo do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e quais resultados obtiveram nesta interação (Worster, 1991, p. 199-200).

Existem três níveis em que a História Ambiental atua, ou seja, "três conjuntos de questões que ela enfrenta, três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise" (Worster, 1991, p. 201-202):

> O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza (...) O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com as ferramentas de trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais (...) Formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. (Worster, 1991, p. 202)

No entanto, embora possamos distinguir esses três níveis de estudo ambiental, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas ao longo do tempo, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente (Worster, 1991, p. 202).

A autora do ensaio diria que também implica o nosso futuro, por isso

esse campo de estudo é tão importante dentro da ciência histórica. Portanto, é função do historiador e da historiadora ambiental elaborar novas perguntas ambientalizadas em relação ao passado. Dessa forma, a discussão bibliográfica levou em conta principalmente os aspectos ambientais que permitiram a resistência palmarista nos mocambos dos Palmares.

Palmares e sua espacialidade

Silvia Lara (2021) e Felipe Damasceno (2018) são importantes autores para a discussão da espacialidade de Palmares. Em sua tese de doutorado "A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)", Damasceno (2018) explana que, segundo o autor Tiago Gil (2014), a discussão sobre o espaço das conquistas portuguesas na América é uma questão bastante atual de debate, especialmente a questão sobre a interiorização da colonização em direção aos chamados sertões. Sobretudo pelo motivo de termos que desconstruir a ideia de que os colonizadores europeus não se aventuraram no interior da América portuguesa até o fim do século XVI. Para Gil (2014), a aproximação da ciência histórica com a antropologia afastou a geografia dos modelos explicativos e das pesquisas empíricas em História.

No entanto, Damasceno (2018) argumenta que as ferramentas digitais atuais – tais como o *Google Earth* e o *Quantum Gis* – permitem ao historiador e à historiadora aplicar em suas pesquisas os aspectos geográficos, porque fica mais fácil comparar uma grande massa de informações geográficas do presente com as suas fontes do passado.

Para o autor, considerar o aspecto espacial é importante para evitar

distorções históricas, tendo em vista que a desconsideração da cartografia no estudo da História "pode ter contribuído para a perpetuação de imagens distorcidas sobre os processos históricos, elevando imprecisões e arbitrariedades ao estatuto de verdade histórica" (Damasceno, 2018, p. 104-105). Damasceno acredita que ocorreram distorções em relação à cartografia na historiografia sobre os Mocambos de Palmares:

> Não defenderemos aqui uma nova "verdade histórica" sobre a localização dos mocambos dos Palmares de Pernambuco. Procuramos, ao contrário, deixar claras as lacunas documentais que forçam o historiador a tomar decisões mais ou menos arbitrárias, mostrando que escolhas foram feitas para a produção de uma cartografia alternativa para um determinado momento da experiência palmarina (...) As novas ferramentas informacionais tornaram possível apresentar novas conclusões a partir dos mesmos dados usados pelos historiadores do passado, mantendo a necessária relação com a pesquisa empírica e a verosimilhança no preenchimento de suas lacunas. (Damasceno, 2018, p. 105)

Silvia Lara em seu artigo "O Território dos Palmares: Cartografia, História e Política" tenta responder a algumas questões acerca da geografia de Palmares e as dificuldades que rodeiam essa temática. Lara (2021) aponta no início do artigo acerca de um grupo de arqueólogos que tiveram muita dificuldade ao realizar as suas escavações que visavam definir a localização dos mocambos dos Palmares, portanto a autora evoca algumas perguntas para saber quais as dimensões espaciais do mais importante movimento de resistência da história dos africanos escravizados no Brasil, ela se questiona também onde que ficavam esses mocambos e qual a natureza das controvérsias a respeito de sua localização (Lara, 2021, p. 13). Na verdade, outros tantos pesquisadores já se

fizeram esses questionamentos e é válido lembrar de alguns deles que tentaram construir uma cartografia de Palmares ao longo dos anos.

Edison Carneiro (1947) publicou a primeira obra a oferecer uma análise completa sobre Palmares e tentou cartografar a região de Palmares em uma espécie de quadrilátero onde estariam os mocambos, infelizmente o autor não oferece as fontes por ele utilizadas, apenas menciona um requerimento produzido entre 1697 e 1698 por Domingos Jorge Velho. Carneiro (1947) afirmava que Palmares ocupava um território que vinha desde o planalto de Garanhuns até as serras dos Dois Irmãos e do Bananal, afirmações possivelmente retiradas das informações do texto de Alfredo Brandão de 1914. Brandão foi relevante por constatar que Palmares não estava só delimitado na Serra da Barriga como indicavam alguns historiadores regionais (Lara, 2021, p. 14-21).

Outro nome importante é Décio Freitas que se apropriou do mapa de Carneiro em seus estudos posteriores e incorporou novas investigações acerca do assunto. Freitas (1982) utiliza a cartografia do geógrafo Hans Augusto Thofehrn feita pelo método histórico-dedutivo. O mais interessante sobre Freitas é que seu mapa foi o de mais sucesso entre os historiadores que o reproduziam sem criticá-lo (Lara, 2021, p. 14-21).

Lara (2021) cita que o primeiro autor a propor uma nova cartografia de Palmares foi Felipe Damasceno, levando em conta um aprofundamento da crítica e da análise das fontes e se apoiando em documentos holandeses e portugueses.

As fontes principais do autor foram o “Diário de Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645”, onde, nesse período, os mocambos se

situam no sertão da vila de Sirinhaém e na Região do sertão das Alagoas, entre os rios Paraíba e Mundaú até São Miguel e os Campos de Cunhaú. Também utilizou a Relação de 1678 a fim de identificar os mocambos no que considera ser seu momento de apogeu, entre 1669 e 1674. Sendo que uma das observações mais relevantes de sua análise é que constatou que a descrição sobre os mocambos se referia ao deslocamento das tropas que os atacaram a partir das vilas do litoral (Lara, 2021, 28-29). Lara (2021), com base em Damasceno (2018), levanta algumas conclusões e resume a conjuntura geográfica de Palmares em três etapas:

> A do período da ocupação holandesa, quando os principais mocambos estavam situados a noroeste de Alagoas do Sul, entre os rios Paraíba e Mundaú; a descrita na Relação de 1678, com a maior parte dos mocambos concentrados a noroeste de Porto Calvo, entre os rios Jacuípe e Ipojuca; e a posterior ao fracasso do acordo de paz, que ele estende até 1700, em que os mocambos estão mais espalhados e afastados do litoral. (Lara, 2021, p. 32)

As conclusões de Felipe Damasceno (2018) são importantes porque colocam em questionamento a continuidade que foi se construindo na historiografia entre os Palmares holandeses e os destruídos em 1677 e 1678 e em 1694. A historiadora Silvia Lara segue o caminho de Damasceno e agrega novas referências geográficas encontradas na documentação e a autora busca relacionar as dimensões espaciais dos Palmares e sua história política que é analisada com detalhes em seu livro “Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação”, publicado em 2022, onde a autora discorre sobre a presença das pessoas de Palmares em regiões mais ao sul – entre Alagoas e a vila do Rio de São Francisco, atualmente Penedo – e ao norte, nas matas de Santo Antão (Lara, 2021, p. 32).

As estratégias de resistência dos palmaristas

Algumas fontes primárias possuem informações acerca de como era a subsistência e o cotidiano das pessoas dos mocambos. Um relato de expedição do holândes Roeloff Baro sobre Palmares de 1644 diz que o mocambo comportava "milhares de famílias, fora os solteiros; e eles se assentavam por entre a multidão de roças" e viviam "justo como em Angola, sem mobílias ou adornos" (Damasceno, 2018, p. 74-75).

No relato de expedição do holandês Johan Blaer é comentado que cada roça era dividida por duas ou três famílias e a população era estimada em 1500 pessoas. Ainda, cita a existência de roças abandonadas. Essas experiências nos indicam como a vivência africana foi essencial para a sobrevivência dessas comunidades na diáspora africana. O historiador Robert W. Slenes (2011) declara que antes mesmo de serem capturadas e trazidas ao Brasil, muitas pessoas desterradas da África Central já eram praticamente "quilombolas", porque já moravam em aldeias que eram pouco mais do que "acampamentos de guerreiros" (Damasceno, 2018, p. 74-75).

O historiador Flávio Gomes no capítulo "Invenções dos mundos de Palmares" de seu livro "Palmares" diz que os palmaristas eram um grupo constituído por africanos de diversas etnias e pessoas já nascidas em Palmares que reinventaram no Brasil um espaço social próprio e de faces africanas. Em Palmares, eles recriaram culturas, religiões e formas de se organizar economicamente e militarmente a partir de uma experiência africana (Gomes, 2005, p. 73-76).

O autor, ainda, ressalta que a produção agrícola de Palmares era

coletiva e organizada em períodos de plantio e colheita. A partir da agricultura, ocorria a economia extrativa de frutos, ervas, raízes e plantas silvestres, além do aproveitamento da palmeira pindoba para a produção de alimentos e a extração de óleo para iluminação, produção de manteiga e vinho. Também fabricavam utensílios com galhos, folhas e troncos. Os palmaristas criavam animais como galinhas, patos e porcos. Havia uma produção de cerâmica em olarias e utilizavam técnicas da metalurgia para a fabricação de artefatos como armas de guerra e ferramentas para agricultura (Gomes, 2005, p. 73-76).

Damasceno argumenta que a destruição de roças e hortas pelas forças repressoras durante as suas expedições representavam um grande problema para os palmaristas. Outro exemplo de repressão também ocorreu quando as tropas ficaram na região por cinco meses e impediram o acesso dos moradores de Palmares às fontes de água (Damasceno, 2018, p. 77-78).

Uma dificuldade dos palmaristas era a questão da sazonalidade porque no alto verão os rios ficavam perenes na região de Alagoas e Pernambuco e perdiam muito dos seus volumes, dificultando a obtenção de água e prejudicando a subsistência tendo em vista que é um elemento essencial para o cultivo das hortas, estas que já vinham sendo destruídas pelas tropas. No entanto, devido a essas condições os palmaristas desenvolveram técnicas de sobrevivência como por exemplo a confecção de hortas subterrâneas, ou seja, com raízes e legumes escondidas embaixo da terra ou em cabanas. Por conta desse sistema, os palmaristas conseguiam resistir por mais tempo que as tropas na região, as quais precisavam se retirar por conta da limitação de mantimentos (Damasceno,

2018, p. 77-78).

Não poderia deixar de citar a contribuição do conhecimento indígena para a resistência palmarista. Segundo o antropólogo Mauro Leonel (2000) as culturas indígenas das Américas frequentemente apresentam como característica um grande esforço para a antecipação de necessidades em relação a sua subsistência a partir do desenvolvimento de técnicas de manejo "de recursos adaptadas a cada ambiente específico em que habitam 'ilhas' de recursos que são organizadas no meio das florestas como reservas de mantimento. Assim, a roça abandonada está na verdade em permanente produção" (Damasceno, 2018, p. 76).

Essas roças abandonadas eram reservas e garantias de sobrevivência a um longo prazo e também serviam como locais de refúgio, defesa e descanso. Desse modo, a agricultura palmarista reunia as práticas produtivas adaptadas às condições ecológicas disponíveis e às necessidades de segurança (Damasceno, 2018, p. 76).

Gomes (2005) também argumenta que o fracasso das tropas a combater Palmares é atribuído a dificuldades como a falta de água, desconforto dos soldados com a geografia do local, ou seja, serras, árvores infecundas, mata espessa, ladeiras, gerando também alto esforço físico para o carregamento de mantimentos e armamentos; essas condições faziam com que muitos ficassem doentes (Gomes, 2005, p. 111).

O autor também expõe uma fonte primária que constam as visões coloniais sobre Palmares que é um parecer acerca da Campanha dos Palmares, sem data, documento que consta no Arquivo Histórico Colonial de Portugal, copiado por Ernesto Ennes:

> Constam os Palmares de negros que fugiram a seu senhores, de todas aquelas Capitanias circunvizinhas, e muitas mais como Vossa Majestade terá notícia, com mulheres e filhos habitam em um bosque de tão excessiva grandeza, que fará maior circunferência de que todo o reino de Portugal: Aqui cultivam terras para o seu sustento, com toda a segurança de se verem destruídos, porque fiados no extenso do bosque, e fechados arvoredos, e mais serranias que discorrem circunvizinhas; não logram domicílio certo para haverem de ser conquistados. Deste asilo seguro, o valhacouto, infestam todas aquelas terras de Pernambuco tratando com exorbitantes desaforos que não estão seguras as vidas, honras, e fazendas dos moradores de toda aquela conquista, porque dando assaltos repetidas vezes em varias partes as destroem, roubando tudo, levando as mulheres e filhas donzelas e matando-se os Pais, e maridos podem entre todas as povoações que se conhecessem mais pers [corroído] destes negros, tem o primeiro lugar a vila das Alagoas, Porto Calvo, e Rio de São Francisco, que por ficarem mais vizinhas aos Palmares, experimentam quotidianamente os seus insultos. (Gomes, 2005, p. 84 apud Ennes, 1938)

Esse relato, por mais que seja de uma perspectiva colonial, pode nos oferecer algumas informações acerca das estratégias de resistência dos palmaristas. Chama a atenção, durante a leitura do parecer, o destaque que o narrador dá para o tamanho da região em que Palmares estava localizada: “Constam os Palmares de negros que fugiram a seu senhores (...) em um bosque de tão excessiva grandeza, que fará maior circunferência de que todo o reino de Portugal”. Isso demonstra que os escravizados fugidos tinham um certo conhecimento das matas e que utilizavam o desconhecimento da região pelos colonizadores como táticas

de resistência.

Outro trecho que deve ser destacado é referente a fala dos colonizadores acerca das terras de Palmares: “Aqui cultivam terras para o seu sustento, com toda a segurança de se verem destruídos, porque fiados no extenso do bosque, e fechados arvoredos, e mais serranias que discorrem circunvizinhas; não logram domicílio certo para haverem de ser conquistados.” Aqui o narrador está apontando que os palmaristas praticavam a subsistência em locais de mata fechada e que, ainda, esses locais eram essenciais para não serem conquistados. Além disso, habitar em meio há um grande “bosque, e fechados de arvoredos, e mais serranias (...) circunvizinhas” significa a possibilidade de uma maior segurança dos palmaristas e uma rápida fuga, caso houvesse necessidade, ante as forças repressivas coloniais.

Por fim, é interessante como o narrador argumenta que os escravizados fugidos eram um perigo para a população da vila: “Deste asilo seguro (...) (os palmaristas) infestam todas aquelas terras de Pernambuco tratando com exorbitantes desaforos que não estão seguras as vidas, honras, e fazendas dos moradores de toda aquela conquista, porque dando assaltos repetidas vezes em várias partes as destroem, roubando tudo, levando as mulheres e filhas donzelas e matando-se os Pais, e maridos (...)”. Nesse trecho é importante desconfiarmos do narrador, afinal, o que significa falar que os “negros fugidos” destruíam, roubavam, assaltavam a vila, além de levar mulheres e donzelas e matar pais e maridos? Provavelmente para o narrador era melhor que os negros não fugissem, que eles continuassem com seus senhores; por isso desqualificar os “negros fugidos” e colocá-los como perigosos seria mais interessante nessa

situação.

O narrador finaliza apontando as localizações circunvizinhas de Palmares, demonstrando que era de conhecimento de Portugal a vasta dimensão de Palmares: “em o primeiro lugar a vila das Alagoas, Porto Calvo, e Rio de São Francisco, que por ficarem mais vizinhas aos Palmares, experimentam quotidianamente [sic] os seus insultos (dos palmaristas)”.

Gomes (2005) argumenta que há mocambos de variadas dimensões, população e provisoriedade e que a grande dispersão territorial pelas serras garantia a proteção, o que pode ser considerado uma estratégia militar de defesa (Gomes, 2005, p. 86).

Damasceno (2018) argumenta que a característica principal das estratégias de resistência das comunidades palmaristas era justamente a mobilidade e a capacidade de reerguer as suas habitações rapidamente após uma fuga bem-sucedida. Esse aspecto foi crucial para interromper o avanço da colonização, impedir a dominação plena dos colonizadores no sertão, impedir a exploração das rendas da terra com a distribuição das sesmarias e o domínio do território dos súditos da monarquia (Damasceno, 2018, p. 130-131).

De acordo com Flávio Gomes as casas dos palmaristas eram construídas de pau-a-pique e barro e cobertas de folhas e que a maior parte das moradas formava provavelmente unidades familiares. O número de casas em cada mocambo era variável. Evidências até agora apontam que os menores tinham algumas dezenas, outros maiores eram formados por cerca de mil a duas mil habitações. Além disso, o autor evidencia como muitas vezes tinham que abandonar seus mocambos fugindo da

repressão, os palmaristas desenvolveram um tipo de arquitetura bem prática. Os palmaristas, ainda, eram capazes de rapidamente abrir picadas na floresta, limpar terrenos e construir suas habitações, mesmo que fossem provisórias (Gomes, 2005, p. 86).

Considerações finais

Antes de tudo, é necessário expor que o ensaio contém limitações devido ao seleto número de bibliografias elencadas para a leitura. Para uma futura pesquisa do tema, uma ampliação da bibliografia deveria ser considerada e uma maior quantidade de fontes primárias sobre os mocambos dos Palmares deveriam ser analisadas em uma perspectiva da História Ambiental.

A exemplo disso, o livro “Palmares & Cucaú” de Silvia Lara (2021) seria interessante de ser analisado a fim de observar as práticas da resistência palmarista que se referem às questões ambientais, principalmente observando as fontes primárias que a autora utiliza; o que não foi possível neste ensaio, mas pode ser trabalhado em um futuro estudo.

Tendo em mente a problemática de pesquisa do ensaio: 1. refletir sobre a história dos mocambos dos Palmares a partir da História Ambiental; 2. refletir acerca da dificuldade de encontrar a localização dos mocambos dos Palmares; 3. investigar se o vasto reconhecimento dos espaços e localidades permitiram uma maior resistência dos palmaristas; 4. investigar se o vasto conhecimento de práticas de subsistência permitiram a resistência dos palmaristas ao facilitar as fugas e a permanência nas matas. Foi possível elencar algumas considerações.

Primeiramente, é válido apontar que há um grande debate em torno da espacialidade de Palmares e sua cartografia, o que demonstra a dificuldade dos(as) historiadores(as) com o manuseio das fontes primárias. Porém, a dificuldade da cartografia se relaciona principalmente com a alta capacidade de deslocamentos dos mocambos dos Palmares, não havendo uma continuidade de localização dos mocambos ao longo do tempo.

Além disso, as fontes, muitas vezes, indicam o caminho repressivo das tropas, ou seja, mocambos que poderiam estar ativos, mas que com a chegada das tropas nesses locais, os palmaristas já tinham fugido para as matas; o que dificulta o historiador estabelecer os locais exatos dos mocambos. A conclusão mais importante dessa parte do debate é que temos que ter cuidado com possíveis distorções históricas acerca das cartografias já elaboradas e problematizar as cartografias que são vistas como verdades históricas.

Em relação às estratégias de resistência dos palmaristas, pode-se dizer que as práticas de subsistência foram cruciais para eles resistirem e que as experiências africanas e os aprendizados dos palmaristas com os povos indígenas também contribuíram para uma maior resistência.

O que mais chama a atenção são as estratégias das hortas subterrâneas que faziam com que os palmaristas conseguissem resistir por mais tempo na região, diferentemente das tropas coloniais. Outro ponto interessante é que como a região em que habitavam era rodeada de “fechados arvoredos”, isso possibilitou um melhor esconderijo e fuga dos palmaristas, caso precisassem.

Todas essas considerações levaram em conta o viés da História

Ambiental, o que acredito ter contribuído muito com o problema de pesquisa. Acredito que esse trabalho possa ser aprofundado futuramente tendo em vista a escassez de trabalhos acerca da resistência de Palmares a partir da História Ambiental. Principalmente em relação a quais momentos os aspectos geográficos, climáticos e florestais permitiram aos palmaristas disporem dos recursos ambientais para a sua subsistência e, como consequência, a sua resistência. Visando superar uma visão somente essencialista e utilitarista da natureza, considerando o papel ativo dos elementos não-humanos – ou da ecologia – na história de Palmares.

Referências

BRANDÃO, Alfredo. Viçosa das Alagoas: o município e a cidade. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares, 1630-1695. São Paulo: Brasiliense, 1947.

DAMASCENO, Felipe. A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séc. XVII e XVIII). Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História Social, UFRJ, 2018, p. 14-131; pp 198-236 e 272-279.

ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares: subsídios para sua história. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, Flávio. Invenções dos mundos de Palmares; Entre conexões atlânticas. In: Palmares, São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p. 73-121.

GIL, Tiago. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. In: Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, 2014, p. 183-202.

LARA, Sílvia Hunold. O território dos Palmares: cartografia, História e Política. In: Afro-Ásia, n. 64, 2021, p. 12-50.

LARA, Silvia Hunold. Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp, 2022. 456 p.

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. In: Estudos Avançados, vol.14, n. 40, São Paulo, Sept./Dec. 2000, pp. 231-250.

SLENES, Robert. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011, p. 181-182.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

ENSAIO

Os heróis chegam à glória só depois de degolados: a escrita da História no filme *Os Inconfidentes* (1972), de Joaquim Pedro de Andrade

Manuela Rosa Coura*

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p518-536

resumo

Este ensaio se concentra na análise do filme *Os Inconfidentes* (1972), dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, a partir de sua construção técnica, estética e historiográfica, inserindo-o na tradição do cinema moderno brasileiro e situando sua historicidade na filmografia brasileira. Este ensaio decorre de uma pesquisa maior, que se concentrou em fazer uma decupagem da obra, cena a cena, algumas das quais serão tratadas neste texto. A partir delas, o objetivo deste ensaio é investigar como a obra desconstrói o discurso histórico oficial da Mineira, destacando suas contradições, em especial no tratamento da escravidão e na representação da figura de Tiradentes. O ensaio ainda trava contato com bibliografia especializada para compreender o modo como o filme subverte o paradigma de "filme histórico" e aponta para uma leitura crítica do passado em diálogo indireto com o cenário repressivo da ditadura militar. Por fim, discutem-se as intenções da obra em revisitar a Inconfidência como metáfora para a experiência política e social dos anos de 1970 no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Cinema; Ditadura Militar; História; Inconfidência Mineira; Os Inconfidentes.

*Graduada em História pela Universidade de São Paulo e graduanda em Filosofia pela mesma instituição. O presente ensaio é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail para contato: manuelarosa@usp.br

Os heróis chegam à glória só depois de degolados: a escrita da História no filme *Os Inconfidentes* (1972), de Joaquim Pedro de Andrade

Manuela Rosa Coura

Introdução

Lançado em 1972, o filme *Os Inconfidentes*, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988), célebre cineasta do chamado Cinema Novo, se insere no bojo de uma certa tradição cinematográfica do cinema moderno brasileiro. A obra, construída, sobretudo, sob a perspectiva do cárcere, busca tratar menos do evento da Inconfidência Mineira em si do que as elucubrações dos inconfidentes, seus idealizadores. De forma sintética, trata-se de uma narrativa *sobre* os inconfidentes — como deixa claro o próprio título, mais especificamente sobre os específicos personagens históricos: Tiradentes, Alvarenga Peixoto, Tomás Antonio Gonzaga, Claudio Manoel da Costa; e em menor grau Padre Toledo, Cel. Francisco de Paula e José Álvares Maciel.

O roteiro, escrito por Joaquim Pedro de Andrade e Eduardo Escorel, é baseado em três eixos de fontes: no *Autos da Devassa*, um vasto e original documento jurídico, cujo conteúdo serviu de base para a formação da historiografia mais tradicional da Inconfidência Mineira, desde quando esta se formou, no início da República; nas obras poéticas dos conspiradores Claudio, Alvarenga e Gonzaga; e na obra poética *O Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles, publicado em 1953. Nesse sentido, grande parte das falas dos personagens, sobretudo dos três poetas, não segue o fluxo do discurso falado, da esfera coloquial. Ao contrário, os diálogos destes três são marcadamente líricos e empolados, o que contribui para uma narrativa não naturalista e o insere (considerando ainda outras características fílmicas) como parte do cinema moderno brasileiro, conforme Ismail Xavier.

Segundo o autor, o cinema moderno brasileiro foi sendo construído a

partir da década de 1950, criando e consolidando uma série de novas linguagens, em oposição ao chamado cinema de gênero, sobretudo os melodramas e chanchadas produzidos pelas Companhias Vera Cruz e Atlântida. Nesse sentido, *Os Inconfidentes* apresenta diversos dos elementos do cinema moderno, dentre os quais destacamos: a crítica intrínseca aos padrões narrativos de gênero, a adoção de uma narrativa não linear, o uso de alegorias, metalinguagem, dramaturgia teatralizada e a exposição dos dispositivos cinematográficos, quebrando o pacto entre obra e espectador sobre a ilusão do real no cinema (XAVIER, 2001, p. 14).

Com Jean-Claude Bernardet, tem-se que o filme histórico (compreendido como aquele em que a narrativa fílmica se desenvolve em um tempo passado, diferente do contemporâneo à sua produção) é uma forma narrativa que, desde a criação do cinema de ficção, preencheu-se de intencionalidades político-ideológicas que buscam reforçar uma determinada história oficial, comumente conservadora. Bernardet, com isso, discute o filme histórico em um contexto amplo do cinema brasileiro ao longo do século XX[1] — com variações na intensidade de sua produção de acordo com a época —, em que este cumpriu um papel ideológico de construção da memória nacional, associando-se à exaltação da pátria, das elites dirigentes e de suas instituições (BERNARDET, 1982, p. 58). Assim, o filme histórico, em geral, funcionava como dispositivo cultural a serviço de interesses políticos, atuando como um vetor de divulgação e consolidação dessa memória histórica em, e sobre, uma determinada sociedade. O filme

[1] Bernardet estabelece uma periodização acerca da produção de filmes históricos brasileiros que abarca a década de 1910 até a década de 1970, com produções mais ou menos esporádicas e espontâneas, sendo que a partir de 1970 este tipo de produção cinematográfica passa a ser incentivado e produzido em maior escala por "determinadas pressões políticas e administrativas". (BERNARDET, 1982, pp. 57-59).

histórico, nesse sentido, não raro busca representar de forma naturalista, com a intenção de passar, através das telas, uma sensibilidade do real, de reconstituição histórica:

> O naturalismo [...] dá uma impressão de veracidade, de autenticidade, e elimina, ou deve eliminar, as marcas do trabalho, as marcas da fala. Não se deve perceber que alguém fez o filme, que é um trabalho sobre a história, que é uma interpretação, que poderia haver outras. (...) É necessário eliminar essa dúvida, para que não se questione a verdade da tela. E essa verdade é indispensável à ideologia dominante, pois, para dominar, ela não pode apresentar-se nem como ideologia, nem como uma visão da história entre outras. A luta estética pelo naturalismo é uma luta ideológica; a estética não pode abrir brecha na interpretação dominante, sob pena de ameaçá-la como verdade. E é somente enquanto ela se apresenta como verdade inconteste e sem falha que ela pode ser transmitida e aceita como a verdade, como a História. A História é assim. (BERNADET, 1982, p. 67)

No caso da obra de Joaquim Pedro, como artista engajado de esquerda e como artista ligado ao Cinema Novo, trata-se antes de uma desconstrução radical desse paradigma de filme "histórico", subvertendo tal forma narrativa e, mais do que isso, desconfiando desses discursos históricos, olhando, sobretudo, para o presente.

Desenvolvimento

Tendo isso em vista, podemos nos debruçar sobre algumas cenas do filme. Logo no princípio do filme, a narrativa se inicia com a apresentação da morte, real ou simbólica, de cada um dos principais conspiradores: 15 segundos de câmera fixa em um pedaço de carne, putrefata e ensanguentada, metonímia do esquartejamento de Tiradentes; o suicídio de Claudio Manoel da Costa em sua cela, no presídio; o corpo sem vida de Alvarenga Peixoto, machucado e estendido no chão, após seu exílio em

Angola; e, por fim, o delírio desesperado de Tomás Antonio Gonzaga na beira do mar, então exilado em Moçambique; sendo tudo isso contrastado com a canção de Ary Barroso, *Aquarela do Brasil*, tocando ao fundo, na melancólica versão de Tom Jobim.

Trata-se, assim, de uma montagem em *flashbacks*, que se alternam entre os depoimentos no processo judicial e as cenas da conspiração. O início da obra já demonstra a forma fragmentária com que se desenvolverá toda a narrativa. O caráter "vestigial" das fontes utilizadas é mantido com a estruturação não-linear, enfatizando que não se trata de um discurso historiográfico progressivo e totalizante. Assim, a opção por narrar essa história a partir de seu fim opera também um redirecionamento no sentido da História, destacando menos a grandiosidade do celebrado evento histórico do que seu fracasso. E sobre o malogro mineiro, a obra parece querer nos apontar a todo momento que o resultado não poderia ter sido outro, face ao seu caráter impopular e desorganizado. Além disso, os planos, filmados majoritariamente em locações de ambientes internos, confinam os personagens nas salas de suas casas, o que, para além de demonstrar a confidencialidade de seus planos sediciosos, dá a ver a falta de extensão de suas potencialidades revolucionárias para além do espaço da vida privada, expressando, esteticamente, a separação intelectual-povo (RAMOS, 1996, p. 64).

Essa crítica é demarcada ao longo de toda a obra, como se demonstra na seguinte cena: Alvarenga e Gonzaga chegam à casa de Claudio. Os três poetas se reúnem ao redor de uma mesa para o desjejum, enquanto liricamente se derramam em poesias até o momento em que, segundo eles próprios, decidem que se deixem os "versos" e vão "ao fato",

o qual é, neste caso, a discussão que Alvarenga tivera na casa do tenente-coronel Francisco de Paula acerca da criação de uma nova bandeira para a nação, esta que se lhe queriam independente. Alvarenga afirma que Tiradentes havia sugerido uma bandeira formada por um triângulo verde, representando a Santíssima Trindade, mas que a sua proposta é que "havia vencido" entre os pares, a saber: "um índio quebrando grilhões", junto ao verso de Virgílio, *"Libertas quae sera tamen"*. Ora, o "fato", aqui, como bem-posto na fala de Gonzaga, é esvaziado de materialidade, não passa de um colóquio meramente retórico, já que as bases para a concretização daquele suposto levante sequer são mencionadas, como se fossem pequeno detalhe, desimportantes em face de suas discussões platônicas. A obra parece indagar-nos: para além da efusividade nos planos, nas palavras de ordem, nos slogans, o que restara de factível? A isso, cabe destacar que, nos anos anteriores ao filme, essa questão estava na ordem do dia e o discurso parece ser direcionado, também, para os dilemas dessa época.

Nesse ínterim, uma das pautas manifestas na obra é exatamente relativa à presença popular em um movimento revolucionário que se pretendia liberador. Em uma das primeiras cenas, dentro da sala de estar da casa de Alvarenga, um professor de música, negro, dá aulas de piano para Maria Efigênia, filha do poeta e de sua esposa, Bárbara Heliodora. A menina, que toca mal, é repreendida pelo professor, que lhe dá um tapa nas costas da mão. Ao saber do acontecido, Bárbara não poupa esforços em humilhá-lo, demarcando sua supremacia e sua nobreza herdadas, dando quase a impressão de se tratar de uma aristocrata orgulhosa em pertencer à mais reacionária das realezas e não de uma revolucionária

republicana:

> "Tu tens de tratar minha filha como um escravo trata uma princesa – a princesa do Brasil – que é o que ela será. Ninguém neste continente pode disputar a antiguidade de nossa nobreza de paulistas! Eu sou uma Bueno, eu sou Silveira, e esta casa, que sempre foi das primeiras, será a primeira quando o Brasil for dos brasileiros. Agora, sai daqui e vai pensar no perigo de ser ignorante!"

Na cena, Bárbara Heliodora, esposa e musa nos poemas de Alvarenga, dá a ver a espécie de visão parca de uma elite que se posta a criticar o paradigma repressivo da monarquia, enquanto reproduz tão semelhantes expressões de superioridade e dominação. Eis, aqui, os princípios de independência e de liberdade que essa classe aspirava para sua nova nação imaginada, em que a repressão não é extirpada, mas somente reconfigurada de forma a beneficiar única e exclusivamente uma pequena fração da sociedade. Na obra, aliás, há, além desse, ao menos outros dois momentos em que a figura da pessoa escravizada desponta na tela, e o enquadramento dado pela câmera é crucial.

Em um desses momentos, estamos dentro do quarto de Claudio, em que ele e uma mulher negra, escravizada, dormem juntos. A mulher, nua; ele, vestido. Quando Gonzaga, de repente, chega ao aposento e dirige-se somente ao amigo deitado no leito, a mulher, silenciosamente, se levanta, veste-se e sai do quarto. A câmera permite que a vejamos — mas sem enfocá-la —, atravessar o ambiente. A mulher, simultaneamente, está na cena e não está, pois ainda que ocupe espaços de intimidade (a cama do poeta), é invisível a eles, como instrumento, não somente laboral, mas, nesse caso, também sexual. E a estratégia do enquadramento conduz para torná-la uma figura espectral, como uma fantasmagoria que tenciona eminentemente na tela sua presença e sua invisibilidade.

No outro momento, Tiradentes e Joaquim Silvério dos Reis, o delator da conspiração, se encontram no pátio da casa onde Tiradentes está hospedado, no Rio de Janeiro. Em determinado momento, buscando uma forma de angariar algum dinheiro, Tiradentes se dirige ao seu escravo, que estava sentado em um canto, e lhe diz: "Levanta! Vou te vender." A câmera, no ambiente escuro, enquadra em plano médio o homem se levantar e começar a se vestir, em completo silêncio, enquanto ouve-se ao fundo a voz de Tiradentes, que se afasta com Silvério dos Reis.

Eis, aqui, mais uma pontuação da escravidão. Nos momentos em que alguns dos conspiradores conjecturam sobre o levante, mencionando o imperativo da liberdade que os guia, a câmera, como agente ativo da narrativa, dá a ver o quadro da contradição e da soberba ausência de conexão com a realidade desses homens ilustrados. Essas recorrentes menções à escravidão constituem, assim, uma discussão de uma pauta historiográfica ousada para sua época. Ao longo das décadas, desde finais do século XIX, passando por quase todo o século XX, a memória hegemônica que se criou acerca do evento da Inconfidência Mineira e, em particular, da figura de Tiradentes, não destacava o "detalhe" crucial da relação desses homens com a instituição da escravidão. Pareciam não ser expressivos os fatos de que, embora uns mais do que outros — Tiradentes, como se sabe, era o mais pobre dos inconfidentes (RAMOS, 1996, p. 148) — todos eles eram donos de escravizados e que, em seus planos de independência, o sentido de liberdade era certamente restrito a uma classe distintamente abastada, enquanto a massiva população escravizada permaneceria a servir-lhes como sempre fizera.

Embora tivesse havido breves discussões sobre o estatuto da

escravidão em meio às reuniões secretas dos conspiradores, é fato que não se tratava de abolicionistas. Isto por diversas razões, incluindo o fato de que, à época, o próprio conceito de abolicionismo não era princípio corrente na sociedade brasileira (STARLING, 2018, p. 159). De fato, há, inclusive no filme, uma passagem retirada dos *Autos da Devassa*, em que José Alvares Maciel e Alvarenga debatem a questão, mas a preocupação é de natureza sobretudo econômica, menos filosófica ou ideológica.

Contudo, não foi dessa maneira que a memória se construiu e se consolidou posteriormente. Heloisa Starling comenta:

> Mas foi em torno da figura histórica de Tiradentes que positivistas, liberais republicanos e abolicionistas encontraram a representação simbólica nacional para o herói da República que desejavam implantar. (...) Quando o poeta e militante abolicionista Luiz Gama publicou, em 1882, o artigo "À forca o Cristo da multidão", inspirado em versos de Castro Alves, veio à tona a chave para materializar a figura do mito cívico que a República precisava criar. Castro Alves compôs os versos sobre Tiradentes para a peça Gonzaga ou a Revolução de Minas, de cunho político, vocação republicana e, algo que os conjurados mineiros também jamais foram, abertamente abolicionista. (STARLING, 2018, p. 301)

O apontamento da autora se confirma também em outro exemplo, retirado da reedição dos *Autos da Devassa*, ocorrida em 1976. Na segunda reedição, para a justificativa do feito, à apresentação do I volume — escrita, possivelmente, por Aureliano Chaves, então governador do Estado de Minas Gerais (e futuro vice-presidente da República, no governo de João Baptista Figueiredo) —, inclui-se uma extensa exaltação mítica e patriótica de Tiradentes, mencionando aí seu caráter plenamente abolicionista:

> [Tiradentes] defendeu a democracia eletiva com um século de precedência, impondo-se sua nobre memória em pleno monarquismo. Pregou a abolição da escravatura com a mesma

> previsão, precedendo assim a todo o restante da América, descortinando no trabalho livre, na igualdade de todas as raças, ideais que ainda andam escusos em algumas partes atuais do mundo. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2016, vol. 1, p. 5)

Nota-se, dessa forma, a força e o enraizamento dessa memória nas narrativas históricas oficiais. *Os Inconfidentes*, assim, mesmo antes de surgirem obras historiográficas[2] que revisaram tais paradigmas, desconstrói certas certezas sobre a questão. É considerável relembrar, dessa forma, que a obra de Joaquim Pedro é o primeiro filme na cinematografia brasileira a representar Tiradentes como dono de escravizados.

Sobre Tiradentes, José Murilo de Carvalho destaca sua importância enquanto figura conciliatória na criação do mito fundacional da República brasileira, operando como uma espécie de compensação simbólica, face à ausência de participação popular no movimento, que se deu "na escorregadia fronteira entre o heroico e o cômico" (CARVALHO, 1990, p. 57). Assim, a figura de Tiradentes se consolidou como herói republicano, mas não sem antes ter passado por intensa batalha historiográfica. Como demonstra:

> A interpretação da Inconfidência como movimento abolicionista, além de libertador e republicano, ligava Tiradentes às três principais transformações por que passara o país: Independência, Abolição, República. Da trindade cívica dos positivistas, Tiradentes era o único a poder resumir e representar os três momentos. Podia ser aceito pelos monarquistas, desde que não se excluísse Pedro I; pelos abolicionistas (republicanos ou monarquistas); e pelos republicanos. (CARVALHO, 1990, p. 70)

Apesar disso, é notório, sobretudo a partir da segunda metade do

[2] A título de exemplo, a publicação da obra *A Devassa da Devassa*, do historiador brasilianista Kenneth Maxwell, que se tornou referência ao promover um novo balanço, com revisões relevantes para a historiografia da Inconfidência Mineira, foi publicada pela primeira vez em 1973, um ano após o lançamento do filme em questão.

filme, que a construção da figura de Tiradentes é, de alguma forma, ambígua, diferente da crítica radical aos demais participantes, que são apresentados como poetas sonhadores, pusilânimes levianos, apartados da realidade social, distanciados das massas a que queriam revolucionárias.

É evidente que a operação de o representar como dono de escravizados e, em certa medida, também distanciado do "povo" (como ocorre na primeira cena de Tiradentes, na qual ele brada, em meio aos tropeiros, que o ignoram por completo: "Os filhos desta terra são tão estúpidos, que eles próprios carregam o peso do que lhes roubam!") conferem uma representação crítica ao alferes; mas o seu ímpeto de ação e coragem revolucionária são elementos eminentemente marcados em sua imagem. Diante da hesitação e das elucubrações bucólicas de uma elite que se assumia revolucionária, Tiradentes é mantido na posição de herói, mas de natureza claramente trágica. Como demonstra Jean-Claude Bernardet,

> Por mais distante que Joaquim Pedro se mantenha do herói, por menos que Tiradentes apareça no filme, ele se heroifica em "negativo", isto é, não tanto pelo que ele faz, mas é por oposição ao comportamento deletério dos intelectuais que Tiradentes ganha a sua positividade. E esta atinge a dimensão heroica pelo veredito e pelo castigo que não atinge os outros. (BERNARDET, 1982, p. 77)

Assim, há uma diferença clara entre Tiradentes e os demais conspiradores, em um processo de distinção que vai se radicalizando ao longo da trama e que atinge seu ápice ao final, quando do enforcamento de Tiradentes e da comutação da pena de morte para o degredo aos outros.

Em longos planos-sequências, a cena, alegórica, em que a rainha

Maria I chega ao pátio do presídio e lê a condenação à forca do primeiro e a comutação da pena dos últimos, escancara essa diferenciação. Enquanto Tiradentes permanece inabalável, dignamente em pé, a ouvir sua sentença, os outros iniciam uma tortuosa adulação à soberana, ajoelhando-se e gratificando sua clemência, recitando poemas de exaltação à "sábia, justa e augustíssima rainha".

Mesmo com a construção ambígua de Tiradentes, que oscila entre o imprudente desvairado e o herói trágico, o filme dirige-se, mais uma vez, a algumas tradições historiográficas consolidadas e à memória hegemônica. Para além disso, seu contato com os temas caros ao modernismo da primeira metade do século XX é identificável não somente em *Os Inconfidentes*, mas também em obras anteriores, como *O padre a moça* (1966) e *Macunaíma* (1969).

Nas criações artísticas, e mesmo ensaísticas, de herança modernista, a Inconfidência Mineira, ao lado de seu veio literário, a Arcádia, ocuparam as mentes de autores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e, mais tarde, autores do grupo Clima, como Antonio Candido. Sabe-se (SILVA, 2016, p. 171), a partir de anotações do arquivo pessoal de Joaquim Pedro, armazenadas em sua produtora, que, para a escrita do roteiro, Joaquim Pedro e Eduardo Escorel percorreram uma série de obras historiográficas, biográficas, literárias e de crítica de arte, dentre as quais *A Arcádia e a Inconfidência*, de Oswald de Andrade (ANDRADE, 1970). Aqui, é possível reconhecer uma divergência das compreensões de Oswald de Andrade acerca da Inconfidência Mineira e seus personagens com aquela expressa no filme de Joaquim Pedro de Andrade. Afirma Oswald, no texto de 1945, que "os inconfidentes indicaram às gerações vindouras do Brasil qual o

papel do intelectual nas lutas pelo progresso humano." (ANDRADE apud RAMOS, 1996, p. 91) Ao passo que para Oswald o legado dos poetas revolucionários é eminente e digno de inspiração por se tratar de intelectuais engajados com a emancipação nacional, para o filme de Joaquim Pedro, os intelectuais são justamente a raiz dos problemas no movimento revolucionário. Apartados por quase 30 anos de distância no tempo, a experiência dos movimentos engajados da década de 1960, fracassados com o golpe militar e, posteriormente, ainda mais com a perseguição à luta armada, parece ecoar em forma de ceticismo nesse grupo, com marcas de melancolia crítica ao longo de toda a obra.

Essa melancolia presente em *Os Inconfidentes* se estende não só a essa (in)ação dos conspiradores, mas parece abarcar uma descrença na concepção totalizante de História, a partir da desconstrução do acontecimento específico da Inconfidência Mineira. Isso se confirma a partir da análise de diversas escolhas técnicas e estéticas, verificáveis na cenografia e na dramaturgia. Os ambientes em que habitam os conjurados são, em sua maioria, decadentes: quando são ambiente externos, assemelham-se a ruínas, abandonadas e danificadas pelo tempo; quando internos, são salas esvaziadas, de paredes amarelas, gastas, com pouca ou nenhuma decoração. Os espaços de poder, assim, decrépitos, contribuem à crítica à deterioração do poder em si. Ademais, a prática da teatralização, recorrente em toda a obra, aposta na defesa da história como representação, não como verdade inconteste.

Nesse sentido, em determinada cena, os inconfidentes se reúnem em uma sala, na casa do militar Francisco de Paula. Após deliberarem sobre o levante, o coronel, Tiradentes, Alvarenga, Álvares Maciel e Pe.

Toledo aparecem em câmera frontal parada, em um plano geral simétrico, como um palco de teatro. Trata-se, aqui, de uma das mais importantes sequências do filme, em que se radicaliza a perspectiva crítica à monumentalização da história e ao discurso oficial da história da Inconfidência Mineira. Eles ensaiam o almejado triunfo do levante, como se demonstra a partir deste trecho de diálogo entre Alvarenga e o coronel Francisco de Paula:

> Alvarenga: Cabecinha fora? Cabecinha fora. Então vamos adiante. O Tiradentes chega à praça, onde nós já estamos todos reunidos, com a cabeça do Visconde.
> Coronel: Nesse momento chego eu, com a tropa, e digo: "o que é isso, camaradas? Essa, é a cabeça do Sr. Visconde?" O Tiradentes, com a cabeça na mão, confirma. E eu retruco: "Mas, quem nos governa então?" e o povo responde: "Liberdade! Liberdade! Aí, eu volto-me para a tropa e faço um discurso, aderindo ao motim.

A simulação dos conspiradores é metalinguística e funciona como uma encenação da própria encenação teatral da história da Inconfidência, prática que se tornou usual nas datas efemérides, com seus eventos cívico-patrióticos, a partir da instauração da República no Brasil. Como argumenta Ivan Francisco Marques, o filme está menos interessado na reconstituição dos acontecimentos do que na busca de uma "interpretação da interpretação" (MARQUES, 2023, p. 67). Trata-se, afinal, de uma desconstrução do discurso oficial, pois, encaixado na montagem do filme, a encenação da encenação é ridicularizada, uma vez que a montagem contradiz toda a teatralização gloriosa do evento histórico que se consolidou na narrativa da historiografia tradicional. A montagem, como já demonstrado, apresenta os intelectuais – em contraste com Tiradentes, já que este não é um intelectual, e por isso recebe outras qualificações – como covardes e desorganizados, risíveis. A própria encenação, assim, se

torna esvaziada e algo patética, indo contra o sentido original, de monumentalização do levante. Aqui, fica ainda mais claro o sentido da afirmação da história como representação, como evidenciou Bernardet:

> *Os Inconfidentes* denuncia o espetáculo; para Joaquim Pedro, a representação da história é possível, desde que se afirme não como história, mas como representação. A encenação do filme, a interpretação dos atores, explicitam que o filme é um artifício, não um pedaço de história que teria chegado até nós. (BERNARDET, 1975, p. 21)

Essa sequência se conecta e se consuma com a sequência final, quando do enforcamento de Tiradentes. Aqui, sua punição pública pela participação na conspiração é transformada em espetáculo, em uma cena altamente alegórica, que não trata somente da pena de um conspiracionista, mas sobretudo a forma como esse evento histórico foi monumentalizado e sua figura transformada em mártir. Isso se verifica com a dupla temporalidade da sequência, já que, de início, trata-se da representação do enforcamento em si, em 1792, mas, mudando-se o ângulo da câmera, a cena salta temporalmente e se revela uma encenação, nada mais que um teatro. A plateia que assiste à encenação é contemporânea ao filme, composta por jovens, provavelmente estudantes.

Para além disso, é possível também depreender, evidentemente, pelo teor de violência perpetrado, àquela altura, pelo Estado português, a uma alusão à repressão do Estado brasileiro em toda sua história, e sobretudo nos anos de ditadura militar. Tiradentes, enquanto perseguido e preso político, também agiu como referência direta aos perseguidos, presos, torturados e mortos em âmbito político dos anos 1960 e 1970. Assim, a advertência de Penaforte, o frei confessor de Tiradentes (“não traias o teu

rei nem por pensamento, que as aves do céu levarão a ele a tua voz. Eis como se manifesta o amor e o maternal cuidado de nossa augusta soberana") parecer reiterar o estado policial terrorista daqueles anos de 1970.

Em continuidade com a ideia da sequência anterior, de retratar não somente o evento histórico em si, mas a sua transformação no tempo e sua consolidação na historiografia oficial como mito, aqui, chega-se, talvez, ao aspecto mais importante do filme. Na sequência seguinte, há a apresentação de um cinejornal da década de 1950, fora da narrativa do filme histórico, em que estudantes marcham no evento das comemorações cívicas no feriado de 21 de abril, em Ouro Preto. O cinejornal, enquanto forma audiovisual, constitui, por excelência, um "ritual do poder" (SALES GOMES, 2016, p. 167-175) e se notabilizou como instrumento recorrente nas produções audiovisuais de caráter cívico-ufanista, destacadamente em voga no período da ditadura.

Na sequência em questão, no entanto, o cinejornal tem o seu sentido invertido, ou ao menos transformado de seu sentido original, sobretudo por conta da profunda polifonia ao fundo e polissemia das imagens no quadro: ao mesmo tempo em que há a narração do cinejornal, em tom ufanista, o som se mistura com os barulhos de golpes de machado e com a canção "Aquarela do Brasil", na versão de Tom Jobim, em tom melancólico. Dá-se, assim, uma polifonia que embaralha o sentido da mensagem.

Além disso e, talvez, mais importante, é a polissemia das imagens que se destaca: junto às cenas do cinejornal, são introduzidas cenas de um pedaço de carne putrefata sendo dilacerado, revelando o

esquartejamento de Tiradentes. As cenas, a princípio com significados diferentes e distantes, quando juntas na montagem, criam um sentido novo. Enquanto vão se alternando, cria-se um movimento em que as próprias imagens desconstroem o discurso que está sendo proferido. A literal podridão da carne é transferida à simbólica podridão do discurso, da história oficial, carregada de violência. Além disso, os segundos finais, destinados aos créditos do filme, têm como fundo uma longa tomada da carne putrefata, repleta de moscas. A atitude de manter imagem tão repulsiva, por tanto tempo, cria mal-estar no público espectador, em um movimento claro de associação do discurso a símbolos de violência e morte.

Walter Benjamin, em suas *Teses sobre o conceito de História,* afirmou que "A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ´agoras´. (...) Ela é um salto de tigre em direção ao passado." (BENJAMIN, 1986, p. 230). No salto temporal da representação e encenação do enforcamento de Tiradentes, percebemos um convite, enquanto espectadores, de reconfigurar a memória do passado, a partir do agora, fazendo "saltar pelos ares o *continuum* da história." (BENJAMIN, 1986, p. 231). O final trágico de Tiradentes, por fim, sucumbido e celebrado pela nação moderna, em alguns aspectos, tem algo de antropofágico e se assemelha a Macunaíma, devorado por Uiara, do filme anterior de Joaquim Pedro. Aqui, o alferes, "herói cívico de nossa gente" é devorado e deglutido pela história nacional, que jamais se cansou de despojar seu corpo e sua memória, em nome de uma civilização, uma modernidade e um progresso que, como assevera criticamente o filme, só se constrói sob ruínas e barbárie.

REFERÊNCIAS

Fonte

Autos de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016.

Bibliografia

ANDRADE, Oswald de. A Arcádia e a Inconfidência. In: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENTES, Ivana. Joaquim Pedro de Andrade – a revolução intimista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996.

BERNARDET, Jean-Claude. Com as armas do inimigo. Opinião, n. 127, p. 20-21, 11/04/1975.

_____. Piranha no mar de rosas. São Paulo: Nobel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREIRE RAMOS, Alcides. Canibalismo dos fracos: História/Cinema/Ficção - um estudo de “Os inconfidentes” (1972, Joaquim Pedro de Andrade). Orientador: Arnaldo Daraya Contier. 235 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1996.

GOMES, Paulo Emílio Sales. “A expressão social dos filmes documentais no cinema mudo brasileiro.” In: CALIL, Carlos Augusto (org.). Uma situação colonial? São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARQUES, Ivan Francisco. Os inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade, e a mitologia mineira do modernismo. Caletroscópio, v. 11, n. 1, p. 65-78, 2023.

SILVA, Meire Oliveira. O cinema-poesia de Joaquim Pedro de Andrade: passos da paixão mineira. Curitiba: Appris, 2016.

STARLING, Heloisa. Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro moderno. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

resenhas

RESENHA

A prudência do Santo Tribunal: o proceder da Inquisição Portuguesa revisto pela História do Direito

Resenha de CORBY, Isabela. A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões constitutivas na persecução da feitiçaria (1700-1774). (2024)

Luiz Felipe Mafra de Andrade*

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p538-547

resumo

Esta resenha empreende uma análise do livro "A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões constitutivas na persecução da feitiçaria", escrito pela advogada e doutora Isabela Corby, ressaltando sua importância aos estudos críticos da História do Direito, da Inquisição Portuguesa e, de modo mais amplo, do período colonial brasileiro e da Idade Moderna.

PALAVRAS-CHAVES: Resenha; Inquisição; Minas; feitiçaria

* Bacharelando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI - USP), e-mail: luizfelipe.mafraa@usp.br

A prudência do Santo Tribunal: o proceder da Inquisição Portuguesa revisto pela História do Direito

Luiz Felipe Mafra de Andrade

CORBY, Isabela. A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões constitutivas na persecução da feitiçaria (1700-1774). 1ª edição. São Paulo: Dialética Editora, 2024. 426 p.

Nos estudos acerca do Tribunal do Santo Ofício, é tradicional a concepção de um tribunal "medieval, arbitrário e antiquado". Uma constatação, entretanto, que torna particular a Inquisição Portuguesa é seu caráter moderno, dada sua fundação em 1536 e seu fim em 1821, após a Revolução Liberal do Porto. Outrossim, tratando-se de uma instituição intrinsecamente ligada à consolidação do Estado Português e de seu Império Colonial, observam-se atuações e presenças diferentes conforme sua localização e interregno temporal. Nesse sentido, *A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões constitutivas na persecução da feitiçaria (1700-1774)*, da advogada Isabela Corby, investiga, partindo do século XVIII na capitania de Minas Gerais, a atuação da Inquisição Portuguesa no domínio colonial.

O livro foi publicado em 2024 pela Dialética Editora, e está disponível gratuitamente como e-book. Consiste numa adaptação da tese de doutorado em direito da autora, estando dividido em seis capítulos e um anexo. A partir do recorte da História do Direito e da análise de fontes primárias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Eclesiástico de Mariana[1], a autora contesta o senso comum sobre o Santo Ofício e

[1] O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e o Arquivo Eclesiástico de Mariana (AEAM) são fontes arquivísticas, a primeira referente aos arquivos da Inquisição Portuguesa e de seus diversos tribunais, parcialmente digitalizada, e a segunda referente ao Bispado de Mariana, que foi a sede da justiça eclesiástica das Minas a partir de 1745, disponível apenas fisicamente.

define a Inquisição Portuguesa como um "tribunal de seu tempo", destacando a "prudência" do Tribunal na persecução judicial da feitiçaria e as "tensões constitutivas". Um exemplo dessas tensões advinha das expectativas normativas distintas entre atores coloniais e metropolitanos: enquanto, à Sede, a perseguição a cristãos-novos relegaria a feitiçaria a um segundo plano, os habitantes coloniais faziam denúncias de feitiçaria em massa, esperando uma punição mais severa aos feiticeiros coloniais dentro dos quadros da Inquisição.

O primeiro capítulo inicia assinalando o amplo descompasso entre denúncias de feitiçaria e processos movidos pelo Tribunal. Nesse ínterim, a autora define "prudência" como "cautela, rigor, minúcia, cuidado" e a associa a esse descompasso, com os agentes inquisitoriais ponderando provas, testemunhas e evidências arroladas antes de instaurar um processo. Essa, confrontando a agência e as expectativas dos habitantes coloniais, seria uma primeira "tensão constitutiva" na persecução da feitiçaria. Assim, a autora propõe, durante o livro, uma arguta reflexão histórica, baseada na apreciação de fontes primárias das instâncias religiosas e na revisão bibliográfica, para entender o funcionamento da Inquisição em Minas, o perfil social dos denunciantes e denunciados, os procedimentos para abertura de processos inquisitoriais e as provas utilizadas pelo Tribunal do Santo Ofício.

O segundo capítulo aborda a chegada e o estabelecimento da Inquisição na América Portuguesa. No Brasil, as visitações foram menos recorrentes do que nas colônias espanholas, e não se instalou uma sede de tribunal - as denúncias eram remetidas ao Tribunal de Lisboa. De outro

modo, a Inquisição estava paramentada por regimentos, editais e uma rede de funcionários: comissários - clérigos que recolhiam as denúncias e confissões -, familiares - leigos de prestígio social que colaboravam com o exercício dos comissários - e notários - os redatores. Na Sede de Lisboa, estavam o Promotor, responsável por analisar a qualidade das provas e a pertinência das denúncias, abrindo o processo ou arquivando a denúncia - no Caderno do Promotor[2] -, e os juízes do Tribunal.

Além disso, com a criação do Bispado de Mariana em 1745, os bispos mineiros seriam decisivos ao bom funcionamento da Inquisição, por sua função de encaminhar as denúncias de heresia à alçada inquisitorial. Verifica-se aqui outra tensão constitutiva, relativa às instituições. O crime de feitiçaria era de foro misto, e a Inquisição tinha precedência sobre a justiça eclesiástica nas matérias de heresia, sem que isso impedisse, todavia, que os agentes coloniais tomassem a iniciativa na persecução da feitiçaria - muitas vezes sem requisito do Promotor, indo de encontro à prudência da sede. Ademais, Corby enfatiza que o cruzamento de carreiras e o acúmulo de funções eclesiástica e inquisitorial era recorrente, apesar da separação formal dos foros.

O terceiro capítulo conceitua a feitiçaria e trata da instauração dos sumários de culpa. Um sumário de culpa era essencial para abrir um processo, contendo, além da primeira denúncia, oitivas de testemunhas relevantes ao caso. No caso da feitiçaria, oriunda de “pactos diabólicos” -

[2] Boa parte dos documentos considerados no livro estão consignados nos Cadernos do Promotor, que consistem em códices extensos de denúncias, apresentações e sumários arquivados, de 400 a 700 fólios cada.

isto é, efeitos sobrenaturais não advindos de um milagre (intercessão divina) -, instauravam-se sumários de culpas para verificar a conexão do "feiticeiro" com o Diabo, pela qual adquirir-se-iam suas habilidades. O julgamento poderia ser conduzido em três instâncias: a Eclesiástica, a Inquisitorial e a Civil.

No que concerne ao foro inquisitorial, a autora analisa sete sumários de culpas, arquivados nos Cadernos do Promotor. Reforçando o argumento da prudência inquisitorial, elucidam-se os motivos pelos quais os sumários não deram seguimento em processos, mesmo com provas e inquirições mais extensas. O não-resguardo do sigilo - na confissão, nas oitivas, nas redações de punho próprio ou na falta do juramento de segredo -, a iniciativa dos agentes coloniais e o descrédito às testemunhas são apontados como os principais motivos para os arquivamentos. Por outro lado, os arquivamentos não permitem descartar a importância da Inquisição como forma de controle social. A confessionalização das denúncias[3] e o reconhecimento do poder do Santo Ofício na sociedade mineira[4] colaboraram no alto volume de delações e testemunhos. Além disso, conforme as descrições dos sumários de culpas, uma miríade de práticas nas Minas esteve sujeita ao rótulo de feitiçaria e, consequentemente, à repressão inquisitorial.

[3] Os documentos inquisitoriais apontam recorrentemente à fórmula "obrigado do seu confessor", o que sinaliza a colaboração dos clérigos de fora do aparato inquisitorial.
[4] As fontes trazem, por exemplo, a fórmula "sob pena de excomunhão", destacando que aquele que soubesse do ato herético da feitiçaria e não o denunciasse também poderia sofrer penas. A autora argumenta que, na perspectiva do controle social, a confessionalização das denúncias ao Santo Ofício permitia à Igreja Católica a consolidação da "pedagogia do medo, do arrependimento e da vigilância". Relações de força, não só relativas à escravidão, como também da Igreja com seus fiéis, incutiam e reiteravam o "dever moral" em denunciar na consciência dos habitantes coloniais.

O quarto capítulo vai tratar das denúncias, documentos mais curtos geralmente com apenas um depoimento, trazendo o perfil de denunciantes e denunciados, suas relações e, reiteradamente, a colaboração do Eclesiástico com a Inquisição e a postura do tribunal lisboeta. Numa sociedade escravocrata, marcada pela distinção e hierarquização de pessoas, o critério de "qualidade/cor" no Brasil recorrentemente era posto em detrimento de africanos e seus descendentes, os maiores denunciados por "feitiçaria" nas Minas Setecentistas. Os denunciantes tinham um perfil mais variado, apesar de, por diversas vezes, não terem marcadores de "qualidade/cor" nos textos[5]. Com relação ao perfil social, denunciantes consistiam mais em livres e forros, denunciados variavam entre livres, forros e escravos.

As denúncias costumavam ter por motivação revanches, por exemplo, após a falha em serviços prestados – a própria "feitiçaria" –, corrompendo a lisura do processo. Outro meio recorrente era a informação por terceiros - o "ouvir dizer" -, que escapava dos moldes do processo e tinha pouca materialidade enquanto prova, apesar do incômodo que os feiticeiros trouxessem por sua notoriedade. No caso de denúncias recolhidas por um membro do eclesiástico de fora da alçada inquisitorial, o documento seria encaminhado ou o confessante seria orientado a se apresentar aos comissários, possibilitando, aos bispos, um maior recolhimento de denúncias. A Mesa Inquisitorial tratava as denúncias baseada na prudência, consideradas as hierarquias sociais e as evidências concretas. Entretanto, tal qual os sumários de culpa, o amplo

[5] Esse aspecto permite, à autora, compreender aquele sem marcador como "possivelmente branco".

arquivamento desses documentos não é indício de ineficiência, pois as denúncias também permitiram à Inquisição controle social sobre os mineiros.

O quinto capítulo aborda os dois casos que desencadearam em processos inquisitoriais por feitiçaria nas Minas, referentes a duas mulheres, uma absolvida (Luzia Soares) e outra condenada (Luzia Pinta). A primeira processada, por presunção de pacto com o Diabo, era escrava, e seu caso traz outra tensão constitutiva importante: sua condição contrapunha a "coisa" - enquanto propriedade de outrem - e a "pessoa" - enquanto consentindo na confissão e no juramento e tendo imputada responsabilidade penal -, configurando uma tensão entre Inquisição e escravidão. Sua absolvição decorreria do não-resguardo do sigilo, com os acusadores presentes no momento da confissão. A autora menciona que a tortura sofrida por Luzia também foi considerada à absolvição, enfatizando, entretanto, a reafirmação da Inquisição enquanto instituição judicial – mais do que uma face supostamente "humanitária".

Por outro lado, Luzia Pinta, conhecida por ser calunduzeira[6], era forra, natural de Angola e residente em Sabará. Sua denúncia surgiu de um membro do Eclesiástico, que relatou "operações diabólicas" e as "danças calundus". Seu processo foi tomado de forma delongada, com a ré se defendendo interessantemente por analogias entre suas práticas e a fé católica, bem como destacar os benefícios de suas curas às celebrações de

[6] "Calunduzeiro" é um termo referente aos praticantes do calundu, ritual divinatório de curas e adivinhações, com forte herança centro-africana, que envolvia uma série de danças, cantos, batuques, atabaques e indumentárias. Dentro das Minas Setecentistas, era uma prática socialmente estabelecida, e o processo menciona a notoriedade que Luzia Pinta tinha enquanto calunduzeira.

missas. Ao fim, porém, foi condenada ao degredo em Castro Marim, por "viver apartada da fé católica".

O sexto capítulo tece considerações finais, reforçando que, na persecução à feitiçaria, observado o descompasso entre as denúncias e os processos, a Inquisição Portuguesa agia com rigor procedimental, prudência e cautela. Isso se dava, todavia, dentro do quadro institucional e dos valores da época. Ensejam-se, neste trecho, possibilidades futuras de pesquisa da feitiçaria colonial e da Inquisição. A obra aqui referida é instigante ao contradizer o senso comum que se tem da Inquisição, a partir de uma brilhante abordagem interdisciplinar, coadunando micro história e prosopografia ao estudo da História do Direito. Sua força deriva principalmente dessa intrincada análise, construída sem se valer de uma visão "apologética" à Inquisição e à Igreja Católica antes da Idade Contemporânea. A autora não omite as intenções de controle, o caráter repressivo - disfarçado de pedagogia - e a violência - física, psíquica e social -, fatos que podem, e devem, ser imputados à atuação do Santo Ofício, além de destacar a contingencialidade da própria prudência - como, por exemplo, diante da "qualidade/cor" e do gênero.

O estudo de Corby merece ser enaltecido pelas avenidas que abre aos estudos críticos da Idade Moderna e do Direito. Neste livro, o leitor se debruçará numa sublime análise de fontes primárias, prática estabelecida, porém ainda rara no estudo da parte processual da Santa Inquisição, reconstruindo a atuação do Tribunal do Santo Ofício e aspectos do cotidiano das Minas Setecentistas. À História, as reflexões de Isabela Corby permitem a desmistificação de anacronismos e generalizações sobre a

Inquisição e uma experiência comparativa entre as práticas judiciais da Idade Moderna e da atualidade.

REFERÊNCIAS

CORBY, Isabela. A Inquisição nas Minas Setecentistas: tensões constitutivas na persecução da feitiçaria (1700-1774). 1ª edição. São Paulo: Dialética Editora, 2024.

RESENHA

A teoria marxista: universal e eurocêntrica?

Resenha de ROFFINELLI, Gabriela. *Marx: La crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo*. (2022)

Letícia Dellova*

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p548-557

resumo

A presente resenha discorre sobre a visão de Gabriela Roffinelli em Marx: la crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo, artigo publicado na Pacha, Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global, Vol. 3, No. 7, de 2022. Roffinelli, socióloga e docente da Universidade de Buenos Aires (UBA), busca demonstrar a invalidade das críticas decoloniais e pós-desenvolvimentistas acerca do suposto caráter eurocêntrico das obras de Marx e Engels. Para tal, a autora se baseia na obra central de Marx e em trabalhos menos conhecidos que aludam às sociedades não-europeias, e ressalta o papel central da obra marxista na crítica à acumulação capitalista e ao colonialismo, tendo assentado as bases para o estudo do desenvolvimento desigual e da polarização das sociedades no sistema mundial (ROFFINELLI, 2022, p. 1).

PALAVRAS-CHAVES: Colonialismo; eurocentrismo; desenvolvimento desigual; teoria da história; teoria marxista

* Bacharela em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Email para contato: leticia-dellova@usp.br

ROFFINELLI, Gabriela. Marx: La crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo. In. PACHA, Revista de estúdios contemporâneos del sur Global, Vol. 3, No. 7, 2022.

Introdução

> A todo custo querem converter meu esboço histórico sobre as origens do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria filosófico histórica sobre a trajetória geral a que são submetidos fatalmente todos os povos[1]. (MARX, 1980, p. 64)

A presente resenha discorre sobre a visão de Gabriela Roffinelli em Marx: la crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo, artigo publicado na Pacha, Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global, Vol. 3, No. 7, de 2022. Roffinelli, socióloga e docente da Universidade de Buenos Aires (UBA), busca demonstrar a invalidade das críticas decoloniais e pós-desenvolvimentistas acerca do suposto caráter eurocêntrico das obras de Marx e Engels. Para tal, a autora se baseia na obra central de Marx e em trabalhos menos conhecidos que aludem às sociedades não-europeias, e ressalta o papel central da obra marxista na crítica à acumulação capitalista e ao colonialismo, tendo assentado as bases para o estudo do desenvolvimento desigual e da polarização das sociedades no sistema mundial (ROFFINELLI, 2022, p. 1).

A teoria marxista: universal e eurocêntrica?

Em *Marx: la crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo* Gabriela

[1] Tradução própria do espanhol.

Roffinelli (2022, p. 5) busca contestar as críticas de teóricos das perspectivas decolonial e pós-desenvolvimentista à teoria marxista, que segundo a autora generalizam determinadas opiniões de Marx e Engels expressadas em textos primevos. Para os críticos, a teoria marxista incorreria em história universal, filosofia da história, etapismo e evolucionismo, além de estar imbuída do cientificismo e eurocentrismo que permeavam o clima intelectual europeu do século XIX (ROFFINELLI, 2022, p. 5). Para Roffinelli (2022, p. 1), tal perspectiva ignora o marxismo enquanto a mais radical crítica do capitalismo e seu caráter diacrônico.

Um dos autores ao qual Roffinelli (2022, p. 2) se opõe em seu texto é o sociólogo Edgardo Lander, que apesar de reconhecer a importância do marxismo, critica seus aspectos mais universalizantes e eurocêntricos. Para Lander, o marxismo não se distancia de aspectos da sociedade capitalista, como a ciência e a tecnologia, tidos como contribuição histórica do capitalismo ao desenvolvimento das sociedades humanas, levando o marxismo à impossibilidade de pensar um mundo alternativo à sociedade tecnológica e produtivista (LANDER, 2008, p. 11). Em *Contribución a la crítica del marxismo realmente existente: verdad, ciencia y tecnologia* Lander declara:

> Apesar da sua profundidade e radicalidade, a crítica marxista do mundo do capital – por assumir fundamentalmente a noção de Progresso, a ideia de que a civilização do Ocidente é a expressão máxima do poder criativo do homem, ao assumir que a sociedade europeia representa o ponto mais alto do inexorável processo de desdobramento das leis da história – não foi capaz de se distanciar da relação com esta opção cultural particular representada pelo Ocidente e pelo capitalismo. Ele assumiu a sociedade capitalista como uma inevitabilidade histórica e como um passo histórico progressista na direção da libertação e da felicidade humana[1].

(LANDER, 2008, p. 11)[2]

Adicionalmente, Lander alega que a fonte das proposições teóricas centrais de Marx seria a filosofia da história, pois propõe um proletariado revolucionário, classe universal portadora do futuro (LANDER, 2006, p. 219). Além disso, oporia à lógica redutora do capital a lógica igualmente redutora da revolução e a racionalização progressista e universalizante da vida e dos valores proletários (LANDER, 2008, p. 11). Em Marxismo, eurocentrismo y colonialismo Lander escreve:

> O marxismo, à medida em que assume uma filosofia da história, constrói um meta-relato da história universal nitidamente eurocêntrico. A sucessão histórica dos modos de produção (sociedade sem classes, sociedade escravista, sociedade feudal, sociedade capitalista, sociedade socialista) postula um modelo de história universal, a partir de sua interpretação da história paroquial europeia[1]. (LANDER, 2006, p. 211)[3]

Para Roffinelli (2022, p. 5), Lander e outros atores decoloniais e pós-desenvolvimentistas generalizam opiniões emitidas por Marx e Engels em textos primevos, além de ignorar o enriquecimento diacrônico da teoria. A autora defende que Marx condenava o colonialismo, todavia possuía uma visão otimista do capitalismo enquanto etapa inevitável rumo à sociedade comunista, abrindo caminho para a civilização e desenvolvimento nas sociedades não-europeias – processo, acreditava, que se daria "à imagem e semelhança" da Europa Ocidental (ROFFINELLI, 2022, p. 4). Efetivamente, admite a autora, Marx e Engels exibiram uma visão evolucionista em seus primeiros trabalhos, como o Manifesto Comunista (1848), e alguns escritos sobre a China, Índia, México, e Simón Bolívar (ROFFINELLI, 2022, p. 3). Em um artigo publicado em 1848, Engels (1972, p.

[2] Tradução própria do espanhol.
[3] Tradução própria do espanhol.

183) defende que a conquista do México constituiria um progresso, dado que o país estava assolado por guerras civis e impedido de desenvolver-se. Seria de seu próprio interesse estar sob tutela dos Estados Unidos, assim como toda a América se beneficiaria do domínio estadunidense sobre o Oceano Pacífico (ENGELS, 1972, p. 183). Complementarmente, em um trecho do Manifesto que Roffinelli (2022, p. 3) define como um elogio à penetração do capital na Ásia, os autores afirmam:

> A burguesia [...] arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. (MARX e ENGELS, 2017, p. 20)

No entanto, dada a complexidade da questão colonial e à luz de novas experiências, Marx irá reexaminar asserções anteriores, progredindo para uma compreensão crítica do desenvolvimento desigual, colonialismo, imperialismo e da missão civilizadora (ROFFINELLI, 2022, p. 3). Em *Grundrisse* (1858)[4] e *O Capital* (1867) apresenta um esboço da visão de desenvolvimento desigual e multilinear, e após a experiência da Comuna de Paris (1871) concentra-se nas experiências pré-capitalistas e resistência ao capitalismo, trabalhos que, segundo Roffinelli (2022, p. 6), foram pouco investigados por seus críticos.

Para a autora, como atestado anteriormente, a visão marxista inicialmente limitada do desenvolvimento no capitalismo é justificada pelo otimismo excessivo na pronta emancipação da classe trabalhadora, sendo impossível considerá-la eurocêntrica: Roffinelli alude às ideias de superioridade do homem branco e da cultura ocidental, como

[4] A obra foi terminada em 1858 e publicada postumamente em 1941.

manifestadas na obra de Rudyard Kipling, para demonstrar o contraste entre essas teorias e o marxismo, que assenta as bases epistemológicas para a crítica ao capitalismo e ao colonialismo (ROFFINELLI, 2022, p. 7).

A autora adota a periodização indicada por Pedro Scarón (1972, p. 6-8), segundo a qual a transformação das ideias de Marx e Engels teria ocorrido em três etapas:

1) (1847-1856): Os autores manifestavam repúdio moral às atrocidades do colonialismo, todavia compreendiam a expansão colonial como etapa de transição para a sociedade sem classes a nível global;

2) (1856-1864): Marx e Engels passam a denunciar os abusos do colonialismo e defendem o direito de resistência dos povos. Não revisam claramente suas posições teóricas, apesar de admitir o desenvolvimento multilinear;

3) (1864-1883): O cenário internacional os leva a advertir problemáticas para o desenvolvimento dos povos subjugados pelo capital inglês – Irlanda e Índia –, e o desenvolvimento multilinear é pensado a partir das experiências pré-capitalistas e da comuna rural russa.

Em *Grundrisse*, escrito durante a segunda fase apontada por Scarón, Marx demonstra seu interesse pelos modos de produção pré-capitalistas e não-europeus ao introduzir o modo de produção asiático e pensar um desenvolvimento histórico multilinear – mais especificamente, em quatro vias a partir de modelos primitivos: as comunidades eslava, germânica, asiática ou peruana e antígua. Dessa forma, Marx evidencia que o desenvolvimento na Europa, Oriente e América Latina teria se dado de

maneira distinta, não havendo, portanto, uma teoria universal da evolução das sociedades (ROFFINELLI, 2022, p. 9).

Quanto à terceira etapa, foi inaugurada por estudos de regiões europeias submetidas – como a Irlanda e a Polônia –, que segundo Roffinelli (2022, p. 9) levaram Marx e Engels a discorrer acerca de povos subjugados, desenvolvimento desigual de capital e formações sociais periféricas. Ocorre também uma clara ruptura com ideias expostas no Manifesto Comunista, e o saque colonial passa a ser entendido como destrutivo: segundo Engels, o desenvolvimento irlandês teria esmorecido com a invasão inglesa, retrocedendo vários séculos (ROFFINELLI, 2022, p. 9). Paralelamente, o capitalismo inglês teria falhado em sua "missão" de assentar os fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia, e Marx irá postular a emancipação nacional do povo irlandês como condição para a liberdade dos trabalhadores ingleses, evocando a máxima de Dionisio Yupanqui: "Um povo que oprime outro povo não pode ser livre"[5] (ROFFINELLI, 2022, p. 10).

Ademais, Marx passa a considerar a possibilidade de transição direta para o socialismo em sociedades em que o capitalismo não foi plenamente implantado, como o caso da comuna russa, afirmando que a revolução é necessária, seja para passar pelo capitalismo ou diretamente para a sociedade moderna (ROFFINELLI, 2022, p. 11-13).

Conclusões

Ao final de seu artigo, Gabriela Roffinelli (2022, p. 15) conclui que Marx e Engels não elaboraram um caminho de desenvolvimento universal ou

[5] Tradução própria do espanhol.

sucessão de etapas progressivas aplicáveis à todas as sociedades, tendo pelo contrário avançado em conceitualizações acerca da heterogeneidade das formações econômico-sociais e sua integração desigual na economia mundial capitalista – apesar de essas críticas não terem sido sintetizadas em uma obra. Esses estudos integrariam uma base epistemológica, isenta de posições eurocêntricas, lineares ou evolucionistas, que abre portas para compreender: como o sistema colonial bloqueia e subordina as formações pré-capitalistas; as tendências expansivas e as leis sociais do capitalismo; o desenvolvimento desigual e combinado; e manifestações de resistência ao avanço do colonialismo e imperialismo (ROFFINELLI, 2022, p. 15 e 16).

Da mesma forma, a autora reforça que o eurocentrismo e sua crítica não podem ser desvinculados da colonização e da acumulação capitalista, cuja crítica mais radical, nos tempos modernos, foi realizada por Marx. Além disso, por não representar uma teoria estática ou dogmática, o marxismo se faz necessário para a compreensão de questões emancipatórias atuais (ROFFINELLI, 2022, p. 16). Por fim, Roffinelli conclui que "não se trata de reduzir a complexidade de uma reflexão teórica ao vertido em alguns textos canônicos"[6] (ROFFINELLI, 2022, p. 16).

Algumas das proposições da autora são passíveis de julgamento. Em primeiro lugar, Roffinelli (2022, p. 7) declara ser impossível – esta é a palavra utilizada – considerar o otimismo etapista de Marx eurocêntrico. Entretanto, com base no exposto pela autora e na periodização de Pedro Scarón (1972), fica evidente que em suas obras mais antigas Marx e Engels incorreram em ideias eurocêntricas – e que o pensamento dos colaboradores mudou ao longo dos anos, passando para o rechaço ao

[6] Tradução própria do espanhol.

colonialismo e assentamento das bases para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao mesmo tempo, ao abordar a colonização Roffinelli (2022, p. 7 e 9) utiliza exemplos predominantemente europeus – como os casos irlandês e polonês –, trazendo apenas o México como representante latino-americano. Além disso, a autora discorre muito brevemente sobre a possível passagem direta para o socialismo, ao mencionar o caso russo, problematização que seria essencial para questionar o etapismo. Enfim, a autora declara que a questão é demasiada complexa para ser reduzida "ao vertido em alguns textos canônicos" (ROFFINELLI, 2022, p. 16), todavia utiliza ao longo de seu texto trechos de cartas e até grifos como embasamento para sua defesa (ROFFINELLI, 2022, p. 14).

REFERÊNCIAS

LANDER, Edgardo. Contribución a la crítica del marxismo realmente existente: verdad, ciencia y tecnología. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2008.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo y colonialismo. In: La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100720070423/9Lander.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

MARX, Karl. Carta a la redacciónde Otiéchestviennie Zapiski. In: ARICÓ, José (org.). Escritos sobre Rusia II: El porvenir de la Comuna rusa. 1. ed.. ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1980. p. 62-65.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Friedrich Engels: La tutela de los Estados Unidos. In: SCARÓN, Pedro (org.). Materiales para la historia de América Latina. 1. ed. Córdoba: Pasado y Presente, 1972. p. 183-184.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Sundermann, 2017.

ROFFINELLI, Gabriela. Marx: La crítica radical de la modernidad capitalista frente a las inconsistencias de los estudios Decoloniales y del Posdesarrollo, in: PACHA, Revista de estúdios contemporâneos del sur Global, Vol. 3, No. 7, 2022.

SCARÓN, Pedro. A modo de introducción. In: SCARÓN, Pedro (org.). Materiales para la historia de América Latina. 1. ed. Córdoba: Pasado y Presente, 1972. p. 5-1

dossiê temático

dossiê temático:
HISTÓRIA DE CONCEITOS DE MOVIMENTO

Apresentação

João Paulo Pimenta
Universidade de São Paulo
DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p559-563

Com o triunfo da inteligência artificial e de dispositivos de distração e desinformação, a sala de aula converteu-se em lugar de enfrentamento de desafios inauditos. A generalização de comportamentos refratários ao pensamento reflexivo, crítico, solenemente silencioso e ao mesmo tempo respeitosamente compartilhado, há muito preparada pela persistente destruição global da educação como valor básico das sociedades, tem cada vez mais se aliado à aberta e descarada fraude, corolário quase que inevitável desse encontro de tempos acelerados e caóticos de uma modernidade capitalista que não cessa de se reinventar, em nome do novo, do lucrativo, do fácil e do rápido. No caso do ensino de História, lócus específico dessa situação geral, os desafios se irradiam de uma ponta a outra de todos os circuitos cruzados constituídos por seus sujeitos: alunos, professores, gestores universitários, agentes do mercado de trabalho,

famílias, a sociedade em geral. Em meio a pensamentos, ações e culturas que oferecem a concretude desses circuitos, a avaliação converteu-se em uma espécie de pesadelo, dolorosamente sonhado por desamparados e confusos estudantes, e por sobrecarregados e desconfiados professores.

As respostas mobilizadas à interrogação docente em torno dos fundamentos da prática de avaliação no ensino superior de História mostram reações das mais diversas, dentre as quais as mais inovadoras talvez sejam as que admitem abertamente o problema da fraude. Não mais na velha perspectiva moralista e individualmente condenatória que a atribuía a desvios de conduta isolados, mas na renovada visão de que vivemos, todos, em uma sociedade inclinada e até mesmo promotora do engano, da trapaça, da competição desenfreada, da antecipação de lucros e da quase certeza da escassez de dividendos. Felizmente, tem crescido o número de docentes que têm desenvolvido métodos avaliativos *a partir* de ferramentas de inteligência artificial, bem como os que promovem atividades de leitura crítica dos conteúdos históricos de ferramentas de desinformação. Bafejos de ar puro acompanhados por sons de resistência.

De nossa parte, limitamo-nos, até o momento, a observar situações didáticas favoráveis a processos avaliativos tradicionais que, com pequenos ajustes, podem escapar às trampas do nosso tempo, pelo menos a algumas delas. Um projeto piloto desenvolvido em 2017, uma das ocasiões em que lecionamos no Departamento de História da FFLCH-USP a disciplina optativa “História Social do Tempo”, partiu do indicativo de conversão da avaliação final em um artigo científico, sendo que todos os alunos que obtivessem nota máxima no julgamento do professor seriam posteriormente por ele orientados e encaminhados para publicação. Após

passarem por processos de avaliação completamente autônomos por parte de duas revistas de graduação de História – a *Hydra,* da UNIFESP, e esta mesma *Epígrafe*, do DH-USP – foram publicados 11 artigos, agrupados em dois dossiês[1]. Replicada na disciplina também optativa "História Conceitual", em 2024, tal experiência resultou em outros 18 artigos, também agrupados em dois dossiês: o primeiro, na revista *(entre)linhas*[2]; o segundo, este cuja apresentação o leitor agora lê.

O estímulo à elaboração de um trabalho final de graduação como um artigo acadêmico, e sua eventual publicação ulterior, só são possíveis em se tratando de uma atividade desenvolvida em articulação com um conteúdo didático mais ou menos específico, como é o caso de uma disciplina optativa na grade curricular da USP (certamente nas dos cursos de outras universidades também). Essa atividade é mais difícil em disciplinas obrigatórias, introdutórias, oferecidas aos discentes nos dois primeiros anos de curso, não apenas porque ela corre o risco de se transformar em uma precoce e estressante atividade para a qual eles ainda não estão devidamente preparados, mas também porque a tendência é que resulte em uma contribuição acadêmica tímida e pouco expressiva do ponto de vista da historiografia. Bons estudantes de História podem perfeitamente elaborar bons artigos científicos, desde que voltados a temas adequados ao caráter mais de especialização e menos de generalização que tal tipo de produção exige.

A elaboração de um artigo científico não oferece salvaguarda à fraude acadêmica, evidentemente; mas quando concebida no contexto

[1] https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/issue/view/652; https://revistas.usp.br/epigrafe/issue/view/10882.
[2] https://periodicos.ufop.br/entrelinhas/issue/view/464

formativo da graduação, uma vez voltada a um tema específico diretamente relacionado ao curso, e sobretudo – como foi o caso das experiências aqui mencionadas – ao contar com a supervisão continuada do professor ao longo de sua feitura, essa elaboração torna a fraude mais difícil, desestimulando-a. E como nenhuma atividade docente é isenta de erros e distorções, esta encontra uma parceria decisiva na atividade diligente das revistas acadêmicas, cujos valores e procedimentos também podem contribuir sobremaneira para a formação do estudante.

*

Que o tom sombrio destas palavras não engane o leitor: a imensa maioria dos trabalhos realizados nas duas ocasiões aqui mencionadas revelaram estudantes inteligentes, engajados, curiosos e muito bem-preparados para o futuro desempenho de suas atividades historiadoras. Por outra parte, a atividade docente se fez em meio a ambientes estimulantes e altamente recompensadores. E é por isso que chegou-se até aqui, a mais uma reunião de trabalhos finais convertidos em artigos que não terão servido somente ao aperfeiçoamento intelectual e profissional de seus autores, mas também à historiografia que os convida. E que convida também todos os demais estudantes, e não apenas de História, mas igualmente de outras disciplinas afins, que encontrarem nesta publicação alguma correspondência a seus interesses.

Se o dossiê de *(entre)linhas* reuniu contribuições genéricas em torno da História Conceitual, abordada não como expressão autônoma da Teoria da História como campo de conhecimento, mas como arcabouço metodológico a serviço de uma história teoricamente informada de

objetos dos mais variados, este de *Epígrafe* aponta para uma convergência algo específica, espontânea e não-planejada ao longo do curso que o engendrou: é que neste caso, todos os conceitos abordados como objetos primordiais dos artigos se constituíram, em alguma medida e em contextos históricos particulares, como conceitos *de movimento*. Reinhart Koselleck em muitas ocasiões se referiu a conceitos de movimento como realidades histórico-linguísticas típicas da aceleração conceitual da modernidade ocidental, para ele constituída a partir de meados do século XVIII, mas também como elaborações de outros contextos nos quais não necessariamente apontaram para passados cada vez mais distantes ou futuros potencialmente inovadores. É precisamente o que observamos nos estudos aqui reunidos: conceitos como *história, crise, produção, jogo, sacrifício* e *martírio* deram, em distintas situações, concretude a realidades em movimento plasmadas em meio à dialética básica que faz com que qualquer conceito seja, simultaneamente, sintoma dessas mesmas realidades, bem como definidoras de suas próprias possibilidades de existência.

Que o interessado neste dossiê temático desfrute de uma leitura que possa ser não apenas construtiva do ponto de vista dos conteúdos nele apresentados, mas também inspiradora pela trajetória anterior de seus excelentes autores.

DOSSIÊ

A Carta-testamento de Getúlio Vargas sob análise da História dos Conceitos

Beatriz Splicio*

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p564-585

resumo

Getúlio Vargas retornou à Presidência da República em 1951, mas o ambiente político nacional e internacional em que se cercava a nação era muito distinto daquele experimentado pelo político quando primeiro chegou ao poder, em 1930. Alimentado pelo clima de boom econômico que marcou o período pós-guerra, dois grandes projetos passaram a competir: o nacional-estatista, defendendo o fortalecimento do Estado e de suas instituições; e o liberal-conservador, que entendia o liberalismo como instrumento para a conservação da ordem social. A análise interna da carta-testamento de Vargas permite a identificação de alguns conceitos centrais, cujo uso no texto auxilia o exame dos acontecimentos extralinguísticos do período. A partir das sínteses históricas dos conceitos de *povo, sacrifício* e *liberdade* empregados pelo político no texto, observa-se a construção de uma narrativa baseada em seu projeto nacional-estatista em que o suicídio do Presidente (sacrifício) apresenta-se como a condição necessária para a libertação (liberdade) - ou seja, a garantia de justiça social - das camadas populares do Brasil (povo). Este artigo objetiva a compreensão do que estava em disputa neste atribulado período que marcou a República de 46, bem como o entendimento de que a crise de agosto de 1954 e o consequente suicídio de Getúlio Vargas, podem ser entendidos não como eventos isolados na história política brasileira, mas como episódios desta crise maior na sociedade, motivada pelo embate entre os dois projetos de modernização do Estado, que se encerrou sendo uma das principais responsáveis pelas adversidades que desembocaram no golpe civil-militar em 1964.

PALAVRAS-CHAVES: Carta-testamento; crise política; desenvolvimento nacional; Getúlio Vargas; República de 46.

* Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Email: beatriz.splicio@usp.br

A República de 46

Getúlio Vargas retornou à Presidência da República em 1951, mas o ambiente político em que se cercava a nação era muito distinto daquele experimentado pelo político quando primeiro chegou ao poder, em 1930. Com o fim do período autoritário de seu governo, o país assistiu à reorganização da sociedade brasileira e o surgimento de grupos e indivíduos, que se mobilizaram em defesa de novos projetos de Estado. A necessidade de o Brasil desenvolver-se já não era mais objeto de questionamento, embora o método pelo qual o país conseguiria superar seu atraso em relação às nações ocidentais ainda o fosse. Neste contexto, alimentado pelo boom econômico que marcou o período pós-guerra, dois grandes projetos passaram a competir: o nacional-estatista e o liberal-conservador (FERREIRA, 2011, p. 303).

O primeiro, por vezes denominado ‘getulismo’ ou ‘trabalhismo’ em análises historiográficas, tinha no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) seu principal representante e defendia um projeto de nação que valorizasse os interesses nacionais brasileiros, a partir de um fortalecimento do Estado e de suas instituições; por essa razão, foi chamado por Jorge Ferreira de nacional-estatista. Com ampla adesão de camadas populares da sociedade, ligadas principalmente ao movimento sindical e a partidos de esquerda, tinha como propósito fortalecer o capital nacional, promover a industrialização baseada em bens de capital, criar empresas estatais em setores estratégicos (como o petróleo e a energia elétrica) e promover políticas públicas que pudessem garantir a justiça social.

Do outro lado do debate político, encontrava-se o projeto liberal, interrompido 20 anos antes pela Revolução de 1930. Este, apoiado majoritariamente por grupos econômicos nacionais e estrangeiros, por parte da elite política e pelas Forças Armadas, era crítico à intervenção do Estado na economia e nas relações de trabalho, atribuindo às forças de mercado a difícil tarefa de equilibrar o sistema. Valorizando o alinhamento com os Estados Unidos da América, defendendo a abertura do país a capitais externos e altamente desconfiado de movimentos sociais e de participação democrática popular, este projeto entendia o liberalismo como instrumento para a conservação da ordem social e teve o partido de Carlos Lacerda, a União Democrática Nacional (UDN), como seu principal mobilizador. Para Jorge Ferreira, a tensão entre estes dois projetos desenvolvimentistas marcou a sociedade brasileira durante a República de 46 e foi a responsável pela crise que desembocou no golpe civil-militar de 1964.

A análise da Carta-testamento de Getúlio Vargas é, neste sentido, essencial para compreender este período da história do Brasil. A partir do exame dos conceitos aplicados pelo Presidente em seu texto (povo, sacrifício e luta), busca-se compreender como a disputa entre os dois projetos de Estado desenrolou-se em seu governo, desembocando no episódio da crise política de agosto de 1954 e compreendendo-a não como um evento isolado na história política brasileira, mas como parte desta crise maior na sociedade.

O governo Vargas (1951-1954)

A jornada eleitoral de Getúlio Vargas em 1951 foi curta: o ex-Presidente viajou por todas as capitais do país em 53 dias, munido de um programa de campanha em que prometia lutar pela independência econômica do país. Para Maria Celina D'Araújo, duas questões centrais permeavam o discurso eleitoral de Vargas: a 'questão social' e a 'questão nacional'. A primeira era vista como um reflexo e condicionante do nível de desenvolvimento econômico do país, uma vez que uma nação solidamente estruturada estaria apta a propiciar melhorias sociais para seus cidadãos, desde que a ação governamental estivesse orientada para tal. A última, a nacional, simbolizava a luta pela independência econômica do Brasil, imprescindível para que o país fosse soberano. Para a autora, ambas as questões estariam sobrepostas, já que a emancipação nacional é condição imprescindível para a emancipação dos brasileiros (D'ARAÚJO, 1992, p. 102-104).

É sintomático que, dentro dessa perspectiva, o ex-Presidente estivesse bastante preocupado com o problema do incentivo às produções industrial e agrícola, o que envolveria, também, estabelecer políticas claras em relação aos recursos minerais e ao capital estrangeiro. Esses fatores encontram-se extremamente conjugados: a agricultura deverá ser industrializada, a industrialização deverá ter como prioridade a indústria de base e os recursos naturais deverão ser explorados, tanto quanto possível, por capitais nacionais. A criação dessa infraestrutura para o desenvolvimento econômico, que colocaria o Brasil em uma nova etapa do capitalismo industrial, envolveria a redefinição das atribuições do Estado,

responsável pela implementação e gestão do projeto (D'ARAÚJO, 1992, p. 105).

A perspectiva política de Vargas, no entanto, não encontrou terreno na elite econômica, ainda rancorosa de seu primeiro mandato, e na imprensa, que explicitamente apoiava seu rival, o brigadeiro Eduardo Gomes. Para estes grupos, o retorno do ex-Presidente só poderia se justificar com o recurso da demagogia e pela manipulação de uma massa de eleitores incultos e desinformados (FERREIRA, 2011, p. 306). O apelo popular de sua figura não era o suficiente para afastar a forte oposição e, ainda que tenha conseguido retornar ao poder 'pelas mãos do povo', Vargas enfrentou condições não particularmente favoráveis para o desenvolvimento de suas promessas de campanha.

Quando assumiu sua cadeira em 1951, o Presidente herdou do governo de Eurico Dutra uma economia abalada, especialmente em razão do crescente processo inflacionário e do desequilíbrio nas contas da União. Ressalta-se que parte das propostas de Vargas partiam de críticas ao governo de Dutra, sob o argumento de que este não souber dar continuidade à obra iniciada por seu governo, nem soubera zelar pela riqueza acumulada pelo Brasil durante a guerra (D'ARAÚJO, 1992, p. 104). No exterior, a campanha dos Estados Unidos da América contra o café brasileiro e a cobrança de dívidas vencidas do Banco Mundial pressionaram ainda mais o já frágil cenário econômico. Neste sentido, as alterações na política econômica e no gabinete ministerial promovidas por Vargas tiveram caráter apenas paliativo e a economia do país continuou a se deteriorar.

No interior da nação, no entanto, ainda mais forte do que a crise econômica, encontrava-se a crise política. A oposição — em especial a UDN — que incapaz de concorrer com a aliança que elegeu Vargas e rancorosa das recorrentes derrotas nas eleições, escolheu a estratégia de desqualificar o governo para escamotear seu próprio infortúnio político, procurando apoio nas Forças Armadas e impedindo qualquer forma de aproximação do Presidente (FERREIRA, 2011, p. 306).

A forte divergência, a impossibilidade de negociar e a crescente instabilidade econômica levaram ao desgaste do governo, cujo fim teria início no fatídico atentado a Carlos Lacerda na Rua Toneleros, no Rio de Janeiro. Após fazer uma palestra em uma escola, Lacerda foi alvo de tiros que vitimaram o major Rubem Vaz, que o acompanhava. O político, um dos principais antagonistas de Vargas, atribuiu prontamente o incidente ao Presidente, iniciando uma campanha contra ele que não conseguiria ser aplacada. Para auxiliá-lo, o brigadeiro Eduardo Gomes interferiu junto às autoridades e conseguiu que a investigação do crime fosse conduzida pela Aeronáutica (FICO, 2019, p. 17).

Semanas após o tiroteio, em 22 de agosto, Vargas recebeu um documento assinado por oficiais da Marinha e do Exército que requisitava a sua renúncia; depois de uma conturbada reunião ministerial no Catete, o país foi informado, na madrugada de 23 para 24, de que o Presidente aceitara licenciar-se do cargo até a conclusão das investigações (FICO, 2019, p. 17). No dia seguinte, no entanto, o ultimato de militares para que seu afastamento do cargo se transformasse em uma renúncia por completo enterrou qualquer possibilidade de que a situação pudesse ser contornada.

Suas alternativas eram mínimas: renunciava à Presidência da República, ao custo de uma desmoralização política, ou seria deposto por um golpe militar (FERREIRA, 2011, p. 309).

O fim de seu governo, contudo, seria outro. Pela manhã, o Palácio do Catete acordou com o tiro fatal de Getúlio Vargas em seu próprio peito.

A Carta-testamento

São conhecidas quatro cópias da Carta-testamento. A primeira, encontrada por Ernâni Amaral Peixoto sob um móvel no quarto do Presidente, foi lida em transmissão ao vivo na Rádio Nacional e também na cerimônia de sepultamento; esta é a carta analisada no presente texto. Uma cópia assinada com erros de datilografia e correções e uma cópia em carbono sem assinatura e com anotações a lápis com a letra de Getúlio Vargas foram encontradas posteriormente em seu cofre pessoal. Um último exemplar teria sido entregue a João Goulart diretamente pelo Presidente, sob o pedido de que o político divulgasse o conteúdo dela no Rio Grande do Sul, ou em Buenos Aires, em caso de uma emergência.

A estrutura da Carta-testamento é complexa, já que apresenta em si variações entre a carta pessoal, o pronunciamento (declaração pública) e, como efeito da argumentação, o testamento (CATELÃO, 2014, p. 13). É indispensável adicionar à análise o modelo de divulgação do documento, visto que, desde o princípio, Getúlio Vargas desejava a divulgação pública do texto em meios de comunicação de massa, como jornais e rádios, o que levou à criação de uma organização narrativa particular, incomum entre cartas de suicídio. A designação como carta ainda é coerente, apesar de

não haver indicação de data ou lugar e não possuir assinatura ou vocativo inicial, pois, ainda assim, esses elementos são facilmente recuperáveis, tendo em vista suas condições de produção e o contexto político e histórico: trata-se de um documento pessoal, mas, ao mesmo tempo "público", escrito por um Presidente da República até então em exercício, dirigido ao povo brasileiro (RODRIGUES; NETO; PASSEGGI; MARQUESI, 2012, p. 290).

A análise interna do documento permite a identificação de algumas palavras centrais que não são apenas vocábulos, mas, como apresentado por Reinhart Koselleck, são conceitos. Isto é, ao se conectarem a outras palavras no texto, formam um sistema de significação com poder de síntese. Ao aglutinar ideias, os conceitos se transformam em fenômenos linguísticos relacionados a fenômenos não-linguísticos, capazes de, ao mesmo tempo, acompanhar e ilustrar as ideias de uma sociedade em uma determinada baliza temporal, sendo também capazes de modificar ou determinar as formas de ser dessa sociedade. Não uma palavra qualquer, mas uma especial, que, assim, seja simultaneamente produto e produtora de uma história (PIMENTA, 2024, p. 3).

O primeiro conceito identificado na carta é *povo*, o destinatário explícito do texto. Getúlio Vargas não apenas se refere diretamente a ele, utilizando pronomes como ‘‘vós’’, ‘‘convosco’’ e ‘‘vossa’’, mas estabelece também uma posição de liderança, fazendo jus ao seu epíteto de pai, e justificando o ato extremo (suicídio) em nome deste:

> Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora /... / para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de

> alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Ao conceito de *povo*, unem-se na carta os termos: braços do povo, povo brasileiro, trabalhador, humildes, grupos econômicos e financeiros internacionais, grupos internacionais, empresas estrangeiras e aves de rapina.

Sendo 'povo' uma palavra polissêmica, analisá-la é uma tarefa difícil devido a sua utilização de forma generalizada e pulverizada. O conceito de povo carrega em si duas vertentes semânticas em constante conflito: se por um lado, o povo possui um significado essencialmente político e abstrato, como entidade que detém o poder de decisão e ação políticas, é ao mesmo tempo o portador de características sociais e culturais empiricamente observáveis a que se atribuem consequências – positivas ou negativas – para a execução prática de sua vontade no mundo da política (PEREIRA, 2011, p. 2).

No dicionário político organizado por Norberto Bobbio, Paolo Colliva determinou a origem do conceito de povo como nascida no Império Romano:

> De fato, o único modo conhecido de definição da *respublica romanorum* está na fórmula dominante *Senatus populusque romanus* que exprimia, nessa aproximação não disjuntiva, os dois componentes fundamentais e permanentes da civitas romana: o Senado, ou núcleo das famílias *gentilícias* originárias representadas pelos *paires*, e o Povo, ou grupo 'dêmico' progressivamente integrado e urbanizado que passou a fazer parte do Estado com a queda da monarquia. (COLLIVA, 2008, p. 986)

Sendo posteriormente alterada com a modernidade:

> Foi só com a redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo o que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito de vida política. (COLLIVA, 2008, p. 987)

Na história política brasileira, o conceito recebeu influências da política lusitana, especialmente da era de Pombal, que procurou combater as perspectivas medievais que viam no povo o fundamento do poder do rei, a base do corpo social, concepção que poderia dar ensejo a pontos de vista revolucionários, especialmente, a ideia de retorno da soberania aos povos em caso de despotismo. No lugar dessas conceituações do povo, o despotismo ilustrado pombalino trouxe a noção do povo como realidade natural a ser estudada, disciplinada e tutelada pelo estado monárquico (PEREIRA, 2011, p. 6).

No século XVIII, há um aprofundamento do olhar histórico sobre o povo. O conceito recebeu novos contornos em razão das críticas ao Império, influenciadas pelos ideais evolucionistas e cientificistas. Para a nova geração de críticos do Império, era preciso inserir o Brasil na marcha da modernização, para tanto, era preciso conhecer o povo do Brasil, suas características culturais, raciais e sociais, suas potencialidades e limitações através de investigações detalhadas (PEREIRA, 2011, p. 8).

No texto de Vargas, o povo não representa a sociedade brasileira em sua integridade, mas sim as camadas populares que apoiavam seu governo e foram o objeto de suas políticas sociais. Tal análise se fortalece a partir da observação do segundo destinatário do texto: as ‘forças e interesses contra o povo’, ou seja, aqueles identificados com o liberalismo conservador que marcou parte do discurso político brasileiro durante a

República de 46. A abertura da carta já estabelece o relacionamento tenso entre este grupo e Vargas:

> Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

A referência a este interlocutor atua como um anti-conceito em oposição ao conceito de povo, reforçando sua importância para a narrativa. Ao criar esta distinção, a Carta-testamento deixa claro que o suicídio deveria ser entendido como denúncia de que grupos econômicos internacionais haviam se unido a grupos nacionais para impedir a aplicação da legislação trabalhista e o avanço do projeto desenvolvimentista (NICOLA, 2016, p. 106).

Observa-se, então, o segundo aspecto da estrutura da carta: o testamentário. A narrativa criada por Getúlio Vargas em seu primeiro mandato levou a uma construção ideológica de seu governo e de sua persona em que os benefícios (salário mínimo, CLT, etc.) e os ideias (justiça, solidariedade, etc.) não se apresentavam como conquistas populares, mas, ao contrário, eram difundidos e interpretados, na época, como doações ao povo, como resultado de ações pessoais de Getúlio (RODRIGUES; NETO; PASSEGGI; MARQUESI, 2012, p. 294). Tal objetivo explicita-se no segundo parágrafo:

> Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha

> subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho.''. Uma vez que estas conquistas não se originaram de um movimento orgânico da sociedade, mas sim foram entregues ao povo pelo presidente, se este deixasse o governo, todas as benfeitorias realizadas correriam perigo. Apenas sua morte poderia garanti-las: ''Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.''. Seu suicídio assume, então, o caráter de sacrifício, o segundo conceito de seu texto. Junto a ele aparecem: defender, ação, destino, revolução, lutador, luta, resistência, vitória e História.

O sacrifício caracteriza-se como um rito religioso no qual um objeto, usualmente um ser vivo, é oferecido a uma divindade para estabelecer, manter ou restaurar a relação entre o mundano e o sagrado. O termo sacrifício deriva do latim *sacrificium*, que é uma combinação das palavras *sacer*, que significa algo separado do secular ou profano para o uso de poderes sobrenaturais, e *facere*, que significa "fazer" (BRITANNICA, 1999, p. 1). Segundo o *Oxford Dictionary of the Christian Church*, durante a eucaristia, Jesus teria definido sua morte como um sacrifício e, posteriormente, os escritos religiosos desenvolveriam esta ideia do caráter sacrificial de sua morte, justificando-o por duas razões: a voluntariedade da morte e o infinito valor moral da vítima.

A esta ideia liga-se o percurso semântico religioso do texto, que se entrelaça com o percurso político já exposto acima (povo vs. forças e interesses contra o povo). O Presidente apresenta a situação crítica herdada do governo anterior e a suposta perseguição política que o impedia de resolvê-la, respectivamente:

> Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho.

> Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

E,

> A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Vargas, então, denuncia sua 'crucificação' na mão de seus inimigos, ao mesmo tempo em que defende seu sacrifício em nome do povo brasileiro (MELLO, 2011, p. 163). Neste sentido, o trecho final da carta é exemplar:

> E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

As quatro imagens levantadas pelo narrador: a salvação pela morte, o sacrifício pelo povo, o perdão aos inimigos e a ressurreição (MELLO, 2011, p. 164), objetivam a comparação entre Getúlio Vargas e Jesus Cristo; ao impedir o retrocesso de políticas nacional-estatistas, como a CLT e a Petrobras, a morte de Getúlio Vargas salvaria os humildes trabalhadores, da mesma maneira que, dois milênios antes, Cristo teria salvado os cristãos.

Conectado aos conceitos de *povo* e *sacrifício* encontra-se o terceiro conceito do texto, a *liberdade*; que se liga aos termos: regime de liberdade social, liberdade nacional, livre, independente, vitória, escravo, espoliação, domínio e liberto. Na narrativa de Getúlio Vargas, a libertação apresenta-se como o resultado do sacrifício realizado pelo Presidente em nome do povo.

O uso de liberdade no ambiente político ocidental data do mundo antigo, tendo suas origens no latim "*libertas*" e no grego "*eleutheria*", sendo um conceito de especial relevância nos escritos de Platão e Aristóteles. Para o primeiro, a liberdade significava a capacidade de autogoverno e autodeterminação, podendo os indivíduos livres conduzirem-se de acordo com a razão e a virtude. Para Aristóteles, no entanto, ela significava a capacidade de agir de acordo com a razão, exercendo virtudes que levassem ao bem-estar, para ele era menos uma questão de escolha e sim de discernimento e excelência moral.

Neste período, o conceito estava associado inerentemente à escravidão, sendo considerado portador de liberdade aquele indivíduo que não fosse restringido pelas amarras de ser escravizado. No século XIX, no entanto, o intelectual francês Benjamin Constant refletiu sobre a mudança no conceito da antiguidade para o presente; o autor fez uma análise comparativa entre os dois modelos propostos, pela qual ele descobre que a liberdade dos antigos diz respeito à esfera pública, combinada com uma quase escravidão na esfera privada, enquanto a liberdade dos modernos é restrita à liberdade na vida privada, significativamente impulsionada pelo desenvolvimento do comércio, que inspira amor à liberdade individual (CÂMARA, MATTEI, 2021, p. 8).

O caminho seguido pela "liberdade" nas sociedades ocidentais conhecidas indica que ela começou como liberdade política, favorecendo valores públicos contra privados, e evoluiu para uma ampla liberdade privada e individual na modernidade. De uma visão liberal de forte liberdade individual contra o estado, a liberdade se estendeu mais tarde para abraçar a igualdade em seu cerne, considerando a natureza social do homem e como resultado da própria lógica das ações dos indivíduos em defesa de seus direitos, integrando os direitos de liberdade dos grupos no conceito de liberdade (CÂMARA, MATTEI, 2021, p. 21).

Sob a ótica de Vargas, antes de sua presidência, o país e os trabalhadores encontravam-se presos em relações de exploração, tanto a exploração direta de um chefe ao seu funcionário, quanto a exploração de empresas estrangeiras a recursos brasileiros.

O Presidente colocou-se ao lado povo na carta, ainda que suas políticas apresentassem um caráter ambíguo de apoio tanto à classe trabalhadora, quanto ao empresariado:

> Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação.

A saída de tal situação traduziu-se no programa desenvolvimentista do Presidente, identificado com o projeto de Estado nacional-estatista, justamente por defender o desenvolvimento a partir de um Estado forte, que privilegiasse o capital nacional, tanto público, quanto privado, e mantivesse as políticas de justiça social. Dessa maneira, a conceitualização

de Vargas da liberdade se encaixaria na perspectiva moderna do conceito explicitada acima, uma vez que, ao suicidar-se, o Presidente atuaria em nome dos direitos do povo.

O político atribui a seu suicídio a permanência de suas políticas de justiça social e, em certa medida, não errou. A grande comoção pública consequente à sua morte paralisou o país, com os efeitos sentidos especialmente no Rio de Janeiro, onde jornais foram queimados, prédios foram invadidos e greves foram decretadas. A reação da opinião pública, que vinha sendo meticulosamente preparada para a aceitação de uma solução para a crise, o que implicaria a saída de Vargas do poder, foi além dos lamentos pela morte do Presidente (DANTAS, 2014, p. 6). Portanto, se o suicídio de Getúlio Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar.

O desaparecimento de Getúlio Vargas nas circunstâncias em que se deu teve o efeito imediato de revitalizar o populismo getulista, que substituiu e se fortaleceu sem a presença de seu líder; do ponto de vista partidário, significou o fortalecimento da aliança PSD-PTB — partidos favoráveis ao Presidente — em contraposição à UDN (D''ARAÚJO, 1992, p. 142).

Para esta perspectiva historiográfica, o movimento golpista, cujo objetivo era afastar Vargas do poder, não podendo mais o combater, passa a buscar impedir a volta do getulismo e o controle de outros políticos identificados com o programa nacional-estatista. O ato súbito, no entanto, teria atrasado em alguns anos qualquer tentativa brusca de se alterar o governo, devido ao terreno sensível que se estabeleceu, alimentado pelo

descontentamento da população com a oposição, que fora imediatamente culpada pela morte. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar (FERREIRA, 2011, p. 315).

Conclusão

O retorno de Vargas à presidência da república em 1951, circunscreveu-se por um contexto político muito distinto daquele experimentado pelo político durante as décadas de 1930 e 1940. O fim do autoritarismo de seu governo permitiu o surgimento de um ambiente político mais plural, efervescente com a organização de grupos e indivíduos antes excluídos do processo democrático, que passaram a mobilizar-se por novos projetos de Estado. A iminência do atraso tecnológico brasileiro pela sociedade, agravado pelo clima de euforia industrializante que marcou o ocidente no período pós-guerra, levou ao surgimento de dois grandes projetos: o nacional-estatista, defendendo o fortalecimento do Estado e de suas instituições; e o liberal-conservador, que entendia o liberalismo como instrumento para a conservação da ordem social.

Ao assumir sua cadeira na presidência, Vargas não ficaria imune a esta disputa maior na sociedade brasileira, o que acabaria por limitar sua atuação política. Herdeiro de uma economia abalada, alvo de uma forte divergência com a oposição e com as forças militares e impossibilitado de negociar, seu governo desgastou-se.

A crise política decorrente do atentado na rua Toneleros se tornou o golpe fatal. Quando teve sua posição como Presidente ameaçada pelas Forças Armadas, Getúlio Vargas identificou como alternativas para si a desmoralização política de uma renúncia ou a desmoralização política de uma deposição por golpe de Estado. Sua escolha, no entanto, foi pela terceira via, o suicídio.

A análise da carta de suicídio de Vargas a partir dos conceitos empregados — *povo*, *sacrifício* e *liberdade* — permite observar a interação entre as categorias meta-históricas de espaço de experiências e horizonte de expectativas que possibilitam a dinâmica histórica. Ao criar a narrativa de que a libertação se apresentava como o resultado do sacrifício realizado pelo Presidente em nome do povo, Getúlio expressava as disputas políticas que marcaram o cenário político brasileiro durante seu governo e perdurariam ainda por uma década.

A partir de dois percursos semânticos — um religioso e um político — o Presidente denunciou sua ‘‘crucificação’’ nas mãos de seus inimigos, as ‘‘forças e interesses contra o povo’’, ou seja, a oposição política que defendia um projeto de modernização do Estado com bases liberais; buscando justificar o ato de suicídio como um sacrifício para a liberdade do povo. A retórica cristã é forte e a retórica política de tutela dos cidadãos — já utilizada por Vargas durante seu primeiro governo autoritário —, também o é. A necessidade de controlar os cidadãos era observada em ambos os campos do jogo político, sendo utilizada tanto pelo presidente, quanto por sua oposição, justamente devido ao aumento significativo da

massa eleitoral da década de 40, motivando um conservadorismo da oligarquia política, da qual Vargas fazia parte.

O povo, para o Presidente, referia-se apenas às camadas populares da sociedade, pois, sob sua ótica, antes de sua presidência, o país e os trabalhadores encontravam-se presos em relações de exploração. O retorno a tal situação, nos anos 1950 era iminente para Getúlio Vargas, sendo a única possibilidade de saída visualizada pelo político a adesão nacional à seu programa desenvolvimentista, justamente por este defender o desenvolvimento a partir de um Estado forte, que privilegiasse o capital nacional, tanto público, quanto privado, e mantivesse as políticas de justiça social.

Seu suicídio era, portanto, um sacrifício, na medida em que Vargas — sob a ótica do cristianismo em que o político compreende suas ações — era uma vítima de exímio caráter moral que se voluntariava no lugar do povo, já que este era incapaz de sozinho defender seu projeto de Estado — mais uma vez retornando à narrativa de tutela da população. A liberdade para o político era, por fim, menos a capacidade da população de escolher seus representantes e traçar seu caminho, e mais uma tarefa da classe política que deveria ser dada como um presente ao povo. Não à toa, Vargas compreendia seu suicídio como o único responsável pela manutenção das políticas de justiça social.

Uma vez que Getúlio Vargas não se encontrava mais na presidência, a oposição, cujo objetivo era afastar Vargas do poder, não podendo mais combatê-lo, passa a movimentar-se de maneira a isolar e reprimir outras figuras políticas que se identificavam com o programa nacional-estatista.

Embora o suicídio tivesse sido capaz de atrasar qualquer tentativa brusca de se alterar o governo, devido ao clima sensível estabelecido, a disputa pelo modelo de modernização a ser aplicado no país persistiria; tendo como ato final, o golpe civil-militar em 1964, que selou a vitória do modelo liberal-conservador aplicado pelo regime militar durante as décadas de 1970 e 1980.

Desta forma, a crise de agosto de 1954 e o consequente suicídio de Vargas, podem ser entendidas não como eventos isolados na história política brasileira, mas como episódios desta crise maior na sociedade, motivada pelo embate entre os dois projetos de Estado. A análise da Carta-testamento e dos conceitos empregados nela por Getúlio Vargas — *povo*, *sacrifício* e *liberdade* — permitiram a compreensão do que estava em disputa nesta crise que marcou a República de 46 e foi a principal responsável pelas tribulações que desembocaram no regime militar que governou o país até a década de 1980.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes; MATTEI, Júlia. From the ancients, to moderns and contemporary: redefining the concept of liberty according to the Ecological State. Seqüência. Florianópolis, Vol.42, n. 89, 2021. Disponível em: DOI https://doi.org/10.5007/2177-7055.2021.e74539. Acesso em 29 de novembro de 2024.

CATELÃO, Evandro de Melo. Revelando motivos: análise retórica da Carta-testamento de Getúlio Vargas. Revista de Letras. Vol.16, n. 19, jul./dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2715

COLLIVA, Paolo. POVO. In: Dicionário de conceitos políticos. Brasília: Editora da UNB, 2008.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 80, p. 59–74, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79683. Acesso em: 29 nov. 2024.

D'ARAUJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90).

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (Vol. 3): Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 - Terceira república (1945-1964). São Paulo. Civilização brasileira, 2019.

FICO, Carlos. História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019. 160p.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. São Paulo. Ponteio, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

MELLO, R. de. Formação discursivo-ideológica e condições de produção na «Carta-Testamento» de Getúlio Vargas. Caligrama: Revista de Estudos Românicos, [S. l.], v. 7, p. 161–171, 2011. DOI: 10.17851/2238-3824.7.161-171. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/29888. Acesso em: 11 out. 2024.

NICOLA, Nilton Cesar. Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas: uma abordagem inter/transdisciplinar. 2016. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-16082016-105843. Acesso em: 2024-10-11.

PEREIRA, Luisa Rauter. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Acesso em 11 out 2024.

PIMENTA, João Paulo Garrido; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito, um conceito na história. Revista de História, São Paulo, n. 178, p. 1–25, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.144249. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/144249 . Acesso em: 25 nov. 2024.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; NETO, João Gomes da Silva; PASSEGGI, Luís; MARQUESI, Sueli Cristina. A Carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. Revista Filologia e Linguística Portuguesa. nº. 14(2), p. 285-307, 2012.

SACRIFICE. In: Encyclopedia Britannica, 2022. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/sacrifice-religion. Acesso em 27 nov. 2024.

OPPENHEIM, Felix. LIBERDADE. In: Dicionário de conceitos políticos. Brasília: Editora da UNB, 2008.

DOSSIÊ

A Farroupilha e o "espírito da caudilhagem": o conceito de "caudilho" em *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe (1879–1881)*

Carlos Eduardo Sant'Anna da Silva Porto**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p586-619

resumo

Guerra-civil do Rio Grande do Sul é uma obra de 1880 publicada na Revista do IHGB por Tristão de Alencar Araripe, homem de grande destaque no cenário político do Segundo Reinado. Longe do tom laudatório que marcou a escrita da história da Revolução Farroupilha posteriormente, esta "memória" descreve o episódio enquanto uma rebelião movida pelo egoísmo de alguns poucos "caudilhos" e responsável por fragmentar a Nação brasileira. O presente artigo, sob o prisma da História Conceitual, tem como objetivo analisar ao que exatamente Araripe se referia quando utilizava a denominação "caudilho" em seu texto e demonstrar a centralidade que este vocábulo, aqui entendido enquanto conceito, possui em sua narrativa. Além disso, daremos destaque também para as oposições conceituais construídas pelo autor, que estruturam seu argumento e que se relacionam profundamente com o conceito que analisamos. Nossa hipótese passa por duas questões centrais: em primeiro lugar, a conceitualização de caudilho enquanto um chefe local poderoso, mas desprovido de princípios políticos, de maneira similar a como ele foi mobilizado na América Hispânica, contribuía para a deslegitimação da experiência republicana rio-grandense. Em segundo lugar, este conceito se relacionava à imagem negativa que as elites imperiais desenvolveram, desde a Independência, das repúblicas vizinhas, tidas enquanto sociedades "caudilhescas" e cujo modelo parecia, para Araripe, perigosamente próximo do que ocorrera no governo instituído pelos farrapos.

PALAVRAS-CHAVES: Tristão de Alencar Araripe; caudilho; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Revolução Farroupilha; História Conceitual.

* Agradeço a Beatriz Cristine Honrado, Filipe Correa Figueiredo, Júlia Rovida de Oliveira Ramos e Kaio Brandão de Moura pela leitura atenciosa das primeiras versões deste trabalho. A pesquisa que deu origem a este artigo, *Uma fronteira de grande mobilidade: conexões entre farrapos e líderes platinos na Coleção Alfredo Varela (1835-1845)*, foi realizada sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Goyena da Silveira Soares e contou com financiamento da FAPESP (Processo: 2024/02683-2).

** Bacharel em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: cessp@usp.br.

A Farroupilha e o "espírito da caudilhagem": o conceito de "caudilho" em *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe (1879–1881)

Carlos Eduardo Sant'Anna da Silva Porto

Introdução

A Revolução Farroupilha (1835–1845) foi o mais longevo conflito civil a eclodir no país a partir do Período Regencial (1831–1840). O movimento opôs setores da elite do Rio Grande do Sul, principalmente os militarizados proprietários da fronteira sudoeste, aos presidentes de província impostos pelo governo central. Com a continuidade dos combates, uma parcela dos rebeldes proclamou em 1836 a República Rio-Grandense, que perdurou até os tratados de paz de 1845. Apesar de derrotado, o conflito foi revalorizado e transformado em um símbolo definidor da identidade rio-grandense algum tempo depois de seu fim. Essa releitura começou a se consolidar nas décadas finais do Império do Brasil, quando fortaleceram-se as demandas pela construção de um regime republicano e federalista no país. Exemplo marcante é a obra *História da República Rio-Grandense*, publicada em 1882 por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Nela, a Farroupilha era descrita como uma revolução nascida da "necessidade do estabelecimento do sistema racional da federação" (ASSIS BRASIL, 1882, p. VII) e que se voltou contra um governo central que "promovia guerras, assolava a província e sugava as suas riquezas por todos os modos" (ASSIS BRASIL, 1882, p. 42).

Imagem bastante diferente foi aquela apresentada dois anos antes por Tristão de Alencar Araripe, o primeiro a narrar de maneira sistemática a Revolta dos Farrapos. Em *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*,[1] em vez de

[1] O texto foi lido para o IHGB em 1879, publicado na revista do Instituto em 1880 (versão consultada para o presente artigo) e transformado em livro em 1881 (quando seu título sofreu uma leve alteração: *Guerra-Civil do Rio Grande no Sul*). Apesar da edição que utilizamos (ARARIPE, 1880) preservar a grafia da época, optamos, em prol da fluidez da leitura, por uma padronização ortográfica seguindo as normas atualmente vigentes.

exaltar a mais notável das revoluções do Brasil Império (ASSIS BRASIL, 1882, p. 2), Araripe chega a ridicularizar as tentativas de construir uma "intitulada república" na província (ARARIPE, 1880, p. 119); no lugar de tenazes republicanos (ASSIS BRASIL, 1882, p. 183), homens como Bento Gonçalves são pintados de maneira pejorativa como "caudilhos" (ARARIPE, 1880, p. 119). Quando observamos onde foi produzido esse discurso, as escolhas de vocabulário do autor ganham mais sentido. Araripe era um destacado quadro da elite imperial, membro do partido conservador, descrevendo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma revolta que fragmentou o país por quase dez anos. Sua interpretação, por conseguinte, era muito condizente com um homem de sua posição e se assemelhava bastante à imagem negativa que os dirigentes do Império construíram do período regencial, cuja instabilidade e ameaça à integridade apareciam como um desvio na supostamente ordeira trajetória do Brasil (BASILE, 2009, p. 55).

O contraste entre sua obra e a imagem laudatória da revolta que a intelectualidade rio-grandense buscou construir posteriormente foi objeto de vários dos comentadores do texto de Araripe. Em todos os trabalhos com que tivemos contato (SCHEIDT, 2002; ZALLA; MENEGAT, 2011; LAMB, 2012; HRUBY, 2012; RODRIGUES, 2013; BOEIRA, 2013; ANTONIOLI, 2019), os autores apontam para o uso que o autor faz do termo "caudilho" em referência aos revoltosos. Contudo, poucas linhas foram dedicadas ao significado mais aprofundado que esta palavra possui no texto, ressaltando apenas sua conotação negativa. Por sua vez, os estudos que mais se concentram na história deste importante vocábulo tiveram como recorte exclusivamente o mundo hispano-americano (GOLDMAN; SALVATORE,

2005). É a partir desse diagnóstico que parte o presente artigo, que tem como objetivo analisar os sentidos que o conceito de "caudilho" carrega no texto de Araripe e apontar que a retórica acerca do "caudilhismo" foi presente também nos debates políticos e historiográficos brasileiros naquele século.

Antes, contudo, precisamos delimitar o que entendemos enquanto *conceitos*. Eles são mais do que simples palavras, porque têm uma particular exigência de generalização e alto grau de polissemia. Além disso, são sempre articulados com outros termos — por associação ou contraposição — de modo a formar redes conceituais mais amplas (KOSELLECK, 2006, p. 108). Para a História Conceitual, a linguagem não é mero epifenômeno, ou seja, produto da realidade. Todas as ações pressupõem uma reflexão linguística, e, portanto, os conceitos também moldam a realidade social, uma vez que contêm em si muito do que pode ser pensado — e por consequência realizado — em dado momento. Assim, todo conceito diz respeito a determinada sociedade e carrega aquilo que seus sujeitos viveram (seu espaço de experiências) e aquilo que podiam vislumbrar enquanto possibilidade (seu horizonte de expectativas).[2] De tal modo, a partir de um processo de desnaturalização de nossas categorias e referenciais históricos, a História Conceitual se propõe a compreender, por intermédio da linguagem, como os agentes históricos compreendiam a si, os outros e o mundo ao seu redor (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023, p. 54–55; KOSELLECK, 2020, p. 107).

[2] Para Koselleck, "trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem" (KOSELLECK, 2006, p. 306).

Como mencionado, o conceito que analisaremos teve, para além da obra, grande relevância em meio às tensões que permearam as sociedades latino-americanas ao longo do século XIX. O termo adquiriu especial destaque na América Hispânica, sendo lá utilizado como identificação pejorativa de líderes locais e rebeldes a quem se culpava pelas constantes "convulsões internas" daqueles países (SARMIENTO, 2010, p. 49). Todavia, como atesta a obra de Araripe, o termo foi proferido também no discurso das elites imperiais, dizendo respeito, nesse contexto, também às imagens, ideias e símbolos identificados, segundo Maria Lígia Prado, às sociedades hispano-americanas,[3] frequentemente tidas no Brasil enquanto realidades "caudilhescas" (PRADO, 2002, p. 129). Assim, a conotação negativa de "caudilho" já estava amplamente disponível no mundo ibero-americano daquela época, e é dela que se valeu Araripe para deslegitimar um movimento que trazia más lembranças para aqueles indivíduos investidos na afirmação, consolidação e preservação de um determinado projeto de Estado brasileiro. Marcadamente, a acusação de "caudilhagem" que nosso autor faz do movimento aproxima a Farroupilha do retrato pejorativo das repúblicas do Rio da Prata; além disso, retira dela qualquer significado político que não a quase fragmentação do país, resultado da busca por poder de chefes provinciais. Nesse sentido, o uso deste conceito revela também o que significava a escrita da História no século XIX brasileiro ao

[3] Essa imagem negativa tem origem já no período da independência. Ao longo desta fase, como lembra João Paulo Pimenta, se as repúblicas que emergiram na América Hispânica apareciam para os dirigentes da emancipação brasileira enquanto um demonstrativo da possibilidade de erguer Estados independentes no continente, delas também emergia um "espectro da desordem e da guerra civil, cujas terríveis mazelas disseminadas por quase toda a região que abrangia desde o México até o Rio da Prata passarão a se constituir num exemplo a ser evitado a todo custo pelo Brasil" (PIMENTA, 2015, p. 34).

iluminar a imbricação visceral que este ofício tinha com um delineamento específico da Nação, entendida enquanto unidade indivisível.

Tristão de Alencar Araripe, o IHGB e *Guerra-Civil no Rio Grande do Sul* (1879–1881)

Guerra-Civil do Rio Grande do Sul é considerado o primeiro texto a discutir de maneira mais sistemática a Farroupilha. Seu autor, parte de uma tradicional família cearense, era o típico "homem ilustrado" do Império do Brasil. Bacharel, formado na Faculdade de Direito de Olinda em 1845, Araripe ingressou no partido conservador em um período em que as revoltas regenciais demonstravam para este grupo o perigo que uma interpretação exaltada do liberalismo conferia à manutenção da ordem e da unidade (ANTONIOLI, 2019, p. 218). Da sua formação até o fim do Segundo Reinado, em 1891, ocupou importantes cargos em diversas regiões do país, como era de costume à elite imperial:[4] atuou como juiz, desembargador, chefe de polícia, deputado, conselheiro de Estado e também presidente em várias províncias, inclusive no Rio Grande do Sul, que governou entre 1876 e 1877.[5] Ainda, como muitos de seus colegas de trabalho, fez parte do IHGB,[6] a instância legitimadora da História à época e

[4] José Murilo de Carvalho destaca que "num país geograficamente tão diversificado e tão pouco integrado, onde pressões regionalistas se faziam sentir com frequência, a ampla circulação geográfica da liderança tinha um efeito unificador poderoso" (CARVALHO, 2023, p. 124).

[5] Apesar de ferrenho monarquista, Araripe ocupou cargos importantes também durante os primeiros anos de República. Quem aborda este momento de sua vida, articulando-o com sua escrita historiográfica, é Hruby (2012), em especial na parte III de sua tese.

[6] Ressaltamos que *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul* não foi sua única produção historiográfica. Ao contrário, o autor possui outros vários textos sobre temas da História nacional, muitos dos quais publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Hugo Hruby, sua obra se caracteriza "pela ausência de grandes sínteses ou livros volumosos", porém é "longa, intermitente, persistente, representativa e

cujos membros eram oriundos, em vasta maioria, dos altos estratos da hierarquia do Império. Os textos ali desenvolvidos, não à toa, em muito transpareciam a visão de mundo desenvolvida por esses indivíduos e, de maneira geral, procuraram pensar o Brasil a partir da unidade, da ordem e do contraste com seus conturbados vizinhos hispânicos (GUIMARÃES, 1988, p. 13). A obra que analisamos no presente artigo, escrita a partir dos documentos com que Araripe teve contato ao longo de seu governo na província rio-grandense, não foi exceção a esta regra.

O texto possui ao todo 249 páginas e é dividido em 34 capítulos. O primeiro, com título *de Observações acerca da revolução rio-grandense, e sobre os documentos a ela referentes*, contém as considerações centrais do autor sobre o episódio e a periodização por ele estabelecida em três partes: a da "sedição, em que a desobediência pedia justiça" (1835–1836), a da "rebelião", a partir da proclamação da República Rio-Grandense (1836–1842), e a da "sujeição, em que os desobedientes e os rebeldes regressam ao grêmio nacional" (1842–1845) (ARARIPE, 1880, p. 116). Como revela essa escolha, a narrativa deveria iluminar sobretudo o retorno da província ao Estado brasileiro. Com este intuito, Araripe descreve, até o capítulo 26, as origens, o desenvolvimento e a conclusão da revolta seguindo uma ordem cronológica relativamente linear. Os combates são, nesta seção, o conteúdo de maior destaque, embora o autor reserve alguns capítulos para pontuar a conjuntura política da corte, o corpo institucional

não menos contraditória, ambígua, heterogênea, porosa (sujeita à retificação)" (HRUBY, 2012, p. 34). Entre seus trabalhos mais marcantes, destacamos *História da província do Ceará* (ARARIPE, 2002, [1867]), *Indicações sobre a História Nacional* (ARARIPE, 1895) e *História da Revolução em Pernambuco em 1817* (ARARIPE, 1897), os dois últimos publicados no periódico do IHGB.

montado pelos rebeldes e a vida cotidiana na província. Apesar de afirmar o contrário, Araripe claramente toma um lado: a legalidade, "questão basilar que perpassou, ou melhor, amarrou a narrativa" (HRUBY, 2012, p. 156). Não à toa, a maioria do texto tem como foco os fracassos e sucessos do governo legal de Porto Alegre em conter a rebelião, com ênfase na atuação do então Barão de Caxias, que conseguiu pacificar a província. Por fim, os últimos capítulos são reservados para algumas pontuações finais acerca da revolta e para tabelas sobre seus principais marcos e eventos.

Cumprindo uma das diretrizes fundamentais do IHGB, uma longa seção constituída apenas de fontes relativas ao episódio também foi publicada nas páginas da revista. A narrativa que Araripe faz da revolta, centro de nossa análise, era apresentada somente como uma "sucinta narração dos fatos principais da revolução rio-grandense, mostrando a concatenação e marcha dos acontecimentos" (ARARIPE, 1880, p. 131) antes que fossem apresentados os documentos. Por isso, o autor optou por intitular seu texto de "memória", porque, em sua concepção, não havia chegado o tempo de escrever precisamente uma "história" da Farroupilha. Apesar dos mais de quarenta anos que a separavam da obra analisada, a revolta ainda era objeto de fortes opiniões entre os homens que dirigiam o Império, bem como entre os rio-grandenses que se envolveram, dos dois lados, no conflito fratricida (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 52). Assim, na interpretação do cearense, não teria ocorrido ainda o "remanso das paixões" para que o "escritor, como juiz imparcial" pudesse "expender a verdade sem preterir considerações individuais" (ARARIPE, 1880, p. 127). O gênero "história", portanto, seria um juízo definitivo e verdadeiro (portanto inconteste) dos fatos, realizada por um indivíduo imparcial; uma

"memória", por sua vez, seria uma simples narração preliminar,[7] somente "montagem do processo" que posteriormente julgaria um evento ou personagem.[8] Nesse sentido, frente a um objeto possivelmente problemático e em disputa, a escolha do título "memória" conferia duas vantagens a Araripe: primeiro um "subterfúgio que contornava a interdição à história de períodos recentes"; segundo, "uma escrita que, justamente devido a seu caráter preparatório, concedia ao autor um espaço seguro para propor juízos que, posteriormente, poderiam ser revisados" (ANTONIOLLI, 2019, p. 226). De todo modo, podemos nos perguntar: se haviam tantas ressalvas a uma escrita sobre a Farroupilha, porque abordá-la em uma "memória" e preparar o terreno para a futura escrita de sua "história"? O momento que o historiador vivia nos sugere algumas respostas.

A Crise do Império (1870–1889) foi produto, entre outras coisas, da emergência de uma série de movimentos políticos e intelectuais que se opuseram ao regime monárquico (ALONSO, 2002). A partir de 1870, o republicanismo ganhou a adesão de vários setores do país e foi defendido arduamente em manifestos, panfletos, periódicos e livros historiográficos. Além de proporem um futuro diferente, os grupos republicanos dessa

[7] Inclusive, o final do texto ressalta que poderiam existir nele enganos, erros ou lacunas, passíveis de correção por aqueles melhores "cientes dos fatos" (ARARIPE, 1880, p. 360).

[8] Nesse sentido, a concepção que o autor possuía de "História" estava em consonância com o sentido que este conceito adquiriu ao longo do século XIX. Dadas as profundas transformações que ocorreram a partir deste momento, em ritmo mais acelerado que nunca, muitos testemunhos passaram a fazer referência à incapacidade de se compreender plenamente os desenvolvimentos políticos que ocorriam na contemporaneidade. Por conseguinte, o historiador só poderia ter consciência efetiva do que ocorreu caso estivesse distante temporalmente do passado que tomava como objeto (KOSELLECK, 2006, p. 290).

época se propuseram a fazer também releituras do passado nacional. Entre os eventos históricos que ganharam novo sentido em seus textos, destacam-se as revoltas regenciais (em especial a Farroupilha), que passaram a ser mobilizadas como "revoluções do passado" e evidências de que o Brasil possuía uma tendência ao sistema federalista e republicano (ANTONIOLLI, 2020, p. 61). Para homens da geração de Araripe, contudo, o período regencial e seus conflitos civis significaram, como vimos, somente a temida possibilidade de que a nação se fragmentasse, tópico especialmente sensível em um período em que a Guerra de Secessão dos EUA reacendeu nas elites brasileiras o temor em relação a um conflito civil.[9] Portanto, a escrita de sua obra almejava revisitar (mesmo que de maneira preliminar) a revolta rio-grandense para se contrapor às propagandas republicanas que resgataram sua memória e, de tal modo, relembrar o perigo que este episódio representou à nação e reforçar a "vantagem da nossa integridade territorial" (ARARIPE, 1880, p. 319).

Contudo, a iniciativa pioneira do cearense de escrever a História da Farroupilha não seria muito comemorada no Rio Grande do Sul, onde críticas contundentes foram feitas ao tom "legalista" da obra. Karl Von Koseritz, por exemplo, apesar de "reconhecer o serviço que o Sr. conselheiro Araripe prestou à história da província", escreveu na *Gazeta de Porto Alegre* que a obra "deveria ter sido escrita por um rio-grandense", fato que a levaria a apresentar juízos radicalmente distintos (KOSERITZ,

[9] Como lembra Ricardo Salles, a Guerra de Secesão dos Estados Unidos fez com que as elites imperiais temessem que os dissensos sobre o destino da escravidão produzissem no Brasil o mesmo resultado que no país norte-americano (SALLES, 2009). Este conflito civil foi inclusive mencionado por Araripe na obra e seu desfecho, a reintegração dos estados pela União, utilizado como exemplo para demonstrar o erro cometido pelos rebeldes separatistas do Rio Grande do Sul (ARARIPE, 1880, p. 317).

1881 *apud* ANTONIOLI, 2019, p. 230). Assis Brasil, de modo similar, também congratulou a "excelente monografia do sr. desembargador Araripe", mas destacou que guardava "fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão de alguns fatos" (ASSIS BRASIL, 1882). Essa reação deveu-se ao fato de que Tristão de Alencar Araripe, apesar de afirmar que evitaria "considerações morais e pessoais" (ARARIPE, 1880, p. 128), agiu no texto como um "unitário no mais puro sentido da palavra" (MARTIUS, 1991, p. 457):[10] apontou para o erro tomado pelos rio-grandenses ao proclamarem a República Rio-Grandense, questionou os princípios e motivações de suas lideranças e celebrou a atuação de Caxias na repressão ao movimento. Seu compromisso com a preservação do Estado, constituinte da elite política da qual fazia parte; os medos de guerra-civil advindos do exemplo norte-americano; o vínculo visceral que existia, à época, entre História e Nação, todos os elementos convergiram em uma leitura particularmente negativa de um dos mais espinhosos eventos de nosso processo de constituição nacional.

Em meio a essa controversa interpretação, de muitas implicações para os debates historiográficos rio-grandenses, queremos destacar uma palavra de frequente uso ao longo daquelas 249 páginas: "caudilho". É justamente em torno deste conceito que Araripe estruturou sua visão da Farroupilha e de suas lideranças. Por conseguinte, foi também contra este conceito que lutaram os historiadores gaúchos no final do XIX e início do século XX, para quem importava, acima de tudo, "limpar a imagem dos

[10] Era assim que Carl Von Martius apontou que deveria se portar o historiador no clássico ensaio *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado originalmente na Revista do IHGB em 1845.

guerreiros sulinos, afastando deles a pecha de caudilhismo" (RODRIGUES, 2013, p. 173). Novamente, a iniciativa historiográfica de Assis Brasil, escrita em resposta à de Araripe, é particularmente exemplar nesse quesito. Narrando a proclamação da República Rio-Grandense, realizada por Antônio de Souza Neto em 11 de setembro de 1836, o autor afirmava:

> Acusa-se Neto de arvorar-se em árbitro da vontade da população inteira. Mas não pode haver acusação mais banal. Toda iniciativa há de partir de algum ponto. Não foi também o seu brado um rasgo de militarismo ou de *caudilhagem*. Neto e os que o cercavam eram cidadãos armados; não eram soldados. Não era Neto um aventureiro, mas um cidadão respeitável, ordeiro e calmo, rico e independente. Acusam-no de erro: é outra questão, que pode ser discutida e resolvida. Mas é preciso que de uma vez para sempre se varram do terreno da história mesquinhas insinuações malignas, que deslustram-lhe a soberana majestade. (ASSIS BRASIL, 1882, p. 164, grifos nossos)

Quando Assis Brasil afirma que Neto e seus companheiros não eram "soldados", mas "cidadãos armados" (e também respeitáveis, ordeiros, calmos, ricos e independentes), ele dialogava com aqueles (inclusive, Araripe) que acusavam a ação do líder rebelde como um "rasgo de militarismo e caudilhagem". Acusações estas que eram feitas com o intuito de deslegitimar a revolta, de imputar que o republicanismo nela gestado teria sido uma ação aventureira de poucos e não uma "vontade da população inteira". De tal modo, podemos inferir do trecho algumas coisas. Primeiro, que "caudilhagem", próximo de "militarismo", possuía um sentido particularmente pejorativo nesse contexto e era utilizado como uma "insinuação maligna" à qual o autor pretendia varrer do "terreno da história" para limpar a memória do evento.[11] Segundo, que a imagem

[11] A tentativa de construir uma memória positiva da Revolução Farroupilha a partir do afastamento da pecha de "caudilhismo" feita aos seus líderes também é visível em uma palestra de Aurélio Porto no IHGB-RS em 1929, posteriormente publicada na revista da

negativa que foi construída no Segundo Reinado em relação à Farroupilha, inclusive pela "memória" de Araripe, estruturava-se, entre outras coisas, a partir dessa concepção desfavorável do conceito de "caudilho". É ele, então, que examinaremos na próxima seção, de modo a entender melhor seus significados e usos em *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul*.

O conceito de caudilho no século XIX ibero-americano

Entendemos, portanto, que apesar dos significados dos conceitos que analisamos serem sempre muito próprios de determinado autor e, ainda mais frequente, de determinada fonte, existe sempre um grau de compartilhamento semântico que torna a linguagem, enquanto fenômeno transindividual, possível (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023, p. 58). Em outras palavras, um determinado conceito pode guardar "experiências muitas vezes antiquíssimas, que tanto enriquecem como delimitam" sua força expressiva (KOSELLECK, 2020, p. 108). Assim, quando Tristão de Alencar Araripe fazia uso do termo "caudilho" para designar os líderes da Farroupilha, ele trazia para seu texto as muitas camadas de sentido, de experiência e de expectativa que se acumulavam ao redor nesse importante vocábulo político ao longo do século XIX ibero-americano. Camadas estas, finalmente, que reforçavam a imagem negativa de um

instituição. Tratava-se de um momento em que os historiadores da região preparavam-se para o centenário deste episódio, que ocorreria em 1935, e para a construção de um "monumento definitivo" para o "culto supremo dos Heróis que passaram" (PORTO, 1929, p. 371). Em consonância com este objetivo, o autor ressaltava que, apesar do Rio Grande do Sul apresentar muitas semelhanças com os países vizinhos, havia uma diferença histórica de destaque: na América Espanhola, "a liberdade [independência] resultou em desordem", isto é, no mando de uma série de "caudilhos"; na província rio-grandense, ao contrário, a independência e as "promessas constitucionais" teriam-na ligada ainda mais com o Brasil, elemento central que influiu para o "fato de não terem vingado na terra gaúcha as sementes do *caudilhismo*" (PORTO, 1929, p. 378–379, grifo nosso).

grupo de rebeldes acusado pelo autor de dar à "província do Rio-grande do Sul dias de perturbação" (ARARIPE, 1880, p. 115).

A palavra "caudilho", como utilizada em *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul*, se originou da palavra castelhana *caudillo*. Esta, por sua vez, deriva do latim *capitellum,* diminutivo de *caput* (cabeça), que remonta à península ibérica medieval, onde era associado a importantes guerreiros e chefes (cabeças) de bando.[12] Como atestam alguns dicionários de língua portuguesa da época, esse sentido foi preservado no século XIX, embora a palavra tenha passado a se referir também a líderes de facções partidárias.[13] Nesse momento, no entanto, a palavra adquiriu um marcante tom depreciativo ao ser manipulada nos debates políticos como sinônimo de autoridades militarizadas, localistas, demagógicas e rebeldes (JOCKYMAN ROITHMANN, 2015, p. 5), exatamente como fez Araripe. Essa transformação acompanhou o conturbado processo de constituição dos Estados independentes na América Latina, em especial na Região Platina, onde prolongados conflitos civis marcaram as trajetórias do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Via de regra, esses conflitos foram protagonizados por importantes proprietários do interior, militarizados ao longo dos processos de independência e que procuraram resguardar, pela bandeira

[12] Na *General Estoria,* projeto de uma história universal escrita a partir de 1270 por iniciativa de Alfonso X (1221–1284), a palavra aparece, em castelhano antigo, como "cabdiello" e apresenta exatamente este sentido: "cabdiellos de la guerra" (ALFONSO X, 1984, p. 83).

[13] No dicionário de Domingos Vieira, "caudilho" aparece com o significado de "Cabo de guerra, chefe de uma expedição militar" (VIEIRA, 1871, p. 148); no de Antônio de Moraes e Silva como "Cabo de guerra, chefe de tropa" ou "Guia, capitão" (SILVA, 1877, p. 428); no de Francisco Aulete como "capitão, cabo de guerra; chefe de tropas" ou, em sentido figurado, como "chefe de um partido ou facção" (AULETE, 1881, p. 303); no de Cândido de Figueiredo, como "Chefe militar. Chefe; aquele que dirige uma facção ou bando" (FIGUEIREDO, 1889, p. 398).

do federalismo, a autonomia de suas províncias frente às tentativas de construção de Estados centralizados (LYNCH, 2018).[14] Foi justamente contra essas possivelmente perigosas lideranças provinciais que o conceito foi mobilizado, em especial na retórica das elites civis daqueles países em construção.

Exemplo da transformação semântica e conotativa que sofreu o conceito nesse período é a obra *Facundo* (1845), de Domingos Faustino Sarmiento (1811–1888). O autor, um ferrenho liberal e posterior presidente da República Argentina, escreveu o texto durante a ditadura do portenho Juan Manuel de Rosas e o publicou em exílio no Chile. Neste ensaio, a partir de uma narrativa da vida de Juan Facundo Quiroga, importante liderança da província de La Rioja, Sarmiento procurou compreender o fenômeno rosista e, para tanto, realizou uma análise da sociedade argentina como um todo. Para ele, a oposição entre o mundo urbano, das luzes, e o mundo rural, marcada por relações de patronagem entre massas iletradas e lideranças gananciosas, configurava uma oposição mais ampla entre a civilização e a barbárie (SARMIENTO, 2010, p. 144). A partir deste binarismo, o conceito de "caudilho", como caracterização desses poderosos chefes regionais, a exemplo de Facundo ou Rosas, era utilizado como uma condenação moral e política e associada a uma herança arcaica, que atrasava o pleno desenvolvimento da Região do Prata (SVAMPA, 2005, p. 52).

[14] A Farroupilha, tendo expressado a indignação dos estancieiros rio-grandenses em relação aos presidentes impostos pela corte, é um exemplo evidente deste fenômeno (GUAZZELLI, 2015).

O conceito foi presente também nos debates políticos do Império brasileiro, resguardando o tom depreciativo, mas possuindo aqui contornos próprios. Como lembram vários autores, o Brasil foi pensado por suas elites, ao longo do século XIX, a partir de uma constante comparação com os países que lhe faziam fronteira (HOLANDA, 1966; PRADO, 2002; CARVALHO, 2012; PIMENTA, 2015). Nessa retórica, a opção pelo regime monárquico teria conferido ao caso brasileiro uma trajetória singular no continente, marcada pela manutenção do vasto território colonial, pela consolidação precoce de um regime civil e pelo modo pacífico com o qual suas instituições políticas teriam sido erguidas. Em contraste, o republicanismo teria provocado justamente o contrário na América Hispânica: fragmentação em pequenos países, constantes conflitos internos e dificuldade em estabelecer governos. Outro fenômeno associado aos Estados vizinhos era a emergência de líderes provinciais, supostamente responsáveis por esse caótico panorama político e nomeados, com uma conotação negativa, enquanto "caudilhos". Nesse sentido, a figura do "caudilho" aparecia enquanto a imagem síntese do "temível modelo hispânico" (HOLANDA, 1966, p. 33) e, por conseguinte, como o espelho negativo de uma elite imperial civil, "ilustrada" e empenhada na construção e consolidação do Estado brasileiro (CARVALHO, 2012, p. 283).

No entanto, se no Brasil o "caudilhismo" era lido como um fenômeno social frequentemente associado à América Hispânica, como explicar a utilização do termo em referência às lideranças rio-grandenses, a exemplo da obra de Araripe? Para tanto, é importante ressaltarmos a peculiaridade dessa elite, que se desenvolveu no ponto de fricção entre os Impérios Português e Espanhol na América e, posteriormente, entre os países que

emergiram de suas respectivas desintegrações. Apesar da cisão política, o comércio, os laços familiares, a circulação de ideias e os contatos políticos aproximavam as populações que habitavam os lados lusitano e hispânico (PIMENTA, 2015, p. 49). Mesmo após as independências, os grandes proprietários do Rio Grande do Sul mantiveram-se em pleno diálogo com aqueles das unidades políticas vizinhas. Aliás, ambas em muitos se assemelhavam, tanto por se dedicarem à pecuária, quanto por sua destacada militarização, contingência daquele conflituoso espaço fronteiriço. De maneira recorrente na primeira metade do XIX, chegaram ainda a prestar auxílios mútuos ao longo de suas revoltas. Na Farroupilha, marcadamente, os republicanos desenvolveram uma política externa cujo objetivo central era o estabelecimento de alianças com os demais governos da Região do Prata (GUAZZELLI, 2010), fator que intensificou o histórico temor das autoridades imperiais em relação às influências platinas sobre o Rio Grande do Sul (PICCOLO, 2005, p. 580). Nesse sentido, em especial durante a rebelião, foi recorrente nos debates brasileiros a comparação entre os farrapos Bento Gonçalves e Bento Manoel e lideranças hispano-americanas como Fructuoso Rivera ou Manuel Oribe, por vezes a partir do conceito de "caudilho".[15]

[15] Isso pode ser visualizado, por exemplo, nas memórias de militares legalistas que combateram na Farroupilha, como a de Rodrigo Pontes, na qual as causas da revolta eram identificadas na ambição dos "caudilhos" rio-grandenses e suas proximidade com os "caudilhos" das repúblicas hispano-americanas, "sempre agitadas e comovidas pelas sanhas dos partidos" (PONTES, 1923 [1844], p. 406). Sob argumento dessa influência platina sobre o Rio Grande do Sul, lideranças gaúchas permaneceram sendo nomeadas "caudilhos" também ao longo do século XX, como explicitam o tratamento dado a figuras como Getúlio Vargas e Leonel Brizola na imprensa nacional (SÊGA, 2016).

Uma memória da "República dos caudilhos rio-grandenses"

A mobilização que Araripe faz do conceito carrega boa parte da carga semântica negativa que foi construída nas primeiras décadas do século XIX tanto na América Hispânica quanto no Brasil. Em sua obra, a palavra "caudilho" aparece 46 vezes, na maioria como identificação dos principais nomes da revolta, a exemplo de Bento Gonçalves, Onofre Pires, José Antônio Neto, David Canabarro, Giuseppe Garibaldi e outros. Não à toa, o termo é frequentemente acompanhado de "rebelde", "revolucionário" "insurgente" ou "insurgidos" (ARARIPE, 1880, p. 221, 225, 300 e 320). Ao narrar a adesão de Bento Manoel, importante militar e estancieiro da província, à luta dos farrapos, Araripe aponta que este indivíduo "quis na caudilhagem ter precedência" (ARARIPE, 1880, p. 194), o que reitera que o conceito estava relacionado, na obra, a esse tipo de rebelião. A palavra "caudilhagem" é utilizada ainda outra vez, a partir da menção a um "espírito da caudilhagem", que teria movido não apenas a Farroupilha, mas que também seria dominante nas "vizinhas repúblicas do Prata" (ARARIPE, 1880, p. 127), modelos, segundo o autor, para aqueles que proclamaram a República Rio-Grandense. Nesse sentido, o conceito estabelecia uma conexão entre as elites rio-grandenses responsáveis pela sedição e as principais lideranças platinas, como Fructuoso Rivera, que manteve contatos com os farroupilhas e que também era tido na obra como um "caudilho".

No entanto, é importante lembrar que "na prática da pesquisa os conceitos não se apresentam isoladamente, mas articulados e entrelaçados uns com os outros em complexas redes e constelações

conceituais e metafóricas" (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023, p. 68). Assim, é por meio de constantes oposições e combinações conceituais, em meio às quais "caudilho" e "caudilhagem" têm centralidade, que Araripe constrói a desqualificação da experiência revolucionária rio-grandense. Em especial, isso é feito a partir de um conjunto de conceitos antitéticos e assimétricos:[16] de um lado, "patriotismo", "regime civil", "democracia" e "justiça", mobilizados com sentido positivo e associados ao Império do Brasil; de outro, "egoísmo", "regime militar", "violência" e "tirania", negativados e aplicados ao governo proclamado pelos "caudilhos". Esse jogo de palavras mobiliza muitos dos lugares comuns presentes nos discursos que acompanharam o processo de constituição dos Estado-nacionais no mundo ibero-americano, bem como na imagem que as elites brasileiras desenvolveram das repúblicas vizinhas no século XIX.

Em primeiro lugar, um dos principais conceitos associados a "caudilho" é o de "egoísmo", contraposto, de maneira explícita, ao de "patriotismo". "A rebelião rio-grandense pois, no nosso modo de pensar, teve caráter egoístico, e não caráter de patriotismo" (ARARIPE, 1880, p. 123). E isto porque a sedição, iniciada em 1835, não teria sido levantada por um princípio republicano ou democrático, mas apenas por uma ambição das principais lideranças provinciais em derrubar os presidentes enviados à região e tomar o poder local. Nem mesmo as ofertas de conciliação enviadas pelas autoridades imperiais teriam bastado para conter aqueles que ambicionavam o "mando supremo das coisas" (ARARIPE, 1880, p. 131),

[16] Para Koselleck, estes são pares conceituais que estabelecem uma distinção entre "nós" e "vós", produzindo inclusões e exclusões que ainda discriminam os excluídos. Estudar esses conceitos, ao final, é compreender a maneira com que as posições contrárias foram historicamente negadas (KOSELLECK, 2006, p. 195).

ímpeto que resultou, por motivos exclusivamente pessoais, na proclamação da República Rio-Grandense em 1836. "Egoísmo", nesse sentido, é mobilizado em conjunto com "proveitos particulares", "afetos pessoais", "orgulho pessoal", "condições vantajosas de interesse privado" e "fins estreitos"; todos elementos que teriam orientado os caudilhos da província (ARARIPE, 1880, p. 131–132). Tanto é que, como aponta Araripe, estes homens não morreram por sua suposta causa, mas aceitaram a rendição, em 1845, quando o Império reconheceu os postos militares adquiridos ao longo dos conflitos e quando foi assumida as dívidas que contraíram neste mesmo período. A partir destes termos, ficava posta também uma oposição entre uma esfera de interesses privados e provinciais — com a qual se importariam os "caudilhos" —, e uma associada a um bem comum, nacional, desconsiderada por estes homens. Era justamente a partir desse contraste que o autor apontava para a carência de sentido político daquele movimento:

> Se porventura a causa primária da revolução fosse a mudança da monarquia para a república, jamais pactuariam seus autores de semelhante modo. A sua divisa seria vencer ou morrer com a causa do seu patriotismo: *vincere out pro patria mori.* Os afetos pessoais resumbram nos atos mais importantes dos rebeldes, revelando que a questão de princípios não era o mor da revolução. (ARARIPE, 1880, p. 122–123)

Muito diferente é a imagem pintada de Luís Alves de Lima e Silva, o então general Caxias, responsável pela pacificação do Rio Grande do Sul e que possui, portanto, muito espaço na narrativa. A escrita de Araripe apresenta muitos elementos comuns a de obras que posteriormente consolidaram a "heroicidade" conferida a Caxias, em especial a ênfase em seus atributos pessoais e em seus feitos que contribuíram para a

construção e consolidação do Estado brasileiro (SOUZA, 2001, p. 106). Em contraposição aos "caudilhos" rio-grandenses, de interesses localistas, este homem, para Araripe, teria defendido a Nação enquanto conjunto, não apenas em combates externos, no Prata, mas também reprimindo revoltas e reinserindo províncias ao grêmio nacional. Também de maneira oposta aos rebeldes, descritos como "violentos" e "fratricidas", Caxias teria sempre agido com "prudência, modéstia e humanidade" e evitado, a todo custo, derramar "sangue brasileiro" (ARARIPE, 1880, p. 127). Nesse sentido, cumprindo com um dos princípios do IHGB, o de contribuir para uma galeria de homens e exemplos notáveis a serem lembrados pelo país (GUIMARÃES, 1988, p. 15), o cearense afirma que "a posterioridade dará a este egrégio cidadão o lugar que a pátria reserva para seus filhos beneméritos" (ARARIPE, 1880, p. 127). "Pátria" refere-se ao Brasil enquanto uma comunidade política indivisível a ser resguardada. Por lógica, no destacado lugar reservado pela "pátria" não caberiam "caudilhos" como Bento Gonçalves e José Antônio Neto, justamente por terem agido de modo "egoístico" e não "patriótico" ao ameaçarem fragmentar o Império entre 1835 e 1845. Não à toa, distante da monumentalização feita da figura de Caxias, o autor comemora, ao final do texto, o sumiço da República Rio-Grandense "entre as potências da Terra" (ARARIPE, 1880, p. 291) e, por conseguinte, sua queda no esquecimento.

Araripe reiterou ainda outra tradição do discurso legalista difundido no Brasil Império: o apontamento de que a forma republicana cedia espaço, em vários casos, à tirania e ao despotismo militar. Era desta maneira que costumeiramente foram enxergados os regimes hispano-americanos e que se interpretou aquele erguido pelos rebeldes

rio-grandenses (KLAFKE, 2011, p. 86). Não à toa, é feita na obra uma constante associação entre "caudilho" e "militarismo", sendo muitas as menções a "caudilhos militares" (ARARIPE, 1880, p. 166). O fato deste governo ter sido proclamado em um campo de batalha por apenas um punhado de homens era, para o autor, uma "demonstração clara e evidente da origem militar do sistema que se inaugurava. Um caudilho militar entre os seus soldados efetuava a obra, que devia ser dos cidadãos" (ARARIPE, 1880, p. 153). Assim, apesar de ter "aparências de governo", por possuir presidentes, ministros, diplomatas, a república estava subordinada ao arbítrio de poucos homens por não ser nada mais que um "arraial ambulante militar" (ARARIPE, 1880, p. 197), onde "a espada preencheu todas as funções sociais no meio da convulsão da guerra" (ARARIPE, 1880, p. 163).

O militarismo dos "caudilhos", por sua vez, se contrapunha, nesta retórica, ao pleno desenvolvimento de um regime civil: "tão certa era a incapacidade dos caudilhos para a ordem civil" (ARARIPE, 1880, p. 120). São frequentemente utilizados, em seu texto adjetivações que desqualificam o governo rebelde instituído em 1836: "República dos caudilhos rio-grandenses" e "intitulada república", mas também "República dos Farrapos" e "República de Piratini", dois nomes inventados de maneira jocosa pelos adversários do movimento (ARARIPE, 1880, p. 120). Para ele, os revoltosos nunca tiveram sucesso em construir instituições sólidas, com uma justiça que funcionasse ou com um estabelecido conjunto de leis, em razão de suas disputas internas e de sua incapacidade em promulgar uma constituição. Não à toa, era um governo também subordinado à "turbulência" (ARARIPE, 1880, p. 197). A República, afirma nosso autor,

"jamais teve a oportunidade de organizar-se civilmente (...) o que significa que por dez anos grande parte da província do Rio Grande do Sul viveu sem justiça, e por consequência sem efetividade do direito" (ARARIPE, 1880, p. 162). Por conseguinte, em razão dessas supostas deficiências políticas e jurídicas, resultou que o poder, na República Rio-Grandense, residia não nos cidadãos, mas nos poucos "caudilhos" que detinham capacidades militares e podiam, por intermédio deles, exercer a violência como bem entendessem: "O regime era militar e arbitrário de fato; e enquanto subsistiu a intitulada república, o seu governo apenas cuidava da guerra, que tudo destrói e nada funda" (ARARIPE, 1880, p. 168).

"Dispor da pessoa do juiz", continua o autor, "é dispor da justiça: e o militarismo do Rio Grande do Sul, como poder despótico, não ignorou esta máxima cardeal da tirania". Portanto, "tirania" e "poder despótico" eram associados ao "militarismo" do regime da "caudilhagem" e opostos aos conceitos de "justiça" e "democracia". Araripe aponta que o "magistrado habitua-se ao respeito à lei e pensa que, sem a exata observância desta, a ordem social perecerá; o militar acostuma-se à obra da violência, e crê que sem o corte do gladio a sociedade não achará saída no emaranhado caminho da vida" (ARARIPE, 1880, p. 164). Assim, sem o freio da "lei", a violência era também o que caracterizaria a "tirania" e "despotismo" de governos militares como o proclamado pelos rebeldes. Por conseguinte, seria impossível, para o autor, defender a Farroupilha como um movimento democrático, uma vez que a "democracia", entendida enquanto um "regime governativo onde a vontade popular influi decisivamente na nomeação dos chefes supremos e na direção dos públicos negócios" era incompatível com um estado de coisas em que nunca ocorreram eleições

e em que os "caudilhos em seus ajuntamentos militares tudo decidiram e ordenaram" (ARARIPE, 1880, p. 117).

Na obra analisada, como já apontado, a "violência" era também muito associada à ação dos "caudilhos". Araripe relembra dois episódios, que, para ele, sintetizam o cotidiano no governo rebelde, marcado por "atos de pura violência, ingênitos ao predomínio do militarismo" (ARARIPE, 1880, p. 120). Em primeiro lugar, o assassinato político de Paulino Fontoura, que fazia oposição a Bento Gonçalves durante as breves discussões acerca da constituição a ser promulgada. Em segundo, o duelo entre Gonçalves e Onofre Pires, que redundou na morte deste último e na não condenação do primeiro, que escapou ileso. "Foi sempre a violência a vida intestina da República de Piratini" (ARARIPE, 1880, p. 278). Outro elemento relacionado ao que o autor entendia enquanto "violência" era o desrespeito que os rebeldes tinham em relação às terras de seus inimigos, confiscadas como espólios de guerra; atitude, portanto, que violava o "direito sagrado à propriedade", tão caro às elites brasileiras (MATTOS, 2012, p. 23). No entanto, reitera Araripe, a "violência nunca fundou estados" (ARARIPE, 1880, p. 120), o que indica que, em sua interpretação, a Farroupilha teria se afastado, ainda, de outro ideal cultivado pelos dirigentes imperiais: a valorização de um suposto "modo pacífico como foram erigidas" as instituições políticas do Brasil (MATTOS, 2012, p. 23). Por conseguinte, a "intitulada república" dos farrapos não teria sido um "governo" de fato, mas apenas um estado de "anarquia" generalizada, no qual se desrespeitou o "bem comum":

> Quando nem a pessoa, nem a propriedade são religiosamente respeitadas pelo poder, que se incumbe de velar pelo bem comum, pode-se com certeza dizer, que esse poder não é governo, que é a

> força conservadora, mas a anarquia, que é força da destruição. (ARARIPE, 1880, p. 120)

Portanto, o Rio Grande do Sul não teria agido com "direito e acerto" ao romper, a partir da violência, com um Império que havia se formado, segundo Araripe, por meio de um pacto de união entre as províncias. O que tornava esta opção pela independência mais grave era o fato de que a província deixaria de ser, "por puro capricho" (ARARIPE, 1880, p. 317), parte de um grande povo para se tornar um pequeno Estado. Reiterando a ênfase na "vocação unitária" brasileira (PRADO, 2002, p. 137), o autor aponta que eram as grandes nacionalidades aquelas mais aptas para promover a felicidade geral, e, assim, "a segregação da comunhão nacional por parte da província insurreta era um erro, pois tinha por efeito arredá-la do influxo de uma ingente força do progresso" (ARARIPE, 1880, p. 317). O exemplo dos Estados Unidos, para onde a elite brasileira olhava com constância, foi mobilizado em prol de seu argumento: "Em 1861 vimos rebentar a guerra-civil dos Estados Unidos da América do Norte, no qual pretenderam alguns desses estados ter direito a separar-se da união a que se prendiam por laços de uma confederação". Nesse caso, Araripe exalta a atuação de Abraham Lincoln, "homem de alta capacidade política", e do "grande povo americano" (ARARIPE, 1880. p. 316) que declararam não ser de direito do Sul separar-se do Norte por sua própria deliberação.

Outro exemplo mobilizado em prol da deslegitimação da Farroupilha foi o de outras revoltas que acometeram o Império. Em especial, a contraposição que nosso autor estabelece entre a Revolta dos Farrapos e a Confederação do Equador, movimento no qual seu pai teve destacada participação, revela o quanto sua noção de "caudilho" era associada aos

países hispano-americanos. Esta oposição se deu a partir dos mesmos binarismos que apresentamos anteriormente: os "movimentos do Norte" [Confederação do Equador] terias sido suscitados por um "sentimento democrático", amparados pelo "voto popular" e inspirados na construção de um "regime civil"; no Sul [na Farroupilha], ao contrário, o que levantou a rebelião foi a "ideia restrita de influência local", foi o "espírito da caudilhagem" que resultou, ao final, na construção de um "regime militar". A diferença estava nos exemplos tomados por cada um. Enquanto no Norte os rebeldes olhavam para os Estados Unidos, que, apesar de republicano, estava em meio à "civilização" na qual se inspiravam as elites políticas imperiais (CARVALHO, 2023, p. 364); no Sul era mais forte o exemplo dos "caudilhos militares do Prata, por cujo regime se modelavam" (ARARIPE, 1880, p. 124).

A ênfase dada pelo autor nas influências platinas sobre a revolta, imbricadas, portanto, à imagem do "caudilho", foi uma característica bastante controversa em sua obra e que também provocou reações na historiografia rio-grandense que o seguiu. Como dito, "caudilho" era utilizado não apenas para identificar as lideranças da província, mas também os chefes militares do Prata que estabeleceram estreitas relações com os rio-grandenses no decênio revolucionário. Este fato foi inclusive citado como um elemento que possibilitou a longevidade da revolta, uma vez que eram os "caudilhos" das repúblicas vizinhas que ofereciam armamentos, cavalos e refúgio aos farrapos em um momento em que estes não contavam com os portos da província, tomados pelas forças legalistas. Indo além, ao narrar, de maneira dramática, a proclamação da República Rio-Grandense, Araripe destaca que Antônio de Souza Neto, o

"caudilho militar" que protagonizou esse evento, olhava em direção ao Uruguai ao soltar o brado separatista.[17] Era do sul, das republicanas terras vizinhas, que vinha a ideia que "entibiava-lhe o sentimento monárquico", que "lhe arrefecia o patriotismo" e, finalmente, que "entorpecia as pulsações do coração do caudilho pelo imponente Brasil" (ARARIPE, 1880, p. 154). A retórica presente na obra analisada, portanto, sugere que nos debates políticos do Império o levante armado da elite militarizada do sul do país parecia emular o conturbado cenário político da América Hispânica, o qual as elites brasileiras historicamente se preocuparam em não replicar.

Conclusão

Ao longo do presente artigo, procuramos desenvolver uma análise conceitual de *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul* (1879–1881), de Tristão de Alencar Araripe, com uma atenção especial ao uso que seu autor faz do conceito de "caudilho". Apesar de outros comentadores da obra apontarem para a centralidade deste termo no texto, pouca atenção foi dedicada a entender seus significados e a compreender a rede conceitual mais ampla mobilizada ao redor desse vocábulo. Por outro lado, os estudos que de fato se embrenharam ao redor dos significados, das experiências e expectativas que "caudilho" carregava no século XIX são concentrados no mundo hispano-americano. A obra de Araripe revela, contudo, que também no

[17] Destacamos, novamente, o contraste entre as obras de Araripe e Assis Brasil: enquanto para o primeiro, Neto era, em sentido negativo, um "caudilho militar", o segundo ressalta que esse indivíduo e seus companheiros eram "cidadãos armados, não soldados" (ASSIS BRASIL, 1882, p. 164), escolha de palavras que tinha como objetivo evidente a revalorização da Farroupilha e de seu conteúdo republicano.

Brasil a imagem do "caudilhismo" era mobilizada em prol da deslegitimação de determinados movimentos políticos.

Este conceito foi central para a escrita de uma memória sobre a Farroupilha em meio às tensões decorrentes da crise do regime monárquico. Tendo fabricado seu texto a partir do IHGB, a leitura que Araripe fez daquele movimento rebelde foi particularmente negativa, como era de se esperar. Imputar a causa da Farroupilha a "caudilhos", isto é, a líderes locais gananciosos, movidos não por princípios, mas por interesses pessoais, era parte estruturante de sua argumentação legalista, francamente preocupada com a manutenção da unidade territorial. Ainda, havia em *Guerra-Civil do Rio Grande do Sul* uma recorrência de elementos que compunham, desde a independência, a imagem que os dirigentes do Império construíram da América Hispânica. Em particular, a retórica de um regime militar turbulento, conflitivo e com instituições frágeis assemelhava em muito a descrição do governo rebelde daquela que era feita das repúblicas vizinhas e o contrapunha, por consequência, à imagem de um Brasil ordeiro, unido e estabilizado politicamente por meio de uma monarquia constitucional. Nesse sentido, são justamente o conceito de "caudilho" e a expressão "caudilhagem", usados para identificar a sedição rio-grandense e as realidades políticas do Prata, que selam na obra essa argumentação.

Como havíamos apontado, Maria Lígia Prado argumenta que a negativa interpretação brasileira do mundo hispano-americano era recheada de ideias, imagens e símbolos (PRADO, 2002, p. 129). Complementamos, a partir da análise da obra de Tristão de Alencar

Araripe, que essa interpretação era igualmente recheada de conceitos. Assim, para este autor, o Rio Grande do Sul teria ficado, entre 1835 e 1845, também entre dois mundos conceituais: entre a "pátria" e o "egoísmo"; entre a "ordem civil" e o "regime militar"; entre a "justiça" e o "despotismo"; entre o "magistrado" e a "espada"; entre a "propriedade" e a "violência"; e, finalmente, entre o "sentimento democrático" e o "espírito da caudilhagem". Para Araripe, a melhor alternativa foi a vitoriosa com a reintegração da província ao Império e com a manutenção do princípio de integridade: "Sumia-se assim a República Rio-Grandense dentre as potências da Terra, e ressurgia a província do Rio Grande do Sul como estrela da esfera armilar do Brasil" (ARARIPE, 1880, p. 291).

REFERÊNCIAS

Fontes

ALFONSO X. *Prosa Histórica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1984.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 43, parte II, p. 115–359, 1880.

ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Revolução em Pernambuco em 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 60, parte 1, p. 103–291, 1897.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a História Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 57, parte 1, p. 295-290, 1894.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *História da República Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Typographia de G. de Leuzinger & Filhos, 1882.

AULETE, Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*. Lisboa: Delta, 1881.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Coleção Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

PONTES, Rodrigo. Memória histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 11, p. 401–460, 1923 [1844].

PORTO, Aurélio. Influências do caudilhismo uruguayo no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 35, p. 371–454, 1929.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Vol. 1. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.

VIEIRA, Domingos. *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza*. Vol. 2. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871.

Referências Bibliográficas

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. Com a metodicidade das obras de jurisprudência: o julgamento histórico a partir da Guerra civil no Rio Grande do Sul, de Tristão de Alencar Araripe (1879-1881). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 214–243, 2019.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. Um passado republicano para chamar de seu: a reescrita da história nacional pela geração 1870 da Faculdade de Direito de São Paulo (1870-1880). *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 24, n. 1, p. 54–66, 2020.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1830-1870)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 59.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado riograndense*: a província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil imperial. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. As Américas. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional (1830-1889)*. Vol. 2 de História do Brasil Nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 281–286.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem*: a elite política imperial; *Teatro das Sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *História conceitual no Atlântico ibérico*: linguagens, tempos, revoluções. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/PUCRJ, 2023.

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras em conflito no espaço platino: da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande. In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz A. (orgs.). *O continente em armas*: uma história da guerra do sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 97–122.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. La República Rio-Grandense y el retorno de la "Pátria Grande" (1838-1843). *Pasado Abierto*, Mar del Plata, n. 2, p. 1–28, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5–27, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial - sua desagregação. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). *História da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1962, p. 13–47.

HRUBY, Hugo. O *século XIX e a escrita da história do Brasil*: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

JOCKYMAN ROITHMANN, André. The Surprising Survival of Constitutionalism in the Caudillo Republic of Rio Grande do Sul, Brazil (1836-1845). *The Historical Journal*, Cambridge, v. 67, n. 5, p. 1004–1024, 2024.

KLAFKE, Álvaro. *Antecipar essa idade da paz, esse império do bem*: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *História de Conceitos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LAMB, Nayara Emerick. *História de Farrapos*: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LYNCH, John. As repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina, Volume III*: Da Independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2018, p. 264–315.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2012.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 49–70, 2011.

PICCOLO, Helga. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas" In: JANCSÓ, István. (Org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 571–613.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *A Independência do Brasil e a Experiência Hispano-Americana*. São Paulo: Hucitec, 2015.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p. 127–150, 2001.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921–1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. *Revista Tempo*, Niterói, RJ, v. 19, n. 35, p. 161–183, 2013.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 39–83.

SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo*: ou Civilização e Barbárie. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. *Revista de História*, São Paulo, n. 147, p. 189–209, 2002.

SÊGA, Rafael Augustus. Getúlio Vargas e o Caudilhismo. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.18, n. 32, p. 307–325, 2016.

SOUZA, Adriana Barreto de. Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. *Locus*, Juíz de Fora, MG, v. 7, n. 1, p. 93–106, 2001.

SVAMPA, Maristella. La dialéctica entre lo nuevo y lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo en la Argentina durante el siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

DOSSIÊ

História conceitual das crises de caráter humanitário no século XXI*

Gabriel Moreira Clemente**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p620-640

resumo

Este artigo procura entender o(s) significado(s) que o conceito *crise* assume na perspectiva do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Para isso, o artigo trata de uma breve trajetória do conceito, considerando sua origem, transformações e uso contemporâneo. Fazendo uso da etimologia e de dicionários, o artigo pretende exemplificar essas mudanças. Quanto ao uso de dicionários, o foco está na mudança de significação de *crise* como um conceito de uso restrito pela medicina para conceito plural e fundamental no vocabulário político desde a Revolução Francesa até a atualidade. Considerada sua trajetória, o artigo procura no discurso da ACNUR os diferentes usos do conceito, considerando também seus usos específicos, no caso, para caracterizar *crises humanitárias*. A partir de trechos destacados do discurso, é perceptível que *crisis* ainda retém diferentes significados daqueles considerados na trajetória do conceito, significados aqueles atribuídos pelos gregos antigos, pela tradição cristã, iluministas europeus e pós Revolução Francesa. Diante do artigo, o estudo da história conceitual se mostra produtivo para a análise de discursos contemporâneos e de questões urgentes da modernidade.

PALAVRAS-CHAVES: História Conceitual; ACNUR; crise humanitária; política; crítica.

* Agradecimentos especiais ao professor João Paulo Garrido Pimenta, professor do Departamento de História da USP, pelo oferecimento da disciplina FLH0835 *História Conceitual*, em 2024, que propôs a escrita deste artigo.

** Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: gmclemente@usp.br

História conceitual das crises de caráter humanitário no século XXI

Gabriel Moreira Clemente

Introdução

Em junho de 2024 Filippo Grandi, o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, discursou na Universidade de Nairobi, na capital do Quênia, para alunos, diretores e embaixadores presencialmente e muitos outros ouvintes *online*. Grandi começa seu discurso com uma apresentação da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), o braço da ONU (Organização das Nações Unidas) dedicado aos refugiados e pessoas deslocadas. Grandi agradece ao governo do Quênia e sua população por acolherem refugiados da Guerra Civil do Sudão (2023-presente). O foco do discurso está em estabelecer os limites da ação da ACNUR e, por isso, a necessidade de apoio de organizações e indivíduos de todo o mundo para melhores respostas e campanhas contra a negligência na questão dos refugiados. Para isso, Filippo Grandi mobiliza um vasto vocabulário e rede conceitual sobre as causas e consequências desta questão. "Crise" é um conceito chave ao denominar, em primeiro lugar, a própria questão dos refugiados, ou "crise dos refugiados"[1] como está expresso no texto. Indica as causas dessa mesma crise, como uma "crise econômica", ou as consequências que ela acarreta, como uma "crise do sistema de saúde". A fonte apresenta, portanto, diferentes concepções de crise que dialogam com diferentes tópicos de economia, sociedade, política e meio ambiente.

Para compreender melhor *crise* no texto de Grandi, a fonte a ser analisada aqui, o presente texto fará uma análise e história do conceito. Um conceito historicamente polissêmico, presente no vocabulário político,

[1] "*Refugee crisis",* como aparece na fonte.

popular e das ciências humanas, por exemplo. Conceitos fundamentais como esse enriquecem o pensamento crítico do leitor. Busca-se aqui apropriar o mesmo de uma consciência mais apurada sobre um termo usado com tanta frequência em tantos contextos. Pela natureza da fonte assume-se a centralidade da sua aplicação para denominar "crises humanitárias" que, no entanto, não está escrita de maneira explícita no documento analisado.

Analisada a história do conceito, voltaremos à fonte identificando melhor seu universo conceitual que, como já notado, pode ser incrivelmente vasto visto os diferentes meios nos quais pode ser utilizado. A rede conceitual que mais será explorada aqui, como já dito, é a que envolve a crise de caráter humanitário: refugiados, intolerância, guerra, Estado, cidadania para citar alguns, mas sem desprezar, é claro, os demais conceitos que "orbitam" *crise*.

Conceitos nunca possuem definições exatas e isso é uma das características que os definem como conceitos: a elasticidade de seu uso e sentido os permitem que sejam empregados nas mais diversas situações. Conceitos não são atemporais, sofrem mutações no decorrer do tempo, a análise, no entanto, não deve desconsiderar a sincronia. Se conceitos mudam com o tempo, são tão menos uniformizados em um mesmo período quanto na diacronia, possuem *valências temporais*. Isso merece a atenção máxima em um exercício de história conceitual, considerando também o espaço, o meio intelectual e social em que eram usadas as diferentes formas de um *mesmo* conceito (KOSELLECK, 2020, 109; FERNÁNDEZ, 2023, 58). *Crise*, um conceito que há duzentos anos encontra

lugar especial no pensamento político ocidental, precisa de profundas avaliações. O historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), um dos grandes idealizadores da História dos Conceitos, escreveu sua tese de doutoramento sobre o conceito que aqui será analisado: *Crítica e Crise,* de 1954. Sua obra e ideias terão grande influência no presente trabalho.

Apesar da amplitude de significados, *crise* pode apresentar um sentido comum: anormalidade, irregularidade. Ao refletir o uso deste conceito, antes de mobilizar uma análise profunda, concorda-se que seu uso corriqueiro serve para rastrear e denominar um período ou evento que causa ou que é uma mudança daquilo que se consideraria "normal" ou equilibrado: "Manifestação repentina de ruptura do equilíbrio; Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos acontecimentos, das ideias" (FERREIRA, 2010, p. 209). É um conceito comum em notícias de jornal ou em outras mídias, por exemplo, nestes casos *crise* refere-se principalmente a questões econômicas, baixas no mercado, instabilidades comerciais ou mesmo crises políticas relacionadas à crise da democracia, por exemplo. Referem-se a "um determinado andamento que não anda mais como antes". Seria um fenômeno de transição, ou, por si só, a fase de transição de um período para outro, um "funcionamento" ao outro. Podendo também ser um fim, com a possibilidade de gerar algo novo. É preciso enfatizar também o uso do "momento da crise" como expressão de dificuldade, indecisão e conturbação. Diante disso, também podemos considerar que esse conceito pode ser carregado de um peso emocional tanto positiva quanto negativamente, um julgamento que depende do indivíduo e suas

crenças: a crise da escravidão brasileira certamente não satisfez aqueles que se empenharam para mantê-la vigente, por exemplo.

Este mesmo exercício quando analisando a fonte fornece reflexões semelhantes. O que seria convencional, ou melhor dizendo, ideal para o ser humano parece não mais funcionar e a nova situação distancia ainda mais seu acesso pelo indivíduo. A crise humanitária denominaria um período mas também o evento. O conceito, já amplo, ganha uma dimensão ainda maior com as diferentes especificações que "crise" pode ter, por exemplo, "crise humanitária", "crise econômica" ou "crise política".

História do conceito

As raízes etimológicas do conceito que analisamos aqui compartilha, segundo Koselleck, a mesma origem que *crítica*. O verbo grego *krino* (*κρίνω*. Dividir, escolher, decidir), origem comum de ambas as palavras, empregado na atividade jurídica da época. No entanto, o significado de "juízo" ou "veredito", originalmente relacionados à *crise*, tornou-se mais relacionado à *crítica*. Em outras palavras, o sentido de "discernir os prós e contras", aos quais mais se atribuem à *crítica* atualmente, eram antes associados à *crise*. Em sua originalidade, *crítica* e *crise* estavam muito mais correlacionadas do que a relação estabelecida entre elas atualmente. Do Velho Testamento até a formação da tradição de escrita cristã, apesar da permanência do sentido de *crítica* existente no grego, *crise* ganha o sentido de "Juízo Final", que também entrará em desuso. Enquanto a primeira continuará a ser usada, a última permanece restrita no sentido que tomou em latim, o médico. Com o tempo, *crítica*, além de

distanciar-se de *crise*, acaba por ser usada apenas para o sentido literário como aquele que "esmiúça erros", o crítico. (KOSELLECK, 1999, pp. 203-204).

Por muito tempo, *crise* é mantida apenas no sentido médico, onde o último momento entre a melhora do paciente e sua morte seria denominada de tal modo. Era um ponto *crítico* onde deveria haver uma decisão, uma separação entre vida e morte, um "caminho ou outro". Mesmo antes de ser aplicada na política, por exemplo, é possível identificar seu sentido como um momento ou mesmo uma fase decisiva para um sistema, após ela um novo sistema entraria em vigência: de enfermo ao "normal", ou morto. O conceito teria maior conotação política no século XVII com a Guerra Civil Inglesa (1642-1651), sendo a "crise" uma metáfora para a doença no "corpo do Estado" (KOSELLECK, 1999, pp. 229-230). Koselleck atribui isso a uma melhor percepção das pessoas dessa época diante de períodos de tensão nas estruturas políticas e sociais. Sobre isso, não podemos desconsiderar que havia sim uma noção da relação de ambas as palavras, o autor alemão Johan H. Zedler (1706-1751) faz essa aproximação em "*Grossen vollständigen Universal-Lexicon",* por exemplo. (KOSELLECK, 1999, pp. 203-204).

Até a Revolução Francesa (1789-1799) o conceito já estava estabelecido no vocabulário político do ocidente Europeu. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) utilizou *crise* para designar um mal funcionamento no *corpo político*: a *crise* era uma ausência de autoridade, uma imposição anárquica de poder causada pela falta, era uma crise de estado (*la crise de l'État).* O "a favor e o contra" (*pour et contre*), neste momento, passa a fazer parte das avaliações políticas, das decisões de uma polarização. Diante

disso, Denis Diderot (1713-1784) não percebia a crise como uma anarquia completa desprovida de ordem, tal como pensava Rousseau: A crise seria o fim de um processo crítico, um tribunal que serviria para avaliar ela mesma e suas decisões morais. (KOSELLECK, 1999, pp. 144-151)

Entre as fontes para se estudar a história de um conceito, os dicionários podem ser as mais proveitosas. Oferecem interessantes interpretações do vocabulário da época em que foram escritos. Junto de enciclopédias, os dicionários foram as principais fontes que Koselleck utilizou para compor sua obra. Os dicionários podem, no entanto, remeter obviamente às perspectivas dos autores e, assim, não necessariamente à concepção da sociedade como um todo, são fontes com limitações (FERNÁNDEZ, 2023, p. 58). Considerando que podem apresentar um vislumbre do oxigênio mental da época em que foram concebidos, este artigo selecionou alguns dicionários, sobretudo da língua portuguesa, para exemplificar as mudanças de significados que o conceito sofreu a partir do século XVIII. Para estabelecer diálogo com a língua inglesa e italiana, outros dois dicionários foram selecionados[2].

O *Diccionário da Língua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*, publicado originalmente em 1712, conceitualiza crise como um

[2] O artigo reconhece que, no entanto, para uma análise conceitual aprofundada, a seleção de fontes deve seguir um rigor metodológico quanto às línguas a serem analisadas, quantidade de dicionários selecionados e justificativa da escolha. Koselleck atentou, em sua análise do conceito de *crise*, que especial atenção deve ser dada aos diferentes significados segundo diferentes línguas. Além disso, deve existir especial cuidado para a análise diacrônica do conceito, avaliando sua transição no tempo. Como sinalizado, o artigo não seguiu tamanho rigor, visto que utilizou os dicionários para exemplificar a mudança temporal dos conceitos.

termo médico, uma súbita mudança do estado do paciente onde cabe à natureza definir o juízo da melhora ou da morte. Apesar de Koselleck ter tido dificuldades em encontrar uma associação literal de *crítica* e *crise* em meios "polêmicos", a estreita relação entre ambos os conceitos apresenta-se de maneira corriqueira no dicionário, a primeira teria por definição os "dias críticos" onde "se faz a crise", novamente em sentido médico. Crítica, no entanto, aparece com definições mais amplas, voltadas para o ofício do crítico literário e seu papel em, por vezes, censurar (BLUTEAU, 1712, pp. 615-616). Aqui o sentido do diferenciar, escolher, dividir. Em uma edição posterior de 1789, publicada quase um mês antes da Revolução Francesa, editada e acrescida pelo brasileiro António de Moraes Silva, a conotação médica persiste e com pouquíssimas diferenciações, interessantemente relatando que se esperaria uma "mudança para melhor". Para não limitar-mo-nos apenas com a explicação "sentido médico", esclarece-se aqui que a dita melhora ou piora do paciente, expressa em ambos dicionários, ocorreria após um custoso pesar do mesmo por meio de suores e expelição de secreção, ou seja: a crise seria um momento de sofrimento para o indivíduo. Percebe-se traços do sentido que temos popularmente como crise atualmente, um momento de decisões custosas mediante às mudanças completas do *status quo* prévio. Ou, melhor dizendo, para evitarmos a teleologia do que "viria a ser", percebe-se a construção de um sentido de "momento perturbador", que como já foi dito antes, Koselleck rastreia seu uso político como "doença no corpo do Estado" nas Guerras Civis Inglesas do século XVII.

Para fazer um paralelo com a língua inglesa, no volume um do dicionário *An American Dictionary of English Language*, publicado em 1828 e escrito por Noah Webster (1758-1843), a descrição de *crise* vai além do sentido médico. Seria denominada como um estado decisivo das coisas, um momento de *clímax* que estaria perto de um fim, de uma mudança material[3]. Nas décadas anteriores à Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783), *crisis* passou a ser descrita como um período tenso e agravante do Estado, às vésperas de uma catástrofe. Com a guerra, o conceito passou a circular mais ainda por meio de discursos e cartas (KOSELLECK, 1999, pp. 229-230). Por fim, no *Grande diccionario Portuguez Thesouro da lingua Portugueza*, por Domingos Vieira, datando de 1871, quase um século depois das obras analisadas anteriormente. A definição torna-se muito mais ampla, além de crise enquanto termo médico lista-se: o seu sentido *figurado*, tido como um "momento crítico, estado perigoso e decisivo de um negócio, de uma nação" (VIEIRA, 1871, p. 641); *crise comercial* e o receio de desastres nesse meio; crise enquanto ameaça e perigo; *crise ministerial*, uma desarmonia entre ministros, opiniões politicas; *crise da natureza*, sendo as "grandes convulsões que sobrevêm o globo terrestre"; e *crise monetária*, sendo a falta de moeda em circulação. Ao fim do século XIX o sentido de *crise* tal como compreendemos e usamos hoje parece estar estabelecido, ampliando-se para além do *Estado* como faziam os iluministas e abarcando também os campos da *economia* e *natureza*.

[3] *"The decisive state of things, or the point of time when an affair is arrived to its highth, and must soon terminate or suffer a material change".*

Mesmo para esta breve contextualização histórica, seria indispensável citar a contribuição de Karl Marx para o conceito. No que diz respeito à economia, sua concepção de *crise* aproximou enormemente o conceito com esse campo ainda no século XIX, seguindo ao XX e XXI. Uma aproximação tão forte que o conceito tornou-se elementar qualquer que fosse o assunto sobre economia (GRESPAN, 2020, p. 7). A *crise* que se manifesta em Marx apresenta um sentido cíclico. O conceito seria chave na crítica desse autor ao próprio sistema capitalista ao explicar que o fenômeno da crise não seria ocasional, mas sim fundamental em seu funcionamento. A existência do capital implicaria necessariamente em um risco da crise acontecer, sempre sob esse potencial. Este problema intrínseco do sistema seria um dos principais motivos para o estudo e crítica por parte de Marx (GRESPAN, 2020, pp. 7-9). Os ciclos, entre uma crise e outra, formar-se-iam diante da realidade assumida de que "uma hora ou outra" alguma força causaria uma disrupção, uma mudança. A consciência dos ciclos, porém, pode ser prejudicial para uma análise histórica a partir do momento que esta pressupõe um determinismo da ocorrência da crise.

Se no século XVIII e XIX o conceito *crise* era uma concessão da medicina para ser usado por alguns intelectuais em discussões na política, foi no século XX que se tornou central em inúmeros trabalhos da historiografia entre outros saberes. Norbert Elias (1897-1990), Fernand Braudel (1902-1985), Immanuel Wallerstein (1930-2019) entre outros o utilizaram em suas principais obras. Segundo Koselleck, essa proliferação do uso do conceito pode desviar seu sentido, ou mesmo garantir muitos

sentidos diferentes. No entanto, continua carregando sentido de uma "fase transicional", quando não de iminência ou mesmo permanente crise (KOSELLECK, 2006, pp. 397-400).

No *Dicionário Político* de 1976 organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, *crise* aparece como uma mudança no funcionamento de um sistema, muito caracterizada por sua imprevisibilidade e possibilidade de ser repentina. Composta por fases que abarcam o período anterior, a crise *per se* e o momento posterior, sendo esse último diferente do período antecedente. *Crises* podem ser classificadas como "econômica" ou "política". Em muitos casos, quando classificadas, podem ser relacionadas tanto em como "uma pode acarretar na outra", ou como "uma deve ser solucionada para resolver outra". *Crises* precisam de respostas rápidas visto sua imprevisibilidade, respostas que variam ao basear-se ou no sistema antigo de funcionamento ou em um novo modelo. Interessa-nos neste trabalho a definição de *crise internacional* dada pelo dicionário, visto que a ONU atua principalmente nesse âmbito. Este tipo de crise envolve dois ou mais países que, entretanto, não precisam estar necessariamente próximos, visto o avançado estágio de globalização. A conexão ampla entre países permite ainda que os efeitos da crise tenham uma escala maior que a regional (BOBBIO, 1998, pp. 303-306). Tal como ocorre na dita Crise dos Refugiados, onde disputas internas, sejam elas por economia, religião, cultura e ou política, acarretam em um deslocamento enorme de seres humanos para outros países e até outros continentes, configurando-se como uma *crise internacional*.

Crise e rede conceitual na fonte

"Crisis" aparece de maneira recorrente na fonte, considerando sua rede conceitual percebe-se que o conceito permeia totalmente o texto. Sua primeira ocorrência no discurso é decisiva, onde Filippo Grandi determina que o papel da ACNUR está em prover auxílio para Estados que lidam com a crise de refugiados, buscando por respostas rápidas de reação à crise e soluções a médio e longo prazo.

> *UNHCR is the custodian of fundamental refugee rights, as enshrined in important legal instruments; like the Refugee Convention. It is a big humanitarian agency, helping states respond to refugee crises; but it is also an organization tasked to work with governments, and other stakeholders, to find sustainable, rightful solutions — sometimes temporary, sometimes durable ones — to the problems of people who are forced to flee because of war, persecution and many forms of violence, and of course of those who are generously hosting them — like you have done for decades here in Kenya. (GRANDI, 2024)*

As principais causas para o deslocamento em massa de pessoas são listadas: guerra, perseguição, violência entre outros. As causas são obviamente atos ou momentos que geram profunda tensão ao indivíduo e sociedade como um todo, as estruturas sociais e seu funcionamento estariam sob risco, ou como o *Dicionário de Política* instrui, situações como essa exigem decisões imediatas quando não desesperadas. Na análise conceitual realizada anteriormente, *crise* está como um momento culminante de anormalidade, mas não apenas isso, o período anterior e posterior se tornam essenciais para o entendimento desse momento em específico. Diante da questão da "Crise dos Refugiados" nota-se que, conforme a leitura da fonte, ela seria iniciada por outras crises. Um mal funcionamento prévio do Estado e suas estruturas sociais e ou econômicas

despertaria a necessidade em seus cidadãos de busca por um refúgio longe de ameaças. A grande problemática dos refugiados começaria nesse ponto: questões como destino, perigos na viagem, insegurança alimentar, preocupação com integridade do corpo e risco de doenças. Além dos desafios das longuíssimas travessias até chegarem em países de primeiro mundo, tal como a Europa, e o pesar da discriminação e tráfico humano que pode ocorrer praticamente durante todo o tempo em que estão em condição de refugiados. Grandi discursa, neste caso, não para os refugiados e sim para aqueles que os recebem. A crise da qual ele trata estaria principalmente neste cenário, onde o sistema de saúde local passa a colapsar com a alta demanda de pessoas com necessidade, a falta de espaço adequado para acomodação, a distribuição de alimentos defasada, entre tantas outras necessidades que implicam pessoas sob tais condições. A perspectiva dos países receptores torna-se central na discussão, primeiro, por representarem, em sua maioria, países de terceiro mundo com suas estruturas já suficientemente estressadas por seus problemas internos na política, sociedade e economia, e por serem os principais destinos das pessoas deslocadas. É um cenário tão crítico que Grandi reconhece a tentação dos países receptores e sua população em negar a vinda dos refugiados e o peso de sua responsabilidade.

> *When you add the devastating effects of climate change — felt so tragically in Kenya and across the region — when you add economic crises and pandemics; when you add new and unregulated technologies that are distorting our sense of reality and, sometimes, undermining our shared values; when you add it all up the challenges seem overwhelming. The temptation is to turn inwards.*
> *[...]*
> *I talked to many fleeing the devastating Sudan war. I saw the generosity of communities offering them hospitality. But I also saw*

História conceitual das crises de caráter humanitário no século XXI

Gabriel Moreira Clemente

> *the pressures on infrastructure, on public services, on institutions. These pressures weigh particularly heavy, for example, on a country as young and fragile as South Sudan, but the same holds true wherever you look — Uganda, Ethiopia, Tanzania, Rwanda...* (GRANDI, 2024)

Diante do universo conceitual de *crise* não bastam os conceitos que simplesmente concordam em seu sentido, é a partir dos contra conceitos, antônimos, aquele que significa o oposto, que garantimos uma das mais frutíferas formas de analisar uma questão como essa. *Estabilidade* poderia ser o primeiro contra conceito a ser listado. Em casos apontados anteriormente, o conceito de estabilidade classificaria a própria *crise*. Seja *estabilidade* sendo o período anterior ou posterior, o que se almeja aproximar ou mesmo distanciar, posto que esta não remete a um sistema necessariamente positivo, significaria mais um período de continuidade, ausente de distúrbios, ou *crises*. Segundo Leonardo Morlino *estabilidade política* é um conceito que na maioria das vezes remeteria a uma atitude de conservação, mais do que de mudança. É também possível classificá-la como mais ou menos estável, discernindo portanto diferentes níveis dessa conservação. Em suma, giraria em torno da capacidade de um sistema se prolongar no tempo, de manter previsibilidade de seu próprio funcionamento. Porém, estabilidade não seria o mesmo que equilíbrio visto que esse último pressupõe um estado estático, sem mudanças, o que seria fundamental para a preservação da estabilidade (BOBBIO, 1998, pp. 304-306). A "definição ampla de refugiado", criada pela Convenção da Organização da Unidade Africana sobre refugiados em 1969 e acolhida pela Declaração de Cartagena em 1984 caracteriza refugiado como aquele que além de ter seus direitos humanos gravemente ameaçados são, também, vítimas de outras circunstâncias que tenham perturbado

gravemente a ordem pública (RAMOS, 2019, p. 83). *Ordem,* ou mesmo *ordem pública,* podem ser contra conceitos de *crise*. O refugiado, conceito complexo, poderia ser também definido como aquele que foge de uma ordem em crise, uma situação anormal.

A forma que Grandi articula o discurso pode nos levar para uma conclusão: a Crise dos Refugiados se origina e multiplica de outras crises. O deslocamento em massa de pessoas não se dá por pura e simples vontade dessas, explica Grandi, existem muitos fatores que causam esse movimento que, afinal, pode ser extremamente prejudicial e perigoso para o deslocado. É um bom exemplo de como a crise implica na tomada rápida e às vezes forçada de decisões perante mudanças imprevistas e momentos críticos onde há um destino polarizado: sobreviver ou morrer. A correlação entre crises aumenta ainda mais o grau de complexidade de cada uma delas. Assim, diante da fonte, crises podem estabelecer uma relação sinérgica, quando não causal, entre outras crises. E crises que originariam o deslocamento forçado não seriam apenas locais, mas podem ser crises globais como a causada pela COVID-19 a partir de 2020, ou a crise climática e desastres naturais (MONDALICE, 2022, p. 153). De 2020 a 2022, por exemplo, a ACNUR registrou mais 26 milhões de pessoas deslocadas por força maior, somando um total de 108 milhões ao todo (UNHCR, 2025).

A postura de Grandi ao discursar é apelativa, está lutando por uma causa e isso deve ser levado em consideração, usa exemplos que mostram às autoridades o risco que a estabilidade do próprio país corre ao deixarem a questão em aberto: deixar refugiados, já extremamente fragilizados e dependentes de ajuda, à mercê, aumentam os casos de aliciamento por

parte de organizações criminosas. Podemos incluir nessa mesma reflexão que com mais criminosos mais crimes, mais violência urbana, diminuição da segurança, aumento da população carcerária, discriminação com o estrangeiro, etc. Entre as maiores preocupações da ACNUR e dos países hóspedes está o medo da segurança ser ameaçada, o que serviu de principal motivo para o desligamento de um dos maiores campos de refugiados do mundo, o de Dadaab, no Quênia. Recebendo refugiados do Sudão e Somália, uma onda de violência seguiu a vinda de refugiados das guerras civis, palco também para a discriminação social, uma tensão entre "os estranhos e os locais". Sem contar com questões territoriais e uso dos recursos naturais, que podem ser escassos em regiões áridas do chamado "Chifre da África" (ALI, 2017, pp. 39-40 e 45-48).

> *People do not flee their homes in a vacuum. Allow conflicts to fester, and forced displacement rises. Do nothing about climate change, and forced displacement will rise. Condemn refugees to destitution, and they will remain refugees for longer. Deny them safety and opportunities, and criminal networks will lose no time to fill the void.* (GRANDI, 2024)

A crise impõe decisões e desafios, as consequências de escolhas erradas podem agravar o seu estado primário, ela pode evoluir se as decisões certas não forem tomadas com rapidez. A ACNUR é uma organização que responde às crises que podem causar grandes deslocamentos forçados de pessoas, mas também de apoio à prevenção da mesma. Procurando atuar em casos onde a crise é iminente, previsível, e Grandi deixa isso claro. Talvez não conseguindo evitá-la, mas atenuando os sintomas posteriores. Apesar da imprevisibilidade, é possível rastreá-la em partes. No entanto, mesmo com crises de efeitos globais, as consequências também globais que a crise dos refugiados e toda a

questão humanitária como um todo geram, há um descaso por parte de países desenvolvidos do hemisfério norte e de parte das populações vizinhas aos deslocamentos. A ACNUR tradicionalmente concentra seus esforços nos países receptores, mas essa é infelizmente uma resposta provisória que não leva a uma solução para a raiz do problema (LUI, 2001, pp. 102-104). Grandi deixa claro que é um trabalho que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados não consegue enfrentar sozinho, mesmo com aproximadamente 32 milhões de refugiados sob seus cuidados (UNHCR, 2025).

> *Responding to emergencies, quickly reaching the people affected, staying and delivering is vital– these are essential humanitarian functions which must continue to be carried out and supported. And in the first days and weeks of a crisis, when humanitarian needs are most acute, the focus is on life-saving activities. As it must be.* (GRANDI, 2024)

Conclusão

A presente análise pretendeu explorar os diversos significados e usos do conceito a partir de sua história. Crise é um conceito com um passado distante e, inicialmente, sua forma atual parece não ter correspondência alguma com sua originalidade, o que se mostra um equívoco. *Krino* em grego, "escolher", é identificável na responsabilidade da ACNUR e demais autoridades ao avaliar as melhores decisões a serem tomadas durante uma crise de refugiados. Percebe-se os dias críticos, de crise, que antes referiam-se aos pacientes e hoje determinam as causas de distúrbios na ordem, na estabilidade não só mundial mas nas vidas dos refugiados e receptores. Ou os dias críticos que provocam instabilidade no "corpo do Estado", como apontavam os intelectuais do século XVIII, instabilidade

também perceptível no corpo do Estado hospedeiro de refugiados, das suas estruturas sobrecarregadas com influxo de pessoas. Considerar essas mudanças no conceito na transição da era moderna para a contemporânea, as influências do pensamento iluminista, permite uma melhor compreensão do conceito e da época *per se*. "Elucidar as experiências e expectativas históricas das pessoas do passado" (FERNÁNDEZ, 2023, p. 55). Koselleck já indicou que a "evolução" desse conceito caminhou junto de um melhor entendimento político pelo indivíduo em relação ao tempo em que se encontrava, exemplo expresso pela consequência das teorias de Marx, que possibilitaram uma crítica à lógica de funcionamento do capitalismo a partir da sua crise intrínseca. Uma crise intrínseca que pode estar associada aos vários focos de instabilidade civil em países de terceiro mundo, muitas vezes motivando o deslocamento de pessoas.

Conclui-se que, uma análise do conceito no discurso de Filippo Grandi sobre a Crise dos Refugiados permite a nós, contemporâneos do texto e das problemáticas humanitárias, entendermos melhor a posição que *crise* assume, mas, também, a época na qual estamos inseridos. O artigo proporciona, no mínimo, uma reflexão quanto ao peso do conceito e como a história conceitual pode atuar como uma ferramenta para "dissecar" uma fonte. *Crise* define a problemática sendo enfrentada, alerta para as causas e consequências. Os diferentes sentidos que estão por trás do discurso de Grandi são perceptíveis, a consideração de sua história se mostra útil para entender o que a situação dos refugiados, tratada como "crise", pressupõe: mudança e necessidade de ação, no mínimo

É um conceito internacionalizado e apesar de sua complexidade ao ser usado por intelectuais, políticos, economistas não está ausente no vocabulário popular para designar também crises políticas e econômicas, quanto mais para designar problemas emocionais e pessoais. Não é, assim, um conceito muito elitizado visto sua enorme quantidade de usos. Sua polissemia o torna muito útil e, se não considerado como insubstituível, é difícil encontrar uma alternativa ao designar disrupção, falta de ordem, instabilidade e mudança.

REFERÊNCIAS

Fontes

UNHCR (2025). Figures at a glance. Disponível online no site oficial da ACNUR. Disponível em: http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html (acessado em 10/02/2025).

GRANDI (2024). Speech by the United Nations High Commissioner for Refugees at the University of Nairobi. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/speech-united-nations-high-commissioner-refugees-university-nairobi#:~:text=Donors%20have%20a%20critical%20role,We%20will%20not%20disappoint%20you

Bibliografia

ALI, Anomat; IMANA, Kamar; OCHA, Witchayanee. The Refugee Crisis in Kenya: Exploring Refugee-Host Community Causes of Tensions and Conflicts in Kakuma Refugee Camp. Bangkok: Journal of International Relations and Foreign Policy, 2017.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario Portuguez & Latino (Volume 02: Letras B-C). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

FERNÁNDEZ, Javier Sebastián. História Conceitual no Atlântico Ibérico: Linguagens, Tempos e Revoluções. São Paulo, 2023.

FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

GRESPAN, Jorge Luís da Silva. História e Historiografia das Crises. São Paulo: Revista de História, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: 2020.

KOSELLECK, Reinhart. “Krise” in Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexicon zur politisch-ssozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-97. (Tradução: RICHTER, Michaela. Nova Iorque: Journal of the History of Ideas, 2006).

LUI, Robyn. World Order and Unhcr’s “Comprehensive” Approach to Refugees. Revue Québécoise de droit international, 2001.

MONDALYCE, Mulry. Facilitating Mobility Through Migration as Humanitarian Protection: Building on Lessons Learned from the North American and European Policies Regarding Haiti and Syria. Revue Québécoise de droit international, 2022.

MORAIS SILVA, António de, Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Blueteau, Reformado, e Accrescentado. (Volume 01: Letas A-K). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

VIEIRA, Domingos. *Grande diccionario Portuguez Thesouro da lingua Portugueza*. Porto: CHARDRON, 1873.

WEBSTER, Noah. An American Dictionary of the English language (Volume 1). Nova Iorque: New York: S. Converse, 1828.

DOSSIÊ

Mártires de ontem e de hoje: uma análise do conceito de “martírio” em uma hagiografia de Santa Radegunda de Poitiers (séculos VI - VII)*

Júlia Ramos**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p641-665

resumo

O presente artigo objetiva investigar e analisar os usos do conceito de “martírio” [*martyrium*] em uma hagiografia alto-medieval de Santa Radegunda de Poitiers, escrita por Venâncio Fortunato, entre o final do século VI e o início do século VII. Para isso, utilizaremos aqui a história dos conceitos, uma perspectiva teórico-metodológica proposta inicialmente por Reinhart Koselleck, utilizada por pesquisas das mais diversas áreas da História. A partir dela, pretende-se realizar um mapeamento do uso do conceito de “martírio” por Venâncio Fortunato em sua obra, um mapeamento de outros conceitos associados a ele, como “beata” [*beata*] ou “santa” [*sacta*], uma análise das mobilizações desses conceitos na organização do texto e do argumento proposto por Fortunato, e de como esse texto e as mobilizações e disputas participam de uma redefinição do que se entende como “martírio”. Com isso, fica perceptível como o conceito sob análise é fundamental na organização argumentativa das razões para a santidade de Radegunda, e como Fortunato propõe sua própria definição do que é ser mártir no tempo em que vivem, inserindo Radegunda em uma longa tradição dos santos mártires, ao mesmo tempo em que renova tal tradição e a adapta aos tempos vigentes.

PALAVRAS-CHAVES: Santa Radegunda; Venâncio Fortunato; martírio; hagiografias; história dos conceitos.

* O presente artigo foi produzido a partir da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A vida de Santa Radegunda de Poitiers sob a perspectiva de gênero: uma análise comparativa das hagiografias de Venâncio Fortunato e Baudonivia (sécs. VI e VII)”, orientada pela Profa. Dra. Maria Cristina Correia Leandro Pereira, com financiamento PIBIC – CNPq. Agradeço imensamente à Beatriz Cristine Honrado, Carlos Eduardo Sant’Anna da Silva Porto, José Hamilton Pereira de Araújo Neto, Kaio Brandão de Moura e Filipe Correia Figueiredo, pelos valiosíssimos comentários, correções e reflexões durante a escrita do presente artigo.

** Bacharel em História pela Universidade de São Paulo e Licencianda em História pela mesma universidade. Email: julia.ramos02@usp.br.

Mártires de ontem e de hoje: uma análise do conceito de "martírio" em uma hagiografia de Santa Radegunda de Poitiers (séculos VI - VII)

Júlia Rovida de Oliveira Ramos

Introdução

As hagiografias são um gênero textual de enorme importância ao longo de toda a Idade Média. Abordando a vida dos santos por meio de relatos e descrições de suas origens e trajetórias, virtudes, milagres e outras razões para sua santidade, elas fornecem pistas importantes para os historiadores acerca das práticas devocionais a santos específicos, das práticas religiosas mais gerais de um período e local, e das dinâmicas de escrita, retórica e discurso presentes nesse gênero. Por muito tempo, os historiadores não consideraram as hagiografias como fontes históricas legítimas, caracterizando-as como puramente fictícias e pouco úteis para a aferição de elementos históricos. Porém, desde a segunda metade do século XX passou-se a considerar o gênero hagiográfico como um objeto histórico válido, o que levou a aumento gradativo e considerável das pesquisas relativas a esse tipo de fonte. Atualmente, é possível verificar uma multiplicidade de trabalhos que utilizam as narrativas hagiográficas como fontes de análise, no Brasil e no exterior (HALBORG; MCNAMARA; WHATLEY, 1992; CHARRONE, 2009; SILVA, 2015).

Uma das perspectivas possíveis de serem aplicadas ao estudo de hagiografias é a da história conceitual. Sendo tanto metodologia de pesquisa quanto perspectiva teórica, ela pretende analisar a história, em suas mais diversas facetas, a partir dos conceitos utilizados pelos sujeitos de determinada época para pensar a si próprios. Elaborada principalmente por Reinhart Koselleck em obras como "Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social", a

perspectiva se utiliza, em grande medida, de estruturações teóricas relativas à linguagem e a construção de sentido, propondo um diálogo amplo com a linguística, a antropologia, a sociologia, e a filosofia.

Os conceitos nessa perspectiva histórica são palavras capazes de agrupar uma multiplicidade de significados ao seu redor, e inspiram disputas e reformulações sobre si. Essas palavras são de grande importância no estudo da história uma vez que, ao mesmo tempo em que são geradas por uma realidade histórica a qual fazem referência, são também geradoras de realidades, colocando-se em um espaço privilegiado de definição das possibilidades de ação humana.

Tais possibilidades de ação são definidas temporalmente, e se alteram com a passagem do tempo e as mudanças históricas, o que ocorre com os próprios conceitos. Uma das perspectivas trazidas nas formulações de Koselleck sobre a história conceitual é a da estrutura temporal dos conceitos:

> [...] todos os conceitos apresentam uma estrutura temporal interna. Dependendo da quantidade de conteúdos experienciais que nele se acumulam e da quantidade de expectativas inovadoras que para ele confluem, um conceito possui valências temporais diferenciáveis. Existem tanto conceitos retrospectivos que armazenam experiências antigas e são avessos a reinterpretações, quanto conceitos prospectivos, antecipações que invocam um futuro novo ou diferente. Falando terminologicamente, existem conceitos de experiência, de expectativa, de movimento, de futuro, entre outros. (KOSELLECK, 2020, p. 108-109)

Os conceitos, portanto, são essenciais para a compreensão das experiências históricas e como elas transitam entre temporalidades distintas. Por conta do processo de acumulação de sentidos sobre os

conceitos, cada vez que um deles é utilizado torna-se perceptível a historicidade dos elementos discursivos e retóricos, que elaboram o passado ora para concordar com ele, ora para discordar e propor outros ideais. Com tal perspectiva em mente, objetiva-se analisar tal historicidade e acúmulo de sentidos ao longo do tempo em um conceito, presente em uma fonte histórica específica: uma das hagiografias de Santa Radegunda de Poitiers.

Santa Radegunda de Poitiers foi uma rainha merovíngia de origem turíngia, sequestrada pelo rei Clotário I[1] ainda jovem para tornar-se sua esposa. Após um casamento conturbado e sem filhos, a rainha pediu para separar-se do rei e ser consagrada diaconisa, o que lhe foi concedido e permitiu com que passasse a viver religiosamente, fundando o mosteiro da Santa Cruz de Poitiers. Seu hagiógrafo, Venâncio Fortunato, foi um poeta e bispo natural da região de Treviso, na atual Itália. Fortunato teve uma relação próxima com Radegunda e com a abadessa de seu mosteiro, uma monja chamada Agnes, sendo patrocinado e acolhido por elas no mosteiro diversas vezes. Ele escreveu a hagiografia da santa pouco após a morte desta, em 587, apesar de não se ter certeza da datação exata do texto (BRENNAN, 1985, p. 50, 66-68).

O presente trabalho utiliza a tradução italiana do texto de Venâncio Fortunato. O texto dessa edição tem 39 páginas, e está dividido de três

[1] A dinastia merovíngia reinou entre os séculos V e VIII na região da Gália, atuais França, Alemanha, Bélgica e Países Baixos. Os turíngios eram um povo que fazia parte da região da Gália e estiveram sob o domínio dos merovíngios, localizados na região central da Alemanha atual. O rei Clotário I foi o segundo rei merovíngio, filho de Clóvis. Sobre o estabelecimento da dinastia e da região, ver FOURACRE, 2020.

maneiras: há a divisão nos 39 capítulos da obra original, indicada por numerais romanos, e duas divisões feitas pelo tradutor da obra, uma primeira subdivisão em versos, numerados até o 91, e uma segunda em 37 capítulos nomeados tematicamente, que podem ou não coincidir com os capítulos da obra original. As referências aqui feitas, principalmente em relação à quantidade de páginas, são relativas à tradução. Serão usadas, ainda, a versão impressa em latim, editada a partir dos manuscritos em 1888, e uma tradução nossa para o português. A narrativa da vida da santa segue uma ordem cronológica razoavelmente clara, baseada no ciclo de vida e indo da infância até a morte, apesar de ter certas digressões temporais, geralmente com algum propósito narrativo, como a exposição de alguns milagres após a morte para enfatizar uma virtude exibida em vida. Ao descrever as virtudes de Radegunda desde a infância e como ela mantém sua dedicação à vida meditativa em Deus ao longo de toda a sua trajetória, o autor mobiliza vários conceitos, como os de "nobre" e "nobreza" [*celsa/celsior/celsus*], ou de "pobre" e "pobreza" [*pauperibus/pauper*], mas um parece ser o central, marcando inclusive uma virada na própria estrutura da obra.

É o conceito de "martírio" [*martyrium*] (FORTUNATO, 1989, p. 98, 116, 121) que aparece citado diretamente em três ocasiões diferentes ao longo da obra. Em torno da metade do texto, há uma linguagem mais forte, com adjetivos intensos de sofrimento físico da santa, e a partir daqui o autor começa a relatar seus milagres e nomeá-la como "santa" [*sancta*] (FORTUNATO, 1989, p. 105, 110, 115, 116, 122, 124-133), "beata" [*beata*] ((FORTUNATO, 1989, p. 108, 124-125, 129-130, 133), "beatíssima" [*beatissima*]

(FORTUNATO, 1989, p. 96, 128-129, 131), ou "santíssima" [*sanctissima*] (FORTUNATO, 1989, p. 104-105, 115-116, 120, 132), com mais frequência do que antes, termos os quais aparecem 45 vezes ao longo de toda a obra. A análise do conceito de "martírio" na obra de Fortunato será feita a partir desses parâmetros, buscando entender como ele é mobilizado pelo autor em cada trecho no qual aparece. Além disso, também interessa delimitar como ele colabora para a estruturação e justificativa da santidade de Radegunda, e, portanto, para o objetivo principal da hagiografia.

A Gália Merovíngia de Santa Radegunda e Venâncio Fortunato

Inicialmente, vale a pena discutir o contexto mais amplo da Gália merovíngia, local e dinastia sob a qual Venâncio Fortunato viveu e escreveu suas obras, e na qual também viveu sua personagem. A Gália foi uma região que fez parte do Império Romano, e foi ocupada por diversos povos germânicos, sendo unificada enquanto território com o reinado de Clóvis, o primeiro rei dos francos, que reinou de 481 a 511. O que era compreendido como Gália inclui a maioria do que hoje é a França, com algumas porções da Alemanha, dos Países Baixos e da Bélgica. O reino franco, por sua vez, contou com duas dinastias principais: os merovíngios e os carolíngios. A dinastia merovíngia, que esteve no poder entre o século V e o século VIII, período que abarca as vidas de Fortunato e Radegunda, tem origens tidas como míticas e mal documentadas, atribuindo a origem da dinastia a um rei chamado Meroveu. O primeiro rei do qual se tem informações mais confiáveis é Clóvis, que é considerado o primeiro rei dos francos e foi quem reunificou o território da Gália sob seu domínio (FOURACRE, 2020, p. 40)

Mártires de ontem e de hoje: uma análise do conceito de "martírio" em uma hagiografia de Santa Radegunda de Poitiers (séculos VI - VII)

Júlia Rovida de Oliveira Ramos

Clóvis também foi o primeiro rei cristão da região da Gália, convertendo-se por influência de sua esposa, Clotilde, fato que permitiu estabelecer também a posição do cristianismo dentro da história do reino dos francos. O período no qual viveram Santa Radegunda e Venâncio Fortunato, de meados do século VI ao início do século VII, ainda era aquele imediatamente posterior à conversão de Clóvis, o que significava que o cristianismo ainda era pouco estabelecido na região, no sentido de uma estrutura formal hegemônica. Há poucas evidências de remanescentes pagãos na Gália merovíngia após a conversão de Clóvis, e havia algumas comunidades judaicas estabelecidas desde os tempos romanos (DREWS, 2020, p. 122-124). Mesmo com o caráter de religião majoritária na dinastia merovíngia, os santos, a estrutura eclesiástica, as maneiras de devoção e outros elementos centrais para o que se tornará a doutrina cristã estavam em processo de definição. Era um tempo em que uma ampla gama de conceitos se encontrava em disputa, como "santo" [*sanctus*], enquanto aquele que seria merecedor de veneração, ou "humildade" [*humilitas*], como uma virtude esperada de um cristão, mas que podia se expressar de maneiras muito diversas. Tal cenário é resultado de uma tentativa de estabelecer definições hegemônicas ao redor do cristianismo, tornando-se extremamente rico para uma análise conceitual.

As hagiografias estavam inseridas no processo de definição e conceitualização do cristianismo medieval. Por meio da descrição da vida dos santos, que tinha muitas vezes propósito didático e/ou litúrgico, de leitura por monges, monjas ou nos dias de festas dos santos na própria igreja, tentava-se delimitar melhor, e de maneiras específicas, quais eram e

como se manifestavam as virtudes de um bom cristão. Nesse sentido, Jamie Kreiner (2020) defende que a produção textual do reino merovíngio foi prolífica, fazendo com que seja possível estudar esse período com uma multiplicidade de fontes, incluindo as hagiografias. Para o autor, esses textos oferecem uma amplitude enorme de discussões sociais de uma ordem em estabelecimento, tanto no âmbito da religiosidade cristã, quanto na organização social mais ampla. As hagiografias ofereciam um campo de disputa de quais valores e práticas seriam os mais corretos para um cristão. Como estabelece Kreiner:

> Em primeiro lugar, até traços cristãos aparentemente estáveis podem sofrer idas e vindas: alguns cristãos ou culturas cristãs podem enfatizar certos ideais ao invés de outros, podem introduzir novos ou diminuir o que parece menos relevante em um momento particular. [...] Mesmo em uma mesma comunidade, havia discordâncias acerca de quais ideais eram mais importantes. (KREINER, 2020, p. 510, tradução nossa)[2]

Assim, é possível argumentar que o período de estruturação de uma doutrina religiosa é especialmente carregado de conceituações, e ainda mais de conceituações em disputa constante no campo valorativo, comportamental, das atitudes e manifestações da fé.

Dessa forma, Venâncio Fortunato, poeta e bispo radicado na Gália Merovíngia e autor de uma considerável obra poética e em prosa, também fez parte da disputa dos valores e atitudes cristãs da segunda metade do século VI e início do século VII. Seis hagiografias são atribuídas a ele com

[2] No original: "The first is that even seemingly stable Christian traits can ebb and flow: some Christians or Christian cultures may emphasize certain ideals over others or may introduce new ones or downplay what seems less relevant in a particular moment. [...] Even within a single community, there were disagreements about what ideals mattered most." (KREINER, 2020, p. 510)

segurança: as vidas de Hilário de Poitiers, Germano de Paris, Albino de Angers, Paterno de Avranches, Radegunda de Poitiers e Marcelo de Paris. Algumas outras são eventualmente atribuídas ao autor, como uma vida de Severino de Bordeaux e uma de São Medardo, mas com muita incerteza quanto a tal possibilidade (CHARRONE, 2013, p.78-80). Sua vida de Radegunda de Poitiers, em especial, traz um exemplo de como as hagiografias inseriam-se em debates sociais mais amplos e podiam defender posições e virtudes que iam muito além da vida de um santo em específico e os acontecimentos relativos à sua vida.

Na hagiografia de Santa Radegunda de Poitiers, Venâncio Fortunato defende em diversas passagens que Radegunda casou-se com o rei Clotário I, mas se manteve dedicada a Deus e a vida religiosa mesmo dentro do casamento. No contexto marital, Radegunda expressava sua dedicação por meio de comportamentos humildes, uma alimentação simples e rejeição aos excessos associados à realeza. Além disso, sua relação com o marido também era conturbada, com algumas passagens da obra de Fortunato relatando seus momentos de devoção e reza no meio da noite, o que a tirava do leito e incomodava Clotário (FORTUNATO, 1989, p. 99-100). Fortunato não menciona abertamente na hagiografia, mas Radegunda, além de todos os comportamentos citados, não teve nenhum filho com o rei Clotário. A posição defendida por Fortunato, que permeia toda a sua hagiografia de modo implícito, porém, descrita abertamente em alguns de seus poemas dedicados a Radegunda e à abadessa Agnes, é de que a melhor e a mais digna opção de vida para uma mulher era a da vida religiosa, não o casamento e a maternidade. Em um poema específico,

intitulado *De Virginitate*, Fortunato descreve em detalhes as razões pelas quais a vida mundana traria mais sofrimento para as mulheres, e porque elas deveriam voltar-se a Deus ao invés de seguir tal caminho. Referenciando o uso por Fortunato de termos que evocam o sofrimento trazido pelo casamento e maternidade, Brian Brennan detalha:

> Em *De Virginitate*, Fortunato adverte que uma criança desejada pode morrer, levando uma mulher a odiar seu próprio corpo e arrepender-se de seu casamento. Ao final da gravidez, ela pode repentinamente passar a ser 'nem uma virgem, nem uma mãe' (linha 345). O poeta reforça o horror da mulher com uma descrição perturbadora da mãe, desesperada, tentando pressionar um seio sem leite na boca de sua criança morta. (BRENNAN, 1996, p. 89, tradução nossa)[3]

A posição de Fortunato acerca de quais seriam as melhores virtudes para uma mulher não era hegemônica. Havia outros bispos e eclesiásticos do período que argumentavam em favor da incapacidade das mulheres de se manterem na vida ascética e regrada que a meditação em Deus e o monasticismo requeriam. Tais posições eram externadas de diversas maneiras, como a do bispo Meroveu de Poitiers, que se recusou a receber e consagrar uma relíquia da Santa Cruz adquirida por Radegunda devido a constantes desentendimentos entre os dois. A hipótese levantada por Brennan é de que o bispo queria subjugar o mosteiro de Radegunda a sua autoridade episcopal, e potencialmente se apropriar de suas terras, o que

[3] No original: "In *De Virginitate*, Fortunatus cautions that a longed-for child may die, bringing a woman to hate her own body and to regret her marriage. At the end of her pregnancy she may suddenly find herself 'neither a virgin nor a mother' (line 345). The poet reinforces the horror of the woman's predicament with a ghastly vignette of the distraught attempting to press a dry breast into the mouth of her dead child." (BRENNAN, 1996, p. 89)

levou Fortunato a escrever seus textos em defesa da religiosidade de mulheres e de Radegunda (BRENNAN, 1996, p. 75-76). Tal embate político-social demonstra como a escrita hagiográfica fazia parte de um contexto mais amplo de disputas, inclusive conceituais, expressando a visão de um autor por meio do uso do personagem particular do santo, que podia trazer uma carga ainda maior de legitimidade ao argumento defendido.

Como transformar uma rainha em uma santa: os usos de "martírio" na hagiografia de Venâncio Fortunato

Iremos nos debruçar, por conseguinte, sobre a hagiografia de Santa Radegunda com a intenção de explorar como o conceito de "martírio" é utilizado em seu interior. Um primeiro trecho: "A menina, entre outros trabalhos que eram adequados ao seu sexo, foi ensinada as letras, falando frequentemente com outros jovens e se mostrando desejosa de tornar-se *mártir* [*martyra*], se as condições do tempo lhe houvessem permitido." [4] (FORTUNATO, 1989, p. 98, tradução nossa, grifo nosso). Tal trecho encontra-se próximo ao início da obra, e é o primeiro registro da palavra "mártir" no texto de Fortunato. Ele faz parte da descrição da vida de Radegunda anterior ao casamento com o rei Clotário, mas já após seu sequestro e durante sua vida na corte de seu futuro marido, sendo

[4] No original em latim: "Quae puella inter alia opera, quae sexui eius congruebant, litteris est erudita frequenter loquens cum parvulis, si conferret sors temporis, martyra fieri cupiens." (FORTUNATO, 1888, p. 365) / No original em italiano: "La fanciulla, fra gli altri lavori che erano adatti al suo sesso, fu erudita nelle lettere; parlando frequentemente con i fanciulli, si mostrava desiderosa di diventare una martire, se le condizioni del tempo l'avessero permesso." (FORTUNATO, 1989, p. 98)

educada para sua posição posterior. Pode-se perceber que a descrição que Fortunato faz de Radegunda é a de uma garota jovem, ainda fora da idade marital, e que está sendo preparada para tal momento. O que a diferencia de outras crianças, além de sua origem nobre, são seus pensamentos, já voltados a Deus desde tão cedo. Nas conversas com outros jovens da corte, que possivelmente estariam sendo alfabetizados e estudando juntos, ela menciona seu desejo de tornar-se mártir, caso os tempos em que viviam permitissem, ou seja, ainda houvesse as perseguições aos cristãos. A hagiografia segue descrevendo seu comportamento na juventude, como se portava na igreja, como cantava os salmos com a seriedade de uma adulta e reverenciava o altar profundamente, limpando o chão com as próprias roupas.

O trecho faz parte de uma lógica de temporalidade dentro da concepção judaico-cristã, a qual elabora que o tempo e a humanidade caminham sempre em direção ao seu fim inevitável no juízo final, transcorrendo tempos e destinos pré-determinados (PIMENTA, 2021, p. 255). A fala de Radegunda, ainda na infância, remetendo a um desejo por ser "mártir", explicita o destino a ser cumprido por ela e o futuro que terá, no sentido de se encaixar na predeterminação divina central ao cristianismo.

Nesse sentido, o conceito de "mártir" associa-se a um tempo específico, o qual já havia sido superado no tempo de Radegunda, mas que continua presente no sentido da busca de um futuro que remeta às virtudes exibidas no passado. Tal característica nos leva a inferir o caráter

temporalizado do próprio conceito de "mártir". Sua carga semântica e seu uso na hagiografia aponta para uma inserção intencional em uma linhagem específica, aquela dos "mártires" da Igreja, mantendo uma conexão com a tradição cristã, mesmo que o período sobre o qual se escreve não tenha mais as mesmas características do tempo da tradição. Por sua relação com um tempo específico, o tempo dos mártires e dos pais fundadores da Igreja, remeter ao conceito de "martírio" também faz referência a uma autoridade atribuída por ele. Nesse sentido, Radegunda é caracterizada como, desde jovem, reverenciando tal tempo, essencial dentro da tradição cristã, e mostrando-se desejosa de ter feito parte dele e de sua grandeza e autoridade.

Outro trecho interessante é o seguinte: "Que coisa, além do jejum, da submissão, da humildade, da caridade, da fadiga, da mortificação fervorosa, que a santíssima havia iniciado, se qualquer um examinasse todas essas coisas proclamaria ela mesma não só confessora [*confessorem*] como também *mártir* [*martyrem*]."[5] (FORTUNATO, 1989, p. 116, tradução nossa, grifo nosso). Nos trechos seguintes a essa passagem é perceptível a presença muito mais forte do sofrimento físico, e a descrição explícita de formas de automutilação e mortificação, com os ferimentos causados por elas. Nela também há a diferença entre confessora e mártir, algo mais

[5] No original em latim: "Quid autem sanctissima ieiunii, obsequii, humilitatis, karitatis, laboris, et cruciatus ferventer indepta sit, si quis cuncta percurreret, ipsam praedicaret tam confessorem quam martyrem." (FORTUNATO, 1888, p. 371) / No original em italiano: "Che cosa inoltre di digiuno, di sottomissione, di umiltà, di carità, di fatica e di mortificazione fervidamente la santissima abbia iniziato, se qualcuno esaminasse tutte queste cose, proclamerebbe lei stessa sia confessore che martire" (FORTUNATO, 1989, p. 116)

marcado no cristianismo antigo, que adquire outro sentido posteriormente, devido à própria diminuição da frequência de perseguições relacionadas à fé cristã.[6] O trecho transcrito acima, especificamente, é uma descrição da vida que Radegunda passará a levar uma vez enclausurada em seu mosteiro, como um breve prenúncio dos eventos específicos que ele narrará a seguir.

A descrição de Fortunato, ainda que breve, apresenta vários elementos que colaboram para a conceitualização de "martírio", e sua inserção em uma rede conceitual específica. O autor elenca os comportamentos iniciados pela santa a partir de sua entrada no mosteiro, como o jejum, a submissão, a humildade e a caridade, e em seguida declara que, por conta deles, qualquer um seria capaz de considerá-la tanto confessora quanto mártir. Com isso, Fortunato associa as atitudes de Santa Radegunda a características que seriam essenciais a um "mártir" de seu tempo, diferente do "mártir" da antiguidade, mas parte de sua tradição. Na antiguidade, o cristianismo, ainda como uma religião não hegemônica, caracterizava e conceitualizava seus "mártires", em termos gerais, como aqueles dispostos a morrer em nome da fé e não a renegar mesmo no momento da morte ou do sofrimento. Com a progressiva diminuição das perseguições e mortes por conta da fé, a conceituação de "martírio" muda, transformando-o de modo a remeter a um passado que

[6] Diferenciação do antigo cristianismo entre os mártires, aqueles que derramavam sangue ou morriam em nome de sua fé, e os confessores, aqueles que sofriam com tortura, exílio ou prisão por conta de sua fé, mas não chegavam a morrer. Com a institucionalização da religião cristã e o fim da perseguição, a diferença entre os termos torna-se menos marcada (FORTUNATO; PALERMO, 1989, p. 116)

não tem mais materialidade direta no presente. Sendo assim, ele torna-se um elemento retórico e de reativação de tradições, mas estando no centro também de novas conceituações do que é um mártir no tempo posterior à perseguição ao cristianismo. Nas palavras de Kreiner (2020):

> Como Gordon Blenneman apontou em sua análise dos sermões de Cesário, escritores merovíngios como o bispo de Arles estavam plenamente conscientes de que cada ato de identificação de um mártir - de interpretar alguém como mártir - revisava a definição de 'mártir', ao invés de simplesmente reativá-la. (KREINER, 2020, p. 514, tradução nossa)[7]

Pode-se perceber, então, que o uso do conceito de martírio nas hagiografias passava pela redefinição constante de seus significados, e não por um uso que apenas remetesse ao passado e a tradição. Escrever sobre "mártires" do tempo em que viviam e relacioná-los a uma tradição cristã mais antiga fazia parte da acumulação de camadas semânticas no conceito de "mártir", e da ressignificação dele baseado tanto na tradição quanto na própria experiência do tempo da escrita. A própria dualidade entre "confessor" e "mártir", mencionada anteriormente, remete a uma adição dos significados das duas palavras, que se diferenciavam na Antiguidade, mas perdem esse caráter por uma mudança na conjuntura político-religiosa, demonstrando as mudanças constantes no conceito.

Por último, destaca-se para análise um dos trechos mais explícitos da hagiografia: "Uma vez que todas as outras tivessem ido embora, com os membros trêmulos, o espírito armado contra o sofrimento, pelo fato de

[7] No original: "As Gordon Blenneman has pointed out in his analysis of Caesarius's sermons, Merovingian writers such as the bishop of Arles were fully aware that each act of identifying a martyr - of interpreting someone as a martyr - revised the definition of 'martyr', rather than merely reactivating it." (KREINER, 2020, p. 514)

que não era mais o tempo das perseguições, pensava em tornar-se *mártir* por si mesma."[8] (FORTUNATO, 1989, p. 121, tradução nossa, grifo nosso). O trecho faz parte das primeiras descrições da vida que Radegunda levará dentro de seu mosteiro e seu comportamento na clausura durante as primeiras Quaresmas. Aqui, pode-se notar a imbricação entre as duas facetas do conceito de "martírio" como utilizado por Fortunato: tanto a construção de um sentido próprio de seu tempo no século VI, que abarca o desejo de sofrimento enquanto justificativa e parte da santidade, quanto a rememoração do tempo dos mártires, no qual existiam perseguições à fé cristã e aqueles que a professavam eram torturados e mortos, tornando-se os pais da Igreja, e alguns dos primeiros santos. A conceitualização mais interessante desse trecho é relativa ao "espírito armado contra o sofrimento". Fortunato, com tal frase, aproxima Radegunda dos mártires do passado, como os próprios São Pedro, São Paulo, Policarpo etc., conceitualizando "mártir" como aquele que se fortalece espiritualmente frente ao sofrimento físico. A ideia de fortalecimento espiritual através do sofrimento e provações físicas foi e continuará sendo extremamente importante dentro do cristianismo, desde a própria Paixão de Cristo, até a prática existente atualmente do jejum em dias santos. Como no século VI já não haveria punição física por conta de sua fé, Radegunda, segundo Fortunato, consideraria o sofrimento e a mortificação auto infligidos como

[8] No original em latim: "Hinc discedentibus reliquis, membris trepidantibus, animus armatur ad poenam, tractans, quia non essent persecutionis tempora, a se ut fieret martyra." (FORTUNATO, 1888, p. 373) / No original em italiano: "Essendo tutte le altre andate via di là, con le membra palpitanti, l'animo armato contro la sofferenza, per il fatto che non erano piú i tempi delle persecuzioni meditava di rendersi martire da se stessa." (FORTUNATO, 1989, p. 121)

seu meio de atingir a posição de "mártir", fortalecendo sua fé e sua alma contra o sofrimento nesse processo.

Isso também reforça a hipótese de que Fortunato mobiliza e constrói o conceito de "martírio" como uma via de mão dupla entre a maneira como ele foi no passado e como ele pode se dar no presente. No trecho, as palavras "por si mesma" marcam tanto o meio pelo qual Radegunda planejaria atingir a posição de mártir em seu tempo, de maneira independente, quanto a diferença frente ao martírio do passado, no qual aquele que se tornava mártir o fazia por imposição externa. Os dois significados do conceito estão ligados pela ideia de resistência a um sofrimento, mas se contrapõem no causador dele, um autoinfligido e outro imposto por circunstâncias externas.

Por fim, observemos outro trecho:

> Enquanto isso, para resfriar um espírito tão ardente, resolve inflamar o corpo: coloca-se sobre o bronze incandescente, os membros queimados chiam, a pele se consome e onde chega o calor forma-se uma cavidade profunda. Sem falar, esconde as queimaduras, mas aquilo que a voz não revela, deixa claro o sangue que se apodrecia.[9] (FORTUNATO, 1989, p. 122, tradução nossa)

Entre os trechos analisados na presente seção, esse é o único que não traz a menção direta ao conceito de "martírio", mas narra as ações de

[9] No original em latim: "Inter haec, ut refrigeraret tam ferventem animum, incendere corpus deliberat, adponit aera candentia, stridunt membra crementia, consumitur cutis, et intima, quo attigit ardor, fit fossa. Tacens tegit foramina, sed conputrescens sanguis manifestabat, quod vox non prodebat in poena." (FORTUNATO, 1888, p. 373) / No original em italiano: "Frattanto per raffreddare un animo tanto ardente, delibera di infiammare il corpo: vi pone sopra il bronzo incandescente, le membra che bruciano stridono, la pelle si consuma e dove arriva il calore si forma una profonda cavità. Senza parlare nasconde i buchi, ma ciò che la voce non rivela nella sofferenza, rendeva manifesto il sangue che si putrefaceva." (FORTUNATO, 1989, p. 122)

Radegunda de modo a caracterizá-lo. Aqui é feita uma descrição explícita das queimaduras infligidas pela santa a si própria, e como ela escolhe calar-se frente ao sofrimento, o qual se mantinha visível devido ao sangue que apodrecia. É o trecho final de uma série de passagens que tratam especificamente do sofrimento físico que a santa se impõe, o que marca uma mudança na construção e estrutura narrativa da hagiografia a partir dele, como veremos adiante.

Destaca-se, nesse trecho, a atitude de sofrer em silêncio, escondendo os próprios ferimentos da comunidade de monjas ao seu redor. Na questão do "martírio", isso separa ainda mais o significado dado por Fortunato do significado relativo à cristandade antiga: na antiguidade, a condenação e execução dos cristãos era feita em praça pública, excluindo a possibilidade de um sofrimento em silêncio. Além de tal diferença, a busca por um silêncio e uma força espiritual expressas não somente na aceitação da morte e da dor em nome da fé, mas também na absoluta recusa de demonstrar para outras pessoas o que Radegunda faz a si mesma, causam outra demarcação de diferença e de conceituação própria na hagiografia, mesmo que em diálogo e reiteração do conceito antigo.

Ser santa por ser mártir: o "martírio" como conceito estruturante da hagiografia de Fortunato

Como mencionado anteriormente, a tentativa de Fortunato de delimitação do conceito de "martírio" se dá de forma marcada e intensa em uma sequência de passagens que se iniciam com a entrada de Radegunda no mosteiro da Santa Cruz, e continua com a descrição de

seus comportamentos no mosteiro. Ao final dessa sequência, após o último trecho analisado, Fortunato escreve: "Portanto aconteceu que os milagres não se fizeram ficar em silêncio, como ela mesma tinha mantido escondido." (FORTUNATO, 1989, p. 122, tradução nossa).[10] Aqui, o autor marca uma mudança na vida de Santa Radegunda, e na estrutura narrativa que ele próprio utiliza para contá-la. Constata-se que o conceito de "martírio" é estruturante para essa mudança, interagindo com outros elementos discursivos.

A hagiografia de Santa Radegunda pode ser dividida tematicamente em alguns momentos centrais: sua vida antes do casamento, sua vida marital, sua vida após a separação e antes do mosteiro, e sua vida no mosteiro da Santa Cruz de Poitiers.[11] Na versão traduzida usada como base para as análises formais, as partes da obra relativas à vida da santa antes e após a entrada do mosteiro são próximas em tamanho, com 21 páginas descrevendo sua vida pregressa ao evento, e 18 páginas descrevendo sua vida posterior. A partir da entrada no mosteiro a narrativa que Fortunato constrói para Radegunda é notadamente diferente daquela de sua vida pregressa.

[10] No original em latim: Hinc actum est, quod ipsa abdiderit, hoc miracula non tacerent. (FORTUNATO, 1888, p. 373) / No original em italiano: Quindi accadde che i miracoli non fecero passare sotto silenzio ciò che ella stessa aveva tenuto nascosto. (FORTUNATO, 1989, p. 122)

[11] Tal divisão não está presente literalmente na obra, uma vez que esta é dividida originalmente em 39 capítulos não nomeados, e em 37 capítulos nomeados pelo tradutor da obra ao italiano. Foi feita a divisão temática durante a análise dos assuntos abordados em cada porção da hagiografia com fins de facilitar o trabalho.

Mártires de ontem e de hoje: uma análise do conceito de "martírio" em uma hagiografia de Santa Radegunda de Poitiers (séculos VI - VII)

Júlia Rovida de Oliveira Ramos

Partindo de um dos elementos centrais de uma hagiografia, isto é, a maneira pela qual o hagiógrafo demonstra e retrata os motivos para a santidade de seu personagem, observamos aqui todos os usos das palavras "santa" [*sancta*], "santíssima" [*sanctissima*], "beata" [*beata*], ou "beatíssima" [*beatissima*], como verificação dos momentos nos quais Fortunato diretamente trata Radegunda nos termos de santa propriamente dita. Para uma análise quantitativa desses termos, tomamos as 21 páginas da obra sobre a vida de Radegunda antes da clausura em sua totalidade, e dividimos a parte relativa à vida de Radegunda dentro do mosteiro (18 páginas), em duas subdivisões: uma que dá conta dos trechos que detalham os primeiros momentos no mosteiro, e que trazem descrições de sofrimento e penitência (6 páginas), e outra que considera seus milagres e comportamentos após tal sofrimento (12 páginas). Com tais divisões em mente, foi possível perceber que os quatro termos elencados anteriormente como sendo referências diretas à santidade, aparecem 10 vezes nas primeiras 21 páginas. Excluindo as seis páginas que descrevem o sofrimento de Radegunda, já analisadas anteriormente em mais detalhes, foram contabilizados 32 usos dos quatro termos nas 12 páginas subsequentes, o que marca a virada na estrutura narrativa.

Em uma análise qualitativa, pode-se perceber que as 12 páginas seguintes à narrativa do sofrimento físico são exclusivamente focadas em milagres, exorcismos e ressurreições. Nas 21 páginas anteriores há menções de milagres ocasionais, como algumas curas, mas o foco é voltado para sua trajetória e seus comportamentos de humildade, devoção, cuidado e, por fim, o sofrimento e a mortificação. Tais comportamentos e

caracterizações continuam surgindo, mas demonstrados pela afirmação dos milagres realizados e dos significados deles para cada pessoa beneficiada e sua comunidade. A estrutura narrativa construído por Fortunato, que inicia na infância de Radegunda e seu desejo desde então de tornar-se "mártir", e chega a um momento máximo de sofrimento autoinfligido, para, então, seguir para os milagres e os comportamentos realmente santos, características demarcadas pelas quantidades de usos das palavras e pelas temáticas, é o que justifica o entendimento do "martírio" como conceito principal da obra.

A partir dessa visão geral da obra e das propostas de divisão com o intuito de verificar a centralidade do conceito de "martírio", é possível perceber a enorme importância das seis páginas que abordam o sofrimento de Radegunda. Não apenas são as passagens com uma conceituação intensa do "martírio" na vida de Radegunda, mas também são os trechos nos quais sua santidade é considerada justificada pelo autor, o que permite que ele adentre em seus feitos realmente santos, chamando-a de santa constantemente a partir de então. E o recurso utilizado para tanto é o conceito de "martírio".

Conclusões

O conceito de "martírio", na hagiografia de Santa Radegunda, é central para justificar sua santidade. Como mencionado inicialmente, o momento no qual Santa Radegunda e Venâncio Fortunato viviam era, na sociedade merovíngia, especialmente rico de textos e debates acerca do que era o cristianismo, como um bom cristão deveria se comportar, quais

eram seus santos dignos de veneração e por quê. Nesse contexto, a operação realizada por Fortunato para conceituar o "martírio" autoinfligido de Santa Radegunda faz parte de um contexto mais amplo de conceituação do próprio cristianismo em alguns de seus fundamentos.

As operações temporais que podem ser feitas por meio de conceitos foram especialmente caras ao cristianismo em seus momentos de afirmação inicial. No caso aqui analisado, o conceito de "martírio" é um conceito temporalizado de maneira específica. Ao mesmo tempo em que se refere e reaviva a tradição cristã de seu início por meio de equiparação a mártires como São Pedro ou São Paulo, ele se reestrutura continuamente, com obras como a de Fortunato trazendo novas significações para o conceito, e novas formas de ser um "mártir" mesmo após o fim das perseguições aos cristãos.

Na hagiografia de Santa Radegunda é o "martírio" que marca o ápice da obra, demonstrando a virada da trajetória mundana para sua vida realmente santificada, que se justifica com as imagens fortes de sofrimento. Santa Radegunda é construída como uma mulher nobre excepcional, que se mantém fiel a Deus, humilde, caridosa e que escolhe a vida monástica à vida marital, e que, em sua devoção, se torna "mártir" por desejo próprio, o que leva a sua afirmação enquanto santa.

O conceito de "martírio" ofereceu aqui uma possibilidade de análise tanto nos trechos específicos da hagiografia nos quais aparece, quanto em seu caráter estruturante na trajetória de ascensão à santidade por parte de Radegunda. Mobilizando passado e presente, o conceito de "martírio"

coloca Santa Radegunda em uma longa linhagem de mártires de Igreja, que remonta aos primeiros anos da Era Cristã, mas também afirma uma nova forma de ser mártir e de ser santa, em um momento no qual esta definição passava por disputa constante e aberta.

REFERÊNCIAS

BRENNAN, Brian. Deathless marriage and spiritual fecundity in Venantius Fortunatus's *"De Virginitate"*. *Traditio,* vol. 51. 1996, p. 73-97.

BRENNAN, Brian. The career of Venantius Fortunatus. *Traditio,* vol. 41, 1985, p. 49-78.

CHARRONE, João Paulo. *A imagem da autoridade episcopal no período merovíngio através da Vita Sancti Marcelii e demais vitae de Venâncio Fortunato.* Tese de mestrado — Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, 2009.

CHARRONE, João Paulo. O público alvo das hagiografias em prosa de Venâncio Fortunato. *Revista Crítica Histórica,* ano 4, n. 7, 2013, p. 77-97.

DREWS, Wolfram. Migrants and Minorities in Merovingian Gaul. In: EFFROS, Bonnie; MOREIRA, Isabel. (org.) *The Oxford Handbook of The Merovingian World.* Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 117-138.

FORTUNATO, Venâncio et al. *Fredegarii et aliorum Chronica*. Hannoverae: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1888.

FORTUNATO, Venâncio; PALERMO, Giovanni. *Vite Dei Santi Ilario E Radegonda Di Poitiers.* Roma: Città Nuova, 1989.

FOURACRE, Paul. From Gaul to Francia: The Impact of the Merovingians. In: EFFROS, Bonnie; MOREIRA, Isabel. (org.) *The Oxford Handbook of The Merovingian World*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 35-51.

HALBORG, John E.; MCNAMARA, Jo Ann; WHATLEY, E. Gordon. *Sainted Women of the Dark Ages.* Durham: Duke University Press. 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KREINER, Jamie. Merovingian Hagiography. In: EFFROS, Bonnie; MOREIRA, Isabel. (org.) *The Oxford Handbook of The Merovingian World*. Oxford:

Oxford University Press, 2020, p. 508-530.

PIMENTA, João Paulo. *O livro do tempo: uma história social*. São Paulo: Edições 70, 2021.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Hagiografia medieval: propostas para estudos em perspectiva comparada. *Revista de História e Estudos culturais*. Volume 12, ano 12, nº 1. 2015, p.1-21.

DOSSIÊ

O conceito de "história" na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth (século XII)*

Beatriz Cristine Honrado**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p666-691

resumo

A *História Regum Britanniae*, escrita pelo monge Geoffrey de Monmouth no século XII, foi uma obra altamente popular na Idade Média. Até os dias de hoje há um questionamento se os acontecimentos narrados por Geoffrey são reais ou não, e para além disso, se a *Historia Regum Britanniae* pode ser considerada um trabalho historiográfico. No presente artigo, fazemos uso da história conceitual para entender o que Geoffrey entendia pelo conceito de "história", e, com isso, verificar até que ponto a classificação da *Historia Regum Britanniae* como pseudo-história está fincada em significados modernos do termo, que não fazem jus às suas significações medievais.

PALAVRAS-CHAVES: História; Geoffrey de Monmouth; *Historia Regum Britanniae;* dinastia; História Conceitual.

* Agradeço à minha orientadora pelo constante apoio, aos membros do LATHIMM-USP pelo ambiente acolhedor e a Carlos Eduardo Sant'Anna, Filipe Figueiredo, Júlia Ramos e Kaio Brandão pelas trocas e leituras atentas.

** Possui graduação em Comunicação Social Com Habilitação em Editoração pela Universidade de São Paulo (2019). Aluna da graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Pesquisadora do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM/USP), com foco no estudo de manuscritos e relações com mulheres comitentes da realeza medieval inglesa. Atualmente desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado: "Eleanor de Castela e a circulação de manuscritos iluminados entre Inglaterra e Castela: uma análise comparativa entre a Chronica Majora e a Estoria de Espanna", com financiamento da FAPESP sob orientação da professora Maria Cristina Pereira.

O conceito de “história” na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth (século XII)

Beatriz Cristine Honrado

Introdução

A *Historia Regum Britanniae* (HRB) de Geoffrey de Monmouth foi finalizada em 1138 e ainda causa debates e levanta questionamentos. A *Historia* chega até os dias de hoje em mais de 200 manuscritos, muitos deles datados do próprio século XII, o que atesta a grande popularidade da obra durante o período medieval (CRICK, 1989). Alguns pesquisadores não consideram a *Historia Regum Britanniae* uma escrita histórica, mas, sim, um romance (GRANSDEN, 1975, p. 202), ou até mesmo uma “pseudo-história vestida com trajes de história” (CRICK, 1991, p. 196).

Com base na história conceitual procuramos contrapor essas considerações. Acreditamos que a classificação da obra enquanto um “romance” ou enquanto uma “pseudo-história” é resultado da imputação do conceito moderno de “história” ao século XII. Contudo, como mostra Javier Fernández Sebastián: “não existem ideias atemporais, nem significados perenes”, sendo inútil, assim, “procurar significados ‘autênticos’ inerentes a certos textos e a certos fatos, independentemente dos atores, observadores, ou intérpretes que, em cada momento, lugar e circunstância lhes dão sentido” (FERNANDÉZ SEBASTIÁN, 2023, p. 57). Portanto, não existe um conceito atemporal de “história” e não podemos exigir de uma narrativa histórica do século XII o cumprimento com critérios e metodologias atuais. Mais importante, para o presente artigo, é visualizar o que Geoffrey de Monmouth, com base em seus próprios termos e referenciais, entendia por “história” e verificar o quão de acordo estava essa concepção com o fazer histórico da época.

O conceito de “história” na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth (século XII)

Beatriz Cristine Honrado

Um conceito não é uma palavra qualquer, mas um vocábulo capaz de carregar consigo múltiplos significados e se articular com outros termos de modo a formar redes conceituais mais amplas. A história conceitual, segundo Javier Fernández Sebastián, tem como principal objetivo “elucidar as experiências e expectativas históricas das pessoas do passado, valendo-se dos rastros que tais vivências deixaram na linguagem” (FERNANDÉZ SEBASTIÁN, 2023, p. 55). Com isso, acreditamos que nos debruçar sobre a concepção de “história” na *Historia Regum Britanniae*, fornecerá evidências tanto acerca da forma de produção histórica na Inglaterra medieval, que passava por transformações no século XII. Quanto a respeito da maneira com a qual, a partir da mobilização desse conceito, Geoffrey acrescentou uma nova camada de sentido para sua narrativa e para os usos políticos dela.

Reinhart Koselleck, escrevendo em 1979, diz “falta-nos, ainda hoje uma descrição de todas as transformações filológicas e semânticas por meio das quais a expressão “história” [historie] foi conceitualizada” (KOSELLECK, 2006, p. 42). Com isso, o autor nos lembra que o conceito de “história” não possui uma significação perene ao longo do tempo.

Para além disso, a história conceitual se mostra produtiva para o estudo da tradição historiográfica medieval, pois como apontado por Koselleck, um conceito não é apenas um fenômeno linguístico, mas é também um indicativo de algo que se situa para além da língua (KOSELLECK, 1992, p. 136). Essa capacidade do conceito de ser moldado, assim como moldar a realidade que o cerca está presente no cerne da

escrita histórica medieval, que procurava, como veremos, narrar sobre o passado ao mesmo tempo que influencia os eventos do presente.

Para fins do presente artigo, foram utilizadas duas edições, uma em inglês editada por Lewis Thorpe (THORPE, Lewis (ed.). Geoffrey of Monmouth: The History of the Kings of Britain. Londres: Penguin Books, 1966.) e outra em Latim editada por Neil Wright (WRIGHT, Neil (ed.). The Historia Regum Britanniae: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer). Todas as traduções, tanto do latim quanto do inglês, foram feitas por nós. Nossa tradução para português será priorizada ao longo do artigo, com as traduções em notas, mantendo em latim apenas os títulos.

Hic de prole tua reges nascentur[1]: a *Historia Regum Britanniae* e a historiografia dinástica

A produção histórica do século XII inglês era bastante diferente do que atualmente chamamos de "ofício do historiador" (SPIEGEL, 1997, p. xii); tanto nos conteúdos abordados quanto por sua forma, muitas vezes com o viés moralizante, exemplar e didático (KOSELLECK, 1992, p. 42)[2]. Nesse sentido, Odilo Engels aponta que a "história" na Idade Média era tido como um veículo de transmissão de valores pedagógicos, assim como demonstrava uma preocupação com aquilo que merecia ser conhecido como "história" (ENGELS, 2013, p. 64-65). Ou seja, além da noção pedagógica, há também um caráter memorialístico que perpassa os

[1] **Tradução nossa**: Lá, de sua prole nascerão reis.

[2] O *topos* de que a história é um "cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos aprofundamos com um objetivo pedagógico", sintetizado pela expressão *historia magistra vitae* (história mestra da vida), remonta à Antiguidade e ainda orientava o fazer historiográfico na Idade Média.

escritos históricos do século XII. Faz-se necessário ressaltar que neste mesmo século há um rearranjo das cortes dos reis, no qual estas se tornam centros de cultura. Esse movimento fez com que o conceito de "história" fosse adaptado para esse novo público, que não eram mais apenas os clérigos, mas sim abarcava nobres que buscavam entretenimento e edificação e, com isso, a fronteira entre literatura e história ficou ainda mais diminuta (GUENÉE, 2017, p. 585),

Para além disso, Gabrielle Spiegel coloca a escrita histórica medieval como um lugar de confronto entre o ideal e o real, e como algo que age sobre a realidade do cronista, fornecendo legitimidade aos eventos do presente (SPIEGEL, 1975, p. 314-316). Em vista disso, é importante que tenhamos em mente essas forças intelectuais, como o didatismo, a exemplaridade, a memorialística e a legitimidade, que, ainda nas palavras de Spiegel, estavam presentes na historiografia medieval e eram capazes de influenciar não apenas a escrita histórica, como também os eventos em si (SPIEGEL, 1975, p. 316). Entendemos a memória, a partir de Jacques LeGoff, como uma produção escrita ou imagética que é caracterizada por sua função social de comunicar a outrém uma informação, na ausência do acontecimento (LEGOFF, 2013, p. 389). Ademais, vemos também um sentido social da memória – operado através de narrativas como a de Geoffrey de Monmouth – como na qual a sociedade contemporânea da escrita maneja o processo de renovação e reforma do passado, integrando-o em sua identidade presente (GEARY, 2017, p. 192).

Geoffrey de Monmouth foi um clérigo, nascido provavelmente entre 1090 e 1100, na região de Monmouth, no atual País de Gales. Há menção de

seu nome em diversos documentos relacionados à Universidade de Oxford, o que indica que ele possuía um alto grau de instrução (TATLOCK, 1950, p. 4). A *Historia Regum Britanniae,* como veremos, se valeu dos escritos de Gildas e Beda para sua composição. Contudo, podemos atestar a influência de outras obras, como a *Historia Brittorum*, de Nennius, na qual há um dos primeiros registros escritos sobre Arthur (SNYDER, 2005, p. 1). Entretanto, a obra de Geoffrey, por fornecer maiores detalhes sobre o personagem é considerada a base para os romances arturianos, como os escritos nos séculos XIV e XV (INGHAM, 2001, p. 3). A narrativa da *Historia Regum Britanniae* é iniciada com uma apresentação ao leitor do que Geoffrey busca ao escrever:

> Sempre que tive a oportunidade de pensar sobre a *história* [*hystoriam*] dos reis da Bretanha, nas muitas ocasiões em que estava refletindo sobre esses assuntos, parecia-me uma coisa notável que, além das menções feitas por Gildas e Beda em seus brilhantes livros sobre o tema, não consegui descobrir absolutamente nada sobre os reis que viveram aqui antes da Encarnação de Cristo, nem, na verdade, sobre Artur e todos os outros que vieram depois da Encarnação. Ainda assim, os feitos desses homens foram tais que merecem ser *louvados* por um tempo. Além disso, esses feitos foram *transmitidos* através da tradição oral, como se tivessem sido registrados por escrito, por muitos povos que tinham apenas a memória para se apoiar. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 51, grifos nossos)[3]

Este é o primeiro parágrafo da crônica e é significativo que Geoffrey já mobilize o conceito de "história" na primeira frase e, com ele, abarque

[3] No latim: *Cum mecum multa et de multis sepius animo reuoluens in hystoriam regum Britannie inciderem, in mirum contuli quod infra mentionem quam de eis Gildas et Beda luculento tractatu fecerant nichil de regibus qui ante incarnationem Christi inhabitauerant, nichil etiam de Arturo ceterisque compluribus qui post incarnationem successerunt repperissem, cum et gesta corum digna eternitate laudis constarent et a multis populis quasi inscripta iocunde et memoriter predicarent*. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 1.

uma rede conceitual que confere sentido ao que ele entende por "história". Podemos perceber, na tradução para o inglês, o uso dos termos "louvados" e "transmitidos". No original em latim temos "*eternitate laudis*" como correspondência de "louvados", mais especificamente "louvados eternamente"[4]. Estes termos explicitam o que Geoffrey entende como "história", ou seja, a transmissão, de forma escrita, dos feitos louváveis de homens. No latim isto é colocado de forma ainda mais contundente com "*eternitate laudis*", ou seja, são feitos dignos de reconhecimento eterno, este a ser conferido através da escrita de Geoffrey.

Portanto, como muitas outras concepções de "história" anteriores à modernidade, a "história", para Geoffrey, pretendia ser *magistra vitae,* ou seja, buscava conferir um "sentido de imortalidade à História como instrução para vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência" (KOSELLECK, 2006, p. 43). Nos termos do nosso autor, era importante que não fossem perdidos no tempo os feitos louváveis – "uma coleção de exemplos" (KOSELLECK, 2006, p. 43) – de determinados indivíduos e, mais especificamente, dos reis da Bretanha, anteriores e posteriores à Reencarnação de Cristo, temos, portanto, uma retomada da função memorialística que perpassava a produção histórica do século XII.

Temos que ressaltar que a *Historia Regum Britanniae* foi escrita durante um período conturbado da história inglesa medieval. O então

[4] Enquanto a edição em latim disponível para nós advém do manuscrito de Bern (Bem, Burgerbibliothek, Ms. 568), Lewis Thorpe trabalha com um manuscrito de Cambridge para a elaboração da tradução para o inglês (Cambridge, University Library, Ms. 1706), Devido à indisponibilidade deste segundo em uma edição em latim e não existir um manuscrito autógrafo de Geoffrey, divergências já eram esperadas e os termos de ambas serão analisados no presente artigo.

regente Henrique I (1100-1135), percebendo a iminência de sua morte sem herdeiros masculinos, ordenou que seus vassalos prestassem juramentos a sua filha, Matilda, como próxima rainha. Porém, com a morte do rei, alguns dos nobres quebraram o juramento, apoiando Stephen, sobrinho do falecido monarca. Estes acontecimentos deram início a uma guerra civil que durou mais de quinze anos, entre 1135 e 1153. Geoffrey finaliza sua crônica em 1138, ou seja, nos anos seguintes à eclosão do conflito, cabe destacar que este ano é tido por Jim Bradbury como o início de fato do conflito, com a repentina declaração do apoio de Robert, duque de Gloucester, ao lado de sua meia-irmã Matilda (BRADBURY, 2005, p. 22). O presente de Geoffrey deixou marcas no interior de sua obra. Na *Historia Regum Britanniae* o conceito de "história" está intimamente ligado ao estabelecimento de uma sucessão de reis, assim como a rememoração de seus feitos, dialogando com o contexto político do autor, quando a sucessão foi colocada em cheque e as lealdades questionadas, fazendo sentido, assim, resgatar no passado as origens daquela dinastia.

A identificação da história da Inglaterra como a história de feitos de reis, segundo Norbert Kersken, era um elemento central da historiografia inglesa daquele período. Era muito presente também a interpretação da história das Ilhas Britânicas, que teriam sido moldadas por diversos povos, bem como a invenção de uma suposta origem Britânica advinda dos troianos a partir de Brutus (KERSKEN, 2003, p. 185).

Esta historiografia insurgente no século XII foi chamada pelos estudiosos como história dinástica. Segundo Charles West, esse tipo de escrita mobilizava lealdades juntamente com visões específicas sobre o

passado, possibilitando que, através das relações de parentesco e da forma com que eram narradas as histórias de seus antepassados e familiares, as dinastias se valessem das crônicas para se situarem espacial e temporalmente (WEST, 2012, p. 496). A *Historia Regum Britanniae*, nesse sentido, é um perfeito exemplo de história dinástica.

Ao organizar uma linhagem e uma genealogia para os reis da Inglaterra, Geoffrey de Monmouth estabeleceu uma sucessão sem quebras entre Brutus, Arthur, Anglo-Saxões e a Dinastia Anglo-Normanda, que governava em seu tempo. Essa narrativa sucessória, além de não possuir rupturas, não estabelece distinção entre o que seria real e mitológico.

A inserção de personagens mitológicos e profecias é uma das razões pelas quais a *Historia* de Geoffrey é classificada por alguns estudiosos como Julia Crick como pseudo-história (CRICK, 1991, p. 196). Porém, na conceitualização de Geoffrey de "história", bem como de outros autores de sua época, não existia uma diferenciação plenamente estabelecida entre narrativa mitológica e narrativa histórica. Para ele, era a inserção dos mitos que fazia determinados eventos e linhagens políticas serem legitimados. Portanto, há uma dupla dependência entre "história" e mito na conceituação de Geoffrey, onde a "história" dignifica e torna o mito crível, e o mito dignifica e legitima a linhagem, objeto da *Historia*.

Segundo Spiegel, o desenvolvimento da história dinástica é causa e consequência da consciência de si de uma linhagem ou dinastia, usada para legitimar poderes e afirmar o lugar de uma família na vida política (SPIEGEL, 1983, p. 47).

É significativo, portanto, o fato de que Geoffrey decide iniciar sua *Historia* com a saída de Brutus de Tróia e sua chegada a Bretanha, passando pela Gália, onde recebe a profecia de Diana que dá título a esta seção. O mito das origens troianas da Bretanha emerge, segundo Ingledew, como um conceito que expressa uma nova consciência histórica, intimamente associada ao ambiente aristocrático (INGLEDEW, 1994, p. 666). Portanto, podemos associar a conceituação desse mito como parte da rede conceitual daquilo que Geoffrey entende como conceito de "história".

A "origem bretã" associada a Brutus é um elemento que já existe em textos anteriores, como pode ser visto em Isidoro de Sevilha no século VII (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 749), mas que reapareceu na *Historia Regum Britanniae* de forma mais contundente. Brutus é um troiano, exilado após a Guerra de Tróia, que decide se aventurar ao mar. Neste ínterim, na Gália, ele recebe a profecia de Diana de que existiria uma ilha onde seus descendentes seriam reis. Geoffrey, portanto, narra a história do povo bretão a partir de suas origens, com o foco exclusivamente no estabelecimento de uma história monárquica linear.

É importante ressaltar que o conceito de "história" é sempre indissociável de uma determinada noção de tempo. Segundo Hans-Werner Goetz, para os cronistas medievais a mudança histórica se formava a partir de ciclos de ascensões e declínios políticos, crescimento e queda de governantes e de reinos; além disso, a "história" se situa, sempre, dentro de um escopo temporal, e o autor aponta para a proeminência de dois tempos nas narrativas historiográficas do medievo (GOETZ, 2003, p.

141-148). O primeiro tempo da salvação, no qual a história que se deseja contar é inserida em um *continuum* desde Adão e Eva. Mesmo não iniciando sua narrativa com Adão e Eva, Geoffrey procura inserir os acontecimentos narrados em uma linha cronológica maior: "Este foi o tempo quando *Salomão começou a construção do Templo do Senhor em Jerusalém* e quando a rainha de Sabá veio ouvir sua sabedoria. Aproximadamente ao mesmo tempo, Silvius Epitus, sucedeu seu pai, Alba, *no reino de Roma*." (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 80, grifos nossos). Portanto, mesmo tendo como foco principal os acontecimentos da Bretanha, Geoffrey procura sempre ancorar o tempo de sua narrativa com o tempo Bíblico.

A segunda forma de organização temporal - a translação do poder imperial - também está evidente nesse trecho. Esta segunda forma de organização cronológica da narrativa histórica - em latim, *Translatio Imperii* - pode ser entendida como a noção de que o poder advindo do império romano, dos gregos ou troianos teria sido herdado, de forma contínua, por outros povos (GOETZ, 2003, p. 154). O conceito de "história" mobilizado na *Historia Regum Britanniae* abarca a ideia de *Translatio Imperii*, e isto fica evidente quando Geoffrey decide iniciar sua narrativa com a chegada do troiano Brutus a Bretanha, ponto de partida para a linhagem dos reis Bretões. Além disso, a partir do momento que os romanos, uma segunda força imperial antiga, chegam a Bretanha, os acontecimentos narrados são inseridos na cronologia de Roma.

Para além de uma conceituação temporal de "história", Geoffrey também a conceitua ao estabelecer os temas a serem narrados na *Historia*

Regum Britanniae. Essa escolha sobre os assuntos que irão compor sua narrativa, e, principalmente aqueles que ficarão de fora, é postulado pelo próprio cronista:

> Não tentei descrever suas outras atividades lá ou sua eventual morte, pois as histórias de Roma explicam esses assuntos. Se eu mesmo o tivesse feito, teria tornado esta obra excessivamente *prolixa* e, ao *revisitar* temas já tratados por outros, teria me desviado do meu *propósito*. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 99, grifos nossos)[5]

Neste trecho, ao optar por não narrar a circunstância da morte de Brennius, Geoffrey utiliza uma rede conceitual importante para sua definição de história. Para ele, uma "história" não deve ser prolixa e deve evitar o parafraseamento de outras obras. Em especial, vemos que a "história" serve a um propósito:o estabelecimento de uma narrativa focada unicamente no povo bretão e seus reis. Em outro momento, Geoffrey reafirma as motivações da sua narrativa:

> Como não tinham esposas, os pictos[6] pediram aos bretões suas filhas e parentes; mas os bretões recusaram casar suas mulheres com *homens desse tipo*. Após sofrerem essa rejeição, os pictos atravessaram para a Irlanda e casaram-se com mulheres daquele país. Dessas mulheres nasceram filhos, e assim os pictos aumentaram em número. Isso é o suficiente sobre eles, pois *não é meu propósito descrever a história* [*historiam*] *dos pictos, nem, de fato, a dos escoceses*, que traçam sua origem tanto deles quanto dos irlandeses. (GEOFFREY DE MONMOUTH, p. 123-124, grifos nossos)[7]

---

[5] No original: *Cuius ceteros actus et exitum quia Romane historie declarant nequaquam tractare curaui, [31r] cum nimiam prolixitatem huic operi ingessissem et id quod alii tractauerunt perarans a [proposito] meo diuertissem*. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 30.

[6] Os pictos eram os habitantes do leste e norte de onde hoje chamamos de Escócia.

[7] No original: *Cumque uxores non habentes filias et cognatas Britonum ab illis petiuissent, dedignati sunt Britones huiusmodi populo natas suas maritare. At illi ut passi fuerunt repulsam, transfretauerunt in Hyberniam duxeruntque ex patria illa mulieres ex quibus creata sobole multitudinem suam auxerunt. Sed hec hactenus, cum*

É interessante notar que em outro momento da narrativa Geoffrey afirma que a Bretanha é ocupada por Normandos, Franceses, Bretões, Saxões, Pictos e Escoceses[8]. Portanto, ao decidir excluir a história dos Pictos e Escoceses de sua conceituação de "história", o autor está categorizando quem, para ele, seriam os verdadeiros bretões, distinguindo-os de povos que apenas ocupam a terra, sem terem direito àquele território. Também classifica que um povo, em específico, tem o direito de ter seus feitos inseridos na "história" enquanto outros não entrarão na composição do volume.

Codicem illum in Latinum sermonem transferre curaui[9]: a legitimidade da "história"

Isidoro de Sevilha, em suas Etimologias escritas no século VII, conceitua "história" como "a narração dos feitos do passado, por ela se conhecem os acontecimentos que tiveram lugar no passado. O nome deriva do grego, que significa "ver" e "conhecer"" (ISIDORO DE SEVILHA, 2004. p. 348)[10]. Apesar do conceito de "história" não possuir um significado fixo através do tempo, é possível visualizar permanências em sua conceituação durante o período medieval, pois vemos alguns sentidos da conceituação proposta por Isidoro para "história" sendo preservados na obra de Geoffrey, apesar do distanciamento temporal. O principal deles é o

non proposuerim tractare historiam eorum siue Scotorum qui ex illis et Hibernensibus [37v] *originem duxerunt*. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 45.

[8] No original: *Postremo quinque inhabitatur populis: Normannis uidelicet atque Britannis, Saxonibus, Pictis et Scotis*. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 2.

[9] Tradução nossa: procurei traduzir aquele livro para o idioma latino.

[10] No latim: *Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt dinscuntur. Dicta autem Graece historia id est a videre vel cognoscere.*

estabelecimento de uma rede conceitual na qual "história" é associada a "conhecer", "clarificar", "ver", "explicar", "escrever" e "traduzir".

Geoffrey inicia sua narrativa sobre a chegada de Brutus com o seguinte parágrafo:

> Por fim, a Bretanha é habitada por cinco raças de pessoas, os Normandos, os Franceses, os Bretões, os Saxões, os Pictos e os Escoceses. Desses, os Bretões ocuparam a terra de mar a mar, antes dos outros chegarem. A vingança de Deus caiu sobre eles e, por conta de sua arrogância, foram submetidos aos Pictos e Saxões. Agora me resta *contar* como eles chegaram e de onde, o que *ficará claro* no que se segue. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 54, grifos nossos)[11]

Nesse trecho, destacam-se as palavras "contar" e "clarificar [ficar claro]". Portanto, a história, para Geoffrey, conta, ou melhor, deixa claro algo que não havia sido contado ou esclarecido anteriormente. Segundo Gabrielle Spiegel, para a historiografia medieval, o texto histórico era visto como uma transparência, por meio da qual o leitor vislumbrava o passado de forma vívida, como ele havia sido. Ainda na concepção da autora, essa categorização da historiografia medieval como transparência faz com que entendamos melhor o papel dos mitos e fabulações inseridos em uma narrativa histórica, pois o historiador medieval se via, não como um autor, mas sim como um transmissor ou até um compilador de obras passadas. Com isso o historiador medieval se tornava, nas palavras da autora, um

[11] No latim: *Postremo quinque inhabitatur populis: Normannis uidelicet atque Britannis, Saxonibus, Pictis et Scotis. Ex quibus Britones olim ante ceteros a mari usque ad mare insederunt donec ultione diuina propter ipsorum superueniente superbiam Pictis et Saxonibus cesserunt. Qualiter uero et unde applicuerunt restat nunc parare ut in subsequentibus explicabitur*. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 45.

escravo de seus documentos, transmitindo, inclusive, os erros contidos neles (SPIEGEL, 1983, p. 44-45).

A categoria de "transparência" pode ser atribuída, nesse sentido, à *Historia Regum Britanniae* Geoffrey inicia sua dedicatória apagando sua autoria, apresentando o que viria a ser narrado como uma tradução de um livro antigo:

> Num momento em que eu estava dedicando bastante atenção a tais assuntos, Walter, Arquidiácono de Oxford, um homem habilidoso na arte da oratória e bem-informado sobre a *história* de países estrangeiros, presenteou-me com um certo *livro muito antigo* escrito na língua britânica. (...) A pedido de Walter, fiz o esforço de *traduzir o livro para o latim***,** embora, de fato, eu tenha me contentado com minhas próprias expressões e meu estilo simples, sem colher flores de linguagem enfeitadas nos jardins alheios. Se tivesse adornado minha página com figuras retóricas elevadas, teria entediado meus leitores, pois eles teriam sido obrigados a gastar mais tempo descobrindo o significado de minhas palavras do que acompanhando a história. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 51)[12]

Com Geoffrey se colocando apenas como um tradutor de um livro antigo escrito em uma língua desconhecida, há uma legitimação para a narrativa histórica da *Historia Regum Britanniae*. Fica implícito que a "história" não seria algo inventado ou interpretado, mas sim, algo a ser desvelado, ou, nos termos do próprio autor, "traduzido".

[12] No latim: *Talia michi et talibus multociens cogitanti opulit Walterus Oxinefordensis archidiaconus, uir in oratoria arte atque in exoticis historiis eruditus, quendam Britannici sermonis librum uetustissimum qui a Bruto primo rege Britonum usque ad Cadualadrum filium Caduallonis actus omnium continue et ex ordine perpulcris orationibus proponebat. Rogatu iataque illus ductus, tametsi infra alienos ortulos falerata uerba non collegerim, agresti tamen stilo propiisque calamis contentus codicem illum in Latinum sermonem transferre curaui. Nam si ampullosis dictionibus paginam illinissem, tedium legentibus ingerem, dum maigs in exponendis uerbis quam in historia intelligenda ipsos commorari oporteret*. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 1.

Portanto, o conceito de "história" se encontra, na obra, com a noção de deixar claro algo que ainda não está, e principalmente, traduzir para a linguagem do presente algo do passado até então pouco conhecido. Rebecca Thomas sugere que esse uso do *topos* retórico de traduzir um livro muito antigo, além de conferir autoridade à *Historia*, mostra que Geoffrey, apesar de uma abordagem original do passado Bretão, operava em diálogo com uma tradição mais antiga do que ele, como podemos ver também pelas menções e referências constantes a Gildas e Beda (THOMAS, 2020, p. 116).

No último parágrafo da *Historia,* Geoffrey retoma o *topos* do livro antigo e se insere dentro de um panorama maior de historiadores anglo-normandos:

> A tarefa de *descrever* os reis que, a partir daquele momento, sucederam-se no País de Gales, deixo ao meu contemporâneo Caradoc de Llancarfan. Os reis dos saxões, deixo a William de Malmesbury e Henry de Huntingdon. Recomendo a estes últimos que nada digam sobre os reis dos britânicos, visto que eles não possuem o *livro em língua britânica* que Walter, Arquidiácono de Oxford, trouxe do País de Gales. Foi ***esse livro*** que me empenhei em *traduzir* para o latim desta maneira, pois foi composto com grande *precisão* sobre os *feitos* desses *príncipes* e sua *honra*. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 284, grifos nossos)[13]

[13] No latim: *Reges autem eorum qui ab illo tempore in Gualiis successerunt Karadoco Lancarbanensi contemporaneo meo in materia scribendi permitto, reges uero Saxonum Willelmo Malmesberiensi et Henrico Huntendonensi; quos de regibus Britonum tacere iubeo cum non habeant librum istum Britannici sermonis quem Gualterus Oxenefordensis archidiaconus ex Britannia aduexit, quem de hystoria eorum ueraciter editum in honore predictorum principum hoc modo in Latinum sermonem transferre curam.* WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 147.

Aqui, o livro antigo aparece não apenas como fonte da narrativa da *Historia,* mas também como uma fonte precisa, ou seja, por meio da qual, e consequentemente também da crônica de Geoffrey, seria possível vislumbrar o passado com clareza. Geoffrey adverte outros cronistas a não se aventurarem a contar a história da Bretanha, pois, como estes não têm acesso ao livro, não contariam com a necessária precisão[14]. Essa afirmação, além de conferir ainda mais legitimidade e credibilidade à narrativa de Geoffrey, faz com que se crie uma nova tradição, já que todos que possuem a intenção de escrever a história da Bretanha deveriam recorrer à *Historia Regum Britanniae*, que seria a única tradução deste livro.

A "história", para Geoffrey, possui portanto um escopo temporal e espacial muito bem delimitado: ela cobria do tempo de Brutus até o dos Anglo-Saxões, mas abarcava apenas a Ilha da Bretanha, com foco no povo bretão que nela habitava. A "história" também não era inventada, nem fruto de análise ou interpretação, mas sim a clarificação de acontecimentos do passado antes velados. A "história" seria, assim, uma descrição, bem como um um objetivo e uma pretensão: contar, de forma descritiva, os feitos dos reis e assim glorificá-los e louvá-los.

[14] No latim: Cum mecum multa et de multis sepius animo reuoluens in hystoriam regum Britannie inciderem, in mirum contuli quod infra mentionem quam de eis Gildas et Beda luculento tractatu fecerant nichil de regibus qui ante incarnationem Christi inhabitauerant, nichil etiam de Arturo ceterisque compluribus qui post incarnationem successerunt repperissem, cum et gesta corum digna eternitate laudis constarent et a multis populis quasi inscripta iocunde et memoriter predicarent<ur>. WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 1.

Ea enim conditione mouentur mortales[15]: espaços de experiência e horizontes de expectativa

No conceito de "história" presente na *Historia Regum Britanniae* são mobilizadas três temporalidades simultaneamente: o passado, no qual ocorreram os acontecimentos narrados, o presente afetado por esses acontecimentos e guiado por eles, e o futuro, que opera no campo das expectativas e expresso através de profecias. Destrinchamos, até aqui, a forma com que o passado é articulado através do conceito de "história" mobilizado por Geoffrey. Nosso foco, na presente seção, será apresentar a forma com que o presente e o futuro também estão imbricados em sua conceitualização.

Como vimos, Geoffrey escreve sua *Historia* em um período muito específico da história medieval inglesa, a Guerra Civil. Sua lealdade está expressa na dedicatória feita a Robert, conde de Gloucester:

> Peço-lhe, Robert, Conde de Gloucester, que conceda este favor ao meu pequeno livro. Que ele seja emendado por seu conhecimento e conselho, para que não seja mais considerado como um produto do pequeno talento de Geoffrey de Monmouth. Pelo contrário, com o apoio de sua sagacidade e sabedoria, que ele seja aceito como obra de alguém descendente de Henrique, o famoso Rei dos Ingleses; de alguém que a aprendizagem cultivou nas artes liberais e cujo talento inato em assuntos militares colocou à frente de nossos soldados, de modo que agora, em nossa própria época, a ilha da Bretanha o saúda com sincero afeto, como se lhe tivesse sido concedido um segundo Henrique. (GEOFFREY OF MONMOUTH, 1966, p. 52)[16]

[15] **Tradução nossa**: Pois é sob essa condição que os mortais são movidos.
[16] Não foi inserido o trecho original em latim, pois no manuscrito de Bern só há dedicatória para Stephen.

Para além de uma afirmação de lealdade, é preciso considerar o lugar da escrita da *Historia*. Geoffrey era um clérigo que via em Robert alguém digno para dedicar sua obra, conferindo ainda, nesta dedicatória, o *topos* da continuidade ao traçar a linhagem contínua de reis da Bretanha e enfatizar o conde como descendente de Henrique I. Porém, ao inserir uma segunda dedicatória, em manuscritos posteriores, para o rei Stephen, antagonista de Robert na guerra-civil, Geoffrey se mostra atento às questões pragmáticas e latentes do seu lugar de historiador (DUMVILLE, 1990, p. 20).

A dedicatória nos dá um vislumbre de como Geoffrey escrevia sobre o passado tendo em mente os problemas vistos no presente. Outro ponto a ser considerado neste diálogo entre passado e presente da "história" é a construção, estabelecida pelo autor, de um ideal de monarca a ser seguido a partir dos personagens da narrativa da *Historia*. Segundo John Gillingham, a fundação de cidades, a construção de estradas, o encorajamento da agricultura e a promulgação de leis, eram atividades associadas a um bom rei (GILLINGHAM, 2000, p. 30). Para além dessas características, os feitos militares dos bons reis também são colocados em evidência, evidenciado em trechos como:

> Nenhum homem foi mais feroz do que Arviragus na guerra e nenhum foi mais gentil em tempos de paz. Ninguém era mais agradável de se estar ou mais generoso na distribuição de presentes. Quando chegou ao fim de seus dias, ele foi sepultado em Gloucester, no próprio templo que havia dedicado em honra a Cláudio. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 123)[17]

[17] No latim: *Nullus in bello ferociot illu fuit, nullus in pace mitior, nullus icosior, nullus in dandis muneribus profusior. At ut dies uite sue expleuit, sepultus est Claudiocestrie in quodam templo quod in honorem Claudii diauerat.*WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 45.

E, ao contrário, ao falar de um mau exemplo de rei:

> Todo o reino estava sob seu controle, e Constante, que era chamado de rei, permanecia ali como uma mera sombra de líder. Para seus próprios súditos, ele parecia um homem totalmente desprovido de severidade e autoridade judicial, não inspirando temor nos povos vizinhos. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 152)[18]

A narrativa da *Historia* estava imbuída de um sentido, como vimos, laudatório e exemplar. Em consequência disso, a partir destes, assim como de outros trechos recorrentes sobre a função monárquica, o cronista estabelece qual eram os espaços de experiência da monarquia e, por conseguinte, quais seriam seus horizontes de expectativa. Para Koselleck, "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" são categorias que fundamentam a possibilidade de uma história, uma vez que todas as histórias seriam constituídas pelas experiências vividas e expectativas das pessoas que atuam e que sofrem (KOSELLECK, 2006, p. 306). Portanto, ao estabelecer com base nos feitos dos reis do passado, categorias que os classificam como bons ou maus monarcas, Geoffrey pautava, igualmente, o que era esperado ou desejado para os monarcas de seu tempo. Nesse sentido, podemos perceber que o conceito de "história" para Geoffrey não abarca apenas o passado, mas também reforça comportamentos tidos como positivos e negativos no presente.

Por fim, esse conceito mobiliza também o futuro através das profecias. Estas são trazidas à tona durante toda a *Historia*, e tudo que é profetizado nelas se realiza ao longo da narrativa. Por exemplo, como

[18] No latim: *Totum nanque dispositioni eius regnum commissium fuerat; nec Constans qui rex dicebatur nisi pro umbra principis astabat. Nullius enim asperitatis, nullius iustice fuerat nec a populo suo nec a uicinis gentibus timebatur.* WRIGHT, Neil (ed.). **The Historia Regum Britanniae**: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, p. 63.

mencionado, ao chegar na Gália, Brutus vai ao Oráculo de Diana, onde a deusa profetiza que ele deve ir para a ilha da Bretanha, na qual formaria uma segunda Tróia e constituiria uma linhagem de reis com domínio sobre todo o mundo (GEOFFREY DE MONMOUTH, 1966, p. 65). A chegada de Brutus na ilha acontece nas páginas seguintes.

Porém, no caso das profecias de Merlin, ocorre uma dinâmica diferente. As profecias são enigmáticas, mas é possível identificar algumas metáforas referentes a acontecimentos das páginas seguintes, como, por exemplo, a luta do dragão vermelho dos saxões com o dragão branco dos bretões, que simboliza a guerra desses povos e que acontece logo após as profecias. Porém, outros trechos dessas profecias não possuem identificação direta na *Historia*, abrindo margem para interpretação de que elas previam acontecimentos futuros. A "história" de Geoffrey, é, portanto, teleológica. Toda a narrativa da *Historia Regum Britanniae* se dá de forma cíclica de ascensão e queda de reis, porém, com as profecias, há um ponto de chegada da "história" para além do que Geoffrey escreveu. Por conseguinte, passado e presente na "história" de Geoffrey caminham para a continuação desse ciclo e, portanto, para a realização de um destino que já está escrito nas profecias de Merlin.

Conclusão

Através desse exercício de história conceitual, procuramos entender, por meio dos termos utilizados pelo próprio cronista, o que Geoffrey de Monmouth entende por "história" em sua *Historia Regum Britanniae*. Mais importante do que avaliar, a partir de referenciais de objetividade modernos, se a obra pode ou não ser considerada uma narrativa

historiográfica, é compreender o que aquela sociedade e, de forma mais específica, Geoffrey de Monmouth, entendia por esse conceito. A partir dessa perspectiva, a presença de mitos e profecias não desqualifica a escrita histórica deste autor, mas apenas a contextualiza em um determinado tempo e espaço, no qual esses elementos possuíam centralidade para delimitar o espaço de experiência e horizonte de expectativa de determinada linhagem política.

Ao refletirmos sobre o conceito de "história" na *Historia Regum Britanniae*, percebemos que ele não designa uma mera narrativa sobre o passado que se torna inverídica pela inserção de mitos e profecias, mas sim, algo que mobiliza visões de mundo, opiniões políticas e expectativas acerca do futuro.

O conceito de "história" para Geoffrey possui uma delimitação temporal determinada e uma escolha arbitrária, porém bastante reveladora dos objetos escolhidos. Eram apenas alguns indivíduos, em especial os monarcas britânicos, que compunham sua "história", bem como apenas algumas temáticas, em especial as de ordem política e militar, eram consideradas. Isso revela que, por mais que sua "história" tratasse do passado, Geoffrey demonstrava ser muito atento às demandas de seu presente marcado por dúvidas com relação à sucessão monárquica. Ademais, ao entendermos "história" como a narrativa do passado buscando o que poderia servir de lições para o presente, percebemos ainda mais o forte diálogo que a narrativa de Geoffrey sobre o passado influencia, ao mesmo tempo que é influenciada pelos acontecimentos de seu presente.

O momento de incerteza a partir do qual Geoffrey escreveu, de eclosão de uma guerra civil e de questionamento em relação a lealdades e legitimidades políticas, marca sua obra ao criar uma maior necessidade de refletir também sobre o presente e o futuro. Portanto, não podemos falar de “história” para Geoffrey sem considerarmos as múltiplas temporalidades que esse conceito mobiliza nesta obra: a criação de um passado legítimo, respostas para as tensões do presente e o estabelecimento de expectativas em relação ao futuro.

REFERÊNCIAS

Fontes

THORPE, Lewis (ed.). Geoffrey of Monmouth: The History of the Kings of Britain. Londres: Penguin Books, 1966.

WRIGHT, Neil (ed.). The Historia Regum Britanniae: bern, burgerbibliothek, ms. 568. Cambridge: D.S. Brewer, s.a.

Bibliografia

BRADBURY, Jim. Stephen and Matilda: The Civil War of 1139-53. Revised ed. Stroud: The History Press, 2005.

CRICK, Julia C.. Historia Regum Britannie of Geoffrey of Monmouth IV: Dissemination and Reception in the Later Middle Ages. Nova York: D.s.Brewer, 1991.

CRICK, Julia C. The Historia Regum Britanniae of Geoffrey of Monmouth: A Summary Catalog of the Manuscripts. Suffolk: D.S. Brewer, 1989.

DUMVILLE, David. Histories and pseudo-histories of the insular Middle Ages. Londres: Routledge, 1990.

ENGELS, Odilo. Compreensão do conceito na Idade Média. *In*: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. O Conceito de História. Tradução: René E. Gertz. São Paulo: Autêntica, 2013, p.63-83.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. História conceitual no Atlântico ibérico: linguagens, tempos, revoluções. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/PUCRJ, 2023.

GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário analítico do Ocidente medieval. São Paulo: Editora Unesp, 2017, vol.2.

GILLINGHAM, John. The context and purposes of Geoffrey of Monmouth's History of the Kings of Britain. In: GILLINGHAM, John. The English in the Twelfth Century: imperialism, national identity and political values. Nova York: Boydell & Brewer, 2000. p. 19-41.

GOETZ, Hans-Werner. The Concept of Time in the Historiography of the Eleventh and Twelfth Centuries. In: ALTHOFF, Gerd; FRIED, Johannes; GEARY, Patrick J. (ed.). Medieval Concepts of the Past. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 139-166.

GRANSDEN, Antonia. Historical Writing in England 550 - 1307. Londres: Routledge, 1975.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário analítico do Ocidente medieval. São Paulo: Editora Unesp, 2017, vol.2.

INGHAM, Patricia Clare. Sovereign Fantasies: Arthurian Romance and the Making of Britain. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

INGLEDEW, Francis. The Book of Troy and the Genealogical Construction of History: the case of Geoffrey of Monmouth's historia regum britanniae. Speculum, [S.L.], v. 69, n. 3, p. 665-704, jul. 1994. University of Chicago Press.

KERSKEN, Norbert. High and Late Medieval National Historiography. In: DELIYANNIS, Deborah (ed.). Historiography in the Middle Ages. Nova York: Brill, 2003. p. 181-215.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Revista Estudos Históricos, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

SEVILLA, Isidoro de. Etimologías. Ed. bilíngüe. Texto latino, versión española y notas por Jose Oroz Reta y Manuel-A. Marcos Casquero. Introd. general por Manuel C. Días y Díaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

SNYDER, Christopher A.. Arthur and Kingship in the Historia Brittonum. In: LACY, Norris J. (ed.). The Fortunes of King Arthur. Nova York: D.s.Brewer, 2005. p. 1-12.

SPIEGEL, Gabrielle M. Political Utility in Medieval Historiography: A Sketch. History and Theory, v. 14, n. 3, p. 314-325, 1975.

SPIEGEL, Gabrielle M.. Genealogy: form and function in medieval historical narrative. History And Theory, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 43, fev. 1983.

SPIEGEL, Gabrielle. The Past as Text. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

TATLOCK, J.s.. The Legendary History of Britain. Berkeley: University Of California Press, 1950.

THOMAS, Rebecca. Geoffrey of Monmouth and the English Past. In: SMITH, Joshua Byron; HENLEY, Georgia (ed.). A Companion to Geoffrey of Monmouth. Nova York: Brill, 2020. p. 105-128.

WEST, Charles. Dynastic Historical Writing. In: FOOT, Sarah; ROBINSON, Chase F.. The Oxford History of Historical Writing: 400-1400. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 496-517.

DOSSIÊ

O jogo como conceito: uma investigação do pensamento de Isidoro de Sevilha*

Leonardo Dezougos Lourenço**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p692-715

resumo

O presente estudo propõe uma análise do conceito de jogo segundo o arcebispo Isidoro de Sevilha, com base no livro XVIII, *De bello et ludis*, parte integrante de sua obra *Etymologiae* (Etimologias) escrita durante o século VII. A pesquisa adota os preceitos da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*), complementados por uma contextualização histórica da produção da obra e pela trajetória do autor. A partir da análise dos jogos ginásticos (*gymnicus*), circenses (*circensis*), dramáticos (*scenicus*), gladiatórios (*gladiatorius*) e de azar (*alea*), o estudo revelou como Isidoro associa essas práticas a elementos de desvio moral, violência e paganismo, refletindo os valores e preocupações cristãs de sua época. O trabalho conclui que, para Isidoro, os jogos eram vistos como práticas espiritualmente prejudiciais, frequentemente associadas ao culto aos demônios e incompatíveis com a moral cristã. Assim, a análise do *ludus* em Isidoro oferece uma perspectiva sobre os entendimentos históricos e filosóficos de sua época e ilustra como o conceito de jogo era percebido naquele contexto dentro da Igreja.

PALAVRAS-CHAVES: Etimologias; História dos Conceitos; Isidoro de Sevilha; Jogo.

* Agradeço ao Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta (DH-FFLCH-USP) pelas orientações durante a elaboração deste trabalho, assim como aos amigos e familiares pelo apoio constante.

** Bacharel (2024) e licenciando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

O jogo como conceito: uma investigação do pensamento de Isidoro de Sevilha

Leonardo Dezougos Lourenço

Introdução

A Idade Média, em particular a Alta Idade Média (séculos V a X), foi frequentemente interpretada como um período de "trevas", especialmente durante o Renascimento e o Iluminismo (LE GOFF; DE MONTREMY, 2005, p. 21), sendo associada ao domínio rigoroso da Igreja Católica. Embora seja inegável que essa instituição exercesse um poder significativo nesse período, essa influência não significa que a Idade Média tenha sido uma "longa noite de mil anos"[1], ainda que tenham existido interdições e proibições impostas pelo clero.

Nesse contexto, a produção, preservação e disseminação de textos e do conhecimento escrito estavam, em grande medida, sob o controle do setor clerical da sociedade, já que a Igreja seria a porta-voz oficial da palavra de Deus, em oposição à outras visões, ou seja, a uma pluralidade de pontos de vista (FELDMAN, 2009, p. 14). Tal realidade se deve, em parte, à exigência de erudição para o estudo do catolicismo, que demandava um alto nível de dedicação e formação intelectual. Como observa Feldman (2009, p. 14): "o analfabetismo era quase absoluto. Minúsculos segmentos da população eram letrados. Saber ler e escrever se torna uma das etapas fundamentais para se poder estudar e compreender as Escrituras."

No que diz respeito especificamente aos jogos, a Igreja e o poder imperial também estabeleceram limites e interdições. Uma das proibições

[1] Essa expressão ficou famosa com os pensadores iluministas, tais como Voltaire e Gibbon, que enxergavam o medievo como um intervalo obscuro e decadente (XAVIER et al, 2017, p. 314).

mais emblemáticas foi decretada por Teodósio I[2], que, em 393 d.C., baniu os Jogos Olímpicos. Essa medida visava suprimir os costumes pagãos ainda presentes no recém-convertido Império Romano cristão (CAMPOS, 2008, p. 504). Os jogos, de maneira geral, ocupavam um papel central nas culturas antigas, funcionando não apenas como manifestações de culto aos deuses, mas também como homenagens aos mortos e instrumentos de integração político-social, especialmente em Roma, como destaca Paul Veyne (2015).

Entre os defensores dessa postura, destaca-se o bispo Isidoro de Sevilha, que, no livro XVIII (*De bello et ludis*) de sua obra *Etimologias*[3], apresenta uma definição de jogo, analisando os jogos da Antiguidade e atribuindo-lhes determinados valores. Contudo, antes de abordar o conceito de jogo trabalhado por Isidoro e os valores a ele associados, é indispensável uma breve introdução ao autor e à sua obra.

Isidoro de Sevilha e as *Etimologias*

Isidoro de Sevilha destacou-se como uma figura de grande relevância no alto clero dos séculos VI e VII. Apesar disso, sua biografia permanece envolta em incertezas e lacunas que dificultam a completa confiança nos dados disponíveis (MORILLA; PALACIO, 2013 apud AMSTEL et

[2] Embora não fosse membro do clero, Teodósio I (347-395) foi o imperador romano que promulgou, com influência do bispo Ambrósio (c.340 - 397), em 380, o Édito de Tessalônica, que estabeleceu o cristianismo niceno como a religião oficial do Império Romano, proibindo a prática de cultos politeístas e pagãos.

[3] Originalmente: *Etymologiae*. A obra também é conhecida como *Origens*. Para efeitos do trabalho, foi utilizada a seguinte versão da fonte: ISIDORO DE SEVILHA. De bello et ludis. In: Etimologias, edición bilingüe. Texto latino, version española y notas por José Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero. Introduccion general por Manuel C. Díaz y Díaz. Madrid: BAC, 2004. p. 1214 -1261.

al., 2024, p. 7). Sabe-se que nasceu por volta de 560 e faleceu em torno de 636, vivendo a maior parte de sua vida na região da Hispânia, sob domínio visigótico. Proveniente de uma família católica, ele e seus três irmãos alcançaram o reconhecimento como santos pela doutrina cristã[4].

Isidoro assumiu o episcopado de Sevilha em 600, desempenhando um papel crucial nos concílios de Sevilha (619) e de Toledo (633). Sua vasta produção intelectual inclui a obra *Etimologias*, considerada o ponto culminante de sua trajetória e uma das mais amplamente lidas na Idade Média (BARNEY et al., 2006 apud AMSTEL et al., 2024, p. 7).

Um aspecto indispensável para a análise é o contexto histórico em que Isidoro de Sevilha viveu. Como mencionado anteriormente, sua vida transcorreu entre os séculos VI e VII, período tradicionalmente inserido, segundo a periodização clássica, no início da Idade Média, mais especificamente na Alta Idade Média. Contudo, estudiosos contemporâneos, como Machado (2015), têm argumentado em favor de classificar o intervalo temporal dos séculos III ao VII como Antiguidade Tardia. Essa fase foi marcada pelo enfraquecimento das estruturas do mundo antigo e pela gradual conformação de novas dinâmicas socioculturais que viriam a caracterizar a sociedade medieval, ainda amplamente fundamentadas na tradição e no passado como principais referências para a organização das relações humanas:

> A Antiguidade Tardia foi um momento histórico no qual, seguindo as categorias de Reinhardt Koselleck, o espaço da experiência se

[4] Os três irmãos de Isidoro: Leandro de Sevilha (irmão mais velho) foi seu antecessor no bispado da cidade, Florentina de Cartagena foi líder de freiras e Fulgêncio de Cartagena foi bispo da cidade de Ástigis. (AMSTEL et al., 2024, p. 7).

> sobrepunha ao horizonte de expectativas, isto é, uma sociedade e uma cultura na qual o passado e a tradição se configuram como elementos mais importantes e essenciais para organizar as relações humanas do que o futuro e o novo. (CRUZ, 2022, p. 13)

De caráter enciclopédico, *Etimologias* busca investigar a origem de diversas palavras, pois de acordo com o próprio arcebispo só poderia chegar ao entendimento das palavras a partir da investigação de suas origens (ISIDORO DE SEVILHA, p. 291 apud BLIKSTEIN, 1978, p. 113). Sob a ótica da História dos Conceitos, entretanto, a tentativa de tratar conceitos como atemporais, como é frequentemente observado em *Etimologias*, revela-se problemática, uma vez que os conceitos possuem uma estrutura intrinsecamente temporal, em outras palavras, são sujeitos a variações ao longo do tempo (KOSELLECK, 2020, p. 108). Embora apresente inconsistências em sua abordagem etimológica, a obra não deve ser desconsiderada, pois constitui uma fonte inestimável para a compreensão dos pensamentos e valores predominantes na época de sua produção:

> (...) a Etimologia é muito menos um fim em si mesma do que um meio de investigação semântico-didática das palavras, com objetivos ético-religiosos. Nessas condições, houve aproximações artificiais de significantes a fim de se criar, entre os significados, um liame útil e coerente com a ideologia da época. (BLIKSTEIN, 1978, p. 112)

A natureza desse documento não é aleatória. Segundo Sérgio Feldman (2009, p. 15), Isidoro de Sevilha tinha como principal objetivo interpretar o mundo à luz das Escrituras, entendidas como um verdadeiro manual divino para a compreensão da criação. No decorrer de sua obra, o bispo hispalense estuda termos de origem natural, tal como elementos da natureza; questões teológicas; ciências como a matemática, gramática e medicina; produtos humanos como a agricultura e edificações e questões

sociais como os povos, reinos e guerras e jogos. Nesse sentido, o arcebispo frequentemente recorre a alegorias para atribuir significados ao mundo natural, abandonando uma abordagem empírica em favor de uma interpretação fundamentada nos textos já existentes, agora reinterpretados sob a ótica cristã (FELDMAN, 2009, p. 13).

No presente estudo, será analisado o livro XVIII, intitulado *De bello et ludis*, o antepenúltimo volume da obra *Etimologias*. Nesse livro, Isidoro de Sevilha examina os jogos da Antiguidade que ainda eram praticados em sua época, buscando classificá-los com base em suas características. Destaca-se, para os objetivos deste trabalho, a concepção da ideia de jogo apresentada por Isidoro, que reflete os valores e princípios da doutrina cristã de sua época, aspecto que será explorado nas seções seguintes.

A relação entre *bella et ludus* em Isidoro de Sevilha

O livro *De bello et ludis* contém 69 verbetes, organizados em duas grandes seções. A primeira, que abrange os verbetes 1 a 15, trata das guerras e de seus elementos, encerrando com uma análise sobre as resoluções jurídicas. A segunda, composta pelos verbetes 16 a 69, concentra-se nos jogos e espetáculos da Antiguidade, alguns dos quais ainda estavam presentes no período de Isidoro de Sevilha.

Desde o início, destacam-se não apenas o título da obra, *De bello et ludis*, mas também sua estrutura, que evidencia uma conexão conceitual entre guerra e jogo. Essa relação revela uma concepção de *ludus* que, para Isidoro, difere significativamente da perspectiva atual, ao considerar ambos os temas dentro de um mesmo contexto, pois sugere que os dois possuem

uma estrutura semelhante, baseada em regras, objetivos, celebrações e um sistema de competitividade que reflete a ordem social da época. Para compreender essa associação, é fundamental analisar como o autor define a guerra.

No verbete 1, *De bellis*, Isidoro classifica quatro tipos de guerra: *iustum*, *iniustum*, *civile* e *et plus quam civile* (justas, injustas, civis e mais que civis). As guerras justas são aquelas realizadas mediante acordos prévios; as injustas, por sua vez, carecem de qualquer pacto e/ou "causa justa". As guerras civis envolvem pessoas da mesma nação, enquanto as mais que civis ocorrem entre parentes próximos. Além dessa divisão, Isidoro propõe uma outra em: *interna*, *externa*, *servilia*, *socialia* e *piratica* (internas, externas, de escravos, sociais e de pirataria). Essa organização de categorias de guerras é similar àquela dos jogos, que também são estruturados com regras claras e objetivos específicos, o que será abordado de maneira mais clara na próxima seção.

Nos verbetes 2 (*De triumphus*) e 3 (*De signis*), Isidoro descreve brevemente as celebrações e os termos associados às resoluções de guerra. Tanto a guerra quanto os jogos não se limitam à competição em si, mas envolvem rituais de celebração e reconhecimento, que são performativos e simbolicamente importantes. Esses momentos de celebração, muitas vezes ligados à vitória, possuem um caráter ritualístico e coletivo (HUIZINGA, 2019, p. 64-65), elementos também presentes nos jogos e espetáculos da Antiguidade.

Nos verbetes 4 a 14, Isidoro apresenta os instrumentos utilizados nos conflitos bélicos, os quais podem ser vistos como "equipamentos"

necessários para que a guerra se realize, assim como nos jogos, onde equipamentos e regras são essenciais para a prática. A guerra, assim como o jogo, envolve uma preparação e um conjunto de ferramentas que permitem aos participantes agir dentro de uma lógica predeterminada.

Por fim, no verbete 15 (*De foro*), Isidoro discorre sobre os procedimentos e agentes envolvidos na resolução de disputas judiciais, uma forma de julgamento que se alinha à necessidade de resolução de conflitos e disputas, seja no campo militar ou no contexto social, como nos jogos. Essa resolução de querelas pode ser vista como a conclusão de um jogo, onde as regras estabelecidas determinam o vencedor e a justiça.

> A afinidade entre o direito e o jogo aparece claramente logo que compreendemos em que medida a atual prática do direito, isto é, o processo, é extremamente semelhante a uma competição, e isso seja quais forem os fundamentos ideais que o direito possa ter. (HUIZINGA, 2019, p. 99)

Nessa seção, Isidoro recorre a referências a pensadores da Antiguidade, como Cícero, Lucano e Cneu Pompeu, eventos históricos significativos, como as Guerras Púnicas e a expansão assíria, além de termos em grego e latim clássico[5]. Tais elementos evidenciam a profundidade de sua pesquisa e o rigor metodológico característico de sua obra. Esse cuidado reflete a ampla erudição do arcebispo, que permeia não só o *De bello et ludis*, como toda as *Etimologias* (CRUZ, 2022, p. 19).

Embora uma análise detalhada sobre as guerras esteja além do escopo deste trabalho, a concepção de guerra apresentada por Isidoro é

[5] Isidoro valoriza as línguas grega, latina e hebraica por considerá-las sagradas, sendo as duas primeiras as línguas dos textos sagrados e a última a língua do Velho Testamento (BLIKSTEIN, 1978, p. 115).

essencial para compreender seu entendimento do conceito de jogo e o contexto em que ele está inserido. Johan Huizinga (2019, p. 117) explora essa relação entre jogo e guerra, apontando que esta última pode ser vista como uma herdeira de preceitos do universo lúdico, especialmente no que se refere às regras e ao caráter ritualístico que a regem — elementos centrais tanto nos jogos quanto nos conflitos bélicos.

O conceito de *ludus* em Isidoro de Sevilha

É justamente nessa interseção entre guerra e jogo que emerge o conceito de *ludus* em Isidoro de Sevilha. A partir do verbete 16 até o final do livro, Isidoro concentra-se na análise dos jogos (*ludi*) e espetáculos. Estes últimos são apresentados como derivações dos jogos, diferenciando-se pelo fato de serem destinados à observação do público (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1236). O autor também dedica atenção à origem etimológica do termo *ludus* e, consequentemente, dos espetáculos. Segundo o hispalense, essa prática teria sido introduzida pelos lídios, que se estabeleceram na região da Etrúria, na atual Itália, e cujos espetáculos eram realizados como forma de devoção aos deuses. Nesse sentido, *ludus* seria entendido como uma homenagem dos romanos aos povos lídios (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1236). Contudo, o arcebispo menciona uma outra explicação, atribuída a *Varro*[6], que sugere que *ludi* derivaria de *lusus*, remetendo à ideia de diversão (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1236). Por fim, o bispo de Sevilha estabelece uma conexão entre os espetáculos e a

[6] Isidoro se refere a Marco Terêncio Varrão (em latim *Marcus Terentius Varro*), filósofo romano que viveu no século I d. C.

liberalia, associada ao deus *Liber Pater*[7] (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1236).

A explicação da origem etimológica da palavra mostra um dos preceitos arraigados a jogo na concepção isidoriana: o pecado. Esse elemento permeia todo o livro *De bello et ludis*, Isidoro condena os jogos e espetáculos por conta da idolatria e pecados como o culto aos deuses pagãos, aos quais ele sempre se refere como demônios muitas vezes, à nudez[8] e à violência.

Antes de avançar na ideia isidoriana acerca do *ludus*, é imprescindível recorrer à Huizinga. De acordo com esse autor, a língua latina abarca todo o terreno do jogo no termo *ludus*, abrangendo os jogos infantis, competições, jogos de azar, entre outros (HUIZINGA, 2019, p. 44-46). Ainda segundo ele, talvez essa seria uma das únicas línguas que melhor explicaria a natureza única dessa força:

> Assim, para voltar ao nosso ponto de partida, os ludi romanos, podemos afirmar que a língua latina tinha toda a razão ao designar as competições sagradas pela simples palavra "jogo", pois essa palavra exprime da maneira mais simples possível a natureza única dessa força civilizadora. (HUIZINGA, 2019, p. 95)

Um ponto adicional que merece destaque é a mudança do termo *ludus* para *jogo* no português. Embora esta língua tenha suas raízes no latim, os termos *ludus* e *jogo* aparentam certa distância, apesar de

[7] *Liber Pater* é mais conhecido como Baco entre os romanos e Dionísio entre os gregos, ligado ao vinho e ao delírio mítico. (GRIMAL, 2005, p. 121)

[8] Ao longo da Idade Média, a Igreja Católica empenhou-se em exercer controle sobre as práticas corporais, sendo a nudez um exemplo emblemático dessa tentativa, frequentemente associada à luxúria (LE GOFF; TRUONG, 2003, p. 115). Contudo, como destacam os autores, a condenação da nudez não foi uniforme, configurando-se como um tema de debate constante no contexto medieval.

compartilharem significados semelhantes. Javier Fernández Sebastián (2023) demonstra que as mudanças conceituais nem sempre ocorrem apenas no significado, mas também no significante, como exemplifica essa transição. Huizinga (2019, p. 45) observa que o termo *ludus* foi gradualmente suplantado por um derivado de *jocus*, associado originalmente à ideia de frivolidade, posteriormente ampliada para abarcar a noção mais geral de jogo.

Vale notar, ainda, partindo do exposto por Isidoro que a interpretação de Varrão sobre a etimologia de *ludus*, remete à ideia de diversão e frivolidade, características fundamentais do conceito de jogo, conforme discutido por Huizinga (2019, p. 55), o qual classifica a seriedade como sua antítese. Essa conexão etimológica entre *ludus* e *jocus* revela, portanto, não apenas a trajetória semântica do conceito de jogo, mas também os valores e percepções que acompanharam sua transformação ao longo do tempo.

Voltando ao *De bello et ludis*, assim como ocorre na abordagem sobre a guerra, Isidoro propõe uma classificação dos jogos em quatro categorias principais: *gymnicus, circensis, scenicus* e *gladiatorius* (ginásticos, circenses, dramáticos e gladiatórios). Em relação ao primeiro grupo, os jogos ginásticos[9], ele os subdivide em cinco tipos: *saltu, cursu, iactu, virtute* e *luctatione* (salto, corrida, lançamento, força e luta), oferecendo uma explicação com nuances míticas: *unde ferunt quendam*

[9] Isidoro aborda essa família de jogos nos verbetes 17 ao 26.

regem tot filios adolescentes habentem totidem generibus de regno iussisse contendere[10] (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1238).

É notável quando o arcebispo de Sevilha estabelece uma relação entre a prática dos jogos ginásticos e a nudez, a qual passou a ser predominante nessas modalidades após um incidente envolvendo um dos competidores. A partir desse evento, o termo *gymnasium* passou a ser associado ao espaço onde os jovens se exercitavam nus:

> Pois, anteriormente, os competidores estavam cingidos em seus locais de competição para que não ficassem nus. Após o relaxamento do cinto, um corredor foi subitamente derrubado e ficou sem sentidos. Por essa razão, por decreto do conselho, o arconte Hipomene permitiu que, a partir de então, todos os competidores se exercitassem nus. A partir disso, o termo *gymnasium* foi adotado, referindo-se ao lugar onde os jovens se exercitam nus no campo, cobrindo-se apenas modestamente. (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1238, tradução nossa)

Ao tratar especificamente do último tipo, os jogos de luta (*luctatione*), o arcebispo descreve o espaço destinado a essa prática, a *palaestra* (palestra), que teria origem do seu nome na palavra grega *pale* (combate), marcando um laço estreito entre a guerra e essa prática (CAMPOS, 2008, p. 503). Nesse contexto, Isidoro introduz um elemento fundamental para a compreensão dos jogos em sua concepção: o *agone* (originalmente em grego: ***αγωνία***). Embora esses aspectos possam parecer secundários à primeira vista, eles são essenciais para entender a perspectiva do autor sobre o papel e o significado dos jogos.

[10] "De onde se diz que um certo rei, tendo tantos filhos jovens, ordenou que competissem em igual número por partes do reino." (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p.1238, tradução nossa).

O termo *ágon* refere-se ao universo das competições de acordo com a língua grega[11] (HUIZINGA, 2019, p. 38). Tal como bem ilustra Huizinga (2019, p.62), o sentido original advém da palavra *agorá* no sentido de reunião. Essa natureza agônica estava entranhada na cultura grega e seria constituinte fundamental na cultura ocidental (HUIZINGA, 2019, p. 95). No Verbete 25 (*De agone*), Isidoro aborda esse termo grego, mas com uma justificativa pelo espaço em que os jogos ginásticos seriam praticados: *alli quod in circulis et quasi agoniis, id est sine angulo locis, ederentur nuncupatus agonas putant*[12]. (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1240).

Ao abordar o segundo grupo de jogos, os *circenses*[13], Isidoro prontamente os define como celebrações dedicadas aos deuses pagãos, que ele identifica como demônios. Esses jogos estão intrinsecamente ligados às práticas equestres. O arcebispo alerta para o caráter enganoso dessas atividades, que, embora aparentem ser inofensivas, seriam, em sua visão, intrinsecamente malignas:

> *Ludi circenses* (jogos circenses) foram instituídos em razão de rituais sagrados e celebrações dos *deorum gentilium* (deuses gentílicos, isto é, deuses pagãos); por isso, aqueles que os assistem parecem servir aos *daemonum cultibus* (cultos dos demônios). Com efeito, antes, as atividades equestres eram realizadas de forma simples e, de maneira geral, seu uso comum não era condenável; mas, quando foram transformadas em jogos, seu uso natural foi direcionado ao *daemoniorum cultum* (culto dos demônios). (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1240, tradução nossa)

[11] *Paidia* e *athyro* são os outros dois termos gregos que compõem o universo lúdico. O primeiro designa aquilo que é próprio da criança, ao passo que a segunda palavra possui relação com a frivolidade (HUIZINGA, 2019, p. 37-38).
[12] "Eles acreditam que foram chamados de agones porque eram realizados em círculos e em locais sem cantos, ou seja, em espaços semelhantes a arenas." (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1240, tradução nossa)
[13] Isidoro aborda essa família de jogos nos verbetes 27 ao 41.

Essa passagem, além de evidenciar a explícita relação dos jogos com as crenças pagãs, aponta para uma transição de uma prática originalmente natural e despretensiosa para formas de culto aos demônios. Desse modo, o problema central não reside nos jogos circenses em si, mas na presença e influência do paganismo nessas atividades. Essa perspectiva torna-se ainda mais clara quando o bispo se propõe a descrever o local onde tais práticas eram realizadas:

> O circo foi consagrado pelos *paganis* (pagãos) principalmente ao deus Sol, sendo que, no espaço central de sua estrutura, ergue-se uma imagem que se destaca no topo do edifício, pois não consideraram apropriado consagrar sob um teto aquele que veneram a céu aberto. O *circus* (circo), portanto, é todo aquele espaço que os cavalos costumam percorrer em *circuire* (círculo). (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1242, tradução nossa)

Os jogos circenses eram realizados nos *circi* (circos), locais cuja etimologia Isidoro busca esclarecer, atribuindo-lhes uma dupla origem. A origem romana do nome estaria associada à ideia de circularidade, em consonância com a própria dinâmica dos jogos. Já a origem grega remeteria à figura de Circe, filha do Sol (GRIMAL, 2005, p. 92), reforçando o simbolismo mitológico e pecaminoso desses espaços:

> *Graeci* (Os gregos) , por sua vez, afirmam que o nome deriva de Circe, filha do Sol, que teria instituído este tipo de competição em honra a seu pai, e atribuem a ela a origem da denominação circo. Circe, entretanto, foi uma *maga et venefica et sacerdos daemonum* (maga, feiticeira e sacerdotisa dos demônios), cujas vestes e práticas revelam tanto a *magicae artis et cultus idolatriae* (arte mágica quanto o culto à idolatria). (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1242, tradução nossa)

Em diversas passagens dos verbetes subsequentes, Isidoro trata dos elementos e práticas constituintes dentro da esfera dos jogos circenses. De modo geral, ele explica como se daria essa prática ou elemento e, em

grande parte dos casos, explica sua origem, ou seja, seu porquê. Um exemplo claro está presente no verbete 34 (*De quadrigis*):

> Foi, no entanto, filho de Minerva e Vulcano[14], gerado, segundo contam as fábulas, de um desejo libidinoso que caiu sobre a terra. Um prodígio demoníaco, ou melhor, o próprio diabo, que foi o primeiro a dedicar uma carruagem a Juno[15]. Foi por essa figura que as quadrigas foram introduzidas. (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1246, tradução nossa)

O excerto apresentado acima não apenas corrobora o que foi discutido no parágrafo anterior, mas também evidencia uma característica marcante na abordagem de Isidoro: a busca por origens na Antiguidade, frequentemente ancoradas na mitologia ou nas *fabulae* (fábulas) pagãs.

No que se refere ao terceiro grupo de jogos, os *scenicus* (dramáticos), Isidoro identifica o *theatrum* (teatro) como o espaço destinado a essas práticas. Trata-se de locais em formato semicircular, planejados para garantir plena visibilidade a todos os espectadores (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1250, tradução nossa). Nota-se, nesse contexto, uma influência predominantemente grega, em detrimento da tradição romana. Contudo, essa origem helênica não os isenta das críticas morais que permeiam os demais tipos de jogos. Em sua análise, o hispalense destaca duas características principais associadas aos jogos dramáticos: a luxúria e a mimetização.

Inicialmente, a luxúria é destacada no contexto da prostituição, sendo o teatro referido também como *prostibulum* (prostíbulo), dado que,

[14] Isidoro refere-se a Erictónio, um dos primeiros reis de Atenas (GRIMAL, 2005, p. 145). Minerva é a deusa romana equivalente à Afrodite na Grécia (GRIMAL, 2005, p.312). Vulcano é o deus romano equivalente a Hefesto na Grécia. (GRIMAL, 2005, p. 467)

[15] Deusa romana equivalente à Hera na Grécia, era mãe de Vulcano. (GRIMAL, 2005, p.260)

ao término dos jogos, o local era utilizado por prostitutas (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1250). Pelo mesmo motivo, o espaço recebia o nome de lupanar, e essas mulheres eram denominadas *lupae* (lobas) em razão da vulgaridade de seus corpos e de sua capacidade de atrair os desafortunados para si (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1250).

Embora Isidoro raramente aborde diretamente a questão da mimetização[16], é praticamente impossível compreender os jogos dramáticos e o teatro em sua época sem recorrer a esse conceito, cuja origem remonta a Platão e que se incorpora ao pensamento cristão medieval por meio de Agostinho de Hipona. A noção de mimetização já estava presente na filosofia platônica, embora com uma forte carga negativa. Platão, apesar de reconhecer o uso pedagógico do teatro, condenava sua prática por se basear na imitação da verdade e por sua capacidade de despertar nos espectadores emoções que deveriam ser controladas (CAMPOS, 2008, p. 505-506). Esse princípio foi reinterpretado à luz do cristianismo por Agostinho de Hipona, que ampliou a crítica platônica ao teatro, associando-o não apenas à ilusão, mas também à corrupção moral e influência demoníaca.

> Se nas *Confissões* o fingimento do teatro tocava-lhe a superfície da alma, como chegou a afirmar, na *Cidade de Deus* o bispo de Hipona definia os jogos cênicos como espetáculos de infâmia e imundície e libertinagem de vaidades, instituídos em Roma não pelos vícios dos homens, mas por ordem dos demônios que eram tomados por deuses. (CAMPOS, 2008, p. 506)

[16] Isidoro utiliza o termo *mimis* em duas ocasiões, sendo uma delas no próprio título do verbete. No mesmo contexto, emprega uma vez a palavra *imitatores* e, igualmente, o termo *mimum*, todos presentes no verbete 49 (*De mimis*).

Esse processo de assimilação conceitual pode ser explicado pela perspectiva de Koselleck (2020), segundo a qual a análise de um conceito não deve se restringir ao campo linguístico, mas deve considerar também os elementos extraconceituais que o informam. Como afirma o próprio autor:

> A história não se esgota no modo pelo qual é aprendida conceitualmente, mas também não é pensável sem essa apreensão conceitual. Tampouco pode a "história" ser simplesmente reduzida a suas relações sociais, ou seja, a nada mais que relações interpessoais. (KOSELLECK, 2020, p.20)

Essa abordagem permite compreender como Isidoro de Sevilha, ao reinterpretar tradições filosóficas e teológicas anteriores, reafirma a condenação dos espetáculos sob uma ótica cristã. Seguindo essa lógica, Isidoro adverte aos cristãos que se abstenham dessas práticas, mesmo que apenas na condição de observadores, ao afirmar: "*Quod spectaculum, Christiane, odere debes, quorum odisti auctores*."[17] (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1254).

Por fim, os jogos *gladiatorum* (gladiatórios), realizados nos *amphitheatra* (anfiteatros), que representavam a fusão de dois teatros, estavam intimamente associados à juventude, à violência e ao ódio, frequentemente motivados pela busca por um prêmio (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1254). A relação desses jogos com a guerra é tão profunda que são dedicados ao próprio Deus da guerra, Marte[18] (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1254).

[17] "Esse espetáculo, cristão, deves odiar, assim como odiaste os seus autores" (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1254, tradução nossa).
[18] Deus romano equivalente a Ares na mitologia grega (GRIMAL, 2005, p. 291-292).

Como forma de conclusão das discussões acerca das quatro categorias de jogos tratadas até este ponto, o arcebispo, no verbete 59 (*De horum exercitatione ludorum*), revisita conceitos já apresentados ao longo de sua obra e que serão retomados em outros contextos lúdicos. Nesse verbete, o autor reafirma o caráter pecaminoso dos jogos, destaca a proximidade dessas práticas com influências demoníacas e, mais uma vez, adverte os cristãos sobre a necessidade de se afastarem de tais corrupções:

> Esses espetáculos de crueldade e observação das vaidades não foram instituídos apenas pelos vícios humanos, mas também por ordens dos demônios. Portanto, o cristão não deve ter qualquer envolvimento com a loucura dos jogos circenses, com a impudicícia do teatro, com a crueldade do anfiteatro, com a atrocidade da arena, com a luxúria dos jogos. (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1256, tradução nossa)

A partir do Verbete 60 (*De tabula*), Isidoro de Sevilha aborda dois tipos de jogos já mencionados anteriormente: os *alea* e *de pila* (jogos de azar e os jogos com bola, respectivamente). Em relação aos jogos de azar, no verbete 64 *De figuris aleae*, o autor atribui sua origem ao soldado *Alea*, cujo nome foi dado à prática[19], surgida durante a Guerra de Tróia. Para a realização desse jogo, eram necessários uma mesa, dados e peões. Isidoro destaca que essa atividade não se resumia à mecânica do jogo, mas estava repleta de alegorias e metáforas que guiavam os movimentos e estratégias dos jogadores: "*Quidam autem aleatores sibi videntur physiologice per*

[19] *Alea* é uma das classes de jogos definidas por Caillois (2017) e que mantém esse aspecto dos jogos de azar na classificação do sociólogo francês. As demais famílias são: *Agôn*, *Mimicry* e *Ilinx*.

allegoriam hanc artem exercere, et sub quadam rerum similitudine fingere."[20] (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1258).

Adiante, Isidoro destaca os valores nocivos associados a esses jogos, como *fraus* (fraude), *mendacium* (mentira), *odium* (ódio) e *damna rerum* (perdas materiais). Devido a essas características, tais práticas foram alvo de proibições ao longo da história (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1260). Aspectos esses que poderão ser encontrados como constituintes em diversos jogos ao longo da Idade Média (CAMPOS, 2008, p. 506).

Esse exemplo evidencia um princípio importante na História dos Conceitos: nem sempre os significados mudam de forma abrupta; há também elementos de continuidade (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023, p. 59). A condenação moral dos *alea*, por exemplo, persiste até os dias atuais, sendo os jogos de azar ainda regulados ou proibidos em diversas sociedades[21] por razões como fraude, ilusão e perdas materiais.

Por fim, no último verbete (*De pila*), Isidoro de Sevilha aborda de forma breve os jogos com *pila* (bola). Embora não dedique a mesma intensidade descritiva presente nos verbetes anteriores, ele ainda ressalta aspectos como a gestualidade e a violência inerentes a essas práticas (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p. 1260).

---

[20] "Alguns jogadores de azar acreditam que exercem essa prática de maneira filosófica, por meio de alegorias, atribuindo-lhe um significado simbólico". (ISIDORO DE SEVILHA, 2004, p.1258, tradução nossa).

[21] No Brasil, a exploração de jogos de azar em locais públicos ou acessíveis ao público é vedada pelo artigo 50 do Decreto-Lei nº 3.688/1941. Contudo, o tema permanece objeto de debate no âmbito legislativo. Em 2024, o Senado Federal realizou discussões acerca do Projeto de Lei nº 2.234/2022, que propõe a regulamentação dessas práticas.

Assim, ao finalizar sua análise sobre os jogos com bola, o hispalense reitera sua abordagem crítica e moralista em relação às diversas formas de jogo, ligando-as à violência, à desordem e à influência das forças demoníacas. Embora o tratamento dado aos jogos com bola seja mais breve em comparação com os outros verbetes, os temas centrais da gestualidade e da violência permanecem presentes, refletindo uma continuidade nas suas críticas à natureza dessas práticas. Esse tratamento unificado dos jogos, independentemente de sua forma específica, serve para reforçar a visão de Isidoro sobre o *ludus* como uma atividade imoral e incompatível com a fé cristã.

Com base nesse panorama geral dos jogos abordados pelo arcebispo, é possível perceber a forma como ele articula seu conceito de *ludus*, associando-o a questões de moralidade, paganismo e controle social. A análise das diversas famílias de jogos, à luz do pensamento cristão da época, aponta para uma clara rejeição dessas práticas, que são vistas não apenas como fontes de pecado, mas também como oportunidades para a ascensão de influências demoníacas. Diante disso, é possível concluir que, ao estudar os jogos em Isidoro de Sevilha, revelam-se não apenas as particularidades da sua obra, mas também a complexa relação entre cultura, moralidade e religião na Antiguidade Tardia.

Entretanto, é importante reconhecer que os significados atribuídos ao jogo não permanecem estáticos. A visão de Isidoro, profundamente enraizada no contexto da Antiguidade Tardia, representa apenas uma das muitas leituras que esse conceito recebeu ao longo do tempo.

Reflexões Finais: o Conceito de *Jogo* de Isidoro de Sevilha à Contemporaneidade

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que o conceito de jogo, para Isidoro de Sevilha, estava profundamente vinculado à moral cristã e à concepção de mundo da Antiguidade Tardia. Para ele, os jogos eram percebidos como espaços de pecado e de culto a forças demoníacas, frequentemente associados a figuras pagãs. Dessa forma, eram práticas consideradas moralmente prejudiciais e desprovidas de valor para a vida de um cristão, devendo ser evitadas.

A transformação no significado do conceito de jogo ilustra um aspecto fundamental da História dos Conceitos: a temporalidade própria dos conceitos. Como argumenta Javier Fernández Sebastián (2023, p. 57-59), as mudanças nos significados e/ou significantes dos conceitos não ocorrem necessariamente dentro de uma periodização rígida, tampouco são atemporais.

Contudo, a história de um conceito não se constrói apenas a partir de rupturas, mas também por meio de continuidades. Um exemplo dessa continuidade pode ser observado no caso dos *alea* (jogos de azar), que Isidoro os condena por serem disseminadores de mentira, fraude, ódio e por ocasionarem a expropriação dos bens materiais dos indivíduos, como já foi citado no presente trabalho.

Mais do que um fenômeno circunstancial, o jogo, em suas múltiplas manifestações, acompanha a história da humanidade e atravessa diferentes culturas. Desde os registros mais antigos, apresenta-se como

um elemento estruturante das interações sociais, culturais e simbólicas. Ao longo dos séculos, assumiu diferentes formas e significados, sendo alvo de condenações, celebrações e ressignificações, sempre refletindo os valores e as preocupações das sociedades em que se insere. Assim, o estudo do conceito de jogo, a partir da perspectiva de Isidoro de Sevilha, não apenas oferece uma visão sobre os entendimentos históricos e filosóficos de um pensamento inserido em uma época específica, mas também nos convida a refletir sobre o papel contínuo e transformador do jogo na construção das identidades culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

Fontes

ISIDORO DE SEVILHA. De bello et ludis. In: Etimologias, edición bilingüe. Texto latino, version española y notas por José Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero. Introduccion general por Manuel C. Díaz y Díaz. Madrid: BAC, 2004. p. 1214 -1261.

Referências bibliográficas

AMSTEL, Narayana Astra van; REIS JÚNIOR, Carlos Alberto Bueno dos; CRUZ, Kelwin Santos da; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. De Bello et Ludis: jogos da Antiguidade nas etimologias de Isidoro de Sevilha. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 17, n. 50, p. 1–18, 27 set. 2024. Disponível em: https://cajapio.ufma.br/index.php/rbhr/article/view/24331. Acesso em: 4 out. 2024.

BLIKSTEIN, Izidoro. As etimologias de Isidoro de Sevilha. Língua e Literatura, São Paulo, n. 7, p. 111–120, 1978. DOI: 10.11606/issn.2594-5963.lilit.1978.138112. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/138112. Acesso em: 4 out. 2024.

CAILLOIS, Roger. Definição do jogo; Classificação dos jogos. In: Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. p. 33-80.

CAMPOS, Flávio de. A agonia lúdica: guerra, competição e fortuna nos jogos medievais. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, Paris, v. 2, s. n., p. 500-514, jan. 2008. Disponível em: https://journals.openedition.org/cem/3912. Acesso em: 5 out. 2024.

CRUZ, Marcus. Etimologias de Isidoro de Sevilha: apontamentos sobre a curiosidade e os saberes na Antiguidade Tardia. Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 9–25, 2022. DOI: 10.22228/rtf.v15i2.1244. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1244. Acesso em: 12 out. 2024.

FELDMAN, Sérgio. A dimensão do saber em Isidoro de Sevilha. Notandum, Porto; São Paulo, ano 12, n. 21, p. 13-21, set./dez. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/5064156/A_DIMENS%C3%83O_DO_SABER_EM_ISIDORO_DE_SEVILHA. Acesso em: 5 out. 2024.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Significados ao longo do tempo. In: História conceitual no Atlântico ibérico: linguagens, tempos, revoluções. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/PUC-RJ, 2023. p. 53-71.

GRIMAL, Pierre. Dicionário da mitologia grega e romana. Trad. Victor Jabouille. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Trad. João P. Monteiro. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos. In: Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 107-111.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. Civilizar o corpo. In: Uma história do corpo na Idade Média. Lisboa: Teorema, 2003. p. 115-134.

LE GOFF, Jacques; DE MONTREMY, Jean-Maurice. Tornar-se medievalista. In: Em busca da idade média. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 15-50.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. A Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano e o debate sobre o "fim do mundo antigo". Revista de História (São Paulo), n. 173, p. 81–114, jul. 2015. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105844. Acesso em: 15 nov. 2024.

VEYNE, Paul. O circo e a politização. In: Pão e circo: sociologia histórica de um pluralismo político. Trad. Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 731-766.

XAVIER, Antônio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REIS, Edilberto Cavalcante. Cultura e Educação na Idade Média: aspectos histórico filosófico-teológicos. Revista Dialectus, n. 11, p. 310-326, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53992 Acesso em: 13 fev. 2025.

DOSSIÊ

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)*

Gabriel Henrique de Campos**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p716-746

resumo

O presente artigo busca analisar o conceito de *mundo ao contrário* presente no poema *The World Turn'd Upside Down* (1647), de John Taylor, à luz da História Conceitual. Publicado em meio à guerra civil inglesa, o panfleto se insere dentro das inúmeras manifestações que desafiaram ou apoiam a ordem política e religiosa da monarquia. A análise revela que Taylor utilizou a inversão não apenas como metáfora de caos, mas como uma ferramenta crítica para contestar a fragmentação religiosa e a desordem política, reafirmando seu apoio aos Stuarts e à Igreja Anglicana. Entretanto, uma análise dialética evidencia contradições inerentes ao contexto político e religioso – ao mesmo tempo em que Taylor denuncia a desestabilização da ordem como ameaça à hierarquia divina e social, ele inadvertidamente abre espaço para a reorganização simbólica e cultural de seu tempo, refletindo em sua obra tanto a saudade de uma ordem tradicional quanto a participação, talvez não intencional, em um processo histórico que abriu caminho para novas narrativas e reconfigurações sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Mundo de ponta-cabeça; *World Turn'd Upside Down*; John Taylor; História Conceitual; Guerra Civil inglesa.

* Agradeço ao professor João Paulo Pimenta pela orientação em todo o desenvolvimento do artigo e pelos comentários construtivos dos pareceristas que contribuíram imensamente para a versão final deste trabalho.
** Gabriel Henrique de Campos. Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP).

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos

Introdução

> Ai dos que chamam bem ao mal e mal ao bem; dos que fazem passar as trevas por luz, e a luz trocam em trevas, que têm o amargo por doce, e o doce por amargo! (Isaías 5, 20)

A história da Inglaterra do século XVII foi marcada pela instabilidade das instituições tradicionais e por fronteiras simbólicas cada vez mais fluidas entre as esferas política, religiosa e social, conformando um terreno fértil para disputas em torno da autoridade, da verdade e da própria ordem do mundo. Em meio a um conflito que opôs o rei e o parlamento, anglicanos e puritanos, elites tradicionais e novos grupos sociais emergentes, o tecido político e religioso da nação foi submetido a uma série de tensões que colocaram em xeque os fundamentos da autoridade, da fé e das expectativas sobre o futuro. Como observa Knoppers, a Guerra Civil não apenas destruiu instituições, mas também reconfigurou os modos de imaginar o mundo e de intervir simbolicamente sobre ele (KNOPPERS, 2012, 87). Nesse contexto, os impressos tornaram-se veículos fundamentais na disputa por sentidos. Panfletos, sermões e poemas circularam em escala inédita, operando como instrumentos de crítica, propaganda e mediação simbólica da experiência. Longe de serem meros reflexos dos acontecimentos, esses textos agiram como operadores históricos, moldando interpretações e consolidando vocabulários em conflito (OSTRENSKY, 2006, p. 52).

Foi neste período que a imprensa passou a desempenhar um papel decisivo na difusão de ideias e no alargamento das disputas para além das instituições tradicionais de autoridade. Conforme observa Verônica Calsoni,

em conformidade com análises de Alexandra Halasz, a circulação impressa tornou-se fundamental na constituição de uma esfera de debate público, articulada a partir de diferentes posições sociais e marcada tanto pela produção quanto pelo consumo ativo de discursos (CALSONI, 2023, 26). O desenvolvimento da prensa tipográfica, das redes postais e de práticas de leitura coletiva ampliou o alcance dos panfletos e poemas, permitindo que diferentes segmentos da população não apenas acessassem informações, mas também participassem da sua interpretação e reinterpretação, convertendo o impresso em um vetor de ação política.

É diante desse cenário que se inscreve o poema satírico *The World Turned Upside Down or, A Briefe Description of the Ridiculous Fashions of These Distracted Times*, publicado por John Taylor em 1647. Taylor representa um estudo de caso valioso para analisar as dinâmicas políticas e culturais da Inglaterra do século XVII, pois ajuda a compreender mobilizações conceituais frente a um cenário de grandes transformações. Ao mobilizar o topos do mundo de ponta-cabeça, a obra articula, de forma crítica, uma visão de mundo profundamente afetada pela inversão de hierarquias religiosas, sociais e políticas, e se apresenta como um documento privilegiado para a análise da experiência de crise da época. Como observa Peter Burke, à medida que as elites da Europa moderna adotavam um comportamento mais "polido" para se distinguir das massas, um abismo social cada vez maior se formava (BURKE, 1978. 5-7). John Taylor, um waterman autodidata que conquistou espaço tanto nos círculos literários quanto na corte, emergiu como um mediador cultural entre esses dois mundos.

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos

Através dos bons ofícios de um cortesão escocês, o poeta obteve um lugar nas franjas do glamouroso mundo da corte como barqueiro do rei, estabelecendo contato direto com a família real. Sua escrita alcançava um público diversificado, que ia da nobreza aos comerciantes urbanos, e suas obras mesclavam erudição clássica com humor e provérbios populares. Essa posição ambígua, simultaneamente periférica e conectada às esferas de poder, permite situar Taylor como uma figura singular para observar as tensões e reconfigurações em curso, especialmente no momento em que a Inglaterra mergulhava nas convulsões da crise político-religiosa.

A Guerra Civil, primeiro momento das chamadas Revoluções Inglesas (1642 - 1689), não se limitou ao conflito entre o rei e o Parlamento, mas também envolveu a população comum, que tinha suas próprias demandas e não recebia de forma passiva os pressupostos das elites. As aspirações e ideias de grupos considerados mais radicais, embora não tenham se enquadradas enquanto "vitoriosas", participaram ativamente das disputas de significados em torno das questões religiosas e políticas. Como bem descreve Christopher Hill, não existiram contornos claros à história inicial das seitas inglesas, havia diversos grupos socioculturais em luta buscando impor suas concepções e demandas, como os *levellers, diggers,* anabatistas, quakers e muitos outros, além da *gentry* e da alta nobreza inglesa (HILL, 1987). A partir dessa noção, a História Conceitual permite aprofundar essa análise, ao direcionar o olhar para os modos como os conceitos em circulação operam não como influências externas ou fixas, mas como construções históricas ativamente utilizadas pelos agentes sociais para dar sentido às suas experiências e transformá-las.

Nesse sentido, compreendemos que a história moderna inglesa, longe de ser pacífica, possui substratos de radicalismo, os quais nos permitem analisar não apenas os conflitos materiais, mas também as batalhas travadas no campo das ideias, esses grupos disputavam a legitimidade de suas visões de mundo, reinterpretando tradições, símbolos e doutrinas para justificar suas posições e reivindicar o controle sobre a ordem social e espiritual. O legado da dinastia Tudor nos ajuda a entender o terreno instável e fragmentado herdado pelos reis Stuart, especialmente em termos de religião à beira da guerra civil em 1640. A Igreja Anglicana desde o século anterior fora incapaz de unificar os diversos grupos religiosos, entre eles católicos, puritanos e arminianos. A definição teológica da Igreja se mostrava inconsistente: se por um lado Eduardo VI aproximou o anglicanismo do calvinismo, Maria I reverteu essas reformas, restaurando o catolicismo e intensificando perseguições aos protestantes. Elizabeth I, por sua vez, tentou buscar um equilíbrio, restaurando a Igreja Anglicana e mantendo uma rede de controle estatal sobre o clero, ao mesmo tempo que reprimia tanto católicos quanto protestantes mais radicais. A despeito desse cenário, os puritanos cresceram em número e influência, constituindo uma força crítica contra o anglicanismo, o qual julgavam corrompido pelo "papismo" e pela hierarquia episcopal. Por sua indefinição teológica, segundo Sir William Cecil, conselheiro de Elizabeth, a Igreja não era “nem carne, nem peixe” (STONE, 2000, p. 126). Essa herança gerou uma incapacidade de consolidar um projeto de futuro comum para a sociedade inglesa, traduzindo a incerteza em um mundo de ponta cabeça, no qual o presente não mais oferecia um guia estável para o futuro.

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos

Sem um projeto comum que unificasse as diferentes forças políticas e religiosas, as guerras civis foram compreendidas dentro de categorias pré-existentes, sobretudo no quadro escatológico do cristianismo. Como observa Koselleck, a doutrina cristã dos últimos fins impunha limites intransponíveis ao horizonte de expectativa, vinculando o futuro ao passado de modo que qualquer transformação era lida como um sinal do cumprimento profético (KOSELLECK, 1979, p. 315). Esse esquema de pensamento tornava a instabilidade política inteligível dentro da linguagem religiosa, de modo que as facções em conflito recorriam à bíblia para justificar suas posições. Como aponta Hill, na Inglaterra do século XVII, todas as correntes políticas e religiosas mobilizaram a autoridade do texto sagrado, apropriando-se de suas narrativas para legitimar suas ações (HILL, 2003, p. 27). Enquanto monarquistas e anglicanos enfatizavam passagens que sustentavam a obediência ao soberano, os puritanos radicais viam nas escrituras a promessa de uma nova ordem divina, livre das corrupções da monarquia e da hierarquia episcopal. A centralidade da Bíblia na cultura letrada e popular fez com que a guerra civil fosse interpretada não apenas como um conflito político, mas como uma batalha teológica pelo destino da nação. No entanto, essa própria concepção encerrava uma contradição fundamental: a recorrência de expectativas apocalípticas não impediu que a experiência concreta da guerra instaurasse novas realidades políticas. A instabilidade do período revelou que, ao contrário do que afirmava a teologia providencialista, o futuro não estava pré-determinado.

Diante dessa noção, para construir uma análise conceitual coerente com os debates historiográficos recentes, a presente análise parte da

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos

História dos Conceitos como abordagem metodológica fundamental para compreender como certos termos e imagens, mesmo quando mobilizados como dispositivos retóricos, podem condensar disputas e experiências históricas em tempos de crise. Em vez de assumir que o poema de Taylor instaura um novo conceito de mundo de ponta-cabeça, o artigo propõe tratar esse motivo como um topos retórico, isto é, um lugar-comum cultural, historicamente disponível, que o autor se apropria com propósitos específicos dentro de uma conjuntura marcada pela instabilidade institucional, pelo colapso da autoridade e pela fragmentação simbólica. O poema *The World Turned Upside Down* não será, portanto, analisado como veículo de emergência de um novo vocabulário conceitual, mas como manifestação estratégica de um repertório retórico mobilizado para comentar, criticar e reagir à desorganização percebida do mundo. A distinção entre topos e conceito, neste caso, é fundamental: enquanto os conceitos cristalizam transformações estruturais e operam entre experiência e expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 107), os topoi funcionam como molduras discursivas que podem ser acionadas em diferentes contextos para expressar visões de mundo diversas, muitas vezes contraditórias entre si.

Nesse sentido, a análise se beneficia do arcabouço teórico proposto por Elías José Palti, que propõe uma abordagem para a história intelectual que supera a dicotomia entre história dos conceitos e história das linguagens políticas. Para Palti, o cerne do estudo é ir além da superfície dos conteúdos referenciais dos textos (o que é dito) para, assim, ter acesso aos mecanismos e procedimentos figurativos que os produzem (como foi

possível para o autor dizer o que ele disse), perspectiva que oferece uma chave valiosa para compreender como determinados dispositivos retóricos operam na articulação de respostas a situações de crise (PALTI, 2014). Complementarmente, a semiótica cultural de Yuri Lotman contribui para interpretar o poema como expressão de um momento de "explosão" semântica, no qual significados se deslocam, se sobrepõem e entram em conflito (LOTMAN, 1999, p. 13). Ao evocar o mundo de ponta-cabeça, Taylor não inaugura uma nova ordem simbólica, mas reage à sua desestruturação, buscando reafirmar um modelo de mundo que lhe parecia ameaçado. A análise proposta, portanto, desloca o foco da gênese conceitual para os usos retóricos e discursivos de um topos tradicional, examinando como ele é apropriado em um contexto específico para tentar restabelecer os significados da ordem e da autoridade.

Uma *metamorfose transformada*

A expressão cultural de falta de sentido ou de um mundo fora de ordem manifesta-se historicamente em mitologias, rituais, práticas culturais, manifestações artísticas e textos literários. Do ponto de vista conceitual, essa ideia não pode ser analisada isoladamente, mas sempre em relação à realidade social que a produziu. O exemplo das Saturnais romanas, nas quais escravos temporariamente assumiam o papel de seus senhores, reflete a inversão hierárquica como um mecanismo simbólico de reforço da própria estrutura social. Mikhail Bakhtin, em sua análise sobre o carnaval medieval, observa que a inversão de papéis e normas sociais funcionava não apenas como um momento de desordem, mas como um

processo de transição cultural, celebrando simultaneamente o aniquilamento do velho mundo e o nascimento de uma nova (des)ordem social (BAKHTIN, 1987, p. 360). Trata-se, portanto, de uma transgressão da realidade, uma reinvenção de um mundo fantástico que opera como uma paródia do real. A "inversão", ao invés de subverter permanentemente a hierarquia, muitas vezes reafirmava-a ao explicitar sua suspensão temporária.

Em contextos como a da literatura barroca, analisada por Yuri Lotman, a inversão se manifesta recorrentemente em textos satíricos e visuais que simbolicamente trocam papéis sociais e naturais, como o cego guiando o vidente ou o cavalo cavalgando o homem, representações que desafiavam os limites da previsibilidade e abriam espaço para experimentações artísticas (LOTMAN, 1999, 20). Stuart Clark, por sua vez, destaca como a noção de "mundo de ao contrário" era amplamente difundida na Europa entre os séculos XVI e XVIII, não apenas em textos filosóficos e morais, como os do dominicano D'Acuto, mas também em cartazes, panfletos e gravuras populares. Enquanto D'Acuto tratava o tema com um moralismo rígido, essas ilustrações populares frequentemente recorriam ao humor, demonstrando que a inversão podia ser utilizada tanto como crítica quanto como instrumento subversivo (CLARK, 2020, p 110).

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos


THE
World turn'd upside down:
OR,
A briefe deſcription of the ridiculous Faſhions of theſe diſtracted Times.
By T. J. a well-willer to King, Parliament and Kingdom.
London: Printed for John Smith. 1647.

Imagem 1: Folha de rosto do panfleto *The world turn'd upside down, or, A briefe description of the ridiculous fashions of these distracted times* 1647, John Taylor.
Fonte: Thomason Tracts Catalog, 2016.

Em contraste, o conceito de mundo ao contrário presente no panfleto de Taylor foi mobilizado sob outro contexto, em meio a uma crise geral que não dizia respeito apenas à Inglaterra, mas à Europa ocidental como um todo. Trabalhado de forma consistente pela historiografia, a crise geral do século XVII foi entendida para além do colapso ou recessão econômica, mas como um momento crucial de reordenação das forças políticas e sociais. O descompasso entre as formas de governança do século XVI e as demandas do século XVII resultou em resistências locais e

revoltas sociais, acirrando cada vez mais os interesses regionais e a centralização do poder (TREVOR-ROPER, 1959, 42). Na esfera intelectual, os debates em torno de conceitos como liberdade e soberania se intensificaram cada vez mais, abrindo espaço para a contestação de determinadas hierarquias.

John Taylor, um anfíbio cultural na Inglaterra dos seiscentos, não apenas vivia esses dilemas, como os discutia em tom moralista e religioso (CLARK, 1983, 100). Ao clamar, em *The World Turn'd Upside Down*, lealdade ao rei Carlos e a Igreja da Inglaterra, o poeta mobiliza o topos do mundo ao contrário em conexão às noções de autoridade e soberania, dialogando diretamente com o debate intelectual do período. Em Leviatã (1651), de acordo com as interpretações de Quentin Skinner, Thomas Hobbes rejeita a concepção republicana de liberdade, argumentando que a liberdade não se define pela ausência de poder arbitrário, mas pela ausência de interferência direta. Esse deslocamento de significado faz com que a liberdade não seja vista como independência em relação ao poder, mas como ausência de obstáculos à ação individual, o que, paradoxalmente, pode coexistir com a autoridade absoluta do soberano (SKINNER, 2010, 5). Nesse sentido, embora seu panfleto preceda o Leviatã, quando Taylor entende que a purificação da Inglaterra se daria por meio da reiteração da soberania do Rei, dos Pares e do pleno consentimento dos Comuns, sua retórica compartilha da mesma inquietação de Hobbes com a fragmentação da autoridade.

Para entender essa convergência, pode-se analisar suas obras como

discursos e armas de combate político, conforme a perspectiva de Eunice Ostrensky. Taylor, no âmbito da linguagem ordinária e dos folhetos populares, usa o mundo de ponta-cabeça como uma ferramenta retórica para denunciar a desordem e reafirmar a necessidade da ordem monárquica e divina. Hobbes, por sua vez, também responde à crise de soberania e ao colapso do poder legítimo, mas o faz de maneira sistemática. Sua teoria da autorização e da soberania, construída em obras como De Cive (1642) e Leviatã, é um ato de combate político que busca neutralizar os discursos de seus adversários, como os *levellers*, que também eram alvos da crítica de Taylor (OSTRENSKY, 2010, p. 151-159). Assim, ambos os autores, cada um em seu papel e com intenções distintas, utilizaram as ferramentas conceituais de seu tempo para responder à mesma crise da desintegração do corpo político e defender a necessidade urgente de uma ordem soberana.

No entanto, é importante salientar que essa adesão à monarquia não significa uma defesa irrestrita da política de Carlos I. Ainda que reconheça o rei como a *supreme head* da *Commonwealth*[1], Taylor vê a estabilidade da Inglaterra vinculada não apenas à autoridade real, mas também à eliminação das seitas radicais protestantes e à rejeição do papismo e do

[1] Antes de 1640, a noção de *common wealth* ou *commonwealth* era empregada para exaltar o bem comum em contraste com a atuação de governantes, magistrados e conselheiros cujos interesses eram vistos como egoístas e moralmente questionáveis. A monarquia, nesse contexto, era enaltecida como a forma de governo mais eficiente para orientar a sociedade rumo à virtude. Dessa forma, as críticas não recaiam sobre o sistema monárquico em si, mas sobre os governantes que negligenciaram seu compromisso com o bem-estar de seus súditos. Ver: SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. As fortunas da Commonwealth: vocabulário e sociedade. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 36, n. 2, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2018.36.2.02. Acesso em: 22 ago. 2025.

episcopalismo. Esse ponto revela outra contradição relevante: enquanto Taylor defendia a monarquia como princípio ordenador, ele também demandava uma reestruturação religiosa que ia além das preocupações do próprio rei. De fato, Carlos I, mais interessado em consolidar sua autoridade do que resolver disputas doutrinárias, mostrou pouca disposição para combater o avanço de correntes teológicas contestadas pelos puritanos; Prova disso foi sua decisão, em 1625, de nomear o arminiano Richard Montagu como seu capelão real, o que evidenciou sua inclinação anti-calvinista e aprofundou as divisões dentro da Igreja da Inglaterra. De todo modo, ao articular-se com questões sociais, políticas e religiosas específicas da Inglaterra do século XVII, o topos do mundo de ponta-cabeça não expressa no poema uma metáfora genérica de desordem, mas sim uma forma de interpretar e criticar os acontecimentos contemporâneos, conectando mudanças políticas e culturais à visão religiosa de uma ordem divina desestabilizada.

Diante de um cenário de contestações inéditas, o clamor pelo retorno a essa ordem defendida por Taylor não foi assimilado de forma homogênea por todos os segmentos da sociedade. Ao empregar o topos retórico do mundo de ponta-cabeça em seu poema, Taylor não apenas expressou uma crítica às mudanças de sua época, mas também revelou um processo de semiotização já em curso na Europa, inserindo-o no discurso daquele momento. Sua visão de mundo, profundamente afetada pela inversão de hierarquias, manifesta-se na constante hostilidade a qualquer forma de inovação. Conforme aponta Koselleck, a "inovação" no século XVII era um conceito altamente negativo, típico do vocabulário

conservador da época. Associada à rebelião e à perturbação da ordem divina, a palavra só viria a adquirir um significado positivo no século XVIII (KOSELLECK, 2006, p. 107). Para Taylor, a rebelião não era um ato político legítimo, mas o sinal do colapso moral e espiritual do mundo, como ele deixa claro ao afirmar que assumiu o pacto onde protestou "contra a inovação." A convicção de Taylor de que "Todas as coisas estão viradas completamente ao contrário" mostra que, para ele, a mudança era uma ruptura ilegítima da ordem natural e divina.

A própria hostilidade de Taylor às inovações de seu tempo, que ele associava diretamente à desordem, nos leva a explorar as ferramentas analíticas da semiótica para compreender o impacto de seu topos retórico. Nesse sentido, a análise semiótica de Yuri M. Lotman em *Cultura y explosión* oferece ferramentas valiosas para compreender a gama de possibilidades que podem ser reveladas pelo uso desses topos. Para Lotman, a cultura pode ser entendida como um sistema dinâmico que oscila entre períodos de equilíbrio e momentos de explosão. As tensões que emergem nesse processo impulsionam um alargamento abrupto da informatividade, gerando incerteza e colocando sob suspeição os códigos semióticos que estruturam as interpretações, as memórias e a realidade de uma cultura (LOTMAN, 1999). Essa noção pode dialogar com a análise histórica de Lawrence Stone sobre a eclosão de revoluções, pois, segundo o historiador, situações explosivas são gestadas ao longo do tempo a partir de disfunções ou incompatibilidades entre o sistema social e político, culminando em rupturas com a ordem estabelecida (STONE, 2000). No caso inglês, o crescimento econômico, as transformações religiosas e a

emergência de novas ideias entraram em choque com uma estrutura de poder inflexível e resistente a reformas, desestabilizando os modelos convencionais de significação e revelando a semiotização de novas estruturas discursivas e políticas.

Além disso, Lotman também explora também a dinâmica do mundo ao contrário como parte de um processo dialético que impulsiona a transformação cultural, caracterizado por tensões entre continuidade e ruptura. Ele destaca a importância da fronteira entre o "dentro" e o "fora" da cultura — entre o familiar e o estrangeiro — como elemento central para a autodefinição cultural (LOTMAN, 1999, 25). Segundo o autor, quando uma cultura se depara com algo externo a si, um elemento "extra cultural", ela é compelida a traduzi-lo e assimilá-lo, num processo que ele chama de semiotização. Sob essa ótica, entendemos que Taylor denuncia a proliferação de doutrinas que desafiavam a soberania política e espiritual da coroa ao comparar a Inglaterra à Amsterdã, símbolo de pluralismo religioso e desordem sectária, onde "seitas loucas dividem a religião em pedaços". Aqui, a ideia de semiotização é evidente: o confronto entre o "dentro", representado pela Igreja Anglicana e a hierarquia tradicional, e o "fora", simbolizado pela introdução de novas doutrinas e práticas religiosas, obriga a cultura a assimilar e a traduzir essa alteridade, gerando tensões e rupturas. Taylor, ao mobilizar o topos retórico do mundo de ponta-cabeça, acaba por criticar esse processo, apresentando-o como uma ameaça à ordem divina e nacional.

Assim, a multiplicidade de seitas, cada uma reivindicando sua

própria verdade, reflete uma crise de legitimidade religiosa que, na visão de Taylor, desestabiliza não apenas a Igreja, mas também a soberania política do rei. Essa crise, manifestada em imagens de caos como "O Coelho caça o Cão, o Rato o Gato", evidencia a subversão da ordem natural. O caos aparente não é meramente destrutivo, mas revela um processo de semiotização que, ao dar visibilidade a novas formas de organização social e simbólica, demonstra sua potencialidade. O poema de Taylor, ao nomear o "invertido", evidencia a existência desse processo e, ao mesmo tempo, associa a rebelião política à uma ilegitimidade moral e espiritual “para se rebelar contra Deus e o Rei”. Observamos essa potencialidade no confronto entre o modelo monárquico tradicional e as novas forças políticas e religiosas que desafiavam sua legitimidade, como o New Model Army e as demandas por maior representatividade parlamentar. O colapso da soberania de Carlos I e a ascensão de figuras como Oliver Cromwell representam uma inversão cultural que, embora desestabilizadora, gerou novas estruturas políticas e sociais. A execução do rei e a proclamação da República, em 1649, evidenciam a redefinição da relação entre poder, legitimidade e religião.

Portanto, podemos compreender como uma análise do topos retórico de mundo de ponta-cabeça revela sua complexidade como fenômeno cultural, político e simbólico. Moldado por diferentes experiências e aspirações, esse topos foi mobilizado na Inglaterra do século XVII diante das conjunturas revolucionárias, funcionando não apenas como um artifício da desordem, mas como um mecanismo de crítica e interpretação da transição e da reordenação político-social. A obra de

Taylor, ao explorar a ideia de inversão da ordem, não apenas reflete a crise de legitimidade que assolava a Inglaterra, mas também atua como um mecanismo crítico que, ao interpelar todos os lados envolvidos na guerra, buscava restabelecer os significados da ordem e da autoridade. O autor não tinha a intenção de abrir espaço para novas possibilidades históricas, mas sim de denunciar sua emergência como um perigoso sintoma de desintegração. Nesse sentido, para uma maior coerência com a História Conceitual, é crucial compreendermos o topos retórico de mundo de ponta cabeça articulado à dimensão sincrônica da construção dos significados. O estudo pautado nas intencionalidades fornece uma perspectiva autoral importante da questão, que permite analisar como um dispositivo tradicional é apropriado para expressar uma visão de mundo específica em um momento de profunda crise.

O emblema dos tempos

Os séculos XVI e XVII foram marcados por profundas transformações religiosas, científicas, políticas e culturais, mas Pocock nos convida a ir além, perguntando: como os europeus, ancorados no conhecimento dos antigos, poderiam compreender a descoberta de novos povos e territórios até então desconhecidos? Como justificar a centralidade da Terra no universo diante das revelações trazidas pelo telescópio? Como explicar a fragmentação religiosa da Europa após mais de mil anos sob a hegemonia do catolicismo romano? E as guerras e revoltas, muitas vezes motivadas por elementos inéditos e inesperados, como poderiam ser interpretadas? Para o historiador, o passado já não fornecia respostas únicas, e o presente,

repleto de tensões e transformações, demandava novos métodos de compreensão. Nesse cenário de incertezas, a perspectiva comparativa emergia como uma ferramenta essencial para interpretar um mundo em crise que desmoronava (POCOCK, 2003, p.75). Para Pocock, ao mergulharmos nessa complexa teia de acontecimentos, não encontramos uma narrativa linear e homogênea, mas um campo de embates constantes, no qual os atores históricos lutavam para legitimar os termos que empregavam enquanto desqualificavam os de seus inimigos. Diante disso, conseguimos compreender melhor o conceito de mundo ao contrário no panfleto de John Taylor ao recorrer aos significados contextualizados das palavras e ideias mobilizadas pelo poeta, sem deixar de lado a herança de possibilidades para a formação de seu pensamento político.

Após entrar nas franjas do glamouroso mundo da corte com o papel proeminente de porta-voz da Companhia dos Barqueiros, John Taylor desprezou a cultura simples das baladas populares e seus leitores. No entanto, ele sempre se apresentou como uma figura ambivalente. Sem a formação e os recursos necessários para ser plenamente aceito pela elite, ele apenas tocava suas margens sem jamais adentrá-las por completo. Mesmo circulando entre escritores, cortesãos, advogados e funcionários, Taylor nunca rompeu os laços com sua antiga vida em Bankside, entre barqueiros e artesãos. Em vez de deixar um mundo por outro, ele cruzava diariamente entre eles (CAPP, 1994, p. 46).

Em 1640, Taylor afirmou ter escrito quase 140 "livros" e, em 1642,

alegava ter publicado 220, embora esses números sejam difíceis de interpretar ou conciliar (CAPP, 1994, p. 67). Mas para quem ele escrevia? Sua resposta foi: "para todos". Ele afirmou uma vez:

> "Não há grau de homem ou mulher, seja quem for, desde a corte até a cabana, ou do palácio ao campo, que não possa fazer bom uso deste poema, seja para recreação ou para a difamação do vício." (TAYLOR, 1630)

No entanto, na prática, ele tinha um público mais específico em mente. Taylor escrevia principalmente para a nobreza e para os comerciantes urbanos, especialmente os londrinos. Suas obras mais bem-sucedidas, como os seus relatos de viagens e ensaios em versos, atraíam ambos os grupos. A coletânea Workes[2], mais cara, visava leitores de posições mais elevadas e suas sátiras dificilmente teriam ressonância com o público em geral. Os leitores urbanos que o poeta tinha em mente eram os dos "melhores cargos", comerciantes respeitáveis com uma educação erudita. Seus panfletos eram geralmente impressos em tipografia romana, ao contrário da letra gótica, ainda amplamente usada para textos mais populares. Eles também eram mais caros do que as baladas de um centavo (CAPP, 1994, p. 70).

Seus escritos oferecem mais algumas pistas sobre o público pretendido. Primeiro, é evidente que Taylor não tinha ambições de alcançar a população rural. Seus relatos de viagens e sátiras apelavam aos interesses e preconceitos da nobreza e dos leitores urbanos, retratando os

[2] A obra *All the Workes of John Taylor the Water Poet* ("Todas as Obras de John Taylor, o Poeta da Água") é a compilação mais importante dos escritos do poeta inglês John Taylor, publicada em 1630. Essa primeira edição reúne mais de 60 de suas obras publicadas até então, incluindo poemas, panfletos e textos em prosa.

camponeses como ignorantes e rudes. Às vezes, seu tom era jocoso e condescendente, apresentando os policiais e prefeitos das vilas como figuras patéticas. Com mais frequência, no entanto, era hostil. Ele ridicularizava os habitantes de Cromer como "camponeses" e "blocos insensíveis", enquanto seu panfleto sobre a peste insultava os habitantes do campo como "rústicos sórdidos" e "vilões de botas grosseiras" (CAPP, 1994, p. 75).

Taylor, para a sua infelicidade, não teve o reconhecimento que almejava, mesmo com a publicação da coletânea de seus trabalhos, ele mesmo percebia que sempre permaneceu uma figura marginal. A mudança de gostos culturais contribuiu para sua decadência. Na década de 1630, seu estilo exagerado, humor grosseiro e filosofia moralista estavam cada vez mais desalinhados com as preferências da elite. A corte refinada de Carlos I também não era tão receptiva quanto a de Jaime I; a informalidade dos tempos jacobinos havia desaparecido, assim como a multidão de cortesãos escoceses e sua exuberância. Para piorar a situação, a guerra civil o forçou a abandonar sua casa e destruiu seu mundo – ele nunca recebeu pagamento pelos serviços prestados à coroa nos anos 1640 e perdeu quase todo o dinheiro que lhe haviam prometido por suas viagens em 1649 (CAPP, 1994, p. 76).

Diante dessa trajetória de vida, conseguimos analisar melhor como John Taylor mobiliza determinados conceitos e ideias em seus trabalhos. Por mais que o poema intitulado *The World Turn'd Upside Down, or, A Briefe Description of the Ridiculous Fashions of These Distracted Times*

tenha sido publicado em 1647, o seu conteúdo já aparecia em um primeiro impresso publicado cinco anos antes sob outro título – *Mad fashions, od fashions, all out fashions, or, The emblems of these distracted times*, também do mesmo autor. O conteúdo de ambos é praticamente o mesmo, havendo apenas cinco versos a mais na primeira versão. Essa diferença não representa, à primeira vista, uma mudança de perspectiva significativa de Taylor durante os cinco anos de guerra civil. Mas o que podemos evidenciar é uma crítica mais contundente em 1642 ao "povo" quando o autor afirma *"When holy Common Prayer, is by the Rable; Accounted Porredge, and unfruitfull Babble"*[3], destacando o enfraquecimento ou abandono da população pelas tradições religiosas anglicanas.

Compreendemos melhor esse apelo à tradição e a lealdade à Igreja da Inglaterra ao analisarmos as relações pessoais de John Taylor durante sua vida político-literária. O poeta foi um defensor fervoroso da monarquia e da Igreja Anglicana, convicções que fizeram parte da sua visão de mundo e da sua produção literária. Sua lealdade à dinastia Stuart era enraizada em uma perspectiva conservadora da ordem social, na qual cada parcela possuía funções e responsabilidades bem definidas (CAPP, 1994, p. 80). Para Taylor, o governo era domínio exclusivo do rei e de seus conselheiros, como expressado em 1623: Que os plebeus não sejam inquisitivos, nem se aprofundem em qualquer questão de estado (TAYLOR, 1630, v. III, p. 105).

[3] *"Porredge"* pode ser uma analogia à banalidade (uma substância insípida, como mingau), enquanto *"unfruitfull Babble"* sugere que a *Common Prayer* era vista como algo inútil ou vazio.

The World Turn'd Upside Down: uma análise conceitual da imagem do mundo de ponta-cabeça durante a Guerra Civil inglesa (1642 - 1648)

Gabriel Henrique de Campos

Essa crença de que os súditos não deviam interferir nos assuntos do governo vinha de sua visão de que a governança era um fardo pesado, reservado àqueles preparados para lidar com suas complexidades: Enquanto o camponês desfruta de seu doce repouso, o nobre está cercado por preocupações e infortúnios (TAYLOR, 1630, v. III, p. 105).

Desse modo, ao longo de sua carreira, Taylor usou sua escrita para expor uma visão moralista e satírica da sociedade, frequentemente lamentando a negligência das elites em cumprir suas obrigações sociais. Ele exaltava figuras como o conde de Nottingham, a quem descreveu como o ornamento da verdadeira nobreza (TAYLOR, 1630, v. II, p. 328) por sua hospitalidade e generosidade, mas também criticava a decadência moral dos ricos que, em vez de investir em ações de caridade, desperdiçavam seus recursos em luxos inúteis, como sepulcros pintados e vãos (CAPP, 1994, p. 84).

Além de entender a instabilidade de sua época como consequência direta do fracasso em preservar a hierarquia tradicional e os valores anglicanos, Taylor compartilhava com James I algumas noções político-religiosas. A relação entre religião e poder político foi um eixo central do governo de James I que entre 1603 e 1625, buscou um equilíbrio doutrinário na Igreja Anglicana, rejeitando tanto os puritanos radicais quanto os católicos. Sua tentativa de manter essa estabilidade, no entanto, encontrou resistência, especialmente com a imposição do *Oath of Allegiance* (1606), que exigia a submissão dos católicos à autoridade real. Apesar de sua postura conciliatória, o apoio a figuras como William Laud

alimentou a desconfiança puritana, enquanto o crescimento do sentimento anticatólico pressionava James a adotar uma posição mais hostil em relação à Espanha. Seu receio em se envolver na Guerra dos Trinta Anos sem a dependência do Parlamento para a obtenção recursos aprofundou os conflitos políticos e religiosos, que se intensificaram com decisões estratégicas como o casamento protestante de sua filha Elizabeth e a união de seu filho Charles com a princesa católica Henrietta Maria (STONE, 2000, p. 50). Esse cenário de disputas doutrinárias e embates políticos gerou uma atmosfera de instabilidade que se refletia na literatura da época, incluindo os panfletos e poesias de Taylor, que empregavam uma linguagem carregada de emoção para reforçar sua defesa da monarquia e da Igreja Anglicana. Em The World Turn'd Upside Down, John Taylor denunciou a fragmentação religiosa e a hierarquia episcopal, afirmando: O Papista e o Cismático; ambos afligem a Igreja, pois ela é como Cristo (entre dois ladrões).

Essa visão dialoga com a análise de Stuart Clark, que aponta a imagem de um "mundo ao contrário" como um recurso retórico frequentemente utilizado para contrastar o governo legítimo com a tirania. Segundo Clark, James I recorria a esse contraste em sua retórica política, diferenciando o "bom rei", que seguia as leis naturais e promovia o bem público, do tirano, que as subvertia para benefício próprio. Além disso, James empregava a metáfora da inversão para criticar a autoridade papal, associando-a a uma ameaça à ordem divina e natural. Sua tradução da King James Bible reforça essa concepção, especialmente em Atos dos Apóstolos (17:6), onde a expressão "estes que viraram o mundo de cabeça

para baixo" enfatiza os perigos da ruptura da hierarquia tradicional[4]. Assim, quando Taylor emprega o mesmo topos, ele o faz munido de um *ethos* particular, como um *waterman* autodidata que transitava entre a corte e o povo. Sua voz, ao mesmo tempo erudita e popular, conferia-lhe uma credibilidade única para criticar a desordem, apelando ao *pathos* de seus leitores. Através da imagem do "mundo ao contrário", ele evoca o medo da fragmentação religiosa e a indignação com a subversão da ordem, ressignificando-a em termos de ordem, soberania e verdade. Essas noções, promovidas por James, são apropriadas por Taylor para fundamentar sua crítica e reivindicar o retorno de uma hierarquia específica. Em sua argumentação (logos), ele tenta persuadir seus leitores de que a causa de toda essa desordem reside no Parlamento prolongado e nos conflitos internos, identificados como a origem das ideologias fragmentadas e disputas sectárias que transformaram a Inglaterra em um "jardim vicioso".

A ressonância emocional dessas imagens, que Michael Freeden chamaria de "emocionalização" dos conceitos, fortalece a adesão do público à sua proposta de restauração. Freeden entende que as emoções afetam o discurso e o pensamento político, modulando os conceitos ao contribuírem para definir e enfatizar o espaço de cada um deles no discurso (FREEDEN, 2013, p. 87). Nesse sentido, observamos que Taylor em suas poesias e panfletos não apenas articula conceitos políticos e

[4] A Bíblia utilizada aqui é a "versão autorizada" do rei Jaime I — uma tradução oficial, realizada em começos do século XVII, para contrapor-se à da Genebra calvinista, tradução esta portanto subversiva, no entender da hierarquia anglicana seiscentista. Na versão da Bíblia de Jerusalém (S. Paulo, Paulinas, 1981) a expressão é traduzida por "esses que revolucionaram o mundo".

religiosos, mas os impregnava de fortes emoções — como nostalgia, medo e indignação —, intensificando a sua mensagem. Em um de seus poemas, Taylor afirmou que todo bom pregador deve possuir um toque de sensibilidade poética, declarando:

> "Entre poesia e a melhor divindade
>
> Há uma afinidade tão próxima e querida,
>
> Como se fosse proximidade de sangue entre irmãos."
>
> (TAYLOR, 1630, v. II, p. 47–48)

Para Taylor, nesse sentido, a poesia era, antes de tudo, uma arte moral e divina. Ele argumentava que um escritor sem discernimento em questões divinas não merecia o título de poeta, independentemente de sua habilidade técnica. Assim, sua obra reflete indignação e saudade por uma ordem perdida, transformando essas emoções em ferramentas para ampliar o impacto dos conceitos que empregava. Esse uso emocional não apenas reforça as atribuições de sentido do topos do mundo de ponta-cabeça, mas também ajuda a tornar compreensível sua reivindicação pela soberania e estabilidade do reino, conectando-se profundamente com um público que compartilhava das mesmas ansiedades e temores.

Portanto, a obra de Taylor, especialmente seu panfleto *The World Turn'd Upside Down*, transcende uma simples crítica moral. Ela se torna um testemunho das lutas por significado e legitimidade em um período de profunda transformação. Ao mobilizar o topos do mundo de ponta-cabeça e impregná-lo com indignação e nostalgia, Taylor não

apenas expressa suas próprias convicções, mas também dialoga com as ansiedades de uma época profundamente dividida. Sua ambivalência como anfíbio cultural na Inglaterra dos seiscentos não era apenas uma característica pessoal, mas um reflexo das contradições de seu tempo. Sua ênfase no papel do Rei, dos lordes e dos comuns como restauradores da ordem divina e social reflete tanto uma rejeição à rebelião contra Deus e o rei quanto às inovações religiosas que desafiaram a unidade anglicana. Assim, Taylor dialoga com esse contexto de crise ao criticar tanto a fragmentação da autoridade quanto a incapacidade histórica da Igreja Anglicana de conter divisões internas. Ele propõe, em meio ao caos das guerras civis, um ideal de ordem que ecoa os esforços de James I para conter radicalismos, mas o adapta às urgências de um momento de crise promovido pelo governo de Carlos, reforçando a soberania tradicional como instrumento central para garantir a estabilidade política, religiosa e social. Nos versos finais o poeta declama:

> "enquanto isso, até que nos corrijamos, e abandonemos nossos crimes, a Imagem é o emblema dos tempos". (TAYLOR, 1647)

Conclusão

A análise do poema The World Turned Upside Down de John Taylor, à luz das ferramentas da História Conceitual e da semiótica cultural, permite-nos concluir que sua obra não é um mero reflexo do caos da Guerra Civil Inglesa, mas uma intervenção política e cultural ativa. Ao tratar a "inversão do mundo" como um topos retórico foi possível compreender a intencionalidade conservadora de Taylor: ele empregou um recurso tradicional para reagir à crise de legitimidade que assolava a Inglaterra,

buscando a restauração da ordem monárquica e anglicana que lhe parecia ameaçada.

A força do poema reside em sua retórica. Através do *ethos* de Taylor como um *waterman* que transitava entre a corte e o povo, sua crítica alcançou diferentes públicos. Pela mobilização do *pathos*, o topos do mundo de ponta-cabeça funcionou como uma poderosa ferramenta para evocar o medo da desordem e a saudade de um passado idealizado. A crítica à inovação, como demonstramos a partir de Koselleck, era central a essa estratégia, pois refletia a visão "pré-moderna" de que a mudança era sinônimo de perigosa ruptura da ordem divina e social. A obra de Taylor, portanto, foi uma tentativa de reestabilizar os significados da autoridade e da ordem em um contexto de profunda instabilidade.

Ainda assim, e aqui reside o caráter dialético do poema, a obra de Taylor é um documento ímpar das transformações que ele tanto hostilizava. A partir da semiótica de Lotman, compreendemos que, ao nomear e descrever em minúcias a inversão da ordem, o poema de Taylor inadvertidamente se torna um registro essencial da "explosão semântica" e da semiotização em curso. Em seu lamento conservador e nostálgico, ele fornece um retrato vívido do processo de reconfiguração de significados que, em última instância, deu origem às novas estruturas políticas e sociais que ele tentava impedir. Desse modo, o estudo de um topos retórico, em uma conjuntura específica e a partir da intencionalidade de um autor, nos permite acessar não apenas as batalhas materiais, mas também a luta simbólica em que diferentes grupos disputavam a legitimidade de suas

visões de mundo.

REFERÊNCIAS

Fontes

TAYLOR, John. *The world turned upside down: or, a briefe description of the ridiculous fashions of these distracted times*. London: Printed for John Smith, 1647. Disponível em: https://oll.libertyfund.org/title/taylor-the-world-turned-upside-down-1647. Acesso em: 22 ago. 2025.

TAYLOR, John. *All the workes of Iohn Taylor the water-poet beeing sixty and three in number: collected into one volume by the author, vvith sundry new additions corrected, reuised, and newly imprinted, 1630*. London: Printed by [John] Beale, Elizabeth Allde, Bernard Alsop, and Thomas Fawcett for James Boler, 1630. Disponível em: https://name.umdl.umich.edu/A13415.0001.001. Acesso em: 22 ago. 2025.

Bibliografia

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1987.

BURKE, P. *Popular culture in early modern Europe*. Londres: Maurice Temple Smith Ltd, 1978.

CAPP, B. *The World of John Taylor the Water-Poet 1578–1653*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

CLARK, S. *Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa moderna*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2020.

CLARK, S. *The Elizabethan Pamphleteers: Popular Moralistic Pamphlets 1580-1640*. London: Edward Arnold, 1983.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *História conceitual no Atlântico ibérico: linguagens, tempos, revoluções*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/PUCRJ, 2023.

FREEDEN, M. *The Political Theory of Political Thinking: The Anatomy of a Practice*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HALASZ, A. *The Marketplace of Print: Pamphlets and the Public Sphere in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a Revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, C. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KNOPPERS, L. L. (Ed.). *The Oxford Handbook of Literature and the English Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

KOSELLECK, R. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LIMA, V. C. *Da edição à sedição: a composição e a dispersão de impressos radicais na Inglaterra, 1650-1680.* 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-22082023-121852.

LOTMAN, I. *Cultura y explosión*. Traducción del russo por Delfina Muschietti. Barcelona: Gedisa, 1999.

OSTRENSKY, E. *As revoluções do poder*. São Paulo: Alameda, 2006.

OSTRENSKY, E. Soberania e representação: Hobbes, parlamentaristas e levellers. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 151-179, 2010.

PALTI, E. J. The "Theoretical Revolution" in Intellectual History: From the History of Political Ideas to the History of Political Languages. *History and Theory*, v. 53, n. 3, p. 387–405, 2014.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS JUNIOR, J. F. As fortunas da Commonwealth: vocabulário e sociedade. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 36, n. 2, 2018.

SKINNER, Q. *Hobbes e a liberdade republicana*. 1a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

STONE, L. *Causas da Revolução inglesa 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000.

Imagens

Imagem 1: TAYLOR, John. The world turned upside down: or, a briefe description of the ridiculous fashions of these distracted times. London: Printed for John Smith, 1647. Contracapa. Reprodução digital. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/title/taylor-the-world-turned-upside-down-1647>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DOSSIÊ

Uma investigação conceitual do “Sistema de Produção Toyota”, de Ohno Taiichi (1988)

Guilherme Luiz Fernandes*

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p747-765

resumo

O Sistema de Produção Toyota (SPT) é um sistema sociotécnico de produção, desenvolvido na *Toyota Motor Company*, Japão, entre as décadas de 1940 a 1970. O sistema pode ser caracterizado pelo esforço em eliminar os desperdícios recorrentes no processo produtivo industrial, minimizando os inventários fabris, rearranjando e sincronizando os procedimentos de manufatura, e instigando novas habilidades e comportamentos nos trabalhadores, de forma a reduzir os custos de operação e aumentar a margem de lucro. Utilizando a base metodológica da história dos conceitos, desenvolvida por autores como Reinhardt Koselleck e Javier Fernández Sebastián, a proposta desse estudo foi analisar a obra *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production* de Ohno Taiichi, publicada em inglês em 1988. O livro informa sobre o racional que guia o SPT, seu histórico, suas principais ferramentas, e foi um dos primeiros esforços para sistematizar e difundir o sistema pelo meio textual. A metodologia da história conceitual foi utilizada para examinar os conceitos e categorias nos marcos linguísticos mobilizados pelo autor, de forma a delimitar o contexto do qual o autor parte, as estruturas de repetição empregadas e as transformações semânticas realizadas. Entre os resultados, podemos observar que o autor utiliza a palavra *desperdício* como um conceito, por atualizar os sentidos contidos nessa palavra com relação a outros pensadores do mesmo campo, generaliza diferentes experiências evocadas pelo termo, além de mobilizar contraconceitos como *lucro e eficiência*. Por fim, afirma-se que o autor elabora uma rede semântica temporalizada que sincroniza a fábrica, vendedores, gestores, operários, recursos e o capital.

PALAVRAS-CHAVES: HIstória conceitual; Sistema de Produção Toyota; Ohno Taiichi; Just-in-time; Manufatura enxuta.

* Graduando em História pela Universidade de São Paulo.

Uma investigação conceitual do "Sistema de Produção Toyota", de Ohno Taiichi (1988)

Guilherme Luiz Fernandes

Introdução

O Sistema de Produção Toyota (SPT) e sua forma de organização do modo produção associada, o toyotismo, tornaram-se amplamente difundidos no mundo a partir dos anos 1980, sendo adotados por fábricas, empresas e negócios, para além da sua concepção original como readequação de linhas de produção frente a desafios específicos do mercado japonês. Consagrado pelos resultados econômicos obtidos pela Toyota durante as crises de 1973 e 1979, a generalização do SPT e do toyotismo, e seu grande impacto na organização do trabalho, o alçaram à categoria de ideologia orgânica do capital entre autores de base anticapitalista e marxista (ALVES, 2000; COUTO, 2020). Posteriormente denominada de manufatura enxuta (*lean manufacturing*) (KRAFCIK, 1988) ou simplesmente lean, o sistema sociotécnico[1] de gestão se caracteriza pela configuração da manufatura em fluxo, com os seus componentes sendo utilizados no momento e quantidade necessários (just-in-time), além da sua conexão profunda com a demanda do mercado (OHNO, 1988).

O SPT é um objeto de análise interessante considerando um panorama da história dos conceitos (KOSELLECK, 2006, 2020). Isso pela razão de que a sua elaboração linguística, aqui representada pela obra *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production*, de Ohno Taiichi[2] (OHNO, 1988), operou transformações semânticas em conceitos do

[1] Sistemas sociotécnicos são a abordagem sobre organização de trabalho relativa à "interação entre as pessoas e a tecnologia no ambiente de trabalho", e a "interação entre infraestruturas complexas da sociedade e o comportamento humano" (STRANKS, 2007, p. 100).

[2] Optou-se por manter a grafia tradicional dos nomes japoneses, que consiste no sobrenome seguido do nome pessoal.

mundo capitalista da sua contemporaneidade, como desperdício e trabalho. A própria adoção dos princípios enxutos em diversas atividades econômicas para além da produção industrial indica um grau relevante de generalização da interpretação e produção de consenso acerca desses conceitos. Dessa forma, faz-se necessário compreender a obra em seus próprios termos, as estruturas de repetição acionadas e as mudanças semânticas relacionados aos conceitos utilizados.

O SPT foi desenvolvido ao longo das décadas de 1940 a 1970 com a contribuição do fundador das Indústrias Toyota, Toyoda Sakichi, seu filho e presidente da *Toyota Motor Company* no período de 1941 a 50, Toyoda Kiichirō, o engenheiro Shingō Shigeo e Toyoda Eiji, engenheiro e presidente da Toyota de 1967 a 81. Entre as contribuições para o SPT, Shingō Shigeo desenvolveu a noção dos "sete desperdícios". Toyoda Sakichi foi o inventor do tear com um mecanismo de parada automática no caso de falha, inspirando a criação do princípio da "autonomação", noções essas que serão desenvolvidas mais adiante. Kiichirō esteve envolvido no estabelecimento inicial do setor automotivo da Toyota e Eiji apoiou ativamente o desenvolvimento do SPT, endossando os experimentos de Ohno nas fábricas. Ohno, por sua vez, antes de ingressar na indústria automotiva, trabalhou na Toyoda Loom Works, o ramo têxtil das empresas Toyota. Pela característica do setor têxtil como atividade competitiva e de alta produtividade, o contraste entre a produção têxtil consolidada e a nascente fabricação de automóveis no Japão suscitou em Ohno a necessidade de organizar a produção e eliminar suas imperfeições (TŌGŌ; WARTMAN, 1993).

Desenvolvimento - análise dos conceitos desperdício, eficiência e trabalho sob a ótica de Ohno (1988)

A primeira tradução da obra de Ohno para o inglês foi utilizada na presente análise, a qual foi publicada em 1988 (OHNO, 1988), sendo que a edição original em japonês foi publicada no ano de 1978 (大野 耐一著, 1978). Tendo um público-alvo de gestores, engenheiros, supervisores, empresários e executivos, o livro *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production* foi um dos primeiros esforços de sistematizar o SPT em texto. Essencialmente esparso de detalhes técnicos sobre peças e processos industriais, ou metodologias detalhadas para implementar o sistema, com a notável exceção do *kanban* (看板), o livro transmite ao leitor um ponto de vista amplo sobre os princípios do SPT. Descreve a trajetória histórica que levou à "necessidade" (OHNO, 1988, p. 1) do desenvolvimento do sistema, elabora mais rigorosamente algumas noções específicas do SPT, como o nivelamento da produção e faz uma comparação com o sistema de produção implementado por Henry Ford e o sistema sociotécnico associado, o fordismo. O livro é reiterativo, afirmando com certa frequência os seus pressupostos e principais elaborações. Com relação a difusão internacional do SPT, a primeira publicação em inglês se deu em 1977 em um artigo curto (SUGIMORI et al., 1977), o qual não apresentou grande impacto no âmbito internacional (NEW, 2007). Entretanto, em um cenário em que a Toyota já era uma multinacional, seu desempenho após o choque causado pela primeira crise do petróleo em 1973, atraiu a atenção internacional.

A crise do petróleo de 1973 provocada pela Guerra do Yom Kippur, na

qual Egito e Síria, apoiados por outros países do mundo árabe, atacaram territórios ocupados por Israel desde 1967, em resposta ao auxílio financeiro-militar provido pelos Estados Unidos da América à Israel. O monarca Faisal da Arábia Saudita, à frente da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), articulou a redução da produção de petróleo, aumento nos preços dos barris e embargo completo de petróleo contra as nações aliadas a Israel, incluindo os EUA e o Japão (GARAVINI, 2019). Os preços do barril de petróleo subiram vertiginosamente, incorrendo em aumento geral dos preços de diversas mercadorias, em uma economia global altamente dependente do combustível fóssil. No Japão, em torno de 75% da demanda energética era suprida por petróleo e derivados (TAKAFUSA, 1980); a crise esteve associada com um aumento geral dos preços e da taxa de desemprego, além de queda na produção industrial (TAKAFUSA, 1980). Na Toyota, a produção foi restrita de janeiro a março de 1974, mas em setembro desse ano, já mostrava aumento nas suas vendas (TOYOTA, 2012). A robustez da fabricante japonesa frente ao período de crescimento econômico lento (1974-78) e a segunda crise petrolífera (1979) consolidaram o SPT como uma técnica eficaz para os novos tempos (TOYOTA, 2012).

A elaboração do SPT se deu em um contexto mais amplo das técnicas de administração científica, com os antecedentes emblemáticos do fordismo e taylorismo. Nesse sentido, em meio a produção organizada cientificamente, observamos conceitos difundidos nesse campo do conhecimento, mas também na sociedade em geral, como por exemplo lucro, desperdício, tempo, eficiência, trabalho (FORD, 2018), prosperidade,

ciência e produtividade (TAYLOR, 1998).

Resumidamente, as teorias de organização do trabalho consistem na utilização do método científico para otimizar os negócios e a produção, com o objetivo geral de aumentar a quantidade de produtos produzidos, economizar recursos nos processos utilizados, produzir mercadorias de melhor qualidade, entre outros objetivos que convergem para uma margem de lucro maior e maior controle sobre a produção (BÖRNFELT, 2023). O fordismo, por exemplo, pode ser caracterizado pela fabricação em grande quantidade de um número limitado de modelos de produtos (OHNO, 1988, p. 95), manufatura realizada em um fluxo de processos, notavelmente utilizando a linha de montagem (BÖRNFELT, 2023, p. 31), barateamento dos preços por conta de uma produção maciça (FORD, 2018, p. 32-8) e operações e processos de fabricação padronizados (OHNO, 1988, p. 99). Tendo esboçado os elementos linguísticos, econômicos e científicos que formam as noções fundamentais que balizam o livro *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production*, a seguir se destacam alguns princípios do SPT.

O SPT é fundamentado em dois princípios técnicos, a autonomação e a produção *just-in-time*. A autonomação (autonomation, jidoka, 自働化) diz respeito a capacidade de interromper a fabricação automaticamente por razão de falhas no processo, impedindo a manufatura de peças defeituosas. Inicialmente, é descrita como “automatização com um toque humano” (OHNO, 1988, p. 4), pela sua implementação significar máquinas que param de funcionar automaticamente devido a defeitos no processamento (OHNO, 1988, p. 6). A palavra também pode se referir a

capacidade dos trabalhadores interromperem a linha de produção, sem necessariamente precisar da autorização de supervisores, se os trabalhadores perceberem problemas (OHNO, 1988, p. 121).

Outro fundamento do SPT é o *just-in-time*, que traduzido livremente, pode significar “na hora certa” ou “bem na hora”. Na língua portuguesa, o termo não costuma ser traduzido. Diz respeito a requisição, transporte e entrega dos componentes na linha de montagem no momento e na quantidade em que são necessários (OHNO, 1988, p. 4). A montagem é orientada numa lógica inversa, na qual os processos finais ditam o ritmo dos processos iniciais. Aqui há uma noção de tempo em operação, sincronizando as experiências na fábrica (OHNO, 1988, p. 96). O *just-in-time* tem como objetivo central a eliminação de estoque de peças, produtos e matéria prima, por estabelecer um fluxo produtivo no qual cada etapa recebe os materiais e entrega o produto no momento e na quantidade exatamente requerida. Por consequência, há um ganho de eficiência ao realizar o corte ou realocação dos custos associados a força de trabalho, espaço e manutenção dos estoques (OHNO, 1988, p. 29).

Concretamente, o SPT preconiza técnicas e arranjos produtivos como a disposição dos processos fabris em um fluxo de acordo com o processo de manufatura do produto em questão (e não numa disposição segundo a máquina utilizada, por exemplo), o uso do sistema kanban, que consiste em cartões contendo as informações de peças a utilizar no processo em questão ou que tipo de peça produzir. Ainda, esse sistema resultou em uma inversão da lógica até então vigente na manufatura fabril, no sentido de que os processos mais finais que passaram a ditar o ritmo da produção

dos processos anteriores. A seguir, são destacadas as palavras-chave da obra.

É possível destacar que, em *Toyota Production System*, o assunto central é a eliminação do desperdício (*waste*, muda, 無駄) no processo produtivo, além de ser a base do próprio sistema (OHNO, 1988, p. 4). A centralidade desse termo, em detrimento de outras categorias do campo da gestão científica, ou mesmo da sociedade em geral, pode ser concebida como uma “resposta conceitual ao desafio” (KOSELLECK, 2020, p. 108) imposto pelo contexto nacional e econômico japonês. A indústria automotiva japonesa se estabelece a partir da década de 1930, em uma situação econômica difícil. Desde o período de subsídio governamental em 1936 e o advento da II Guerra Mundial, até a década de 1950, o mercado japonês se caracterizava por uma demanda por um número restrito de carros, mas com alta variabilidade de modelos (OHNO, 1988, p. 11). Mesmo a Guerra da Coreia (1950), que aqueceu o mercado automobilístico pelas encomendas militares, não alterou estruturalmente o perfil da demanda doméstica por carros. Por essa perspectiva, seria muito difícil para qualquer fabricante de carros no Japão expandir seus negócios utilizando os mesmos métodos do fordismo, que enfatizavam a produção em massa. Outro obstáculo foram os competidores dos EUA, como a Ford, Chrysler e General Motors, com décadas de experiência nesse exato sistema de produção. É nesse contexto que a eliminação do desperdício pode se tornar tão central em um discurso para industrialistas; um número pequeno de automóveis, número esse o mais convergente quanto possível com a demanda, em diversas apresentações e com alta qualidade de

produção (OHNO, 1988, p. 80-3) poderia se tornar o cerne de uma indústria nascente.

A palavra desperdício, propositalmente, abarca sete tipos: superprodução, espera, transporte, sobreprocessamento (se uma peça é trabalhada mais do que deveria), inventário ou armazenamento, movimento e produtos defeituosos (OHNO, 1988, p 19-20). A lista se relaciona com todo o tipo de recurso, seja mão de obra, materiais ou tempo, que não atinge todo o seu valor de uso potencial ou resulta em alguma restrição para a venda. Por meio dessa lista, podemos notar o nível de abstração evocado pela palavra desperdício: reúne falhas técnicas de equipamento ou de manufatura (produtos defeituosos, sobreprocessamento), comportamentos indesejados (espera, movimento), erros de planejamento ou expectativa (superprodução, inventário, transporte), portanto reunindo diferentes experiências em uma só palavra. Dessa forma, temos outro elemento para compreender o desperdício como um conceito.

Ohno faz uma análise comparativa entre o SPT e as técnicas de gestão e produção implementadas na *Ford Motor Company* nos anos 1910-1920 (OHNO, 1988, p. 93-110), também conhecidas como fordismo. O desperdício é uma das categorias centrais dessa comparação. Ohno inicialmente se aproxima da concepção fordiana de desperdício, a qual é descrita em termos de trabalho que não atinge o máximo do seu valor de uso potencial (FORD, 2018, p. 59-63). Entretanto, ao se referir aos sucessores de Ford, é possível compreender que a divergência do termo se dá em função de um marcador: a demanda do mercado. Como descrito

anteriormente, o desperdício de inventário e armazenamento pode ser classificado como negativo por representar mercadorias que não passam pela etapa final do circuito da realização do capital, a venda. Ainda, permanecem os custos de manutenção do inventário. Em uma fase de baixa na demanda econômica, concepções caras ao fordismo e a produção em massa, como grande quantidade de mercadorias e alta velocidade de produção deixam de ser positivos em si mesmos, incorrendo em custos adicionais caso não sejam submetidos à demanda do mercado. Portanto, ao comparar os sistemas de produção, Ohno realiza uma atualização do significado de desperdício para o seu próprio contexto econômico, acrescentando outros elementos linguísticos ao conceito, direcionando o sentido em direção a outra linha de força, a de sincronização com o horizonte de expectativas do mercado.

O desperdício tem como contraconceitos (KOSELLECK, 2020, p. 110) o lucro e a eficiência, a qual tem diferentes aspectos, como a eficiência de trabalho e a eficiência produtiva. Entretanto, "aprimorar a eficiência faz sentido apenas se estiver atrelada à redução de custos" (OHNO, 1988). Em última instância, a redução dos custos está ligada ao aumento da margem de lucro. Esse objetivo aparece pontualmente ao longo do livro, como no caso da "engenharia industrial lucrativa" (OHNO, 1988, p. 71). Sobre a engenharia industrial, sendo uma técnica de manufatura e gestão, Ohno afirma: "acredito que engenharia industrial é inútil a menos que resulte em redução de custos e aumento dos lucros"[3] (OHNO, 1988, p. 71). Uma hipótese é de que talvez por obviedade para um público de engenheiros e

[3] "*Unless IE results in cost reductions and profit increases, I think it is meaningless*" (OHNO, 1988, p. 71).

empresários, o lucro não precisa ser enfatizado diretamente quanto a eliminação do desperdício, o qual sim, é um conceito relativamente inovador. A eficiência se dá, principalmente, em termos de aproveitamento da operação realizada. No caso da eficiência de trabalho, por exemplo, um operário que precisa andar uma distância grande entre uma máquina e outra está incorrendo em desperdício de movimento, diminuindo a razão entre trabalho que gera valor e trabalho que não gera valor, mesmo que percorrer essa distância seja necessária para realizar a próxima etapa (OHNO, 1988, p. 59). Assim, a operação é alterada com o intuito de reorganizar os equipamentos para que esse movimento não seja mais necessário. A eficiência pode ser estendida para a capacidade produtiva da fábrica, que segundo o autor, pode ser elevada pelo aumento da quantidade produzida ou pela redução do número de trabalhadores, sendo que o segundo caso seria útil para épocas de baixa demanda (OHNO, 1988, p. 62). Portanto, a eficiência agrega a noção de uma capacidade produtível flexível de maneira a estar sincronizada com as expectativas do mercado com a produção.

O trabalho também pode ser pensado conceitualmente a partir da obra. Há uma distinção da atividade do trabalhador na fábrica em três categorias, sendo elas desperdício, “trabalho que não agrega valor” e “trabalho que agrega valor”, das quais apenas a última é denominada simplesmente de trabalho (OHNO, 1988, p. 57-8). A razão entre trabalho e “trabalho não agregador” se denomina eficiência de trabalho. Por meio do conceito de desperdício, é possível identificar os comportamentos indesejados, como aguardar o funcionamento das máquinas, ou

movimentos desnecessários, como transportar peças ao destino incorreto (OHNO, 1988, p. 58). O “trabalho não agregador”, por sua vez, são operações necessárias para a produção, mas que não adicionam valor por si mesmas, como abrir embalagens e buscar peças fora da estação de trabalho. Conceitualmente, não há grande rompimento com a ideia de trabalho como o processo gerador de valor, mas sim uma especificação corporal do que é trabalho. Nesse caso, trabalho não é definido pela presença no local de trabalho ou realização genérica de operações da fábrica, mas sim por executar movimentos que acrescentam valor, como montagem ou processamento de peças (OHNO, 1988, p. 58), ou seja, uma especificação corporal que orienta a temporalidade das operações que compõem o trabalho. Quanto maior for a quantidade de tempo realizando essas tarefas, maior seria a eficiência do operário. Portanto, esse conceito opera uma transformação dos espaços de experiência da produção industrial. Como foi possível analisar, há uma organização do “trabalho não agregador” sob o conceito de desperdício, e do “trabalho agregador” sob o conceito de eficiência. Assim, podemos afirmar que há uma simetria semântica entre os conceitos.

Em contraposição a percepção do que é o trabalhador americano, especializado em um tipo de ferramenta (OHNO, 1988, p. 10), o trabalhador inserido no SPT é capaz de operar diferentes tipos de máquinas de forma simultânea, o que permite que um operário possa ficar responsável por várias etapas de uma linha de montagem, ganhando eficiência de trabalho (OHNO, 1988, p. 11). Assim, o operário deve ter flexibilidade como uma de suas habilidades. O trabalho em equipe também é destacado repetidas

vezes no livro (OHNO, 1988, p. 8, 24). Os termos utilizados se aproximam do potencial multiplicador relacionado com o esforço coletivo, além da distribuição do trabalho entre os operários. Espera-se que esse trabalho em equipe envolva ativamente os operários, esmaecendo os limites do trabalho de cada indivíduo, e enfatizando os resultados da equipe ou da linha de produção como um todo (OHNO, 1988, p. 25). Assim, podemos afirmar que o SPT preconiza certas competências comportamentais dos seus operários, como versatilidade, proatividade e espírito de equipe.

Outras categorias do toyotismo se encontram no livro, como a filosofia de aperfeiçoamento contínuo, também conhecida como kaizen (改善), que se tornou um dos princípios basilares do toyotismo. Ainda, a técnica de gestão visual, como o *kanban*, é apresentada, que consiste em elaborar quadros e cartões que resumem as informações dos processos de produção e transporte na fábrica de forma visual e facilmente compreensível. O que se destaca de ambas as técnicas é que elas são o método pelo qual a sincronização das etapas de produção pode ser tornar possível (OHNO, 1988, p. 27-44). Na perspectiva do autor, a participação ativa do operário, possibilitada pela mostra pública de um sistema que resume a produção realizada na linha, ou as partes transportadas por um determinado processo, é um elemento importante no monitoramento e aperfeiçoamento da fábrica. Essa sincronização da produção e participação dos trabalhadores por meio do *kanban* resulta em um ganho de eficiência ao distribuir o trabalho de gerenciamento para toda a equipe (OHNO, 1988, p. 5). A ferramenta permite a interrupção da linha de produção caso exista algum problema, ou responder rapidamente a demandas inesperadas ou a

processos idiossincráticos.

Conclusões

Argumenta-se que desperdício é utilizado em termos conceituais pelo autor, pois organiza o mundo fabril, abriga diferentes semânticas e pode desencadear diferentes tipos de ações. Ainda, é um conceito temporalizado. Reitera-se que o desperdício na obra de Ohno, enquanto abstração, toma um caráter distinto do desperdício de Ford. Portanto, afirma-se que foi realizada uma transformação de significado, em um panorama diacrônico, do conceito de desperdício. Também se buscou compreender a razão desse conceito, e não qualquer outra noção, ter se apresentado como central para o autor, por meio de seus próprios termos. Essa análise concluiu que a centralidade se deve ao papel que o controle do desperdício tenha se mostrado como a possibilidade concreta de atuação e expansão no mercado automobilístico japonês, de acordo com as suas idiossincrasias. Ainda que as principais referências de indústrias bem-sucedidas se utilizaram de sistemas de produção em massa, a leitura rigorosa do panorama econômico japonês inseriu os executivos da Toyota em um horizonte de continuidade do desenvolvimento do SPT. É possível que o SPT tenha se difundido para outras atividades econômicas devido ao seu sucesso empresarial, mas também pela definição conceitual de desperdício, que possibilitou a organização e gerenciamento de experiências e significados diferentes daqueles do mundo industrial.

Na sua totalidade, a obra *Toyota Production System* estabelece uma rede conceitual que tem o mercado no centro das expectativas (logo, ele é

um eixo de temporalização), mais especificamente, sua etapa de venda da mercadoria produzida. Esse é o parâmetro central que orienta o SPT, e é o que o torna robusto com relação às crises econômicas. A partir do ponto de vista do gestor da empresa, em tempos de baixa demanda, os números produzidos devem cair também. Nesse sentido, o conceito de desperdício é a ferramenta linguística que orienta as mudanças dentro da empresa, incluindo reorganização de processos e recursos, ou mesmo "usar menos trabalhadores" (OHNO, 1988, p. 67), no sentido declarado de deslocamento de pessoal para outras funções. Em uma posição auxiliar a eliminação do desperdício, estão as noções de *just-in-time* e autonomação. Na presente obra, essas palavras já apresentam um grau razoável de abstração, sintetizando experiências similares, mas não iguais (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023, p. 66). Pode-se dizer que essas palavras formam conceitos, segundo sua utilização pelo autor na obra *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production*, ainda que não sejam conceitos de ampla utilização sociopolítica. Uma análise futura poderia investigar a hipótese do termo *just-in-time* ter se tornado um conceito, devido a generalização que ganhou em momentos posteriores.

Outros nós dessa rede semântica compreendem o conceito de trabalho, e as noções de "aperfeiçoamento contínuo" e "gestão visual". As técnicas de gestão visual se articulam com o trabalho realizado na fábrica, permitindo que operários e gestores acompanhem facilmente o processo da manufatura. Tomando as articulações pragmáticas e semânticas nos termos do autor, o que se valoriza é um trabalhador com certos comportamentos desejáveis, como a vigilância constante no processo

produtivo, o que é possibilitado pelo sistema *kanban*. É um trabalhador autônomo, flexível e com múltiplas habilidades, que têm espírito de equipe e um sentido de realização pelo trabalho, fruto da eliminação do desperdício.

Outro desdobramento conceitual é o da concepção de tempo mobilizada pelo autor, pois o tempo é um conceito essencial na rede construída no texto de Ohno. Há um esforço de sincronização abrangente, conectando temporalmente as máquinas, recursos, peças, trabalhadores e suas atividades, gestores, o mercado e o capital. Essa conexão deve ser realizada com o mínimo de perdas ao longo do caminho, perdas caracterizadas pelo conceito de desperdício. Assim, uma fábrica que adota o SPT, estaria mais resistente contra às crises do capital, pois os choques de preços ou ofertas de mercadorias essenciais, como nas crises do petróleo, seriam rapidamente respondidos por conta do SPT. Colocado de outra forma, a flexibilização da cadeia produtiva, de acordo com os conceitos de desperdício e eficiência, é uma maneira de sincronizar os horizontes de expectativas do mercado com o espaço de experiências da produção. De certa forma, a temporalidade dos participantes da produção industrial se torna mais próxima da temporalidade do próprio capital, um tempo, portanto, hegemônico que baliza e engloba os demais, rearranjando-os.

Em conclusão, afirma-se que o livro *Toyota Production System* de Ohno Taiichi contém ao menos um conceito, desperdício, que também é o conceito central da obra. Com relação a esse conceito, ele está temporalizado e se insere em uma estrutura de repetições, contígua com outros pensadores da administração científica como Henry Ford.

Entretanto, há uma atualização importante do conceito, no sentido de o entrelaçar com as demandas do mercado, tornando-se assim um mecanismo para sincronizar a produção industrial e todos os seus processos internos, ligando temporalmente os trabalhadores, recursos materiais e planejamento ao capital. A conceitualização, realizada dessa forma, apresenta benefícios econômicos para as empresas que adotam o SPT, como foi observado no caso da Toyota após as duas crises do petróleo de 1973 e 1979. Outras investigações futuras podem avaliar a repercussão do conceito em outras esferas econômicas, como o setor dos serviços e cuidados a saúde, e desafios como a crise climática.

REFERÊNCIAS

Fontes

OHNO, Taiichi. **Toyota production system:** beyond large-scale production. New York: Productivity Press, 1988.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. TOYOTISMO COMO IDEOLOGIA ORGÂNICA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA. **ORG & DEMO**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 3–15, 2000. DOI: 10.36311/1519-0110.2000.v1n1.455.

BÖRNFELT, P. O. Taylorism and Fordism. *Em*: BÖRNFELT, P. O. (ed.). **Work Organisation in Practice**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2023. p. 25–37. DOI: 10.1007/978-3-031-21667-1_2. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-21667-1_2. Acesso em: 29 nov. 2024.

COUTO, Hellington. **O Enjambrado - A precariedade estrutural e o novo padrão de reprodução social brasileiro**. 1ª ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **História conceitual no Atlântico Ibérico: Linguagens, Tempos, Revoluções**. Rio de Janeiro: Faculdades Católicas, 2023.

FORD, Henry. **Today and Tomorrow: Commemorative Edition of Ford's 1926 Classic**. Portland: Routledge, 2018.

GARAVINI, Giuliano. **The Rise and Fall of OPEC in the Twentieth Century**. Oxford: Oxford University Press, 2019. DOI: 10.1093/oso/9780198832836.001.0001. Disponível em: https://academic.oup.com/book/36513. Acesso em: 21 fev. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição a Semantica Dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **História de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KRAFCIK, John F. Triumph Of The Lean Production System. **Sloan Management Review**, *[S. l.]*, v. 30, n. 1, p. 41-52, 1988.

NEW, S. J. Celebrating the enigma: the continuing puzzle of the Toyota Production System. **International Journal of Production Research**, *[S. l.]*, v. 45, n. 16, p. 3545–3554, 2007. DOI: 10.1080/00207540701223386.

大野 耐一著. トヨタ生産方式 : 脱規模の経営をめざして. *[S. l.]*: ダイヤモンド社, 1978. Disponível em: https://doi.org/10.11501/11984618. Acesso em: 1 ago. 2025.

OHNO, Taiichi. **Toyota production system: beyond large-scale production**. 1ª ed. New York: Productivity Press, 1988.

STRANKS, Jeremy W. **Human factors and behavioural safety**. 1ª ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.

SUGIMORI, Y.; KUSUNOKI, K.; CHO, F.; UCHIKAWA, S. Toyota production system and Kanban system Materialization of just-in-time and respect-for-human system. **International Journal of Production Research**, *[S. l.]*, v. 15, n. 6, p. 553–564, 1977. DOI: 10.1080/00207547708943149.

TAKAFUSA, Nakamura. An Economy in Search of Stable Growth: Japan since the Oil Crisis. **Journal of Japanese Studies**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 155-178, 1980. DOI: 10.2307/132003.

TAYLOR, Frederick Winslow. **The principles of scientific management**. Mineola: Dover Publications, 1998.

TŌGŌ, Yukiyasu; WARTMAN, William. **Against all odds: the story of the Toyota Motor Corporation and the family that created it**. 1ª ed. New York: St. Martin's Press, 1993.

TOYOTA, Global Company. **Responding to the Oil Crisis**. 2012. Disponível em: https://www.toyota-global.com/company/history_of_toyota/75years/text/entering_the_automotive_business/chapter2/section4/item1.html. Acesso em: 29 nov. 2024.

entrevista

entrevista

Entrevista com Santiago Colombo Reghin

Arthur Oliveira Louzada
Beatriz Marangoni Vilares Fonseca
Mel Veronezi Frare
Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p767-802

A cada número, a Revista Epígrafe traz uma conversa com um profissional da área de História, seja ele atuante na universidade ou na educação básica. Buscamos mostrar aos leitores a variedade de trajetórias possíveis na profissão, destacando tanto as práticas de trabalho quanto as experiências acadêmicas de cada entrevistado, ampliando assim o horizonte de oportunidades da carreira.

Na edição atual, entrevistamos Santiago Colombo Reghin. Atualmente, ele cursa o doutorado em História Social em regime de dupla titulação entre a FFLCH-USP e a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, orientado pelos professores Marcelo Rede e Philippe Clancier. Sua formação inclui o mestrado em História Social pela USP — pesquisa que recebeu menção honrosa pelo programa — e a graduação em História, tanto bacharelado quanto licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Entrevista com Santiago Colombo Reghin

Arthur Oliveira Louzada
Beatriz Marangoni Vilares Fonseca
Mel Veronezi Frare

Ao longo de sua trajetória acadêmica, foi contemplado com bolsas FAPESP, incluindo auxílio de pesquisa e estágio no exterior (BEPE), o que lhe permitiu aprofundar seus estudos em História Antiga, com ênfase na Babilônia aquemênida e helenística. Integra ainda diferentes grupos de pesquisa, como o LAOP (USP), o MITHRA (UFSC) e o time Hasaé do laboratório ArScAn, na França, espaços onde desenvolve debates sobre globalização na Antiguidade, formas imperiais, templos e sacerdócios, além de temas de historiografia e teoria da história. Em nossa entrevista, Santiago compartilhou aspectos de sua formação, suas experiências de pesquisa no Brasil e no exterior e os caminhos que o levaram a se dedicar ao estudo do Antigo Oriente Próximo. Boa leitura!

Revista Epígrafe: A gente queria começar pedindo para você falar um pouco da sua trajetória, desde lá do início, como você escolheu o curso de História, por que você decidiu fazer a Pós-Graduação, como chegou no seu tema de pesquisa atual...

Santiago Reghin: Bom, nunca tinha muita certeza do que fazer, mas eu sabia o que que eu não queria fazer. Talvez ao contrário das outras pessoas nos cursos de humanidades, eu era um pouco melhor em exatas do que em matérias de humanas no ensino médio, principalmente tudo que envolvia redação. Sabia que eu não queria fazer um curso em exatas. Ao mesmo tempo, que eu não ia mal, era algo que me dava muito medo. Eu pensei: "Ah, então eu vou fazer alguma coisa dentro de humanas que eu não seja tão ruim". Eu, na minha cabeça super inocente, pensei: "Pô, acho

que Português tem que escrever muito... História talvez não tem que escrever tanto".

Primeiro apresentei essa ideia a minha família e alguns amigos, o que foi recebido com certa resistência — depois isso mudou —, me disseram: "Ah, o outro curso que tem bastante história, mas não é História, é Relações Internacionais". Então, eu comecei a fazer Relações Internacionais, mas eu logo percebi que só gostava das disciplinas de história. Então, pouquíssimo tempo depois que eu entrei, mudei de curso e fui efetivamente para História. Contudo, cheguei lá sem saber o que eu queria, mas sabia o que eu não queria: não queria dar aula em escola. Não gostava na época da questão do ensino básico, porque eu não tive experiências muito boas com a escola. Por outro lado, logo percebi que existia a pesquisa.

Ainda, cheguei no curso tendo zero noção do que era o curso. E, bem no começo, eu tive um professor de História Antiga muito bom — isso na Universidade Federal de Santa Catarina. Esse professor tinha um viés mais para a teologia, uma leitura a contrapelo da Bíblia. Me interessei pelo tema e decidi seguir com algo parecido. Eu já tinha curiosidade em mitologia e história das religiões ao longo do final do ensino médio, mas nenhuma leitura aprofundada sobre o tema. Contudo, o que aconteceu é que esse professor, por questões de saúde, saiu já no meu primeiro ano. Daí eu fiquei órfão de um possível orientador.

O tempo foi passando, nenhum outro professor de História Antiga foi entrando... Fui percebendo que realmente não queria dar aula e que ia

seguir como pesquisador. Decidi não abandonar a História Antiga, procurando tentar achar a temática em outros lugares como nas disciplinas da Filosofia. Com isso, eu desenvolvi um gosto por questões mais teóricas e filosóficas. No semestre seguinte que eu fiz essas disciplinas de Filosofia Antiga e Filosofia da Ciência, começaram as aulas de Teoria da História com ótimos professores na Universidade Federal de Santa Catarina, a Flávia Varella e o Rodrigo Bonaldo, e eu percebi que casava muito esse interesse mais filosófico com a própria História — sem eu precisar mudar de curso (para a Filosofia, agora) mais uma vez. E, nisso, eu fui também começando a gostar muito da historiografia, mas não conseguiria estudar História no abstrato, precisava decidir um período.

Até que, no meu último ano de graduação, finalmente um professor de História Antiga foi contratado, Fábio Morales. Ele foi super importante para minha formação. Ele foi orientando do professor Guarinello, que faleceu há pouco tempo — fico muito triste por nunca ter tido oportunidade de conhecer o Norberto Guarinello, mas acho que eu conheci uma parte dele por meio do Fábio. Foi muito interessante, deu para ver que ele foi um professor muito marcante para os seus orientandos.

Logo que soube que o Fábio havia passado no concurso, no final do ano, eu já enchi ele de e-mails, perguntando bibliografia, falando dos meus interesses, perguntando se ele precisava de um monitor para disciplina... Nesse final de ano, ele me passou uma bibliografia e falou: "Vamos conversar para você ser o meu monitor no ano seguinte". Eu passei essas férias todas lendo a bibliografia que ele me passou — ainda nem sabia o

que que eu queria de História Antiga, e ele me passou coisa de Grécia, de Oriente Próximo próximo... E, como alguém muito indeciso, eu gostei dos dois temas. Enfim, quando começou o próximo ano, eu fui monitor dele, depois logo engatei numa iniciação científica sobre historiografia da antiguidade até que a gente sentou para debater o tema de TCC.

Daí eu falei para ele: "Pô, eu gosto de história antiga oriental, gosto de ocidental, gosto de teoria da história, gosto de historiografia". E ele, como um professor muito hábil, achou um tema que contemplava tudo isso. E me disse: "Tem essa historiografia, que é escrita em grego por um sacerdote da Babilônia, contando a história da cidade da Babilônia e produzida no Período Helenístico (que é aquele momento que vai desde Alexandre, o Grande, em 331 A.E.C. até a queda do último Império Helenístico em 31 A.E.C.). Nesse momento tem uma interação muito grande entre o ocidente e o oriente, tem uma integração maior que foi provocada, sobretudo pelos movimentos do Alexandre. Então, estudando esse período, você vai estar mais à vontade para desenvolver tanto a antiguidade oriental quanto a ocidental, além da historiografia, teoria de história".

Enfrentei diversos problemas no meu TCC. Apesar de ter passado por todo o curso de história, eu não sabia escrever. Foi algo muito sofrível, acho que para ele, sobretudo (risos). A escrita eu só desenvolvi mais ao longo do mestrado, mas ter feito esse TCC me ajudou muito a pensar e desenvolver esse tema para a pós-graduação. Então, finalizando o TCC na metade do

ano de 2019, eu queria fazer o processo seletivo do mestrado para o ano seguinte, que já começava no final de 2019.

A ideia era fazer na Universidade Federal de Santa Catarina mesmo até que um outro professor, o Alex Degan — que também foi um ótimo professor —, me aconselhou a fazer na Universidade de São Paulo aqui, porque aqui tinha o Marcelo Rede, que é especialista no tema. Eu até pensei sobre, mas imaginei que eu nunca iria passar no processo seletivo da Universidade de São Paulo. Algumas semanas depois, o meu próprio orientador lançou a mesma ideia. Era uma coisa a se pensar e a se tentar. Ah, eu me inscrevi então para os dois processos — é difícil fazer dois processos seletivos de mestrado com bibliografias totalmente diferentes. Enfim, fiz e, no final, acabei passando nos dois.

Foi uma decisão muito difícil, conversei demais com o Fábio. Acho que o que ajudou muito foi o pessoal do Laboratório do Antigo Oriente Próximo da USP, o LAOP; quando eu passei — acho que eles nem sabiam que eu tava nessa indecisão —, eles já mandaram a mensagem como se eu fizesse parte do grupo, me introduzindo. Foram super gentis. Falaram da possibilidade da FAPESP e eu não entendi nada, então eu fui pesquisar sobre o que que era FAPESP. Assim descobri a possibilidade de uma bolsa internacional, que era algo que nunca me passou pela cabeça. Então, somando todos esses fatores, eu decidi vir fazer o mestrado aqui.

Mantive o Fábio, que era meu orientador do TCC, que seria meu possível orientador do mestrado, como co-orientador do mestrado, então, acho que peguei o melhor dos dois mundos. Tive dois orientadores que

são muito muito diferentes, o Marcelo Rede e o Fábio Morales, mas que são igualmente excelentes: levantavam pontos muito distintos, mas sempre complementares, não contraditórios.

No mestrado, ampliei as fontes, mas ainda pesquisando a cidade da Babilônia durante o começo do Período Helenístico — então foi o mesmo período, só coloquei mais algumas fontes de caráter administrativo, crônicas. Agora, o doutorado foi um caminho natural, gostei muito desse meio da pesquisa. Claro que nesse caminho a ideia de dar aula para ensino fundamental também surgiu, eu fui perdendo alguns preconceitos meus, mas eu sempre me senti mais realizado na pesquisa — quem sabe, também, se puder dar aula para graduação... Enfim, só com o doutorado poderia atingir esse objetivo, então, eu segui na pós-graduação.

Revista Epígrafe: Neste interregno entre entrar na graduação, se interessar por História Antiga e efetivamente fazer uma pesquisa nesta temática, você chegou a trabalhar com outros recortes historiográficos?

Santiago Reghin: Quando eu estava no segundo semestre do curso, o professor de História Antiga já tinha saído, eu estava desolado sem "pai" ali dentro. Na época, eu estava fazendo a disciplina de História Moderna com o professor João Klug, um professor maravilhoso que tem um laboratório muito famoso de história ambiental que tem produções conhecidas nacional e internacionalmente, o LABIMHA (Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental). Ali no final de 2016, recebi um telefonema desse professor; ele explicou que o laboratório havia recebido uma bolsa de iniciação científica de última hora e que eles precisavam de alguém para

completar. Como ele tinha gostado do meu desempenho na disciplina, ofereceu essa oportunidade cujo foco era estudar o desenvolvimento dos vinhos de altitude em Santa Catarina — então, envolvia pesquisar a migração europeia, o estabelecimento dessas famílias e as tentativas de cultivar diversas vinhas diferentes aqui até o desenvolvimento das uvas próprias dos vinhos de altitude já no século XX.

Como eu não tinha um tema, a oferta era de um tema interessante, feita por um professor que eu gostava muito e em conjunto com um ótimo laboratório, aceitei. Não era um tema que eu tinha familiaridade, que eu imaginava continuar pesquisando, mas ia ao encontro desse meu objetivo de me tornar um pesquisador.

Na realidade, minha orientadora para essa iniciação foi a Eunice Nodari, que era uma das coordenadoras do laboratório — uma pessoa fantástica também. Ela logo me apresentou os objetivos, eu teria que aprender a mexer em ferramentas bem interessantes de geoprocessamento para fazer o mapeamento dessas vinícolas. A gente começou a pesquisa. Ela era uma pessoa muito gentil, foi me iniciando: mostrou como fazer um projeto, quais seriam as fontes, além de me educar sobre o arquivo em Santa Catarina e arquivos digitais, algo que eu nunca tive contato — pesquisar jornais antigos, documentos antigos. Então foi uma iniciação à pesquisa e à metodologia de pesquisa em História fantástica.

Contudo, nesse momento, como falei na questão anterior, em que eu estava fazendo as disciplinas de filosofia antiga, me apaixonando pelo

tema. Tudo ficou um pouco contraditório na minha cabeça, porque eu já estava desenvolvendo uma pesquisa com um tema muito legal, mas não era exatamente o que eu queria. Eu estava estudando por fora História Antiga, fazendo cursos de grego — por vezes, a Eunice entrava e se decepcionava um pouco porque ela estava esperando que eu estivesse pesquisando as vinícolas, mas eu estava fazendo exercício de grego (risos). Acho que ela foi percebendo que eu não continuaria. Quando chegou a vez de renovar o segundo ano, ela perguntou se eu queria. Eu agradeci muito, mas disse que não gostaria.

Ainda passei um ano órfão, nessa aposta de me especializar em Teoria ou ou em História Antiga. Até que, quando esse outro professor de história antiga entrou, ele me ofereceu uma iniciação científica em história da historiografia. Estudei a história da historiografia do final do século XIX até o começo do século XX sobre o Período Helenístico, que, no fim, se tornou o primeiro capítulo da minha dissertação.

Então, foi ótimo ter essas duas experiências em pesquisa. Claro, algo que faltou foi mais experiências na na educação. Mas foram muito ricas essas experiências. A primeira por uma questão metodológica, a segunda por uma iniciação ao tema, servindo de começo para minha pesquisa de mestrado.

Revista Epígrafe: Tendo em vista toda sua trajetória, gostaríamos de saber quais foram os maiores desafios que você enfrentou durante a sua formação acadêmica e como você lidou com eles ao longo desse período.

Santiago Reghin: Eu passei no mestrado aqui no final de 2019. Vim para São Paulo, no começo de 2020, para fazer as inscrições, já estava procurando apartamento, mas o foco era conhecer um pouco da instituição e já começar a participar do ambiente acadêmico. Eu tive uma reunião presencial com o Marcelo Rede nesse momento;foi uma reunião muito boa, ele já começou a dar os primeiros direcionamentos sobre o meu projeto – o que que ele gostou, o que que ele não gostou. Ele ficou um pouco preocupado com a minha formação, porque sabia que a Universidade Federal de Santa Catarina ficou muito tempo sem um professor de História Antiga. Depois falei que fiz com o Fábio, um professor que ele gosta muito (e com razão), ele ficou um pouco mais tranquilo, mas ele me convidou para participar das aulas dele mesmo assim.

Então fui na primeira aula. Acho que era uma terça-feira de noite, talvez. E achei fantástica, pensei: “Pô, eu estou começando com tudo aqui. Está muito bom, a aula é muito boa". Depois, fiz contato com a galera do LAOP-USP; eu só tinha conhecido o pessoal por e-mail, mas não via a hora de conhecê-los pessoalmente nas reuniões, que aconteciam a cada duas semanas.

Quando eu cheguei em casa, dormi, acordei e foi decretada a pandemia. As aulas foram canceladas no dia seguinte. Com isso, abortei minha missão de ver apartamento, voltei para Santa Catarina – eu não tinha mais nem casa em Florianópolis, então fui morar numa cidade no interior de Santa Catarina, o que não é algo fácil. Nesse meio tempo, continuei tentando conhecer toda a instituição online, o que foi muito

difícil. A USP é muito grande, assustadora conhecendo pessoalmente, mas comecei a me acostumar com a ideia cada vez mais que eu ia fazer quase o mestrado todo à distância.

Conforme a gente foi vendo que não ia voltar, a situação foi ficando pior, muita gente morrendo... Isso, claro, afetou muito o meu primeiro ano de mestrado. Eu, de fato, desenvolvi pouco a minha pesquisa, eu tentava ler, mas estava muito assustado com toda a situação, preocupado com a minha família, sobretudo, minha mãe que vinha enfrentando uma doença ao mesmo tempo. O que me ajudou bastante foi novamente o pessoal do LAOP, que foi muito atencioso comigo, sobretudo a Anita Fattori, que me ajudou muito a me ambientar com a universidade e com toda a questão da burocracia. Mas,sim, eu sentia que realmente estava no escuro, eu não conhecia nada da instituição, como funcionava...

Tem muita coisa que nas universidades federais são padronizadas, mas quando a gente chega na USP é totalmente diferente. Não sabia dessas opções de estágio que o pessoal comentava, por exemplo, o estágio de docência, não sabia se tinha que fazer ou não, era obrigatório nas outras universidades. Além disso, fui tentando desenvolver um projeto para a FAPESP, porém tudo nela era resolvido muito pessoalmente, mudando demais com as várias questões de caráter provisório que surgiram naquele momento. Era muito confuso, o pessoal não sabia muito como desenvolver, então eu fui pensando: "Ah, tudo bem, não vou ter bolsa FAPESP, não tô conseguindo cumprir as coisas, não sei como enviar". E me senti muito sozinho, né? Porque não tinha mais contato com o pessoal da

minha graduação. Não consegui, nesse primeiro momento, desenvolver amizades em São Paulo por motivos óbvios – eu não estava aqui. Foi somente a partir do segundo ano que eu senti que as coisas começaram a caminhar mais, quando a modalidade distanciada foi se desenvolvendo melhor.

Outra questão foi que a Anita ganhou uma bolsa BEPE da FAPESP para a realizar parte da pesquisa dela em Paris, então ela me ofereceu a oportunidade de ficar um tempo no apartamento dela, enquanto ela não estava aqui. Me mudei para São Paulo ainda nesse momento de pandemia, algumas coisas abrindo, várias fechadas. Com isso, consegui me dedicar um pouco mais à pesquisa e conhecer um pouco mais da universidade.

Fiz todo o mestrado ao longo da pandemia e passei no doutorado em 2024, que foi quando eu consegui vir para cá efetivamente – o que trouxe outros desafios que vocês devem saber melhor: preço de aluguel; se localizar aqui em São Paulo, que é muito difícil é; ficar doente direto por causa de poluição... Eu cheguei não gostando muito do São Paulo, não entendendo muito porque várias pessoas que eu conheço querem ficar aqui. Eu pensei: "Meu, o que se passa na cabeça dessas pessoas"? Mas, estando há um ano e meio aqui, eu tô começando a entender. Ainda gosto muito de Florianópolis, especialmente, mas tô vendo as vantagens daqui. É uma relação meio tóxica com a cidade (risos), tem coisas boas, coisas ruins. No final, acho que foi uma oportunidade fantástica para descobrir uma outra universidade, fazer novos contatos e novos amigos

Entrevista com Santiago Colombo Reghin

Arthur Oliveira Louzada
Beatriz Marangoni Vilares Fonseca
Mel Veronezi Frare

Revista Epígrafe: Gostaríamos que você nos contasse um pouco sobre a questão central da sua dissertação defendida em 2023. Nessa mesma linha de questionamento, gostaríamos de saber quais fontes históricas você utiliza na sua pesquisa e como elas influenciam o seu trabalho. Como você lidou com os desafios encontrados ao trabalhar com elas?

Santiago Reghin: Primeiro que até meu tema é pouco exótico mesmo dentro da área de História Antiga, mas, como falei na questão anterior, cheguei nele por via do Fábio Morales, que me passou o tema do TCC.Para o mestrado, eu quis ampliar um pouco os aspectos da realidade social que eu queria estudar, não queria ficar preso a uma história intelectual apesar de eu gostar muito desse tema. E o Fábio influenciou muito a partir de um ponto de vista político, de estudar então o ambiente político que esses sacerdotes da cidade da Babilônia estavam inseridos e como a política local afetava a cidade e, mais especificamente, o templo. Pra isso eu precisei sair da única fonte que eu trabalhava, que era historiográfica, e ir para documentos administrativos e econômicos. Isso me satisfazia de alguma forma, principalmente ao longo do final da graduação, quando eu fui criando vários interesses, e acho que a graduação é esse momento para experimentar — buscar períodos e aspectos diferentes para estudar. Acho que é meio canônico entre os estudantes gostar de estudar História Cultural, eu mesmo gostava de História Cultural e odiava História Econômica. E, nesse final, eu fui percebendo que para compreender a História Intelectual, eu tinha que me aprofundar nesses outros aspectos, então busquei um tema um pouco mais amplo na dissertação, buscando estudar um templo específico da cidade da Babilônia, mas com o máximo

possível de fontes que o templo produziu. O que eu queria entender era como esse templo foi afetado pela chegada dos impérios macedônicos no final do séc IV A.E.C., a partir de Alexandre até o sucessor dele, Seleuco, que formou o Império Selêucida, até mais ou menos o começo do império, no final do século III A.E.C. — então meu quadro temporal era de um século.

O Período Helenístico é um período que me cativou muito, e eu acho muito interessante por ser esse momento em que há uma integração maior entre Antigo Oriente Próximo e o leste do Mediterrâneo, com as cidades gregas, porque, pela primeira vez, fazem parte de uma mesma unidade política, com Alexandre, que ruma até o Império Persa em 334 A.E.C. Pouco anos depois, por volta de 331, ele derrota o Império Persa; Alexandre não constrói outro império ao derrotá-lo, mas ele se apropria do Império Persa, conquista cada região aos poucos — e a gente começa a enxergar uma continuidade das dinâmicas e das administrações que existiam com os persas nesse Período Helenístico. Isso nas várias regiões do império, na Babilônia, Ásia Menor e regiões que fazem fronteira com a Índia. Entretanto, essa unidade política dura pouquíssimo: Alexandre era um ótimo conquistador, mas não pensava muito bem como administrar as coisas; e muito menos deu tempo de pensar num sucessor. Quando ele morre, possivelmente por uma doença — ou por ter bebido muito nas noites anteriores—, logo após ter voltado da Índia em 323 A.E.C., não deixa um sucessor claro. A partir daí, pra resumir a história, os generais dele começam 20 anos de guerras intensas para ter partes do império dele. Por volta de 281 A.E.C., nós vemos um certo equilíbrio ainda instável de

formações territoriais envolvendo três generais de Alexandre: o Seleuco na região do oriente próximo, onde fica a Babilônia; o Ptolomeu no Egito, que as pessoas conhecem mais — a própria Cleópatra é dessa descendência greco-macedônica do Egito Ptolomaico; e, na Ásia Menor, o Antígono, um general da cavalaria de Alexandre.

O que eu queria entender era como a Babilônia passou por esse período de intensas guerras — a guerra entre o Alexandre e o Império Persa, e mais vinte anos de guerra entre os generais de Alexandre. Vale lembrar que a Babilônia era a capital do império do Alexandre, todo o tesouro estava lá, e vários recursos foram estrategicamente colocados na Babilônia, o que fez a região se tornar um teatro de guerra intenso nessa época. A partir do momento em que vemos Seleuco se estabelecendo no local, com muita dificuldade, várias coisas mudaram no funcionamento da Babilônia, e eu queria estudar essas continuidades e rupturas em relação ao período anterior, o Período Persa, tendo como foco o começo do Período Helenístico.

Eu escolhi os templos porque na Antiguidade eles eram muito mais do que templos. Eram focos de administração política das regiões, concentrando muita terra e bens econômicos. Quando eu tive esse primeiro contato eu achei demais, e pensei: "Nesses templos, não se concentram apenas aspectos religiosos, é muito diferente de hoje em dia", depois pensei: "Talvez não seja tão diferente assim de hoje em dia...". Essa foi uma das sacadas que eu tive ao longo do mestrado, tendo também contato com o estudo de religiões contemporâneas. Pra isso eu ampliei as

fontes. Antes eu estudava basicamente uma fonte, que foi publicada com tradições diferentes, em diferentes artigos e livros. Era muito mais fácil: estava editada, pronta ali, traduzida. Mesmo assim, eu tive que estudar um pouco de grego para compreender, e ao mesmo tempo eu estudava o acadiano, a língua da região da Babilônia — como eu comentei, quando chegam os macedônicos e os gregos, o grego se torna língua franca da região e de boa parte do Império Helenístico, então estudei ao mesmo tempo as duas. Claro que de forma instrumental.

Às vezes, a gente fala pras outras pessoas e elas pensam que conseguimos sair com os amigos falando grego ou acadiano. Não, não é o caso, pelo menos pra mim. Conheço gente que é o caso, mas comigo não é. Não é fácil para mim aprender uma outra língua. Então eu aprendia em função das fontes que usava, consultava aquele vocabulário em dicionários, tinha um domínio básico gramatical para saber um pouco da sintaxe, da relação entre as palavras na frase. Então essa foi uma dificuldade. Eu comecei a estudar isso já desde o final da graduação — as duas línguas inclusive alternando entre as línguas, quando eu começava uma eu esquecia a outra, e isso era bem frustrante. Mas, quando eu entrei no LAOP, recebi muito apoio, principalmente no acadiano. Consegui tirar várias dúvidas com o professor e com os colegas. Um dos colegas que fazia pós-doutorado na época, o Leandro Ranieri, me ajudou muito. A gente fez um grupo de estudos, eu e ele, para traduzir as leis do código de leis do Hamurabi — enfim, isso está por volta de 1750 antes de Cristo, é muito mais anterior às minhas fontes, mas já ajudou bastante.

E uma outra dificuldade para mim era ter o acesso às fontes, saber que fontes existiam sobre isso, porque são fontes muito esparsas. Quando a gente trata do Oriente Próximo é um pouco diferente das fontes gregas ou da tradição clássica de forma geral: elas (as gregas) foram transmitidas por cópias de pergaminho e papiro pra gente, enquanto as fontes do Antigo Oriente Próximo foram achadas em contextos arqueológicos. São tabuinhas de argila achadas, sobretudo para o meu caso, na segunda metade do século XIX, muitas delas por escavações que a gente chama de ilegais. Apesar de ter tido algumas excursões francesas, inglesas, e alemãs nesse período, quando essas missões arqueológicas se retiravam, algumas pessoas locais, que sabiam que tinham tabletes importantes ali, escavavam por conta própria essas regiões e vendiam os tabletes para um mercado clandestino — é importante destacar que não se pode julgar essas populações locais por tais escavações não regulares. Mas o principal aqui é que quem movimentava esse mercado clandestino eram os próprios museus europeus que compravam esses tabletes que eram achados e incentivavam essas pessoas a procurar e escavar esses tabletes... Então é muito difícil.

A primeira dificuldade é que a gente, às vezes, não sabe onde esses tabletes foram encontrados. Precisamos trabalhar com informações internas a esses textos depois que eles estão traduzidos. E nem sempre isso é fácil. Então, há vários tabletes que a gente acha que é da Babilônia, a gente não sabe direito de que data eles são, apesar de que muitos são datados. Logo, isso se apresenta como dificuldade quando a gente já

consegue acessar as fontes, contudo, o meu problema era justamente acessá-las, assim ter ciência de sua existência.

A gente não tem um livro, pelo menos não era o meu caso, onde todas essas fontes são publicadas e traduzidas. Caçamos no site dos museus ou em artigos específicos na internet. Quem me ajudou com isso, claro, foram meus orientadores. Nisso meus dois orientadores se complementam. O Fábio é especialista no Período Helenístico, mas não especialista na região da Babilônia em si, estudava sobretudo Delos e Atenas. E o Marcelo Rede, ele é especialista em Oriente Próximo, mas não no período que eu lidava: ele estuda um período muito mais retirado do segundo milênio e também questões bíblicas. Houve, então, um pouco de dificuldade, porque eles também não estavam muito familiarizados com as publicações das minhas fontes. E eu fui fazendo ao longo do mestrado como dava, procurava na internet, mas nem tudo é acessível. Apesar de que há um esforço crescente de digitalizar as fontes e mais que isso, deixar elas todas em um banco de dados acessível, quando eu comecei, não era tão fácil assim: estavam espalhadas em bancos de dados ou fotos em sites aleatórios. Fui coletando as fontes como dava. Ficou um trabalho muito parcial, pelo menos ali da primeira metade do mestrado. Mas o que virou a chave para mim foi uma oportunidade que tive.

Eu já tinha bolsa para pesquisa de mestrado e eu também tentei conseguir a bolsa BEPE. A questão é que estava na pandemia. Todo mundo falou para mim: “Pô, nem tenta, tá tudo fechado”. Eu pensei: "Provavelmente, eu vou tentar no doutorado, então já vou ter essa

experiência de como é fazer esse projeto, como é passar pelo processo". E é uma burocracia bem grande. Além de ter que fazer um processo, vários documentos, falar com o pessoal lá fora, eles têm que te aceitar. Apesar disso, eu falei para o Marcelo: "Ah, mesmo sendo remotas as possibilidades de conseguir ir, a gente pode tentar fazer isso?" e ele falou que tudo bem. Então, quando eu terminei tudo, falei com o pessoal de fora, e eles sabiam que tinha muita chance de eu não ir, mas eu estava com todos os documentos prontos. Acho que passou uma semana, a FAPESP abriu de novo para conseguir ir para fora e submeter a BEPE à FAPESP.

A única questão é que, para o mestrado, o tempo geralmente é de seis meses de bolsa em outro país e, por eu já ter passado muito tempo no mestrado, não pude ir no tempo mais indicado, tive uma bolsa de apenas três meses. A gente escolheu a França, sobretudo porque o Marcelo Rede foi formado lá, ele tinha um contato com as pessoas lá e também porque tinha muitos especialistas da minha área estudando o mesmo período. Sobretudo o Julien Monerie e o Philippe Clancier. O Julien Monerie foi meu supervisor.

Quando cheguei lá, eu descobri um outro mundo de pesquisa que não necessariamente é melhor do que o que a gente tem aqui no Brasil, mas é muito diferente, pelo menos na área de Antiguidade Oriental, porque eles têm todo esse contato com as línguas e com os museus. Com isso, eles conhecem muito bem quais são os corpora de fonte, como são os dialetos.... O enfoque é muito mais empírico, eu diria. Claro que existem questões teóricas, mas muito mais empíricas nas próprias fontes de

tradução, de preparação das edições das fontes. Isso me ajudou muito, porque, quando cheguei lá, eu vi que, de fato, eu estava muito despreparado nesse aspecto.

Todo mundo lá me recebeu muito bem. A equipe do laboratório ArScAn foi super gentil comigo. Acho que talvez tivessem noção das minhas dificuldades e ofereceram suporte. A bolsa nem previu participar das disciplinas de graduação e de mestrado, mas eles gentilmente me ofereceram e eu pude fazer, então, um treinamento mais intensivo nas próprias línguas e preparar um dossiê melhor de fontes. Sem essa bolsa, a minha dissertação seria outra, com certeza. Eu reescrevi muita coisa. Depois dos três meses, voltei para cá com outra cabeça, conhecendo muito melhor as fontes.

Eu acho que uma das principais vantagens da BEPE, não está no meu mestrado propriamente dito, mas no meu doutorado. Foi lá que eu consegui ter um contato mais próximo com o Philippe Clancier e ele me ofereceu um tema de doutorado, no qual eu trabalho hoje. Ele me fez perceber que eu estava trabalhando essas questões de continuidade e ruptura entre o Período Persa e o Helenístico, mas eu sabia muito pouco sobre o final do Período Persa, então tinha uma lacuna grande. E, na verdade, não era só eu que não sabia: esse é um momento muito lacunar para a historiografia, com poucas fontes.

Vários documentos sobre esse período foram publicados recentemente — me refiro aos últimos 20 anos— e a maioria dessas comparações entre a Babilônia, ou até com outras regiões, e o Período

Helenístico para ver essas mudanças e continuidades usa muitas questões formuladas para o início do Período Persa. Isso é um grande problema, como vocês podem imaginar, porque várias coisas que a gente pode imaginar que são rupturas talvez já aconteceram no final do Período Persa. E ele (Philippe) falou: "Ah, acho que seria interessante talvez você trabalhar com documentos inéditos do final do Período Persa". Então, ele me propôs continuar nesse tema dos templos da Babilônia, ampliando para toda a região da Babilônia — Babilônia é o nome que a gente dá para uma cidade central na Mesopotâmia, mas também o nome de uma região do sul da Mesopotâmia. A gente chama o sul da Mesopotâmia de Babilônia e o norte da Mesopotâmia de Assíria.

Ele sugeriu continuar com esses mesmos tipos de fonte, mas retrocedendo um pouco o período e trabalhando com esses outros templos para ter uma visão mais global sobre o que que estava acontecendo. Isso me soou um pouco estranho num certo momento, mas depois eu gostei da ideia porque é uma periodização um pouco *sui generis*, no sentido de que, no nosso campo do Oriente Próximo, geralmente alguém é especializado numa região, numa cidade e em um período específico. Por exemplo, eu estudo a Babilônia no Período Helenístico, em que eu fiz mestrado, e agora eu estava estudando os templos de uma região, não ao longo de uma unidade política coesa, mas num período de transição. Achei estranho, mas, depois, muito legal a ideia de que eu não seria um especialista no Período Helenístico ou no Período Persa, mas um especialista na transição entre esses dois períodos. E eu achei isso muito interessante, principalmente porque poderia jogar melhor

com essa questão de continuidade e ruptura: eu estou trabalhando com uma instituição (isto é, o templo) que perdurou por esses períodos e, de fato, é muito mais antiga do que essas unidades políticas específicas. Ter esse apoio institucional possibilitava que eu analisasse o período de transição imperial pela ótica privilegiada dos templos. Por meio dos tabletes cuneiformes conservados ao longo de milênios nos seus arquivos e bibliotecas, os sacerdotes dos respectivos templos registraram e obtiveram conhecimento sobre a ascensão e a queda de vários impérios.

Consequentemente, essa mudança imperial, na visão dos templos, apesar de não ser um evento trivial, era algo esperado, um processo usual no ciclo de renovações políticas. Estudar essa mudança do Império Aquemênida para os Impérios Helenísticos por meio desse conhecimento, desse repertório dos templos, foi o que mais me atraiu no tema oferecido pelo professor Philippe Clancier. E além disso, ele me ofereceu a oportunidade de fazer um doutorado em dupla titulação.

Revista Epígrafe: Muitas pessoas costumam considerar o Oriente Próximo Antigo como um período distante e pouco acessível, o que faz com que ele pareça desconectado do presente. Na sua avaliação, por que essa percepção de afastamento ainda persiste? Você diria que a Antiguidade Oriental recebe menos atenção do que outros temas históricos? E de que forma seria possível ampliar a visibilidade e o interesse do público brasileiro por essas sociedades antigas?

Santiago Reghin: Bom, falando sobre essa questão da distância da disciplina de História Antiga, e, talvez, essa dupla distância que tem de

estudar o Oriente Próximo. Da minha experiência, uma das coisas que eu mais escutei ao longo da graduação, de professores e de alunos, é que era uma tema que, além de ser afastado da nossa realidade, era eurocêntrico. Isso, de fato, passava pela minha cabeça, vinha um pouco de culpa, pensando: "Poxa, outros temas que são super urgentes e diria que mais necessários para História do Brasil, né? História indígena, História do Conservadorismo...". Mas fui percebendo que o eurocentrismo está muito mais na tradição de estudos do que nas fontes sobre a Antiguidade de forma geral. E é aí que reside a necessidade de estudar isso no Brasil, porque a gente percebe que os gregos não eram europeus: eles não falavam que eram europeus, eles eram vistos como sendo europeus. O Antigo Oriente Próximo não era o berço da civilização que, segundo Hegel, formava uma tocha da História que ia do Oriente para o Ocidente: começando no Antigo Oriente Próximo, depois indo para Grécia, que é “meio europeia”, depois vai pra Roma, que é mais europeia. Ele colocava esse Oriente Próximo no começo da História, numa narrativa que, se apropriando dessas fontes do Oriente Próximo, criava uma teleologia eurocêntrica.

Eu não estou estudando a Europa, ou uma coisa que no futuro seria a Europa. Esse tema foi monopolizado, ou quase monopolizado, por europeus ao longo de muito tempo. Eu falei um pouco das escavações, né? Foram sobretudo as missões alemãs, francesas e inglesas que exploraram primeiro esses lugares e tiveram um primeiro acesso a esse material, e processaram, e integraram ele na narrativa da história mundial a partir da ótica deles. Isso se tornou cada vez mais óbvio depois das viradas

pós-coloniais das décadas de 1970 e 1980. E se torna cada vez mais urgente, eu acredito, que pessoas de diferentes partes do mundo ou de diferentes vieses teóricos façam uma História da Antiguidade, claro, mas também do Antigo Oriente Próximo.

Além dessa questão eurocêntrica, também tem um outro desafio para gente que é pensar o tema como se estivesse muito distante. De fato, está temporalmente. Mas, conforme vamos estudando, percebemos que essa distância é parcial. Eu já dei o exemplo dos templos, que eu pensei: "Nossa, olha como o templo é muito mais do que só um lugar de culto religioso. É muito diferente de hoje", e depois percebi que não é tão diferente como julgava. Já outros aspectos, nós percebemos que, de fato, são bem diferentes em relação à contemporaneidade. Apelo um pouco pro Mario Liverani. Ele fala que o Oriente Próximo, e a Mesopotâmia, é um grande laboratório antropológico da humanidade para tratar de questões perenes das ciências sociais. Acho que quem está acostumado com antropologia ou ciências sociais — principalmente quando estão tratando de questões mais amplas dentro da sociologia histórica — , já se deparou com o questionamento se algum traço estudado é de certa forma antropológico e mais estrutural nas sociedades ou historicamente contingente. Nesses momentos, tais pesquisas fazem reflexões e comparações frequentes com o Antigo Oriente Próximo. Um raciocínio que tem seus problemas também, mas é útil refletir sobre os elementos que estruturam e condicionam a vida social, bem como o seu grau de mutabilidade ao longo da história. Muita gente faz isso no aspecto econômico para ver o quanto o capitalismo, por exemplo, está enraizado

nas relações econômicas e sociais humanas ou não. Eu gosto muito dessa reflexão do Liverani de pensar que o Oriente Próximo, mesmo para quem não é especialista, é um ponto de reflexão para questões teóricas gerais, envolvendo cultura, política e economia.

Como eu falei, pesquiso, por exemplo, impérios, um aspecto majoritariamente político. E quando a gente analisa as macronarrativas formuladas atualmente, principalmente da História Global — que está em moda hoje em dia —, os livros organizam a história da humanidade em impérios. Então, acho que ver essas semelhanças e fazer comparações, que são, sim, possíveis, entre os impérios modernos, contemporâneos, impérios capitalistas, impérios pré-modernos, são muito fortuitas para entender melhor o próprio tempo em que a gente vive.

E claro, para quem está estudando o capitalismo hoje ou o começo do capitalismo no período moderno, por óbvio que não vai se voltar para os tabletes mesopotâmicos de 1500 antes de Cristo, porque não vai ter nenhum efeito na pesquisa da pessoa. O impacto da pesquisa em História Antiga, nesses casos, vai ser secundário; geralmente essas pessoas vão ler uma bibliografia secundária de pessoas que já processaram essa informação e a integraram em outras narrativas maiores. Eu acho que, como pesquisador de Antigo Oriente Próximo no Brasil, às vezes faz parte ir para essas fontes e questionar algumas dessas narrativas que já estão prontas, que são muitas vezes eurocêntricas. Penso que isso vem mudando tanto pelo pessoal daqui do Brasil, mas também pelo pessoal da Europa. Eles também incorporaram muitas das questões decoloniais.

Por isso, penso que é importante a formação de especialistas em Oriente Próximo no Brasil. Há essa demanda pelo campo, tanto pelo estudo específico das milhares de fontes não publicadas quanto para produzir esse material secundário para as pessoas que estão em outras áreas poderem ler sobre isso e integrar essas reflexões amplas à suas pesquisas.

Partindo para os desafios do pesquisador brasileiro quando se vê parte desse processo... Como eu já comentei, o acesso às fontes. Muitas vezes a gente pensa, com certa razão, que é necessário já partir sabendo várias línguas, o que é uma verdade difícil. Eu parti sabendo um pouco de inglês, então, uma das coisas que eu queria falar pras pessoas é: mesmo se você não entrou mega erudito na graduação, é possível. É possível você estar no final da graduação e começar. Indico principalmente o estudo de inglês num primeiro momento.

Eu acho que hoje muitas pessoas já têm um conhecimento de inglês na graduação; não são todas, claro. Se acostumar a ler artigos científicos em inglês é importante. Acho que é possível ter um desenvolvimento bom no mestrado apenas com o inglês, grosso modo, isso é possível. Muita coisa está traduzida, as ferramentas de tradução das outras línguas para o inglês estão bem avançadas hoje em dia.

Outra coisa, claro, seria o desenvolvimento do aprendizado das línguas antigas. Algumas das coisas que a gente vai estudar não estão traduzidas. As obras da literatura clássica estão muito traduzidas; tem muito trabalho excelente feito atualmente que abarca boa parte do

campo. Se você vai pesquisar Grécia e Roma já tem uma tradução em português ou no mínimo em inglês... Mas no Oriente Próximo é diferente.

Uma coisa a ser colocada aqui é que a gente pensa, e com razão, que tem muita coisa escrita em grego e latim. Porém, tem muito mais em sumério e acadiano quando a gente tá falando da Antiguidade. Até agora, foram escavadas e estão em em museus, ainda que não estejam todos publicados, mais ou menos meio milhão de tabletes. Então é muita coisa escrita e muita coisa não publicada. Muita coisa publicada e sem tradução — que é uma coisa estranha para gente, mas publicam, por vezes, somente a foto do tablete. Então esse aprendizado da língua é um desafio necessário, principalmente para quem está no Brasil. Felizmente, algumas narrativas facilitam essa jornada. Por exemplo, o LAOP vem oferecendo cursos de língua, geralmente como disciplina de pós-graduação

Eu acho que é uma preocupação interessante já começar a ver na graduação, mas, tudo bem caso não dê, é algo que dá para desenvolver no mestrado. Mesmo na Europa, que tem um enfoque maior nas línguas, várias pessoas só aprendem no mestrado, então acho que não é para desistir por causa disso. Esse domínio, como eu também comentei, é muitas vezes instrumental. Você não vai falar fluentemente essas línguas. Não desistam. Claro que tem vantagens de estar em alguns centros que têm essas formações, como São Paulo ou mesmo o Rio Grande do Sul — que tem o LEAO, que é um grupo de Antigo Oriente Próximo fantástico que também faz alguns trabalhos de divulgação e estudo do acadiano. Uma pessoa pode ter feito a graduação em outros locais e pensar, talvez,

em fazer um mestrado ali. E, porventura, mesmo para o mestrado, a pessoa pode estudar alguns materiais que estão disponíveis na internet. Entretanto, eu diria que, para o nível de doutorado, uma aproximação com a língua das fontes é necessária.

Revista Epígrafe: Sabemos que você está realizando um doutorado em regime de duplo diploma, entre a Universidade de São Paulo e a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Poderia nos contar um pouco sobre essa experiência e como tem sido a sua relação com os dois orientadores, Philippe Clancier e Marcelo Rede?

Santiago Reghin: Começando já do último ponto que você levantou e já costurando com a com a pergunta anterior, foi na BEPE que conversei com o Philippe Clancier. Ele fez toda a proposta do tema, explicou sobre a importância do tema, me fez perceber várias coisas que eu não tinha percebido. Foi muito interessante esse primeiro contato, porque ele estava muito preocupado se eu gostava do tema ou não – acho importante falar isso: óbvio, a gente tem que gostar muito do nosso tema de doutorado, senão vira um inferno maior do que é. E, quando falou sobre o tema, ele me colocou algumas possibilidades, a dupla titulação era uma entre elas. Ele falou sobre a possibilidade de fazer um doutorado completo lá e foi bem sincero, porque não é só no Brasil que as questões de bolsa são complicadas, na França também. Ele falou: "Tem a possibilidade de você fazer sem bolsa, eu trabalho aqui, mas você não vai conseguir trabalhar porque é uma pesquisa com muitos documentos que vai precisar ser realizada em tempo integral". Eu respondi: "Sem chance da minha família

me manter, ainda mais em euro noutro país". Ele falou: "Então a gente vai ter que buscar outras alternativas". Aí que chegou a opção da dupla titulação, porque a Anita, que eu mencionei anteriormente, fez o doutorado nessa modalidade e isso serviu de um exemplo, me ajudou demais por ela já ter aberto esse caminho.

Quanto à dupla-titulação, ela é diferente da gente fazer um mestrado ou um doutorado sanduíche – meu mestrado fiz nessa segunda modalidade com a primeira BEPE que eu tive. Um sanduíche é a gente ficar um tempo em outra universidade como pesquisador convidado; a princípio a gente utiliza as bibliotecas, participa dos grupos... Não necessariamente faz as disciplinas, eu acabei fazendo por gentileza do pessoal da França. Para o pessoal aqui de São Paulo, para fazer uma pesquisa com sanduíche em outro país, no mestrado, usualmente é feito uma demanda à FAPESP. É necessária a submissão de um projeto e a participação num processo seletivo. Com a bolsa, dão todo o apoio financeiro para você ficar de três a seis meses (no caso do mestrado) em outro país, a fim de desenvolver e aperfeiçoar a sua pesquisa, tendo um orientador nesse outro país, que geralmente a gente chama de supervisor.

Quando você acaba esse mestrado (ou também o doutorado sanduíche, se for o caso), você tem um diploma somente da universidade que você fez o processo, que no meu caso é a USP.

A dupla titulação é diferente. Geralmente, a dupla titulação vai demandar que você passe um um tempo noutra instituição, mas quando você acaba, você tem dois diplomas, um de cada universidade. Então, você

vai ter uma universidade mãe e uma universidade parceira, – no meu caso a Universidade de São Paulo e a Université Paris 1 Panthéon, respectivamente. Vou contar o meu caso a partir da Sorbonne. Precisei passar por dois processos seletivos, tanto o daqui quanto o de lá, que é totalmente diferente da tradição do processo daqui, sendo mais (não sei se é o termo mais exato) pessoal. Você precisa ter um contato com o orientador, vocês precisam discutir o tema de pesquisa, depois você apresenta esse projeto para para a universidade, que vai se passar por um comitê, mas, geralmente, quem diz a última palavra é o orientador que você selecionou. É muito diferente daqui, que é um processo duplo cego: uma prova, um projeto que, às vezes, não é avaliado propriamente pelo seu orientador, né? E o projeto de lá ele é muito menor, de cinco páginas só, para que você dê uma ideia do que você pretende fazer.

Além do processo seletivo da universidade parceira, há a necessidade de se estabelecer um acordo jurídico entre ambas as universidades, explicitando todos os termos do processo. Para mim, essa foi a questão mais difícil. Isso demanda a tradução juramentada de vários documentos, a burocracia é realmente um um pesadelo. Até o momento, por exemplo, não existe um convênio pronto entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Logo, a gente precisa fazer vários documentos. O principal é uma minuta do acordo contendo todos os termos, prevendo o que pode acontecer, o que não pode acontecer... Depois desse documento, tem que passar pelo âmbito jurídico das duas universidades e isso demora muito. Geralmente as universidades vão achar vários pontos que não estão de acordo. Meu acordo,

propriamente, demorou quase um ano e meio para ficar pronto, fazendo e refazendo esse documento, além de outros documentos circunstanciais, envolvendo as traduções de diploma.

Tudo isso feito, agora tenho que participar da vida das duas universidades: cumprir alguns créditos que eles demandam lá, alguns créditos aqui. Ah, há algo parecido como uma qualificação que eu tenho que fazer uma vez por ano, pagar algumas taxas que mesmo as universidades públicas de lá demandam. Então, todas essas questões burocráticas dão muita dor de cabeça....

Envolvendo a produção científica de fato, você precisa fazer uma versão da tese em francês – uma versão um pouco resumida, que eu acho que vai de 20% a 40% do que você tem que escrever na versão final, o que é um desafio também. Eu já escolhi fazer a minha tese e escrever em inglês para facilitar a comunicação com o meu outro orientador de lá, porque eles não têm uma uma leitura aprofundada do português.

Agora, falando um pouco dessa experiência de ter dois orientadores... Mesmo no meu mestrado, foi uma experiência muito rica. O que é muito difícil é comentar vários temas de pesquisa com alguém que fala outra língua – e eu não não me considero uma pessoa que tem facilidades para aprender línguas, sejam modernas ou antigas; eu consigo ser ruim em todas elas (risos). Comecei a estudar francês propriamente no mestrado, lendo um pouco porque as traduções das minhas fontes e os textos especializados demandavam, uma vez que a maioria está em francês, inglês ou alemão.

Foi quando surgiu essa oportunidade de fazer um sanduíche na França durante o mestrado que eu comecei a estudar francês e venho estudando desde então. Porém, ainda fico bastante nervoso para falar em francês, fazer uma uma reunião tête-à-tête assim com meus orientadores – isso geralmente dá nervoso em português, mas em francês é mais ainda. O que ajuda muito é que o Philippe é uma pessoa muito legal, sempre preocupada, com a questão científica propriamente dita – se eu não entendi as ideias ou se não tenho a bagagem necessária, ele me passa os textos e explica quantas vezes forem necessárias –, mas, também, nas questões mais básicas de comunicação: fala devagar, se preocupa se eu entendi ou não. Ele é muito humano nesse sentido. Acho que eu tive sorte, tanto com o Marcelo Rede, quanto com o Philippe Clancier.

Revista Epígrafe: Poderia, por favor, indicar autores para quem desejar começar a aprender sobre estes recortes de pesquisa? E que conselho você daria a um estudante de graduação que deseja se dedicar à pesquisa em História Antiga?

Santiago Reghin: Então, também, levando um pouco para minha experiência, são questões que eu tive na graduação. De fato, meu primeiro contato com o Rede – que eu nem sabia quem era à época –, foi quando eu abri um livro que achei na biblioteca e lá tinha um texto dele (que eu achei muito bom) sobre como os babilônios representavam o tempo; e mais interessante ainda para mim, apesar do texto excelente, foi que lá tinha o e-mail do professor. Então eu tive a oportunidade de fazer algumas questões para o professor Marcelo.

Sem saber mesmo, quando eu fui fazer o mestrado, eu nem lembrava que eu já tinha enviado e-mail para ele, pensei que era algum outro professor. Quando abri meu histórico de e-mail com o Marcelo, isso no mestrado, eu vi que já tinha demandado coisas para ele quatro anos antes, no início da minha graduação.

Então, eu não estou fugindo da questão, mas assim, uma dica é: aproveitem os e-mails dos professores e perguntem. Infelizmente, nem todos vão responder, mas vários vão. E foi assim que eu tive contato com uma primeira bibliografia do Antigo Oriente Próximo, perguntando para o Rede e, depois, para o Fábio.

Sobre a bibliografia propriamente dita, o que eu aconselharia é justamente o livro que já comentei do Mario Liverani, que foi traduzido ao português em 2016, *Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia*. Se trata de um manual geral sobre o Oriente próximo. Ele é um pouco intimidador porque é grande, tem lá suas 800 páginas, mas raramente as pessoas leem ele inteiro. Então, eu aconselharia, para quem for ter um primeiro contato, a ler, no mínimo, a introdução e a conclusão para ter uma visão geral sobre o tema. Ele é da década de 80, passou por uma grande revisão nos anos 2000 e a tradução já conta com essa revisão.

O que pode também pode dar um pouco de medo são as questões de arqueologia. Ele começa falando muito sobre arqueologia, sobre os períodos considerados pré-históricos – o que hoje a gente chama mais da história profunda. Ah, vários termos técnicos, mas, tudo bem, dá para ler mesmo sem entender tudo que ele fala. Depois ele entra em temas mais

palatáveis. Claro, como geralmente ocorre nos manuais, o livro tem um formato modular, sendo assim, é possível selecionar os capítulos que envolvem os períodos e unidades específicas. Contudo, é interessante notar que há argumentos e teses mais gerais sobre a história do Oriente Próximo, que ele desenvolve ao longo de todo livro.

Então, eu diria que esse é um um livro essencial para quem quer ter um conteúdo mais empírico com o campo – quais as fontes que existem, quais temas, quais as periodizações básicas... Vocês podem usar esse livro quase como uma *Wikipedia*. Contudo, acho legal ter uma visão geral sobre o campo antes, para saber com o que vocês estão lidando.

Outra obra que eu indico, aqui partindo para uma questão mais teórica, é o livro do Norberto Luiz Guarinello, que se chama *História Antiga*. O Guarinello tem uma formação na Antiguidade Clássica, principalmente Roma. Esse livro é um desenvolvimento da livre docência.. Ele trata sobre questões teóricas como eu comentei passando de Marx, Weber, todo o desenvolvimento ao longo do século XX, falando das visões, um pouco mais da *mediterranização*, que dialoga com a com a História Global.

Agora, se querem algo mais específico, envolvendo o Período Helenístico, eu aconselharia um texto introdutório curto que se chama *The Hellenistic Age*, do Peter Thonemann. Ele introduz os principais temas: quais as perspectivas historiográficas, os principais eventos políticos, a diversidade geográfica e as especificidades das diversas culturas que compõem o mundo helenístico. Infelizmente ele só está disponível em inglês. Em português, eu aconselho vocês darem uma olhada nos textos

do professor Fábio Morales, também nos podcasts que o professor participou.

Falando do Período Persa... É bem difícil, tem pouca coisa escrita em português. Um grande manual é o do Pierre Brian, *L'Histoire de l'Empire Perse*, que está disponível em francês e inglês. Lá vocês vão ter as informações básicas. Ele é um manual de 1996 que está relativamente atualizado, mas para uma introdução ao tema é fundamental – mesmo os profissionais citam esse manual o tempo todo. É uma obra fantástica, é basicamente uma História Total, se a gente usar o termo do Braudel, aplicada ao Império Persa. Contudo, esse livro é um manual pensado principalmente para quem já está envolvido na área, o que pode intimidar aqueles que o tomarem como um primeiro contato. Para esse último caso, em português, eu aconselharia o livro *Os Persas: A era dos grandes reis* do Lloyd Llewellyn-Jones. É um livro que não é necessariamente acadêmico, mas, sim, voltado para interessados em história de forma mais geral. ele foi escrito em 2022, traduzido ao português em 2023. a tradução e revisão técnica são ótimas — inclusive, o revisor técnico, Leandro Penna Ranieri, é membro do LAOP. Particularmente, tenho algumas críticas em relação ao conteúdo do livro e algumas imprecisões, mas acho que, dada a escassez de textos em português, esse é um bom primeiro contato com o Império Persa. Ele fala o que há de mais recente sobre o tema, cita algumas fontes, mas não cita da forma mais adequada possível, tem uma visão relativamente eurocêntrica... Enfim, mas acho que é um bom primeiro contato em português e é uma leitura super fácil para as pessoas da graduação.

Entrevista com Santiago Colombo Reghin

Arthur Oliveira Louzada
Beatriz Marangoni Vilares Fonseca
Mel Veronezi Frare

Gostaria de agradecer pelo convite. Quando fiquei sabendo da possibilidade de participar, fiquei muito contente. Agradeço pela conversa, pelas ótimas perguntas e pelas reflexões. Foi um prazer poder fazer parte da iniciativa de vocês e parabéns pelo trabalho da Revista. Também gostaria de expressar que, caso o leitor tenha alguma questão, sinta-se à vontade para entrar em contato comigo.

Revista Epígrafe: Agradecemos a você, Santiago, por compartilhar um pouco da sua jornada e de seu trabalho como historiador. Percebemos o quanto sua experiência pode servir de guia e incentivo para os estudantes, orientando aqueles que já aspiram à pesquisa e, quem sabe, plantando uma semente de curiosidade naqueles que ainda não haviam vislumbrado esse caminho. Muito obrigado por ter aceitado nosso convite!



PRODUÇÃO GRÁFICA

ARTE DE CAPA
Isaac Gabriel Silva
Isabela Lopes Caperuto
Julia Maria Bida Goveia
Milena Pereira Machado

PROJETO GRÁFICO
Isaac Gabriel
Luiz Henrique Vieira da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Isaac Gabriel Silva
Isabela Lopes Caperuto
Felipe Cintra Nogueira Maciel
Henrique Scareli de Oliveira
Julia Maria Bida Goveia
Luana Gregner Pereira
Maiza Victoria de Sousa Alves
Tamires Porfiro Santana

IDENTIDADE VISUAL
Luiz Henrique Vieira da Silva

Formato 21 x 29,7 cm. Fontes Montserrat e Riccione-Serial.

ISSN 2318-8855

USP revista Epígrafe fflch